SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Ofensiva do capital, exploração/opressão de classe/gênero/raça/etnia, lutas sociais e Serviço Social

23 a 26 de OUTUBRO de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ANAIS

V.2 N.1 (2017)

ISSN: 25944533

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Ofensiva do capital, exploração/opressão de classe/gênero/raça/etnia, lutas sociais e Serviço Social

REALIZAÇÃO

UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora

ProPesq Pró-Reitoria de Pesquisa

Faculdade de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFJF

APOIO

CAPES

Sumário

EIXO 1 - Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, PAUPERISMO E QUESTÃO SOCIAL: um debate necessário 08

CONFIGURAÇÕES DO CAPITALISMO NA ATUALIDADE E OS IMPACTOS PARA A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL 19

O PRONATEC APRENDIZ E A POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO 30

EFAGO: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA NO CAMPO 41

OFENSIVA DO CAPITAL E O FETICHE DA HUMANIZAÇÃO 51

TECENDO A VIDA E SEUS ENFRENTAMENTOS: gênero, institucionalização e medicalização na adolescência 61

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E LUTA POR DIREITOS NAS REDES DE FAST FOOD 74

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E PÓS-MODERNISMO: breves considerações 86

ESTADO DE REGRESSÃO DE DIREITOS EM TEMPOS DE BARBÁRIE: necessidade de resistência e lutas sociais 99

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO 112

SAÚDE PÚBLICA NO SISTEMA PRISIONAL DR. JOÃO CHAVES, NATAL/RN: uma história de avanços e embates 124

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: as políticas sociais, o neoliberalismo e os movimentos sociais 133

SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES E A "QUESTÃO SOCIAL" DO CRACK 146

POLÍTICAS PÚBLICAS E A ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA 158

AJUSTES ESTRUTURAIS E ORIENTAÇÃO NA AGENDA SOCIAL DOS PAÍSES PERIFÉRICOS PELOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS 171

CAPITALISMO E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: O desafio do século XXI 184

"DEUS ESCREVE CERTO POR LINHAS TORTAS" - CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESPOLITIZAÇÃO DA PERDA DO PODER FAMILIAR E A SUBMISSÃO ENTRE OS POBRES 193

DEIXAI OS MORTOS O CUIDADO DE ENTERRAR OS SEUS MORTOS: a financeirização no ProJovem Trabalhador 206

FUNÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO E PARTICULARIDADE BRASILEIRA: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM QUESTÃO 218

A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: uma análise da história recente 230

EIXO 2 - Exploração de classe/raça e etnia e as lutas sociais

RACISMO ESTRUTURAL, CRISE DO CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA: desafios à luta antirracista 244

A GLOBALIZAÇÃO E A QUESTÃO RACIAL 257

CONSTITUIÇÃO DO FENÔMERO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: a relação dialética entre acumulação/expropriação 268

RESISTÊNCIAS À MODERNIDADE NA EUROPA 281

DE HELEIETH SAFFIOTI AO FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO: perspectivas de análise da articulação das relações patriarcais de gênero, raça e classe 294

O CONSERVADORISMO NO BRASIL: reflexões acerca da questão racial, educação e ativismo político 308

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RAÇA NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO 321

A RACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM JUIZ DE FORA – MG 331

"MUITA TERRA PRA POUCO ÍNDIO": A LUTA DOS POVOS INDÍGENAS NA T.I MARÃIWATSÉDÉ, ETNIA XAVANTE, MATO GROSSO E AS RESPOSTAS DO ESTADO SOB A ÉGIDE DO AGRONEGÓCIO 343

EIXO 3 - Exploração de classe/ gênero e sexualidade e as lutas sociais

O REFLEXO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA SAÚDE DOS BANCÁRIOS 356

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: interfaces da feminização e precarização 369

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE CIDADE, PERIFERIA E RELAÇÕES DE GÊNERO 382

O ABORTO E A INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL 393

APONTAMENTOS SOBRE SORORIDADE DESDE O FEMINISMO MARXISTA ... 401

AS CONDIÇÕES DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE HOMENS TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO 415

INTERFACE ENTRE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS TRANSVERSAIS DE GÊNERO: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM QUESTÃO 428

RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: Ajustando o Foco na Universidade .. 439

MOVIMENTO LGBT E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE 449

O PATRIARCADO REVELADO: Uma Análise das Expressões Cotidianas das Desigualdades de Gênero em Alagoas 458

DIVERSIDADE SEXUAL E A AUTO ORGANIZAÇÃO DAS LGBT NO MST 471

SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS TEÓRICO-PRÁTICOS FRENTE A TRANSEXUALIDADE 484

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: super exploração da mulher trabalhadora 499

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E O PAPEL SOCIAL DA MULHER: paternalismo versus autonomia 511

EIXO 4 - Serviço Social no mundo e os movimentos sociais

POR UMA HISTÓRIA DO GÊNERO E FEMINISMO NO SERVIÇO SOCIAL 525

BRASIL X ESPANHA – O ENSINO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL EM DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICOS 537

O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS 549

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: categoria profissional ou ramo de atividade econômica? 562

CONTROLE SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: perspectivas sobre o conselho de saúde de Juiz de Fora 575

O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A INTERLOCUÇÃO COM O PENSAMENTO MARXIANO E A TRADIÇÃO MARXISTA 588

O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL: os 80 anos do Serviço Social brasileiro **601**

DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (1950-1965) **615**

A INCIDÊNCIA DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL E DA PÓS-MODERNIDADE NO SERVIÇO SOCIAL **628**

LUTAS POPULARES NAS CIDADES E A PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL **641**

SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO TRABALHO E PROFISSÃO: tensões entre assalariamento e projeto ético-político profissional **654**

AS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE **667**

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL: o cotidiano profissional como chave de análise da profissão em tempos de ofensiva do capital **680**

O CELATS E A PESQUISA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil (1982) e sua contribuição para a renovação crítica da profissão na América Latina **691**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Ofensiva do capital, exploração/opressão de classe/gênero/raça/etnia, lutas sociais e Serviço Social

EIXO 1

Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, PAUPERISMO E QUESTÃO SOCIAL:
um debate necessário

Anderson Martins Silva[1]

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender em que termos Marx analisou a relação existente entre o processo de acumulação capitalista e a produção do pauperismo em meados do século XIX, Também nos propomos a fazer alguns apontamentos acerca do modo como o debate da questão social é desenvolvido na tradição marxista presente no serviço social.

Palavras-chave: Acumulação de capital, questão social, pauperismo.

Abstract: This article aims to undestand how Marx analyzed the relation that binds the processo f capitalist accumulation and the production of pauperism in the mid Eighteenth century. It also proposes to develop some questions about the way in which the social question is treated inside the Marxist theory, specifically within the social servisse.

Keyworlds: capitalist accumulation, social question, pauperism

[1] Cientista Social pela Universidade Estadual de São Paulo – UNESP/Marília, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais.

I. ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA EM MARX

No presente estudo temos como objetivo compreender em que termos Marx analisou a relação existente entre o processo de acumulação capitalista e a produção do pauperismo em meados do século XIX, a partir da leitura do *capitulo XXIII* de *O Capital* (2013). Também nos propomos a fazer alguns apontamentos acerca do modo como o debate da questão social é desenvolvido por José Paulo Netto e Marilda Iamamoto nas obras *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (1996), *Cinco notas a propósito da questão social* (2006), *A questão social no capitalismo contemporânea* (2001).

Dividimos o texto em duas seções, quais sejam, *Acumulação capitalista e superpopulação relativa em Marx* e *Apontamentos de Marilda Iamamoto e José Paulo Netto acerca da questão social no capitalismo.* Adentremos à discussão.

No capítulo XXIII de O Capital, Marx (2013, p. 689), ao analisar a influência do aumento do capital sobre o destino da classe trabalhadora, aponta que o "fator mais importante nessa investigação é a composição do capital e as alterações que ela sofre durante o processo de acumulação e busca incessante do trabalho excedente pelo capital. Segundo o autor, a composição do capital deve ser analisada sob o aspecto do valor e da matéria. Do ponto de vista do valor, a composição do capital leva em consideração a proporção em que "o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma dos salários" – *composição de valor*.

Do ponto de vista da matéria, ou em outras palavras, da maneira como esta é utilizada no processo produtivo, o capital se divide em "meios de produção e força viva de trabalho", tal composição é determinada "pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego" – *composição técnica do capital*. Na medida em que a composição de valor do capital é determinada pela composição técnica do capital, e reflete suas modificações, Marx denomina a primeira como *composição orgânica do capital.*

Sob a égide do capital vivemos em uma condição em que a "força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital" o "seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago" (IDEM, IBIDEM, p. 695), portanto, o trabalhador só consegue um trabalho assalariado, em melhores ou piores condições, a medida que as exigências acima apontadas são satisfeitas e a reprodução ampliada do capital garantida.

A produção de mais-valia e, por conseguinte, a acumulação capitalista são o fim último da produção capitalista e constituem-se como limites as melhorias da condição de

vida da classe trabalhadora e ao fornecimento de serviços públicos de qualidade nas diversas esferas da necessidade humana, tal elemento é determinante na capacidade do capital de fazer concessões a classe trabalhadora, evidenciando-se tais limites nos momentos de crise aguda do capital como o que vivemos atualmente no Brasil e no mundo.

Deste modo, a lei da acumulação capitalista "expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho" ou "toda a elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução em escala sempre ampliada" (IDEM, IBIDEM, p. 697).

Segundo o autor, dadas as condições fundamentais e gerais do sistema capitalista – *acumulação primitiva* – com o desenvolvimento do processo de acumulação de capital chegamos a um ponto em que "o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação" (MARX, 2013, p. 698), mas em que consiste o aumento da produtividade do trabalho? Abstraídas as condições naturais e a produção isolada independente, o grau social de produtividade do trabalho é determinado pelo "volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto durante um tempo dado, com a mesma tensão da força de trabalho". Deste modo, a massa dos meios de produção que um trabalhador opera aumenta com o incremento da produtividade do trabalho.

Marx (IDEM) aponta que, com a implementação da manufatura e o emprego de máquinas, uma quantidade maior de matéria-prima é transformada em mercadorias no mesmo espaço de tempo. Isso decorre do aumento da produtividade do trabalho. Tal aumento *aparece* no capitalismo na forma de "diminuição da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção que ela movimenta ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em comparação com seus fatores objetivos" (IDEM, IBIDEM, p. 699).

A alteração na composição técnica do capital apontada, reflete-se na composição de valor do capital por meio do aumento da parte constante do capital quando comparada a sua parte variável (IDEM).

A lei da produção capitalista que determina o aumento crescente da parte constante do capital em relação à parte variável do mesmo, faz com que neste modo de produção, a parte do preço da mercadoria correspondente ao valor empregado em capital constante varie na razão direta do progresso da acumulação, enquanto a parte empregada em capital variável varia na razão inversa da mesma, em outras palavras, com a mudança na composição orgânica do capital decorrente do progresso da acumulação a parte do capital

investida na compra da força de trabalho tende a diminuir, ao passo que o investimento em matéria-prima, máquinas e instalações tende a aumentar (MARX, 2013, p. 699).

Segundo Marx (IDEM, p. 704-705), como "a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital total, mas por seu componente variável, ela decresce progressivamente com o crescimento do capital total", de maneira mais precisa, ao "aumentar o capital global, também aumenta [...] seu componente variável, ou seja, a força de trabalho nele incorporada, porém em proporção cada vez menor" – ocorre uma diminuição relativa do investimento em força de trabalho.

A diminuição relativa do componente variável do capital a medida que se desenvolve a acumulação, aparece como "um aumento absoluto da população trabalhadora, aumento que é sempre mais rápido do que o do capital variável ou dos meios que este possui para ocupar aquela". Assim a acumulação capitalista gera de maneira constante e proporcional a seu volume e energia "uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua" (MARX, 2013, p. 705).

Como afirma Marx (IDEM, p. 706), com o aumento do capital social, da escala da produção, do número de trabalhadores participantes do processo produtivo, do desenvolvimento da força produtiva de seu trabalho e do "fluxo mais amplo e pleno" da riqueza socialmente produzida "amplia-se também a escala em que uma maior atração dos trabalhadores pelo capital está vinculada a uma maior repulsão desses mesmos trabalhadores" deste modo,

> [...] aumenta a velocidade das mudanças na composição orgânica do capital e em sua forma técnica, e dilata-se o âmbito das esferas da produção que são atingidas por essas mudanças, ora simultânea, ora alternadamente. Assim, com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária (MARX, 2013, p. 706).

Essa superpopulação relativa (IDEM, IBIDEM, p. 701-702-706-707), assim como os processos de centralização e concentração do capital, se converte em alavanca da acumulação capitalista, constitui-se como produto necessário da acumulação capitalista – "condição de existência do modo de produção capitalista". Para Marx, a superpopulação aparece em três formas – *flutuante, latente e estagnada* – e se manifesta como exército industrial de reserva, propriedade do capital, como se este a tivesse criado, fornecendo a ele a força de trabalho necessária para atender as necessidades variáveis da valorização do capital. O processo de acumulação, para além de seu movimento na forma de crédito, encerra uma dimensão material, na qual "as condições técnicas do próprio processo de

produção, a maquinaria, os meios de transporte etc. possibilitam, em maior escala, a transformação mais rápida de mais-produto em meios de produção suplementares" (IDEM, IBIDEM, p. 707-708).

Existem momentos em que uma ampliação repentina do mercado ou o avanço da superabundância da produção social – oriunda do progresso da acumulação capitalista – sobre os diversos ramos – *velhos e novos* – da produção na forma de capital adicional, exige um grande aumento da oferta de força de trabalho, para que a acumulação se realize sem prejudicar a escala de produção alcançada anteriormente nas demais esferas, tal demanda é suprida prontamente pelo exército industrial de reserva (MARX, 2013, p. 708). Deste modo,

> O curso vital característico da indústria moderna, a forma de um ciclo decenal interrompido por oscilações menores de períodos de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa sobre a formação constante, sobre a maior ou menor absorção e sobre a reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com isso, convertem-se num dos mais enérgicos agentes de sua reprodução (IDEM, IBIDEM, p. 708).

A expansão abrupta e descontinua da escala de produção se configura como pressuposto de sua contração repentina que, por sua vez, leva a um novo processo expansivo, impossibilitado de ter êxito caso não encontre no mercado a força de trabalho necessária para colocá-lo em movimento. Este "material humano" é criado constantemente por meio das modificações na composição orgânica do capital já referida, sendo toda "a forma de movimento da indústria moderna derivada, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada" (IDEM, IBIDEM, p. 708). Segundo o autor, uma vez consolidado o modo de produção e sua lei populacional, até os economistas clássicos compreenderam que a superpopulação relativa é elemento essencial de sustentação da indústria moderna.

O sedimento mais precarizado da superpopulação relativa encontra-se na esfera do pauperismo, nesta encontramos os desempregados aptos para o trabalho, os órfãos e filhos de indigentes, os "degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho [...] aleijados, doentes e viúvas" que só "aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas etc" (IDEM, IBIDEM, p. 719). Como aponta Marx, o pauperismo é o asilo para o qual se encaminham os inválidos do *exército trabalhador ativo* e aqueles que sucumbem no *exército industrial de reserva*, ele é produto genuíno do processo de acumulação e "condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza" fazendo parte do que autor chama de custos mortos da produção capitalista, os quais "o capital sabe transferir de

si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média" (IDEM, IBIDEM, p. 719).

A análise marxiana sumariada acima nos permite apontar que, o mecanismo da produção e acumulação capitalista produz constantemente uma superpopulação relativa adequada às suas necessidades, mas as coisas não ficam por ai. Ao passo que se desenvolve a acumulação, é gerada uma miséria cada vez maior no seio da classe trabalhadora ativa e daqueles que habitam a zona do pauperismo, o que leva Marx a constatar que,

> Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa *é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja análise não cabe realizar aqui (MARX, 2013, p. 719-720, grifos do autor).

Assim como nas demais leis do movimento do capital analisadas por Marx, a lei geral da acumulação capitalista, não se manifesta de maneira absoluta e sim como tendência sendo influenciada por múltiplas circunstâncias, que não são tratadas pelo autor nesse momento. Nela Marx afirma que, quanto maiores forem a riqueza social, o capital, o volume e o vigor de sua expansão, a quantidade absoluta de trabalhadores e as forças produtivas do trabalho social, maior será o exército indústria de reserva. O desenvolvimento da força de trabalho é engendrado pelas mesmas engrenagens que movem o capital. Riqueza e pobreza aumentam pari-passu, de modo que, quanto maior o exército industrial de reserva em relação a classe trabalhadora ativa, maiores as amarras que prendem o trabalhador ao capital e a massa de miseráveis.

Tal estado de coisas é a tendência para a qual o processo histórico engendrado pela indústria moderna aponta. Como indica Marx, o capital lutará sempre, de maneira implacável para levar toda a classe trabalhadora ao mais baixo nível na escala social (MARX, 1982, p. 177).

II.APONTAMENTOS DE MARILDA IAMAMOTO E JOSÉ PAULO NETTO ACERCA DA QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO.

Ao buscar os elementos para apreender o significado da noção de "questão social" Netto (2006, p. 156-157) aponta que, a analise marxiana expressa no capitulo XXIII de O Capital e explicitada acima de maneira mais que breve, demonstra que a dinâmica da "questão social" consiste em "um complexo problemático muito amplo, irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo", antes, como demonstramos acima, este é criado pelos próprios trabalhadores a medida que contribuem para o processo de acumulação de capital e o consequente aumento da composição orgânica do mesmo, desta forma para a compreensão exata do significado da "questão social" na tradição marxista, faz-se necessário estudar os mecanismos pelos quais, tanto esta como o pauperismo são produzidos no capitalismo.

Como afirma o autor, a análise da lei geral da acumulação capitalista desenvolvida por Marx "revela a anatomia da 'questão social', sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios" (IDEM, IBIDEM, p. 157), deste modo, o desenvolvimento capitalista produz diferentes manifestações da mesma em cada momento particular de seu *vir a ser*. Nesse sentido a "'questão social'" é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo" (NETTO, 2006, p. 157).

Em acordo com Netto (IDEM), a proposição marxiana, ilumina a "questão social" de modo a explicitar como os elementos constitutivos da exploração capitalista do trabalho a determinam. Compreender tal determinação, implica levar em consideração a "intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc". A luta contra as manifestações da "questão social" decorrentes da dinâmica capitalista que não ataca diretamente os "dispositivos exploradores do regime do capital [...] está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos" (IDEM, IBIDEM, p. 157).

Como chama a nossa atenção Netto (IDEM), a obra de Marx nos auxilia na compreensão da radicalidade histórica da "questão social" no capitalismo, distinguindo-a das expressões sociais que nos modos de produção anteriores ao capitalismo, tinham origem na escassez. Não é a exploração o que particulariza as relações de produção capitalistas,

> o que "é distintivo desse regime, entre outros traços, é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história [...] suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social (NETTO, 2006, p. 157-158).

Nas sociedades anteriores ao capitalismo, as desigualdades, privações e demais mazelas, originavam-se da escassez decorrente do baixo nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, os indivíduos não tinham como evita-las, criando-se uma situação onde justificativas ideais para as mazelas sociais se faziam necessárias a legitimação de um dado estado de coisas, enquanto no capitalismo "decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas [...] e as relações de produção" (IDEM, IBIDEM, p. 158). Desse ponto de vista, como aponta o autor, a "questão social" não se remete a problemas sociais herdados de formações históricas anteriores, mas sim, exclusivamente a sociabilidade comandada pelo capital.

Temos como consequência da análise de Marx, em acordo com Netto, não um imobilismo político que só olha para a revolução futura se colocando de costas para as lutas do presente, mas apenas e tão somente, uma perspectiva que não se ilude "acerca do alcance das reformas no interior do capitalismo" (IDEM, IBIDEM, p. 158).

Para Iamamoto (2001, p. 10), assim como para Netto, a "análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho" encontrando-se "necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe". Nesse sentido, surgiram uma série de abordagens distintas acerca da questão social que, passam pela perspectiva sociológica influenciada pelo positivismo, que enxerga na questão social uma anomia desagregadora da ordem social, apontando para o surgimento de uma "nova questão social" produto da crise do "Estado Providência", e que propõe como resposta a questão social a satisfação dos direitos e serviços sociais pelo Estado, pelo mercado e pelas organizações privadas, a partir da "implementação de programas focalizados e descentralizados de 'combate à pobreza e a exclusão social".

Como explicitado acima, a autora parte de considerar a questão social como parte constitutiva das relações sociais capitalistas, como "expressão ampliada das desigualdades sociais" engendradas pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social sob comando do capital. Do ponto de vista da autora, o enfrentamento da questão social requer,

> [...] a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, *o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública* (IDEM, IBIDEM, p. 10-11, grifos da autora).

Nossa autora prossegue apontando que a questão social é determinada pelas formas que adotam o trabalho e o Estado no capitalismo, não se configurando como um

fenômeno recente ligado fundamentalmente ao período aberto a partir dos anos 1970 com o chamado neoliberalismo, como fazem crer algumas análises. Como aponta Netto (2006, p. 152), o termo "questão social" não tem origem na obra de Marx, todas "as indicações disponíveis sugerem que a expressão 'questão social' tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos" – década de 1830 – Iamamoto (2001, p. 11-12) corrobora com Netto afirmando que, a "expressão 'questão social' é estranha ao universo marxiano, tendo sido cunhada por volta de 1830".

Ao longo da história do capitalismo, foi "tratada sob o ângulo do poder, vista como ameaça que a luta de classes – em especial, o protagonismo da classe operária – representava à ordem instituída". Apesar de como apontado acima, o termo questão social não ser cunhado por Marx, em sua obra "os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista" (IDEM, IBIDEM, p. 11-12).

Como apontam Netto (2006) e Iamamoto (2001), a questão social tem em suas origens uma intima relação com a emergência do movimento operário e o ingresso da classe trabalhadora na cena política por meio das lutas por direitos do trabalho, da exigência de seu reconhecimento como classe pela burguesia dentro e fora do Estado. De acordo com Iamamoto,

> *Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos*. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais –, o que, nos países centrais, expressou-se no Welfare State, Estado Providência ou Estado Social (IAMAMOTO, 2001, p. 17, grifos da autora).

Netto apresenta um ar mais cético com relação as possibilidade de reconhecimento de direitos pelo Estado burguês no capitalismo monopolista ao afirmar que,

> O que deve ser posto de manifesto é o fato de esta forma de articulação entre funções econômicas e funções políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista ser uma *possibilidade* entre outras, mas assentada nas virtualidades objetivas deste estágio de desenvolvimento do capitalismo. A sua realização, em todos os quadrantes, é mediatizada pela correlação das classes e das forças sociais em presença – onde não se defrontou com um movimento democrático, operário e popular sólido, maduro, capaz de estabelecer alianças sócio-políticas em razão de objetivos determinados, a burguesia monopolista jogou em sistemas políticos desprovidos de qualquer flexibilidade e inclusividade. Com efeito, as alternativas sócio-políticas do capitalismo monopolista, sem configurar um leque infinito, comportam matizes que vão de um limite a outro – do Welfare State ao fascismo (NETTO, 1996, p. 24).

Como evidenciado, a articulação entre as funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista é uma das possibilidades colocadas, se assenta nas condições objetivas encerradas no estágio de desenvolvimento do capitalismo no qual o Estado em questão está inserido. O papel político do Estado burguês é mediatizado pela

correlação das classes e das forças sociais que participam da luta em um determinado momento. Expressão disto, podemos verificar nas diferentes posturas adotadas pela burguesia frente ao movimento operário, hora tratando-a com a ilusão dos "direitos universais" no Welfare State, hora brindando-a com o porrete do fascismo.

Os anos 1970 foram palco do esgotamento da onda longa expansiva apontada por Mandel (1982) – inaugurada no fim da 2° Guerra Mundial –, forte redução da taxa de lucro do capital determinada em certa medida pelo ascenso do movimento operário "que alcançara significativas vitórias naqueles e nos anos imediatamente anteriores" e que foi respondida pelo capital com uma ofensiva política e econômica "de início, basicamente repressiva [...] depois fundamentalmente ideológica". De acordo com Netto (2006), a combinação entre a globalização e o neoliberalismo "veio para demonstrar aos ingênuos que o capital não tem nenhum 'compromisso social' – o seu esforço para romper com qualquer regulação política, extramercado, tem sido coroado de êxito", o Estado do Bem Estar Social foi desmontado na parte do mundo onde existiu, intensificando por meio da globalização, transnacionalização, substituição do padrão fordista de produção, a exploração da classe trabalhadora e as manifestações da questão social sob novas formas, tais manifestações foram interpretadas erroneamente, por setores críticos ao pensamento marxiano, como a "nova questão social" (NETTO, 2006, p. 159-160).

Em acordo com a avaliação de Netto de que, não existe uma nova questão social, mas sim novas formas de manifestação da velha questão social, condicionadas pelos caminhos particulares que adota o movimento do capital sob a égide do capital financeiro Iamamoto afirma que,

> [...] *presencia-se hoje uma renovação da velha questão sócial*, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, *sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção/reprodução na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições. Alteram-se as bases históricas que mediatizam sua produção/reprodução na periferia dos centros mundiais, em um contexto de globalização da produção e dos mercados, da política e da cultura, sob a égide do capital financeiro, acompanhadas de lutas surdas e abertas, nitidamente desiguais, que demarcam esse processo na cena contemporânea* (IAMAMOTO, 2001, p. 18, grifos da autora).

Iamamoto (IDEM) demarca que, nas condições atuais do processo de produção capitalista a "'velha questão social' metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens". Hoje mais do que nunca, está exposta a enorme "fissura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam". Tal situação, acarreta um crescimento significativo das desigualdades, bem como da luta contra as diversas manifestações da questão social "no âmbito do trabalho, do acesso a direitos e serviços, no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, etc", ainda que silenciadas pelos meios de comunicação.

Concluímos junto à Iamamoto (IDEM, p. 21) que, a "fecundidade do legado analítico de Marx é confirmada [...] ao se apreender as novas determinações históricas da questão social, complexificada nas suas formas de expressão". Deste modo, reafirma-se em patamar superior a necessidade de uma análise do capitalismo contemporâneo a partir da teoria marxiana, capaz de perceber as manifestações da questão social em sua intima relação com o movimento do valor. Como afirmamos no início deste trabalho o capitalismo tem como fim último a produção de mais-valia e a acumulação de capital, sendo estas o limite das melhorias da condição de vida da classe trabalhadora e ao fornecimento de serviços públicos de qualidade nas diversas esferas da necessidade humana, tal elemento é determinante na capacidade do capital de fazer concessões a classe trabalhadora, se expressando de maneira mais aguda nos momentos de crise, como podemos observar nas fissuras que se desenvolvem no mundo atual e na sociedade brasileira em particular.

BIBLIOGRAFIA

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, 2001.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política** : Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Salário, Preço e Lucro.** São Paulo: Abril cultural, 1982.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CONFIGURAÇÕES DO CAPITALISMO NA ATUALIDADE E OS IMPACTOS PARA A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL

Ana Paula da Costa Diniz[2]

Resumo

O presente artigo se propõe a discutir sobre as configurações do capitalismo elencando elementos do cenário internacional e da realidade brasileira. Para então debater sobre a política de saúde frente a um contexto de retrocessos e desmonte da seguridade social no país.

Palavras-chave: capitalismo, seguridade social, saúde.

Abstract

This article proposes to discuss the configurations of capitalism by listing elements of the international scenario and the Brazilian reality. To discuss health policy in the face of a setbacks and dismantling of social security in the country.

Key words: capitalism, social security, health.

[2] 2 Ana Paula da Costa Diniz. Assistente Social. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF. lpdap@hotmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais.

I- INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe elucidar sobre aspectos do capitalismo na contemporaneidade a nível internacional e nacional. Para tanto, o debate sobre a necessidade inerente ao modo de produção capitalista de concentrar capitais, e, por conseguinte a própria mercantilização das relações sociais é brevemente trabalhado. Podemos apontar a submissão dos sujeitos a vivências cada vez mais alienantes e entrelaçadas ao trabalho expropriado, limitando as possibilidades de uma vida para além do trabalho. As mudanças do capitalismo repercutiram diretamente na política de saúde no Brasil. A partir dos anos 1990 pós promulgação da Constituinte, consta-se a precarização e o sucateamento dos serviços de saúde de saúde, desencadeado por um conjunto de ações governamentais com o intuito de reduzir o investimento estatal, em contrapartida, para assim elevar o aumento de companhias ofertando atendimento de saúde particular. A compreensão dessa conjuntura é imprescindível para a análise dos impactos na política de saúde, que ocorrera de forma gradativa e que ocorre até os dias atuais.

O primeiro ponto do referido trabalho se propõe a discutir sobre o cenário internacional do capitalismo e apresentar alguns aspectos conjunturais capazes de subsidiar a análise da posição do Brasil no sistema capitalista e os impactos para a política de saúde no país. Na segunda parte do artigo, o debate em torno das particularidades do capitalismo no Brasil são elencadas com o intuito de oferecer ao leitor um panorama geral sobre a realidade nacional. E para finalizar, trazemos os reflexos dessa ofensiva capitalista para a política de saúde no Brasil.

II- O CENÁRIO INTERNACIONAL EM DESTAQUE ELEMENTOS PARA ANÁLISE CONJUNTURAL

A partir dos anos 1970, a crise estrutural do capital alterou consubstancialmente o processo produtivo, o papel do Estado e incidiu diretamente na composição do mundo do trabalho. Tal conjuntura justificou o discurso acerca da necessidade de alterar a função do Estado, cabendo ao mesmo “coordenar” as ações dentro de sua administração. Na realidade tal papel assumido pelo Estado não significa sua ausência mas o redirecionamento das funções tendo como prioridade agir de modo a maximizar o lucro do capital.

> O final do século XX e a primeira década do século XXI demonstram a falsidade dos prognósticos dos que imaginaram um mundo pós-industrial, pós-capitalista e pós-moderno, no qual o trabalho perderia tanto seu sentido ontológico de configuração do ser humano, quanto seu sentido de base para a emancipação da humanidade, ou, ainda, o de elemento fundamental para extração do mais-valor e para a reprodução do capital. Ao contrário, a difusão da industrialização, isto é, de formas massivas de extração de mais-valor, sob suas mais variadas modalidades, fabril ou outras, arrisca submergir a humanidade em dejetos; a produção de trabalhadores disponíveis para o mercado acelerou-se com a superposição de inúmeras expropriações, incidindo em todo o mundo, embora de maneira desigual e intensificando crises sociais, porém barateou em nível planetário o valor da força de trabalho. (FONTES, 2010, p. 150)

Como salientado pela autora supracitada, o capital utiliza da forma tanto da forma fabril como da forma especulativa para expandir a extração da mais-valia, mas a centralidade versa sobre a exploração da força de trabalho. No início do século XXI alguns discursos afirmavam a possibilidade da categoria trabalho perder a sua importância devido ao desenvolvimento do maquinário da produção. Ao contrário, há como produto uma massa de trabalhadores fora do processo de trabalho, os denominados por Marx como "*exército industrial de reserva"* que exercem a função social tanto em nível de demonstrar aos inseridos no sistema produtivo, o sentimento de serem 'gratos' por terem um trabalho, como mecanismo para baratear o custo da força de trabalho.

Parte-se da compreensão de que o trabalho é a categoria fundante e essência do ser social. Através do trabalho o homem transforma a natureza e a si mesmo. Nessa interação tanto o homem quanto o objeto de sua intervenção se modificam e se aperfeiçoam. Entender a centralidade do trabalho na vida social é de suma importância para a compreensão do seu valor na sociedade capitalista.

Na era capitalista, o trabalho invade o cotidiano da vida dos sujeitos de tal modo que por vezes a sua centralidade obscurece diante do avanço da tecnologia e da informática que tende a substituir o homem e maximizar os tempos da produção. Esse processo eleva o quantitativo de trabalhadores fora do mercado formal que tendem a ocupar postos de trabalho precários, mas nos exclui do processo de produção de valor. Pelo contrário, a existência de um grande quantitativo de trabalhadores exercendo trabalhos sem vínculos é vital para o capital com vistas à elevação e aumento dos lucros.

Desta forma, também é relevante para o capital, "o roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual" (Antunes, 2008, p. 54), que se dá a partir da absorção do tempo de vida da classe trabalhadora seja através da intensificação ou prolongamento das jornadas de trabalho. É essencial ao desenvolvimento do sistema capitalista dispor do maior tempo possível de trabalho, em detrimento de outros tempos

sociais, tendo em vista o objetivo principal de elevar o tempo de trabalho excedente ao mesmo tempo em que reduz o tempo de trabalho em detrimento de outros tempos como: lazer, família, entre outros.

Conforme discorre Netto (2012), vivemos período de plena barbarização da vida social comprovado pelos indicadores sociais e pelo modo de produção das forças produtivas e financeirização do capital. Comprovando assim a perversidade do modo de produção capitalista na atualidade aliada as estratégias implantadas de desestruturação da organização da classe trabalhadora.

As condições intrínsecas ao sistema capitalista a produção social e a apropriação privada da mesma agravam as crises que são inerentes ao próprio sistema que produz suas contradições. Ou seja, ao mesmo tempo que cria as condições reais para satisfação das necessidades humanas, expropria a mesma para fins especulativos e lucrativo e por consequência, impossibilita a parte da produção de acessar a tais bens produzidos.

A crise dos anos 1970 aponta o limite do Estado de Bem-Estar social (modelo predominante nos países capitalistas centrais da Europa). Apresentava como característica a construção de um sistema de seguridade e a busca pelo pleno emprego nos moldes produtivos do taylorismo/fordismo. Diante do contexto de crise, duas estratégias são apresentadas: a necessidade reforma do Estado e a introdução de um novo paradigma produtivo. (MATOS, 2013)

A primeira estratégia para retomada dos lucros é necessidade de reformar o Estado por meio da redução das políticas públicas; corte dos funcionários públicos; redução dos direitos dos trabalhadores e incentivos ao setores privados. E a segunda estratégia é a combinação do modelo taylorismo/fordismo com o toyotismo. Até 1970 o padrão taylorista/fordista3 era hegemônico, mas a partir daí novas estratégias são criadas a chamada reestruturação produtiva por meio do modo toyotista de produção. (MATOS, 2013)

Essas mudanças incidem nas transformações no mundo do trabalho que culminaram na tese que defende o “fim da sociedade do trabalho”, e por consequência o próprio desaparecimento da classe trabalhadora. Para Antunes (2008), o trabalho adquiriu contornos diferenciados, frente ao surgimento de um elevado quantitativo de trabalhadores

3 O modelo taylorista/fordista se estruturou com base no trabalho parcelado e fragmentado, em tarefas decompostas, cuja ação do operariado era reduzido a um conjunto repetitivo de atividades que no trabalho coletivo produzia mercadorias. (ANTUNES, 2009) Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

em empregos precarizados desprovidos de qualquer proteção trabalhista. O grande imperativo é empreender a forma de ser da classe trabalhadora, sua "nova morfologia", assim apreendida em suas formas como trabalhador operário industrial, do campo e dos setores de serviços.

> O resultado parece evidente: intensificam-se as formas de extração de trabalho, ampliam-se as terceirizações, as noções de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo do capital produzir as mercadoras, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas. (ANTUNES, 2008, p. 107-108)

A reestruturação produtiva com a introdução de maquinário robótico substituiu parcela da população trabalhadora. Tais alterações fundamentaram discursos sobre o "fim do trabalho" diante da revolução científica e tecnológica em curso desde a metade do século XX com a introdução da robótica, desenvolvimento da biologia, da química e física, possibilitando a redução da necessidade da força de trabalho no processo produtivo.

> O capital pode emergir e triunfar sobre seus antecessores históricos como um sistema de controle sociometabólico pelo abandono de todas as considerações da necessidade humana vinculada às limitações dos valores de uso não-quantificáveis, sobrepondo-lhes – como pré-requisito absoluto de sua legitimação para se tornarem alvos aceitáveis de produção – os imperativos fetichistas do valor de troca quantificável e sempre expansivo. Eis como a forma historicamente específica do sistema do capital: sua variedade burguesa capitalista, passou a existir. (MESZAROS, 2007, p. 56)

Dentre as necessidades imediatas para a restauração das taxas de lucro, o projeto neoliberal combinou flexibilização das relações de produção e de trabalho, desregulamentação das relações comerciais e financeiras e privatização do patrimônio público com a transferência para o setor privado.

> [...o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da "flexibilização" (da produção, das relações de trabalho), da "desregulamentação" (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da "privatização" (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a "desregulamentação" liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais] (NETTO, 2012, p. 417)

A reflexão realizada por (NETTO, 2012), sintetiza os elementos presentes no neoliberalismo. Primeiro a flexibilização das relações de trabalho e produção, a desregulamentação que refere-se a eliminação das barreiras para os fluxos comerciais, e por fim, a privatização do setor público. Tais medidas impactam diretamente na política de

saúde, mas especificamente nos serviços prestados que tendem a lógica de mercado, temática a ser problematizado no próximo ponto.

III- CAPITALISMO NA CONTEMPORANEIDADE: A REALIDADE BRASILEIRA EM DEBATE

Sobre a realidade brasileira, podemos atestar que a expansão do capitalismo não seguiu os moldes dos países centrais, nem tampouco há traços de revoluções burguesas nacionais. Podemos afirmar sobre a burguesia brasileira que:

> Essa burguesia brasileira remói, resulta e promove contradições. No ruminar de antigas contradições, atualiza as heranças das formas de dominação pregressas, das quais se instaura como herdeira. Assim, retoma os traços de uma colonização que a independência política jamais intentou seriamente ultrapassar, como as formas persistentes de racismo e a recriação de sua subalternidade no âmbito cultural, permeável e porosa a todas as expressões do lixo cultural internacional (do *fast food* às televisões, onde se destaca o Big Brother), ao lado de uma pujante cultura brasileira, repetidas vezes estropiada e caricaturada. (FONTES, 2009, p. 312)

Ou seja, uma classe que mantem traços coloniais de dependência brasileira e sua posição subalterna no cenário internacional. Ao mesmo tempo que reafirma uma indústria cultural pobre, vazia de conteúdos, com o intuito de massificar a população de informações alienantes.

A partir da década de 1990, altera-se a escala de concentração de capitais com base no território brasileiro, através do crescimento de investimentos diretos estrangeiros, concentração estimulada pelas privatizações, de centralização (fusões e aquisições) de empresas, pela continuidade das associações entre capitais brasileiros e estrangeiros.

Em relação ao processo de internacionalização, no caso do Brasil, o mercado internou sofreu com esse processo, tanto pela presença das empresas estrangeiras como pelo aumento do conteúdo importado da produção. Podendo se caracterizado como um processo de internacionalização do mercado interno. Tendo como resultado a manutenção da característica de um grande país exportador de produtos primários (matérias-primas) e de produtos com uso intensivo de recursos naturais para os países desenvolvidos.

A década de 1990 assistiu um enorme salto de associatividade das fundações e associações sem fins lucrativos. Ressalta-se que esse processo colabora para a expropriação das atividades até então públicas; reconfigura o teor do próprio processo

político e por fim, segrega e criminaliza as entidades associativas que denunciam o caráter de classe preponderante. Abre-se o caminho para privatização de vários setores no que refere ao âmbito social.

Em relação as políticas sociais, podemos apontar o processo caracterizado como "reforma" do Estado brasileiro para Behring (2003), que pode ser denominado como a contrareforma do Estado, por apresentar um caráter regressivo frente as conquistas da Carta Constitucional de 1988 e do conjunto de direitos sociais contidos nesta. As políticas sociais nesse período aparecem direcionadas/focadas nos mais pobres com critérios seletivos e excludentes e tendem a perder seu caráter universal.

> Ao Estado cabe um papel coordenador suplementar. Se a crise se localiza na insolvência fiscal do Estado, no excesso de regulação e na rigidez e ineficiência do serviço público, há que reformar o Estado, tendo em vista recuperar a governabilidade (legitimidade) e a governance (capacidade financeira e administrativa de governar). A perspectiva da reforma é garantir taxas de poupança e investimento adequadas, eficiente alocação de recursos e distribuição de renda mais justa. O lugar da política social no Estado social-liberal é deslocado: os serviços de saúde e educação, dentre outros, serão contratados e executados por organizações públicas não-estatais competitivas (BEHRING, 2003, p. 173).

Aponta-se o Estado como responsável pela crise, devido a sua regulação excessiva e prejudicial, sendo necessária uma reorganização do seu papel com vistas à otimizar da sua administração. No que tange a intervenção na área social, há forte transferência de responsabilidade a organizações da sociedade civil, frente a ineficiência do Estado em gerir determinados serviços como saúde, educação (BEHRING, 2003).

As ações do Estado voltadas para área social restringem-se a mera reprodução da força de trabalho, a concepção de cidadania volta-se para a ideia do ter em detrimento do ser, ou seja, é considerado cidadão sob essa ótica o sujeito capaz de consumir e integrando-se ao livre jogo das forças do mercado, o que na realidade não passa por um processo de escolha pessoal, mas do lugar que se ocupa nessa sociedade.

O acesso as políticas sociais restringem-se diante das reformas imperadas pelo Estado, perdem o caráter universal frente ao ideário neoliberal que individualiza as demandas e necessidades dos sujeitos os culpabilizando por seus problemas sociais. Dentro deste contexto há ampliação das políticas de transferência de renda, focadas nos mais pobres, como o bolsa família enquanto solução pragmática para a desigualdade social. Esse movimento é de suma importância para o capital visto que possibilita a essa parcela beneficiária destes programas o poder de compra e assim consumir possibilitando a continuidade do ciclo do capital.

Nesse sentido é importante considerar que o sistema de direitos sociais que se condensam na Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social) passam por um processo de fragmentação, e segundo Mota (2006)

> Embora a arquitetura da seguridade brasileira pós-1988 tenha a orientação e o conteúdo daquelas que conformam o estado de bem-estar nos países desenvolvidos, as características excludentes do mercado de trabalho, o grau de pauperização da população, o nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado permitem afirmar que no Brasil a adoção de concepção de seguridade social não se traduziu objetivamente numa universalização do acesso aos benefícios sociais. (MOTA, 2006, p. 42)

A década de 1990 assistiu um enorme salto de associatividade das fundações e associações sem fins lucrativos. Ressalta-se que esse processo colabora para a expropriação das atividades até então públicas; reconfigura o teor do próprio processo político e por fim, segrega e criminaliza as entidades associativas que denunciam o caráter de classe preponderante. Abre-se o caminho para privatização de vários setores no que refere ao âmbito social.

Dentre as justificativas para a realização da contrarreforma da seguridade social, podemos destacar: a publicização de déficit orçamentário na previdência social de movo que é necessário reformar, tornando-a básica; refilantropizar a política de assistência social por meio do Programa Comunidade Solidária; sucateamento do SUS, fragmentação e ampliação restrita da política de saúde. (SOARES, 2011) Diante desse cenário nacional, a proposta do próximo ponto é debater sobre os reflexos desse contexto para a política de saúde na atualidade.

IV- A SAÚDE NO BRASIL: ELEMENTOS EM DISCUSSÃO

As análises feitas aqui partem do início do governo Lula até o presente. Primeiramente é importante frisar a expectativa em torno da reafirmação dos compromissos com o fortalecimento com o projeto da reforma sanitária no governo Lula. Na prática constata-se a presença de dois projetos de saúde: o de natureza privativa e o projeto da reforma sanitária. Podemos já elucidar que em relação a concepção de seguridade social, permanece a fragmentação entre as três esferas: assistência, saúde e previdência.

(BRAVO, 2006) A autora apresenta aspectos de continuidade e inovação implementadas durante do governo Lula no concerne a política de saúde. Referente ao aspecto de inovação, destaca o resgate da concepção de saúde como defendido no projeto

da reforma sanitária; a contratação de profissionais comprometidos com a saúde pública; 12ª Conferência Nacional de Saúde convocada de forma extraordinária e realizada no primeiro do seu mandato, são alguns dos elementos de inovação.

Com relação as aspectos de continuidade a autora destaca a focalização, precarização e terceirização dos recursos humanos e no desfinanciamento. Apresenta como exemplos dessa focalização o enfoque no Programa Saúde da Família mas sem buscar a integralidade de atenção básica e o seu atendimento a toda população dentro da perspectiva da universalidade dos serviços prestados. Em relação a precarização e terceirização, destaque para as contratações dos agentes comunitários sem a devida regularização da categoria profissional, a não contratação por meio de concursos públicos e a falta de delimitação das funções do agente comunitário.

E por fim, a questão do desfinanciamento é o aspecto mais complexo por se tratar especificamente do custeio da política pública de saúde e para a manutenção dos elementos já apontados como a precarização, focalização e precarização dos serviços. A autora aponta algumas medidas de desvio do orçamento como a transferência de recurso público para o superávit primário, reduzindo o montante de dinheiro a ser investido na saúde.

Em relação às configurações da política de saúde a partir do Governo Lula, Dilma, apontamos novamente a continuidade das políticas já implementadas no governo anterior – governo de Fernando Henrique Cardoso, e a manutenção dos princípios da economia brasileira nos últimos anos. Evidencia-se a a precarização e terceirização dos trabalhadores do SUS, com a ampliação do movimento rumo a privatização da saúde pública. Ou seja, elementos de continuidade da década de 1990, focado no processo de focalização, precarização e na terceirização dos profissionais da saúde. (BRAVO, 2006)

No que tange as medidas no plano legal podemos elencar algumas ações. Destaque para duas ações em 2015 que contribuíram com o subfinanciamento do SUS. O primeiro trata da permissão do capital estrangeiro, estabelecido pela Lei nº 13.097/2015 abre caminho para injeção de capital estrangeiro na saúde pública. em adquirir as Santas Casas – instituições de cunho filantrópico, financiadas pelo Estado Nacional; e a segunda, diz respeito à Emenda Constitucional nº 86/2015 que altera a base de cálculo do financiamento da união, que reduz o gasto pelo ente federal.

É inegável nos remetermos a questão da relação entre o mercado privado e o financiamento do sistema público de saúde. Na atual conjuntura de crise do capital na

contemporaneidade, constata-se as lacunas no financiamento da seguridade social e da própria política de saúde.

V- CONCLUSÃO

Nas unidades de saúde é perceptível a falta de investimento em medicamentos, insumos, na política de saúde em sua totalidade. Em relação aos trabalhadores a transferência da responsabilidade da gestão dos recursos humanos para as organizações sociais reforça a lógica de mercado e a necessidade do alcance de metas estabelecidos pelos gestores da saúde. Concomitante a esse processo encontra-se o aumento da procura do judiciário com pleitos de saúde no campo individual, que na prática não provoca a ampliação da política de saúde, mas em respostas no âmbito do privado.

O atual cenário demonstra que só por meio da organização da classe trabalhadora em sua totalidade, reis mudanças na realidade da política de saúde são viáveis para que minimamente as conquistas alcançadas não sejam aniquiladas pela ordem do capital.

VI- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. Ed. Rev. Ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional – 3 ed. – São Paulo: Cortez: Brasília <DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

FONTES, Virginia. O imperialismo brasileiro. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURGO et al. Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. SP: Expressão Popular, 2009. P. 220-245.

_____. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. / Virgínia Fontes. - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

MATTOS, Maurílio Castro de. Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional – São Paulo: Cortez, 2013.

MESZAROS, Istvan. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

SOARES, Raquel Cavalcante. A contrarreforma na política de saúde e o sus hoje: impactos e demandas ao serviço social. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernanbuco. CCSA. Serviço Social, 2011.

O PRONATEC APRENDIZ E A POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO[4]

Ednéia Alves de Oliveira[5]

Amanda Campos Bergamasquini[6]

Monalisa Souza Bargiona[7]

RESUMO: A presente pesquisa objetiva conhecer o programa **Pronatec Aprendiz** no município de Juiz de Fora. Trata-se de uma pesquisa documental, cujo objetivo é analisar os resultados e impactos deste programa na vida do público a que se destina, jovens entre 15 e 24 anos que frequentam a escola e estão inseridos no serviço de Proteção Social Especial. Os resultados da pesquisa mostraram que este programa, como outros de qualificação profissional para jovens no país, são medidas paliativas que não conseguem reverter as condições de vida do público a que se destinam.

PALAVRAS-CHAVE: Pronatec Aprendiz; mercado de trabalho; qualificação profissional.

ABSTRACT: The present research aims to know the Pronatec Apprentice program in the city of Juiz de Fora. It is a documentary research whose objective is to analyze the results and impacts of this program in the life of the target audience, young people between 15 and 24 years old who attended the school and who were included in the Special Social Protection service. The results of the research showed that this program, like other professional qualification for young people in the country, are palliative measures that can not revert the living conditions of the target audience.

KEYWORDS: Pronatec Aprendiz; job market; professional qualification.

[4]A pesquisa se encontra no eixo: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital.

[5]Doutora em Serviço Social (UERJ- RJ). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social e Professora do Programa de Pós Graduação da FSS/UFJF. E-mail: oliveiraedneia2798@gmail.com.

[6]Graduanda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da UFJF- MG. E-mail: amandabergamasquini@gmail.com.

[7]Graduanda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da UFJF- MG. E-mail: monasza3@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O estudo que apresentaremos ao longo deste trabalho é um desdobramento da pesquisa intitulada "A política de emprego no município de Juiz de Fora[8]", desenvolvida no período de 2015/2016, através do programa de iniciação científica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esta tinha por objetivo central realizar um levantamento minucioso dos programas, projetos e políticas desenvolvidos no município para geração de emprego e renda. A partir dessa catalogação, verificou-se a existência de um grande número de ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, algumas em parcerias com o Estado de Minas Gerais e outras com a União. Dentre os vários programas destacamos o Pronatec Jovem Aprendiz, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) de Juiz de Fora. Este, uma ramificação do PRONATEC, foi um programa piloto, que objetivou oferecer vagas, prioritariamente, à jovens e adolescentes com idade entre 15 e 24 anos, que frequentassem a escola e estivessem inseridos em serviços da Proteção Social Especial (casas de acolhimento institucional e cumprimento de medidas socioeducativas) (SDS, 2015).

No intuito de conhecer melhor o programa citado, apresentamos a proposta de iniciação científica intitulada "Pronatec Aprendiz e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho", para o período de 2016/2017. Nosso objetivo foi identificar as formas de implementação do Programa e seus resultados. Para tal fizemos visitas a SDS e ao SEST/SENAT, parceiros na execução do programa na cidade. No entanto, pelo fato de o programa ter sido encerrado no município e não existirem documentos de avaliação dos resultados, não foi possível realizar a pesquisa como havia sido proposto inicialmente.

Acerca do programa, é importante destacar que este tem ênfase na questão da formação e qualificação para o mercado de trabalho, perspectiva adotada pelas políticas de emprego implementadas no Brasil no início dos anos de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso e mantidas pelos governos que o sucederam. Tais políticas primam pela reversão do quadro de desemprego estrutural e apostam em medidas empreendedoras e de formação e qualificação da força de trabalho, através de cursos técnicos como forma de inserção no mercado de trabalho. Outra característica das políticas de emprego é a possibilidade de geração de renda à população pobre enquanto se qualifica, criando um fetiche da renda e do emprego como forma de inclusão social.

Isto posto, nos interessa destacar a formação e a qualificação como um mecanismo que possibilita, ou não, a inserção de jovens no mercado de trabalho; compreender como se

[8]Município de Juiz de Fora, Minas Gerais- Brasil.

deu a implementação e as particularidades do Pronatec Aprendiz no município de Juiz deFora; e por fim, analisar os programas de geração de emprego e renda, focando o Pronatec Aprendiz.

2. AS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO BRASIL E A QUALIFICAÇÃO COMO MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL

As políticas de emprego foram consideradas instrumentos importantes para reverter o quadro de desemprego estrutural, iniciado no começo dos anos de 1970 nos países do centro. Segundo orientações das agências multilaterais, tais políticas deveriam seguir diretrizes bastante similares em todos os países inseridos na lógica do modo de produção capitalista. É importante lembrar que estas políticas vem acompanhadas de ajustes estruturais estabelecidos por essas agências e também por uma restruturação produtiva. Tal reestruturação, ainda em curso, tem implicado na demissão de vários trabalhadores, haja vista que a introdução da tecnologia e a substituição do fordismo pelo toyotismo que ampliam o trabalho morto. Desta forma as políticas macroeconômicas desenvolvidas no pós segunda guerra deixam de ser o fundamento do emprego e, em seu lugar, assistimos o desenvolvimento de políticas de emprego e renda para minimizar os impactos provocados por este estágio de acumulação capitalista (OLIVEIRA, 2017).

A ênfase destas políticas será no incentivo ao empreendedorismo e na qualificação da força de trabalho, denotando um claro viés individualista, pois passa-se a acreditar que a reinserção ou permanência no trabalho está vinculada à capacidade individual. Estas tendências da política de emprego mostram-se afinadas com o neoliberalismo. Neste sentido, a questão do emprego ou a falta dele é considerado como uma questão natural e de responsabilidade dos sujeitos, negando categorias fundamentais do modo de produção capitalista como concentração/centralização da renda, trabalho explorado e excedente e acumulação de capital através da extração da mais valia (OLIVEIRA,2017).

Nos países da periferia, caso exemplar do Brasil, tais medidas reforçam a histórica desigualdade social, pois a reestruturação produtiva acontece simultaneamente com a refração do Estado brasileiro nos investimentos em políticas públicas. Além da ausência de políticas de proteção ao desemprego, o salário sempre foi baixo e as condições de trabalho precárias. A tudo isto soma-se a ausência de uma política educacional democrática que permitisse a competição pela inserção no mercado formal de trabalho a todos os indivíduos.

A ênfase na educação não é uma elemento novo na dinâmica do modo de produção capitalista. Esta lógica já estava presente no modelo fordista, percebe-se nitidamente a ideia da formação estritamente vinculado à lógica da produção e da competição individual. Com a substituição do fordismo/taylorismo pelas técnicas do toyotismo se introduz a lógica gerencial nas empresas. A ideia de uma reestruturação produtiva acarretou na defesa da formação agora sob novas premissas. Nas palavras de Kuenzer (2010), articula as capacidades de agir intelectualmente e pensar produtivamente. Ampliou-se a velha concepção de qualificação típica do taylorismo/fordismo, que se baseava na aquisição de habilidades técnicas, para uma em que a força de trabalho deve se educar continuamente, ser hábil no enfrentamento de situações imprevistas e competente na resolução de problemas complexos.

Esta perspectiva já se vislumbrava nos anos de 1960 quando ocorre a introdução da defesa do capital humano. Elaborada pelo economista norte-americano Theodore Schultz, a ideia era que o desenvolvimento pessoal e social aconteceria desde que se investisse nesse capital. Isso explicaria, inclusive, as diferenças econômicas entre os países, já que enquanto alguns investem mais em educação - o que lhes garante uma renda mais elevada - outros se acomodam à condições subalternas. Sob a ótica de Schultz o investimento em capital humano seria a chave para a resolução de problemas como, subdesenvolvimento, desemprego e miséria. Visto isso, no sistema educacional seria possível que o trabalhador adquirisse competências que o levariam a alcançar uma boa colocação no mercado de trabalho (GALVÃO, 2007). Percebe-se a lógica da empregabilidade alicerçada pela competência individual, sem qualquer relação com as condições objetivas postas pelo mercado de trabalho sob o comando do modo de produção capitalista.

A política educacional sempre foi elitista e excludente. Ou seja, privilegiam determinados estratos sociais, deixando à margem milhares de brasileiros, sobretudo aqueles oriundos das famílias mais pobres e, preferencialmente, negros. É para este segmento populacional que as políticas de emprego e renda serão desenvolvidas no Brasil. Iniciadas no governo de FHC, estas políticas se caracterizam pela presença de programas sociais ligadas à qualificação, geração de renda e do empreendedorismo.

Tal fato pode ser constatado pelas primeiras inciativas adotadas no governo de FHC. Sob a justificativa de combater a desigualdade social, o desemprego e alavancar o crescimento econômico, este governo iniciou uma série de programas de combate ao desemprego e à pobreza, como o Programa Comunidade Solidária em 1995, resgatando os

pressupostos da antiga Legião Brasileira de Assistência, numa tentativa de criar políticas e programas para minimizar o quadro de pobreza e miséria no país (OLIVEIRA, 2017).

Em relação aos programas de geração de emprego e renda, o governo FHC enfatizou o empreendedorismo, investindo também na formação. O Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor) foi criado para qualificar trabalhadores com recursos oriundos do FAT. Na prática, o programa foi focalizado na qualificação de jovens pobres, principalmente de regiões mais propensas a criminalidade e violência. Sem alcançar os resultados esperados, foi extinto no início do Governo Lula, e substituído pelo Programa Jovem e o Primeiro Emprego, que na prática alterou a estrutura e os objetivos do programa anterior (OLIVEIRA, 2017).

Outros programas importantes foram criados no governo FHC. Em 1995 foi elaborado o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), para financiar pequenos e microempreendimentos e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), para fomentar a atividade rural. Outra tentativa, em 1996, foi o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO), com investimento na área de turismo, transporte, energia e saneamento. De acordo com Oliveira (2017), as principais políticas do governo FHC foram a criação de contratos atípicos e a implantação de programas voltados para as camadas mais pobres. No entanto, tais iniciativas não lograram o êxito esperando e o desemprego continuou a crescer durante toda a década.

Devido ao insucesso dessas políticas, nos anos posteriores os programas de transferência de renda ganharam foco. Dentre eles, o que mais se destacou foi o Bolsa Família do governo Lula. E em seu mandato vários programas se destacaram: O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), para incentivar o empreendedorismo e a capacidade individual dos jovens; Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, com ações voltadas à projetos e empreendimentos coletivos; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), para qualificação e geração de renda; Programa Universidade para Todos (PROUNI), que oferece bolsas de estudo em faculdades particulares e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), para expandir as universidades públicas e aumentar o número de vagas. Tais programas se voltam para a população pobre e foram criadas para gerar renda, estimular a criação de microempresas e qualificar e requalificar a força de trabalho, ou seja, estão de acordo com as recomendações das agências multilaterais.

No governo de Dilma Rousseff, há um prosseguimento dos programas anteriores. Ou seja, mantém-se o foco na transferência de renda, no incentivo ao empreendedorismo e na qualificação profissional. Vários programas voltados para educação e qualificação foram implantados neste período, como o "Ciência Sem Fronteiras" visando estimular a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores através da concessão de bolsas em universidades estrangeiras. Também em 2011, efetivou-se um novo ciclo de expansão de universidades mediante a formatação de consórcios para a criação de campus temáticos e multicampus. Em 2014 destaca-se o novo Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo 10% do PIB para a educação. E finalmente, em 2016, é concebido o programa Mais Educação, o qual visa estimular o ensino em período integral, com prioridade nas regiões mais pobres.

Ainda na lógica de qualificação e formação profissional foi criado através da Lei 12.513/2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), projeto que foi o pilar do governo Dilma, assim como o Bolsa Família foi para o governo Lula. Tal Programa prevê a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, tendo como público-alvo, segundo o programa, minorias marginalizadas e em situação de risco social, pessoas em situação de desemprego, estudantes do Ensino Médio da rede pública, trabalhadores, beneficiários de programas federais de transferência de renda (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

3. O PRONATEC APRENDIZ E A POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) se insere no conjunto das chamadas políticas de emprego e renda, iniciadas no Brasil nos anos de 1990. De acordo com o exposto pelo Ministério da Educação (2011), o programa objetiva democratizar a educação profissional e técnica no país - ofertando bolsas de estudo -, aumentando as chances de inserção desses sujeitos, excluídos economicamente e socialmente, no mercado de trabalho.

O município de Juiz de Fora, à frente de capitais como Manaus, Belém e Teresina, realizou mais de 5.500 encaminhamentos desde 2012 (BRUGIOLO; RIBEIRO; SANTOS, 2016). Tais números chamaram a atenção do Ministério do Desenvolvimento Social, e

sendo reconhecida em 2014 como a cidade mineira com maior número de matrículas foi uma das nove escolhidas para implantar o piloto do novo programa: o Pronatec Aprendiz.

Lançado em setembro de 2014, o Pronatec Aprendiz foi resultado da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República. Em sua primeira fase, nove cidades brasileiras foram escolhidas para a implantação do projeto piloto: Belém (PA), Contagem (MG), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Manaus (AM), Palmas (TO), Teresina (PI), Uberlândia (MG), e claro Juiz de Fora (MG).

De acordo com o documento de referência do Pronatec Aprendiz, este é para jovens de 14 a 24 anos matriculados no ensino regular ou que tenham concluído o Ensino Médio o programa segue as regras da Lei 10.097/200, a Lei da Aprendizagem que regula o ensino do aprendiz no Brasil. Durante o programa os jovens e adolescentes podem trabalhar de 4 a 6 horas ao dia desde que fora do horário escolar em micro e pequenas empresas e receber o equivalente por hora do salário-mínimo. Com vínculo empregatício, ou seja, anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, cabe às empresas o recolhimento de 2% de FGTS. Não há pagamento de verba rescisória ao final do contrato, que tem duração máxima de 2 anos. As micro e pequenas empresas devem ainda ter ao menos um trabalhador contratado para cada aprendiz. Quanto à qualificação, esta é oferecida por meio dos cursos gratuitos do Pronatec e gastos com uniforme, lanche, vale-transporte e material didático também são custeados pelo Governo Federal.

Apesar de oferecer força de trabalho com baixo custo, a implementação e execução do programa em Juiz de Fora não foi uma tarefa fácil. Uma das razões foi o fato de que o programa se volta para as micro e pequenas empresas. Segundo a SDS, como elas não são obrigadas a cumprir a cota de aprendizagem, das 200 empresas convidadas para a apresentação do programa, apenas 50 compareceram. Dessas, apenas 20 aceitaram participar. Embora, o baixo número de empresas, foi suficiente para o início, já que foram ofertadas apenas 20 vagas para os alunos. Porém, no tempo de início da adesão das empresas até a consolidação e início do projeto, alguns empresários desistiram. Ao final desse processo então, restaram quatorze empresas. A fim de sanar esse problema, a SDS contatou a MDS sobre a Santa Casa de Misericórdia que, mesmo não se enquadrando na categoria de micro e pequena empresa – que é o foco do programa –, aceitou receber os meninos que ficariam de fora. A partir de uma sinalização da MDS esses seis adolescentes foram para a Santa Casa e o programa pôde ser iniciado. Portanto, uma das diferenças do

Município para as outras oito cidades foi que aqui, o treinamento prático de boa parte dos alunos se deu em uma instituição que é obrigada por lei a cumprir cota de aprendizagem.

Outro fator diferenciador, foi que as 20 vagas do programa foram preenchidas por adolescentes, entre 15 e 17 anos, que se encontravam em serviços da Proteção Social Especial do município – Aldeia SOS e Instância Juvenil, entidades de acolhimento institucional. A seleção dos jovens se deu de acordo com o perfil do curso, após reuniões de alinhamento com representantes da SDS. As aulas teóricas seriam realizadas pelo SEST/ SENAT[9], única instituição do município a se disponibilizar para tal.

Inicialmente, a previsão era de que o programa durasse dezoito meses, sendo cada um dos três cursos ministrado em um semestre. No entanto, com o reajuste no orçamento de repasse de recursos para Redes Públicas de Educação Profissional e Tecnológica e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ocorrido em 2015, não houve repasse para a execução do terceiro itinerário. Para não encerrar o programa, como foi autorizado, o SEST/SENAT de Juiz de Fora custeou com recursos próprios o último semestre mantendo os mesmos benefícios já antes disponibilizados: uniforme, vale-transporte, alimentação e materiais didáticos (BRUGIOLO et al, 2016).

A SDS informou que com todas as particularidades, Juiz de Fora foi a única cidade que iniciou e concluiu o Programa. Afirmou ainda que os jovens tinham suporte psicossocial (equipe composta por assistente social, psicólogo e pedagogo), como previsto na regulamentação. O SEST/SENAT se opôs a esta informação, alegando que todo suporte ficou a cargo desta instituição.

Diante do exposto e de acordo com o que pudemos comprovar, a vigência do PRONATEC Jovem Aprendiz não foi muito longa, os cortes de recursos impediram a continuidade do mesmo. Ainda assim, uma turma foi formada. Dos vinte participantes desta, somente seis concluíram o curso, ou seja, houve um índice de evasão de 70% (por cento). Destes, apenas um ingressou no mercado formal de trabalho. Por outro lado, a SDS não fez um acompanhamento sistemático dos egressos do curso, o que não nos possibilita uma avaliação ampla do programa e seus resultados.

Podemos considerar que os resultados não foram tão satisfatórios como nos fazem crer a política de divulgação do governo federal ou municipal. Segundo a SDS, foi muito

[9]Como integrante do Sistema S, os recursos da entidade provêm do desconto em folha das empresas que acabam embutindo os custos nos produtos e serviços que oferecem ao consumidor.

difícil o desenvolvimento do programa, assim como seu início. Como dito anteriormente, houveram muitos obstáculos, como o fato das empresas não se envolveram como se esperava e o estigma que os jovens abrigados carregam consigo, pois são associados como jovem-problema (ARPINI, 2003), além dos cortes de recursos da união para o município, que impediram a continuidade do mesmo.

Como o público-alvo do programa eram jovens inseridos na Proteção Social Especial, estava previsto no programa acompanhamento e assistência psicossocial aos aprendizes e a ênfase em aulas sobre questões de comportamento no trabalho como se constata no primeiro módulo oferecido pelo SEST/SENAT que incluiu aulas sobre atendimento eficaz, postura no ambiente de trabalho, relações interpessoais, éticas e sociais. Contudo, de acordo com informações obtidas na SDS, o acompanhamento destes jovens não aconteceu na forma prevista e atribui-se o fracasso do mesmo a incapacidade dos jovens de "aproveitar as chances oferecidas"[10]. Esta consideração nos remete ao fato de responsabilizar os jovens pelo fracasso e não o formato do programa e sua execução. Apesar do fracasso retumbante do programa, a então presidenta Dilma Rousseff anunciou, em Julho de 2015, 15 mil vagas para o Pronatec Aprendiz na micro e pequena empresa, nos mesmos moldes do programa piloto. Alguns estados como Paraíba e Rio Grande do Norte já deram início. Quanto a Juiz de Fora que em 2015 disponibilizou 1329 vagas para o PRONATEC não ofertou nenhuma vaga em 2016.

Na nossa avaliação consideramos o programa como ações organizadas pelo capitalismo internacional em conjunto com a burguesia nacional e geridas pelo governo brasileiro, o que deixa nítido o compromisso com a reprodução das desigualdades sociais. Schnitzer (2014) pontua que os chamados cursos de qualificação, apenas qualificam para profissões subalternas. Dessa forma, permanece a exploração em trabalhos informais e subempregos precarizados, na ilusão de uma melhoria de qualidade de vida, saindo da sua condição de pobreza. Em outras palavras, o público-alvo dessas ações não tem acesso ao Ensino Superior, logo os cursos de qualificação a que parte da população de baixa renda tem acesso, nem de longe se configuram como estratégia eficaz na redução da desigualdade.

Schnitzer (2014) afirma ainda que o PRONATEC tem claramente como público-alvo os usuários da assistência. Dessa forma, ao invés de o Estado ampliar seus recursos e trabalhar com políticas públicas mais efetivas, ele inverte a lógica colocando os cursos de

[10]Grifos nossos.

qualificação como prioridade. Assim, os beneficiários recebem o "material" que utilizarão, adicionado a seu esforço, para encontrar um trabalho e se inserir no mercado, seja ele qual for, já que qualquer coisa é tida como melhor do que comprovar diante da sociedade a necessidade de ser beneficiário da assistência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, podemos concluir que o Pronatec Jovem Aprendiz, assim como os outros programas de qualificação profissional, seja para adultos ou para jovens, implementados no país nos últimos anos, são programas defendidos pelos organismos internacionais em conjunto com a burguesia nacional para garantir o atual estágio de acumulação capitalista. Tais programas não visam criar vagas decentes no mercado de trabalho, mas primam por qualificar uma força de trabalho para um mercado precário e de baixo salário, favorecendo ao capital na medida em que desonera as grandes empresas com os custos sociais do trabalho e onera o trabalhador com impostos. Diante da incapacidade de gerar empregos, tais programas se voltam para gerar renda temporária aos jovens pobres da periferia, revelando a ineficácia e o descaso com o problema real destes jovens, haja vista que não há compromisso para o desenvolvimento de políticas de emprego que, pelo menos, minimizem as condições de pobreza e miséria dos mesmos. Logo, a formação técnica e profissional se constitui apenas como uma estratégia paliativa, posto o avanço do desemprego, os trabalhadores estão sendo qualificados para qual mercado de trabalho e/ou ainda para qual tipo de emprego.

Como agravante, temos uma ofensiva do capital, impondo ao Estado brasileiro a necessidade de ajustes estruturais que colidem com a proposta de geração de emprego, pois dentro da proposta de ajuste está a defesa de uma contrarreforma trabalhista pararetirar benefícios aos trabalhadores e uma contrarreforma da previdência que não favorece em nada a geração de emprego. A permanência dos trabalhadores mais tempo no mercado de trabalho apenas impede o ingresso dos mais jovens no mercado, o que colide com a ideia de políticas de emprego para geração de oferta de trabalho. Reforça se ainda a ideia de qualificar para um mercado de trabalho que possui vagas limitadas, impossibilitando o ingresso de todos no mesmo. O que notamos é apenas uma apologia de responsabilizar e culpar os desempregados pela sua condição, sobretudo os mais jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARPINI, Dorian Mônica. **Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes**. *Revista Psicologia: ciência e profissão*, v. 23, n. 1, p. 70-75, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Documento Referência do Pronatec Aprendiz**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/PronatecAprendiz_Documento%20Referencia.pdf>. Acesso em 20 de Maio de 2017.

BRUGIOLO, Ana Carolina Ferreira; RIBEIRO, Maria Aparecida Branças; SANTOS, Naiane Alves dos. **Pronatec Aprendiz e o fetiche da qualificação: Onde estão as vagas?**. Juiz de Fora, 2016. Monografia (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. **Educação, cidadania e trabalho**. *Revista HISTEDBR* On-line, Campinas, n. 25, p. 171-191, 2007.

SDS. **Serviços e programas de geração de renda da SDS**[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <oliveiraedneia@ig.com.br; robsonamribeiro@gmail.com > em 15 de jun. de 2015, Juiz de Fora.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. Capitalismo, trabalho e educação, v. 3, p. 77-96, 2002. Disponível em: <http://forumeja.org.br/go/files>. Acesso em 23 de maio de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PERGUNTAS FREQUENTES – O PRONATEC**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec/perguntas-frequentes>. Acesso em: 23 de Maio de 2017.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. **A política pública de emprego na Itália e no Brasil: a precarização protegida e a precarização desprotegida**. Curitiba, CRV Editora, 2017.

SCHNITZER, Lídia Cerqueira. **A Política de Assistência Social e o PRONATEC: a utilização da qualificação profissional para o acesso ao mercado de trabalho na perspectiva de superação da extrema pobreza**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.

EFAGO: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LUTA NO CAMPO

BATISTA, Maiara*
SILVA, Neimy Batista**
SOUZA, Rayssa Rodrigues***
SANTOS, Wélida Pereira dos****

RESUMO: O presente artigo registra a história de resistências e lutas da Escola Família Agrícola de Goiás (Efago), situada no município de Goiás-GO. Em tempos neoliberais representa uma significativa estratégia de enfrentamento da ofensiva do Capital atravessada pelo contexto ideológico que implica no movimento da classe trabalhadora inserida no campo. O acesso à terra, à educação, à riqueza socialmente produzida são desafios reeditados na atualidade. A experiência coletiva expressa na metodologia da alternância, em princípios de participação, da cooperação, da democracia se materializa no processo formativo que reconhece a indissociabilidade entre teoria-prática, a emancipação e politização da juventude camponesa.

Palavras-Chave: Efago, Agroecologia, educação do campo, questão agrária, educação rural.

ABSTRACT: The present article records the history of resistance and struggles of the Goiás Family School (Efago), located in the city of Goiás-GO. In neoliberal times it represents a significant strategy of coping with the offensive of Capital crossed by the ideological context that implies in the movement of the working class inserted in the field. Access to land, education, and socially produced wealth are challenges re-edited today. The collective experience expressed in the methodology of alternation, principles of participation, cooperation, democracy is materialized in the formative process that recognizes the inseparability between theory and practice, the emancipation and politicization of peasant youth.

Keywords: Efago, Agroecology, rural education, agrarian question, rural education.

---

* Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás-Regional Goiás, Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: neimybs@gmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/ opressão das minorias e as lutas sociais – A ofensiva do capital e as questões das minorias e suas lutas sociais.

** Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás-Regional Goiás. Especialista em Direitos Sociais do Campo pelo Programa de Resistência Agrária da Universidade Federal de Goiás. E-mail: maiarabatista_fss@hotmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/ opressão das minorias e as lutas sociais – A ofensiva do capital e as questões das minorias e suas lutas sociais.

*** Graduada do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Goiás-Regional Goiás. E-mail: rayssasouza@hotmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/ opressão das minorias e as lutas sociais – A ofensiva do capital e as questões das minorias e suas lutas sociais.

**** Graduada do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Goiás-Regional Goiás. E-mail: welidaps@live.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/ opressão das minorias e as lutas sociais – A ofensiva do capital e as questões das minorias e suas lutas sociais.

1 INTRODUÇÃO

Este texto é resultante de um processo coletivo em andamento na Universidade Federal de Goiás (UFG)/Regional Goiás-GO/Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas (Uaecsa)/Curso de Serviço Social que desenvolve o Projeto de Extensão "Semeando juventudes: Serviço Social, Pedagogia da Alternância e organização social juvenil" na Escola Família Agrícola (Efago), sediada há 6 km do município de Goiás-Goiás.

Trata-se de uma experiência que agrega trajetórias plural e heterogênea na construção de estratégias que materializam as dimensões indissociáveis expressas no ensino-extensão-pesquisa. De tal modo, objetiva registrar o processo de resistência e luta da Efago nos primeiros anos do século XXI.

Ressalte-se as iniciativas inovadoras efetivadas nessa Escola, que por ora, contribuem na (re)produção dos modos de aprender e se fazer facilitador/provocador, por meio de uma estreita inter-relação entre discentes-docentes, sujeitos produtores dos movimentos construtivos da ensinagem requerida pela vida camponesa. Assim, suscita inquietações e compromissos empreendidos nesse resgate dos desafios e enfrentamentos das investidas neoliberais, que implicam na reafirmação contínua de uma perspectiva formadora para além dos conteúdos formais requeridos nesse tempo vivido. Daí, a relevância dessa iniciativa que reconhece esse movimento educacional impresso na trajetória coletiva de sujeitos co-responsáveis pela reafirmação da Pedagogia da Alternância que se materializa na relação teoria-prática.

Ademais trata-se de uma proposta pedagógica, educativa e formativa calcada em basilares educacionais que contrapõe a formação profissional nos moldes da educação convencional, materializada pela Efago, espaço onde se desenvolve uma troca de experiências formativas democráticas, pedagógicas que primam pela valoração do conhecimentos e saberes populares construídos de geração em geração pelos camponeses.

Desse modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, em especial, no acervo da Efago sobre suas realizações e estratégias de confronto com a ordem do capital mundializado e monopolizado e suas investidas que contrapõe uma perspectiva de educação pautada na luta e resistência social, política, econômica e cultural pela classe trabalhadora no campo.

Esse relato se estrutura – contextualização da luta pela terra, as tendências educacionais e a história e memória da Efago no contexto de que exige lutas resistências na efetivação de uma proposta educacional libertadora e emancipatória.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A luta pela terra em tempos neoliberais

Em tempos neoliberais a soberania do capital que apropria indevidamente, da riqueza, da vida e das terras da classe trabalhadora, espraia-se por esse país afora os latifúndios, a mercantilização dos alimentos, a produção de ampla escala, os insumos agrícolas que controlam as pragas e ainda, garantem o aceleramento da produção.

No final do século XIX evidenciam as tendências de avanços tecnológicos, a industrialização, os monopólios (grupos controlam as formas de gerenciamento e produção), as importações de produtos agrícolas e agroindustriais movidas por latifundiários, economistas rurais, empresários e por associações de produtores. Ressalte-se que em 1993 foi criada Associação Brasileira de Agribusiness (Abag). Daí essa tendência altera as relações de produção de alimentos no Brasil, e ainda, se sustenta na expressão “agronegócio” resultante das concorrências entre a área agrícola e área industrial

Tal processo advém de um longo e gradual que envolveu o período colonial e o processo da abolição da escravatura, de tal maneira que a promulgação da Lei de Terras no 601/1850 (BRASIL, 1850) transformou as terras em propriedades privadas que provoca a concentração de terras brasileiras. E ainda,

o monopólio e concentração territorial nas mãos da Coroa, ao estabelecer essa exclusividade de monopólio de terras nas mãos da monarquia, e com isso origina a propriedade privada de terra.

Salienta Stedile (2015) que a propriedade não era capitalista, pois não existia a comercialização da mesma.

> Ora, essa característica visava, sobretudo, impedir que os futuros ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem, não teriam, portanto, recursos para "comprar", pagar pelas terras à Coroa. E assim continuariam à mercê dos fazendeiros, como assalariados. (...) A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil. (STÉDILE, 2015, p.7)

Ressalte-se que o Estado brasileiro assume o papel de regulador dessas relações comerciais que cada vez mais tornam-se um nicho lucrativo. Assume também, o papel de interventor por meio de implementação de um conjunto de políticas públicas dirigidas de maneira a amenizar os interesses distintos que ora divergentes, ora convergentes aos interesses sociais.

Considera-se que no final do século XX, o governo brasileiro assume o ideário da agenda neoliberal, expressa em políticas setorizadas, individualizadas, fragmentadas implicam no modo de ser da sociedade brasileira, forjada na ideia de sucesso, de empreendedorismo de busca de atendimentos de interesses individuais em detrimento dos interesses e necessidades coletivas.

No tempo presente, nos primeiros dezessete anos do século XXI, o projeto do Capital se aprofunda, se redefine fundado na desigualdade social e na reprodução permanente da exploração do trabalho e de múltiplas formas de opressão na vida cotidiana. A propagação midiática da política econômica do país, do moralismo, do fascismo, dos preconceitos, da descriminalização dos movimentos sociais, a partir de relações de intensa exploração e precarização do trabalho na sua base, dentre outras expressões de apropriação do acesso ao trabalho, concentração territorial, da riqueza produzida socialmente, da questão fundiária.

As crises constituem a (re)produção do capitalismo, em especial, a ocorrida em 2008, que avassala o mundo, desta feita os seus desequilíbrios favorecem na criação de formas que (re)alimentam seu núcleo dinâmico. A (re)produção da vida se sustenta na dinamicidade tecnológica reduzindo-a em objeto com valores temporais, descartáveis que submete à juventude a lógica do individualismo, do modismo. Lógica que afeta as subjetividades, as relações sociais, os costumes, os gostos culturais que compõem a vida cotidiana descaracterizam a identidade camponesa – a negação de suas origens.

Vive-se momentos inquietantes onde os sujeitos sociais se adaptam à realidade que suscita um novo estado de coisas, se posicionam por coerção, consentimento ou indignação. Contudo influi-se nesse novo – o modo de pensar, de agir e de comportar. Na realidade brasileira evidencia uma estreita articulação no âmbito dos três poderes – judiciário, executivo e legislativo – respaldado pela mídia conservadora cria medidas econômicas em benefício do capital em detrimento das necessidades da classe trabalhadora.

Contexto este que enfatiza a propriedade privada, o Estado subserviente aos interesses do capital, a precarização e terceirização do trabalho, a desvalorização da força de trabalho, agudiza a desigualdade social, amplia a concentração de renda e riqueza, uso inadequado das fontes naturais, nas relações sociais ocorrem a reedição do conservadorismo, do reacionarismo, do racismo, da xenofobia, da homofobia, da lesbofobia, da Lgbtfobia, dentre outras.

Desse modo, ampliam-se os desafios da classe trabalhadora que emergem nas contrarreformas e intensificação do neoliberalismo:

a) Desvinculação de Receitas da União (DRU), até dezembro de 2023, sobre 30% de taxas e contribuições sociais e de intervenção sobre o domínio econômico.

b) O desmantelamento dos direitos trabalhistas, da Seguridade Social pública[11] (Saúde, assistência social, previdência, educação, habitação, dentre outras).

c) O Projeto Lei Complementar nº 257/2016 estabelece regras de negociação com a União, no âmbito dos serviços públicos.

d) A Emenda Constitucional nº 95/2016 (DOU 16/12/2016), antiga PEC 241/2016, determina o congelamento dos gastos federais pelos próximos 20 anos, em especial, para os investimentos em saúde e educação.

As configurações apresentadas emergem de um contexto de crise do capital e de suas contradições. Todavia, o tempo requer apreensões, análises, posicionamentos e atitude crítica, no processo de enfrentamento de conteúdos e formas conservadoras presentes no processo formativo na educação.

Considera-se as crises do capital, as contrarreformas em andamento no pais corroboram com uma relação desigual entre o latifundiário e o camponês, no caso das famílias dos latifundiários, em especial, de seus filhos, recorrem aos grandes centros urbanos em busca de ensino de qualidade. Enquanto os filhos dos trabalhadores assalariados das terras enfrentam desafios de acesso à educação.

2.2 As tendências educacionais e a perspectiva emancipatória

A educação convencional nos moldes conservadores imprime a focalização e individualização escolar, ocorre em espaços restritos sala de aula/professor/escola com ênfase no ensino. Contudo, sustenta-se na negação da sociabilidade humana, as experiências culturais, políticas e éticas.

A educação popular envolve toda a comunidade e leva a escola até os pais com visita e acompanhamento de crianças em período escolar, jovens e adultos acolhidos em unidades de formação social, política que inclui o Centro Familiares de Formação (Cefas) a Escola Famílias Agrícolas (EFAS))e a Casa Familiares Rurais (CFRS)que desde a década de 1960 promovem a educação popular por meio de princípios como a associação das famílias, a pedagogia da alternância e a educação emancipadora, sustentável e solidária.

[11] Apresenta a desvinculação do valor dos benefícios da referência do salário mínimo, na ampliação da idade para aposentadoria, na focalização, na privatização, na monetarização, na desprofissionalização, na responsabilização os indivíduos pela sua própria proteção social, dentre outros.

O método de ensino da educação popular foi construído historicamente de forma a contemplar os interesses e necessidades coletivos atentos as singularidades e particularidades dos sujeitos sociais que vivem no campo. Esse movimento possibilitou a construção de instrumentos pedagógicos adequados ao ensino-aprendizagem e formação política, cultural e social

A educação brasileira constitucionalmente foi concebida como direito humano, desse modo, garantida universalmente, independente de qualquer condição classista. De acordo, com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Desse modo, ao reafirmar a educação pública, de qualidade e acesso igualitário e universal, requer também reafirmar equidade educacional, no trato das diversidades, das pluralidades humanas. Significa tratar os diferentes de forma a atender justamente as diferenças de modo a assegurar o acesso e permanência sem distinção origem étnica, racial, social, geográfica, já que a educação é um direito universal. Contudo, ocorre uma desigualdade na escolarização brasileira, em especial, destaca

> um dos principais grupos populacionais não favorecidos pelo direito à educação está no campo a análise das matrículas mostra que nas escolas rurais, para cada duas vagas nos anos iniciais do ensino fundamental, existe apenas uma nos anos finais (50%). E essa proporção se acentua ainda mais quando se comparam as séries finais do ensino fundamental com as vagas dos anos iniciais do ensino médio: seis vagas para uma (17%). Já nas regiões urbanas, a taxa é de quatro vagas nas séries iniciais, três nas finais (75%) e duas no ensino médio (50%). A ausência de políticas efetivas e específicas para o campo colabora na perpetuação dos níveis desiguais de quantidade e qualidade de instituições escolares quando comparados ao meio urbano (CALDART, 2012, p. 221).

A educação não é pensada para que o jovem do campo permaneça no campo, pois a equidade educacional não se efetiva. Além dos escassos investimentos na educação do campo, ocorre o êxodo rural, jovens do campo migram para as cidades Os sistemas estaduais e municipais de ensino oferecem transporte para que os alunos do campo possam ir para a cidade e como consequência inúmeras escolas do campo são fechadas. Essa iniciativa contribui para o êxodo rural e para a evasão escolar por motivos de cansaço de viagens longas do caminho da escola para a casa. Esse deslocamento campo-cidade é uma forma equivocada de interpretar o princípio da equidade e justiça social, negando a educação do campo, de forma a tratar da realidade social vivida pelos jovens no campo que ao migrar para a cidade tornam-se força de trabalho desvalorizada e explorada.

Dentro da educação voltada para a zona rural, existe uma diferenciação entre escola rural e escola do campo, no entanto, os elementos semelhantes ambas se localizam no meio rural

Assinala Freire (1982)

> Ao contrário da Educação do Campo, a educação rural sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade. A educação rural desempenhou o papel de inserir os sujeitos do campo na cultura capitalista urbana, tendo um caráter marcadamente "colonizador". (FREIRE, 1982, p. 240).

Os sujeitos do campo, sejam os camponeses – os quilombolas, as nações indígenas, os assalariados – vinculados à vida e ao trabalho no meio rural, querem além de uma educação na zona rural, uma educação voltada para a identidade camponesa, o respeito com a terra, o resgate da resistência das lutas sociais e o compromisso com as gerações futuras com a efetivação de práticas de respeito e valoração da terra. Como resistência às ofensivas do capital que contrapõe de um lado, o agronegócio e a educação convencional adversa à realidade social do campo, de outro lado, a defesa a agroecologia e a pedagogia da alternância que vem com a escolas do campo representadas pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAS)

Na atualidade, a educação do campo surge como crítica a educação convencional, resistindo a essa educação imposta, regada pela mobilização\pressão dos movimentos sociais, floresce a educação do campo e como foco principal deste artigo as EFAS, a política educacional para comunidade camponesa nasceu da combinação das lutas dos sem terras pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária

2.3 Efago: uma história de lutas e resistências

A Escola Família Agrícola de Goiás (Efago) se localiza na saída da cidade de Goiás, em direção a Faina-GO, percorre 2 Km na GO 164 e mais 4 Km de estrada não asfaltada até a Escola. O processo de implantação da EFA em Goiás é um marco histórico, pois confronta o capitalismo e latifúndio. A Efago é fruto de um processo de lutas de movimentos sociais e de famílias assentadas, da liga camponesa e da luta do assento (1948).

A escola nasceu da necessidade de famílias agrícolas, pequenos proprietários e assentados terem uma escola que atendessem as suas expectativas com a educação do campo para o campo.

A escola é coordenada pela associação de pais e alunos formados pelos membros das famílias dos estudantes da Efago que surgiu em 1992, o primeiro prédio da foi construído em 1994/julho, por meio de mutirões realizados pelos assentados e pequenos proprietários com duas salas e alguns dormitórios, estufa para horta em um terreno de 7.2 hectares de terra. No ano anterior as aulas se davam em um prédio emprestado do Lar São José das irmãs dominicanas.

A ideia da EFA no Estado de Goiás foi gestada desde 1989, quando um grupo de onze pessoas dos assentamentos visitaram no estado Espírito Santo/Vitória as EFAS e conheceram a concepção de ensino. No período de 1989 a 1992, a partir desse conhecimento maturaram com os assentamentos da Região sobre a proposta de criação de uma EFA em Goiás. Desse modo, a Efago propõe uma metodologia de ensino consubstanciada na realidade do estudante, na garantia da permanência no campo, um ensino que contribui com o processo de politização dos docentes de forma a fortalecer o conhecimento de temáticas diversas que ora, convergem ou divergem dos interesses e necessidades coletivas, dentre eles destacam – o agronegócio, à agroecologia e aos movimentos sociais.

A escola acolhe jovens de inúmeros assentamentos e advindos da cidade, promove uma educação fundamentada em princípios e diretrizes políticos, econômicos e sociais pautado em projeto pedagógico educacional construído democraticamente ao envolver definições relacionadas ao que estudar e como estudar. O processo de ensino-aprendizagem na Efago realizado por meio da pedagogia da alternância sustentado em um método científico que possibilita o desenvolvimento das dimensões – observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar e experimentar, agir ou questionar – previstos nos planos de estudos, na família, na comunidade, na escola. E ainda, procura responder as inquietações e indagações nas aulas, nas rodas de conversas, nas oficinas, nas visitas, nas pesquisas, nos estágios, o experimentar em casa a partir do aprofundamento coletivo. “Esse método está implícito na proposta Piaget, fazer para compreender, ou seja, praticar para depois teorizar sobre a prática, pois o método da alternância é constituído no tripé ação, reflexão, teoria-prática e a teoria está sempre em função de melhorar a qualidade de vida” (SILVA, 2015, p. 10-11).

A possibilidade da reforma agrária popular inova no sentido de exigir diferentes perspectivas educacionais, daí a construção da pedagogia da alternância concretizada nas EFAS, e também na Efago. A pedagogia da alternância se efetiva no tempo escola-tempo casa-comunidade, quinze dias na escola e quinze dias em casa. Tempo este de

materialidade do que foi apreendido. Estar na escola implica no exercício da coletividade, da cooperação, da sociabilidade

A pedagogia da alternância se efetiva por meio de instrumentos pedagógicos evidenciados no caderno da realidade, plano de estudo, visita de estudos, intervenções externas, visitas às famílias, acompanhamento personalizado, caderno da alternância, o projeto profissional do jovem. Esses instrumentos pedagógicos são meios de garantir aprendizagem de modo "contínuo, em uma descontinuidade de atividades de espaços e tempos, escola-família" (, 1993, p.85). A Efago oferta nesse ano de 2017, o Ensino Técnico em Agropecuário juntamente com o Ensino Médio.

3 CONCLUSÃO

A participação do projeto de extensão da universidade Federal Goiás (UFG)/Regional Goiás, desenvolvido na Escola Família Agrícola Goiás (Efago) "Semeando juventudes: Serviço Social, Pedagogia da Alternância e organização social juvenil" propiciou uma relevante experiência de aproximação de uma metodologia de ensino popular, da construção coletiva, das reflexões e enfrentamentos dos desafios sociais suscitados aos jovens camponeses.

O avanço no processo de educação no Brasil, ainda, é marcado pela desigualdade de acesso à equidade educacional, à qualidade de ensino, à pedagogia adequada aos interesses e necessidades dos sujeitos do campo. E ainda, prevalece a precarização do trabalho, a defasagem dos materiais didáticos, o número reduzido de professores especializados, a ausência de condições éticas e técnicas, espaços físicos adequados, dentre outros.

A Escola Família Agrícola de Goiás (Efago), nesse contexto de contrarreformas representa um ato concreto de resistência em relação ao agronegócio, ao avanço da propriedade privada. Em contraposição ao incentivo às práticas agroecológicas, de cooperação, de trocas, de construção coletiva, de politização, de sociabilidade de forma a contribuir com o exercício emancipatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEGNAMI, Franca Jardim Marinalva. *Os CEFAS e a Educação do Campo***.** Revista da formação da Alternância, Ed, 2011. p.28-39

CALDART, Roseli Salete Caldart(org.), Pereira Isabel Brasil (org.), Frigott, Paulo Alentejano e Gaudêncio(org.). *Dicionário da Educação do Campo*, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 211-240

QUEIROZ, João Batista Pereira de. *O Processo de Implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás*. Goiânia, 1997. 63-116.

STEDILE, João Pedro (org.) *A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960.* São Paulo: Expressão popular, 2005. p. 15-31

OFENSIVA DO CAPITAL E O FETICHE DA HUMANIZAÇÃO

Marina Monteiro de Castro e Castro[12]
Amanda Soares de Oliveira[13]
Luísa Tavares Resende[14]

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir as diferentes formas de fetiche do capital que envolvem as relações e processos de trabalho e à chamada à humanização. Diante do contexto de crise do capital, a humanização se coloca também como um fetiche, uma vez que não altera a realidade da classe trabalhadora.
Palavras-chave: Crise do capital, fetiche, humanização

Abstract: The purpose of this article is to discuss the different forms of capital fetish that involve relationships and work processes and the call to humanization. In the face of the crisis of capital, humanization also appears as a fetish, since it does not alter the reality of the working class.
Keywords: Capital crisis, fetish, humanization

[12] Assistente Social. Doutora em Serviço Social – ESS/UFRJ. Docente da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social. marinamcastro@gmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais: as expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva do capital.
[13] Acadêmica da Faculdade de Serviço Social/ Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Programa de Iniciação Científica/UFJF. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social. amanda.soares.ufjf.mg@gmail.com.
[14] Acadêmica da Faculdade de Serviço Social/ Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Programa de Iniciação Científica/UFJF. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social. luisaa_tavares@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

No capitalismo contemporâneo, o trabalho e o seu "mundo" vêm sofrendo alterações devido ao esgotamento dos padrões de acumulação, necessitando, assim, de modificações para que seja mantida a lucratividade e a extração de mais-valia (ANTUNES, 2002). Neste sentido, a chamada pela "humanização" se coloca como estratégia central nas relações e processos de trabalho.

Tal processo é reforçado a partir dos anos de 1990, a partir do contexto marcado pela descrença com os rumos da história e pelo afastamento dos intelectuais da tradição marxista devido à desagregação do socialismo real – o que propiciou o abandono das bandeiras universalistas e a crença na perenidade do modo de produção capitalista (FREDERICO, 2007).

O pós-modernismo é a tradução cultural dessa nova situação sociopolítica que operou alterações nas temáticas e nas preocupações vividas por intelectuais e por produtores culturais no Brasil, tendo como traço principal o conservadorismo.

> (...) o pós-modernismo é a forma social de consciência num período de reestruturação sistêmica do capitalismo tardio e, ao mesmo tempo, a expressão necessária da atmosfera intelectual contemporânea, marcada pela estagnação, pelo desencanto, pela desesperança em relação ao devir histórico. O conservadorismo é o traço mais saliente e dominante na vida política e intelectual atual. A apologia da falência do projeto da modernidade e dos seus ideais emancipatórios vem acompanhada da apresentação da impotência e da passividade como alternativa proposta pelos teóricos pós-modernos. A condição pós-moderna implica resignação e submissão à ordem socioeconômica estabelecida, com a recusa de toda e qualquer ação coletiva que vise a transformações estruturais no capitalismo. O pós-modernismo, como estado de espírito dominante, redunda em perplexidade e desorientação política e intelectual, que se efetiva no abandono da crítica e dos projetos sociais transformadores (EVANGELISTA, 2007, p.184).

Todo este processo influencia na eliminação do pensamento crítico e da consciência, conduz ao treinamento, à obediência e ao conformismo e criam pré-requisitos para a aceitação semifascista de ordens desumanas (MANDEL, 1986), que são postas como "humanizadoras".

Desta forma, o presente artigo tem por objetivo trazer elementos que problematizem a chamada à humanização no interior das relações e processos de trabalho, a partir dos fetiches postos na sociedade capitalista.

2. DESENVOLVIMENTO

Bihr (1999) destaca que o capitalismo desenvolve um processo de desmistificação do mundo, a partir da construção de fetichismos que são inerentes à sua práxis. O autor salienta que esses fetiches provocam um descrédito geral que atinge referências, ideais e valores.

Marx (2001) tem como um dos pontos de análise da sociedade capitalista o fetichismo do mundo das mercadorias como sendo a cobertura das características sociais do trabalho humano que faz com que os objetos úteis apareçam com características materiais e propriedades sociais pertinentes aos produtos do seu próprio trabalho. Por meio dessa dissimulação os produtos do trabalho são vistos como mercadorias, coisas sociais, pois, se "ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho" (MARX, 2001, p. 94).

Bihr (1999) a partir de uma análise do fetichismo apresentado por Marx aponta que os fetiches partem de uma fórmula geral que perpassa pela reificação das relações sociais somadas à personificação das coisas sociais, sendo um processo articuladamente objetivo e subjetivo.

A reificação das relações sociais é a aparência destas como relação entre coisas, vazias de historicidade (IAMAMOTO, 1998); uma relação exteriorizada e automizada de tal maneira em seu funcionamento que aparece como coisa, como uma realidade existente nela e por ela mesmas. Por sua vez, a personificação dessa relação reificada é a visão da realidade social de forma a serem projetados desejos a fazendo aparecer como pessoas, seres com vontade, com projetos próprios (BIHR, 1999) [15].

Harvey (2004) destaca que a crise global do capital trouxe entraves para os trabalhadores e sua organização, como: dispersão em termos geográficos, heterogeneidade cultural, diversidade étnica, religiosa e de línguas, estratificação racial e as próprias condições dos trabalhadores no mundo que varia em termos de salários e benefícios sociais.

[15] A reificação do capital, isto é, sua identificação com coisas materiais (os meios de produção) é típica daqueles que não conseguem distinguir as formas em que as relações se expressam destas mesmas relações. O capital se expressa através de mercadorias (meios de produção e de vida) e do dinheiro. Estas formas que o representam são necessárias porque criadas e recriadas no movimento mesmo da produção. (...) Ao mesmo tempo que as expressam, as encobrem, pois as relações aparecem invertidas naquilo que realmente são: aparecem como relações entre mercadorias, embora não sejam mais que as expressões de relações entre classes sociais antagônicas (IAMAMOTO, 1998, p. 31).

O vasto número de pessoas em busca de emprego passou a dificultar a luta por condições de vida e trabalho e por melhores salários e fez com que sobressaíssem valores como o individualismo e a competição trazendo impactos para a organização dos trabalhadores.

Esta conjuntura

> (...) propicia a interiorização, para o mundo das relações socioculturais, de valores originados na racionalidade do mercado, tais como: *competição*, vista como lei da vida social; *sucesso* visto como vitória pessoal (com conseqüente exclusão ou dominação do outro); *individualismo*, visto como condição mesma do sucesso (sujeito individual concebido como centro da vida social, em contínua luta com outros indivíduos); *lucro*, categoria do mundo econômico, invadindo a esfera dos valores através do seu correspondente social; *vantagem* (os indivíduos sentindo-se no direito ou no dever de terem *vantagem* sobre os outros); *consumismo*, visto como sinal demonstrativo de sucesso (*ter*, ou mesmo aparentar ter, como expressão máxima do *ser*) (Luz, 2004, p.10).

O individualismo exacerbado é uma conseqüência importante da crise do capital, tendo em vista que o capital tem no indivíduo e seus interesses o eixo ao redor que tudo gira. O individualismo passa a ser exaltado, principalmente depois do fracasso dos esforços coletivos, via revolução, de alterar este sistema de produção/reprodução e relação. “Como já não se visualizam soluções coletivas, é levada ao paroxismo a ideia de que a solução dos problemas é individual, de que o sucesso ou fracasso na vida dependem dos próprios indivíduos, considerados isoladamente” (TONET, 2009, p.120).

Outro elemento que marca a crise, sinalizado por Tonet (2009), é a violência: seja a que se refere às guerras, massacres, assaltos, seqüestro e aquelas voltadas contra mulheres, crianças e subalternizados, como as que se relacionam à apropriação privada dos bens públicos, a supremacia do interesse privado sob o público e a corrupção.

O autor destaca que, sem entrar no mérito da natureza humana, e sem querer atribuir toda violência ao sistema capitalista, é necessário enfatizar que o capitalismo

> É uma forma de sociabilidade que tem a violência na sua própria raiz. [...] Trata-se do ato fundante dessa sociedade: a compra- e- venda da força de trabalho, gerador da propriedade privada de tipo capitalista. Esse é um ato que, por sua própria natureza, implica a submissão violenta – embora “livremente” aceita – do trabalho ao capital. Somente na aparência é um ato livre. Afinal, o trabalhador tem que submeter-se a ser explorado sob pena de perder a vida. Este ato violento gera, necessariamente, uma sociedade permeada pela violência, nas suas formas mais diversas. Dele derivam a oposição dos homens entre si, o individualismo, a competição e a guerra contra todos. Todas as outras formas de violência, ainda que não oriundas diretamente desse ato fundamental, se vêem marcadas, potencializadas e ampliadas por ele (TONET, 2009, p.115).

Para além das necessidades materiais, decorre-se uma crescente mercantilização das atividades e relações sociais tendo em vista a necessidade de recomposição da taxa de lucro, diversos âmbitos da esfera não material são transformados em mercadoria. Como exemplos têm-se a música, arquitetura, literatura, cinema que são subsumidos de seu conteúdo para se tornar rentável ou são avaliados pelos valores que geram. Tem-se o estabelecimento de uma sociedade do consumo, através de um processo envolto em fetiches.

O fetichismo vem ancorado em um processo de reificação das relações sociais articuladas à personificação das coisas sociais. A reificação é a aparência das relações sociais como relação entre coisas, vazias de historicidade (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998); uma relação exteriorizada e automizada de tal maneira em seu funcionamento que aparece como coisa, como uma realidade existente nela e por ela mesmas. Por sua vez, a personificação dessa relação reificada é a visão da realidade social de forma a serem projetados desejos a fazendo aparecer como pessoas, seres com vontade, com projetos próprios (BIHR, 1999).

> A reificação do capital, isto é, sua identificação com coisas materiais (os meios de produção) é típica daqueles que não conseguem distinguir as formas em que as relações se expressam destas mesmas relações. O capital se expressa através de mercadorias (meios de produção e de vida) e do dinheiro. Estas formas que o representam são necessárias porque criadas e recriadas no movimento mesmo da produção. (...) Ao mesmo tempo que as expressam, as encobrem, pois as relações aparecem invertidas naquilo que realmente são: aparecem como relações entre mercadorias, embora não sejam mais que as expressões de relações entre classes sociais antagônicas (IAMAMOTO e CARVALHO, 1998, p. 31).

Bihr (1999) destaca que o fetichismo econômico ou do valor, está relacionado com a mercadoria, a moeda e o capital, estando em acordo com o fetichismo do mundo da mercadoria apontado por Marx: as características sociais do trabalho aparecem como inerentes aos produtos, que estão relacionadas, por sua vez, com o fetiche do trabalho abstrato (apenas ele produz valor), e com o do produtivismo (somente por este se dará o desenvolvimento e progresso da humanidade).

Na atualidade, tem-se ainda o fetichismo jurídico – político que é o mesmo que o fetichismo da subjetividade jurídica, ou seja, direitos como à propriedade privada, a liberdade, e à igualdade jurídica aparecem como uma qualidade natural do indivíduo. Esta incide diretamente sob o fetichismo do Estado: o Estado como extensão da vontade geral e comum ao conjunto dos indivíduos jurídicos, e não como força coercitiva que exprime uma vontade particular.

O fetichismo da nação é aquele que faz como que apreendemos o espaço político mundial no qual se processa a acumulação de capital como um espaço de conflitos entre Estados rivais, que possuem interesses próprios e que defendem, cada qual, uma parte dos interesses do capital mundial. "Fetichismo que vai até a sacralização dos elementos constitutivos da nação: seu solo, sua história, seu Estado, sua língua, sua literatura" (BIHR, 1999, p. 168).

O fetichismo do eu perpassa pelo individualismo, isto é, uma atitude na qual os indivíduos pensam, desejam, agem, de forma autônoma, estando aparentemente separados uns dos outros. Este fetichismo é favorecido pelas relações capitalistas, pelos direitos individuais e pelo desenvolvimento do Estado – nação que propiciou a emancipação dos indivíduos em relação às comunidades.

E por último, Bihr (1999) aponta o fetichismo da racionalidade instrumental que está relacionado com a orientação do pensamento e da ação dos homens em busca da eficácia. Tem-se uma busca incessante pelos meios a serem utilizados para se alcançar objetivos determinados, sem a consideração dos valores dos mesmos. Este fato leva a conformação de um cientificismo que valoriza a

> crença de que as ciências e as técnicas detêm a chave de todos os problemas da humanidade e, encontra sua condição fundamental na reificação generalizada da práxis social subordinada à "lógica" da reprodução do capital Considerando a aparências das cosias, exteriorizando- se em relação aos atores sociais em um funcionamento autônomo, as relações sociais se prestam, de fato, a serem tratadas como coisas (...) (BIHR, 1999,p. 169).

Na esfera do conhecimento, Tonet (2009) trata dos rebatimentos da crise do capital, especialmente nas ciências sociais e filosofia. O autor aponta que, na filosofia, excetuando as correntes que partes da Teoria social Crítica de Marx e de certos marxistas, nenhuma corrente problematiza a exploração do homem pelo homem e indica a superação da sociedade capitalista. As análises possuem caráter especulativo e se voltam para pensar em reformas, melhorias para esta sociedade já que não é possível de ser superada.

Autores como Kurz (1992), Habermas (1987) e Offe (1989) defendem a perda da centralidade da categoria "trabalho" devido à intelectualização do trabalho fabril, o incremento do trabalho qualificado, a subproletarização, a redução quantitativa do mundo produtivo, entre outros (ANTUNES, 2002) [16].

[16] No pensamento contemporâneo, tornou-se (quase) lugar comum falar em "desaparição do trabalho" (Dominique Méda), em substituição da esfera do trabalho pela "esfera comunicacional" (Habernas), em "perda da centralidade da categoria trabalho" (Offe), ou ainda em "fim do trabalho" (como Jeremy Rifkin, ou ainda na versão mais crítica à ordem do capital, como de Kurz (...) (ANTUNES, 2002, p. 159).

De acordo com Antunes (2002), kurz defende a crise do trabalho abstrato, compreendendo que o trabalhador não desempenha mais o papel estruturante na criação de valores de troca, na criação de mercadorias; e pelo entendimento de que o trabalho abstrato é visto como trabalho estranhado, fetichizado, e assim, não realiza o homem em sua essência. Habermas por sua vez, nega o caráter capitalista da sociedade atual, recusando a centralidade do trabalho em sua dimensão abstrata (os valores de troca não são mais centrais) e em sua dimensão concreta (este não possibilita a estruturação de um mundo emancipado e uma vida cheia de sentido).

De forma geral, esta vertente que defende o fim da centralidade do trabalho, afirma que a crise da sociedade do trabalho é conseqüência direta do contexto de crise do capitalismo e do socialismo real, onde novos paradigmas reguladores da sociedade capitalista devem ser pensados em substituição ao trabalho. Assim, retira do trabalho sua potencialidade histórica e a possibilidades de transformação revolucionária da sociedade.

Antunes (2002) aponta que as transformações no interior do mundo do trabalho capitalista deixam claro que não se constata o fim do trabalho como medida de valor, mas a ocorrência de mudanças qualitativas que são decorrentes do peso dado a dimensão mais qualificada do trabalho, do trabalho exercido sob várias funções, e da aptidão necessária para operar máquinas informatizadas. São decorrentes também do aumento da exploração do trabalho, da expansão do novo proletariado, do subproletariado industrial e de serviços.

Como pode ser visto, a crise do capital confere à realidade um caráter cada vez mais fetichizado e fragmentado conduzindo à cientificidade um caráter cada vez mais manipulatório e distante de categorias fundamentais como luta de classes, revolução, alienação.

É significativa a abordagem de Mandel (1985) sobre as estratégias fetichizantes utilizadas pelo capital: crença na onipotência da tecnologia - a racionalidade tecnológica mistifica a realidade do capitalismo tardio ao afirmar que o sistema é capaz de superar todas as contradições sócio-econômicas fundamentais do modo de produção capitalista; ênfase na solução técnica para todas as contradições, integração das classes sociais rebeldes e contenção de explosões políticas; exaltação dos especialistas “cegos” a todo o contexto global; afirmação de que a sociedade burguesa não pode sobreviver sem a função controladora do Estado; impregnação na cultura de produtos voltados para mercado e para maximização do lucro; reforço e interiorização da ideologia neofatalista da natureza imutável da ordem social no capitalismo tardio.

Mandel (1985, p.352) acrescenta que, nesta lógica, tudo o que foge a estes campos apresentados “é sonho da fuga”. “O destino dos homens aparece como predeterminado e a

"experiência cotidiana" reforça e interioriza a ideologia neofatalista da natureza imutável da ordem social". Para Mandel, a função objetiva é convencer os homens imersos no trabalho alienado de que não faz sentido rebelar-se contra a sociedade capitalista e para tal, as explosões de rebeliões são tratadas por meio de clichês psicológicos.

A efemeridade também é uma marca deste processo: superficialidade, banalização, modismo, massificação são postos em voga devido à necessidade de giro rápido do capital em busca de lucro e por isso, as mercadorias (materiais ou não), precisam se tornar obsoletas mais rapidamente. Tonet (2009) acrescenta dizendo que a perenidade vem articulada a efemeridade, já que parece que a vida, em todas suas esferas é instável, ao mesmo tempo, em que o capitalismo parece ser insuperável.

Como pode ser visto, a barbárie provocada pelo capitalismo contemporâneo na totalidade da vida social é desmedida. E é este mesmo cenário que vai impulsionar debates e proposições em torno da necessidade de "humanização" do capital e "humanização" das relações e processos de trabalho. Segundo Tonet (2009, p.117), abre-se o fosso entre o dever-ser e o ser. "Isto é, entre uma realidade objetiva, que se torna a cada dia mais desumanizadora, e o discurso ético, que proclama valores humanistas. Nunca, como hoje, se falou tanto em solidariedade, direitos humanos, honestidade, respeito à vida e à pessoa humana".

No campo do trabalho, novas estratégias de gestão são incorporadas a partir do estímulo ao envolvimento dos trabalhadores às metas e objetivos da empresa, no trabalho em equipe e no planejamento participativo. Para Souza (2011) a "humanização da empresa" é justificada pela "desumanização de ideais", o que leva a necessidade de humanização da vida organizacional.

É perceptível que a sociedade capitalista produz fetiches que envolvem os trabalhadores em necessidades que, na verdade, contribuem para uma maior exploração e aumento da taxa de lucro para os capitalistas. Assim, não é possível pensar em processos de humanização do trabalho, uma vez que estes incidem diretamente na desumanização dos homens e mulheres trabalhadoras, se colocando, desta forma, enquanto um fetiche.

3. CONCLUSÃO

O desvelamento desses fetiches, principalmente do fetiche da humanização, é crucial para que se possa fazer uma análise da realidade que traga à tona o sujeito revolucionário. Este como sendo aquele que pelo conhecimento da realidade concreta, da

sua desalienação, da compreensão do trabalho como central em sua vida será capaz de operar uma transformação social.

Harvey (2004) aponta que o chamamento feito por Marx e Engels no Manifesto Comunista pela união de todos os trabalhadores, se torna mais imperativo do que nunca. "Precisamos de uma vanguarda socialista revitalizada, de um movimento político internacional capaz de reunir de modo apropriado a multiplicidade de descontentes gerada pelo exercício indisfarçado do poder burguês em busca de um neoliberalismo utópico" (HARVEY, 2004: 73).

Harvey (2004) apresenta, assim, que esta vanguarda tem que surgir a partir da criação de organizações, instituições, programas, doutrinas, estruturas formais, que possuam um objetivo comum que seja coerente com a realidade social, e com as condições históricas e geográficas concretas nas quais se desenvolvem as ações do homem, tendo por finalidade, a construção de um movimento que enfrente os predicados universais e transnacionais da acumulação capitalista.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002. 200p.

_____ (org). *A dialética do trabalho* – Escritos de Marx e Engels. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 200p.

_____. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7 reimpressão. São Paulo: boitempo Editorial, 2005b. 261p.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa*. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998, p.143-181.

FREDERICO, C. *O jovem Marx*. (1843/1844): as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995. 212p.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 326p.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:* esboço de uma interpretação histórico-metodológica**.** 12 ed. São Paulo: Cortez, Lima, Peru: CELATS, 1998. 380p.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998. 339p.

_____. "Operários de todo mundo, uni-vos!". In: *Espaços de Esperança.* São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 63 -77.

LUZ, M. T. Fragilidade Social e Busca de Cuidado na Sociedade Civil de Hoje. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A (org). *Cuidado*: as fronteiras da Integralidade. Rio de Janeiro: HUCITEC: ABRASCO, 2004, p. 09 -20.

MARX, K. A consciência revolucionária da história. In: *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844.* Lisboa: Avante, 1994, p.146 -181.

_____. *O Capital* – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Vol. I. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 571 p.

_____. Salário, Preço e Lucro. In: ANTUNES, R (org.). *A dialética do trabalho* – Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p.71-124.

_____. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: *Manuscritos Econômico-Filosóficos.* Tradução, apresentação e notas: J. Ranieri. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. Tradução Maria Lúcia Como. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Coleção leitura. 65p.

NETTO, J. P; BRAZ, M. *Economia Política*: uma introdução crítica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 258 p.

SOUZA, R, M. *Controle capitalista e reestruturação produtiva:* o programa brasileiro da qualidade e produtividade. Maceió: EDUFAL, 2011.

TECENDO A VIDA E SEUS ENFRENTAMENTOS:
gênero, institucionalização e medicalização na adolescência.

Patrícia da Silva Coutinho[17]
Isabela Costa da Silva[18]
Ester Vargas Silva[19]
Conrado Pável de Oliveira[20]

RESUMO

O presente artigo foi construído a partir da construção do estudo de caso de uma adolescente egressa de medida socioeducativa de restrição de liberdade. São discutidas três grandes questões que atravessam a trajetória de vida da adolescente e se constituem como principais desafios para a construção de intervenções: o peso das iniquidades de gênero; os impactos da institucionalização e a medicalização como estratégia de controle.

Palavras-chave: Gênero, institucionalização e medicalização.

ABSTRACT

This product was built from the construction of the case study of an adolescent discharged from socio measure of freedom restriction. Three major issues that cross the teen's life story and are constituted as major challenges to building interventions are discussed: the weight of gender inequities; the impacts of institutionalization and medicalization as a control strategy.

Keywords: Gender, institutionalization and medicalization in adolescence**.**

[17] Assistente Social, Docente da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, patriciadasilvacoutinho@yahoo.com.br
[18] Assistente Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, bebelosacs@yahoo.com.br
[19] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, ester_vargass@hotmail.com
[20] Psicólogo, Docente do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CESJF, Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. – UFJF. conradopavel@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo foi construído a partir da construção do caso de uma adolescente egressa de medida socioeducativa de restrição de liberdade, atendida por um equipamento público de acompanhamento a adolescentes desligados das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade no estado de Minas Gerais, o programa Se Liga. O principal objetivo de tal programa é promover o acompanhamento do público através de atendimentos e articulação contínua da rede social em torno do adolescente, de modo a buscar o acesso a direitos fundamentais e estimular novas conexões à cidade e assim, favorecer alternativas à trajetória de vida marcada pelo ato infracional (SUASE, 2012).

Para a realização de um acompanhamento qualificado torna-se imprescindível construção de estudos de caso em equipe, para reflexão sobre as questões que emergem na intervenção junto ao público. O estudo de caso é um processo de prática refletida entre os diversos profissionais e atores da rede, para a construção de um conjunto de informações que possam nortear a avaliação das intervenções e proposição de novas ações.

Mais do que um diagnóstico fotográfico de uma situação congelada no tempo, o estudo de caso deve ser compreendido como um filme, imagem em movimento, para uma compreensão mais clara da dinâmica complexa de relações sociais vividas pelo sujeito. A finalidade, portanto, dos estudos de caso, é compreender – e não investigar - a complexidade da história de vida dos sujeitos implicados, levando em consideração a origem e trajetória de vida, relações familiares e comunitárias, aspectos do desenvolvimento psicossocial, vínculos com as diversas instituições que compõem os aspectos culturais, sociais e políticos, para auxiliar na construção de alternativas para o desenvolvimento da autonomia e emancipação (BERNARDI, 2010).

A seguir uma síntese do caso em questão:

A adolescente[21] Jéssica, 17 anos, residente em município no interior do estado, possui um forte histórico de acolhimento institucional, desde o seu nascimento, provocado por rompimentos de vínculos familiares, relacionados a abandono dos genitores e vivência de diversos tipos de violências. A violência mais marcante, segundo relatos da adolescente, foram os maus tratos sofridos por parte de uma tia que se constituía como a principal cuidadora e referência afetiva. Devido à denúncia de tais maus tratos, aos quatro anos Jéssica foi encaminhada para abrigamento e, desde então, já passou por mais de cinco unidades de acolhimento institucional. Recebia esporadicamente visita de seus familiares,

[21] O nome foi alterado para preservação da identidade.

sendo que a frequência de tais visitas fora diminuindo sensivelmente ao longo do tempo. Em uma das unidades de acolhimento sofreu também violência física por parte de um funcionário, fato que provocou, dentre outros motivos, o fechamento de tal instituição. Além da institucionalização em diversas unidades de acolhimento, Jéssica passou também por cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade, na capital do estado. O ato infracional que gerou a medida socioeducativa está relacionado a conflitos e agressões físicas contra outro adolescente interno na unidade de acolhimento institucional que estava residindo no momento. Segundo relatórios técnicos de algumas instituições da rede de atenção do município pelas quais a adolescente já passou por algum tipo de atendimento, Jéssica apresenta grave situação de saúde mental, sendo fortemente medicada.

Atualmente a adolescente concluiu a medida socioeducativa e encontra-se abrigada novamente no município de origem. Um dos principais desafios para a equipe do programa de acompanhamento ao adolescente desligado das medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade no caso em questão é o atendimento da demanda de Jéssica por inserção no mercado de trabalho.

A partir da construção de um estudo de caso, é possível destacar as especificidades de cada sujeito ao vivenciar os processos de vulnerabilidade e exclusão social e seus embaraços na vida em liberdade. Por outro lado, considerar cada caso como único não significa descontextualizá-lo. Cada sujeito vivencia suas grandes questões e problemas como parte de uma situação social coletiva. Segundo Sawaia (2001, p.8-9) a exclusão social

> É processo sócio-histórico, que se configura pelos recalcamentos em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações. (...) é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. (...) Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros.

Portanto, cada sujeito vivencia uma realidade conjuntural determinada, e é o modo como ele se relaciona com essas situações que configura a sua subjetividade. Valeremo-nos da construção do caso acima relatado para a discussão de três grandes questões que atravessam a sua trajetória de vida e se constituem como principais desafios elencados pela equipe para a construção de intervenções do programa enquanto política pública: o peso das iniquidades de gênero; os impactos da institucionalização e a medicalização como estratégia de controle.

2. O PESO DAS INIQUIDADES DE GÊNERO

Tendo em vista a realidade da adolescente atendida, fica nítida a presença de

diversos marcadores sociais de geração, sexo, classe social e a raça/etnia, que atravessam sua história de vida. Jéssica é jovem, negra e pobre, em condição de vulnerabilidade social. Entretanto, um dos elementos que mais nos chamou a atenção na análise do caso foi o aspecto de gênero, ao qual iremos nos ater nesse item do artigo. É importante novamente salientar que esses marcadores não são dados que remetem somente às identidades individuais, mas, sobretudo, são frutos das relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista, sendo expressões da Questão Social[22].

Nesse sentido, faremos o esforço de estabelecer mediações entre a condição de gênero e sua trajetória de vida, com destaque para seu histórico de relações familiares e institucionais. Para tal, partimos de uma perspectiva crítica a respeito das relações de gênero na sociedade atual, compreendendo que "as vivências de homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais" (KERGOAT, 2009, p. 67).

Entendemos que gênero é a construção cultural simbólica – advinda de determinações concretas – que abarca as representações de referência para o comportamento, atitudes e manifestações dos indivíduos dos sexos masculino e feminino. É uma categoria de análise, pois permite uma compreensão diferenciada sobre o conjunto da sociedade e das relações sociais, que têm base material, econômica e ideológica. Envolve o estudo das relações de poder e de dominação que implicam na subordinação das mulheres em determinado contexto histórico, sendo, portanto, também, uma categoria histórica (SILVA, 2013, p. 71). As relações de gênero devem ser compreendidas como parte da totalidade das relações sociais que se dão na sociedade, que é capitalista, mas também racista e patriarcal. Assim, a noção de patriarcado é central para compreender as causas da realidade de submissão, violência e exploração vivenciada pelas mulheres/meninas como grupo social, pois diz respeito a uma forma específica adquirida pelas relações de gênero.

O patriarcado é uma forma de organização social que esteve presente nas sociedades feudal, escravista e capitalista, tendo a idade aproximada de 6 milênios, como aponta Saffioti (2004). Assim é possível afirmar que, a despeito de seus processos de mutação ao longo da história, ele continua sendo um sistema vivo e forte, perpassando todas as esferas da vida social. Algumas características deste merecem ser destacadas:

> 1- não se trata de uma relação privada, mas civil;
> 2- dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem nenhuma restrição […];
> 3- configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;

[22] A q*uestão social* advém da contradição fundante do sistema capitalista: a relação entre capital e trabalho e sua expressão nas mais variadas formas de desigualdades e nas lutas políticas que delas se desencadeiam. A esse respeito, ver Netto (2001) e Iamamoto (2010).

> 4- tem uma base material;
> 5- corporifica-se;
> 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p.58).

Apesar de o patriarcado ser mais antigo que o capitalismo, ele encontra-se articulado com o primeiro, sendo marcado por particularidades sociais, econômicas e culturais, próprias da *sociedade patriarcal-racista-capitalista* (SAFFIOTI, 2004). Isso ocorre porque existem elementos constitutivos da organização patriarcal que são funcionais à reprodução do capital. Quando tratamos das relações de gênero nessa sociedade, portanto, estamos nos referindo necessariamente a relações de poder, relações marcadas pela *dominação-exploração* (IBIDEM, 2004) das mulheres pelos homens. A dominação-exploração das primeiras constitui um único fenômeno que apresenta duas faces distintas e complementares: uma, de caráter econômico, que expressa-se através da divisão sexual do trabalho[23] e todos os prejuízos que ela acarreta às mulheres/meninas; e outra, que ocorre pelo controle de sua sexualidade, sendo que este está sempre em mãos masculinas.

As relações de gênero no capitalismo, portanto, são uma construção social burguesa, integrando a ideologia da classe dominante. Tendo em vista que as ideias da classe dominante são as idéias hegemônicas em cada momento histórico, podemos constatar que a ideologia patriarcal está imbricada às principais instituições da sociedade burguesa, tais como a família, as instituições de educação, religiosas, jurídicas, econômicas e políticas. A família burguesa (ENGELS, 2010) especificamente, é uma esfera privilegiada de reprodução das relações patriarcais de gênero, notadamente do poder do homem (pai) sobre a mulher (mãe), os(as) filhos(as) e demais membros da família. Essas relações se expressam no controle do comportamento sexual e da capacidade reprodutiva feminina, na violência doméstica, na realização exclusiva ou quase exclusiva do trabalho reprodutivo[24] pelas mulheres/meninas, dentre outras formas.

Os subsídios teóricos apresentados até aqui nos instigam a problematizar a realidade familiar e histórico de institucionalização da adolescente Jéssica. Um elemento que merece relevo é a explicitação de diversas formas de violência no âmbito da família. Estas, por sua vez, invariavelmente são atravessadas pelas relações patriarcais de gênero. Conforme relatos da adolescente, e dos profissionais da rede socioassistencial, percebe-se tratar de um núcleo familiar com os laços de afetividade rompidos e com histórico de

[23] A divisão sexual do trabalho é uma das formas pelas quais se manifesta a divisão social do trabalho e constitui-se como base material das *relações sociais de sexo* (KERGOAT, 1989, 2010). Essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade e tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc) (IDEM, 2009, p. 67).
[24] Trabalho doméstico e de cuidados.

diferentes tipos de violência doméstica, tais como: física, psicológica, abandono/negligência, prostituição, drogadição e suspeita de abuso sexual.

Não é coincidência que exista no Brasil, desde 2006, uma lei[25] voltada especificamente para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta foi formulada a partir da existência de dados alarmantes de violência sexista no país, notadamente das praticadas no âmbito da unidade doméstica e/ou familiar e nas relações íntimas. Saffioti (2001) nos apresenta uma definição interessante de violência de gênero, que é mais ampla do que a violência doméstica e que não se restringe a violências praticadas por homens contra mulheres:

> Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este necessidade de fazer uso da violência (SAFFIOTI, 2001, p.1).

Apesar da violência de gênero ser algo mais amplo, que não atinge somente mulheres e meninas, sabemos que essas são suas principais vítimas. Corroborando com essa afirmação, temos a existência de dados alarmantes a respeito do feminicídio no Brasil - assassinato de mulheres por motivo de gênero. Segundo o Mapa da Violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015, p. 70):

> - Dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013 pelo SIM, 2.394, isso é, 50,3% do total nesse ano, foram perpetrados por um familiar da vítima. Isso representa perto de 7 feminicídios diários nesse ano, cujo autor foi um familiar.
> - 1.583 dessas mulheres foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro, o que representa 33,2% do total de homicídios femininos nesse ano. Nesse caso, as mortes diárias foram 4.

A partir desses dados, fica patente a persistência da violência nas relações afetivas e no âmbito familiar/residencial das mulheres brasileiras. Como já mencionamos, a família é um espaço privilegiado de reprodução das relações patriarcais, tendo como um de seus mecanismos o uso da violência.

A questão do abuso sexual, que aparece como incerta no caso de Jéssica, também é algo que chama a atenção, sendo um fato que está relacionado à violência de gênero. Saffioti (2004), citando uma pesquisa sobre abuso incestuoso, apontou que 71,1% dos

[25] **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).**

agressores eram pais biológicos das vítimas e 11,5% eram padrastos, perfazendo um total de 82,6%. Ainda segundo a mesma autora, as crianças do sexo feminino estão mais propensas ao abuso sexual do que as do sexo masculino. Assim, percebe-se uma vulnerabilidade social que tem a marca de gênero, quadro que se agrava ainda mais quando se trata de meninas negras, pobres e da periferia.

Na sua trajetória de institucionalização e cumprimento de medida socioeducativa percebemos também o peso das iniquidades de gênero. As adolescentes e jovens do sexo feminino são a minoria do público acautelado nas unidades de internação e semiliberdade no país. De acordo com o último Levantamento Anual dos/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, referente ao ano de 2012, apenas 5% são meninas e 95% meninos em privação ou restrição de liberdade. Devido ao número relativamente pequeno de adolescentes do sexo feminino em cumprimento de tais medidas socioeducativas, há geralmente poucos serviços e estruturas que cumprem com as suas necessidades. O número de unidades especificamente femininas em todo Brasil é de 35, num total de 452 (SDH, 2013). Há, portanto, uma concentração das meninas em poucas unidades e, desta forma, geralmente elas cumprem a medida socioeducativa longe de suas residências de origem, dificultando ainda mais a possibilidade de contato e visitas com seus familiares, amigos e rede de apoio.

Diante destas informações é possível compreender que este público tende a permanecer mais invisível em um sistema e espaço tradicionalmente masculino. A construção social, marcada por iniquidades de diversas ordens, existente sobre os papéis sociais de gênero destinados aos homens e às mulheres são também reproduzidos no sistema penal em geral e também no sistema de justiça juvenil, acarretando um agravamento das situações de abandono familiar, exclusão social, estigmatização e moralização sobre as adolescentes envolvidas na prática de atos infracionais e uma maior dificuldade de atendimento das demandas específicas deste público (OLIVEIRA, 2013).

A adolescente, assim como a mulher em geral, que comete um ato infracional é duplamente estigmatizada, primeiro por ser considerada criminosa, transgredindo assim a ordem social, segundo por ser “mulher criminosa", indo contra as expectativas do papel social da mulher. As mulheres e adolescentes que tiveram problemas com a justiça são mais estigmatizadas pela família e sociedade, pois, ao se envolverem na criminalidade, rompem com a ordem jurídica estabelecida e acima de tudo, rompem com a moral machista vigente que coloca as expectativas do papel social da mulher em torno de características dadas como femininas: docilidade, cuidado, obediência aos homens e ao lar (OLIVEIRA, 2013).

Ao nos depararmos com o caso em questão, é possível perceber maiores dificuldades na inserção da adolescente Jéssica no mercado de trabalho, questão demandada por frequência pela jovem, ainda que ela tenha um bom currículo, com uma variedade de cursos de qualificação e cursando ensino médio.

3. OS IMPACTOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Na atualidade, comemoramos vinte e sete anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instrumento legal que tornou objetivo os direitos da criança e do adolescente tendo como paradigma sua proteção integral. Neste período recente também se estrutura no Brasil o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado há doze anos, que estimula a reorganização dos serviços e programas sociais para que todas as crianças e adolescentes e suas famílias recebam atenção pública que os proteja integralmente, garantindo-lhes uma vida digna com vistas à construção firme e segura de sua autonomia. No entanto, observa-se que as legislações mencionadas ainda não foram amplamente efetivadas em diversos municípios brasileiros.

Sobre o relato do acompanhamento de Jéssica é possível perceber o processo de institucionalização[26] que a jovem vivencia, pelo histórico de acolhimento[27] em diferentes abrigos desde sua infância. De acordo com dados divulgados pela fundação João Pinheiro (2009), no Brasil existiam aproximadamente 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 instituições de acolhimento. Destes jovens, foi traçado um perfil, em que 87,7% possuíam família, 58,2% tinham vinculo, 58,5% eram meninos, 61,6% eram afrodescendentes, e 61,3% tinham entre 7 e 15 anos de idade. No que se refere aos motivos que geraram o acolhimento, foi relatado que 24,2% estavam relacionados a pobreza, 18,9% à abandono, 11,7% à violência doméstica, 11,4% à dependência química dos responsáveis, 7% situação de rua, e 5,2% orfandade.

Os estudos sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em instituições permitem afirmar que existem vários aspectos em comum com o fenômeno da

[26] É necessário realizar uma diferenciação entre as terminologias "institucionalização" e "abrigamento". O termo abrigamento será utilizado em sua acepção jurídica, como uma medida de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990; Artigo 101, item VII). A expressão institucionalização e suas derivações serão utilizadas, para representar os efeitos da longa permanência em instituições de caráter de acolhimento.

[27] De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente o nome "acolhimento" se refere a ação de atender e cuidar temporariamente de crianças e adolescentes que precisam ser separados de suas famílias por estarem em situação de vulnerabilidade ou risco. Neste sentido, duas são as modalidades de acolhimento: o acolhimento institucional e o acolhimento familiar. O acolhimento familiar ocorre quando o atendimento é feito por famílias já constituídas, por exemplo, "Famílias Acolhedoras", que são preparadas e acompanhadas por um programa municipal determinado. Já o acolhimento institucional se dá em uma instituição especialmente preparada para isto, podendo ser uma casa de passagem, um abrigo institucional, uma casa-lar ou uma república. Para maiores informações: Norma Operacional Básica da Assistência Social. Disponível em: www.mds.gov.br/suas/menu_superior/publicacoes; e Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, 2006.

institucionalização. Neste sentido são destacadas duas perspectivas, a partir das quais se pode abordar tal fenômeno.

> A primeira refere-se à institucionalização como um processo constitutivo de ideologias e práticas que se organizam em circunstâncias históricas específicas (Foucault,1986). A segunda perspectiva refere-se ao estabelecimento institucional em si, enquanto lócus que materializa suas características e opera suas estratégias. Erving Goffman (1961) define as características do que denominou de instituições totais da seguinte forma: 'Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes, e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de "fechamento". Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais "fechadas" do que outras. Seu "fechamento" ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas.... A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais' (GOFFMAN, 1961, p.16). (QUEIROZ E RIZZINI, 2012, p. 201).

Historicamente o processo de implantação das instituições totais para a assistência à infância no Brasil, além de seguir a estratégia de isolamento social, possui particularidades relacionadas à periculosidade foram consideradas como inerente às crianças pobres. As iniciativas assistenciais voltadas à infância pobre no Brasil foram historicamente caracterizadas por diversas perspectivas como: controle tutelar das classes populares, higiene familiar e repressão às ameaças de "revolta" social. No entanto, ambiguamente, se apresentam também como necessidade "de proteger a infância desvalida: o discurso apresenta-se, com frequência, ambíguo, onde a criança deve ser protegida, mas também contida, a fim de que não cause danos à sociedade" (QUEIROZ E RIZZINI, 2012, p. 204).

Ainda recém-nascida, Jéssica foi encaminhada para um abrigo institucional e alguns depois foi conviver com uma tia. No entanto, após alguns anos, voltou para outra casa de acolhimento, em razão de denúncia de maus tratos por parte da tia. Devido a esta situação, a família da jovem foi atendida pelo Conselho Tutelar, por meio de um encaminhamento realizado pela Vara da Infância e Juventude. Em uma das casas de acolhimento, Jéssica e outras crianças e adolescentes sofreram maus tratos. Tal fato provocou a interdição da casa pelas autoridades do município. Neste período a adolescente recebia visitas da tia e, esporadicamente, dos genitores.

Observa-se que a violência estrutural de um sistema capitalista – que é desigual e voltado para obtenção de lucro pela exploração – é experimentada pela jovem, tanto no âmbito familiar quanto institucional. Crianças e adolescentes violentados e com direitos negligenciados, estão à margem deste modo de produção, uma vez que não se inserem no processo de valorização do capital, e assim, apesar de discurso político e legal, não tem seus direitos defendidos com prioridade.

Após a interdição da casa de acolhimento a adolescente foi então encaminhada para outro abrigo institucional, no qual apresenta a modalidade "casa-lar". Nos últimos meses em que a jovem permaneceu nesta instituição, afirmou que não respeitava as regras do local e realizava constantes desvios de percurso e evasões, devido a um desentendimento com um funcionário da instituição. Apesar do forte vínculo que Jéssica possuía com o funcionário, este foi flagrado agredindo fisicamente a adolescente, o que culminou em sua demissão.

Entre estas 'idas e vindas' em instituições de acolhimento, a jovem se envolveu em um conflito com outra adolescente também abrigada, fato que gerou um ano de cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade. Como não havia um local específico no município de origem para cumprimento da medida, Jéssica foi encaminhada para uma Casa de Semiliberdade na capital do estado.

É possível destacar as diferentes visões que as equipes técnicas construíram sobre a adolescente em questão. Enquanto que para a equipe da casa de semiliberdade Jéssica apresentava comportamento cooperativo e foram desenvolvidas várias intervenções que estimularam sua autonomia – inserção no mercado de trabalho, cursos e atividades culturais e de lazer – para as equipes de outras unidades de acolhimento por onde já residiu, Jéssica possui fortes sinais de transtorno mental, comportamento agressivo e desviante. De fato, uma das consequências da institucionalização, principais em instituições totais, pode ser a fragmentação, sujeição e coisificação da identidade do interno (GOFFMAN, 2001).

Recentemente, ao retornar para seu município natural, devido à extinção da medida socioeducativa que lhe foi aplicada, a adolescente foi encaminhada para outra casa de acolhimento institucional, em que se encontra abrigada até então. Como Jéssica está próxima a completar a maioridade, só poderá permanecer na casa de acolhimento por mais alguns meses. Cabe ressaltar que o município não oferece a modalidade de atendimento "República", e que o destino de Jéssica, é ainda incerto.

Atualmente a principal questão demandada pela jovem é a inserção no mercado de trabalho, com vistas à sua emancipação financeira e assim poder construir um projeto de vida autônomo e independente da instituição em que se encontra abrigada.

4. MEDICALIZAÇÃO E CONTROLE

A última questão elencada como desafio a ser refletido no presente trabalho no acompanhamento da adolescente Jéssica é o discurso sempre presente de sua condição de grave de saúde e mental. Desde os oito anos de idade Jéssica faz tratamento psiquiátrico, quando foi diagnosticada com Transtorno Bipolar e Distúrbio de Conduta por um psiquiatra

do Centro de Atenção Psicossocial – Infância e Juventude do município. Jéssica foi encaminhada para tratamento psiquiátrico devido a um quadro de agitação e agressividade, fazendo um uso de medicação que passa por Carbamazepina, Neuleptil e até Haloperidol.

De acordo com Cervo e Silva (2009) há uma tendência de profissionais a buscarem uma classificação diagnóstica como uma ferramenta importante para a organização do processo de trabalho. O problema é que essa compreensão através do diagnóstico molda as intervenções dos profissionais, o que muitas vezes pode interromper o processo de criação da criança e adolescente e assim inviabilizar a experimentação de outro modo de viver seu sofrimento. É reforçado, assim, um modo de produção psiquiatrizante e patologizante do sujeito:

> Uma vez classificadas como "doentes", as pessoas tornam-se "pacientes" e consequentemente "consumidoras" de tratamentos, terapias e medicamentos, que transformam o seu próprio corpo no alvo dos problemas que, na lógica medicalizante, deverão ser sanados individualmente. Muitas vezes, famílias, profissionais, autoridades, governantes e formuladores de políticas eximem-se de sua responsabilidade quanto às questões sociais: as pessoas é que têm "problemas", são "disfuncionais", "não se adaptam", são "doentes" e são, até mesmo, judicializadas. (CFP, 2011, p. 13.)

A partir do acompanhamento sistemático da adolescente, percepção também coadunada pela equipe da casa de semiliberdade, percebe-se que não se tratava de um caso de saúde mental, mas sim a utilização de diagnósticos e rótulos como uma tentativa de controle e contenção. Nesse sentido, os momentos de agressividade e transgressão da adolescente constituem-se como respostas a negativas e tentativas frustradas que percorrem todo o histórico de vida da adolescente, marcado por situação de abandono, abrigamento e uma vergonha, dito pela mesma de se encontrar na situação de institucionalização. A partir dos atendimentos junto à adolescente é possível perceber a resistência que ela tem à alta dosagem de medicamentos psicoativos receitado, queixando-se frequentemente de manterem-na 'dopada'.

Com isso, chamamos atenção para as questões do fenômeno da crescente medicalização, processo que reduz a complexidade de questões de ordem social, política, cultural em "distúrbios", "transtornos", atribuindo ao indivíduo uma série de dificuldades que o inserem no campo das patologias, dos rótulos, das classificações psiquiátricas. A atribuição do rótulo de doente provoca uma segunda exclusão dos já excluídos – social, afetiva, educacionalmente – mascarada por discursos de inclusão:

> A medicalização tem assim cumprido o papel de controlar e submeter pessoas, abafando questionamentos e desconfortos; cumpre, inclusive, o papel ainda mais perverso de ocultar violências físicas e psicológicas, transformando essas pessoas em "portadores de distúrbios de comportamento e de aprendizagem". (CFP, 2011, p. 14)

5. CONCLUSÃO

A partir dos fragmentos do caso relatado e das discussões levantadas, torna-se fundamental a necessidade de construção de um acompanhamento consistente que leve em consideração uma ruptura dos recortes disciplinares em busca de uma prática transdisciplinar e intersetorial, capaz de promover intervenções articuladas em rede. Neste sentido, somente intervenções articuladas poderão promover alternativas para uma realidade tão complexa. Torna-se imperativa, a partir da prática e reflexão, a orientação de estratégias de ação que busquem desconstruir o peso das desigualdades e controle sobre os sujeitos, em busca de uma ampla defesa e promoção de direitos, contribuindo, assim, para a construção do sujeito social que é capaz de agir para manter a sua humanidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDI, Dayse C. F. *Cada caso é um caso : estudos de caso, projetos de atendimento*. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

CERVO, Michele da Rocha e SILVA, Rosane Azevedo Neves. A produção de uma patologização da infância na experiência do CAPSi. In: Anais do VX Encontro Nacional da ABRAPSO – Psicologia Social e Políticas de Existência: fronteiras e conflitos, Maceió, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Subsídios para a campanha: não à medicalização da vida, medicalização da educação*. 2011

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado***.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ª ed., 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, GOVERNO DE MINAS GERAIS. *Relatório final do diagnóstico das Instituições de acolhimento a crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2009 (Relatório)

GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

IAMAMOTO, M.V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*. Hirata, H. (org.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social".*Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 4, p. 41-49, 2001.

OLIVEIRA, Conrado Pável de. Marcas e penas – a trajetória de mulheres no sistema penal, da privação à construção da liberdade. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós

Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

QUEIROZ, Marcello e RIZZINI, Irene. A infância com deficiência institucionalizada e os obstáculos históricos na defesa de seus direitos. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, Ano 15, nº 28, p.199-220, 2012.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência***.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. *Levantamento anual dos/as adolescentes em conflito com a lei – 2012*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/levantamento-sinase-2012

SILVA, Isabela Costa da. *Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade.* Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora, 2013.

SUBSECRETARIA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. *Programa Se Liga – Programa de Acompanhamento ao adolescente desligado de medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade de Minas Gerais.* Belo Horizonte, 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência: homicídio de mulheres no Brasil*. 1ª Edição. Brasília: Flacso, 2015.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E LUTA POR DIREITOS NAS REDES DE *FAST FOOD*

Letícia Barros Palma da Rosa [28]

RESUMO

Esse artigo, fruto de um projeto de tese em desenvolvimento, tem como objetivo apresentar algumas questões que perpassam a discussão do trabalho em redes de *fast food*. A partir da compreensão de que os trabalhadores inseridos nesses espaços sofrem intensa exploração, são apontados elementos que contribuirão para o entendimento da forma como a ideologia opera em suas lutas por direitos. Apresenta-se, portanto, uma breve discussão sobre o trabalho nesses espaços, considerando o perfil etário predominante desses trabalhadores – jovens – e uma breve discussão acerca de ideologia e consciência de classe, que irá subsidiar as pesquisas a serem desenvolvidas.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia, consciência de classe, *fast food.*

ABSTRACT

This article is result of a thesis project under development. It aims to present some questions that pervade the discussion about the work in fast food chains. From the understanding that the workers inserted in these spaces undergo intense exploration, elements are pointed out that will contribute to the understanding of the way the ideology operates in its struggles for rights. It presents a brief discussion of the work in these spaces, which considers the predominant age profile of these workers - young people - and a brief discussion about ideology and class consciousness, which will subsidize the researches to be developed.

KEY WORDS: Ideology, class consciousness, fast food.

[28] Assistente Social. Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras. Mestre em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social no PPGSS/UFRJ. E-mail: leticiabpr@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista historicamente desenvolve diferentes estratégias que possibilitam o aumento da acumulação, sendo a ampliação da exploração da força de trabalho um dos mecanismos essenciais a esse processo.

São desenvolvidos novos modelos produtivos, investe-se em diferentes formas de regulação e são utilizadas diversas estratégias de gestão da produção e do trabalho, que permitirão que a extração da mais-valia se amplie cada vez mais.

A partir da reestruturação produtiva na década de 1970, a ofensiva do capital tem exacerbado os mecanismos de exploração nos diferentes setores da economia, abrangendo tanto a produção quanto os serviços.

O setor de serviços, com sua expansão, vem cada vez sendo mais estudado. Destacam-se as pesquisas realizadas em espaços como bancos ou *call centers*. No entanto, em seu interior, há um segmento de trabalhadores para o qual pouco se dirige o olhar: os restaurantes de comida rápida – ou, como são popularmente conhecidos, os *fast foods.* Nesse segmento, aliás, destaca-se como particularidade o fato de haver uma junção entre produção e serviço.

Sabe-se que as determinações que configuram a esfera da produção impactam diretamente os padrões de regulação da reprodução social. Nesse mesmo sentido, entende-se que ideologias e práticas sociais refletem e influenciam na dinâmica do capital.

A partir de tal compreensão, esse artigo apresentará algumas considerações acerca do trabalho nas redes de *fast food*. Fruto do projeto de tese desenvolvido pela autora, irá apontar algumas sistematizações teóricas que irão subsidiar a pesquisa sobre a forma como a ideologia opera na luta por direitos dos trabalhadores da rede McDonald's[29].

2. JUVENTUDE E EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NAS REDES DE *FAST FOOD*

A partir dos estudos já empreendidos, que compreenderam a forma como se organizam a produção e a gestão do trabalho nas redes de *fast food* e qual o impacto dessa experiência para os trabalhadores, pôde-se aferir que nas franquias de comida rápida, a exploração da força de trabalho se dá de forma aguda, revestida por uma ideologia que exalta a cultura da fragmentação do tempo, a robotização e a descartabilidade do sujeito.

[29] A escolha dessa empresa se deve a sua expressividade e abrangência. Além de ser a maior cadeia de comida rápida presente no país, é a mais conhecida, afora o fato de ser reconhecida também como grande empregadora de jovens e grande exploradora de trabalho.

É importante destacar que as redes de *fast food* são sustentadas por um segmento etário específico de trabalhadores, a juventude. Segundo dados disponíveis no sítio eletrônico da empresa McDonald's – a maior e mais conhecida do ramo – cerca de 70% dos seus funcionários encontram na empresa seu primeiro emprego (MCDONALD'S BRASIL, 2016).

Quando se debate sobre juventude, uma discussão recorrente é a da inserção do jovem no mercado de trabalho. A literatura, assim como pesquisas recentes, registra que os jovens representam o segmento etário mais afetado pelas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho.

Pochmann (1998) afirma que o trabalho e a sua ausência se constituem em um campo de experiências da juventude. Relacionadas a esse campo, são diversas as preocupações que vão permear o ideário juvenil – apreensões que vão desde o desejo de conquistar a independência financeira em relação aos pais até situações de sobrevivência.

É importante salientar, como pressuposto da discussão apresentada que, apesar de se falar em juventude enquanto categoria geracional, a mesma não pode ser tratada de forma genérica. Sabe-se que muitos são os determinantes que irão condicionar as formas de se experienciar a juventude. Como afirma Sposito (2003), pode-se falar em "juventudes", já que classes sociais, relações de gênero, lugares de origem, dentre outros, são condicionantes que devem ser analisados quando se debate geração. Nesse sentido, destaca-se nesse artigo a condição de classe, pois a juventude da classe trabalhadora possui particularidades que irão impactar diretamente sua relação com a experiência do trabalho.

Para os jovens dessa classe social, a inserção no mercado de trabalho apresenta-se, portanto, como uma situação dramática, agravada em casos em que os mesmos sofrem pela falta de acesso. Campos (2010) afirma que

> Percebemos um nítido recorte a partir da origem de classe dos jovens brasileiros. Em geral, todos enfrentam dificuldades ao entrar no mercado de trabalho. Entrar no mercado de trabalho não significa garantir uma ocupação; é colocar à venda sua força de trabalho por determinado tempo. A maioria dos jovens que se coloca à disposição não conseguem vender sua força de trabalho, contribuindo, dessa forma, com a elevação das taxas de desemprego. Entre os que têm origem em famílias pobres, a maioria apenas trabalha e não estuda, possui ensino fundamental incompleto e recebe rendimentos médios inferiores a 1 salário mínimo. Como consequência de sua origem social, essa maioria está submetida a um padrão de inserção ocupacional absolutamente desfavorável, superdimensionando os problemas mais gerais do mercado de trabalho brasileiro (CAMPOS, 2010, p.50).

Dessa forma, percebe-se que a juventude, quando inserida no mercado de trabalho, o está muitas vezes sob formas de exploração explícita ou sob condições precárias.

Diante desse cenário, o capital se utiliza da falta de oportunidades oferecidas aos jovens como uma estratégia para se apropriar de seus corpos e suas mentes. Apoiando-se no idealizado corpo ágil e saudável da juventude, as empresas sustentam seus padrões de rapidez e modernidade.

Rosa (2013) afirma que o McDonald's exerce forte influência sobre a construção da subjetividade de seus jovens trabalhadores. Sabe-se que todas as experiências vividas pelos sujeitos vão influenciar esse processo. Ressalta-se, porém, que tal rede desenvolve mecanismos e estratégias – com o objetivo de expandir sua acumulação – que atingem diretamente a construção e formação desses jovens.

A empresa estudada trabalha constantemente o imaginário de seus funcionários, e muitos deles passam a "amar tudo isso"[30]. Os estudos já realizados demonstraram que muitos jovens não reconhecem as práticas de exploração por parte da empresa, assim como também indicaram que, após se desligarem da rede e se inserirem em outros empregos, essa prática torna-se evidenciada.

Considera-se que os jovens – majoritariamente os que se encontram em situação de primeiro emprego – assimilariam melhor as normas e a padronização demandada nesse tipo de estabelecimento, ao mesmo tempo em que questionariam menos as exigências do exercício profissional diante da inexperiência e da falta de conhecimento de outras esferas do mundo do trabalho.

Dessa forma, a política de contratação de jovens inexperientes demonstra-se como estratégia essencial à empresa, favorecendo suas práticas padronizadoras e em alguns aspectos, abusivas. Nesse sentido, é importante desmistificar a conotação social atrelada a essa política da rede e perceber, para além do imediato, que existem outras determinações que compõem o sistema adotado pelo McDonald's.

A padronização dos atendimentos, por meio de *scripts* (frases pré-determinadas que são utilizadas em todos os atendimentos) e simulação de situações (padronização da conduta que prevê situações de exceção) condiciona o jovem a práticas determinadas.

Além disso, a utilização do "cliente misterioso" (cliente oculto, contratado pela empresa, que estaria no restaurante se passando por um consumidor comum a fim de avaliar a qualidade do serviço prestado), assim como a exigência da agilidade cronometrada em cada uma das ações, colocam os trabalhadores sob situações constantes de estresse.

É importante ainda destacar denúncias publicadas no Jornal Brasil de Fato (2013) e

[30] Alusão ao o *slogan* "Amo muito tudo isso" (do original inglês *I'm lovin it*) que foi difundido nas peças publicitárias do McDonald's. Na pesquisa que subsidiou a dissertação "Jovens trabalhadores das redes de *fast food*: experiência de trabalho e subjetividade" – que foi realizada na época em que tal slogan estava sendo divulgado – alguns jovens trabalhadores se utilizaram desse *slogan* para falar de sua relação com a empresa.

relatos apresentados por Rosa (2013) que apontam estratégias utilizadas pela empresa que descumprem legislações trabalhistas, implicam em problemas de saúde para seus trabalhadores, além de influenciar diretamente a vida social desses jovens, devido à dinâmica de organização da jornada de trabalho.

Os impactos para a juventude de determinadas formas de gestão da produção, como a adotada pela rede (no que diz respeito à restrição do desenvolvimento de sua autonomia e criatividade, às suas condições de saúde, às implicações em sua vida escolar e social) devem ser problematizados e deve-se lutar pelo cumprimento da legislação trabalhista, a fim de assegurar minimamente condições dignas de trabalho.

Entende-se que o corte geracional que caracteriza esses trabalhadores infere particularidades e agudiza o impacto do trabalho e suas conseqüências para esses sujeitos.

Reis (2007) afirma que

> Não há dúvidas de que a corporação McDonald's contrata muitos jovens por ano no Brasil. Contudo estes jovens são para a empresa altamente "substituíveis e flexíveis" permanecendo pouco tempo no emprego. A desregulamentação se naturaliza durante estas relações de trabalho e assim que o jovem adquire certa experiência, procura outra oportunidade. O grande contingente de jovens desempregados que lutam por uma vaga no mercado de trabalho é conveniente para o McDonald's que ocupa-se de parte deste exército excedente, procurando rapidamente "conformar" o trabalhador em seu padrão de treinamento, sobretudo buscando passar para a sociedade uma imagem positivada das relações de trabalho no âmbito juvenil (REIS, 2007, p. 09).

A partir desses pressupostos e da compreensão de que o trabalho precário pode perpetuar o ciclo da pobreza, é que se pretende abordar a exploração e o descumprimento de legislações exercidos pela rede em questão e compreender de que forma os valores difundidos pela empresa são incorporados pelos jovens.

Considerando que "uma ideia importante do marxismo (...) é a de que a transformação de nossas ideias sobre a realidade e a transformação da realidade são processos que caminham juntos" (LOWY, 2010, 29), será problematizada a naturalização da exploração por parte dos jovens, dos clientes e da sociedade.

Os diferentes modelos produtivos, cada um com suas características mais marcantes buscam, ao fim, a apropriação cada vez maior da vida do trabalhador e dos sentidos que a ela podem ser dados, como bem exemplifica Alves (2011), quando se refere ao modelo japonês:

> Na medida em que o toyotismo é obrigado a se apropriar da participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho (Gramsci, 1984b), a "captura" da subjetividade do trabalho torna-se sua obsessão íntima, a partir da qual ele vai operar, por meio das inovações sociometabólicas, um duplo movimento hegemônico – incorporar valores de vida do trabalho na produção do capital (é a ideia de que *business* é vida) e estender valores-fetiche da produção do capital na instância da

> reprodução social (a ideia de que vida é *business*). (ALVES, 2011, p.100, 101) Grifos do autor.

A partir de tal compreensão, é que se pretende pesquisar as formas de disseminação de ideologia nesses espaços e como se dá sua assimilação por parte dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, busca-se compreender as formas de luta por direitos dos trabalhadores inseridos nesse segmento intentando, por fim, conhecer o modo como a ideologia opera na luta por direitos desses jovens trabalhadores.

3. FORMAS DE CONSCIÊNCIA E IDEOLOGIA

Para se tratar do processo de consciência à luz do pensamento marxista há que se discuti-lo em seu processo dialético. A própria forma como se está referindo a ele – considerando-o como processo – caracteriza seu movimento e dinâmica contínuos, que carregam consigo avanços, anacronismos e contradições. Nesse sentido, a consciência não é algo previamente dado e estático, mas pode vir a amadurecer e recrudescer, sempre se metamorfoseando em novas formas de consciência.

Iasi (2011) afirma, a partir de tal entendimento, que não é possível falar apenas em consciência, pois, sendo processo, não há um estado de "não consciência" (p.12), já que qualquer indivíduo possui uma forma de compreensão da realidade vivenciada.

A compreensão que se constrói sobre a realidade objetiva irá compor a formação do processo de consciência em diversos graus de aprofundamento de tais concepções. As relações do homem com outros homens e com a natureza dão o substrato para a construção dessas representações. Constrói-se subjetivamente uma interpretação de algo objetivo por meio da percepção de cada indivíduo.

É preciso compreender que tal processo não é algo que se desenvolve apenas individualmente. Se há uma construção em cada sujeito que se dá a partir de suas visões de mundo, tais visões sintetizam experiências sociais, que irão influenciar diretamente suas concepções e entendimentos sobre a sociedade. Aquilo que o indivíduo poderia ter como vivência singular vai, por meio da universalidade, compor experiências que vão particularizar determinado grupo social. Nas palavras de Iasi "esse processo é ao mesmo tempo múltiplo e uno. Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo". (IASI, 2011, p.13).

Logo, essa linha universal que caracteriza o processo de consciência de classe congrega uma visão de mundo de determinado segmento social. Aquilo que supostamente apareceria, portanto, como manifestação individual, constrói uma forma particular de consciência de determinada classe.

A consciência de classe não é algo abstrato, seu processo se desenvolve a partir de condições materiais e objetivas, além de ter também como substrato as construções subjetivas. Nesse sentido, é importante compreender que, embora seja síntese de uma materialidade, não é apenas seu reflexo. O processo de consciência nunca irá compreender o concreto como um todo, mas sua aparência, desvelando paulatinamente os véus que encobrem a essência da realidade. Além disso, vale destacar que não é o pensamento que produz a realidade, pelo contrário, o sujeito busca se aproximar do real por meio de um constante exercício mental e, somente a partir de tal exercício, é que a aproximação com a verdade pode ocorrer, assim como o desenvolvimento do processo de consciência.

Retomando a discussão sobre a relação entre a consciência de classe e o indivíduo, compreende-se que o sujeito carrega consigo experiências e vivências que irão compor sua história. Essa história, que lhe outorga uma visão de mundo, irá particularizar sua forma de compreensão da realidade. Assim, Iasi (2011) afirma que "a partir daí busca compreender o todo pela parte – ultrageneralização – o que consistirá, como veremos, em um dos mecanismos básicos de sua primeira forma de consciência" (IASI, 2011, p. 14). Essa primeira forma de consciência não se refere ainda à consciência de classe, mas diz respeito a uma primeira forma de interpretar a realidade.

Essa primeira leitura da realidade, com base em construções e vivências particulares, irá influenciar a forma como o sujeito lê e interpreta as relações com o mundo exterior. A interpretação do todo a partir de sua particularidade fará com que determinadas relações e situações sejam naturalizadas, enquanto outras serão negadas. Cria-se um suposto critério de verdade, fazendo com que o indivíduo assuma determinadas posturas como normas, partindo dessas para desenvolver suas atitudes, leituras e posicionamentos nos diferentes espaços societários. Logo, os espaços de primeira socialização do indivíduo, como a família e, posteriormente, a escola, terão um impacto significativo no desenvolvimento do processo de consciência dos sujeitos sociais. Com esse acúmulo previamente adquirido,

> Outras transformações chegam ao indivíduo, não pela vivência imediata, chegam já sistematizadas na forma de pensamento elaborado, na forma de conhecimento, que busca compreender ou justificar a natureza das relações determinantes em cada época. Tais manifestações da consciência só agirão na formação da concepção de mundo do indivíduo algum tempo depois e, como tentaremos argumentar, sob uma base já sólida para que sejam aceitas como válidas (IASI, 2011, p. 15).

Assim, as esferas nas quais o sujeito se insere no decorrer do desenvolvimento de suas práticas sociais, o levarão a compor esse universo de significados e compreensões que constituirão suas relações com o mundo.

Para além das já citadas relações familiares e escolares – também determinadas previamente pelas relações de produção e reprodução sociais –, pode-se destacar diversas outras esferas cujas vivências ainda influenciarão esse processo, como o trabalho e a religião. Em ambos os casos, as determinações já chegam prontas ao indivíduo, cabendo a ele se adequar às normas e aos dogmas previamente estabelecidos.

No caso do trabalho, que é objeto do estudo aqui apresentado, Iasi (2011) faz importantes considerações que devem ser destacadas.

> Aqui, de modo ainda mais claro, as relações já se encontravam predeterminadas, outros determinam o que se pode e o que não se pode fazer, o capital determina o como, o quando e o que fazer. Vender sua força de trabalho ao patrão em troca de um salário não é visto como algo absurdo, mas como algo perfeitamente "natural". Sempre foi assim... sempre será..., nosso desejo submete-se à sobrevivência imediata... temos que trabalhar para viver, por isso nos submetemos. A lógica imposta pelo capital (externa), interioriza-se e nós mesmos nos levamos ao mercado para sermos esfolados... e nos alegramos quando algum capitalista dispõe-se a comprar nossa força de trabalho. Pregamos alegre e convictamente as ideias do capital como se fossem as nossas (IASI, 2011, p. 19, 20).

É possível compreender que a formação do processo de consciência do indivíduo perpassa diversas situações e, a partir delas, o mesmo constrói sua percepção. No entanto, tendo como substrato dessa concepção diversas vivências particulares em esferas com regras e normas previamente estabelecidas e determinadas, a compreensão do indivíduo se dá de forma generalizada, não correspondendo à noção real da realidade. Dessa forma, essa primeira forma de consciência acaba por se configurar como uma forma de alienação da realidade. Para Iasi (2011) a alienação se constitui como uma manifestação inicial da consciência, em que a ideologia, como forma de dominação, irá se instaurar. O professor destaca, no entanto, que ideologia não é o mesmo que alienação.

No modo de produção capitalista, a classe dominante detém não apenas os meios de produção, mas também – e consequentemente – o monopólio das ideias. Como já afirmaram Marx e Engels, "as ideias da classe dominante são em cada época as ideias da classe dominante" (MARX, ENGELS, 2007).

É importante destacar que o domínio das ideias se dá, inclusive, porque determinada classe é economicamente dominante. Não se trata, portanto, de mera questão subjetiva, mas objetiva, material e com bases concretas na realidade.

Esse domínio das ideias se dá tanto pela possibilidade de disseminação das ideologias (por meio do monopólio das grandes mídias, por exemplo), como também pela

identificação dos sujeitos com sua realidade – que o restringe de vivenciar novas experiências e desenvolver outras formas de visão de mundo não condicionadas ao capitalismo. Além disso, vai abarcar diversas esferas do tecido social, inserindo-se no universo do trabalhador tanto em suas relações de produção quanto de reprodução social.

Iasi trata da funcionalidade da ideologia na sociedade de classes.

> Uma consciência social em uma sociedade dividida em classes antagônicas não pode ser a mera expressão das relações que conformam uma sociedade, mas a esta função se agrega outras dimensões essenciais: ocultamento/velamento, inversão, naturalização, justificativa e a apresentação do particular como se fosse universal. Sem estas dimensões o conceito marxiano de ideologia se esvazia. Uma consciência social que opera desta forma com a função de manter e reproduzir uma dominação de classe é, para Marx e Engels, uma ideologia (IASI, 2014, p. 113, 114).

O professor reforça, porém, que não há que se contrapor ideologia *versus* visão de mundo verdadeira, já que "a ideologia é a expressão das relações sociais dominantes que conformam um determinado modo de produção, neste sentido ela é uma visão de mundo correspondente" (IASI, 2014, p.120). Reitera-se aqui, portanto, a base material da ideologia. Iasi continua afirmando que

> a materialidade dessas relações produtoras da alienação são expressas no universo das ideias como ideologia. São, nas palavras de Marx, relações materiais concebidas como ideias. A ideologia encontra na primeira forma de consciência uma base favorável para sua aceitação (IASI, 2011, p. 22).

O professor argumenta que a primeira forma de consciência constituiria a alienação devido ao fato de naturalizar as relações sociais, suas normas, forma e conteúdo. A generalização e a naturalização, como já referido anteriormente, não permitem que o sujeito conheça a realidade tal qual a mesma se apresenta, o que leva a uma visão a-histórica e não localizada socialmente.

> Quando Marx e Engels nos chamam a atenção que a questão de saber se uma representação corresponde ou não a realidade é uma questão prática e não um mero problema do cognitivo, estão alertando para este aspecto. A questão da ideologia não é um mero desvio cognitivo que um sistema epistemológico adequado pode corrigir, o aspecto central da questão é sua função, isto é, que papel representa nas relações reais assumidas pelos seres humanos na produção social de suas vidas e, principalmente, nas relações entre os seres humanos. Estamos convencidos que na sua forma original, em Marx e Engels, a ideologia se diferencia essencialmente da consciência social por uma particularidade bem definida em sua função e esta só pode ser compreendida pela natureza particular das relações sociais que constituem a ordem das mercadorias e, depois, das classes sociais (IASI, 2014, p.107)

Apesar disso, como já sinalizado no início dessa discussão, o processo de consciência se dá em uma constante (re)construção, dinâmica e dialética que vai permitir a possibilidade de que essa primeira forma de consciência seja questionada.

Nesse sentido, a ideologia que aí se aloca não o faz também de uma vez para sempre, não é um dado atemporal, mas construído histórica e socialmente em determinados tipos de relações de produção e reprodução social. Logo, a medida que os sujeitos históricos vivenciam novas realidades, a ideologia e o processo de consciência irão se modificar, agregando novos valores e redescobrindo diferentes visões de mundo.

Iasi (2011) afirma que esse conflito não necessariamente já levará à superação da alienação, mas que ocasionaria uma revolta que, em determinadas condições, possibilitaria a superação dessa primeira forma de consciência.

Um fator apontado pelo autor como facilitador dessa superação é que a contradição seja experimentada coletivamente. O salto da revolta individual para a superação coletiva da contradição exigiria organização e mobilização por parte dos envolvidos, que reconheceriam uma identidade entre si. Superado esse estranhamento, tem-se que os trabalhadores desenvolveram a "consciência em si". Se organizam agora em busca da conquista de pautas coletivas por meio de grupos, movimentos e sindicatos, por exemplo.

Apesar de haver um salto qualitativo nesse processo, há que se ressaltar que muitas das lutas têm objetivo pontual, particular, corporativista e ainda no interior do modo capitalista de produção, sem o intuito de superá-lo.

Nesse sentido, "a consciência em si" – o reconhecimento enquanto classe inserida no capitalismo – deve ser superada a fim de que se desponte a "consciência para si" – momento em que esse modo de produção seria negado – levando à organização de uma luta em outra escala, acima de interesses particulares e em busca da emancipação humana (IASI, 2011, p.32). Essa tarefa transcende a luta individual ou de um pequeno grupo e deve ser assumida pela classe social.

No entanto, o fato de se almejar uma luta de maior envergadura não impede que sejam travadas batalhas pela defesa dos direitos dos trabalhadores. É importante ter como norte a supressão da sociedade burguesa. Porém, enquanto nela inseridos, os esforços despendidos para lutas políticas, sociais e econômicas se fazem necessários.

4. CONCLUSÃO

As redes de *fast food* investem em diversas estratégias a fim de ampliar sua acumulação – explorando os trabalhadores e disseminando uma determinada ideologia que as sustentam.

Sabe-se, no entanto, que a exploração não se dá sem enfrentar a resistência da classe trabalhadora. São diversas as maneiras pelas quais os trabalhadores resistem, que irão, portanto, permear as diversas formas de consciência de classe.

Nesse sentido, a tese que está sendo desenvolvida e que deu base para esse artigo buscará compreender as formas de luta e resistência dos trabalhadores, desde ações cotidianas (individuais ou coletivas) até formas de organização de classe ou da categoria. Em outras palavras, será pesquisado como se dá a luta por direitos dos trabalhadores inseridos nesse segmento, as motivações (e impedimentos) que fazem com que esses trabalhadores se organizem (ou não) na luta por direitos buscando compreender, por fim de que forma a ideologia opera na luta por direitos desses jovens trabalhadores.

O estudo terá como categorias analíticas centrais "ideologia", "consciência de classe", "trabalho" e "direito". No projeto de tese já foram desenvolvidas breves aproximações com os debates sobre ideologia e direito (como forma jurídica vigente no sistema capitalista), resgatando discussões desenvolvidas por pensadores marxistas sobre ambas as temáticas, a fim de introduzir algumas questões elementares que serão aprofundadas na tese.

Posteriormente, será realizada uma pesquisa de campo junto a esses jovens trabalhadores, a fim de conhecer suas leituras da realidade. Por fim, espera-se que a sistematização dos estudos que serão realizados possa contribuir com a luta pelos direitos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**. O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

BRASIL DE FATO. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em 20 mar. de 2013.

CAMPOS, A. **Juventude e Ação Sindical**. Crítica ao trabalho indecente. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010.

IASI, M. **Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais**. In DEL ROIO, M. (org). Marx e a dialética da sociedade civil. Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2014.

_____. **Ensaios sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MCDONALD'S BRASIL. Disponível em: http://www.mcdonalds.com.br. Acesso em 18 de dezembro de 2016.

POCHMANN, M. **A inserção ocupacional e os empregos dos jovens**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.

REIS, A. M. D. **Relações de trabalho no mundo juvenil: o caso da corporação McDonald's**. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2007.

ROSA, L. B. P. **Jovens trabalhadores das redes de *fast food*:** experiência de trabalho e subjetividade. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFJF, Juiz de Fora, 2013.

SPOSITO, M. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadoras e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E PÓS-MODERNISMO: breves considerações.

Jéssica Ribeiro Duboc[31]

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo compreender o desenvolvimento da perspectiva teórica pós-moderna e o seu impacto na consciência da classe trabalhadora. Consideramos os elementos que compõe tal corrente teórica e a sua relação com o processo de formação da consciência de classe a partir da tradição marxista.

Palavras-chave: consciência de classe, pós-modernismo, classe trabalhadora.

Abstract: This paper has the objective to understand the development of the postmodernism theories and it's impact on workers' class consciousness. It will consider the elements that compose such theorical current and how it relates to class consciousness based on the Marxist theory.

Keyworlds: class consciousness, postmodernism, working class

[31] Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF.:

INTRODUÇÃO

A consciência de classe, segundo Iasi (2007) não é algo que pode ser adquirido, e sim um movimento, portanto, a consciência não "é", "se torna", amadurece por fases distintas que se superam, por meio de formas que se rompem, surgindo novas formas, enquanto um movimento dialético.

O processo de formação da consciência de classe perpassa mediações que tornam possível a superação de uma consciência "alienada". Dentre as mediações, podemos considerar a teoria marxista - enquanto a análise do movimento real do modo de produção capitalista [32]- oferece o aporte teórico para a compreensão da realidade em sua totalidade, desvendando os fundamentos e contradições do capital, tornando possível o desenvolvimento de uma consciência crítica e classista.

Entretanto, a partir de meados do século XX, podemos identificar o desenvolvimento de um novo paradigma ideológico que incide de forma regressiva na formação da consciência de classe, na medida em que nega as grandes narrativas históricas que buscaram compreender a sociedade a partir da totalidade, isto é, negam a teoria marxista, bem como, apostam na saída individual para as contradições da sociedade capitalista, substituindo o conceito de "classe" pela "identidade". Denominamos essa corrente teórica que considera o fim da modernidade de *pós-modernismo*.

De acordo com Iasi (2012, p,18),

> A ofensiva pós-moderna que se impôs no mundo acadêmico, e seus reflexos no campo prático da política, tenta mandar para o exílio certos temas, entre eles o da formação da consciência de classe, da força explicativa do conceito de classes, assim como a centralidade do trabalho.

Dessa forma, o pós-modernismo constitui um dos principais desafios a serem enfrentados pelos partidos políticos e movimentos sociais de esquerda que atuam no processo de formação da consciência de classe. A partir dessa premissa, buscaremos neste trabalho compreender o desenvolvimento desta nova corrente teórica e o seu impacto na consciência da classe trabalhadora.

I. A ERA MODERNA

[32] "A teoria é, para Marx, **a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa**: pela teoria o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa" (NETTO, 2011, p.20). Para Netto, o objeto da teoria marxiana, expressa principalmente n'O Capital é a reprodução ideal do movimento real da sociedade burguesa.

A época moderna, marcada pela superação da sociedade feudal, assim como a vitória da razão, nas palavras de Marx (2011) é a "sociabilidade historicamente mais desenvolvida". A sua configuração envolve "uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes" (HARVEY, 2008, p.22).

Segundo Harvey (IDEM, p.23) o projeto da modernidade entrou em foco no século XVIII, sustentado pelos intelectuais iluministas.

> A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.

O iluminismo emergiu como um "movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões". Os princípios fundamentais, como a liberdade, igualdade, a fé na inteligência humana, o culto à razão finalmente livrariam os homens das amarras religiosas e místicas que marcaram os tempos precedentes.

O projeto iluminista se fundamentava na crença de que "artes e as ciências iriam promover não somente o controle das forças naturais como também a compreensão do mundo e do eu, o progresso moral, a justiça das instituições e até a felicidade dos seres humanos" (IDEM, IBIDEM, p.23).

Contudo, o desenrolar da história e o desenvolvimento do modo de produção capitalista - que teve como base ideológica o iluminismo -, só demonstrou a impossibilidade da "realização humana, o controle das forças naturais, o progresso moral, da justiça" dentro dessa ordem social, que ao contrário, se efetiva, na desrealização humana (MARX, 2015).

De acordo com Harvey (2008, p. 23), há suspeitas de que "o projeto do Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana".

Dessa forma, a história da modernidade foi/é marcada por tradições intelectuais que por um lado buscam legitimar e apoiar o projeto iluminista, e pelo outro, os pensadores que afirmam a necessidade de desistir do iluminismo para alcançar a verdadeira emancipação humana (HARVEY, 2008).

Para Harvey, Marx, que em muitos aspectos era "filho do pensamento iluminista" apostava que a emancipação humana só poderia surgir por meio de uma luta classista, isto

é, a classe trabalhadora - enquanto a classe dominada na sociedade burguesa - tem em suas mãos o potencial de se tornar o agente da libertação e emancipação humana.

Porém, para o comunista alemão, somente quando os produtores diretos tivessem o controle do seu próprio destino,

> [...] poderíamos alimentar a esperança de substituir o domínio e a repressão por um reino de liberdade social. Mas se "o reino da liberdade só começa quando o reino da necessidade é superado", então o lado progressista da história burguesa (em particular a sua criação de enormes forças produtivas) tinha de ser plenamente reconhecido, e os resultados positivos da racionalidade iluminista, plenamente apropriados (HARVEY, 2008, 25).

Marx, discordava das teses modernistas de que "uma vez derrubadas as grades das relações de classe feudais, um capitalismo benevolente [...] poderia trazer os benefícios da modernidade capitalista para todos" (IDEM, IBIDEM, p. 37). Essas teses ficaram fragilizadas principalmente após as lutas de classes que se desenvolveram na Europa a partir de 1848. As desigualdades produzidas pela acumulação geral do capital se tornavam cada vez mais evidente, deslegitimando tal defesa.

Entretanto, após as transformações que ocorreram no início do século XX no cenário político, econômico e social, como o fim da Segunda Guerra mundial, a crise do socialismo real, entre outros, o movimento modernista absorveu a ideologia liberal.

Harvey (2008, p. 44) que neste período, entre 1945-1960,

> O modernismo perdeu seu atrativo de antídoto revolucionário para alguma ideologia reacionária e "tradicionalista". A arte e a alta cultura se tornaram uma reserva tão exclusiva de uma elite dominante que a experimentação no seu âmbito (com, por exemplo, novas formas de perspectivismo) ficou cada vez mais difícil [...] Pior ainda, parecia que essa arte e essa cultura não podiam senão monumentalizar o poder corporativo ou estatal, ou o "sonho americano", como mitos auto-referenciais.

Esse contexto, mais precisamente a década de 1960, marca a emergência de vários movimentos contraculturais e antimodernistas e posteriormente, a ascensão do pensamento pós-moderno.

> Antagônicas às qualidades opressivas da racionalidade técnico-burocrática de base científica manifesta nas formas corporativas estatais monolíticas e em outras formas de poder institucionalizado (incluindo as dos partidos políticos e sindicatos burocratizados), as contraculturas exploram os domínios da auto-realização individualizada por meio de uma política distintivamente "neo-esquerdista" da incorporação de gestos antiautoritários e de hábitos iconoclastas (na música, no vestuário, na linguagem e no estilo de vida) e da crítica da vida cotidiana (HARVEY, 2008, p. 44).

Além de reconhecerem e afirmarem o fracasso do iluminismo, havia outra dimensão a ser considerada pelos precursores dessa nova corrente teórica que surgia: o aparente "sucesso" do capitalismo. A "época de ouro do capitalismo", a política de "bem-estar social"

e a onda consumista, levaram a convicção de que eram tempos de prosperidade, onde capitalismo alcançara o seu ponto de normalidade.

Portanto, era necessário abandonar o utópico pensamento da classe operária enquanto agente da revolução, uma vez que "esse novo tipo de capitalismo lançara um feitiço irrevogável sobre as 'massas', e sobre a classe operária em particular". O movimento que se desenvolveu em 1968 atribuiu uma grande importância aos estudantes e intelectuais como "principais agentes da resistência" e a "revolução cultural" no lugar da luta da classe operária. (WOOD, 1999)

A "revolução cultural" da década de 1960 não tinha como horizonte histórico a construção de um novo projeto societário que visasse a superação do capitalismo, mas sim " a defesa da autonomia da subjetividade e das escolhas de vida pessoais, que eram perfeitamente compatíveis com os valores individualistas e consumistas do capitalismo" (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011, p. 261).

Wood (1999, p. 9) afirma que "apesar das diversas influências de filósofos antigos e contemporâneos, o pós-modernismo atual descende, acima de tudo, da geração de 1960 e seus estudantes".

Após o aparente fracasso da modernidade, uma "nova era" estava posta, na medida em que para os pós-modernos o "projeto iluminista está morto", sendo assim, todas as verdades absolutas e as metanarrativas totalizantes (leia-se a teoria social de Marx, entre outras) perderam a sua relevância na interpretação da realidade que se encontra fragmentada. Para o pensamento pós-moderno está decretado o fim da racionalidade e dos princípios do iluminismo, inicia-se uma nova era, a era pós-moderna.

II. O PENSAMENTO PÓS-MODERNO – O FIM DA HISTÓRIA?

Terry Eagleton, no prefácio do seu livro "As ilusões do pós-modernismo" (1998) define de forma objetiva essa corrente teórica que penetrou no âmbito das ciências sociais a partir da década de 1960, para o autor:

> Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso, ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades.[...] ela emerge de mudanças históricas ocorridas no Ocidente para uma nova forma de capitalismo – para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual as industrias de serviços, finanças e informações triunfam sobre a produção tradicional,

> e a *política de clássica de classes* cede terreno a uma série difusa de "*políticas de identidade*" (EAGLETON, 1998, 7, grifos nossos).

O fundamento do pensamento pós-moderno é o fim da era moderna – para os seus críticos, a afirmação do irracionalismo - e de que vivemos tempos onde é necessário reinventar toda forma de conhecimento, uma vez que a realidade "teria como característica essencial o seu caráter fragmentário, que impede qualquer possibilidade de síntese ou totalização, que apreenda o real", portanto, todo conhecimento é relativo (EVANGELISTA, 1992).

Os pós-modernistas defendem a tese de que os seres humanos e as suas relações sociais são constituídas somente de linguagens, sendo então, esse o caminho para conhecer o mundo.

> O pós-modernismo tampouco significa apenas que sociedade e cultura são estruturas análogas à língua, com regras e padrões básicos que pautam as relações sociais – de modo muito parecido ao como as regras da gramática, ou sua "estrutura profunda", governam a linguagem. A sociedade não é simplesmente semelhante à língua. Ela é a língua; e, uma vez que todos nos somos dela cativos, nenhum padrão externo de verdade, nenhum referente externo para o conhecimento existe para nós, fora dos "discursos" específicos que vivemos (WOOD, 1999, p. 11).

A língua transforma-se "não só em um campo independente, mas em um campo que a tudo satura; uma esfera tão onipresente, tão dominante, que virtualmente extingue a ação humana" isto é, atribuem à linguagem uma valorização quase divina, onde nada existe fora dela. A língua "define os limites do que conhecemos, do que podemos imaginar, do que podemos fazer" (MCNALLY, 1999, 33).

Neste sentido, o pensamento pós-moderno modifica o papel das ciências na sociedade. A ciência está limitada a analisar um determinado objeto a partir da sua representação, por meio da linguagem, da cultura e interesses particulares, sendo este o limite do conhecimento humano. Dessa forma, nega-se toda ciência que tem por objetivo apreender a realidade em sua totalidade, implicando em uma "rejeição categórica do conhecimento 'totalizante' e de valores 'universais'", bem como as ideias liberais e socialistas (IDEM, IBIDEM).

Ao contrário dos princípios de igualdade sustentados pelas correntes teóricas do iluminismo (tanto as liberais quanto as marxistas), o pós-modernismo, por sua vez, "enfatiza a diferença: identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade; suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e 'conhecimentos' particulares" (WOOD, 1999, 12). Tudo isso, se expressa em um culto exacerbado à individualidade.

A crítica do pensamento pós-moderno aos demais métodos de análise da realidade que tomam como ponto de partida a história da sociedade é baseada na apologia a um "reducionismo", "fundacionismo" ou do "essencialismo", o marxismo, como um dos alvos

dessa crítica, possui uma visão limitada e monolítica do mundo, pois se baseiam no "modo de produção como um determinante histórico; a identidade de classes, e não outras 'identidades' e os determinantes 'econômicos' ou 'materias' em lugar da 'construção discursiva' da realidade" (IDEM, IBIDEM, p. 13).

Para Foster (1999, p. 197), o pós-modernismo rejeita qualquer "narrativa grandiosa" que procura explicar a sociedade a partir da realidade e que pressupõe uma historicidade, sendo assim,

> O pós-modernismo, como forma geral de pensamento, apresenta uma tendência antitotalizante, antigeneralizante, no tocante à sociedade, rejeitando não tanto a narrativa *per se*, mas todos os tipos de narrativas grandiosas – tais como a crítica marxista ao capitalismo ou mesmo a posição mais neutra que da importância histórica do capitalismo -, optando, em vez disso, uma abordagem descentralizada, caótica mesmo, da sociedade, que é vista como inerentemente fragmentada.

Harvey (2008, p.19), nos auxilia nessa fundamentação ao complementar que:

> O pós-modernismo assinala a morte dessas "metanarrativas", cuja função terrorista secreta era fundamentar e legitimar a ilusão de uma história humana "universal". Estamos agora no processo de despertar do pesadelo da modernidade, com sua razão manipuladora e seu fetiche da totalidade, para o pluralismo retornado do pós-moderno, essa gama heterogênea de estilos de vida e jogos de linguagem que renunciou ao impulso nostálgico de totalizar e legitimar a si mesmo. A ciência e a filosofia devem abandonar suas grandiosas reivindicações metafísicas e ver a si mesmas, mais modestamente, como apenas outro conjunto de narrativas.

No âmbito do pensamento pós-moderno se estabelece uma negação da realidade histórica, para eles, "a história é a resultante de uma avalanche caótica de episódios, fatos e acontecimentos, desconectados uns dos outros e aleatoriamente produzidos e ordenados no processo sócio-histórico" e, portanto, "não é possível a percepção de fenômenos universais, porque todos os fatos que constituem esse processo são singulares (EVANGELISTA, 1992, p. 35)", Wood (1999, p. 14), nos ajuda a compreender tal assertiva, ao destacar que os pós-modernos "são impressionantemente insensíveis à história";

Segundo Foster (1999, p. 203, grifos nossos) os pós-modernistas ao negarem a validade da crítica histórica ocultam "o que está realmente em jogo*: a negação da crítica histórica ao capitalismo*".

De acordo com Evangelista (1992, p. 35),

> É justamente o desprezo pela dimensão ontológica do real que faz com que determinadas teorias sociais não consigam ultrapassar a superfície aparente dos fenômenos societários, escapando-lhes a integralidade do seu ser social. Quando o fragmentário, o microscromo e o fatual, que abundam na cotidianidade, não são vistos como produzidos pela reificação das relações sociais no capitalismo, instala-se a irrazão. O mediato foge à percepção da consciência, restando, exclusiva ou principalmente, o imediato. Essa é, no essencial, a origem do irracionalismo contemporâneo.

E como já dizia Lukács (2012, p. 294) "na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la", dessa forma,

o pensamento pós-moderno "oculta" a essência da realidade social, uma realidade moldada nos fundamentos da sociedade capitalista - a exploração de classe.

III. O PENSAMENTO PÓS-MODERNO E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Em uma pesquisa realizada anteriormente, realizamos uma entrevista com três militantes de dois dos principais partidos de esquerda do Brasil (PSOL e PSTU) na cidade de Juiz de Fora, uma das perguntas do roteiro aplicado, consistia no seguinte questionamento: "Qual é o entendimento do seu partido dos principais processos que incidem regressivamente/negativamente no processo de formação da consciência de classe?".

Os militantes apontaram que o avanço das ideias "pós-modernas" configuram hoje, um dos principais processos que incidem regressivamente na formação da consciência de classe, na medida em que, rejeitam qualquer alternativa coletiva e apostam na saída individual para as contradições da sociedade capitalista, e a partir desse pressuposto que apontaremos os principais elementos que contribuem para essa discussão.

Segundo Duriguetto e Montaño (2011, p. 215) além dos processos que ocorreram a partir da década de 70 e que acarretaram mudanças significativas no mundo do trabalho, como o desemprego, a precarização do trabalho, dos salários e dos sistemas de proteção social, ocorreu uma outra crise no plano ideológico, "o culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra todas as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social". Com o avanço das ideais pós-modernas, o conceito de classe, foi substituído pela "identidade" e da exploração pela "exclusão".

Para Gramsci, o grau de homogeneidade, de organização e consciência ideopolítica alcançado pelos grupos sociais são identificados em três momentos: a) econômico-corporativo, no qual "o grupo profissional toma consciência dos seus interesses e do dever de organizá-los, mas não desenvolveu ainda unidade com o grupo social mais amplo"; b) sindicalista, neste momento atinge-se a consciência da solidariedade entre os membros do grupo social, mas restringe-se ao campo econômico; c) ético-político, o terceiro momento é marcado pela unidade dos fins econômicos e políticos, para Gramsci, uma unidade intelectual e moral "pondo todas questões em tordo das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num 'plano universal'" (DURIGUETTO, 2015, p. 290).

O terceiro momento da consciência, a consciência de classe, se expressa enquanto o "conhecimento científico da realidade e dos fundamentos da vida social em uma dada época" se desenvolve a partir da superação da "mera percepção imediata e parcial da

realidade e a alienada vida cotidiana sob a hegemonia do capital, desmistificando a ideologia hegemônica", procurando "compreender as causas dos fenômenos, numa visão de totalidade (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011, p. 110)".

O conhecimento da realidade a partir da totalidade pressupõe uma mediação que torna possível essa apreensão do real pelo ideal, a teoria social de Marx, uma vez que:

> [...]com o desenvolvimento da teoria marxista, e com sua subsequente compreensão das leis, da estrutura e da dinâmica no modo de produção capitalista, dos fundamentos da contradição capital-trabalho, da exploração, das lutas de classes, já não é possível uma consciência de classe que não incorpore tais categorias (IDEM, IBIDEM, p.110)

É neste sentido, que a teoria pós-moderna se constitui um dos principais processos que incidem regressivamente na formação da consciência. Os princípios pós-modernos se baseiam na ênfase de uma realidade fragmentada do mundo e do conhecimento humano, sendo assim, é impossível o desenvolvimento de qualquer teoria que busque compreendê-la em sua totalidade.

Como vivenciamos um era pós-moderna, e que o projeto do Iluminismo está "morto", todas as verdades e ideologias que se fundamentavam na racionalidade, já não servem mais para interpretar e compreender a realidade, tal como o marxismo (WOOD, 1999).

Sendo assim, de acordo com Wood (1999, p. 12):

> O pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento "totalizante" e de valores "universalistas" – incluindo as concepções ocidentais de "racionalidade", ideias gerais de "igualdade" (sejam elas liberais ou socialistas) e a concepção marxista de emancipação humana geral.

Para complementar Wood (1999, p. 13) destaca que:

> As implicações políticas de tudo isso são bem claras: o self humano é tão fluido e fragmentado (o "sujeito descentrado") e nossas identidades tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma "identidade" social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns.

Os pós-modernistas professam um culto ao individualismo, exaltando as diversas identidades, se contrapondo a uma identidade que une os indivíduos determinados socialmente: a identidade de classe. As lutas de classe são, portanto, substituídas por lutas fragmentadas de "políticas de identidade".

Uma expressão desse processo é o surgimento dos "novos movimentos sociais", como os movimentos ambientais, feministas, de gênero, de orientação sexual, comunitários, entre outros, que "se organizam em torno de demandas e respostas, legitimas e necessárias, porém geralmente pontuais e imediatas, o que desperta maior adesão, aceitação e visibilidade num contexto de descredibilidade dos macroprojetos e que, por isso,

não conseguem articular e co-organizar suas ações" (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011, p. 215-216).

Os "macroprojetos" que tem por fim um objetivo revolucionário e a atuação voltada para a formação da consciência da classe trabalhadora, como os movimentos sociais tradicionais (os partidos e sindicatos) são rejeitados pelos pensadores pós-modernos, haja vista que o sujeito revolucionário não é mais a classe trabalhadora, afinal, ela está morta, foi substituída pelos "estudantes e intelectuais" que emergiram no cenário político a partir de 1968.

Tais as organizações da classe trabalhadora, renegadas pela era "pós-moderna", são na tradição marxista, os instrumentos necessários para a formação da consciência de classe. A consciência de classe é fruto da unidade entre a teoria e a prática e, portanto, o partido político é o instrumento por excelência capaz de vincular a teoria e a prática, em sua tarefa histórica de "organizar e dirigir" a classe trabalhadora no processo revolucionário, atuando na formação da consciência através da agitação, propaganda e da formação política trazendo a luz as contradições do modo de produção capitalista.

Para Braz, a partir da leitura do partido leninista, nos esclarece que,

> [...] a consciência de classe revolucionária não é algo que nasce do próprio operário ou algo que possa por si só alcançar; a consciência de classe, em seu mais alto nível político, só pode surgir no proletariado a partir do e pelo partido revolucionário – o que não pode significar que é o partido que faz a revolução: 'a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores'(BRAZ, 2011, p. 83).

Ao considerarmos as mediações políticas necessárias para a formação da consciência de classe, compreendemos que a rejeição categórica não só do partido, mas de qualquer outra organização revolucionária, compromete o processo de formação da consciência de classe.

A consciência de classe, na era "pós-moderna", simplesmente, não é possível de ser desenvolvida, considerando todos esses elementos acima destacados, a negação da história, do conhecimento totalizante, a fragmentação da realidade, a substituição de "classe" por "identidade", a rejeição das organizações tradicionais, a ascensão dos novos movimentos sociais são, portanto, elementos constitutivos do pensamento pós-moderno, que se contrapõe à qualquer tentativa de desenvolver na consciência do trabalhador uma criticidade.

Portanto, combater a ideologia pós-moderna, constitui hoje, um dos maiores desafios para as organizações da classe trabalhadora que tem por finalidade conduzir o processo revolucionário.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou delinear a relação entre consciência de classe e pós-modernismo, este segundo enquanto um dos processos ideológicos que incidem negativamente na formação da primeira.

O pensamento pós-moderno se baseia na premissa de que chegamos ao fim da modernidade, o projeto iluminista, assim como as ideologias racionais, que o representaram, perderam a sua relevância. A linguagem é a chave para a interpretação do mundo. As teorias revolucionárias totalizantes, não conseguem e não podem se aproximar da realidade, já que ela é fragmentada e constituída de "identidades". A classe trabalhadora não representa mais o agente de transformação. Esses entre outros argumentos fundamentam o pós-modernismo.

Corroboramos com Palmer (1999,p. 81) ao concluirmos que:

> A classe não caiu tanto que retornou. Ela, naturalmente, nunca foi a parte alguma. Identificada como sendo simplesmente uma de muitas subjetividades pluralistas, a classe foi, na verdade, obscurecida e reduzida à visão analítica e política pelo edifício analítico do pós-estruturalismo.

É neste sentido que o retorno à teoria marxiana é a saída para combater essas interpretações, na medida em que fornece as bases teóricas para a construção de uma "visão de mundo de oposição que pode desempenhar algum papel para reverter as derrotas da luta da classe e o enfraquecimento do movimento internacional dos operários que ocorreram no período dos últimos trinta anos" (PALMER, 1999, p. 81).

Sendo assim, resgatar a teoria social de Marx e o renascimento da classe trabalhadora enquanto sujeito revolucionário é o desafio para as organizações da esquerda.

Para tanto, algumas questões precisam ser pautadas dentro da tradição marxista, as lutas fragmentadas desenvolvidas pelos pós-modernos, representam a resistência contra opressões que se desenvolvem na sociedade capitalista.

> Nenhum de nós pretende negar a importância de alguns temas pós-modernistas. [...] E quem queria negar a importância de outras "identidades" além da de classe, das lutas contra opressão sexual e racial, ou das complexidades da experiência humana em um mundo instável e mutável como o nosso, onde as solidariedades são tão frágeis e incertas? [...] Não teremos que chegar a um acordo com a reestruturação global do capitalismo, neste momento simultaneamente mais global e mais "segmentado" que nunca? [...] Como podemos negar a importância da língua e da política cultural em um mundo tão dominado por símbolos, imagens e "comunicação de massa", para não falar de "superestrada da informação?" Quem negaria tudo isso num mundo de capitalismo global tão dependente da manipulação de símbolos e imagens numa cultura de publicidade onde a "mídia" serve de mediadora até mesmo de nossas experiências mais pessoais [...] e onde as condições do debate político são estabelecidas – e estreitamente limitadas – diretamente pelas injunções do capita, na medida em que o conhecimento e a comunicação são cada vez mais concentrados nas mãos de empresas gigantes? (WOOD, 1999, p. 17)

Wood (1999) destaca que não podemos aceitar os pressupostos pós-modernistas para compreender todas essas coisas. É necessário identificar tais questões a partir de uma base teórica materialista, uma vez que "uma compreensão materialista é, um passo essencial para libertar a cultura do estrangulamento da transformação de tudo em mercadoria".

Cabe, como tarefa, para as organizações revolucionárias abranger as "identidades" diversas, como gênero, raça, etnia, sexualidade entre outras, relacionando-as com o que as unifica, a exploração de classe e a apropriação do capital de todas as esferas da vida social, que se fundamenta na exploração e opressão.

Portanto, finalizaremos este trabalho com a seguinte certeza: "As diferenças não podem florescer enquanto homens e mulheres definham sob formas de exploração (EAGLETON, 1998, p.118)".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____, Maria Lúcia. **"**A questão dos intelectuais em Gramsci**" In Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014

_____. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. Ed Cortez, São Paulo 2011.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EVANGELISTA, João E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

FOSTER, John Bellamy. Em defesa da história. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). **Em defesa da história:** Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos de cárcere.** Vol. I; Tradução e edição: Carlos Nelson Coutinho – Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

IASI, Mauro Luis. **Ensaios sobre consciência e emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LUKÁCS, Gyõrgy. **Para uma ontologia do ser social I** / Gyõrgy Lukács ; tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duaver e Nélio Schneider. - São Paulo : Boitempo, 2012.

MARX, Karl**. Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857 – 1858**: esboços da crítica da economia política. São Paulo : Boitempo : Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MCNALLY, David. **Língua, história e luta de classe.** WOOD, Ellen Meiksins. O que é agenda pós-moderna?. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PALMER, Bryan D. Velhas posições/novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). **Em defesa da história:** Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é agenda pós-moderna?. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). **Em defesa da história:** Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ESTADO DE REGRESSÃO DE DIREITOS EM TEMPOS DE BARBÁRIE:

necessidade de resistência e lutas sociais

Carmen Corato[33]

Resumo: O presente trabalho apresenta alguns elementos sobre a concepção marxiana de Estado e suas transmutações ao longo do desenvolvimento capitalista. Levanta sumariamente questões sobre suas configurações na cena contemporânea, centralmente no que diz do Estado máximo para o capital e mínimo para o trabalho, e as lutas sociais como importante mediação para alterar esse cenário, tendo em vista que vive-se o esgotamento das possibilidades civilizatórias.

Palavras-chave: Capitalismo; Estado; Lutas sociais; Serviço Social; e Barbárie.

Abstract: The present article some elements on the Marxian conception of State and modifications during the capitalist development. It briefly raises questions about configurations in the contemporary scene, centrally in what it says of the maximum State for capital and minimum for work, and the social struggles as important mediation to change this situation, considering that we live in the end of the civilizational possibilities.

Keywords: Capitalism; State; Social struggles; Social Service, and Barbarism.

33 Mestranda do Curso de Serviço Social, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: carmencorato@gmail.com. Eixo temático: **Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais**

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um breve estudo sobre a concepção de Estado a partir da teoria marxiana. No primeiro item buscamos apresentar como Karl Marx (1818-1883) constrói o seu conceito de Estado analisando a anatomia da sociedade burguesa, o que implica em relacionar a base material de produção e reprodução da vida, e sobre esta se ergue uma super estrutura jurídica, política e que forma determinada consciência social, e é nessa correlação que nosso autor discute e elabora sobre o Estado moderno.

Marx toma por principal referência Hegel (1770-1831), pois indica que o mesmo poderia ser considerado o pensador mais brilhante entre os apologetas da burguesia. Hegel toma a Revolução Francesa como o mais importante episódio produzido pela humanidade, e desse acontecimento tem sua formulação cabal de que somente no Estado se realiza os interesses universais do conjunto da sociedade, o que equacionaria a relação entre indivíduo e sociedade civil. Nessa elaboração hegeliana que consiste a crítica de Marx, donde localiza que no modo de produção capitalista existem duas classes sociais com interesses antagônicos, por um lado a burguesia, que detém os meios de produção fundamentais à vida, e por outro, as classes trabalhadoras que possuem somente a força de trabalho apta a ser vendida para sobreviver (MARX, 2006). E o Estado aparece nessa relação para assegurar os interesses da burguesia, numa aparente defesa dos interesses universais (MARX, 2013).

Em seguida buscamos trazer o que a tradição marxista têm elaborado sobre as funções ampliadas do Estado no trânsito do capitalismo concorrencial ao monopolista. No capitalismo monopolista o Estado permanece com sua função de assegurar fundamentalmente a propriedade privada através de formas jurídico-políticas e militares, no entanto, lança mão além da coerção, a coesão e o consenso. Se na fase concorrencial cabia aos trabalhadores a repressão, nos monopólios as lutas de classes exigem que o Estado passe a atuar sobre as expressões da “questão social” (NETTO, 2011).

No item quatro apontamos os limites que essa forma social se encontra, pois ao passo que o desenvolvimento das forças produtivas estão no máximo que a humanidade já pôde chegar, o objetivo não é a assegurar a vida, e sim ao lucro. O capital para aumentar a acumulação atua de forma insustentável, seja com a natureza, com os seres humanos, e a passos cada vez mais largos, levando a humanidade ao caminho da barbárie. O que autores como Mészarós (2002), denominam de esgotamento das possibilidades civilizatórias, numa trajetória que tendem a extinguir a vida humana na busca ensanguentada por lucros.

2- ALGUNS ELEMENTOS SOBRE A CONCEPÇÃO DE ESTADO EM MARX

Ao se confrontar com a filosofia do direito de Hegel, Marx (2013) alcança a compreensão de que o Estado não é a condensação de interesses ideais universais. Na crítica radical34 operada por Marx sobre o fenômeno estatal, se pauta o deslocamento de análise rumo ao terreno social, para além das fronteiras jurídico-políticas, traçando, pois uma crítica à sociedade em sua totalidade.

Para Hegel o momento da universalidade, de realização plena da vontade geral é o próprio Estado, como expressão final do que ele chama de espírito objetivo e de espírito absoluto. A burocracia estatal materializaria o reino da liberdade, dotada de caráter universal, de modo imune aos conflitos de classes, representando os interesses de toda a sociedade.

A obra de Marx redimensiona radicalmente a elaboração teórica sobre a relação entre as categorias de Estado e sociedade civil, influenciado pelo materialismo de Feurbach, pela filosofia do direito de Hegel, pelas leituras dos economistas políticos clássicos (sobretudo Smith e Ricardo) e pelo movimento concreto da sociedade europeia do século XIX, demonstra a partir dos estudos sobre o Estado burguês que não se trata de uma instância de universal descolada dos "interesses particulares", como assinala Hegel, nem uma esfera instituída por um suposto pacto abstrato como aspirava os contratualistas. A crítica de Marx (2010) irá problematizar os limites do que ele chamou de *emancipação política*: não suficiente, por não ser capaz de superar a divisão alienada do homem em *citoyen* e *burgeois,* não transcendendo, portanto, o horizonte da propriedade privada na direção de uma emancipação humana.

Na *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*, Marx (2013) ainda sem o domínio dos elementos da economia política, identifica que não é o Estado a base da “sociedade civil”, como afirma Hegel, mas sim a “sociedade civil” que é a base do Estado. Na *Introdução*, avança no sentido de detectar a gênese da alienação política nas relações materiais fundadas na propriedade privada; ou seja, a contradição entre “sociedade civil” e Estado não são problemas meramente de ordem política, localizada somente no terreno da vontade.

No decorrer de seu percurso, o autor percebe que o problema se localiza na divisão da sociedade em classes sociais antagônicas. O Estado, pois, é sempre da classe economicamente dominante. Não se trata apenas de trocar o jogo político, nem de ajustes administrativos. Para Marx o Estado moderno é expressão de uma sociedade fundada sobre

34 Nunca é demais lembrar o significado de radical para Marx: “Ser radical é agarrar a coisa pela raiz.” (MARX, 2013, p. 157).

a desigualdade entre os homens, em que a "igualdade" no plano político preserva a desigualdade real entre os homens. Sendo assim, um mesmo conteúdo pode se expressar em diferentes formas de Estado.

Estão colocados assim, os limites essenciais do universo político, da revolução parcial que deixa de pé os pilares do edifício, Marx (2013) nos mostra, mesmo quando o Estado incorpora algumas demandas do trabalho, não é suficiente para alterar os fundamentos desta sociedade. Ou seja, não coloca em cheque o essencial da finalidade do Estado burguês: a garantia da propriedade privada dos meios de produção; o direito de compra e venda da força de trabalho; o direito de acumular privadamente a riqueza socialmente produzida.

Em *A Guerra Civil na França*, Marx (2011) matura sua concepção de Estado envolto no contexto concreto da Comuna de Paris, de 1871. Supera nesse sentido o estrito enfrentamento lógico com a filosofia do direito de Hegel. O movimento da própria realidade ilustra que a luta pelo desmantelamento do Estado não significa deixar de ter uma forma de governo, já que não são sinônimos. "A classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins." (MARX, 2011, p. 54). Numa sociedade comunista há de ter uma forma de governo própria, "a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho" (*Idem*, p. 59). A Comuna de Paris pretendia abolir a propriedade privada, "que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos", ensaiando uma forma de governo, qual seja de instauração de um regime de autogestão operária.

A evolução do modo de produção capitalista com a virada para a idade dos monopólios não descartou nem tornou obsoleto as análises empreendidas por Marx. Nesse processo transmutou-se da "livre concorrência" para a disputa feroz entre os grupos monopolistas como aponta Netto (2009). Com isso não se pretende negar as metamorfoses sofridas pelo Estado burguês: o movimento real e as análises teóricas pertinentes nos dão mostra que o desenvolvimento das forças produtivas junto as correspondentes relações de produção e as largas e intensas lutas das classes trabalhadoras, modificaram rigorosamente o terreno em questão. Porém, os fundamentos essenciais e as tendências explicitadas por Marx continuam como ferramenta chave para descortinarmos essa dinâmica.

3 – O ESTADO NA ERA DOS MONOPÓLIOS

Abordar o conceito de Estado com funções ampliadas na era dos monopólios de acordo com a tradição marxista nos obriga apresentar a intrínseca relação entre o modo de

produção capitalista e a atuação estatal. Como vimos no item anterior, na concepção marxiana, o Estado é um ente que assegura os interesses das classes dominantes, o representante por excelência dos interesses particulares da burguesia e os apresenta universais.

O modo de produção capitalista é uma forma em que os seres humanos em determinado período histórico organizam a produção e reprodução material da vida baseada na socialização da produção e apropriação privada da riqueza socialmente produzida, cujo o objetivo central é a valorização do valor. É inconteste na literatura marxista que no capitalismo são identificadas duas fases: da acumulação primitiva ao capitalismo concorrencial e o capitalismo monopólico (NETTO, 2011).

Compreendemos o capital com uma relação social que submete todas as dimensões da vida à lei do valor, onde a sua máxima expressão encontra-se na era monopólica. No processo de produção necessita-se de duas mercadorias: a força de trabalho e o meios de produção (matéria prima, maquinários etc.) e na medida que ambas entram em relação será gerada uma nova mercadoria acrescida de mais-valor, que se realizará no mercado e expressa na forma de dinheiro, e para que este se transforme em capital precisa ser reinvestido no processo de produção visando sua ampliação (MARX, 2006). Esse investimento será em capital constante (os meios de produção) e/ ou capital variável (a força de trabalho), e a relação entre o investimento em um e outro se denomina de composição orgânica do capital. No intuito de aumentar a produtividade tem por condição investir mais em capital constante em detrimento ao capital variável, o que no processo de produção irá transferir valor e não irá criar novos valores - pois se bem lembramos, é o trabalho vivo quem cria mais-valor do que seu próprio valor – e na medida que aumenta a produtividade há uma diminuição no valor unitário das mercadorias, ocasionando uma queda tendencial na taxa de lucro. Nesse decurso em busca por maiores de taxas de lucros faz com que os capitalistas migrem para outros setores mais rentáveis, levando em razão direta a concentração e centralização de capitais, até a constituição dos monopólios (LENIN, 2010).

Aos capitalistas interessam diminuir esse tempo de rotação a possibilitar assim maior acumulação, seja ao investir em tecnologia de ponta dos meios de produção e/ ou combinar com alterações e intensificação do ritmo do uso da força de trabalho. Ao passo que esse processo de rotação do capital é interrompido surgem as crises que são causadas pela superacumulação de capitais, e assim estão nas palavras de Netto e Braz (2010, p. 158): “a crise, imediatamente, é a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em (mais) dinheiro. O movimento do capital fica em suspenso [...]”. E a cada crise o capital necessita tomar novas medidas para retomar a acumulação

A transição do capitalismo concorrencial aos monopólios ocorre pela razão de ser do capital: a necessidade em valorizar-se, e desse modo os bancos assumem um papel central, se antes apenas lhes cabiam a tarefa de intermediarem os pagamentos, ou seja, reunir todas as formas de rendimentos em dinheiro e dispô-lo aos interesses dos capitalistas, no capitalismo monopolista passam a dispôr de quase todo montante de dinheiro que poderão ou não ser destinados ao emprego de capitais. “Essa transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista” (LENIN, 2010, p. 31).

Esta interligação entre o capital industrial e o capital bancário em sua maior expressão irá compôr o capital financeiro, pois cada vez em maior proporção o capital industrial não pertence aos industriais e sim aos bancos, e da mesma forma esses últimos se veem compelidos a investir seus capitais em forma de dinheiro na indústria. LENIN (2010, p. 47) diz: “capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam”.

Se na fase concorrencial do capitalismo exportava-se mercadorias, no capitalismo monopólico exporta-se capitais. Os monopólios se constituem primeiramente nos países de capitalismo desenvolvido, portadores de uma enorme quantidade de capitais excedentes prontos a serem investidos e são direcionados aos países ditos atrasados em forma de empréstimos a juros altos aos Estados e/ ou na montagem de processos produtivos. Ávidos por lucros os monopólios passam por cima dos Estados-nações e partilham e disputam o mundo entre as potências imperialistas, obviamente essa partilha do mundo não acontece em acordos pacíficos e em salas de reuniões, e, o limite dessa corrida se manifesta em guerras mundiais (LENIN, 2010). Vejamos as centrais características do imperialismo:

> 1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LENIN, 2010, p. 88).

É intrínseco ao capitalismo o desenvolvimento das forças produtivas a passos cada vez mais largos, a produção se torna amplamente social e na mesma proporção é apropriada privadamente, com isso surgem novos fenômenos que incidem sobre àqueles que possuem a força de trabalho a ser vendida como a única forma de manter-se habilitado a produzir e reproduzir-se minimamente (NETTO, 2011). Entretanto, as classes

trabalhadoras não assistiram passivamente essa condição pauperizadora, o século XIX na Europa é marcado por um conjunto de insurreições, que no limite pautaram o fim da sociabilidade do capital. São os trabalhadores famélicos que se levantam contra essa ordem de coisas que o pauperismo passa assumir contornos políticos e que ficara denominado como "questão social", ou seja, a intrínseca e em razão direta da acumulação de riqueza nas mãos de poucos que se produz a miséria da maioria da população.

É o antagonismo entre os interesses do capital e do trabalho que faz emergir esse Estado moderno na tentativa de conciliar os interesses inconciliáveis entre essas classes. Na fase do capitalismo concorrencial tinha por função básica assegurar a propriedade privada dos meios de produção e o trato dado sobre as expressões da "questão social" era pontual, ocasional, assistemática, inconstante e recorria à repressão e opressão (NETTO, 2011). Na fase monopólica do capital as relações se complexificam exponencialmente e altera-se também as formas em que se dará a contradição entre o capital e o trabalho, e o Estado passa a ser acrescido de novas funções, isto é, deve assegurar as condições gerais de produção e ao mesmo tempo é forçado a corresponder as demandas sociais das classes trabalhadoras para a manutenção da ordem (NETTO, 2011).

O Estado amplia suas funções econômicas diretas, indiretas e estratégicas, pois estreita cada vez mais suas funções políticas e econômicas, sem poder jamais deixar de mediar a relação simultaneamente com o trabalho, e atua de diversas formas: como mantenedor direto da força de trabalho ocupada e excedente através de políticas sociais; incentivador para manter certo nível de consumo, já que se trata de uma sociabilidade donde todas as dimensões da vida está submetida à lei do valor; e a manter essa força de trabalho sempre disponível ao julgo dos projetos e interesses do capital (NETTO, 2011).

4 – UM OLHAR ACERCA DA CENA CONTEMPORÂNEA

Sabemos que o atual estágio de produção capitalista é inevitavelmente destrutivo. Há uma verdadeira barbarização da estrutura econômica e social desse sistema na contemporaneidade que incide diretamente sobre a totalidade da vida social, revelando-se numa verdadeira desumanização da mesma.

No final do século XVIII começa a existir o pauperismo como impacto da primeira onda industrializante na Inglaterra. A pobreza que antecede à ordem social do capitalismo estava associada ao quadro de escassez pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Na sociedade capitalista, que por sua vez, tem na abundância um de seus traços e que a produção é suficiente suprir toda a população, a desigualdade social é produto do

próprio desenvolvimento das forças produtivas, e não como uma consequência de uma insuficiência de produção (MONTAÑO, 2009).

Nesse sentido, o pauperismo que teve sua gênese acompanhada da possibilidade de superação da situação de escassez, mas que ao mesmo tempo deixou as pessoas sem acesso, marca a emergência da barbárie capitalista (NETTO, 2010). A referência desse pauperismo pela expressão 'questão social' está diretamente ligada ao desenvolvimento dos processos sociopolíticos, já que os pauperizados não aceitaram sua situação, pelo contrário, houve uma onda de protestos que vieram para abalar a realidade social.

Com o desdobrar dos anos, mudanças societárias de peso ocorreram desde a década de 1970 que transformaram substancialmente o capitalismo contemporâneo. Uma vez tomando a esfera global, esse capitalismo revelará novas características. O processo de restauração do capital trouxe consigo a flexibilização tanto da produção quanto das relações de trabalho, a desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros e a privatização, levando a hipertrofia da financeirização do capital (BEHRING, 2012). O mercado de trabalho vem sendo cada vez mais reestruturado e não há outra saída dentro do sistema a não ser a precarização em larga escala das condições de vida dos trabalhadores, tendo em vista que a realidade do capitalismo contemporâneo limita-se à informalidade, ao desemprego e à ordem de criatividade individual somada a culpabilização dos sujeitos.

Com todas essas transformações, o que não há de novo é a essência exploradora da relação entre capital e trabalho, que uma vez mundializada, só está exacerbada. Tendo em vista que diante da fragilidade do vínculo empregatício, ou seja, por terem milhares de pessoas desempregadas e sem perspectiva de emprego, os capitalistas estão cada vez menos importando-se com a jornada de trabalho, que estão ainda maiores com uma verdadeira intensificação do trabalho, promovendo um aumento entre a desigualdade de renda entre capitalista e o salário do trabalhador.

O Brasil inaugura a década de 1990 num intenso processo de neoliberalização, na contracorrente (COUTINHO, 2000) das conquistas sociais de 1980, contidas na Constituição de 1988, conhecida como a “constituição cidadã”. Diante desse contexto, o país vivenciou um verdadeiro desastre para classe trabalhadora, com a contrarreforma do Estado e a reestruturação produtiva, a palavra em destaque era flexibilização, que trazia diversas formas de fragmentar os trabalhadores e desmantelar direitos duramente conquistados.

No atual contexto, o Estado promove uma ação mínima na área social, de modo focalizado e precário, com programas de combate a fome e a miséria extrema a partir de doações da sociedade civil e com retiradas da classe trabalhadora, como arrocho salarial, flexibilização das leis trabalhistas, etc. Mais uma vez o pauperismo é tido como um

problema individual, com isso, a filantropia torna a ganhar espaço e responsabilidade pela intervenção social (IAMAMOTO, 2007).

Na esfera da Seguridade Social, que para MOTA (2006), deveria atuar no sentido de proteger a sociedade com suas demandas para além da produção, viabilizadas através dos direitos sociais, a saúde e a previdência entram num processo de privatização e americanização (VIANNA, 1998), trazendo a lógica do seguro para o seio da proteção social. Diante disso, abrem-se espaços para a lucratividade do capital, tendo em vista o que antes era gratuito e de funcionalidade do Estado, passa agora para esfera do mercado, da 'compra e venda', tratando, por exemplo, pacientes enquanto clientes, regidos pela lógica do 'custo x benefício, e não preocupados se estariam atendendo as demandas e necessidades sociais.

As conquistas do movimento da Reforma Sanitária não são efetivadas, tendo em vista que a saúde, previdência e assistência passam a estar desarticuladas, sem a perspectiva de totalidade ou universalidade da vida social, de forma ampla, propondo, de fato, a qualidade de vida. Para aqueles que ficam na esfera pública, pois não possuem condições de satisfação de suas necessidades na esfera do mercado, deparam-se com o sucateamento dos serviços, com condições super precárias, com uma grande volatilidade dos profissionais (MOTA, 2006).

Ocorre, por sua vez, uma centralidade dos programas de assistência em detrimento das outras políticas que conformam a seguridade social, por via de programas ultra focalizados na extrema pobreza, ou pobreza absoluta, com testes de meios, que não dão condições aos beneficiários de saírem dessa situação, mas apenas promove um alívio, dando possibilidade de compra a essa população, favorecendo o ciclo do capital. Esses programas auxiliam a esfera política no sentido do aumento da lógica da 'solidariedade', que retira a responsabilidade estatal, e o que é feito por ele, é tido como ajuda, como um benfeitor, atribuindo os programas à uma governabilidade específica, dando aquela sensação de retribuição de favores através do voto. Esse processo deixa milhares de outros brasileiros em condição de pobreza, mas que não encaixam-se nas seletividades dos programas, promovendo uma fragmentação da classe trabalhadora. Essa população desprotegida encontra na sociedade civil , no voluntariado, no 'terceiro setor' (MONTAÑO, 2013), formas de buscar auxílio, numa perspectiva de ajuda, sem estabilidade, ou direitos.

O trabalho do (a) assistente social não está imune a essas transformações, os profissionais estão cada vez mais deparando-se com a precarização, redução salarial, desemprego, falta de direitos e ao mesmo tempo, as demandas de sua atuação estão modificando-se. O profissional, diante desse contexto de agudização da 'questão social' e

novas formas de manifestar-se, é requisitado a ter uma prática minimalista, sem condições estruturais mínimas, imediatista e o seu projeto ético-político é tido como um atraso.

O que pode-se notar é um direitismo político juntamente com um conservadorismo comportamental e boas doses de reacionarismo cultural que vem assombrando o Brasil e o mundo (DAMIER, 2015) além de serem completamente funcionais ao bom andamento do sistema capitalista. No que tange ao cotidiano do país, já virou mais do que rotina casos diários de barbarização da vida em todos os aspectos: desde cortes atrás de cortes na área social até algum crime motivado por racismo, machismo, homofobia, ou linchamentos clamados e aplaudido por boa parte das autoridades e sociedade civil. O que vivencia-se hoje no país, uma parte dos críticos chama de "onda conservadora" (DAMIER, 2015). Inclusive o congresso atualmente nada mais é senão uma verdadeira expressão da burguesia reacionária brasileira.

Para exacerbar ainda mais a tragédia vivida pela classe trabalhadora, o que vem acontecendo é a urgência da classe dominante em culpabilizar os custos gastos com a classe dominada pela crise. Enquanto isso, a ofensiva do grande capital para a continuidade do seu superlucro, apropria-se ao máximo do fundo público na medida em que direitos e políticas sociais como saúde e educação vem sendo cada vez mais atacadas, precarizadas e secundarizadas (BEHRING, 2010).

A consequência mais perversa dessa faceta estatal é que a repressão deixa de caracterizar-se numa excepcionalidade, mas passa a ser uma permanente, trazendo a sensação para os pobres, os trabalhadores informais e os desempregados de viver num estado de guerra constantemente. O que vem revelando-se é um encarceramento massivo e um verdadeiro extermínio da população pobre e em sua maioria negra.

O aumento da função repressiva do Estado chega aliada ao assistencialismo e a filantropia com as famosas parcerias "público-privado", que configuram as políticas sociais baseadas no minimalismo e nos programas emergenciais dos últimos anos. Dessa maneira, associar os pobres à "classes perigosas" através da constante repressão estatal e vincular isso a um mínimo social pautado em tamanho assistencialismo (como vem sido a essência das políticas sociais que fundamentam-se no instrumento de resposta ao enfrentamento da "questão social") constitui-se na "face contemporânea da barbárie" segundo NETTO (2010).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos elementos trazidos, podemos apontar que revelar a anatomia desta forma de sociedade implica em considerar os movimentos do capital, as lutas de classes e a

intervenção estatal, que pode corresponder em maior ou menor medida as demandas das classes trabalhadoras, nos limites desta ordem. Porém, em momentos de crise sempre são as classes trabalhadoras que são oneradas, e de acordo com Mészáros (apud Netto, 2010), nas últimas quatro décadas vivemos num momento de crise estrutural que tende mais à barbárie do que a construção de possibilidades humanamente emancipadas.

O Estado segue existindo essencialmente para guardar com sua legalidade a propriedade privada, velando sua essência sob um aparência de "árbitro", que expressa a "vontade geral" dos indivíduos numa sociedade de "iguais". Ainda que o Estado tenha se ampliado no sentido que Gramsci apontou, equilibrando coerção e consenso, é interessante observar como a partir do acirramento de sua crise e esgotamento de suas possibilidades civilizatórias, próprias da cena contemporânea, o momento de coerção tende a se alargar. Dessa forma, se apresenta como mais ou menos "comitê da burguesia" (conforma formulação de Marx no Manifesto de 1848) em que o prosseguimento do século XXI dá mostra desta constatação.

Dialogando diretamente com nossos tempos, é importantíssimo identificarmos o refinamento ainda mais feroz das funções econômicas e políticas do Estado à favor dos interesses das classes dominantes. Referimos-nos à necessidade desenfreada do capital em valorizar-se, colocando em marcha acelerada de "assalto ao fundo público", como denuncia os estudos de Behring et alii (2012).

Para o Serviço Social é imprescindível atentar seriamente para esse movimento, já que esse quadro implica profunda e diretamente nas expressões da "questão social", objeto de trabalho profissional. A intensa retirada de direitos, o aprofundamento da degradação das condições de vida dos trabalhadores e a repressão a qualquer tentativa de contraposição a esse estado de coisas, são elementos vivos desta constatação.

É certo que as contradições desta ordem frequentemente irrompem em rebeldias e enfrentamentos; a solução só pode tomar trilhos pela via de tarefas práticas. No entanto se as lutas sociais não colocam o Estado como alvo central, a realidade tende a não sair do círculo vicioso do capital, ou seja, a reproduzir mais do mesmo. As lutas sociais com as ilusões do Estado burguês, com as ilusões de possibilidades de conciliação de interesses antagônicos, não são capazes de avançar no caminho da emancipação humana, é a própria história quem insiste em explicitar. Nesse sentido, não nos parece obsoleto o impasse trazido por Rosa Luxemburgo sobre "reforma ou revolução", pelo contrário (e certamente com novas mediações), se necessita mais do que nunca da revolução como possibilidade histórica.

6 – Referências bibliográficas

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo. 1999.

BEHRING, Elaine et alii (org.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

___. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez editora, 2010.

___. **Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo:. Cortez, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.1, nº1, p. 49-69, jan/ jun. 1997.

_____. Contra corrente: Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

Coutinho, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** Cortez Editora, 1994.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

MOTA, Ana Elisabete et alii (org.) **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez editora, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. ***O Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

IANNI, Octavio (Org.) **Karl Marx - Sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

LENIN, Vladimir Ilish. **O imperialimo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. (Cap. I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2006.

___. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

___. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

___. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011. v.5.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. - 6.ed. - São Paulo: Cortez, 2010. - (Biblioteca básicas de Serviço Social; v. 1).

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

____.Uma face contemporânea da barbárie. In: III EONCONTRO INTERNACIONAL "CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE", 30-31, 2010. **Anais**... Brasília: Serpa, 2010.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Iuperj Universidade Cândido Mendes, 1998.

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel[35]
Simone Caldas Tavares Mafra[36]

RESUMO

Considerando premissa que se começa a envelhecer ao nascer, este artigo apresenta uma abordagem acerca do envelhecer e do morar. O objetivo foi realizar uma revisão da literatura sobre o idoso de baixo nível socioeconômico e seu acesso à moradia. Foi realizada busca na base de dados SciELO e biblioteca. Identificamos as ocorrências: saúde, envelhecimento, feminilização, arranjos familiares, qualidade de vida, Estatuto Idoso e Cidade, risco social e moradia. Os dados revelaram que o acesso à moradia se configura como obstáculo, o idoso é submetido à moradia de baixa qualidade que influencia na sua qualidade de vida, dignidade ao envelhecer.

Palavras-chaves: Habitação. Idoso. Envelhecimento com dignidade.

ABSTRACT

Considering the premise that one begins to grow old at birth, this article presents an approach about aging and living. The objective was to review the literature on the elderly with low socioeconomic level and their access to housing. We searched the SciELO database and library. We identify the occurrences: health, aging, feminization, family arrangements, quality of life, Elderly Status and City, social risk and housing. The data revealed that access to housing is an obstacle, the elderly are subjected to low quality housing that influences their quality of life, dignity as they grow older.

Keywords: Housing. Elderly. Ageing with dignity.

[35] Economista Doméstica e Arquiteta Urbanista, Doutoranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil. eleusy.miguel@ufv.br
[36] Professora Titular do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil. sctmafra@ufv.br

1. INTRODUÇÃO

Observa-se o exponencial crescimento da população idosa no Brasil, que acaba trazendo consequências na forma de morar contemporânea que se qualifica como inadequada. Considerando que a moradia é o convívio do idoso com seu habitat, vê-se nesta inadequação um problema relevante a ser estudado. Além de se saber que a provisão considerável de habitação no país, principalmente direcionada as camadas de baixa renda é insuficiente ponderando a demanda para a mesma.

Deve-se destacar o envelhecimento como processo dinâmico ao longo da vida, e que pode ser bem sucedido mediante ações e processos ativos de no decorrer da vida. Essa afirmativa vem ao encontro da proposta de estudo desse artigo, envelhecer com direitos assegurados atribui dignidade ao indivíduo.

No Brasil cerca de 80% dos idosos mora nas áreas urbanas, o que aumenta a demanda por moradia, infraestrutura e acessibilidade no espaço urbano, influenciando o déficit habitacional. Segundo dados do IBGE de 2010 cerca de 10 % da população é formada por idosos, já na pesquisa de 2000, cerca de 60% dessa população era responsável por sua residência, e que, 42% desses, sobreviviam com apenas dois salários mínimos, ou seja, a demanda por moradia dessa população, idosos de baixo nível socioeconômico, é bastante considerável. Estimativas apontam que no ano de 2020, o Brasil ocupará a sexta posição no *ranquing* dos países com maior contingente de idosos, nessa perspectiva é inevitável às mudanças na estrutura familiar e no perfil dos idosos existentes.

Desta forma fica clara a necessidade de estudos para o enfrentamento dos problemas sociais e econômicos que interferem no envelhecimento bem sucedido e com autonomia, a moradia influencia nesse contexto, a habitação se comporta como uma variável de grande importância.

Para realizar a pesquisa exploratória, optou-se pela literatura científica referente à habitação e envelhecimento, com marco legal estabelecido pela Constituição Federal datada de 1988 que abrange a temática. Os dados obtidos revelaram que o acesso à moradia se configura como obstáculo para população de baixa renda, influenciando consideravelmente na qualidade de vida e cidadania da porção populacional dos idosos.

Com a intenção de aprofundar o conhecimento, delineou-se o objetivo deste estudo, a habitação e a influencia que gera na vida da pessoa idosa de baixo nível socioeconômico, foi realizada uma revisão da literatura sobre o idoso de baixo nível socioeconômico, o seu acesso à moradia digna no país e a repercussão em sua vida.

2. REVISÃO DE LITRATURA

O crescente envelhecimento da população é um fenômeno mundial. O aumento da expectativa de vida do brasileiro e a falta de planejamento para esta nova realidade, geram um problema real e de grave consequência ao país e principalmente ao individuo, que envelhece e não tem assistência adequada a sua nova condição física e mental, afetando diretamente seu bem estar social e consequentemente sua qualidade de vida, como coloca Vecchia (2005).

Segundo o Relatório Síntese de Indicadores Sociais organizado pelo IBGE, a população idosa brasileira passou de 9,1% em 1999 a 11,3% o percentual das pessoas com 60 anos ou mais, e com expectativa de vida de 70 anos em 1999 para 73,1 anos, um aumento de 3,1 anos em uma década. Segundo Deus (2010), dados mais atuais revelam um crescimento da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010. O crescimento absoluto da população do Brasil nestes últimos dez anos se deu principalmente em função do crescimento da população adulta, com destaque para o aumento, considerável, da população idosa.

Para Camarano (2002), os dois motivos principais para o crescimento da população idosa são: a alta fecundidade no passado, observada nos anos 1950 e 1960, comparada à fecundidade de hoje, e a redução da mortalidade da população idosa; os avanços no setor de saúde são preponderantes para essa longevidade. Esse processo de envelhecimento da população altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade no geral.

No período de 8 a 12 de abril de 2002, foi realizada, em Madri, a II Assembleia Mundial do Envelhecimento, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de fazer uma reavaliação do Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento. Discutindo à cerca do processo acelerado, o quanto interfere no planeta e propostas pertinentes ao segmento etário em questão. Já no Brasil, em Brasília processo de 2002, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) subordinado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. É de competência do CNDI: supervisionar e avaliar a Política Nacional do Idoso; zelar pela descentralização político-administrativa e a participação das organizações dos idosos na implementação de políticas, programas de atendimento ao idoso e também garantir a implementação dos instrumentos internacionais relativos ao envelhecimento das pessoas.

Segundo Pistori (2004) antes desse Conselho, em 1994 foi criado um instrumento governamental, a Política Nacional do Idoso que discuti os direitos sociais da pessoa idosa, das suas necessidades físicas, sociais, econômicas e políticas. Com a crescente demanda

de projetos relacionados a esse segmento populacional, foi instituída uma política pública abrangente de atenção ao idoso, em 2003 o Estatuto do Idoso, após sete anos tramitando no Congresso Nacional. A política pública mais atual é a Política de Saúde do Idoso, de 2006, que abarca a questão específica da saúde, atribuindo diretrizes que vão ao encontro da autonomia e velhice bem sucedida na esfera da saúde física e mental. Apesar do atendimento precário que a população dispõe, principalmente a de baixa renda, é no setor da saúde que se observa maior avanço.

A questão habitacional é abordada no Estatuto do Idoso no Capítulo IX, no art. 37 e 38 do referido capítulo, o referido Estatuto dispõe que:

> Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.
> § 1o A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.
> Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: I – reserva de três por cento das unidades residenciais para atendimento aos idosos;
> II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;
> III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;
> IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão (BRASIL, Estatuto do Idoso, p. 22).

Entretanto, Deus (2011) ressalta que, o que se refere ao idoso de baixo poder aquisitivo, não atende a esta determinação, tão pouco ao fato da moradia ser um direito do cidadão, conforme previsto no capítulo II, art. 6º da Constituição Federal Brasileira. A habitação é um fator relevante na vida do idoso, a casa para a humanidade, se estabelece como um elemento fundamental ao desenvolvimento do ser humano considerada necessidade básica, como a alimentação e a vestimenta.

De acordo com Lorenzetti (2001), a carência de moradias constitui um problema vivenciado de forma mais recorrente pela população envelhecida de baixa renda, colocando desafios aos governos federal, estadual e municipal no que se refere à definição de políticas públicas eficazes para a redução do déficit habitacional. Hoje a situação é crítica, atingindo além das metrópoles, também os centros de pequeno e médio porte. As chamadas áreas urbanas desfavoráveis - favelas, mocambos e invasões - são uma presença marcante na paisagem brasileira, espelhando uma problemática que começa no início do século e, agrava-se com o avanço do processo de urbanização, até a atualidade. Nessa perspectiva, Braga (2001) afirma que, essa problemática afeta diretamente a vida do idoso, envelhecer com dignidade requer condições favoráveis em todos os âmbitos, no social, emocional e físico, todos pautados na legislação, expropriando esse indivíduo o seu direito de cidadania.

No Brasil, a constituição Federal, institui que todos têm direito à moradia, um lugar adequado de se viver. Há portanto, um entendimento que todos têm direito à habitação digna e segura, que promova qualidade de vida ao indivíduo.

Para Pessoa (2000), mesmo sendo determinado na legislação, o direito à moradia perpassa pela questão social brasileira, que também é definida pelas leis, todavia pouco assegurada. O que se observa é um cenário de grande desigualdade social que leva à pobreza e violência, atingindo de forma mais rápida a população de baixa renda. Nessa perspectiva vem a estruturação de politicas públicas, que garantam a promoção das condições básicas de vida, onde a habitação se insere, não apenas no sentido de abrigo ou proteção, mas como acesso a cidadania, é preciso enfatizar a necessidade física e emocional relativa à moradia para o cidadão. A população excluída, por vivenciar condições socioeconômicas desfavoráveis, não figura na sociedade como cidadãos de direitos.

É nesse sentido que a população idosa brasileira de baixa renda é submetida à situação de risco social, em função da dificuldade de alcançar esse direito, se configura um dos fatores para condição (CAMARANO, 2010).

O ambiente construído é dinâmico e não estático, está em constante modificação social e de permanência, isso engloba a moradia. Ele é indissociável a sociedade que o constrói e ocupa, dificultando elaboração de alternativas democráticas e igualitárias para as cidades brasileiras. Outra dificuldade pode ser observada no tocante a máquina pública administrativa, a herança dos costumes arcaicos do Brasil colônia como privilégios e direito a cidadania conforme a posição socioeconômica a qual se ocupa, ou mesmo o clientelismo e o trabalho como maldição, que engessa a sociedade (MARICATO,2000).

De acordo com Genovois (2001), a realidade brasileira relativa à questão habitacional é bastante complexa, resultado de uma combinação de fatores, a dificuldade ao acesso ao trabalho formal, à ocupação desordenada do solo urbano, a pressão do mercado imobiliário, a falta de regulação desse mercado por parte dos governos, e aplicação e efetivação das legislações existentes. Dados mostram que cerca de 50 % da população vive de forma irregular ou ilegal, em loteamentos irregulares ou clandestinos, em cortiços e em favelas. Essa população não é servida de equipamentos e infraestrutura urbana satisfatória, sugerindo com isso o déficit habitacional.

O déficit habitacional, que em princípio era qualificado apenas pelo número da necessidade de construção de novas unidades habitacionais. Entretanto essa definição não é eficaz para explicar, pois as “necessidades habitacionais” distinguem-se em dois tipos de carência: o déficit, o déficit quantitativo, que exige construção de moradia; e a inadequação,

o déficit qualitativo, que implica em reforma da moradia. Essas informações subsidiam as políticas federais, estaduais e municipais, daí sua importância e necessidade, conforme dispõe Bonduki:

> A permanência de um elevado *deficit* habitacional concentrado na baixa renda depois de décadas de política habitacional, impulsionada pelo governo federal, evidencia o fracasso dos programas públicos e a incapacidade dos mecanismos de mercado para o enfrentamento do problema. A situação, por outro lado, tem ressaltado a absoluta necessidade de se formular estratégias mais eficazes para atender as faixas de menor poder aquisitivo (BONDUKI, 2000, p. 80).

Para Saule Júnior (2005), a questão de moradia é muito mais ampla que simplesmente a terra ou a casa. A habitação precisa ser servida em terra urbanizada, ou seja, dotada de infraestrutura e equipamentos urbanos. Esta terra urbanizada é fator chave na inclusão e exclusão espacial, haja vista as favelas e loteamentos ilegais. Para uma moradia ser considerada adequada, é fundamental que atenda a quesitos como: segurança jurídica da posse; disponibilidade de serviços e infraestrutura; habitabilidade condições físicas e de salubridade adequadas; acessibilidade e localização, com acesso adequado às opções de emprego, transporte público eficiente, serviços de saúde, escolas, cultura e lazer.

Segundo Monteiro (2012), a proposta da Organização Mundial da Saúde (OMS) que se refere ao envelhecimento ativo, o indivíduo idoso que precisa desfrutar de ações efetivas que garantam saúde, participação e segurança, dessa maneira, políticas direcionadas a essa porção populacional se fazem fundamentais, a habitação é um componente importante na garantia desse tripé. Dados do IBGE (2000) demostram que cerca de 60% da população idosa era responsável por sua residência, e que, 42% desses, sobreviviam com apenas dois salários mínimos, ou seja, a demanda por moradia dessa população, idosos de baixo nível socioeconômico, é bastante considerável, em especial se levar em consideração o aumento dessa camada nos últimos anos. Outra questão que vale salientar é a acessibilidade às unidades habitacionais, assim como, à cidade como um todo. O documento elabora pela OMS, Guia da Cidade Amiga do Idoso, adota o desenho universal para atender as exigências de acessibilidade e prevê indicadores com a arquitetura centrada no ser humano e sua diversidade. Esse guia tem por principal objetivo equipar as cidades para que sejam mais igualitárias, que o espaço urbano influencie na qualidade de vida positivamente e estimule o envelhecimento ativo, e por fim, que promova políticas de inserção e de apoio a população idosa, perpassando então pelo acesso a moradia e a cidade. A acessibilidade contempla o direito mais básico da cidadania, o direito de ir e vir, o desenho universal abarca a questão da segurança e da equidade, dentre outros, com intuito de propiciar ao

indivíduo envelhecido a autonomia e a independência, dentro da habitação, no seu entrono e na cidade, uma vez que, no Estatuto do Idoso a acessibilidade é considerada tanto na habitação quanto no urbanismo.

Em função dessa demanda habitacional e da diversidade nos formatos familiares, surgem novas formas de morar do idoso, dentre elas podem-se indicar: idosos morando sozinhos, familiares residindo com idosos, idosos morando em IPLIs, Instituição de Longa Permanência para Idosos, condomínios e vilas exclusivos, albergues e flats. Essas modalidades são adotadas devido as diferentes categorias de idosos em função da escolaridade, conformação familiar, cultura e das condições socioeconômicas e de saúde, Chiarelli (2014).

Ainda conforme Monteiro (2012), a Constituição Brasileira estabelece que a responsabilidade com o idoso é da família, da sociedade e do Estado, assim, há diversas modalidades de moradia e de auxílio de aporte financeiro às famílias cuidadoras, todavia, “a moradia para a população idosa ainda não está totalmente na agenda de prioridade dos agentes públicos” (p. 72). Outro elemento fundamental para que uma política habitacional voltada para o idoso, seja eficaz, é a necessidade de considerar a heterogeneidade e o fator de vulnerabilidade da população envelhecida de baixa renda. As questões afetivas e culturais de convivência do idoso e sua família também se colocam como fator importante no favorecimento de um envelhecimento bem sucedido e com saúde física e mental. Essa responsabilidade da família por seu idoso é bastante recorrente, a família continua sendo a parte fundamental de apoio na vida do idoso. Quando essas famílias não conseguem arcar com essa atribuição de cuidar, uma solução encontrada é a do asilo e a ILPIs.

Nesse sentido, Schussel (2012) admite que, programas habitacionais para essa população deveriam ser abrangentes e de acesso facilitado, porém, não é essa a realidade do país, além de serem escassos, não abordam as especificidades das regiões brasileiras em função das características socioeconômicas e culturais. Algumas iniciativas são destacadas no âmbito nacional como o programa “Melhores Práticas” da Caixa Econômica Federal, sendo encontrado nesse programa um único voltado para a população idosa, a Vila do Idoso na cidade de São Paulo. A maioria dos estados e municípios possuem programas direcionados aos idosos nas áreas de saúde e da assistência social, a área de habitação é pouco atendida.

O programa habitacional do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida – MCMV, se configura como a mais relevante ação governamental para a redução do déficit habitacional brasileiro.

Nas regras gerais e em suas diretrizes há uma parcela na quantidade das unidades habitacionais reservadas à população idosa de baixa renda, o percentual de 3%. Entretanto, essa iniciativa não atende a essa camada devido a grande burocracia e pela localização dos empreendimentos, que muitas vezes se dão em áreas periféricas da cidade sem infraestrutura urbana.

3. METODOLOGIA

Por se tratar de um trabalho de estudo exploratório, utilizando o método da revisão bibliográfica, buscou-se respaldo em autores clássicos e em artigos científicos contemporâneos para dar validade e credibilidade ao produto do trabalho. Foi realizada uma busca de evidencias cientificas sobre o tema nas bases de dados SciELO (http://www.scielo.br), no idioma português, restringindo-se aos artigos publicados entre 2000 a 2014, tendo como marco temporal a Constituição Federal de 1988, uma vez que esta aborda o idoso e a habitação. A pesquisa teve como descritores: idoso e habitação, acesso a habitação, políticas habitacionais para o idoso, déficit habitacional, moradia digna, envelhecimento, envelhecimento ativo e envelhecimento com dignidade. Foram avaliados os títulos e os resumos de todos os artigos e selecionados os estudos que abordavam estritamente os aspectos relevantes ao idoso, idoso de baixo nível socioeconômico e o acesso à habitação assim como a repercussão em sua vida. Estudos que abordassem outras diretrizes, mesmo dentro do contexto do idoso e da habitação foram excluídos.

4. RESULTADOS

Foram encontrados artigos na base SciELO e artigos nas páginas eletrônicas de revistas especializadas, além de uma tese de doutorado e três revistas em biblioteca.

As características dos artigos selecionados estão descritos no quadro abaixo, assim como algumas reflexões acerca de alguns autores:

Após a investigação teórica acerca da temática desenvolvida nesse artigo, identificou-se que, a moradia definitiva se dá por meio do acesso a terra urbana, e que a dificuldade em chegar a essa terra, transforma-se em barreira social para a população, uma

vez que a moradia é considerada a primeira distinção social na vida do indivíduo, seja em qualquer etapa de sua vida, da infância até a velhice. (Camarano e Maricato).

O Estado diminuiu sua ação quando não regula, não efetiva a legislação e não provê a intervenção estatal no âmbito social e econômico, assim, os efeito gerados colaboram sobremaneira para a crise da sociedade, em todas suas instancias e principalmente afetando as camadas da população menos favorecida. Em geral a população mais vulnerável, e a que mais necessita dessa forma adequada de morar, não tem acesso às proposições legislativas se tornando um grupo em evidente risco social. (Pessoa, Bonduki e Deus).

Os direitos de um cidadão não se modificam a medida que ele envelhece, não podem ser expropriados, afinal, velhice não é sinônimo de incapacidade civil. A sociedade e a família devem entender o envelhecimento de seus integrantes como uma evolução, e não como peso. Assim, o artigo 230 da Carta Magna estatui que "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar, e garantindo-lhes o direito à vida". Essa distinção está longe de ser mera e inconsequente formalidade, uma vez que, a família que realmente arca com seus idosos, nesse sentido é de fundamental importância de empoderamento dessas famílias de baixa renda com informação, participação social, condições financeiras, trabalho formal, educação, capacitação no lidar com seus idosos e subsidio para o acesso a moradia digna. (Braga, Pistori, Saule Jr, Monteiro e Camarano).

Condições de equidade não são encontradas nas cidades brasileiras, a grande maioria da população urbana é cerceada de seus direitos básicos de moraria, saúde, segurança, educação e lazer, em virtude de suas inserções sociais, de gênero, econômicas, de idade e cultural. Faz-se urgente uma mudança de postura no enfrentamento dessa realidade, construir cidades mais justas e mecanismos de atendimento para idosos mais eficazes, mesmo que seja um exercício complexo, há de se conciliar a legislação com a ação das práticas inerentes na lei, dos governantes a sociedade civil, chegando a um bem comum, a população e a cidade. (Monteiro, Bonduki, Genovois, Osório e Vecchia).

O idoso brasileiro de baixo nível socioeconômico não consegue ter acesso à moradia regular de forma simples, como prevê a legislação com as parcelas destinadas a ele nos programas habitacionais. São várias as razões que colaboram para esse cenário, o alto custo do terra urbanizada e da propriedade, o déficit habitacional, os programas mal gestados como MCMV, segundo Soares, Chiarelli e Maricato, e a falta de informação dos

direitos em função de falta de educação formal, de acordo com Pistori e Deus. Essa ausência de moradia digna para esse idoso repercute negativamente em vida, cerceando o direito de uma velhice com qualidade de vida, plena e digna, Vecchia. A habitação pode ter vários formatos, como Monteiro e Schussel colocaram, porém deve trazer segurança, acessibilidade, proteção e bem estar à pessoa envelhecida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que não há necessidade de novas políticas públicas para o atendimento ao idoso, que são ações básicas dos governos para determinada categoria ou população, falta sim gestão, no tocante a efetivação e implementação das políticas já existentes, em especial nas camadas mais necessitadas. Estas deveriam abranger as características culturais e suas peculiaridades de cada local onde se destina, deveria haver uma capacitação mais efetiva dos agentes e gestores dessas políticas, identifica-se a falta de recurso pessoal e não financeiro para que haja de fato uma evolução. As duas temáticas estudadas têm em comum a necessidade de se planejar, avaliar, implantar e monitorar as ações, apenas com essas atitudes haverá uma mudança positiva no cenário do bem estar social ao idoso, assim como na forma de morar. Uma política de inclusão urbanística bem elaborada, gestada, implantada e fiscalizada, permitiria o acesso à moradia digna, acessibilidade e consequentemente a cidadania.

Não se pretende aqui aprofundar a questão da qualidade de vida em termos conceituais, principalmente por sua subjetividade, porém, é notória a repercussão da forma de morar digna na vida do indivíduo idoso, o acesso à infraestrutura urbana como esgotamento sanitário, água potável e coleta de lixo, assim como mobilidade urbana eficiente, acesso a hospitais, comércio e locais de lazer, promovem promotores de qualidade de vida. Não é desejável apenas se viver mais em quantidade de tempo, e sim viver mais e melhor, afinal, velhice bem-sucedida deve ser construída durante todo o ciclo da vida, é o caminho para envelhecer com dignidade. Para tal, é necessário trabalhar artifícios e instrumentos que possibilitem a construção de um modelo de envelhecimento, constituído pelo idoso como sujeito ativo, cidadão e autônomo.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Pérola Melissa Vianna. **Envelhecimento, Etica e Cidadania**. 2001. Disponível em http:<//direitodoidoso.braslink.com/pdf/Envelhecimento.pdf>. Acesso em 21.05.2014

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Disponível em http:<//www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em 05.06.2014

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro: **IPEA, 2002** (Texto para Discussão, 858).

CAMARANO, A. A; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista brasileira Estudo Populacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 233-235 jan./jun. 2010. Disponível em http:<//www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol27_n1_2010/vol27_n1_2010_notapesquisa_p233a235.pdf> Acesso em 03 jullho de 2014.

CAMARANO, A. A; KANSO, Solange; FERNANDES, Daniele. Envelhecimento populacional, perda da capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011. Rio de Janeiro**: IPEA, 2013** (Texto para Discussão, 1890)

DEUS, Suelma Inês Alves de. Um modelo de moradia para idosos: o caso da Vila dos Idosos do Pari-São Paulo (SP). **Caderno Temático Kairós Gerontologia**, 8. ISSN 2176-901X, São Paulo, novembro 2010: 195-213

BRASIL. (2003). Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003: **Estatuto do Idoso**. Brasília (DF): Senado Federal.

GENEVOIS, Marie Louise Bulhões Pedreira; COSTA, Olavo Viana. Carencia Habitacional e Déficit de Moradias: Questões Metodológicas. **São Paulo Perspec.** São Paulo , v. 15, n. 1, Jan. 2001. Disponível em http:<//www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Junho 2014.

LORENZETTI, Maria S. Barros. A questão habitacional no Brasil. Artigo publicado na **Revista da ASLEGIS**. SP. 2001.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do Mundo globalizado:. Metrópoles Brasileiras **. São Paulo Perspectiva** , São Paulo, v.14, n. 4, outubro de 2000. Disponível a partir do http:<//www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 junho 2014.

MONTEIRO, Luzia Cristina Antonissi. **Políticas públicas habitacionais para idosos: um estudo sobre condomínios exclusivos**. São Carlos: UFScar, 2012. 145f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, SP. 2012.

OSORIO, Letícia. Direito à moradia no Brasil. Texto elaborado (COHRE) por delegação do **Fórum Nacional da Reforma Urbana**. Disponível em http:<//www.fna.org.br/site/noticias/pagina/59/Direito-a-Moradia-no-Brasil>. Acesso em 05.06.2014

PESSOA, Robertônio. Estatuto da Cidade. **Revista Jurídica Consulex**, n. 110, p.54-55, agosto. 2001

PISTORI, Cássia Regina Amadeo Tamburrino; FERRÃO, André Munhoz de Argollo. **Recomendações para o Projeto de Ambientes Adequados ao Uso da População Idosa**. Artigo Entac 2004. Disponível em http:<//www.argollo.org/artigos_texto/Entac2004_cassia.pdf>. Acesso em 05.05.2013

SOARES, Isabelle Oliveira; CARVALHO,Aline Werneck Barbosa de; RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne; PINTO, Neide Maria de Almeida. Interesses especulativos, atuação do Estado e direito à cidade: o caso do programa "Minha Casa Minha Vida" em Uberaba (MG). **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v.5, n. 1, Junho 2013. Disponível em http:<//www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217533692013000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 de julho de 2014

SCHUSSEL, Zulma das Graças Lucena. (2012, dezembro). Os idosos e a habitação. **Revista Kairós Gerontologia***,15*(8), pp.53-66. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP

VECCHIA, Roberta Dalla; RUIZ, Tania; BOCCHI, Silvia Cristina Mangini; CORRENTE, José Eduardo. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia.** Rev. bras. epidemiol. vol.8 no.3 São Paulo Sept. 2005.

VILELA, Alba B. A.; CARVALHO, Patricia A. L. de; ARAUJO, Rosália T. de. **Envelhecimento bem-sucedido: representação de idoso.** 2006. Disponível em: http:<//www.uesb.br/revista/rsc/v2/v2n2a2.pdf> Acesso em 05.06.2014.

SAÚDE PÚBLICA NO SISTEMA PRISIONAL DR. JOÃO CHAVES, NATAL/RN:
uma história de avanços e embates.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma breve análise a respeito do quadro situacional do Sistema Prisional Dr. João Chaves, localizado na cidade do Natal/RN, e seu impacto na saúde dos atores que atuam e convivem diariamente nesse espaço. A precarização estrutural e assistencial, a falta de investimento, assim como, a marginalização da referida temática tem resultado em impactos negativos na saúde dos trabalhadores, reeducandos e seus familiares. Apenados, gestores e agentes penitenciários convivem diariamente em ambientes superlotados, insalubres, com pouca ventilação, escuros e úmidos dificultando o tratamento de doenças bem como agravando-os.

Palavras-chave: Saúde Prisional; Saúde Coletiva; Sistema Prisional; PNAISP.

Abstract

The present work aims to make a brief analysis about the situation of the Dr. João Chaves Prison System, located in Natal / RN, and its impact on the actor's health who work and coexist daily in this space. Structural and social insecurity, lack of investment, even the marginalization of this theme have resulted in negative impacts on the health of workers, re-education and their families. Distressed, managers and prison officers live daily in overcrowded, unhealthy, poorly ventilated, dark and humid environments making it difficult to treat diseases as well as aggravating them.

Keywords: Prison Health; Collective health; Prison System; PNAISP.

1- INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro vem apresentando sinais de colapso. A precarização estrutural, superlotação, insalubridade, questões culturais e socioeconômicas, refletem de maneira negativa nas condições de saúde da população carcerária.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em vigor desde 1948, enfatiza em seu artigo 25 que:

> Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...] (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1998).

A luta pela garantia da universalidade dos serviços de saúde teve início em meados anos 70 e ganhou força no início da década de 80. Período marcado pela efervescência dos movimentos sociais que reivindicavam maior inclusão e proteção social, justiça e efetivação da cidadania. É diante desse contexto que o movimento pela Reforma Sanitária se instaura e ganha força.

A Lei da Anistia, em 1979, marca o início do movimento em defesa da citada reforma. Aquela foi responsável por trazer de volta os médicos sanitaristas (militantes convictos da universalização da saúde) que haviam sido exilados outrora. A concepção do PIASS (Programa de Interiorização das Ações de Saúde) também se caracterizou como um importante marco em defesa do direito ao acesso universal à saúde. Em 1978 aconteceu a Conferência Mundial de Saúde de Alma-Ata, promovido pela OMS (Organização Mundial de Saúde), que enfatizou a importância da atenção primária como foco principal no quesito universalização da promoção de saúde.

Em março de 1986, aconteceu a VIII Conferência Nacional de Saúde que reuniu representantes de vários segmentos sociais. A junção das forças desses diversos atores (acadêmicos, sindicalistas, profissionais da área de saúde, movimentos sociais) impulsionou a reforma sanitária, sendo considerado o seu marco ideológico.

Em 22 de setembro de 1988 a Constituição Federativa do Brasil é aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte. Considerada o marco legal da reforma sanitária, ela institui o Sistema Único de Saúde expondo-o em cinco (05) artigos. A Carta Magna traz uma nova concepção do que se entende por saúde, deixando de ser a simples ausência de doença para ser considerada como uma expressão da cidadania. A saúde passa a ser parte de um sistema universalista de caráter público e estatal.

> Art.196 – A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco da doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

Ainda no rol de instrumentos legais e ratificando a universalização da saúde, em 19 de setembro de 1990, foi promulgada a Lei 8080 (Lei Orgânica da Saúde) que possui cinquenta e cinco (55) artigos aprofundando o que foi exposto na Constituição Federal de 1988. A LOS traz como princípios:

> Art. 7° [...]
> I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
> II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
> III – preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integralidade física e moral;
> IV – igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie. (BRASIL, 1990)

Contudo, apesar da promulgação de todo esse arsenal jurídico na tentativa de consolidar a universalização de direitos em sua totalidade/integralidade, ainda existem parcelas da população que se encontram muito à margem da sociedade. Em se tratando das pessoas privadas de liberdade (PPL) percebe-se uma fragilidade ainda maior no que tange a garantia dos direitos mais elementares à manutenção da vida.

Diante das dificuldades na consolidação da garantia desses direitos, foram instituídas novas leis e políticas voltadas ao público carcerário com o intuito de propiciar seu acesso aos serviços de saúde. Dentre elas, vale citar a Norma nº 7.210 de 11 de julho de 1984 que instituiu a Lei de Execução Penal; a Portaria Interministerial nº 1.777MS/MJ de 09 de setembro de 2003 que estabeleceu o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) e, mais recentemente, a criação da Portaria Interministerial nº 1 de 02 de janeiro de 2014 que estabeleceu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) cujo principal objetivo está voltado ao acesso ao cuidado integral em saúde dos custodiados, seus familiares e funcionários do sistema penitenciário (agentes penitenciário, profissionais de saúde e gestão).

2- DESENVOLVIMENTO

O Sistema Prisional brasileiro vem sofrendo um preocupante inchaço, refletindo negativamente nas condições de vida e saúde dos encarcerados. Segundo o Levantamento

de Informações Penitenciárias (InfoPen)[37], o Brasil ocupa o quarto (4º) lugar no ranking dos países com maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas da Rússia (644.237) China (1.657.812) e EUA (2.217.000)

> Atualmente, existem cerca de 300 presos para cada cem mil habitantes no país. O número de presos é consideravelmente superior às quase 377 mil vagas do sistema penitenciário, totalizando um déficit de 231.062 vagas e uma taxa de ocupação média dos estabelecimentos de 161%. Em outras palavras, em um espaço concebido para custodiar 10 pessoas, existem por volta de 16 indivíduos encarcerados. (InfoPen, p.14, 2014)

No período entre 2000 e 2014 a população prisional no Brasil cresceu em média 7% ao ano, totalizando um crescimento de 161%. Esse valor é dez vezes maior que o crescimento do total da população brasileira que apresentou um aumento de apenas 16% nesse mesmo período (InfoPen, 2014).

Tabela 1: Pessoas privadas de liberdade no Brasil em junho de 2014	
População Prisional	622.202
Sistema Penitenciário Estadual	584.758
Secretarias de Segurança Pública / Carceragens de Delegacias	37.444
Sistema Penitenciário Federal	397
Vagas	371.884
Deficit de vagas	250.318
Taxa de ocupação	167%
Taxa de aprisionamento	306,22

(Fonte: InfoPen, 2014)

Em 27 de outubro 2011 foi lançada a Carta do Rio de Janeiro que trouxe reflexões a respeito do debate realizado durante a 6º Conferência Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. A Carta expunha diversas falhas relacionadas à realidade do sistema prisional como: o aumento avassalador de doenças decorrentes das condições de encarceramento e superpopulação; redução do número de profissionais de saúde no âmbito prisional; falta de implantação de um Plano Operativo Estadual que assegure o acesso à saúde; falta de uma política pública de saúde e saúde mental específica; assim como a dificuldade de implantar o controle social. (WHO - World Health Organization, 2011).

[37] O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, que sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.

No Rio Grande do Norte a realidade não difere das demais, o estado possui uma população prisional de 7.658 - sendo 6.457 homens e 667 mulheres - e taxa de ocupação de 156%. (InfoPen, 2014).

A marginalização dessa parcela contundente da população associada à falta de interesse por parte do poder público desemboca numa série de falhas que influenciam diretamente nos determinantes de saúde das pessoas privadas de liberdade no estado do RN. Dentre essas falhas destacam-se: a precariedade ou inexistência de saneamento básico nos presídios, atrelada a insalubridade e péssimas condições de higiene pessoal dos apenados; péssimas condições estruturais das instituições de reclusão, intensificado pelo quadro de superlotação, associado a pouca ventilação e iluminação, tornando-se ambiente propício para a proliferação de agravos como tuberculose, pneumonia, dermatites e DSTs; a baixa escolaridade também influencia na propagação de doenças, o desconhecimento a respeito de informações inerentes a transmissão dificulta o trabalho preventivo.

Tabela 2: Taxas de agravos transmissíveis por 10 mil pessoas presas no segundo semestre de 2014 no RN	
HIV	24,92
Sífilis	19,67
Hepatite	44,60
Tuberculose	73,45
Outros	00,00

(Fonte: InfoPen, 2014)

Tabela 3: Grau de instrução dos reeducandos no Brasil e no RN	
Brasil	
Até o ensino fundamental completo	75,08%
Ensino médio incompleto ao ensino superior completo	24,92
Rio Grande do Norte	
Analfabeto	14,57%
Ens. Fundamental Completo	5,79%
Ens. Médio Completo	6,01%
Superior Completo	0,29%
Acima do nível superior completo	-----

(Fonte: InfoPen, 2014)

Dessa forma, diante desse quadro catastrófico que evidencia e traz à tona uma realidade de negação dos direitos mais inerentes aos seres humanos, em 02 de janeiro de 2014 foi lançada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de

Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Tal instrumento tem o intuito de reforçar as ações que devem ser desenvolvidas na defesa do direito a saúde da população carcerária, ratificando os princípios da universalidade, integralidade e equidade presentes no SUS; além de fortalecer as relações intersetoriais com as instâncias da Justiça e Segurança, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (BRASIL, 2014).

A PNAISP, diferentemente da PNSSP[38], estende o acesso ao cuidado integral às pessoas de regime semiaberto, aberto, submetidas à medida de segurança além dos seus familiares e profissionais que atuam no sistema prisional. Suas prioridades estão focadas na prevenção, promoção e redução ou controle dos agravos mais freqüentes. Ele preconiza o respeito aos direitos humanos, a intersetorialidade, humanização da atenção à saúde, fomento à participação e controle social, monitoramento das ações desenvolvidas através de análise de indicadores e das metas estabelecidas.

A Política de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional tem promovido uma abordagem mais humanizada e participativa no âmbito da saúde prisional. Contudo a sua adesão é facultativa e o avanço da assistência à saúde vem acontecendo de maneira lenta e desproporcional. O sucateamento e a falta de investimento nessa área são históricos fazendo com que o valor do incentivo financeiro pareça irrisório diante da demanda.

O Rio Grande do Norte aderiu à PNAISP em julho de 2014, acompanhado por Mossoró, Nísia Floresta, Parnamirim e Patu. Natal, por sua vez, está em processo de adesão à Política. O citado município possui oito (08) unidades prisionais, as quais, cinco (05) estão localizadas na zona norte da cidade e compõe o Sistema Prisional Dr. João Chaves. Entre elas estão: a Cadeia Pública de Natal Prof. Raimundo Nonato, Complexo Penal João Chaves (que possui a ala masculina e ala feminina), Centro de Detenção Provisória Zona Norte, Centro de Detenção Provisória Potengi, Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento (voltada apenas para reeducandos com problemas psiquiátricos).

Desde 2013, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Natal/RN, através da equipe do Núcleo de Atenção à Saúde (NAS) do Distrito Sanitário Norte II vem desenvolvendo ações de assistência à saúde à população carcerária feminina do Sistema Prisional Dr. João Chaves. Atualmente, a equipe vem atuando de forma mais sistemática estendendo suas ações às demais unidades.

[38] A PNSSP continha ideais atrelados ao desenvolvimento de ações/atividades voltadas a recuperação da saúde, reduzindo esse segmento ao diagnóstico e tratamento das doenças, deixando de priorizar as atividades preventivas, de promoção, proteção e reabilitação da saúde no sistema prisional.

Inicialmente a falta de adesão de alguns profissionais que compunham o próprio sistema carcerário, tendia a dificultar a ação das equipes de saúde, somando-se à diversos problemas estruturais relacionados à insalubridade do ambiente, falta de insumos, precariedade da estrutura física e assistencial, falta de recursos, entre outros, descontinuando o fluxo dos tratamentos de determinados agravos e implicando negativamente nas ações de promoção à saúde.

Outra problemática importante e que precisa ser trabalhada é o acesso dos familiares dos apenados ao local onde este se encontra. Mesmo diante dos diversos casos de tuberculose e dermatites, é muito comum os visitantes levarem crianças/bebês expondo-os a ambientes contaminados e insalubres.

Dessa forma, visando o necessário avanço da saúde prisional e no bem estar da coletividade, destaca-se a importância de programar ações de educação permanente em saúde à todos os atores que compõe a realidade do sistema carcerário na perspectiva de sensibilizá-los e torná-los parceiros/multiplicadores nessa jornada.

Em 2017, o NAS, através da SMS Natal e de uma parceria mais fortalecida com os gestores locais do sistema penitenciário, intensificaram as suas ações dentro do sistema prisional. Dessa forma, a partir de março do corrente ano, teve início os atendimentos de saúde bucal, através da Unidade Odontológica Móvel. A prestação de serviços de Saúde Bucal percorre todas as unidades do sistema prisional diariamente, realizando oito (08) atendimentos semanais em cada unidade carcerária que compõe o Complexo Penal Dr. João Chaves na zona norte de Natal.

Em agosto de 2017 foi possível montar e inaugurar o Consultório de Atenção Primária da Cadeia Pública Raimundo Nonato que visa amenizar alguns problemas encontrados no fluxo de atendimento aos reeducandos fora dos muros da penitenciária. Era muito comum o não comparecimento dos apenados às consultas agendadas nas Unidades de Atenção Primária à Saúde devido à falta de carro e/ou agente penitenciário para fazer a escolta[39]. Com a implantação do consultório dentro da própria instituição, os apenados terão acesso às consultas periódicas com mais freqüência, agilidade e conforto. Junto ao Consultório, organizou-se um kit de primeiros-socorros a ser utilizado em casos de urgência e eventuais episódios de dores de cabeça, por exemplo.

[39] Atualmente existe uma grande defasagem no quadro funcional da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania. O concurso para seleção de agente penitenciário está em trâmite e estima-se que até dezembro do corrente ano serão convocados a primeira “turma” de aprovados no certame.

3- CONCLUSÃO

A PNAISP é um instrumento muito recente e ainda conta com pouca adesão dos municípios. É importante ressaltar a escassez de material bibliográfico a respeito do tema, bem como, o engatinhar da gestão municipal com relação a sua implantação. Sua proposta é pertinente e traz à tona a realidade multifacetada do sistema carcerário e como a sua instabilidade afeta diretamente o restante da população.

Logo, diante do exposto, seguem os seguintes questionamentos: Quais impactos as ações de saúde prisional desencadeadas pela equipe do Núcleo de Atenção à Saúde (NAS) do Distrito Sanitário Norte II vem trazendo aos atores que compõe o sistema prisional e para a comunidade? Quais suas principais dificuldades e quais medidas estão sendo tomadas visando a sua superação? Os profissionais do sistema prisional compreendem a dimensão técnico-operativa do fazer profissional na realidade em que se aplica? Tem-se visualizado um fluxo para a promoção de educação permanente aos atores que compõe o sistema carcerário?

Apesar de todos os avanços alcançados durante o ano de 2017, ainda há muito que se conquistar. A discussão a respeito dos impactos da marginalização desse segmento e como tal realidade afeta a sociedade como um todo, é urgente! Não se pode pensar que a falha na oferta de serviços socioassistenciais e de saúde aos encarcerados é um problema que se extingue para dentro das muralhas dos presídios. Essas paredes “tem poros” e o seu colapso afeta a todos. È necessário empenho para enfrentar os desafios postos!

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL Portaria Interministerial n. 1,de 02 de janeiro de 2014. Institui a **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 2, Seção 1, p. 18-21, 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** Infopen. Brasília, DF, 2014.

BRASIL, Portaria n. 1.602, de 31 de julho de 2014. **Aprova a adesão dos Estados do Acre, Tocantins, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pará e do Distrito Federal à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 68, 2014.

BRASIL, Secretaria de Atenção à Saúde. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. Brasília, DF, 2005. Disponível

em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1988.

BRASIL, Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a **Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1984.

BRASIL, Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990. p. 18055.

DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa.** In: MYNAIO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23 ed. São Pulo: Cortez, 2007.

FERRAZ, E. **A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde no Sistema Prisional: uma experiência em Serviço Social na Perspectiva da Reintegração Social.** 2015. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GIL, Antonia Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. **O projeto de pesquisa em Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 5: intervenção e pesquisa em serviço social – Brasília – UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância, 2001. (p.19-44).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho científico didático na universidade**. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 31-50

WHO-World Health Organization. **Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde**. Rio de Janeiro: WHO; 2011.

http://www.sejuc.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=111130&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Ressocializa%E7%E3o (Acesso em 01 de maio de 2017)

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:

as políticas sociais, o neoliberalismo e os movim

entos sociais

Rafaela Barbosa de Oliveira[40]
Valter Martins[41]

RESUMO: O presente trabalho visa analisar o fenômeno população em situação de rua, enquanto expressão da questão social, e como o advento do neoliberalismo no Brasil na década de 90, agrava e intensifica esse fenômeno, além de afetar o desenho das políticas sociais, transformando-as em focalizadas e selitivas, o que vai impactar no atendimento a essa população, tornando-o precário e paliativo, apenas para compensar os efeitos nefastos da política econômica. Além disso, objetiva analisar também, tendo este contexto como pano de fundo, o papel e a importância dos movimentos sociais na construção da Política Nacional para População em Situação de Rua.

PALAVRAS-CHAVE: População em Situação de Rua; Políticas Sociais; Neoliberalismo; Movimentos Sociais.

ABSTRACT: This paper aims at analyzing the phenomenon of street population, as an expression of the social question, and how the advent of neoliberalism in Brazil in the 1990s aggravates and intensifies this phenomenon, besides affecting the design of social policies, transforming them In focus and selitives, which will impact the service to this population, making it precarious and palliative, only to compensate for the harmful effects of economic policy. It also aims to analyze the role and importance of social movements in the construction of the National Policy for Population in Street Situation.

KEYWORDS: Population in Situation of Street; Social politics; Neoliberalism; Social movements.

[40] Graduanda em Serviço Social no Departamento de Serviço Social de Campos/RJ. Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: rafaelabarbosa_7@hotmail.com
[41] Professor do Departamento de Serviço Social de Campos/RJ. Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: valtermartins@id.uff.br. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais.

I – INTRODUÇÃO

O fenômemo população em situação de rua enquanto uma expressão da questão social, tem sua origem em fatores estruturais inerentes ao capitalismo, como o desemprego, ausência de renda e condições de vida e trabalho extremamente precárias, além da insuficiência de políticas públicas estruturantes.

O advento do neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 1990, intensifica esse fenômeno, à medida em que, implicou em transformações significativas no mundo do trabalho, como o desemprego e a redução dos postos de trabalho, reordenando o papel do Estado e a sua relação com a sociedade civil, evidenciando a primazia do mercado como regulador das relações sociais (YAZBEK, 1998).

Além disso, o neoliberalismo afeta o desenho das políticas sociais, transformando-as em focalizadas e seletivas, reduzindo os recursos públicos investidos no sistema de seguridade social, o que vai impactar no atendimento à população em situação de rua, no sentido em que não tem como preocupação a erradicação do fenômeno, apenas admistrá-lo, convertendo-se em políticas compensatórias dos efeitos perversos da desigualdade social no Brasil.

Nesse sentido, a construção e instituição de uma política pública nacional, direcionada à população em situação de rua representa um avanço, num contexto de precarização e desmonte das políticas sociais, e tem o Movimento Nacional da População de Rua como protagonista nesse processo.

O presente artigo foi construído em duas partes: na primeira parte será apresentada a origem do fenômeno população em situação de rua, como uma expressão da questão social, e como o advento do neoliberalismo contribui para a intensificação desse fenômemo, além de afetar o desenho das políticas sociais, transformando-as em focalizadas e selitivas, impactando no atendimento à essa população, a segunda parte traz a construção da Política Nacional para População em Situação de Rua, destacando o papel e a importância dos movimentos sociais nesse processo e por fim as considerações finais reiterando algumas observações e apontamentos para reflexão.

II – A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, O NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

De acordo com Silva (2009), o fenômeno população em situação de rua, é uma expressão das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas. Nesse sentido, Iamamoto (2004 apud SILVA, 2009) afirma que as desigualdades sociais são expressões da questão social[42] engendradas na sociedade capitalista madura. Ou seja, a questão social é inerente ao capitalismo, na medida em que o capital no seu processo de expansão e acumulação de riquezas, expande e acumula também o pauperismo e a miséria.

Sendo assim, de acordo com Marx (1980 apud MONTAÑO, 2012, p. 279) "quanto maior a potência de acumular riqueza, maior a magnitude do exército industrial de reserva. E quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa de superpopulação e quanto maior essa massa, tanto maior o pauperismo." Portanto a população em situação de rua como expressão da questão social, se constitui em decorrência do processo de pauperização da classe trabalhadora, que ao se encontrar fora do mercado de trabalho e/ou em condições precárias de trabalho, não têm como garantir condições de moradia digna, e acaba utilizando as ruas como espaço de moradia e sobrevivência.

De acordo com Silva (2009), a intensificação da reestruturação produtiva e a implementação de medidas econômicas e sociais de corte neoliberal, a partir da década de 1990, no Brasil, implicou em inúmeras transformações no mundo do trabalho, como a intensificação do uso da força de trabalho, a diminuição dos postos de trabalho e, em decorrência disto, o aumento do desemprego, o aviltamento do valor dos salários e o aumento da informalidade do trabalho, gerando um quadro de precarização das condições e das relações de trabalho de parte expressiva da força de trabalho.

A autora supracitada afirma que, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário, constitui fator relevante da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, da elevação dos índices de pobreza e dos níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora, e consequentemente, da expansão do fenômeno população em

[42] De acordo com Iamamoto (2001) a questão social é o conjunto das expressões das desigualdades sociais, que são inerentes a sociedade capitalista, a mesma tem o seu início numa produção cada vez mais social, enquanto a apropriação dos meios de produção e dos frutos do trabalho é cada vez mais privada.

situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo.

Além disso, o desmonte e a precarização das políticas sociais, materializadas pela Constituição Federal de 1988, como dever do Estado e direito do cidadão, também são um dos fatores que contribuem para o agravamento das expressões da questão social, e consequentemente para a intensificação do fenômeno população em situação de rua.

No sentido em que, no capitalismo contemporâneo, de acordo com Behring (2008) as políticas sociais, têm os seus padrões universais e redistributivos afetados, e o que se vê desde então são políticas sociais focalizadas, privatistas, descentralizadas e de compensação dos efeitos mais perversos da crise. Na qual o Estado se desresponsabiliza e transfere a responsabilidade de intervenção nas expressões da questão social para instituições privadas e o setor público não-estatal.

De acordo com Pereira e Siqueira (2010) as políticas sociais neoliberais devem ser suficientes para não agravar a pobreza e as pressões sociais, e devem ser mínimas para não alterar a realidade social, mantendo as desigualdades sociais, sustentada pela má distribuição da renda nacional. Pois para o neoliberalismo o Estado deve ser mínimo para o social e máximo para o capital, garantindo a sua ampliação e manutenção.

Nesse sentido, as transformações ocorridas no desenho das políticas sociais, especialmente na Política de Assistência Social, transformando-as em políticas compensatórias dos efeitos mais nefastos das desigualdades sociais no Brasil, afetam o atendimento à população em situação de rua, tornando-o precário e paliativo, como foi possível observar, em estudo realizado juntot ao Serviço Social, no Centro de Referência Especializado para população em Situação de Rua (Centro Pop)[43], em Campos dos Goytacazes, no ano de 2016.

Durante o estudo, foi possível analisar que 57,7 %[44] das demandas apresentadas estavam reprimidas[45], por exemplo, demandas por acesso à transporte, ao acolhimento nos abrigos existentes na rede de atendimento socioassistencial, à educação primaria,

[43] O Centro Pop é uma instituição pública criada pelo Decreto n° 7053/2009 que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua e também pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009. O Centro Pop é tipificado como uma unidade de referência da Política de Assistência Social de Média Complexidade. Esta instituição oferta o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e o Serviço Especializado em Abordagem Social .
[44] OLIVEIRA, Rafaela Barbosa. Diário de Campos. Campos dos Goytacazes, 2016.
[45] Demandas reprimidas: "[...] uma procura/necessidade não atendida e/ou um atendimento incompleto" (VIDAL, 2008, p. 137).

secundária e profissional, ao mercado de trabalho e por atividades desportivas, artísticas e culturais, em decorrência da precariedade dos serviços socioassistenciais da instituição e da rede de atendimento socioassistencial, seja pela falta de recursos para transporte, pela falta de vagas no serviço de acolhimento, pela falta de vagas no mercado de trabalho e por serviços socioassistenciais que estão regulamentados na legislação, mas na realidade não se concretizam.

Sendo assim, o não atendimento às "demandas que dão origem e que condicionam o conjunto fragmentado e facilmente identificado de demandas que chegam aos assistentes sociais", demandas estas que "são mais complexas de serem enfrentadas e se enfrentadas tocam as estruturas do sistema" (VASCONCELOS, 2015, p.522), reflete o caráter compensatório da Política de Assistência Social na atualidade, particularmente no que diz respeito ao atendimento à população em situação de rua, onde os serviços socioassistenciais ofertados contribuem para a administração do fenômeno e não sua erradicação.

Segundo Mauriel (2006 apud ALMEIDA; MONTEIRO, 2011), as políticas denominadas de "nova geração", não têm como preocupação erradicar a pobreza, apenas administrá-la, tendo em vista a incapacidade de erradicação dos mecanismos que produzem e reproduzem a desigualdade social no país

Nesse sentido, vale ressaltar o avanço que representa a construção e instituição de uma política pública nacional, direcionada à população em situação de rua, num contexto de precarização e desmonte das políticas sociais. A construção dessa política e a importância dos movimentos sociais nesse processo, serão analisados mais profundamente no próximo item.

III – A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

De acordo com Argiles e Silva (2011) historicamente, as ações implementadas a título de políticas públicas específicas para a população em situação de rua, detinham-se à políticas de repressão (criminalização da população de rua, a qual era vista como vagabunda, malandra, bandida, etc.) e políticas higienistas, muitas vezes violentas, as quais retiravam a pessoa da rua, enviando-a para sua cidade de origem à revelia do seu

consentimento, ou enviavam para albergues, abrigos, ou para vários tipos de serviços como: os de saúde, de higiene, alimentação, iniciativas de geração de trabalho e renda, etc.

Diante disso, a Política Nacional para População em Situação de Rua, instituída por meio do Decreto n° 7053 de 23 de dezembro de 2009, representa um avanço no atendimento à população em situação de rua, pois reconhece a população em situação de rua como sujeito de direitos, e foi instituída segundo Freitas (2016) a partir das lutas dos movimentos sociais e grupos defensores dos direitos da população em situação de rua. De acordo com a autora supracitada, não podemos, no entanto, ser inocentes perante as muitas aparentes "concessões" do Estado às classes subalternas. Deste modo, Coutinho (2000 apud FREITAS, 2016) afirma que o Estado e as políticas sociais que ele opera, é o campo da luta de classes, privilegiando interesses da burguesia, mas também incorporando os interesses e necessidades da classe trabalhadora a partir de suas lutas e conquistas.

Nesse sentido, os primeiros movimentos sociais de organização política da população em situação de rua, em defesa dos seus direitos, datam dos anos 1980-1990, do período de redemocratização do país, onde a sociedade brasileira, organizava-se através de sindicatos, ONGs e entidades, em prol da abertura política e da construção de uma nova Constituição que garantisse a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 2011).

É nesse contexto de mobilização social e política, que será organizado projetos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Esses projetos foram desenvolvidos em várias cidades por organizações da sociedade civil, e embasaram a formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, em 1985. Nessa mesma direção, foi realizada, de 1981 a 1992, a Semana Ecumênica do Menor, pela Pastoral do Menor, reunindo aproximadamente mil pessoas na defesa e na luta pelos direitos de cidadania dos meninos de rua (BRASIL, 2011).

> Nesse contexto, as instituições de apoio e ajuda à população em situação de rua direcionam-se para a afirmação do acesso desta população ao direito humano à vida e à dignidade. Estas instituições buscaram, ainda, superar o caráter assistencialista e repressor da ação junto às pessoas em situação de rua com a introdução, no trabalho cotidiano, de um novo trato metodológico que priorizava a organização e o protagonismo como instrumento de resgate de direitos de cidadania das pessoas em situação de rua. Foi pela ação das Pastorais do Povo de Rua que essa população passou a ocupar novos espaços públicos, de forma organizada, para reivindicar melhores condições de vida (BRASIL, 2011, p.15).

A luta desses movimentos sociais pela cidadania, culminou na inscrição de direitos nos artigos 5 e 6 da Constituição Federal de 1988:

> Artigo 5° - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Artigo 6° - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Esses direitos para serem efetivados, necessitavam da implementação de políticas públicas direcionadas à população em situação de rua. Nesse sentido, em 1993, o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, com a participação de trabalhadores das instituições de atendimento, especialistas, militantes e etc. (BRASIL, 2011).

Neste ano também, a LOAS, é sancionada, regulamentando os Artigos 203 e 204 da Constituição Federal, e reconhecendo no seu artigo primeiro, a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, rompendo com a lógica do favor e da filantropia que permeou a trajetória da assistência social. Esta lei reafirma a assistência social como política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população (ARGILES e SILVA, 2011).

A Assistência Social, enquanto política pública, terá papel primordial no atendimento à população em situação de rua, contudo, ela não pode ser considerada, como a única política responsável pela garantia do acesso aos direitos de cidadania por parte desta população (BRASIL, 2008).

No ano de 1993, segundo Swoboda (2015) ocorreu um episódio que mostrou a precariedade da proteção e das políticas públicas por parte do Estado voltadas à atender a população em situação de rua, que ficou conhecido como Chacina da Candelária, onde oito jovens, seis menores, foram assassinados por policiais militares enquanto dormiam nas imediações da Igreja da Candelária, no dia 23 de julho de 1993, na cidade do Rio de Janeiro (AMORIM; CRUZ, 2014 apud SWOBODA, 2015).

Em 07 de Dezembro de 1995, ocorre o Grito dos Excluídos, promovido pela Pastoral Social juntamente com as demais Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil, objetivando dar visibilidade aos direitos e necessidades da população em situação de rua. Este evento simbolizou a luta desta população (BRASIL, 2011).

> Nesse contexto de lutas, o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, garantiu visibilidade e possibilitou uma maior mobilização da população em situação de rua pelo acesso à moradia, saúde e assistência social. Os Seminários Nacionais organizados pelo Fórum Nacional, resultaram no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e na 1ª Marcha do Povo da Rua, em Brasília, em

> 2001, contribuindo para o processo de visibilidade da população em situação de rua, na agenda pública (BRASIL, 2011, p.16).

Em 2004, ocorreu um episódio, que se tornou um marco histórico, na luta da população em situação de rua em prol dos seus direitos. Trata-se do episódio ocorrido em 19 de agosto, na Praça da Sé, em São Paulo, onde sete moradores de rua foram brutalmente assassinados. Este episódio ficou conhecido como a Chacina da Praça da Sé, e teve muita repercussão na mídia. Após este ocorrido, o poder público se voltou para essa população historicamente esquecida no Brasil, pois até então, não havia políticas públicas federais direcionadas exclusivamente a essa população, que era atendida de forma insuficiente e focalista por algumas políticas sociais (BRASIL, 2015).

Este episódio, expressou a imperiosa, necessidade de uma política nacional, direcionada à população em situação de rua. Nesse sentido, é importante destacar, a aprovação da PNAS em 2004, por meio da resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que materializa as diretrizes da LOAS e dos princípios enunciados na Constituição Federal de 1988, inserindo-a no sistema de bem-estar social brasileiro, concebido como campo da Seguridade Social e configurando o tripé, junto com a saúde e a previdência social (ARGILES E SILVA, 2011).

A PNAS (2004), prevê o atendimento à população em situação de rua, na proteção social especial.

> A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada à famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras (PNAS, 2004, p. 37).

Em 2005, foi realizado o 4º Festival Lixo e Cidadania, que contou com a participação de pessoas em situação de rua de vários locais do Brasil. Neste Festival, como expressão dessa participação organizada das pessoas em situação de rua em várias cidades brasileiras, foi lançado o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

De acordo com Argiles e Silva (2011, p.7) com o objetivo de efetivar as atribuições de elaborar e gerir uma política integrada de proteção social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) assumiu o compromisso de formular políticas públicas dirigidas para a população em situação de rua.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS) realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua em 2005, que contou com a participação dos movimentos sociais e gestores da assistência social. Neste Encontro

> [...] foram debatidas diretrizes, estratégias e recomendações para a formulação de políticas públicas para essa população e como ação prioritária, foi destacada a importância da realização de estudos que permitissem quantificar e caracterizar as pessoas em situação de rua, de modo a orientar a elaboração e implementação de políticas públicas específicas (BRASIL, 2015, p.3).

Em 2005, foi aprovada a Lei nº11.258, que alterou o parágrafo único do artigo 23, da LOAS (1993), dispondo sobre a criação de programas de amparo as pessoas que vivem em situação de rua, no âmbito da assistência social. Vale ressaltar, a importância dessa conquista para a população em situação de rua, no sentido em que,

> [...] de acordo com a nova legislação, portanto, o poder público municipal passou a ter a tarefa de manter serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo padrões básicos de dignidade e não-violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social (BRASIL, 2008, p.6).

Em 25 de outubro de 2006, sob coordenação do MDS, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), por meio de Decreto Presidencial a fim de organizar estudos e propor políticas públicas, que incluam a população em situação de rua. “O Decreto considerou também a necessidade de articulação entre os diferentes níveis de governo e da participação da sociedade civil organizada nesse processo” (BRASIL, 2011, p.17).

Neste sentido, o GTI era composto por diversos Ministérios, além do MDS, tais como: o da, Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Cidades, Cultura, Justiça e Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União. O GTI também envolveu a participação de representantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) (BRASIL, 2011).

Assim sendo, em 2007, deu-se início ao processo de debate e preparação do texto da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR). (BRASIL, 2011).

O MDS, em 2008 publicou um documento apresentando a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, resultado das análises e discussões do GTI, instituído em 2006. Este documento objetivou “orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos” (BRASIL, 2008, p.2).

Como resultado das demandas dos movimentos sociais, apontadas no I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, como também dos debates do Grupo de Trabalho Interministerial, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

através das Secretarias Nacionais de Assistência Social (SNAS) e de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI),

> [...] iniciou a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada entre agosto de 2007 e março de 2008, em 23 capitais, independentemente de seu porte populacional, e em 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, totalizando um universo de 71 cidades brasileiras. Entre as capitais brasileiras, não foram pesquisadas: São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que haviam realizado levantamentos semelhantes em anos recentes, e nem Porto Alegre, que à época realizava, por iniciativa municipal, uma pesquisa dessa natureza. (BRASIL, 2011, p.18).

Esta Pesquisa teve como objetivo realizar um censo demográfico e traçar o perfil socioeconômico da população em situação de rua no Brasil. A partir dela foram identificadas: 31.922 adultos em situação de rua, o que equivale a 0,061% da população dos municípios pesquisados, 82% das pessoas em situação de rua são homens, 53% dos entrevistados possuem entre 25 e 44 anos. Foi identificado também que 88,5% não recebem qualquer benefício do governo. Entre os benefícios recebidos, destacaram-se a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (1,3%). (BRASIL, 2015). Vale ressaltar, que foram entrevistadas somente pessoas com 18 anos ou mais.

> Em 2009, no II Encontro Nacional sobre População de Rua, de posse dos resultados da Pesquisa Nacional, concluída em 2008, e das aprendizagens e experiências advindas do I Encontro Nacional e seus desdobramentos, foi estabelecida e validada a proposta intersetorial da Política Nacional para a População em Situação de Rua, consolidada por meio do Decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009, que institui, também, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População de Rua – CIAMP - Rua. (BRASIL, 2011, p.18).

A Política Nacional Para População em Situação de Rua (2009), tem como objetivos, dentre outros:

> Assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica; criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços; adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários; implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, Decreto nº 7053/2009, art. 7º, incisos I, IX, X, XI e XII).

Neste sentido, a aprovação da Resolução n° 109, de 11 de novembro de 2009, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que efetivou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, representa um avanço para a consolidação da oferta de serviços à população em situação de rua, no âmbito do SUAS, no sentido em que

estabeleceu parâmetros para a oferta de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade direcionados para diversos públicos, dentre os quais a população em situação de rua (BRASIL, 2011).

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), constituem-se serviços de Proteção Social Especial voltados para o atendimento à pessoas em situação de rua: PSE de Média Complexidade: Serviço Especializado em Abordagem Social e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; PSE de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas).

Para a efetivação do atendimento integral à população em situação de rua, a Política Nacional Para População em Situação de Rua (2009), foca na intersetorialidade como uma estratégia para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos da população em situação de rua nas diferentes políticas públicas, de maneira a compor uma rede que garanta a efetividade e a qualidade dos serviços ofertados. (BRASIL, 2011).

Vale ressaltar, o papel e a importância do Movimento Nacional da População de Rua, articulado à outros movimentos sociais, na construção dessa política, no sentido em que as suas lutas em defesa dos direitos humanos e sociais da população em situação de rua foram primordiais para que essa conquista fosse alcançada.

IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno popupulação em situação de rua enquanto uma expressão da questão social, é inerente ao capitalismo, no sentido em que, a questão social tem a sua base de produção e reprodução no processo de expansão e de acumulação de riquezas do capital, que expande e acumula também pauperismo e miséria.

Nesse sentido, advento do neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 1990, intensifica esse fenômeno, na medida em que, provoca inúmeras transformações no mundo do trabalho, como a intensificação do uso da força de trabalho, a diminuição dos postos de trabalho, ocasionando o aumento do desemprego, gerando um quadro de precarização das

condições e das relações de trabalho de parte expressiva da força de trabalho. (SILVA, 2009).

Além disso, o neoliberalismo que impõe os desenhos para as novas políticas sociais, transformando-as em privatistas, focalizadas e seletivas, o que compromete o atendimento a população em situação de rua, no sentido em que, não têm como preocupação a erradicação do fenômemo, apenas a sua administração, visto que, desarticuladas da política econômica, suas respostas não atuam na estrutura da sociedade, que na mesma medida que continua a gerar mais pobreza, gera e concentra riqueza.

Deste modo, a construção e instituição de uma política pública nacional direcionada à população em situação de rua, tendo o Movimento Nacional da População de Rua, articulado à outros movimentos sociais como protagonista nesse processo, representa um avanço, no sentido em que, materializa um escopo de direitos humanos e sociais, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, É.; MONTEIRO, R. de S.. **A Assistência Social como Política de enfrentamento da Pobreza no Brasil:** algumas problematizações a partir do Programa Bolsa-Família em Campos dos Goytacazes/RJ. Campos dos Goytacazes/RJ: Vértices, v.13, n.3, p.7-29, set./dez. 2011.

ARGLIES, M. dos S.; SILVA, V. R. da. **Assistência Social e População em Situação de Rua.** V Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 23-26 de Agosto de 2011. Disponível em: www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf Acesso em: 21/02/2016.

BEHRING, E.. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo. Cortez. 2008, p. 212-281.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social.** Resolução n° 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Resolução n° 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto Constitucional promulgado em 5 de Outubro de 1988, com a alteração adotada pela Emenda Constitucional n° 90/15. Brasília. Senado Federal, 2015. Disponível em: www.trtsp.jus.br/legislacao/constituicao-federal-emendas. Acesso em: 31/01/16.

BRASIL. **Lei n° 11.258, de 30 de dezembro de 2005**, que altera a lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2005.

BRASL. **Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993** e alterações posteriores dadas pela Lei n° 12.435, de 6 de julho de 2011. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, 1993 e 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. In: MDS, Série WWP Relatos de Uso de M&A. Brasília, 2015. Disponível em: https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Pesquisa-Nacional-sobre-a-Popula%C3%A7%A3o-de-Rua-Relato-de-Uso-WWP-_-PORT.pdf Acesso em: 06/06/17.

BRASL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado Para População em Situação de Rua**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, Maio de 2008.

BRASL. Presidência da República. **Decreto n° 7.053, 23 de dezembro de 2009**, que instituiu a Política Nacional Para População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

FREITAS, R. M. de. **População em Situação de Rua,** Decreto 7053/09, Políticas Sociais e Intersetorialidade. 4º Encontro Internacional de Política Social e 11º Encontro Nacional de Política Social, Vitória, 6-9 de Junho de 2016. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/download/12855/9425 Acesso em: 22/11/16.

IAMAMOTO, M. V.. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília (DF), ano 2, n.3, p.9-31, jan./jul.2001

MONTAÑO, C.. **Pobreza, questão social e seu enfrentamento**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2012, n. 110, p.270-287.

PEREIRA, C. P.; SIQUEIRA, M. C. A.. **As contradições da política de assistência social neoliberal.** In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.). Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SWOBODA, M.. **Ilha da Magia e as Trilhas da Criminalização da População em Situação de Rua.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

VASCONCELOS, A. M. de. **A/o assistente social na luta de classes:** projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

VIDAL, D. L. da C.. **Demanda reprimida: acesso aos serviços de saúde e serviço social.** Serviço Social e Sociedade, v.94, p. 132-153, 2008.

Yazbek, M. C.. **Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social.** Revista Serviço Social e Sociedade. N°68. Ano XIX. Assistência Social e Sociedade Civil. São Paulo: Cortez, 1998.

SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES E A "QUESTÃO SOCIAL" DO CRACK

Marcela Mendes Sales[46]

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir acerca da saúde mental do trabalhador na contemporaneidade, dando ênfase a questão das drogas em especifico a questão do crack. O trabalho busca analisar a realidade cotidiana dos trabalhadores sob a influencia da teoria marxista para explicar as questões reais e significados sociais em relação ao consumo das drogas na sociedade capitalista. O objetivo maior será em desvendar os elementos em que há por trás do consumo do crack. Trazendo a tona a degradante realidade que são submetidos os trabalhadores na sociedade.

Palavras chaves: Saúde Mental; saúde do trabalhador; capitalismo contemporâneo; drogas; crack

Abstract
The objective of this article is to discuss the worker's mental health, highlighting the problens involved in durgs and more specifically the crack. We seek to analyze, based on the marxist theory, the everyday reality of workers to explain the social meanings related to drug's consumption in the capitalist society. The greater goal is to unveil the elements underlying in the consumption of the crack, showing the grinding reality which workers are subject.

Keywords: mental health; worker's health; capitalism; drugs; crack

[46] Marcela Mendes Sales é Assistente Social graduada pela PUC-MG, especialista em Economia do trabalho e Sindicalismo pela UNICAMP e atualmente é mestranda em Serviço Social pela UFJF.
Email: marcelamsales@gmail.com
Eixo temático: **Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais.**

1. INTRODUÇÃO

O crack chegou ao Brasil no início da década de 1990, e não demorou para que surgisse e ganhasse fama uma ilha urbana de uso e distribuição desta droga: a "cracolândia", no centro da cidade de São Paulo. Este local logo atraiu a atenção da mídia, que, assim como ocorria nos Estados Unidos, de pronto associou o crack aos marginalizados, negros, "vagabundos" e violentos. Diferentemente da cocaína (seu principal componente), o crack nunca foi considerado uma droga de elite; por ter um preço mais baixo por grama, e por conter mais impurezas, ficou conhecido no senso comum como "droga de pobre". Não há dúvida de que os consumidores de crack, em sua maioria, são, realmente, pobres; mas isso não diz muito, pois também a maioria da população brasileira é igualmente pobre. Assim, a caricatura do usuário de crack como uma pessoa magra, suja e vagante, um mendigo (e potencialmente violento) não é capaz de explicar, de modo realista, o fenômeno do crack. O estigma sempre marca o usuário de crack: ao abordá-lo, a sociedade jamais enxerga a complexidade humana que leva uma pessoa ao vício. Pelo contrário, o que a opinião coletiva faz é substituir o indivíduo concreto por uma representação preconceituosa.

Ora, o consumo compulsivo das drogas pode ser também uma desesperada alternativa para suportar as adversidades do sistema de produção da sociedade capitalista, pois "quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si. Tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos (o trabalhador) pertence a si mesmo." (MARX, 2009).

As respostas dadas para a questão do consumo abusivo das drogas costumam fundamentar-se na ideologia da estrutura social, carregada de valores e crenças nela revertidos, e que prestam, ainda, para reproduzir e valorizar a dinâmica da sociedade moderna. Essa abordagem leva à recusa das contradições inerentes à própria sociedade capitalista. O esforço nesse estudo será, portanto, abordar, ainda que brevemente, a questão do crack sob os reflexos da dinâmica cotidiana da sociedade capitalista.

2. CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E RELAÇÕES DE TRABALHO

Marx busca analisar a sociedade do ponto de vista da economia política, que consiste na chave para a sua real compreensão (como apontado no Prefácio de 1859 e

igualmente no prefácio a 1ª edição d'O Capital e no posfácio da 2ª edição). Mas como se dá este processo de apropriação do real através da teoria?

Em primeiro lugar, parece ser correto começar pelo que há de mais real e concreto, o pressuposto efetivo de toda a sociedade (no caso, a população, sujeito de todo o processo econômico). Poderia aqui apontar, em primeira análise, a realidade mais aparente do cotidiano dos usuários de crack, como o sujeito marginal, vagante, criminoso ou como o doente e viciado, etc. No entanto, esse caminho seria falso, por levar a uma abstração, a uma representação caótica do todo que carece de seus elementos fundantes mais profundos. É necessário decompor este aparente início através de uma operação do pensamento, da análise desta realidade, buscando determinações cada vez mais precisas. Prosseguindo assim, vamos encontrando conceitos abstratos cada vez mais simples até alcançar aqueles mais abstratos e, por isso mesmo, mais gerais ou universalmente abstratos (é importante lembrar que abstrato equivale justamente ao mais simples, pouco determinado, em contraposição ao concreto, mais complexo). Portanto, a "questão social do crack" no presente estudo terá como base a análise da realidade cotidiana produzida pelo modo de produção da sociedade capitalista, ou seja, identificar a totalidade das relações sociais que implicam a vida dos seres-humanos.

Assim, para compreender a "questão do crack", em sua totalidade, é pressuposto, em primeira instância, desvelar a lógica do modo de produção capitalista que tem um único sentido: acumular mais e mais capital, o que exige a incessante revolução das técnicas e dos instrumentos produtivos.

O "crack" passa a circular na sociedade ao mesmo tempo em que ocorre o fim do ciclo expansionista da produção capitalista. Nesse período, final dos anos 80, início dos anos 90 do século passado, a instabilidade econômica foi intensificada "pelo primeiro choque do petróleo (1973) que provocou elevações abruptas de preços nas diversas economias nacionais (...)" (DEDECCA, 1997, p. 02). A indústria redirecionou suas estratégias de padronização em larga escala, introduzidas a partir do século XX pelo binômio taylorismo/fordismo para o biótipo do modelo japonês baseado nas demandas curtas e diferenciadas, em produzir as quantidades certas a serem vendidas e no tempo exato necessário. Diante desse quadro, o modo de acumular taylorista/fordista não dava mais conta por si só de manter a estabilidade do capitalismo.

O modo de produção capitalista se reorganiza em um ambiente de crise, as empresas foram estimuladas a investir em projetos de modernização, as chamadas "fábricas

do futuro",junto de uma nova configuração produtiva e de organização do trabalho. Segundo Dedecca, esse processo culminou em:

> (...) maior flexibilidade nos contratos, nas estruturas ocupacionais, nas jornadas de trabalho e nos sistemas de remuneração (...) permitindo o aumento da participação do emprego não sindicalizado e dos contratos temporários, em conjunto com modificações nos regimes e nas condições de trabalho (DEDECCA, 1997, p. 52).

Enquanto a economia capitalista se reorganizava, o crack, como um subproduto da cocaína, surge na sociedade. O crack começou a se espalhar no começo dos anos oitenta; em 1986 ele já era uma febre. A princípio, o crack atingiu consumidores das mais diversas camadas sociais; porém, diferentemente da cocaína, ele não conseguiria fincar raízes entre as classes altas. Sua popularidade encontrou mais respaldo entre pessoas "pobres", principalmente por ser uma droga mais barata que a cocaína. Os trabalhadores estavam vivenciando um período em que a economia não permitia a estabilidade dos empregos, emergindo assim uma gama de problemas no cotidiano em um duro processo de dispersão, coerção, desvalorização e intensificação da "questão social". O crack surge em meio a um período de forte mudança produtiva e intensa pauperização da classe trabalhadora.

> Não há apenas os empregos destruídos. Há também os empregos modificados. Habilidades pacientemente adquiridas são, para alguns, bruscamente desqualificadas, porque foram tornadas inúteis pelo movimento do braço do robô e da ferramenta afixada em sua extremidade. (CORIAT, 1989, p.15)

O novo modelo produtivo precarizou ainda mais as condições de trabalho; criou uma massa excluída do trabalho formal, um aumento exorbitante do "exército industrial de reserva", levando ao fim o sonho do "pleno emprego" tornando a vida da classe trabalhadora insegura e desvalorizada. Como nos lembra MARX,

> (...) a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua (...). Mas se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado (...). (MARX, 2008, p. 735).

Portanto, se o homem é valorizado (socialmente), sobretudo pelo seu trabalho remunerado, com o desenvolvimento da sociedade capitalista se intensifica a insegurança e a instabilidade no emprego, surgindo uma grave crise de esvaziamento da essência humana.

3. COTIDIANO DOS TRABALHADORES E SAÚDE MENTAL

Para sustentar a formação econômica capitalista é preciso um aparato estrutural capaz de organizar toda a sociedade de modo "racional, previsível e calculável". O modo de produção capitalista faz com que todas as esferas da vida estejam submetidas à divisão do trabalho especificamente capitalista. Com isso, o cotidiano torna-se cada vez mais funcional, e é somente a partir da essência dessa vida cotidiana que podemos compreender o movimento da humanidade de forma realista. Afinal, como nos lembra Agnes Heller:

> A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais "insubstancial" que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente.(HELLER, 2000. p. 17)

No capitalismo, essa vida cotidiana é determinada, sobretudo, por forças econômicas "abstratas", pelas tendências anárquicas do mercado, que não são passíveis de controle consciente pelo homem. Aparecem como obra do mero acaso, já que o movimento do mercado não possui outro sentido determinado que não seja a produção incessante do lucro. Isto porque a relação social entre os homens no mundo moderno se dá como diretamente econômica, com a produção, circulação e consumo de mercadorias servindo-lhes de mediação. A motivação dos indivíduos, portanto, é satisfazer suas mais variadas necessidades através do acúmulo e consumo de mercadorias.

Com efeito, as motivações dos indivíduos, além de serem determinadas objetivamente, por força da lógica inerente à formação econômica, passam também a serem reguladas através de normas sociais. No cotidiano do trabalho, por exemplo, o indivíduo deve possuir o espírito da competição, a vontade de ser bem sucedido, o que implica em ser dinâmico e eficaz na atividade técnica que executa. Por outro lado, esse sistema de trabalho gera inseguranças e incertezas que podem culminar em graves crises existenciais ou até mesmo em desejar o fim do sofrimento através do suicídio. Como descrito em pesquisas realizadas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, o suicídio é uma realidade entre trabalhadores.

> (...) aproximadamente 35 empregados da France telecom se suicidaram entre 2008 e 2009. Vários deles deixaram notas com queixas sobre a pressão que sofriam no trabalho. Um informe governamental de 2010 afirmou que a empresa havia ignorado o alerta dado por médicos sobre o impacto das políticas de reestruturação sobre a saúde mental dos trabalhadores. Na maioria dos países, o custo total dos acidentes

> e doenças relacionadas ao trabalho, inclusive os associados ao estresse, é muito alto. Por exemplo, na União Européia, estima-se entre 2,6 e 38% do PIB. Os estudos também sugerem que o estresse é a causa de entre 50 a 60% de todas as jornadas de trabalho perdidas, um enorme custo em termos de aflição humana, assim como de perda econômica. SeijiMachida, diretor do programa Safework da OIT, comenta: É provável que os organismos encarregados de fazer cumprir a lei, os inspetores do trabalho e os serviços de segurança de saúde contem com recursos limitados para exercer suas funções. O resultado disto pode ser um incremento pronunciado de lesões e mortes pelo estresse relacionado ao trabalho(OIT apud SILVA e HELOANI, 2017, p. 282).

O trabalho, na sociedade capitalista, não permite a construção de vínculos realmente humanos e coletivos. Por isso, toda aquela expectativa de segurança social muitas vezes costuma cair no vazio, mesmo com toda a rede de normas e burocracias que sustentam a organização do capitalismo. Neste sistema o indivíduo nunca deixa de correr o risco de ser o próximo a ser descartado, pois "Ferramentas não têm corpo vivo, nem sentimentos, nem necessidades psicológicas. Apenas devem funcionar de modo eficaz" (SILVA e HELOANI, 2017, p. 289). O abismo do insucesso está sempre por perto. A saúde dos trabalhadores, bem como o adoecimento mental, é parte dos reflexos da vida cotidiana no "mundo do trabalho". Por trabalho precário entendemos que seja um tipo de trabalho:

> (...) incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo. Exemplos de trabalho precário incluem atividades no setor informal e empregos temporários no setor formal. O trabalho precário não é novidade e existe desde o inicio do trabalho assalariado. No entanto, forças sociais, econômicas e políticas que têm operado durante várias décadas tornaram o trabalho mais precário no mundo inteiro (KALLEBERG apud SILVA e HELOANI, 2017, p. 284)

Esse modo de produção e reprodução da vida forma, por sua vez, indivíduos cada vez mais moldados pela ordem do capital, através de diversos mecanismos de coerção e convencimento, dos quais podemos destacar a necessidade econômica, a atuação do Estado e as normas e convenções sociais. O sistema capitalista mantém, sob constante tensão, os membros da sociedade aferrados às suas leis de conduta, coagindo, punindo e modificando aqueles que apresentam comportamentos "desviantes", aqueles "cidadãos incompletos".

> Todos esses acontecimentos convergem para a disseminação e ampliação dos vários tipos de acidentes de trabalho e dos sofrimentos da alma, daquilo que Gramsci muito bem designou e descreveu como nexo psicofísico. Ou melhor, aquele labor que devasta o corpo produtivo tanto em sua objetividade corporal e, portanto, concreta, quanto em sua subjetividade que luta pela autenticidade e pelo reconhecimento. A cidadania incompleta é responsável pelo afloramento da precariedade subjetiva. E esta, por sua vez, dialeticamente falando, não permite a constituição de relações intersubjetivas verdadeiramente autenticas. Além da pobreza, a discriminação – seja étnica, seja de outro tipo – em geral se torna acirrada nas competições do trabalho e pelo trabalho.(SILVA e HELOANI, 2017, p. 294)

O trabalhador contemporâneo é drasticamente atingido pela dinâmica do capital, uma vez que a vida cotidiana é forjada para satisfazer as necessidades econômicas e produtivas da sociedade. O mito do emprego, do trabalho como base para a dignidade do sujeito, nada tem a ver com a realidade. O desemprego, a rotatividade e o descarte de trabalhadores são bases fundamentais para garantir os lucros. Essa instabilidade impacta profundamente a "saúde mental, pois (...) concorrem para enfraquecer a autoconfiança e a autoestima, além de criar sensação de impotência e aumentar o medo." (SILVA e HELOANI, 2017, p. 294)

O mundo do trabalho raramente proporciona uma vida satisfatória. Há, portanto, uma separação entre a vida pública (para o trabalho socialmente necessário) e a vida privada. Seja por consequência do desgaste no trabalho, síndrome de burnout, ou pela busca em aguentar as exigências sociais, as bebidas alcoólicas, as drogas ou medicamentos psicotrópicos, costumam estar presentes na vida do trabalhador para amenizar a angústia e a insatisfação, como também para suportar as exigências físicas e psicológica do sistema de trabalho capitalista.

> Começa a tornar-se claro que precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente. (CASTEL, 1998, p. 517)

Os usuários do crack, como todos os seres humanos da sociedade capitalista, estão inseridos nos papeis estipulados no cotidiano, ou seja; "a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada (...)" (HELLER, 2008, p.18). As drogas aparecem como um dos mais frequentes meios de utilizar o tempo fora do trabalho ou para suportar a jornada de trabalho (seja ela formal ou informal). Entretanto, o "vício" que ela pode provocar por vezes ameaça a "normalidade" do indivíduo, a sua submissão ao trabalho e a vida cotidiana no capitalismo.

4. SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR E O CONSUMO DAS DROGAS: EM ESPECIAL O CONSUMO DO CRACK.

Na sociedade capitalista, explica-nos Marx, as pessoas não se relacionam entre si diretamente como seres humanos; elas se relacionam entre si através do universo de

produtos que encontram no mercado. Ou seja, a relação entre os seres humanos são mediadas pelas relações entre coisas. Isto deriva do modo como os bens materiais e culturais são produzidos numa sociedade capitalista: nascidos sob a forma de mercadorias, os objetos ganham vida autônoma em relação aos seus produtores e acabam transformando o mundo social à sua imagem e semelhança. Até o ser humano, cuja força vital é vendida no mercado de trabalho como uma mercadoria, tendo o preço determinado pelo jogo entre a oferta e a demanda acaba por tornar-se um objeto como qualquer outro. A "mercadoria ser humano" é a única que produz valor, e, também, a única que pode se emancipar da sua condição de mercadoria.

Essa emancipação, para ser completa, exigiria uma sociedade em que os homens controlassem diretamente a produção e não fossem mais controlados pela vontade do mercado. Enquanto isso não ocorre, a sociedade capitalista continuará aparecendo como aquilo que objetivamente ela é: uma rede em que as coisas se relacionam como pessoas, e as pessoas, como coisas. É este fenômeno que Marx nomeou como "fetichismo da mercadoria":

> A forma mercadoria, e a relação de valor dos produtos do trabalho que tomam corpo nessa forma, não tem absolutamente nenhuma conexão com o seu caráter físico nem com as relações materiais que derivam deste caráter. O que há é uma relação social concreta estabelecida entre os homens, mas que assume, aos seus olhos, a forma fantástica de uma relação entre coisas. Por isto, no intuito de encontrar uma analogia a este fenômeno, devemos recorrer às regiões nebulosas do mundo religioso, onde os produtos do cérebro humano aparecem como seres independentes, dotados de vida própria, e se relacionam tanto entre si quanto com a raça humana. Assim acontece no mundo das mercadorias com os produtos das mãos dos homens. A isso eu chamo o fetichismo que se adere aos produtos do trabalho tão logo são produzidos como mercadorias, e que é inseparável, por conseguinte, deste sistema de produção de mercadorias. (MARX, 1970, p. 81)

Assim, no capitalismo, os objetos úteis adquirem uma aparência misteriosa, mas esse mistério não está relacionado com as propriedades físicas intrínsecas da coisa, ou seja, não estão relacionados ao seu *valor de uso* (propriedades físicas de cada coisa que serve para satisfazer determinadas necessidades humanas) e sim com a forma específica que estes produtos assumem na sociedade capitalista: a forma mercadoria. Um dos efeitos misteriosos que decorre desta forma, mas que existe objetivamente na realidade mesma, é essa sensação de que as mercadorias são capazes de assumir características humanas, com vontades e caprichos próprios. Isto ocorre porque, no mundo objetivo do capitalismo, há uma independência real das mercadorias em relação aos produtores: o mercado proporciona a relação delas entre si, que então agem como objetos com vida própria. O

homem parece valer menos que os objetos produzidos para consumo; estes se transformam nos verdadeiros sujeitos da sociedade.

As drogas psicoativas aparecem como uma, entre tantas mercadorias. Poderá ser consumida para servir a diversos fins, entre eles, o lazer (como uma mercadoria que poderá proporcionar alívio, liberdade, prazer), para abafar a angústia e o stress, ou até mesmo para suportar o ritmo exigido pelo trabalho. Em contrapartida, o uso compulsivo dessa mercadoria poderá ameaçar a subordinação do trabalhador às exigências do capital, podendo provocar dificuldades no cumprimento dos papeis sociais, como manter, ou conseguir um emprego formal, ou minimamente duradouro. A droga aparece como fim último, o grande "mal", capaz de "desvirtuar" os homens de seu cotidiano, torna-se um ato de "transgressão" impulsionado por uma única mercadoria, a droga. Como nos explica Agnes Heller:

> A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação. Por causa da coexistência "muda", em-si, de particularidade e genericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente. Embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares. Na cotidianidade, parece "natural" a desagregação, a separação de ser e essência. Na coexistência e sucessão heterogêneas das atividades cotidianas, não há por que revelar-se nenhuma individualidade unitária; o homem devorado por e em seus "papéis" pode orientar-se na cotidianidade através do simples cumprimento adequado desses "papéis". A assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes pode converter-se por si mesma em conformismo, na medida em que aquele que as assimila é um indivíduo sem "núcleo"; e a particularidade que aspira a uma "vida boa" sem conflitos reforça ainda mais esse conformismo com a sua fé. (HELLER, 2008, p. 37*).*

A vida cotidiana na sociedade capitalista é marcada pela busca incessante em sobreviver ao ritmo da produção. Com a reestruturação produtiva as relações de trabalho tornaram-se mais instáveis, os trabalhadores estão mais sujeitos ao descarte e a exclusão no universo formal do trabalho. Para sobreviver o trabalho informal desponta como uma atraente alternativa. Ocorre uma massa de subempregados e a permanente possibilidade da contratação de bicos, ou seja, trabalhos ocasionais a baixíssimo custo. A droga crack parece se alojar principalmente entre os seres-humanos pertencentes aos mais baixos degraus da hierarquia social.

> O trabalho como se verificou ao longo deste percurso, é mais que o trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco. Também a característica mais perturbadora da situação atual é, sem duvida, o reaparecimento de um perfil de "trabalhadores sem trabalho" que Hannah Arendtevocava, os quais, literalmente, ocupam na sociedade um lugar de supranumerários, de "inúteis para o mundo". (CASTEL, 1998, p. 496)

O novo modelo de trabalho reduziu ainda mais as condições de trabalho; criou uma massa de trabalhadores que buscam a todo tempo formas de sobreviver. Assim, o trabalho informal representa o modo mais frequente de obtenção de recursos. Isso jamais implica, porém, que esses sujeitos estejam excluídos das determinações do modo de produção capitalista, mas apenas que se inserem em formas renovadas de precariedades e degradação no interior da própria sociedade.

Segundo a matéria retirada do jornal Rede Brasil Atual "Para abafar a angústia e produzir mais, canavieiros se perdem no uso do crack", trabalhadores fazem uso constante do crack, principalmente para aguentar o ritmo acelerado da produção.

> O avanço do vício é classificado por especialistas como uma "válvula de escape" diante das condições extenuantes de trabalho. Seria a busca pela sensação do estímulo físico proporcionado inicialmente pelo crack. No canavieiro, onde ganha pela quantidade colhida, são exigidas 12 a 15 toneladas ao dia. O uso da força física, com o aumento da produtividade, é imprescindível nesse sistema de corte, onde não se avançou em termos de instrumentos de trabalho. (CRUZ, 2013, p.01).

As drogas aparecem como um dos mais frequentes "escapes" à realidade, mas o "vício" que ela pode provocar por vezes ameaça a "normalidade" do indivíduo (sua subserviência ao trabalho capitalista). Assim a droga, que a princípio representa um distanciamento momentâneo, a busca de um "gozo" que não se encontra no mundo do trabalho, ou apenas um "estimulo para dar conta do trabalho", pode mais tarde se converter em um "mundo" à parte, com o "dependente" vivendo em função da droga, que então se converte no principal "sentido" da existência. Isto não produz uma nova escala de valores: a droga não necessariamente representará uma ideologia de crítica e combate ao sistema. Como relatado na matéria sobre o incêndio provocado pelas revoltas dos trabalhadores na usina de Jirau, publicada pela revista Piauí em 2011.

> Muitas vezes, o álcool é a única válvula de escape em ajuntamento de migrantes que trabalham intensamente, em meio a estranhos. Como a circulação de bebida é proibida no canteiro, muitos recorrem às mais inventivas ideias para burlar a fiscalização. Nesses canais, circulam também drogas ilícitas.
> O carpinteiro Giovani é testemunha disso. "A droga rola solta, não tem nem o que esconder", disse. "A vigilância sabe, mas não dá conta." Marcio Pedroza lembrou o caso de um falso pastor, que trabalhava durante o dia e fingia pregar durante a noite, próximo ao alojamento dele, para poder traficar. "A segurança queria que os peões entregassem o traficante", disse. "Só que muitos tinham medo de que a pessoa que estava vendendo droga os matasse."
> O soldador José Raimundo contou que a droga passava pela vigilância com mais facilidade do que o álcool. "Não sei quais eram as drogas mais comuns, porque eu não uso, não conheço essas coisas. Mas sei que tinha maconha, porque a gente sentia aquele cheiro", explica. Conforme a proximidade dos seguranças, o consumo podia ocorrer nos próprios alojamentos. Crack e cocaína foram citadas pelos peões como as drogas mais difundidas no canteiro. (FUJITA, 2011).

Por isso, erradicar as drogas parece tarefa utópica no mundo atual. Fato é que os usuários das drogas ilícitas, entre elas o crack, são produtos inevitáveis do capitalismo. É imprescindível abordar a "questão social do crack" considerando a dinâmica da sociedade capitalista e não com análises superficiais. As drogas psicoativas também podem ser um estimulo para suportar as condições precárias e desumanas da esfera do trabalho, logo de toda a vida cotidiana.

5. CONCLUSÃO

Nossa intenção aqui foi dar o primeiro passo para contextualizar e interpretar esse fenômeno tão citado pela mídia e em diversas pesquisas: o consumo do crack e as consequências "alarmantes" para a sociedade e seus "cidadãos". Para tanto, é fundamental que haja analises que tragam à tona as reais dimensões do uso da droga crack na vida do usuário.

As relações humanas e o trabalho são cada vez mais desprovidos de sentido e a fuga através das drogas pode se colocar como uma alternativa. Com efeito, foram feitos breves comentários sobre questões centrais como a do trabalho automatizado e alienado e sua precarização. A partir dessa análise, identificamos a inserção do sujeito usuário de crack no cotidiano do trabalho contemporâneo, seja ele formal ou informal. Os usuários dessa droga, não estão fora da cotidianidade estipulada no sistema de relações sociais, mas vivenciam obstáculos a mais para permanecer empregado, conseguir um trabalho, ou simplesmente não regressam ao universo do trabalho. O esforço inicial do presente estudo é demonstrar que o usuário dessa droga é parte do sistema capitalista e que a lógica objetiva do capitalismo sempre exerce influência sobre as escolhas subjetivas (sejam estas conscientes ou inconscientes).

REFERÊNCIAS

CASTEL. R. **As metamorfoses da questão social**. **Uma crônica do salário.** RJ: Vozes, 1998.
CORIAT, Benjamim. **A revolução dos robôs: o impacto socioeconômico da automação.** São Paulo, editora: Busca Vida, 1988.

CRUZ, L. **Para abafar a angustia e produzir mais, canavieiros se perdem no uso do crack**. Rede Brasil Atual, 2013. Recuperado em 27/08/2017. Disponível em: http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/68/crack-no-canavial

DEDECCA, C,S. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado** (2ª edição) 2005. Campinas/SP: UNICAMP. IE (Coleção Teses).

_____. **As ondas de racionalização produtiva e as relações de Trabalho no capitalismo avançado**. Revista Economia e Sociedade, Campinas, 1997

DUNLOP, Jonh. **Sistemas de Relações Industriais**. Edic. Peninsula. 1978

FUJITA, F. **Fogo na Usina do desenvolvimento acelerado. A grande revolta dos peões de Jirau.** Revista Piauí, edição 56, 2011. Recuperado em 27/08/2017. Disponível em: http://piaui.folha.uol.com.br/materia/fogo-na-usina-do-desenvolvimento-acelerado/

GOFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Ed. Paz e Terra: São Paulo. 2000

HENRIQUE, Wilnês. Economia e trabalho: Textos básicos. **Questão social e políticas sociais do Brasil**. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos.** São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

_____. **O capital**. **Critica da economia política**. Livro I. 8. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. **O capital. Critica da economia política.** Livro II. 22 ed. RJ: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Grundrisse.** 1 ed. RJ: Boitempo, 2011.

REICHSTUL, Henry-Philippe e GOLDENSTEIN, Lídia. **Sessenta Anos de Economia.** Gazeta Mercantil, 29 de abril, 1980.

SILVA, Edith Seligmann. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo.** 1 ed. SP: Cortez, 2011.

SILVA, E. S; HELOANI, R. **Precarização – impactos sociais e na saúde mental**. In: NAVARRO, V.L; LOURENÇO, E. A. S. (ORGS). **O avesso do trabalho IV**. Terceirização. Precarização e adoecimento no mundo do trabalho. 1 ed. SP: Outras expressões, 2017.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Geíza Taianara[47]
Robson Luiz Marques da Silva[48]

RESUMO

Entender quais e como são implementadas as políticas sociais, onde esta população se organiza, quais seus desafios no município de Juiz de Fora são uns dos nossos objetivos. Não seremos prepotentes ao bastante para afirmar que este artigo teria condições de trazer toda a realidade de vida da população em situação de rua, no entanto utilizaremos dados do diagnóstico da população em situação de rua do município de Juiz de Fora apresentado pelo atual governo no ano de 2016, além das experiências empíricas adquiridas na práxis profissional para aproximarmos um pouco da realidade.

Palavras Chaves – População em situação de Rua, política social, periferia, substancias psicoativas, políticas públicas.

ABSTRACT

Understand which and how the social politics are implemented, where this population organize themselves, which are their challenges in Juiz de Fora county are our goals. We will not be prepatent enough to claim that this article would have conditions to bring all the reality of population lives in street situation, however we will use diagnostic data of the population in street situation in Juiz de Fora county introduced by the actual government in the year of 2016, beside the empirical experience acquired in the professional praxis for approach the reality a little bit.

Key words – Population in street situation, social politic, periphery, Juiz de Fora, psychoactive substances, public politics.

[47] Assistente Social, formada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora no ano de 2015, email gizajf@yahoo.com.br eixo temático Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais: A ofensiva do capital e as questões das minorias e suas lutas sociais.

[48] Graduando da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, email robsonmarques14@yahoo.com.br eixo temático Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais: A ofensiva do capital e as questões das minorias e suas lutas sociais.

I - INTRODUÇÃO

Segundo o decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009 que regulamenta a Política Nacional da População em Situação de Rua, esse grupo populacional heterogêneo, permeado de fatores individuais como cor, raça, cultura, religião, sexo, faixa etária, entre outros, encontra como hegemonia a pobreza extrema, vínculos familiares frágeis ou rompidos, ausência de moradia convencional regular, utilizando os espaços públicos, incluído áreas degradadas, para moradia e forma de sustento, seja permanente ou temporário, assim como realizando o uso de unidade de acolhimento para pernoite, temporariamente ou como moradia provisória.

A população em situação de rua no pensamento Marxista é na verdade uma parcela do exército industrial de reserva "qualificada por Marx como pauperismo oficial – aquele segmento da classe trabalhadora que perdeu a base da obtenção de seus meios de vida, isto é, a venda de sua força de trabalho". (IAMAMOTO, CARVALHO, 2013, p.110).

Eles são "produtos" de uma inexpressiva política social; da ausência do Estado e do sistema capitalista. No período embrionário do Serviço Social, alguns profissionais adotaram discursos do pensamento liberal da burguesia agrária, onde diziam que as políticas sociais são geradoras do ócio e do desperdício, Behring e Boschetti (2014) em uma de suas obras traz um esboço deste pensamento, alegavam que a ajuda do estado através dos seus programas poderia desestabilizar o mercado.

> As políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício. Para os liberais, o Estado não deve garantir políticas sociais, pois os auxílios sociais contribuem para reduzir a miséria, desestimulam o interesse pelo trabalho e geram acomodação, o que poderia ser um risco para a sociedade de mercado. (BEHRING, 2014, p. 62).

Silva (2009) possui uma conceituação de população em situação de rua em diversos aspectos, sendo sociais e econômicos:

> Grupo populacional heterogêneo, mas que possui, em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues e abrigos para pernoitar, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias (SILVA, 2009, p. 136).

Para Silva (2006) a situação de rua compõe um fenômeno multifacetado, que pode englobar fatores estruturais como problemas nas políticas de habitação, desemprego, crises financeiras, assim como também pode incorrer fatores biográficos, tais como uso abusivo de substâncias psicoativas, doenças mentais, rompimentos de vínculos sociais, familiares e comunitários; não sendo possível aborda-lo de maneira unívoca e monocausal. O fenômeno está vinculado ao modo como se estrutura a sociedade capitalista, constituindo-se como "expressão radical da questão social'', avolumando-se nas áreas urbanas centrais.

O fenômeno citado consiste ainda em um acirramento das vulnerabilidades sociais presentes em nosso modelo societário, que associado a vulnerabilidades relacionais e dificuldade de acesso ou ausência de políticas públicas eficaz, culmina em um processo de agravamento da questão social. Todo o esforço em superar os desafios postos por esse fenômeno durante a trajetória histórica do nosso país resultou em políticas assistencialistas, paternalistas e de higienismo. Em âmbito nacional vivenciamos não apenas uma fragilização das políticas existentes para a população em situação de rua, assim como uma retomada das políticas higienistas, como a retirada desta parcela da sociedade dos espaços públicos ocupados por estes, a retirada de pertences e a internação compulsória de pessoas em situação de rua em instituições de tratamento para uso abusivo de substâncias psicoativas.

Atualmente, a Política Nacional de População em Situação de Rua busca garantir os direitos humanos as pessoas nesta situação, para que estes indivíduos tenham preservadas a sua dignidade e individualidade, englobando não apenas a política de assistência social, como a política de saúde e educação, propositando que os governos estaduais e municipais efetivem ações que possibilitem o acesso destas pessoas a direitos fundamentais como a alimentação, a saúde, a cultura, a educação, a habitação, e ao trabalho. Porém mesmo com esse aporte jurídico a garantia desses direitos se encontra fragilizada, muito por ainda haver uma certa naturalização da miséria como aponta os defensores do pensamento liberal.

> Os liberais veem a miséria como natural e insolúvel, pois ocorre da imperfectibilidade humana, ou seja, a miséria é compreendida como resultado da moral humanas e não como resultado do acesso desigual à riqueza socialmente produzida. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 62)

Tratando de âmbito local, o município de Juiz de fora desenvolveu ações relevantes para o avanço na implementação das diretrizes da Política Nacional para a População em situação de rua. Infelizmente nem todas as ações foram exitosas, como veremos adiante, com a criação de fóruns e comitês, importantes espaços de participação e controle social

que se encontram esvaziado, sem cumprir efetivamente seu objetivo. No entanto recentemente ações de mapeamento e sistematização de dados acerca da população em situação de rua de juiz de Fora trouxeram grandes expectativas quanto a revisão e adequação da maneira que vem sendo aplicada as políticas públicas presentes no município e os equipamentos disponíveis para atender o público citado.

A Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Juiz de Fora mobilizou diversos atores sociais e organizações em prol de traçar um perfil destes usuários em 2016, apresentando o que foi denominado como "Diagnóstico da população em Situação de rua". A iniciativa contou com a coordenação de um assistente social do governo municipal e também de um sociólogo.

O documento resultante deste trabalho foi dividido em três partes, sendo a primeira denominado Grupo A referindo aos que dormem efetivamente nas ruas, o segundo Grupo B refere-se aos que pernoitam em serviços de acolhimento e o terceiro Grupo C os que sobrevivem das ruas, mas que retornam para casa configurando pessoas que estão em extrema pobreza com necessidade de sustento vinculado à rua.

Dentro destes grupos os indicadores analisados foram sexo, faixa etária, cor, escolaridade, vínculo familiar, motivos para estarem em situação de rua, tempo de permanência nas ruas, não adesão ao acolhimento, trabalho, situação de mendicância, acesso a benefícios, participação em movimentos sociais, se já foram abordados por equipe, sobre o uso de substâncias psicoativas, exposição à violência, se possuem documentos pessoais e acesso à alimentação.

II - O PERFIL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM JUIZ DE FORA

O documento é "reflexo" de uma premissa do dec. 7053/2009[49], nele encontra-se a informação da presença de 979 pessoas vivendo em situação de rua no município. A última contagem realizada pelo IBGE em 2010 apontou 608 pessoas nesta situação (o próprio diagnóstico informa que os dados foram coletados a partir de amostras e análises diferentes não permitindo vinculação entre eles).

[49] São Objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua: I - Instituir a contagem oficial da população em situação de rua; [...]; IV- produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à População em situação de rua. (BRASIL. Decreto 7.053/2009).

Deste número apresentado 242 pessoas dormem efetivamente na rua, ou seja, não possuem qualquer acesso a serviços de acolhimento específicos para este público, como albergues, abrigos, casa de passagem, sendo que 67,3% destes estão localizados no centro da cidade, este grupo se configura como o que encontra-se em maior vulnerabilidade, tendo maior incidência de violência, uso abusivo de substancias psicoativas, menor percentual de acesso a políticas públicas de transferência de renda, e benefícios. Os motivos para não aderir aos serviços de acolhimentos são vários, desde uso de substancias psicoativas, inadequação ás regras, falta de privacidade nesses serviços, até complicações em relação a permanência de casais, animais de estimação e carrinhos de catadores nesses ambientes.

A varredura constatou 141 pessoas pernoitando em serviços de acolhimento, sendo este grupo o que mais tem acesso a políticas pública, menor incidência de uso abusivo de substancias psicoativas, maior acesso a direitos fundamentais como alimentação, educação, saúde, e o que menos sofrem violações, no entanto assim como os demais padecem pela ausência de políticas públicas voltadas para esta população.

Os que sobrevivem da rua, mas possuem moradia, podendo ocasionalmente pernoitar na rua, mas constantemente retornam para casa, totalizam segundo a amostra 496 indivíduos, consistindo a maior parcela apresentada, rompendo com o pensamento do senso comum que vincula a população em situação de rua com ausência de ocupação ou inatividade e improdutividade. Este grupo apresenta também um índice menor de violações, maior acesso a direitos, como documentos pessoais.

Nos três grupos observou-se uma preponderância do sexo masculino, e maior concentração no espaço territorial do Centro urbano de Juiz de Fora. Todos os grupos apresentaram baixo índice de participação em movimentos sociais.

Sabemos que não consistia como um dos objetivos do diagnóstico apresentar a diferenciação de noção territorial da população em situação de rua, porém essa observação torna-se importante para a compreensão do texto à medida que a noção territorial da pop/rua ocorre distintamente da noção territorial do restante da população urbana. O fator territorial para estes se vincula mais fortemente com a construção de identidade e a forma que esses indivíduos se organizam nos espaços territoriais e como se locomovem por eles. Observa-se que a população em situação de rua desenvolve grande mobilidade entre bairros distantes que lhes são identitários.

No entanto apesar de não identificar a noção territorial e os vínculos que a população em situação de rua desenvolve com o território em que se identifica, nos

resultados apresentados não houve nenhuma crítica acerca da concentração dos serviços socioassistenciais para a população em situação de rua nos espaços urbanos centrais. Os equipamentos, segundo documento, estão localizados onde há maior concentração da população em situação de rua, mas é preciso aprofundar os estudos acerca dos motivos e formas de migração desta população para os pontos centrais da cidade, a fim de compreender essa concentração, uma vez que a instalação dos equipamentos à eles destinados somente nesses pontos da cidade dificulta o acesso dos que se encontram nos pontos periféricos, muitas vezes tornando-se motivação para uma migração para a área central, e consequentemente dificulta a efetivação de relevantes diretrizes da Política de população em situação de rua, quando esta menciona fortalecimento de vínculos e disponibilidade de projetos culturais.

Apesar de não identificar as origens territoriais das pessoas entrevistas, nossa participação em espaços destinados a esse público nos pode revelar que a população em situação de rua em sua grande maioria é originária das áreas periféricas e rurais, exercendo por múltiplos fatores migração para as áreas centrais.

Convém mencionar que a concentração da população em situação de rua nos espaços centrais não é um fator que deva ser pensado a partir de uma política higienista de desapropriação do direito de uso destes espaços, mas a crítica se refere a necessidade de mobilidade destas pessoas para áreas fora da sua origem a fim de acessar direitos que poderiam ser alcançados nos espaços territoriais com que elas já estabeleçam identidade. A possibilidade de acessar esses direitos em equipamento próximos as suas origens identitárias não é fator excludente de que haja atendimento nas regiões centrais e urbanas.

A necessidade de criação de equipamentos de interesse da pop/rua em áreas periféricas vem sendo mencionados nos conselhos de direito que tratam dos assuntos desse público, uma vez que regiões como a do bairro Benfica, ficam totalmente descobertas de atendimento. O Conselho de Segurança Alimentar do município de Juiz de Fora, criado em junho de 2003, vem apresentando profundas críticas ao descumprimento legal da construção de um restaurante popular que atenda a região, equipamento de importante acesso ao direito à alimentação da população em situação de rua. O restaurante popular localizado na região central de Juiz de Fora hoje realiza em média segundo informações da SDS cerca de 2600 atendimentos por mês à pessoas em situação de rua com distribuição de marmitas, exigência garantida por lei LEI 12691/2012.

Outro apontamento deste conselho, que conta com conselheiros integrantes da população em situação de rua é a necessidade da construção de uma unidade de acolhimento na região norte, que também não possui este serviço, permitindo um alto grau de vulnerabilidade aos que se encontram em situação de rua naquela região.

O cumprimento da diretriz que trata do fortalecimento de vínculos na PNPSR poderia alcançar maiores resultados se a permanência na sua origem territorial fosse preservada, assim como a efetivação de projetos culturais para a população em situação de rua teria mais êxito se fossem realizados junto à comunidade de origem, permitindo a construção de identidade, fortalecendo vínculos comunitários.

Apesar da sua relevância esses apontamentos não foram abarcados no documento originário da varredura, e a quantidade de pessoas em situação de rua presentes na zona norte mostrou pouca expressividade diante das observações dos próprios integrantes que participam de diversos espaços de mobilização social.

Conforme a disposição territorial dos equipamentos públicos prestados à população em situação de rua, o diagnóstico sinaliza que todo o grupo que utiliza de unidades de acolhimento, encontram-se na região central, onde se localiza o Centro POP, a Casa da Cidadania, o Núcleo do Cidadão de rua, e a Casa de Passagem para Mulheres. Não contempladas no documento, com apenas uma exceção, as entidades não governamentais que prestam serviços para a população em situação de rua em Juiz de Fora também voltam seus atendimentos para a área central, conforme observação que fizemos durante nosso acompanhamento a esse público.

Os CRAS e CREAS, equipamentos primordiais de acesso as políticas de assistência social, apresentou um número significativo de reprovação por parte desses indivíduos, segundo amostra do Diagnostico da Pop/rua, configurando um impasse ao acesso de direitos assistenciais.

É importante que estes equipamentos tenham seus atendimentos, seu formato de funcionamento e a forma de acesso repensados para que venham cumprir os objetivos e diretrizes estabelecidos na política nacional de população em situação de rua, assim como os objetivos da Lei Orgânica da Assistência Social. Os motivos geradores dessa reprovação não foram abordados no documento, se mostrando importante objeto de estudo para o avanço no cumprimento das políticas públicas para a população em situação de rua. Apesar de não haver apontamentos quanto a estes dados nos documentos, entendemos que esse fato não pode ser ignorado para essa análise, uma vez que são porta de entrada para

inúmeros direitos e serviços da assistência social - área de relevante incidência nos atendimentos à pop/rua, também responsável por produção de conhecimentos sobre essa população para construção de políticas públicas eficazes.

Durante o período de nossa compilação dos dados observamos que nos meios de comunicação e nas redes sociais tem se intensificado diversas reclamações por parte da população urbana central, trabalhadores e comerciantes no que se refere a permanência destes nos espaços públicos localizados no centro.

Este incômodo associa-se a uma falsa percepção de que a população em situação de rua não exerce nenhuma ocupação, apropria-se indevidamente do espaço público, traz "poluição visual" prejudicando a circulação de pessoas, a atividade comercial, demonstrando um preconceito e uma criminalização deste público.

Um indicador importante deste diagnóstico aponta que 496 pessoas em situação de rua são motivadas pela questão da subsistência exercendo atividades como flanelagem, catador de materiais recicláveis, engraxates, profissionais do sexo, artistas de rua, vendedores em sinais, carga e descargas de materiais. Estes dados vêm desmitificar a falsa percepção popular de que estes indivíduos não possuem ocupação. O que vemos na realidade é um grande exercício de atividades informais, dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal por inúmeras razões, sobressaindo escolaridade, falta de experiência e falta de documentos.

Esse desconhecimento por parte da população urbana de juiz de fora acerca das políticas públicas e equipamentos voltados para o atendimento à população em situação de rua vem derrubar o argumento apresentado pelos entes políticos nos mais diversos espaços de participação social, de que o município possui uma política eficaz e de referência para a população em situação de rua. A política nacional da população em situação de rua prevê a construção de conhecimento[50] e levantamento de dados como também a socialização desses indicadores, no entanto o crescimento deste preconceito sinaliza um profundo desconhecimento das políticas públicas, da dinâmica de vida e dos fatores que permeiam este público.

Há um discurso das entidades, organizações e órgãos públicos que prestam serviços para esta população no município, de que a falta de adesão aos programas, projetos e

[50] Nas diretrizes da Política Nacional da População em Situação, VI - Elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população em situação de rua; VII - Sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua;

serviços a eles destinados é consequência de uma inadequação às regras institucionais. Esse conceito também foi abordado como pergunta no diagnóstico da população em situação de rua, apresentando como um dos fatores motivacionais para a "não adesão" aos serviços de acolhimento, a inadequação as regras. O que se observou durante nossa participação nos mais diversos espaços é que estes serviços não foram construídos junto à essa população, ouvindo suas lideranças, mas sim a partir de orientações, anseios e propostas pré-concebidas por estas instituições. O diagnóstico apesar de não vincular a inadequação às regras, a uma aplicação equivocada da política nacional, aponta algumas ações que fundamentam esse pensamento. Na sistematização dos dados, o documento apresentou como resultado, a necessidade de adequação dos equipamentos de acolhimento para recebimento de casais, animais e carrinhos de coleta de materiais recicláveis.

Como citado, não houve contemplação das instituições filantrópicas no documento, mas a mesma dificuldade quanto à adesão aos programas oferecidos foi observada durante a participação nesses espaços, uma vez que os serviços são pensados segundo disponibilidade e anseios institucionais, muitas vezes são dados aos assistidos em forma de ajuda e não de direito. Observa-se que não há uma preocupação em adequar os horários de atendimento, as propostas, os instrumentos, as equipes, de acordo com as necessidades desse público. Ao final desse processo toda rejeição apresentada ao serviço é intitulada de incapacidade de adequação as regras institucionais, contribuindo para a criação de mais um estereotipo/estigma em relação a essa população.

Este pensamento de adequação por parte dos usuários as regras propostas, foram propagadas por uma parcela de assistentes sociais que traziam consigo as bandeiras tradicionais da burguesia agrária brasileira, segundo Iamamoto (2013).

Percebemos que ainda há resquícios da cultura de culpabilizar o indivíduo, prática esta que fora empregada desde o período embrionário do serviço social, segundo Iamamoto (2013, p. 217) [...] "o proletariado também é responsabilizado pela situação "anormal" ou "patológica" de sua condição de vida. O proletariado visto como portador de uma "ignorância natural", fruto de um "baixo nível cultural e fraca formação moral"".

O documento apresenta um inexpressivo índice de participação da população em situação de rua em movimentos sociais. O esvaziamento dos espaços de controle social relacionados às pautas da população em situação de rua, tem sido alvo de discussões no município. O Fórum de População de Rua, um importante espaço democrático, criado em

2004 para discutir as políticas públicas destinadas a essa população, conforme dados disponibilizados no site da prefeitura de Juiz de Fora – tem por objetivo encaminhar as pautas para o Comitê Intersetorial de População em Situação de Rua - esteve durante mais de 07 meses sem um representante formal da população em situação de rua, que nesse espaço era ocupado com a nomenclatura de Presidente do Fórum. O presidente eleito pela população em situação de rua para o mandato de 2017, afastou-se do cargo e nenhum outro desejou assumi-lo de imediato, demonstrando necessidade de profundas mudanças nesse formato de representação, uma vez que a nomenclatura presidência traz a conotação de detentor de poder, mas o espaço tem autonomia relativa, já que se apresenta como consultivo, e não deliberativo.

A indisponibilidade de um integrante da população em situação de rua para assumir o cargo foi alvo de discussões no fórum, que esteve em modalidade itinerante, passando por diversas instituições em que há a participação desse público. Um dos apontamentos feitos, foi a expectativa dos demais integrantes da população em situação de rua em relação ao cargo de presidente do fórum, o que culmina em profunda cobrança por parte destes, à pessoa que está exercendo o cargo.

Umas das alternativas foi de mudança da nomenclatura “presidente’’ e de um mandato ainda mais democrático, sendo exercido por mais de um representante, porém mesmo com as propostas apresentadas, os representantes da sociedade civil e do governo entendem que é necessário fortalecer o espaço e a população em situação de rua para uma efetiva posição nesse cargo, bem como ampliar o conhecimento da “pop/rua” em relação a esse espaço, as suas competências e limitações.

Conforme dados apresentados em entrevista do Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Sociais veiculada na TVE em 13 de dezembro de 2016, a construção do Fórum foi um importante avanço, uma vez que Juiz de Fora foi pioneira como município do interior no atendimento a essa exigência da Política Nacional da Pop/Rua. No entanto, apesar de notório avanço, ressalvamos que a construção desse espaço sem a compreensão dos objetivos e necessidade de participação por parte da população em situação de rua, torna-o obsoleto.

O interesse pela participação desse público necessita ser mitigado, e não há no município ainda um direcionamento ou proposta de trabalho conjunto das organizações que os atendem para fomentar a participação nesse importante espaço democrático de controle social disponível para interesses da população em situação de rua. É necessário pensar a

construção desses espaços junto a população em situação de rua para que este não seja mais um aparelho em que esse público tenha um papel coadjuvante[51].

Apesar do diagnóstico não identificar quais são as instâncias de participação social que tratam das pautas especificas deste público, notamos que existe um movimento de esvaziamento destes espaços com grande dificuldade de mobilização e de continuidade da participação desta parcela da sociedade, dificultando a garantia de um espaço democrático de debate e ainda a ausência de informações da realidade vivida por esta população.

Por último, um importante equipamento de acolhimento institucional da cidade, foi duramente reprovado nas entrevistas coletadas no diagnóstico. O equipamento já foi alvo de ações dos Direitos Humanos, e de críticas substanciais, apesar de todo o esforço da diretoria em manter o mínimo de adequação as exigências legais. O imóvel disponível para prestação do serviço de acolhimento desta unidade pela PJF não permite ventilação necessária, não comporta o contingente de pessoas a serem acolhidas, apresenta dificuldades de infraestrutura, entre outros fatores, no entanto, apesar dos diversos apontamentos, não há conhecimento de movimento para a transferência desta unidade para outro espaço físico.

Motivo de constantes vigilâncias, o espaço já foi tomado por “muquiranas’’ e interditado durante o final do ano de 2016. Apesar de todos os relatos da população em situação de rua nos espaços de participação social, e todas as denúncias veiculadas, não houve manifestação do governo no documento em questão acerca da adequação do espaço nesses termos. Apenas o citado anteriormente sobre adequação de unidades de acolhimento à demandas da pop/rua que não são atendidas a nível nacional.

III - CONCLUSÃO:

Partindo de uma análise reflexiva sobre a atual conjuntura política do país e a fragilização das políticas sociais como um todo, incluindo as políticas para a população em situação de rua, que já se configura com escassos recursos, dificuldades de implementação e ausência de estudos e conhecimentos produzidos, identificamos que os espaços democráticos de participação e controle social destinados à construção de políticas públicas

[51] IV - Incentivo à organização política da população em situação de rua e à participação em instâncias de controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado;

para a Pop/Rua precisam ser fortalecidos e suas lideranças capacitadas, a fim de não permitir a flexibilização das políticas já implementadas para esse público.

Os serviços disponíveis para a população em situação de rua no município necessitam ser reformulados a fim de atender as suas reais necessidades e as entidades, órgãos e equipamentos necessitam se adequar ao movimento constante da população em situação de rua, capacitando novos atores para assumir as lideranças dos diversos espaços em que eles se mobilizam, a fim de que a superação da situação de rua não se torne um impedimento para que o espaço de participação social, como fóruns, comitês, conselhos, tenham suas pautas especificas para a população em situação de rua esvaziadas ou inexpressivas; ou ainda que percam a aproximação com esses indivíduos, permanecendo nestes espaços - onde suas considerações e suas vivencias são de fundamental importância para construção de propostas.

O poder público, apesar dos esforços já realizados no cumprimento da Política nacional, precisa reconhecer que a efetivação das ações ainda não está consolidada e muito do que já possuímos no município necessita de adequação às necessidades multifacetadas desse público. Além da consolidação das ações já implementadas, é necessário reconhecer que há muito a ser realizado para alcançar exitosamente a implementação integral da política nacional.

As análises resultantes da compilação dos dados do diagnóstico traduzem necessidades urgentes da população em situação de rua, é necessário que os organismos sociais responsáveis pelo atendimento a esse público sejam capacitados e se voltem para o cumprimento dessas ações. Portanto, é preciso que o poder público se comprometa com as pautas levantadas no Diagnóstico da pop/rua, já expressas há muito tempo em espaços que estes indivíduos exercem participação social, adequando seus equipamentos, qualificando profissionais, disponibilizando estudos sistematicamente acerca desse público.

IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEHRING, E, R.; BOSCHETTI, I.; **Política Social: fundamentos história**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BRASIL. Política Nacional da População em Situação de rua - Maio de 2008

DECRETO 7.053 de 23 de DEZEMBRO de 2009.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO. R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Editora Cortez, 2013.

PREFEITURA, M. J. F.; Ex-morador de rua é eleito presidente de Fórum Municipal. <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=38872> Acessado em 11/08/2017 às 11:13.

_____. Lei 12691/2012 **Criação do Fundo Municipal de Manutenção e Funcionamento do Restaurante Popular Yeda Duarte Gomes.** <https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=19991>. Acessado em 27/08/2017.

Programa Mesa de Debates. Apresentação do diagnóstico da população em situação rua do município de Juiz de Fora. < https://www.youtube.com/watch?v=_SSg7gAiKTE> Acessado em 24/08/2017 as 10:43

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.** 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

_____. **Trabalho e população de rua no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez, 2009.

UOL.; **Restaurante popular da Zona Norte de Juiz de Fora está sem licitação.** <http://licitacao.uol.com.br/noticias/2889-restaurante-popular-da-zona-norte-de-juiz-de-fora-esta-sem-licitacao.html > Acessado em 23/08/2017 às 08:51.

AJUSTES ESTRUTURAIS E ORIENTAÇÃO NA AGENDA SOCIAL DOS PAÍSES PERIFÉRICOS PELOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Natália Coelho de Oliveira

Professora Substituta do curso de Serviço Social na UFF Rio das Ostras,
Mestre em Serviço Social pela UERJ (2016)

Resumo: A política de ajuste estrutural realizado pelas instituições financeiras nos países latinoamericanos promoveu um redesenho nas políticas sociais e também mudou o caráter público do Estado, a partir das parcerias público-privadas e utilização do fundo público. As recomendações políticas de cunho neoliberal implementadas nesses países têm priorizado o atendimento seletivo à população mais vulnerável para atendimento da pobreza urbana. Veremos, a partir de levantamento bibliográfico como no Brasil, os governos neoliberais tiveram uma forte atuação na macroeconomia, baseada na hegemonia financeiro-exportadora (bancos e agronegócio. Essa dependência dos organismos multilaterais, gerou uma séria de recomendações e compensações aos governos brasileiros, tornando a economia brasileira dependente da política imperialista que prevê uma elevada concentração de renda, democracia restrita e dependência tecnológico-financeira, além do acirramento das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Ajuste estrutural; Organismos Internacionais, Economia Brasileira; Políticas Sociais.

Abstract: The policy of structural adjustment carried out by financial institutions in Latin American countries promoted a redesign in social policies and also changed the public character of the State, from public-private partnerships and use of public funds. The neoliberal policy recommendations implemented in these countries have prioritized the selective service to the most vulnerable population to attend to urban poverty. We will see, from a bibliographical survey such as in Brazil, the neoliberal governments had a strong macroeconomic role, based on the financial and export hegemony (banks and agribusiness). This dependence on the multilateral organisms generated a series of recommendations and compensations to the Brazilian governments, making The Brazilian economy dependent on the imperialist policy that foresees a high concentration of income, restricted democracy and technological and financial dependence, besides the intensification of social inequalities.

Keywords: Structural adjustment; International Organizations, Brazilian Economy; Social Politics.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970 profundas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorreram a partir da recomposição do capital, que reorganizaram a economia e geopolítica do mundo. Um novo modelo de desenvolvimento foi adotado sob velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas para a maioria da população (OSÓRIO, 2012). Políticas de liberalização econômica, desregulamentação do trabalho, privatização dos serviços foram implementadas, de acordo com ideias neoliberais para contornara crise do capital.

Os organismos internacionais, como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passaram a formular políticas de combate à pobreza, de desenvolvimento econômico e urbano com orientações para os governos latino-americanos, com o discurso de garantir o crescimento econômico, a eficiência dos gastos públicos e a sustentabilidade das cidades.

Os programas sociais orientados por essas instituições financeiras tomaram como base o enfrentamento à pobreza a partir das capacidades individuais e possibilidades do cidadão empreender no mercado, através de políticas setorizadas e focalizadas para grupos mais vulneráveis, a partir de parcerias público-privadas, de acordo com os ajustes estruturais e a proposta de Reforma do Estado. Essas políticas são consideradas de caráter compensatório e são desenvolvidas por meio das condicionalidades impostas pelos bancos, como forma de controlar a aplicação dos recursos financeiros e empréstimos obtidos pelos países latino-americanos, com influência na sua política interna.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Notas sobre o papel do Estado no projeto neoliberal e o modelo de desenvolvimento para economias dependentes como o Brasil

Em linhas gerais, analisando a formação sociohistórica brasileira, inserida no capitalismo dependente, podemos ressaltar o que fora discutido por Chico de Oliveira (2003), no livro “A Crítica à Razão Dualista” que articula dialeticamente os momentos de atraso e modernidade que o Brasil havia experimentado na fase da

industrialização: o moderno, o contexto urbano-industrial, alimentando-se do atrasado, a economia de subsistência, característica das práticas de reprodução social da força de trabalho. Contudo, no lugar de uma relação dualista, o que há é a contradição das relações capitalistas baseadas na exploração, e, no caso brasileiro e latino-americano, na superexploração da força de trabalho, associada à expropriação dos meios de vida. Assim, a economia de subsistência praticada nas favelas cariocas, por exemplo, era a expressão contraditória da modernidade.

Ainda sob o ângulo da formação social brasileira há que se considerar que a burguesia nacional para se instalar no poder, realizou um pacto de dominação de classe e se utilizou de práticas de conciliação de classe com a oligarquia e aristocracia agrária. Nesse sentido, foram tênues as rupturas com o passado, havendo a necessidade de se fazer a disputa burguesa por dentro do Estado, aplicando os requisitos ideais e legais da nova ordem social competitiva. O paradigma do desenvolvimento nos países dependentes e periféricos do capitalismo, principalmente na América Latina, emerge sob o objetivo de superação do "atraso" a partir da modernização conservadora, como afirma Fernandes (1975).

Para Chico de Oliveira (2003) o poder do atraso, assentado sob as bases econômicas e fundiárias das oligarquias brasileiras, está na constituição histórica da modernidade burguesa, urbano-industrial. Tal elemento gerou, e aprofundou uma histórica concentração de renda, riqueza e terra no Brasil.

Como podemos observar a condição de dependência brasileira não é um processo recente, traduz no seu processo de colonização. Com o processo de mundialização do capital, a partir da década de 1970, quando há um movimento de internacionalização do capital e expansão do setor de serviços, principalmente serviços financeiros, de seguros e imobiliário. O movimento do capital por procura constante de novos mercados acarretará uma reconfiguração espacial, política e econômica. Podemos entender esse processo, a partir do que fora definido por Chesnais (1996, p. 34) como mundialização do capital, "um resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos".O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase ininterrupta de acumulação do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década

de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1996, p. 34)

Esse processo de centralização do capital está aliada à descentralização das operações produtivas, comerciais e financeiras que reorganizam a economia e a geopolítica do mundo. Neste contexto, os grupos industriais multinacionais ganham força, introduzindo novas formas de gestão e de controle do trabalho, da produção e dos mercados. Osório (2012, p. 104) aponta que a partir dos anos 1960, profundas mudanças tecnológicas ocorreram a partir da implantação de uma nova divisão internacional do trabalho e a rearticulação da economia mundial, conhecida como mundialização. Neste processo, um novo padrão exportador dá início, orientado por um novo modelo de desenvolvimento, sob "novas condições com velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população". Com a crise do capital, o que sustenta esse projeto é a "transferência de valores para os centros imperialistas e o recurso à superexploração como mecanismo de compensação de tais transferências e de suporte para o capital que opera na região enfrentar a concorrência nos mercados internacionais". (ibid.).

Podemos observar esse processo de financeirização, com a pesquisa realizada por Osório (2014) que mostra que 80% das atividades no setor bancário e financeiro na América Latina são provenientes de capital estrangeiro. Esse novo padrão exportador implicará diretamente no poder aquisitivo dos assalariados na dinâmica do mercado interno, assim como a precarização em geral das condições de trabalho e de vida da maioria da população.

Neste contexto de recomposição do capital, Osório (2014, p. 193) supõe que há uma ameaça à soberania dos Estados latino-americanos, pois novos atores internacionais terão poder de decisão sobre a política estatal desses países, com a criação de circuitos financeiros em que a "capacidade de controle dos Estados parece estar limitada pela lógica que rege os movimentos de capitais ou pelas decisões dos novos grandes conglomerados". Na atual etapa da mundialização, expressa pela neo-oligarquização dos Estados, um processo que Osório (2014, p. 196) chama atenção pela recomposição de forças entre a classe dominante, em que frações, setores e pequenos grupos locais, "ligados aos bancos e às grandes corporações industriais e de serviço assumem o poder político para organizar o

sistema mundial de acordo com seus interesses".

Esses atores são os organismos financeiros internacionais ou as corporações multinacionais que atuam na definição das políticas de ajuste e de controle, principalmente sobre o mundo periférico, sem deixar de estabelecer um centro territorial de poder neste processo de centralidade política, econômica e territorial. Como afirma Osório (2014, p. 198) "é um aparato de descentralização e desterritorialização da dominação".

O exercício desigual da soberania, como ressalta Osório (2014, p. 206), é uma característica estrutural que provoca no Estado do capitalismo dependente diferentes relações de soberania. Isso implica na subordinação e associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, contudo "todo projeto político soberano deve, necessariamente, assumir conotações anti-imperalistas e, ao mesmo tempo, anticapitalista e popular". A centralidade que o Estado assumirá, a partir da hegemonia política, será essencial na definição dos projetos e modelos econômicos e políticos que prevaleçam à adoção de um novo padrão de reprodução, sob Estados ditatoriais, autoritários ou até democráticos.

Temos uma mudança no modo de regulação estatal, sob orientações neoliberais, mas que não representam um Estado mínimo, pelo contrário, levam "a formação de um Estado mais eficiente e adequado para os fins do grande capital local e internacional", como reforça Osório (2014, p. 224) e Paulani (2008) pela gestão neoliberal do Estado a partir da dilapidação dos recursos do Estado, a sua espoliação. Paulani (2008) e Osório (2014) apontam que ocorre uma série de privatizações e desregulamentação do trabalho, tornando foco de enfrentamento do Estado, a "aparente" pobreza, decorrente da superexploração dos trabalhadores e não o combate ao desemprego, de uma forma estrutural.

Filgueiras et al. (2010) contribui para entender o modelo liberal-periférico e a composição do bloco de poder na dinâmica econômica brasileira, fazendo um balanço crítico de 2003 à 2010 sobre a atuação dos governos Lula no Brasil, analisando a política e dinâmica macroeconômica. Tal autor acrescenta que foi um período marcado e denominado por muitos, como "novo desenvolvimentismo", devido ao crescimento econômico com distribuição de renda, além de tornar o mercado mais competitivo, como afirma Barbosa e Souza (2010). Esse processo que se materializou um novo ciclo de crescimento da economia mundial, entre

2002 e 2008, foi caracterizado pela: 1) a retomada da participação do Estado na condução do processo econômico, por meio do investimento em empresas estatais e indução de recursos financeiros em setores privados; 2) ampliação da oferta de crédito, principalmente com programas de transferência de renda, como o Bolsa Família possibilitou uma maior participação do mercado interno, gerando crescimento econômico e 3) a reorientação da política externa, em particular a política do comércio exterior que permitiu a ampliação da diversificação das exportações. (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 36).

2.2. A influência dos organismos multilaterais na orientação da agenda social

É possível perceber o discurso dos organismos internacionais no combate à pobreza, que torna prioridade na agenda social desses atores. Cresce o número de relatórios quantificando os pobres nos países periféricos e as formulações e as estratégias redução da pobreza. Essa prioridade para o Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), como mostra Ugá (2008) aparece nos documentos dessas instituições o significado do tratamento da questão social enquanto “pobreza”.

Ugá (2008, p. 121) chama atenção para as “recomendações” de políticas na politica interna dos países latino-americanos, sob forma de condicionalidades, como a renegociação da dívida ou contratação de novos empréstimos, os organismos internacionais difundem uma agenda de ajuste estrutural para esses Estados. Tal ajuste foi pactuado entre os países pelo chamado “Consenso de Washington”, por meio de recomendações de políticas de cunho neoliberal, “cujos eixos principais eram a retração do papel estatal, privatizações, abertura comercial e desregulamentações”.

Guimarães (2003) apud Ugá (2008) ressalta o papel dos organismos internacionais na sua criação,

> Ao FMI, coube a disseminação das propostas de políticas liberalizantes que diziam respeito a questões macroeconômicas, tais como: políticas monetárias, controle da inflação, questões de balança comercial e controle fiscal. Já o Banco Mundial se preocupou com questões mais estruturais, tais como as referentes ao destino do gasto do governo, às políticas comerciais, às instituições financeiras e ainda assumiu, também o papel

> de formulador de recomendações de natureza política (GUIMARÃES, 2002, p. 13 apud UGÁ, 2008, p. 121)

Ugá (2008, p. 122) salienta que o Banco Mundial vai adquirindo outra função, ampliando sua atuação como uma espécie de "coordenador do processo global de desenvolvimento", na elaboração de documentos políticos, de produção teórico-conceitual na área da política econômica e social. Neste sentido, além da ajuda momentânea "assumiram um papel político na formulação de políticas globais e setoriais, capazes de influenciar a agenda dos países credenciados para seu financiamento", atuando como propagadores da ideologia da globalização neoliberal, interferindo na condução das políticas dos países, assim representaram uma ampla agenda baseada, num "fundamentalismo ideológico de mercado".

João Márcio Pereira (2010) identifica a reformulação de suas prioridades oficiais durante a reforma administrativa do Banco Mundial em 1996, nas principais áreas,

> i) desenvolvimento humano, ii) redução da pobreza e gestão econômica, iii) finanças, desenvolvimento do setor privado e infraestrutura, iv) desenvolvimento social e ambientalmente sustentável e v) prestação de serviços públicos essenciais, acrescentada depois (...) (PEREIRA, 2010, p. 241).

Já em 2004, com sessenta anos de existência, o Banco Mundial expandiu sua atuação para quase todas as áreas de desenvolvimento, na:

> política econômica, energia, agricultura, finanças, educação, saúde, habitação, transporte, infraestrutura urbana e rural, indústria, comércio, meio ambiente, administração pública, reconstrução nacional pós-conflito e assistência internacional ao desenvolvimento: todas elas tornaram-se objetos da ação do Banco. (PEREIRA, 2010, p. 259).

É importante destacar que essa implantação da agenda neoliberal não foi pura imposição para os governos latino-americanos. Sobre essa guinada conservadora por parte dos governos, Batista (1994) apud Ugá (2008) afirma que esses governos acreditavam que suas políticas nacionalistas tinham sido equivocadas, num contexto de alta dos preços do petróleo, alta das taxas internacionais de juros, deterioração dos termos de intercambio, a solução para os seus problemas residia em "reformas neoliberais, apresentadas como

modernizadoras".

O Relatório sobre Desenvolvimento Mundial de 1997 do Banco Mundial apontava uma proposta estratégica de reforma estrutural para os países periféricos que se baseavam em duas diretrizes,

> A primeira consistia em ajustar a função do Estado à sua "capacidade", o que implicava definir o seu rol legítimo de ações: garantir a estabilidade macroeconômica, assegurar um ambiente econômico "não distorcido" (sem controle de preços, subsídios, etc.), estabelecer um marco legal claro e adequado à livre concorrência, investir em infraestrutura em serviços sociais básicos (educação primária e saúde), proteger a propriedade privada, conservar o meio ambiente e promover programas sociais focalizados nos segmentos mais pobres. A mensagem era clara "além do básico, não é preciso que o Estado seja o único provedor". A segunda diretriz consistia em aumentar a capacidade do Estado por meio do "revigoramento" das instituições públicas. (...) (PEREIRA, 2010, p. 269)

Neste sentido, com o aumento do desemprego, da informalidade, da precarização do emprego, redução de salários, decorrentes do ajuste estrutural surgem propostas que terão dimensões mais "sociais" e "humanas", na formulação de políticas de desenvolvimento, consistindo em estratégias dos organismos internacionais na "luta contra a pobreza". Tais propostas enfatizam uma face mais humana nas políticas de alívio a pobreza, a partir das conferências da ONU, na década de 1990 nasce um novo consenso da retórica internacional.

É definido como pobreza, conforme Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 do Banco Mundial, aquele com "a incapacidade de atingir um padrão mínimo de vida". Portanto, é na esfera do consumo que é definido o quanto aquele indivíduo tem condições de sua sobrevivência, a partir das suas despesas. O instrumento utilizado pelos organismos internacionais é a "linha da pobreza" com um valor entre USS 275 a 370 dólares por pessoa por ano, em torno de 1 dólar por dia, (UGÁ, 2008)

De acordo com Ugá (2008), outra definição do Banco Mundial é a incapacidade do indivíduo que resulta na pobreza, ou seja, aquele que não tem renda suficiente pela falta de "ativos" que significam os recursos humanos, naturais, físicos, financeiros, sociais e a falta de oportunidades. Estes indivíduos são considerados não competitivos. Dessa forma, o capital humano que o indivíduo terá proporcionará maior produtividade, a partir dos seus investimentos

em educação que desenvolverão habilidades e conhecimentos que gerarão maiores rendas.

Já o relatório de 2000/2001 do Desenvolvimento Mundial intitulado "A Luta contra a Pobreza", introduz um conceito de pobreza como "privação acentuada de bem-estar", calculada por critérios monetários na relação renda e consumo e apontava como saúde e educação, o que poderia gerar mais oportunidades de sair da linha de pobreza. A abordagem neste relatório acrescenta além da falta de renda, incluindo o capital humano em níveis "aceitáveis" de saúde e educação, a "falta de voz e de poder dos indivíduos" nas instituições estatais e sociais, o que representa a sua participação enquanto cidadão e organização social e a "vulnerabilidade social a choques adversos e exposição a riscos", combinados a incapacidades de enfrentá-los. (UGÁ, 2008, p. 135)

Da mesma forma, Mauriel (2013, p. 97) quando analisa como a pobreza vem sendo incorporada na agenda social da periferia, a partir da influência dos organismos internacionais aponta que este desenvolvimento propagado para o combate a pobreza, a partir dos ajudes neoliberais de enfrentamento a crise tem duas linhas que orientarão à política social: a focalização e o alívio da pobreza mais urgente. Contudo, será travestida de um discursos de equidade social sob nova roupagem, "compatibilizando a focalização com um certo universalismo básico", por meio da adoção de critérios como mínimos sociais.

Segundo Mauriel (2013, p. 98), essa agenda social do desenvolvimento, a partir da década de 1990, terá um reforço de iniciativas compensatórias, "com base em um assistencialismo precário que elegia determinadas clientelas como alvo de atenção". A partir do discurso do ajuste estrutural do Estado e da escassez de recursos como justificativa para a resposta para a crise política dos países periféricos, um conjunto de medidas foi adotado, por meio do Consenso de Washington. Uma nova agenda de desenvolvimento por meio de ações econômicas e na área social propunha um desenvolvimento com "equidade" na perspectiva da governança dos Estados.

Para garantir a eficiência na distribuição e uso nos recursos, os governos latino-americanos adotaram um conceito de justiça e equidade nas políticas sociais que supõe uma lógica de atenção aos "merecedores" dos benefícios sociais, a partir de estipulação de critérios de seletividade, utilizando os princípios de focalização e universalização, organizadores da oferta de serviços públicos na

área social, onde os temas de inclusão e equidade aparecem com mais frequência e destaque nos documentos oficiais dos organismos internacionais.

> A partir de uma política de distribuição para gerar mobilidade social por meio do consumo, se expande o acesso ao crédito com o discurso da "equidade" e "ajuste" para a recuperação do capital e atuação no campo ideológico. Os ajustes neoliberais, portanto, terão prioridade na estabilização econômica, conforme os interesses externos e medidas recomendadas como "redução de gasto público"; "reestruturação dos sistemas de previdência pública para obtenção de superávits fiscais primários" e "reformas estruturais" de liberação financeira, abertura comercial e desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais, com o pretexto de que os países da periferia poderiam ingressar em uma nova etapa de crescimento econômico. (MAURIEL, 2013, p. 100).

Portanto, essa influência nas políticas internas dos países em desenvolvimento, a partir de uma "nova política cambial", se deve a atuação do FMI e Banco Mundial, que tem adotado programas de ajuste, impondo condicionalidades aos empréstimos, aos financiamentos de projetos e às renegociações de dívidas. Sendo assim, as propostas de contrarreforma do Estado, por meio da administração gerencial, atuação do Estado, a partir de uma visão antiestatista é difundida sob essa égide.

A política social, desta maneira, está submetida à capacidade orçamentária e ao pagamento da dívida externa. Na ótica da reprodução do capital, os mecanismos para garantia da arrecadação, o governo emite papéis, títulos da dívida, com a apropriação do fundo público e da receita do Estado, para pagamento de empréstimos e quem paga são os trabalhadores.

Dessa forma, os programas de alívio à pobreza fazem parte das políticas de ajustamento do Estado, com o corte no público mais vulnerável. Indicadores sociais são gerados para justificar os relatórios desses organismos internacionais com o discurso da incapacidade de lidar com a pobreza absoluta e para presar pela governança dos países. Dessa forma, a reforma do Estado incorpora medidas de ajuste, a fim de tornar o Estado "mais eficiente". (MAURIEL, 2013, p. 104). Conforme identifica Pereira (2010), em nome da "reforma do Estado" e da "boa governança", o Banco Mundial se engaja na luta contra o "câncer da corrupção", em 1996, como estratégica para fortalecer as instituições governamentais, por meio das suas ações nas políticas nacionais e prática internacionais.

Nesta linha, a proteção social é elaborada para garantir o mínimo, um apoio emergencial. Por isso, a pobreza aparece naturalizada, como "algo inevitável ao capitalismo", suas causas se referem aos próprios indivíduos, as suas características individuais. É uma abordagem que coloca uma associação entre a boa governabilidade e o empolderamento dos cidadãos para que as "instituições funcionem bem." Por isso, que combater a pobreza se torna estratégico e importante para a regulação do mercado. Para isso, a ação do Estado se dá para a correção e nivelamento das condições de igualdade como ponto de partida. A noção de equidade adotada pelos organismos internacionais, conforme retrata Mauriel (2013) baseia-se na 1) igualdade de oportunidades e 2) prevenção da pobreza absoluta.

Desta maneira, o foco no combate à pobreza terá uma dimensão mais urgente e aparente do fenômeno. Os programas com este objetivo se expressarão num movimento de refuncionalização das políticas e reestruturação da proteção social, executados a partir de esquemas mercadorizantes, "pela criação de um mix público/privado na oferta de serviços coletivos que ajudam a conservar e proteger o padrão de desenvolvimento globalmente estabelecido". (MAURIEL, 2013, p. 113).

Na América Latina, Boschetti (2012, p. 34) chama atenção para a tendência ao aumento do consumo, "substancialmente por meio de políticas de transferência de renda que vem constituindo um modelo de desenvolvimento que indica um horizonte de políticas sociais focalizadas na extrema pobreza". A redução da pobreza, portanto, está ligado à instituição da "proteção não contributiva" (programas assistenciais de transferência de renda), concedidos por meio das condicionalidades, "adotados como estratégia mundial para garantir o consumo e enfrentar a crise." (BOSCHETTI, 2012, p. 51) A expansão desses programas assistenciais assume a função econômica de tornar os "pobres" mais produtivos.

Chesnais (2008) apud Boschetti (2012) identifica três processos que marcam essa temporalidade: 1) a política de desregulamentação dos mercados, do comércio mundial e do mercado financeiro; 2) a criação do capital fictício e sistemas de crédito; 3) a reincorporação plena das antigas Repúblicas da União Soviética e da China no sistema capitalista mundial. Nesta direção, a busca por superlucros e superacumulação, como indica Boschetti (2012) pressupõe aumentar a superexploração da força de trabalho. É na crise que ocorre a "usurpação do fundo público para salvar o capital", que são oriundos,

majoritariamente, dos impostos indiretos obtidos por meio do trabalho.

3. CONCLUSÃO

A partir deste levantamento bibliográfico podemos perceber que, no que diz respeito à flexibilização da política macroeconômica no Brasil consta-se a presença mais incisiva do Estado na economia por meio de empresas estatais como Petrobrás e os bancos oficiais, concomitantemente com a ampliação dos fundos de pensão. O bloco de poder político dominante foi se alterando, mas fortalecendo o modelo econômico vigente, conformando à hegemonia financeiro-exportadora (bancos e agronegócio) que comanda a economia brasileira e depois se juntaram com segmentos nacionais do grande capital, articulados por dentro do Estado conforme contribuição de Filgueiras et al. (2010).

Dessa forma, podemos considerar que o neoliberalismo no Brasil não pode ser compreendido com uma atuação mínima do Estado, tanto na economia quanto na agenda das políticas sociais. Essa recomposição de forças fortaleceu a expansão de grandes capitais estrangeiros e nacionais no Brasil, sem desconsiderar a presença de uma política imperialista no qual previa reformas políticas, econômicas e sociais que demarcou o lugar da economia brasileira dependente nos marcos do capitalismo monopolista, cujas características fundamentais são: a dependência tecnológico-financeira, concentração de renda, exclusão social e democracia restrita. (FILGUEIRAS et al., 2010)

Essa presença do Estado na esfera econômica, no neoliberalismo, não é tímida, como afirma Filgueiras et al. (2010, p. 38), o retorno do Estado à esfera econômica está se recriando, sob novas circunstâncias, mantendo o tripé capital internacional/Estado e capital nacional, agora com uma novidade “sob hegemonia do capital financeiro (internacional e nacional) e de sua lógica, com o reforço e internacionalização de grandes grupos econômicos nacionais”. Dessa maneira, o “novo desenvolvimentismo”, se distingue do velho, a partir desses elementos já citados e de elementos políticos importantes, como o “apaziguamento” da classe e consentimento dos setores dominados, através da cooptação do sindicalismo e dos movimentos sociais, com priorização do atendimento às demandas sociais dos setores mais subalternos na sociedade. Neste sentido, acompanhado desta política macroeconômica, na agenda social dos governos nos países

periféricos do capitalismo, existe uma clara orientação para redução dos níveis da pobreza, associado à implementação de políticas sociais focalizadas e uma política de aumento real do salário mínimo.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. **América Latina, política social e pobreza: "novo" modelo de desenvolvimento?** In: Financeirização, fundo público e política social. Evilasio Salvador et. al. (orgs.). São Paulo: Cortez, 2012. p. 31-58.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** Tradução Silvana Finzi Foá, SãoPaulo, Xamã, 196. 225 p.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Editora Guanabara. São Paulo. 1987. 504 p.

FILGUEIRAS, L. et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010. p. 35-69.

MAURIEL, A. P. O. **Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais**. In: Em Pauta, UERJ, Rio de Janeiro, N. 31, vol. 11, 1º semestre 2013. p. 97-117

OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2003. 150 p.

OSORIO, J. **América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região**. Em: Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. Carla Ferreira et. al. (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2012. p.103- 133.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização.** São Paulo: Expressão Popular, 2014. 344 p.

PAULANI, L. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico.** São Paulo: Boitempo, 2008. p.105-139.

PEREIRA, J. M. M.. O **Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944- 2008).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Capítulo 6

UGÁ, V. D. **A questão social como "pobreza": crítica à conceituação neoliberal.** Tese de Doutorado**.** Rio de Janeiro, IUPERJ, 2008. 234 p.

CAPITALISMO E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: O desafio do século XXI

Claudia Regina Tenório Monteiro

RESUMO:

As ideias apresentadas no artigo foram suscitadas a partir de reflexões mais amplas, que visam compreender a dinâmica socioambiental como agudização de uma trama societária engendrada a partir de um modo de vida preconizado pelo capitalismo no século XXI. O texto problematiza o desequilíbrio ambiental e os impactos para a construção de uma sociedade mais justa e equânime na vivência com o meio ambiente. Também são buscadas teorias cunhadas pelos estudiosos que pensam o tema e as desigualdades geradas, enquanto fundamentação para um diálogo sobre a dinâmica das relações sociais e como elas também caracterizam-se como relações socioambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo, Questão Socioambiental, Desenvolvimento Sustentável

ABSTRACT:

The ideas presented in the article were prompted by broader reflections aimed at understanding the socioenvironmental dynamics as an intensification of a societal fabric engendered by a way of life advocated by capitalism in the 21st century. The text problematizes the environmental imbalance and the impacts for the construction of a fairer and more equitable society in the experience with the environment. Also sought are theories coined by scholars who think the theme and the inequalities generated, as a basis for a dialogue on the dynamics of social relations and how they also characterize themselves as social-environmental relations.

KEYWORDS: Capitalism, Social and Environmental Issues, Sustainable Development

I. INTRODUÇÃO

As cidades desde os Burgos exercem um protagonismo importante para o desenvolvimento. Autores como Gomes e Fernandes (2007), pensam o desenvolvimento local a partir da mercantilização da cidade. Revelam que para a Escola de Chicago, a cidade era um fenômeno, capaz de ditar modos de vida, uma nova forma de cultura e que se confundiam com o sistema produtivo.

Não se pode desconsiderar o debate ao abordar o tema socioambiental, à medida que um modifica o outro. A cidade precisa desenvolver relações que pressupõe a alteridade com o meio ambiente. Pois é na cidade que se gestam as bases para o desenvolvimento do mercado, ao mesmo tempo que a cidade é tida como uma mercadoria. Isso revela seu protagonismo no sistema produtivo capitalista. Dessa forma, pensar no conceito socioambiental é revisitar o modo de produção capitalista enquanto ordenador da vida na cidade com práticas que não danifiquem o meio ambiente.

O tema socioambiental ganhou notabilidade a partir da segunda metade do século XX, quando no contexto da reestruturação produtiva também desponta a preocupação com uma forma de produzir que não esgote os recursos necessários a manutenção do modo de produção capitalista. Dentre os estudos, duas linhas prevalecem. Os que visam a denunciar a degradação ambiental e os que apontam a interferência humana na ação dessa degradação, porém a despeito do enfoque analítico, insistem em poupar a racionalidade capitalista e o seu modo de vida desencadeado como grande causador das principais mazelas socioambientais.

A linha de pensamento que será desenvolvida aqui parte do princípio que a gênese das degradações estão no bojo das relações engendradas da dinâmica da cidade e seu desenvolvimento no atual estágio do capitalismo. Essa reflexão foi suscitada em meio aos estudos para elaboração do Projeto de Tese no Programa de Doutorado no departamento de Serviço Social da PUC-Rio. O objeto de estudo proposto no âmbito do Programa abordará as " Os impactos das Compensações socioambientais e Políticas Públicas " e o diálogo estabelecido na busca de responder tal indagação compreende a cidade como um território vivo com sua história e tramas que não se montam e desmontam conforme a lógica de uma engenharia de " peças de quebra cabeças ", mas os impactos e interferências no espaço é também uma interferência no tempo e consequentemente na dinâmica da vida de seus moradores e nas políticas e serviços decorrentes. Assim, o recorte do artigo compõe o quadro teórico de uma proposta de estudo mais amplo.

O artigo inicialmente discutirá teorias cunhadas pelos estudiosos da Sociedade de Risco em oposição aos que pensam as desigualdades geradas pelo capitalismo, tendo como origem as bases para pensar a justiça ambiental. Transita por um diálogo sobre o uso da cidade e como ela também constrói relações.

A contribuição que se espera, ao apresentar o artigo no V Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, é abrir o tema para discussão entre os participantes e também trazer para a pauta dos assistentes sociais uma reflexão necessária, visto que se trata de uma projeção societária, pois representam projetos em curso de uma sociedade não apenas injusta e desigual, mas degradante para o meio em que vivemos. Assim, o argumento é que, para a construção de uma nova ordem societária implica em travar um debate socioambiental.

II. DESENVOLVIMENTO

Antes de tudo faz se necessário uma conceituação do termo socioambiental. O tema socioambiental ganhou notabilidade a partir da segunda metade do século XX, quando no contexto da reestruturação produtiva também desponta a preocupação com uma forma de produzir que não esgote os recursos necessários a manutenção do modo de produção capitalista. Dentre os estudos, duas linhas prevalecem. Os que visam a denunciar a degradação ambiental e os que apontam a interferência humana na ação dessa degradação, porém a despeito do enfoque analítico, insistem em poupar a racionalidade capitalista e o seu modo de vida desencadeado como grande causador das principais mazelas socioambientais.

A linha de pensamento que será desenvolvida aqui parte do princípio que a gênese das degradações estão no bojo das relações engendradas da dinâmica da cidade e seu desenvolvimento no atual estágio do capitalismo. Socioambiental, é uma palavra que encerra em si toda uma problemática que está além do econômico, mas é pensada a partir de uma totalidade que compreende diferentes dimensões da realidade social toca e moldada pelas relações do capital. Sendo emblema das expressões da questão social, mas que tem uma interface com o meio ambiente. Possibilitando uma definição onde socioambiental é resultante dos processos engendrados pelo Capital mas que impacta não somente a vida das pessoas e suas relações, mas também o lugar aonde e como as pessoas vivem.

Mas não basta apenas identificar o que é o objeto de análise, faz-se necessário

também pensar em formas para seu enfrentamento. A saída apontada nos grandes círculos econômico definida como Desenvolvimento Sustentável[2] surge prenhe de inconsistências e críticas. O conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado com a busca de um novo modelo para o modo de produção capitalista, de forma que relacione o econômico, o social e o meio ambiente. O que é confirmado por Nunes (2013) , quando diz na rodapé do seu artigo que a

> expressão "sócio", unida à palavra "ambiental" e formando a palavra "socioambiental", justifica-se pela necessidade de evidenciar uma opção política, reforçando a compreensão de que não se pode separar dessa discussão o componente social do ambiental (NUNES, 2013:p.98)

Entretanto, outras matrizes teóricas também oferecem sua leitura para o Conceito de Socioambiental. Lendo Macedo (2009), a autora identifica a crise ambiental engendrada pelo modo de produção capitalista, porém a autora busca referencias em matrizes teóricas que contemplem " as relações homem-natureza " (p.02) percebendo como que desde a idade Média existe violação em relação a natureza, subjugando-a para os interesses da indústria e que tem um impacto não apenas na produção, mas também na reprodução da vida social, visto que as consequências da " crise ambiental " é multideterminada atingindo diferentes áreas da vida social.

Não fica claro no texto citado acima, quais seriam as saídas para a degradação originada, o que carece de muita atenção pois o discurso hegemônico também percebe o desenvolvimento econômico como agente impulsionador, porém recorrem a ideias " Neodesenvolvimentistas " ou " Neomaltuseana " argumentando que o aumento populacional acentuou o consumo mundial e que é necessário, por isso, um padrão de produção ecologicamente viável e " sustentável ". São as ideias presentes no Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (1991), cuja tese é que ao passo que na sua fase madura, o capitalismo, engendrou uma aguda crise ambiental como consequência de um foco na acumulação de riqueza em detrimento de uma agenda sustentável. E teses defendidas pelo Clube de Roma e do Relatório Brundthland que apontam o crescimento populacional como um dos responsáveis pela deteriorização do meio ambiente.

O que evidencia que, o fato de acusar o desenvolvimento capitalista de provocar a exaustão dos recursos naturais não implica uma postura crítica, visto que as saídas podem ser paliativas.

Na análise de Ulrich Beck (apud Acselrad, 2002), a Sociedade de risco considera " a existência do conflito ecológico e da desigualdade de poder sobre as técnicas " e justifica que

> a ação crítica do ecologismo sobre instituições que não seriam, por si sós, capazes de aprender como lidar com o caráter ampliado dos riscos. Segundo Beck, a chamada Sociedade de Risco teria surgido no momento em que os riscos se desconectam dos fundamentos da calculabilidade do seguro, de acordo com ele, elementos típicos das sociedades industriais do século XIX. Nesta perspectiva, a crise ecológica contemporânea decorreria do fracasso das instituições responsáveis pelo controle e pela segurança, que sancionam, na prática, a normalização legal de riscos que são incontroláveis. (ACSELRAD, 2002:pg 50).

Rustin (apud Acselrad, 2002) lembra que não se pode deslocar a crítica ao capital e isso é mais que perceber os riscos ambientais como percebê-los decorrentes das operações de mercado e demandando controlá-las como defendem teóricos da Sociedade de Risco. Precisa-se considerar as conexões causais e o locus do poder que originam os processos técnicos e suas escolhas.

Acselrad (2002) dialoga com Beck e Rustin no que tange a uma distinção entre Racionalidade técnico científica (Sociedade de Risco/Sistema técnico-econômico) e poder institucional do capital (Rustin/ político-econômico) para pensar o foco do risco. E rechaça outra vez o pensamento de Beck com a lógica da " Modernidade Reflexiva " restringem a tomada de consciência do homem no mundo, inclusive nos aspectos da categoria do " risco ". Beck desconsidera nas suas análises o papel das lutas simbólicas e da categoria Capital. Tanto para Beck com sua " Sociedade de Risco " , tanto para os defensores da " Modernidade Ecológica " , não abarcam na construção da ideia de risco, os conflitos inerentes a diversidade social, bem como na distribuição dos danos ambientais (ACSELRAD, 2002).

Assim, como Acselrad, outros autores como Schons (2012), Nunes (2013) e , somente para citar alguns estudiosos que avaliam que a matriz econômica hegemônica na sociedade, promove uma verdadeira degradação ambiental nas suas relações. Como aponta Schons,

> Entendemos que a crise ambiental – expressa hoje na quantidade de lixo, na desmensurada poluição das águas, no empobrecimento do solo, na queima das florestas – manifesta-se, em especial, pelo aquecimento global, como sendo mais uma crise do próprio sistema capitalista (SCHONS, 2012:p.71).

> E se a questão ambiental também reproduz a mesma lógica desigual do modo de vida capitalista, também promoverá a mesma injustiça social, tal como ainda demonstra Schons:

> Vários estudos têm identificado que os que menos contribuíram e contribuem para o aquecimento global, os pobres, serão mais uma vez os mais afetados por ele porque não têm os recursos materiais e financeiros para se adaptarem e/ou se protegerem dos impactos que a mudança climática vem provocando. Estamos acumulando uma dívida ecológica e social global insustentável que, para além das populações em situação de pobreza do mundo, compromete as gerações futuras (SCHONS, 2012:p.71).

Para avançar nessa discussão, faz se necessária uma percepção da " ligação lógica entre o exercício da democracia e a capacidade da sociedade se defender da injustiça ambiental" (ACSELRAD, 2002:p.).

Grupos da sociedade civil de vertente ambientalista, Movimentos em prol da Justiça Ambiental já se articulavam desde a década de 60 nos EUA. Nos anos 70, já era percebida a movimentação social de sindicatos, minorias étnicas e movimentos sociais reivindicando por melhorias ambientais urbanas, inclusive na destinação " inadequada de lixo tóxico e perigoso predominantemente em áreas de concentração residencial de população negra " (ACSELRAD, 2002:p. 53).

O ano de 1982 foi emblemático para a inclusão da justiça ambiental na pauta das lutas por direitos civis. Naquele ano, influenciados prioritariamente pelo critério racial, optou-se por instalar em Afton, no Condado de Warren, na Carolina do Norte, um depósito de policlorinato de bifenil, o que traria contaminação da rede de abastecimento de água da cidade. A população de Afton era composta de 84 % de negros, o condado de Warren, de 64 %; e o estado da Carolina do norte, de 24 %. As lutas resultaram na prisão de 500 pessoas. O que foi corroborado com o estudo encomendado em 1987 pela Comissão de Justiça Racial da United Church of Christ, que mostrou que "´a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área ´" (ACSELRAD, 2002:p. 53). Motivando o Reverendo Benjamin Chavis a cunhar o termo " Racismo Ambiental ".

Acserald (2002) problematiza que algumas variáveis que estavam na base das escolhas para os locais de despejo dos rejetos ambientais era a

> disponibilidade de terras baratas em comunidades de minorias e suas vizinhanças, a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa e carência de recursos políticos, típicas das comunidades de minorias, a ausência de mobilidade espacial das minorias em razão de discriminação residencial e, por fim, a sub-representação das minorias nas agências governamentais responsáveis pelas decisões (ACSERALD, 2002:p. 53).

Reitera as contradições históricas da ação do Estado sobre o espaço nacional, ainda

que em novas bases do capitalismo global, corroborando a tradição de um desenvolvimento seletivo, concentrado e desigual no país, reforçando a predominância de interesses privados (do capital transnacional aliado ao nacional) na estrutura espacial brasileira. " (SILVA, 2012:p.27 apud LEITÃO, 2009, p. 30-31).

Constata-se uma prevalência do crescimento econômico sobre as demais dimensões da vida social; quando o " indivíduo adquire um estilo de vida em face da sociedade de consumo " (GOMES & FERNANDES, 2007:p. 135). E a medida que o processo se torna mais acelerado em razão do desenvolvimento, " o indivíduo perde a capacidade de colocar-se neste processo em condições de realizar a sua subjetivação, resultando numa alienação " (GOMES & FERNANDES, 2007:p. 135). O que resulta também em muitos impactos ambientais e sociais com a destrutividade da natureza, tendo como um dos fenômenos resultantes o " desperdício institucionalizado" .

O desperdício institucionalizado é uma categoria proposta por Mészáros (apud SILVA, 2012) para denunciar uma estratégia do capital, que na busca de maximizar seus lucros, precisando reinventar suas possibilidades de aumento do ganho com o consumo de mercadorias, barateiam sua produção e encurtam o tempo de vida útil com matérias-primas mais baratas porém menos duráveis. Ou como definido por Silva (2012:p. 20): " obsolescêcia programada das mercadorias " acarretando um " aumento do lixo em escala planetária " (SILVA, 2012:p. 20). Evidenciando a falta de controle dos órgãos de gestão e aos valores adotados pela sociedade, de forma que isso não é estranho ao lugar, muito pelo contrário, apenas evidencia as mesmas relações assimétricas e a ausência de comando da sociedade mais ampla.

Não se pode pensar uma transformação no estilo de vida que considere o socioambiental sem pressupor alterações na organização da vida na sociedade de consumo. O que não é um processo simples e que demanda muitas mediações.

Um ponto importante para essa reflexão é a categoria alienação. Gomes e Fernandes (2007:p.136) lembram que " a alienação foi sendo diversificada e aprofundada com a reificação da mercadoria (…) ". As autoras demonstram, ainda como na cidade se gestam as bases para o desenvolvimento do mercado, ao mesmo tempo que a cidade é tida como uma mercadoria. Para as autoras,

> na medida em que a própria cidade é alçada à condição de mercadoria -bem como outros elementos que a compõe e que até então eram consideradas estanques do mercado formal como tal – este ' objeto de consumo `passa a ser estranho a alguns segmentos da população, a depender do formato que adquira na imagem sobre ele projetada e comercializada (GOMES E FERNANDES, 2007:p.136).

Entretanto, como aponta Lefebvre (apud GOMES E FERNANDES, 2007), as cidades também são moldadas conforme a formação social e que, por vezes, escapam ao controle do capital. Uma constatação é da

> tendência pós-moderna, com intervenções pontuais e espetaculares atreladas à lógica do capital e da propriedade de territórios urbanos incompatíveis com uma prática de cidadania que tome como referência uma proposta de enfrentamento decisivo das desigualdades sociais (GOMES E FERNANDES, 2007:p.141).

Dessa forma, o socioambiental também é excluído da pauta de discussão no uso da cidade. Pensando a partir de Acserald (2002) é possível identificar algumas variáveis que apontam para uma desigualdade urbana presente nas escolhas para os locais de despejo dos rejeitos ambientais :

> disponibilidade de terras baratas em comunidades de minorias e suas vizinhanças, a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa e carência de recursos políticos, típicas das comunidades de minorias, a ausência de mobilidade espacial das minorias em razão de discriminação residencial e, por fim, a sub-representação das minorias nas agências governamentais responsáveis pelas decisões (ACSERALD, 2002:p. 53).

É nítida uma prevalência do crescimento econômico sobre as demais dimensões da vida social e que consequentemente produz muitos impactos ambientais (e sociais). Na definição de Meio Ambiente contido na Política Nacional do Meio Ambiente (1981), já apresenta um componente que o atrela a agenda social quando trata da vida em todas as suas formas impactando desfavoravelmente seu desenvolvimento. Tendo a política a intenção de compatibilizar o desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

III. CONCLUSÃO

As reflexões acima são próprias de uma profissão vinculada a pauta para qualidade de vida e efetivação de direitos a população. Em meio a complexidade que a realidade social assume, o diálogo socioambiental deve ser encarado como um tema a ser esmiuçado, be como pressupô-lo como transversal às dinâmicas da questão social.

É de se entender sua importância no contexto profissional ser recente. Nunes (2015) informa que a questão socioambiental tornou-se recorrente no Serviço Social a partir de 2001, à medida que surgiram pesquisas abordando o tema dos Movimentos Sociais

Urbanos na gestão socioeconômica e ambiental, bem como os que abordavam indicadores de desenvolvimento local sustentável. As produções em forma de artigos iniciaram por volta de 1990, sendo o auge da produção os anos de 2000 a 2006.

Assim, a maturação do posicionamento profissional diante do tema é algo que precisa ser buscado. Uma profissão que enfrenta cotidianamente os rebatimentos das transformações nas relações sociais, precisa mergulhar na compreensão da trama societária e suas contradições.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 5. p. 49-60, jan/jun, PR: Editora UFPR, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, **Nosso Futuro Comum,** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2ª ed. 1991. pgs. 1- 16.

MACEDO, Maria Katarina da Silva. **Serviço Social e questão ambiental:** uma análise da crise ambiental e seus desdobramentos na sociedade e no meio profissional. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/servico-social-e-questao-ambiental-uma-analise-da-crise-ambiental-e-seus-desdobramentos-na-soci.pdf . Acesso em 15 de janeiro de 2017.

NUNES, Letícia Soares; Amanda Gomes de Medeiros Silva. **A concepção de questão socioambiental e o serviço social.** Temporalis, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 97-116, jul./dez. 2013.

GOMES, Maria de Fátima C.M. & FERNANDES, Lenise L. **A mercantilização da cidade e a questão do desenvolvimento local**. O Social em questão, N° 18, Ano X, RJ: Puc-rio, 2007:2.

SCHONS, Selma Maria. **A questão ambiental e a condição de pobreza.** Florianópolis. Katálysis, Ed. UFSC, v. 15, n.1, jan-jun 2012, p. 70-78.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e as Principais formas de enfrentamento no século XXI.** ARAÚJO, Nailsa M.S.; SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Maria das Graças e. Educação Ambiental e Serviço Social: O PEAC e o Licenciamento na Gestão Pública do meio Ambiente. Aracajú: Editora UFS, 2012.

_____. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

"DEUS ESCREVE CERTO POR LINHAS TORTAS"

Considerações sobre a despolitização da perda do poder familiar e a submissão entre os pobres

Juliana Viana Ford[52]

Resumo

Este artigo convida à reflexão sobre os processos de alienação experimentados pelas classes subalternas através da submissão a medidas de proteção dos direitos da criança e do adolescente que implicam em punição às famílias pobres. A destituição do poder familiar aplicada a indivíduos cuja precariedade dos meios de sobrevivência e o modo de vida correspondente a essas condições mantém relação com o aumento das desigualdades e da desproteção social forma o terreno onde se pensa a expressão da consciência política desses indivíduos, que culpabilizados pelo Estado e pela sociedade assumem para si a posição de "desqualificados".

Palavras-chave: Poder familiar; Estado; Consciência.

Abstract
This article invites reflection on the processes of alienation experienced by the subaltern classes through submission to measures to protect the rights of children and adolescents that imply punishment of poor families. The destitution of family power applied to individuals whose precarious means of survival and the way of life corresponding to these conditions is related to the increase of inequalities and social unprotection forms the terrain where one thinks the expression of the political conscience of these individuals, who are blamed by the State and by society assume for themselves the position of "disqualified".
Keywords: Family power; State; Consciousness.

52 Assistente social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: ju_ford@hotmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais.

1. INTRODUÇÃO

A institucionalização do Serviço Social como profissão que atua diretamente na expressões da questão social, que se insere na divisão social e técnica do trabalho para atender à demanda de controle da pobreza e dos pobres, criou uma identidade para a categoria que vem sendo desconstruída mas que ainda tem certa força. O objeto da prática dos assistentes sociais são as desigualdades produzidas pela forma capitalista de sociabilidade, que desde as primeiras décadas do século XX, no Brasil, e após intensas transformações, sustenta a existência da atividade profissional no mercado de trabalho. Esta, porém não se limita à questão objetiva da pobreza: o modo de ser dos pobres historicamente foi alvo de ações corretivas protagonizadas inclusive pela classe dos assistentes sociais.

Em tempos de retirada dos direitos sociais e da realização de programas de redução da miséria que assumem um caráter seletivo e focalizado, as desigualdades sociais aumentam em ritmo acelerado, deixando mais pessoas à mercê da própria sorte, tendo que desenvolver os próprios meios de sobrevivência. Essas pessoas estão à margem do modo de sociabilidade que tem na relação de assalariamento o seu pilar e que tenta se manter dominante apesar das mudanças sociais que afetam profundamente o mundo do trabalho. O desemprego estrutural e a flexibilização das relações de trabalho, que no Brasil começaram a ser sentidos entre o fim do anos 1980 e início da década de 1990, como processo de ajuste da economia local à política econômica externa comandada pelos países do centro do capitalismo, tem produzido situações de extrema pobreza, de formas indignas de sobrevivência, que nos afastam da ideia da civilização e nos aproximam de um cenário de barbárie (NETTO, 2012).

A pobreza no Brasil assume contornos inéditos neste momento de avanço do que Harvey (2011) chama de forças destrutivas de realização do capital, e em pleno desmonte dos direitos sociais se torna objeto de intervenção ainda mais sistemática das instituições que regulam a ordem social, como a polícia e o judiciário. A redemocratização do país foi um período em que se observa fortes avanços no plano do reconhecimento de diversos direitos sociais, mas que do ponto de vista político e econômico estava atrelado à necessidade de abertura do país aos ajustes demandados pelo capital internacional. O que significa que os

avanços produzidos naquele período encontrariam limites para se materializar, haja vista a lógica neoliberal por traz dessas mudanças. Dessa forma, fica comprometida a realização dessas políticas/direitos na sua integralidade.

Se antes da elaboração Direitos da Criança e do Adolescente o judiciário concentrava a sua atuação na correção e punição de crianças e adolescentes pobres, após esse marco os métodos utilizados pela instituição foram alterados mas o sentido da sua intervenção continua atrelado ao controle social. Isso por questões de ordem material, pelos limites que a proteção social encontra sob a política neoliberal, e também por força do modo como a sociedade entende o problema do adolescente autor de ato infracional, por exemplo. O pensamento conservador faz parte da constituição dos indivíduos da sociedade contemporânea, pois as ideias da classe que domina os meios de produção tenta se estabelecer também como as ideias dominantes para a sociedade, disse Marx.

Em substituição ao Código de Menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente não restringe a intervenção do Judiciário às crianças e adolescentes carentes de recursos materiais, mas na prática os serviços prestados pelas Varas Especializadas da Infância e Juventude tem nos pobres o seu público majoritário. A lei significa um avanço ao propor que ao invés de contidos, essas crianças e adolescentes precisam ter seus direitos garantidos de qualquer ameça. No entanto, o encolhimento das políticas públicas e a ideia de responsabilização individualizada do cuidado e da proteção tornam a família única culpada pelas privações vividas pelas crianças e adolescentes atendidas nas Varas da Infância e Juventude. Desse modo, a garantia dos direitos da criança e do adolescente, em muitos casos, tem passado pela culpabilização e punição de seus familiares (FORD & GAVA, 2011).

Nessa lógica, a criança e/ou adolescente cuidada por uma família em situação de extrema pobreza, com casos de dependência química, por exemplo, precisa ser protegida desse ambiente e dassas pessoas, ambos considerados inapropriados para o seu pleno desenvolvimento. Decerto, há muitos casos em que a perda de direitos é tão aguda e vivida por gerações diferentes, que oferece risco à vida de crianças e adolescentes que lá possam conviver, sendo mais do que urgente intervir de forma a resguardar sua integridade.

Também ocorrem situações em que não existem vínculos afetivos entre pais e filhos e a relação entre eles é de violência e maus-tratos. O que demanda ações que ponham um fim a essa convivência.

Porém, os casos a que se dirige esta reflexão são aqueles em que apesar do subemprego, do alcoolismo, do trabalho infantil, etc., a família enquanto local de acolhida e de cuidado não deixou de existir, mas se apresenta de um modo diferente do que a sociedade define como cuidado. A destituição do poder familiar nestes casos desqualifica outras formas de experiência familiar construídas sob o desafio de sobreviver sem as garantias fundamentais para uma vida digna, e as pune por não se reajustar, por existir à margem do é considerado normal. Denunciadas por negligência, maus tratos e abandono as famílias pobres não são entendidas no seu contexto, mas tem seu modo de criar e educar os filhos comparado a um único modo de fazê-lo. Portanto, essa forma de "garantir" os direitos da criança e do adolescente não privilegia a discussão das relações familiares considerando os múltiplos aspectos que as determinam. É importante dizer que esta não é uma defesa intransigente dos vínculos biológicos. Apenas tentamos tratar o tema sob a perspectiva de que a pobreza é um fenômeno da sociedade capitalista, e se este ainda é o principal aspecto a definir as sentenças de ações de destituição do poder familiar – na contramão do previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – o indivíduo que vive nessa condição não deve ser responsabilizado por ela. Porém, é assim que se aborda a questão: transferindo a responsabilidade pela falta de condições dignas de sobrevivência do Estado para as famílias. São elas quem sofrem as sanções por não conseguir prover o seu sustento e de suas crianças/adolescentes. Em resumo, a proteção social serve de argumento para justificar mecanismos de controle social que seguem atuando de forma sutil e requintada.

Esse refinamento do controle social pode ser entendido sob a perspectiva da diminuição na resistência que se coloca à sua efetuação. Ou como a maior aceitação dos seus meios de realização. As reações ao controle social perderam parte do incômodo por traz das ações revolucionárias: a falta de alternativas reais de superação da ordem societária em crise diz muito a respeito de estarmos confortáveis com o pacto entre as classes sociais pela humanização do capitalismo (IASI, 2009, p. 31). Nesse sentido, pensar o uso da medida de destituição do poder familiar como instrumento de controle social implica considerar que as famílias às quais ela se destina tendem a aceitar o rompimento definitivo dos vínculos com

suas crianças e/ou adolescentes como quem aceita o próprio destino. Em minha pesquisa de mestrado procurei observar como essa percepção distorcida da realidade aparece nos relatos de pessoas que enfrentaram o processo de destituição do poder familiar, tratando a questão sob o viés da formação da consciência de si. Neste trabalho tentaremos abordar essa questão de forma reduzida e usando poucas falas dos sujeitos entrevistados.

2. Indivíduo, família e sociedade

A família cumpre um papel fundamental nos processos de formação das individualidades e de reprodução das relações sociais, pois a partir dela o indivíduo começa a se reconhecer como tal – como diferente do outro – e é introduzido na sociedade através do contato com algumas de suas regras e normas. As relações entre indivíduo, família e sociedade possuem uma dinâmica que é historicamente determinada, ou seja, que varia de uma sociedade para outra. O modo como nos entendemos únicos e pertencentes a um corpo social é atravessada pelo modo como se organiza a sociedade, pelos seus valores. Partindo da forma mais acabada e complexa de sociabilidade para outras mais simples, Mark Poster (1979) propôs uma crítica às estruturas que dão suporte à formação dos indivíduos na sociedade moderna, fazendo referência a conceitos psicanalíticos mesmo que com alguma ressalva.

A consolidação do capitalismo como sistema político, econômico, social, cultural e ideológico a partir do século XVIII marca a produção de novas relações sociais em que a burguesia tenta sobrepor os seus valores aos das demais classes sociais, como meio de exercer o domínio dessas relações. Nesse contexto, a família burguesa é idealizada como um modelo a ser seguido, como uma necessidade para alcançar a integração social. Em comparação às estruturas sociais anteriores, essa mudança significou uma forte repressão da satisfação sexual, a separação entre amor/casamento e sexualidade e uma rígida divisão dos papéis sexuais. A família se reduz a um núcleo composto pela figura masculina como o provedor econômico, frequentador dos espaços públicos, de raciocínio objetivo e autoridade maior no núcleo; a figura feminina como dependente do homem, dedicada aos cuidados domésticos e à criação dos filhos, frágil emocionalmente; e os filhos como alvo de uma educação para formá-los reprodutores dos papéis aprendidos na família (TOZONI, 1989, p.110).

A formação desses novos hábitos e costumes como representação das ideias que prevaleceriam sobre as demais ideias da época mantém relação com o desenvolvimento de certa estrutura psíquica, cujos pilares são "[…] a autoridade restringida aos pais, profundo amor parental pelos filhos e uma tendência para empregar ameças de retirada de amor, a título de punição, em vez de castigo físico" (POSTER, 1979, p. 195). Pensar a romantização da maternidade, a importância que ela tem quando se fala em feminilidade, em ser mulher, também a representação da criança como ser imaculado e puro, são elementos que nos ajudam a entender essa construção da família moderna como uma relação de submissão e de exercício do poder contra o prazer do outro. A formação dos núcleos familiares traz consigo a individualização do cuidado das crianças e da responsabilidade pelo seu sustento, conferindo aos pais um dever e uma autoridade em relação aos filhos que se realiza como a negação do prazer no outro, sob a forma de ameaça da perda do amor paterno. Em seu processo de desenvolvimento a criança se adapta a um padrão de troca sistemática da gratificação corporal pelo amor parental, produzindo uma internalização profunda do progenitor do mesmo sexo. "As diferenças sexuais convertem-se em profundas diferenças de personalidade. […] As diferenças de idade tornam-se padrões internalizados de submissão" (ibid., p. 195).

A socialização das crianças na família burguesa é extremamente distante do que ocorria nas famílias camponesa e aristocrática, suas antecessoras. Nestas, o cuidado com as crianças era realizado por diferentes pessoas além do pai e da mãe, sua sexualidade não era reprimida e sim estimulada, sua aprendizagem era dirigida à obediência da hierarquia social, e a base desse sistema era o emprego de castigos físicos como estímulo da vergonha, e não da culpa. A individualidade não anulava as relações de dependência entre eles, ao contrário do que acontece na família burguesa, a qual estimula o indivíduo a pensar que é um ser autônomo, independente de outros.

O indivíduo formado na família moderna é aquele submetido à satisfação do outro em troca de aceitação, de aprovação. O amor é relacionado à negação do próprio desejo, à repressão das próprias vontades para encontrar acolhida no outro. Não submeter-se implica rejeição, despertando o sentimento de culpa. A recusa do outro é uma possibilidade dolorosa para o indivíduo, pois somos seres sociais e precisamos nos relacionar para

simplesmente existir. Quando essa possibilidade se realiza vivemos a culpa como forma de punição por não termos atendido as expectativas alheias. O desenvolvimento dessas estruturas psíquicas em meio à dinâmica da modernidade compõe o processo civilizatório como momento histórico em que "[…] o objetivo primário, isto é, a satisfação integral de necessidades é abandonado" (MARCUSE, 1975, p. 33). O homem civilizado se esforça para obter o que é útil, o que não lhe traz prejuízo, e ao passo em que esse valor é transmitido por um longo período as relações sociais assumem a característica do utilitarismo.

Geração após geração, os ideais de família e indivíduo burguês se solidificaram como uma forma de existir aprendida socialmente – na família e nos demais espaços de socialização. Entretanto, esses referenciais tem sido colocados à prova pela dinâmica das relações na contemporaneidade.

O ideal de família se desgastou conforme a sociedade se modificou - a maior autonomia e inserção das mulheres no mercado de trabalho após a invenção das pílulas anticoncepcionais é um exemplo. Busca-se entender a família na sua pluralidade, como algo definido para além das relações de parentesco. A reprodução da forma idealizada de família, no entanto, continua sendo exigida em diferentes espaços como instrumento para produzir o controle social. Não adaptar-se gera uma responsabilização que parte não só da sociedade para o indivíduo, mas também dele consigo mesmo, uma vez que se aprende desde os primeiros anos de vida que para ser aceito em sociedade, para obter sucesso, é preciso corresponder a essas expectativas, é necessário fazer o que lhe foi ensinado.

No Brasil, o equivalente ao processo civilizatório europeu teve início no final do século XIX com a propagação ideológica do familiarismo através do pensamento católico e positivista (ALENCAR, 2010, p. 138 *apud* COLBARI, 1995). Tão importante quanto estabelecer um novo padrão de desenvolvimento das relações sociais era fazer com que os pobres aderissem a esse padrão de sociabilidade. Havia um forte discurso pela moral familiar articulado ao de valorização do trabalho – que repousa sobre os ideias de ordem, progresso, civilidade e moralidade, contra o ócio, a marginalidade e o vício.

> No Brasil, ambos o familiarismo e a valorização do trabalho forneceram insumos suficientes para a articulação de uma política de normatização e disciplinamento das classes trabalhadoras urbanas, cujo conteúdo se expressava na disciplinarização do espaço urbano, no controle das unidades habitacionais, na regulação dos corpos e dos afetos (ibid., p. 138-139).

O conjunto desses aspectos sobre as relações entre indivíduo, família e sociedade moderna nos ajuda a refletir sobre como estar à margem do modo dominante de sociabilidade afeta as individualidades. Estar à margem significa ter falhado, ter fracassado enquanto indivíduo inserido nas relações modernas. Dessa forma, é provável que o desempenho insatisfatório do papel social para o qual foi preparado desde os primeiros anos de vida provoque no indivíduo o sentimento de incapacidade e de culpa. O que pode levá-lo a se conformar, a se calar e se aquietar. Pois na medida em que a pessoa se sentir responsável por não estar adequada às normas mais ou menos definidas de funcionamento da sociedade e por isso se colocar no lugar de inabilitado, a sua disposição para questionar a realização do controle social, o seu incômodo com as exigências feitas contra ela deve ser minimizada. O corpo deve se pôr mais conformado com as punições a lhe serem aplicadas, já que o próprio indivíduo se julga culpado pelas faltas atribuídas a ele. Resignado, ele se apassiva.

À luz dessas reflexões pensamos os relatos de duas famílias denunciadas em processos de destituição do poder familiar no ano de 2010 e que foram objeto da minha dissertação de mestrado, em 2014. Uma jovem mãe de quatro filhos, todos abrigados pela Vara da Infância e Juventude do município de Vila Velha, no Espírito Santo, traz em sua fala essa resignação de quem tenta enxergar na própria situação um motivo para acreditar que foi melhor assim. Dependente química e desempregada, Sabrina[53], de 22 anos, morava com os filhos e o pai deles – também usuário de drogas e desempregado - nos fundos do quintal da casa de sua mãe, e disse o seguinte ao ser perguntada sobre se concordava com o abrigamento das crianças:

> Por uma parte com certeza não, né. Mas por outra parte também, né… Deus escreve certo por linhas tortas. Talvez Ele possa ter feito isso, tirado eles de mim porque sei lá, poderia ter acontecido alguma coisa, não sei, eu já tive vários sonhos, umas visões mostrando. Eu coloco isso na minha cabeça, que tudo vem da vontade de Deus. Se ele permitiu que isso acontecesse é porque ele quis mudar a minha vida, os meus filhos. Daí eu tomei nojo da droga (FORD, 2014, p. 47).

53 Os nomes das pessoas entrevistadas não foram revelados. Usaremos nomes fictícios.

O sujeito dessa fala tenta se conformar com a própria situação, aceitar que não havia melhor solução para os problemas que enfrentava e reconhecer que não há mais nada a se fazer, pois esse é um designo de Deus para a sua vida e a dos seus filhos. Quando diz "poderia ter acontecido alguma coisa", Sabrina procura justificar o abrigamento dos filhos colocando-se na condição de incapaz, o que pode ocorrer em razão da dependência química, mas na medida em que há tratamento para este mal a incapacidade se torna reversível, só depende de investimento na recuperação da saúde do indivíduo e de condições de vida digna, o que não aconteceu neste caso. Sem esse respaldo e tendo que sobreviver por seus próprios meios, a institucionalização pode ser entendida como um mal necessário, uma motivação para que Sabrina não se acomodasse a falta ou a precariedade dos serviços e fosse tentar o tratamento da forma como pudesse. Outro ponto a ser considerado está na crença às instituições como o Judiciário: a autoridade conferida à figura do juiz na sociedade moderna, a importância da lógica formal para essas relações é algo que de algum modo inibe a capacidade do indivíduo de contestar as decisões tomadas nessa esfera de poder. Sobretudo de pessoas pobres, marginalizadas. Aceitar as determinações que partem dessa instância é um ensinamento que continua sendo reproduzido. Cabe destacar ainda que na Vara da Infância e Juventude onde foi feita a pesquisa, muitas das famílias ameaçadas de destituição do poder familiar possuíam um histórico de rompimento dos vínculos familiares. Ou seja, diferentes gerações da mesma família sofreram diversas violências, carência material e de serviços públicos, o que acaba sendo naturalizado, transformado em destino contra o qual não se pode lutar. Esgotada a esperança de retomar a convivência com os filhos, a resignação talvez seja o caminho mais confortável para a jovem.

Outro modo de abordar a mesma questão é sob a perspetiva da experiência do tempo para essas pessoas: perceber sua relação com o passado, o presente e o futuro pode nos ajudar a conhecer mais sobre o que cada um entende e espera do processo de destituição do poder familiar. Afinal, nossas ações no mundo são fruto do que já vivemos ou viveram antes de nós, e do que viveremos ou viverão as próximas gerações. A referência do tempo histórico é indispensável para se pensar as relações sociais; por isso foi perguntado a Carlos, 38 anos, casado com Luzia, 37 anos, e pai de três filhos recolhidos em abrigo pela mesma Vara da Infância acima citada, qual era o seu pensamento sobre o futuro dos filhos. Embora tivesse afirmado que sentia "muita, muita, muita" falta dos filhos, Carlos disse que

"Do jeito que tava o futuro deles não ia ser muito grande não" (ibid., p. 49). Questionado sobre como avaliava o momento presente, disse: "Eu prefiro do jeito que eles tão lá. Bem cuidado, está estudando. Tudo tem sua hora" (idem, p. 49). Com essas falas podemos problematizar quê expectativas para o futuro produz um indivíduo com a história de vida de Carlos: alcoolista, de baixa escolaridade, morador da periferia da cidade e trabalhador informal sem garantias sociais e acesso a serviços públicos de qualidade? Essa trajetória de vida é atribuída de um peso difícil de suportar: o fracasso da formação do indivíduo moderno.

Nesse contexto, a relação do indivíduo com o próprio passado pode se estabelecer na desvalorização das experiências vividas, considerando-o apenas como o que não deve ser repetido. O futuro, então, seria entendido descolado das experiências do passado, sem grandes esperanças no que está por vir. O presente, ainda que doloroso traz mais segurança ou menos incertezas do que o futuro para o qual quase não há expectativas. Perpetuar as condições do presente para que o futuro não escape ao já conhecido, fazer do futuro o próprio presente, ou presentismo para François Hartog (1996), seria a forma como as sociedades ocidentais tem se relacionado com o tempo. A frustração sentida no presente mantém relação com o passado e se expressa como perspectiva – ou não – de futuro. O modo como as famílias tratadas neste artigo podem ser entendidas a partir dessa discussão inspirada na proposta do estudo das temporalidades em História: elas se conformam com o abrigamento de suas crianças/adolescentes na medida em que tentam não imitar o passado e garantir que o futuro seja a continuação do presente.

A resignação dessas famílias em relação ao processo de destituição do poder familiar e a subordinação a condição de desqualificadas nesta sociedade serve para pensar o nível de internalização das ideias, dos costumes e hábitos da modernidade, e o quanto esse processo reflete num autocontrole dos indivíduos que alimenta a dominação social das relações econômicas. Esta é uma discussão complexa, de múltiplas determinações, a qual não temos nenhuma intenção de esgotar. Pelo contrário, é importante sobretudo para o trabalho do assistente social explorar a diversidade de questões que compõe a realidade, de forma que essas análises subsidiem a sua intervenção nos diferentes espaços ocupacionais.

3. CONCLUSÃO

As questões apontadas ao longo do texto trazem à tona um debate da maior importância no campo da proteção social e da garantia de direitos: a necessária desnaturalização da aplicação da destituição do poder familiar contra famílias pobres como forma de submetê-las a uma punição e de responsabilizá-las exclusivamente pelo rompimento dos vínculos familiares. Não se trata de afirmar que o indivíduo não consiga fazer qualquer tipo de escolha, que as forças sociais estão sempre o direcionando para um sentido ou para outro. Mas de entender que o seu modo de ser no mundo não é uma criação apenas sua, ela é perpassada por múltiplas determinações elaboradas num certo tempo histórico e num certo espaço físico. E que sob a forma de sociabilidade capitalista esse indivíduo vai sofrer diversos estímulos para se ajustar ao modo de ser dominante ou, quando isso não acontecer, para assumir a culpa por não corresponder àqueles estímulos. Essa reflexão diz muito a respeito do trabalho dos assistentes sociais no campo sociojurídico e em outros campos de atuação.

Apesar de a profissão ter avançado nas discussões sobre o sentido da sua atuação, fazendo coletivamente a opção de se aproximar dos interesses da classe trabalhadora em defesa dos direitos sociais e contra todas as formas de exploração e de dominação, a herança conservadora ainda é presente na categoria. Por mais que o ideal de família burguesa esteja erodindo aos poucos diante das transformações das relações sociais no final do século XX e início do XXI, a maternidade ainda é um conceito muito arraigado às estruturas sociais do século XVIII, e isso é percebido quando se exige das famílias denunciadas em processo de destituição do poder familiar um certo comportamento não desviante. As condições de vida dessas pessoas, seu jeito próprio de se expressar diante das adversidades, não é considerado nas análises institucionais das relações familiares como o resultado da atuação de diversas forças sociais postas em movimento. Esse jeito serve apenas para desqualificá-los, para considerá-los incapazes de se aproximar da forma ideal de existir em sociedade. E nesse sentido, a escolha política do Serviço Social de se alinhar aos interesses das classes exploradas deixa de ter materialidade.

A armadilha do conservadorismo é de grande astúcia e exige muito dos profissionais do Serviço Social, sobretudo porque nós nos constituímos enquanto indivíduos a partir dos costumes e das ideias predominantes nesse tempo histórico. Mas essa constituição é

diversa e não homogênea, por isso é extremamente importante aproveitarmos o conhecimento produzido pelo Serviço Social e pelas áreas que lhe dão suporte, e pensarmos a prática profissional sob o viés da crítica das relações sociais de forma histórica.

Por fim, defendemos que desnaturalizar o processo de destituição do pode familiar aplicado a famílias pobres apenas por seus recursos materiais pode ser entendido como um ato de resistência à lógica neoliberal dos processos políticos, econômicos e sociais, na medida em que se opõe à culpabilização dos indivíduos por suas condições de vida e tenta enxergar nessa forma de existência criada a partir da negação até mesmo da dignidade uma inventividade, uma autenticidade que tenta superar ainda que parcialmente alguns desafios postos na realidade. Esse aspecto precisa ser ressaltado numa sociedade de padrões, em que as idealizações são um imperativo para os indivíduos: a elaboração de estratégias próprias de sobrevivência merece ser pensada não como um desvio, mas como uma forma de estar no mundo que busca não ser limitada pelo avanço das relações econômicas.

4. REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. M. T. Família, trabalho e reprodução social: limites da realidade brasileira. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (Orgs.) **Família & Famílias**. Rio de Janeiro : Editora Lumen Juris, 2010.

FORD, J. V. **Quando o adequado é admitir-se 'inadequado'**: O limite da indignação na aceitação da ameaça de perda do poder familiar. 2014. [Dissertação] (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ.

FORD, J. V. & GAVA, M. A. **O avesso do processo de adoção**: crítica ao direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes na sociedade capitalista, (Trabalho de conclusão do curso de graduação em Serviço Social), Vitória : UFES, 2011.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo : Boitempo, 2011.

HARTOG, F. **Time, History and the writing of History: the order of time**. ANAIS. KVHAA Konferenser. Estocolmo: 1996, v. 37, p. 95-113.

IASI, M. L. A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada. In: **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro/RJ, vol. 19, nº 1, p. 25-40, Jan.-Jun. 2009.

MARCUSE, H. **Eros e Civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 6 ed. Rio de Janeiro/RJ : Zahar, 1975.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. In: **Revista Argumentum**, Vitória/ES, vol. 4, n.1, p. 202-222, jan.-jun. 2012.

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro/RJ : Zahar, 1979.

TOZONI, J. R. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S; CODO, W. (Org.) **Psicologia social**: o homem em movimento. 8 ed. São Paulo/SP : Brasiliense, 1989.

DEIXAI OS MORTOS O CUIDADO DE ENTERRAR OS SEUS MORTOS: a financeirização no ProJovem Trabalhador.

Mônica Paulino de Lanes[54]

RESUMO: O artigo objetiva analisar os aspectos da financeirização do capital no programa ProJovem Trabalhador. As transformações societais contemporâneas têm requisitado um novo formato para as políticas sociais. No caso desse programa duas principais características têm se explicitado em relação à força de trabalho juvenil: por um lado o programa tem se mostrado como importante estratégia de formação/conformação, com o reforço do empreendedorismo; e por outro lado, tem servido como mecanismo de inserção dessa força de trabalho no mundo das finanças. Para isso realizamos pesquisa bibliográfica e documental. Apresentaremos o desenvolvimento do programa, suas características e sua relação com a financeirização.

PALAVRAS CHAVES: Financeirização, Política Social e ProJovem Trabalhador.

ABSTRACT: The article aims to analyze the financial aspects of capital in the ProJovem Worker program. Contemporary societal transformations have called for a new format for social policies. In the case of this program two main characteristics have been made explicit in relation to the youth workforce: on the one hand the program has been shown as an important formation / formation strategy, with the reinforcement of entrepreneurship; And on the other hand, has served as a mechanism for insertion of this workforce into the world of finance. For this we perform bibliographical and documentary research. We will present the program's development, its characteristics and its relationship with financialization.

KEYWORDS: Finance, Social Policy and ProJovem Worker.

[54] Professora assistente do Curso e Departamento de Serviço Social da UFVJM. Doutoranda em Serviço Social pela UFRJ e Mestre em Política pela UFES. E-mail: monicapaulinodelanes@gmail.com. **Eixo temático**: Ofensiva do Capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais.

1 – INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo requisita um novo formato para as políticas sociais[55] como forma de assegurar a reprodução da acumulação capitalista. Atendendo a esse novo formato as políticas sociais têm como principal pressuposto possibilitar a inserção da força de trabalho no mundo das finanças (GRANEMANN, 2007). Assim, o objetivo desse artigo é analisar os aspectos da financeirização do capital no programa ProJovem Trabalhador, compreendendo-o como parte desse novo formato das políticas sociais. Para isso realizamos pesquisa bibliográfica e documental e apresentaremos o desenvolvimento do programa, suas características e sua relação com a financeirização.

A crise do capital dos anos 1960/1970, período em que a onda expansiva se esgotou, marca a entrada na terceira fase do capitalismo monopolista, e as formas encontradas pelo capital para enfrentar essa crise vão fundamentar as bases do capitalismo contemporâneo (CARCANHOLO, 2011), que tem como características fundamentais: a reestruturação produtiva; a ideologia neoliberal; e a financeirização do capital[56], com a extraordinária ampliação do capital fictício[57]. A financeirização é resultado da superacumulação e da queda da taxa de lucros dos investimentos industriais. Como o capital prefere não produzir do que produzir sem lucro, uma grande parte do capital ficou disponível na forma de capital-dinheiro, e parte desse valor (na forma capital-dinheiro) é investido no setor de serviços[58], ou seja, parte do mais-valor é consumido no investimento no setor de serviços. Entretanto, dada a dificuldade de encontrar espaços de valorização, um montante extremamente significativo permaneceu na circulação buscando valorizar-se, o que possibilitou o crescimento brutal do capital fictício. Fato que faz parecer que o processo de valorização do capital pode se dar sem a mediação da produção, mas que na verdade drena os ganhos da

[55] Entendemos Política Social como uma das estratégias de enfrentamento às expressões da "questão social" surgida na fase monopólica do capital como resposta à luta dos trabalhadores, mas que, contraditoriamente, também atendeu à demanda do capital, na busca dos superlucros. Para aprofundar esse debate consultar Behring; Boschetti (2007).
[56] Para outras informações sobre consultar: Netto; Braz (2006); Harvey (2003).
[57] Entendemos o capital fictício como um desdobramento do capital do capital comércio de dinheiro em capital a juros, que é parte do processo de autonomização das formas funcionais do capital. Assim, o capital fictício se constitui na promessa de apropriação de uma parte do valor que ainda será produzida (CARCANHOLO, 2011; CARCANHOLO, NAKATANI, 1999; MARX, 1984).
[58] O capitalismo não pode funcionar sem uma determinada massa de capital na forma dinheiro, e também não pode funcionar sem uma massa de capital fictício. Marx (1984, p. 238) afirma que "determinada parte do capital tem de constantemente existir como tesouro, capital monetário potencial: reserva de meios de compra, reserva de meio de pagamento, capital desocupado que, em forma-dinheiro, espera sua aplicação; e parte do capital reflui constantemente nessa forma".

mais-valia global[59], ou seja, trata-se da exponenciação do parasitismo (NETTO; BRAZ, 2006).

Os resultados desse processo de ampliação do capital fictício, característica marcante do capitalismo contemporâneo, aliados às consequências da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, trazem impactos para as classes trabalhadoras: 1) Como se trata da apropriação de uma mais-valia que ainda não foi produzida é preciso expandir a massa de mais-valia produzida, o que significa aumento da exploração em suas diversas formas (redução de salários e dos direitos, prolongamento da jornada de trabalho e intensidade do trabalho); 2) O capital fictício demanda uma maior reforma do Estado (mais privatizações, reduções dos gastos públicos), como forma de assegurar espaços de valorização do capital, e o aumento da dívida pública para salvar os mercados financeiros (CARCANHOLO, 2011).

Feitas essas primeiras e rápidas aproximações, precisamos pensar agora em que medida a financeirização do capital impacta o programa e que traços dessa nova fase do capital vão se manifestar no ProJovem Trabalhador.

2- **DESENVOLVIMENTO:** Aspectos da financeirização no ProJovem Trabalhador.

As primeiras experiências efetivas de políticas sociais para juventude se iniciam, no Brasil, a partir dos anos 1980. Na década seguinte houve um grande aumento de iniciativas, muitos deles voltados à geração de emprego e renda para a juventude (SPOSITO; CARRANO, 2003). Nos anos 2000 há um salto de qualidade, em relação às políticas anteriores, nas ações voltadas a esse público, dentre elas: a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2004, do Grupo Interministerial e da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005; a realização da Conferência Nacional de Juventude também em 2005. O programa ProJovem surge também em 2005 como resultado do diagnóstico realizado do Grupo Interministerial que recomendava maior integração e complementaridade entre os programas voltados para a juventude e tinha como objetivo aumentar o nível de escolaridade de modo a inserir esses jovens no mercado de trabalho[60] (BRASIL, 2008), em

[59] Marx (1984, p. 242) tratando do capital monetário afirma que "é igualmente claro que seu lucro é apenas uma dedução da mais-valia, uma vez que só tem a ver com valores já realizados (mesmo que realizados apenas em forma de títulos de crédito).

[60] "A reificação das relações sociais capitalistas, que fazem com que as relações entre as mercadorias assumam características de relações sociais, pode ser expresso, no caso em estudo, no uso do termo "mercado de trabalho" que aparece personificado, escondendo "[...] que o mercado de trabalho resulta de relações sociais,

razão dos altos índices de desemprego dos jovens. Em 2007 foi lançado o Programa ProJovem Integrado que agrupou seis programas: o próprio ProJovem, o Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Juventude cidadã e o Consórcio da Juventude. A mudança pretendia alcançar um número maior de jovens para além das regiões metropolitanas (BRASIL, 2008). Em 2008 iniciam as atividades do ProJovem Integrado através de quatro modalidade: ProJovem Urbano[61]; ProJovem do Campo[62]; ProJovem Adolescente[63] e ProJovem Trabalhador.

O ProJovem Trabalhador ficou sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho (MTE)[64], unificando as ações do Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, tendo como objetivo "[...] preparar o jovem para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho" (BRASIL, 2008; 2010).

Os jovens inscritos no programa[65] recebem uma bolsa de R$ 100,00 mensais, durante a execução do programa e não podem ser cumulativos a outros benefícios sociais federais de natureza semelhante[66]. O valor é repassado diretamente do governo federal para os beneficiados do programa através de uma conta bancária, constituindo-se em mais um dos programas de transferência de renda, porém de caráter ainda mais pontual do que os

---

relações de força e de poder vinculadas a interesses de grupos e frações das classes sociais [...]" (FRIGOTTO, 2004, p. 182).

[61] ProJovem Urbano: Destina-se a jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas que não concluíram o ensino fundamental. Oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, participação em ações de cidadania e uma bolsa mensal de R$ 100,00. Duração de 18 meses (BRASIL, 2010).

[62] ProJovem Campo: A modalidade oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, e capacitação profissional de jovens de 18 a 29 anos que atuam na agricultura familiar. Tem duração de 24 meses e é ministrado conforme a alternância dos ciclos agrícolas, respeitando o período em que os alunos trabalham no campo (BRASIL, 2010).

[63] ProJovem Adolescente: Destina-se a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que integram famílias beneficiárias do Bolsa Família. Duração de 24 meses, visa elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, das doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce (BRASIL, 2010).

[64] O ProJovem Trabalhador tem duas submodalidades: o Consórcio Social da Juventude e o Juventude Cidadã. Inclusive, parte da legislação é diferente para o ProJovem Trabalhador – Consórcio Social da Juventude, o qual segue a orientação da Portaria 2043 de 22 de outubro de 2009; o ProJovem Trabalhador – Juventude Cidadã, por sua vez, segue a Portaria 991 de 27 de novembro de 2008. Ambos, seguem as orientações do Decreto 6629 de 2008.

[65]Para participar o jovem deveria: a) ter entre 18 a 29 anos; b) não ter vínculo empregatício; c) renda familiar per capita de até um salário mínimo; d) cursando ou ter concluído o ensino fundamental ou cursando ou ter concluído o ensino médio, e não estejam cursando ou não tenha concluído o ensino superior.

[66] Consideram-se de natureza semelhante ao auxílio financeiro mensal a que se refere o **caput** os benefícios pagos por programas federais dirigidos a indivíduos da mesma faixa etária do ProJovem (Inciso 5º do Artigo 47 da Lei 6.629 de novembro de 2008).

demais programas das políticas de assistência social, uma vez que tem duração muito restrita, em média 12 meses, e com valor extremamente residual.

Por um lado, os programas de transferência entram como substituto da ausência de rendimentos provocada pelo desemprego ou o emprego precarizado (STEIN, 2008) e ganham maior destaque como forma de diminuir a incapacidade de reduzir as desigualdades que afetam de forma especial a juventude, diante da crise do capital e da ausência de direitos. Algumas avaliações apontam o quanto essa renda tem sido importante para esses jovens (SPOSITO; CORRACHANO). Por outro lado, tais programas envolvem também o processo de inserção da força de trabalho (empregada, desempregada ou em formação) no mundo das finanças, pois são viabilizadas por meio de instrumentos creditícios e financeiros operadas por grandes instituições bancário-financeiras. As múltiplas formas de monetarização da política social, via "bolsas", substituem gradualmente as políticas sociais universais, e expressando, ao mesmo tempo, oportunidades de acumulação para os capitais bancários-financeiros[67], uma vez que volumes extraordinários de recursos são drenados para instituições bancário-financeiras para que sejam feitos míseros repasses para os beneficiados dessas políticas (GRANEMANN, 2007).

No que se refere à execução do Programa, a legislação (Termo de Referência 991 de 2008) delega tais execuções à Estados e Municípios com população com acima de 20 mil habitantes e não há necessidade de convênio, acordo, contrato, ajuste ou outro instrumento congênere, o que não dispensa a prestação de contas (Brasil, 2008)[68].

Essa forma de gerir a máquina pública, que se tornou comum na gestão das políticas sociais – a privatização, expressa a lógica da transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, quando cabe ao Estado o papel de financiador e ao terceiro setor o de executor. Tal fenômeno é parte do processo de contrarreforma do Estado[69] (BEHRING,

[67] "[...] Com o desenvolvimento do sistema bancário e nomeadamente tão logo os bancos paguem juros por depósitos, as poupanças de dinheiro e o dinheiro momentaneamente inativo de todas as classes são depositados neles. Pequenas somas, cada uma por si incapaz de atuar como capital monetário, são unificadas em grandes massas e constituem assim um poder monetário [...]" (MARX, 1984, p. 303).

[68] Para a celebração dos convênios a entidade de direito privado sem fins lucrativos na execução do ProJovem Trabalhador deverá ser precedida de seleção por chamada pública e essas deverão comprovar experiência de no mínimo 03 anos no objeto do convênio; ter capacidade física instalada necessária à execução do objeto do convênio; ter capacidade técnica e administrativo-operacional adequada para execução; e apresentar proposta com adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados previstos, em conformidade com as especificações técnicas do termo de referência e edital de chamada pública (BRASIL, 2008).

[69] Para Behring (2003) a contrarreforma do Estado é síntese da expressão das reformas que o Estado faz na direção dos interesses do mercado, caminhando o forte enxugamento da máquina do Estado. Na atualidade esse processo de contrarreforma tem se intensificado e explicitado enormemente a PEC 55/2016 é uma ótima síntese desse processo de redução do Estado com vistas à ampliação do mercado.

2003). Concordamos com Granemann (2007) ao afirmar que é inadequado denominar de política social os serviços sociais operados por agentes privados, mesmo de que forma gratuita, pois considerar política social a privatização do fundo público (em suas várias formas) contribui para a consolidação do fetiche de que o capital pode, através de organizações privadas, operar direitos sociais de maneira pública, coletiva e universal. Constituindo-se em uma forma de ocultar a socialização dos recursos produzidos pelos trabalhadores e apropriados pelo capital.

Um dos objetivos do programa é permitir o acesso à formação profissional integral associando a elevação da escolaridade através da formação básica de 800 horas acrescida da formação profissional com carga horária de 350 horas e 50 horas de atividades de ações comunitárias (BRASIL, 2008). À primeira vista tal objetivo parece ser um avanço, pois, representa, do ponto de vista do ato individual e isolado, a perspectiva do acesso à educação que muitas vezes é negada à juventude das classes trabalhadoras. Do ponto de vista da totalidade é preciso considerar a juventude como parte importante da superpopulação relativa[70]. Analisando a Lei Geral da Acumulação Capitalista[71], Marx (2013) explicitou a importância das mulheres, dos jovens e das crianças no processo de reprodução do capital, como estratégia de redução do valor pago à força de trabalho permitindo, assim, maior apropriação de trabalho excedente não pago, uma vez que tal ingresso significava a ampliação do exército industrial, forçando a redução do valor da força de trabalho.

Apesar das profundas mudanças no processo de acumulação do capital na atualidade, especialmente com o aumento da composição orgânica do capital e as profundas mudanças na organização do trabalho, após a crise dos anos 1960/1970, partimos do entendimento de que a juventude permanece como um dos sujeitos fundamentais na composição da superpopulação relativa na atualidade, contribuindo ativamente para o processo de reprodução ampliada do capital. Concordamos com Mandel (1982) quando afirma que o capital, contraditoriamente, apresenta resistência à essa crescente automação[72] (que gera

[70] Para Marx o exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa é o resultado de um processo dialético, do capital, de criação e supressão simultânea de trabalho necessário (ROSDOLSKY, 2001). Isto porque o pleno desenvolvimento do capital só ocorre quando o processo de produção deixa de estar subordinado à habilidade direta do trabalhador e aparece como aplicação técnica da ciência, dando à produção um caráter científico e reduzindo o trabalho à um simples momento desse processo (MARX, 2011, p. 584-587).
[71] Ver capítulo XXIII de O Capital (MARX, 2013).
[72] Para Mandel a principal característica do capitalismo tardio "[...] não é um declínio nas forças de produção, mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de

uma desqualificação relativa do trabalho e não uma desqualificação absoluta) e uma das formas de resistência inclui o uso de trabalho nos ramos semi-automatizados, tais como a força de trabalho das mulheres, jovens e menores, como já feito em períodos anteriores do capital e já mostrados por Marx (2013).

A proposta de elevação da escolaridade que fundamenta o programa expressa também uma tendência à socioeducação em programas voltados para a juventude, indicando haver uma deficiência nos sistemas de ensino não só no campo pedagógico, mas também, na função socializadora da escola, que não formaria para a cidadania (SPOSITO et al., 2006), fato que estaria criando, segundo esses autores, uma via paralela de educação não-escolar para jovens pobres, o que os leva a questionar se essa via estaria oferecendo uma proposta melhor que a rede pública. Sendo a resposta afirmativa: por que não a articular com o sistema de ensino? Se a resposta for negativa nos faz crer que se trata apenas de ocupar o tempo livre dos jovens dos bairros pobres. Identificamos, desse modo, que há uma orientação geral de cidadania específica em torno do jovem pobre.

A socioeducação pode se tornar também um espaço mitificador, camuflando as reais bases da relação entre juventude e o trabalho, uma vez que o jovem é levado a crer que o seu lugar no "mercado de trabalho", ou a ausência desse lugar, é de sua responsabilidade; e ainda contribui para construir o perfil adequado do jovem trabalhador. Fato que pode confirmar essa tese é que o programa definiu como meta a inserção de no mínimo 30% dos jovens no mercado de trabalho, sendo admitidas as seguintes formas de inserção: a) emprego formal (comprovado através de cópias da carteira assinada dos jovens); b) estágio ou jovem aprendiz (comprovado através de cópias dos contratos); c) ou formas alternativas geradoras de renda (Brasil, 2008). O programa não apresentou nos últimos anos dados de acompanhamentos dos jovens egressos, mas tudo nos leva a acreditar, incluindo o conteúdo programático do programa, que grande parte desses jovens se enquadra na terceira alternativa – formas alternativas geradoras de renda.

Para Chesnais (2005) o capital portador de juros tem uma tendência a demandar da economia mais do que ela pode dar, é uma das forças motrizes da desregulamentação do trabalho e das privatizações, que tende a modelar a sociedade atual, forçando todos a se

forças produtivas, transformadas em forças de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cuja produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que é hoje possível, em termos técnicos e científicos) contaminação da atmosfera, das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante – os aspectos do imperialismo ou do capitalismo tardio tradicionalmente mais denunciados pelos socialistas (MANDEL, 1982, p. 151).

adaptarem às exigências da economia, sem considerar as posições já conquistadas, de modo que as relações sociais sejam quase totalmente submetidas à sombra da ditadura dos mercados financeiros. Em nosso entendimento esse enfrentamento, totalmente à sombra da ditadura dos mercados financeiros, tem se dado de duas formas: 1) Para os jovens que se ajustam às medidas: políticas sociais voltadas para a formação da força de trabalho atendendo ao discurso da empregabilidade e da formação de "capital humano"[73]. Dentre essas políticas citamos as políticas de geração de emprego e renda, em que o ProJovem se enquadra, e a nova proposta do ensino médio que privilegia prioritariamente a formação técnica da força de trabalho; 2) Para os jovens que não se ajustam: encarceramento, fato que pode ser facilmente verificado observando o número de jovens encarcerados, principalmente os jovens homens, negros e das periferias.

Assim, entendemos que há um imbricamento entre a política social e a política penal, atendendo aos interesses da financeirização do capital: De um lado programas focalizados, fragmentados; e de outro a ampliação e consolidação de uma rede policial-penal. As duas estratégias são parte de um único dispositivo que tem por finalidade a gestão e controle social dos pobres, de modo a retificar comportamentos das populações recalcitrantes, assegurando o expurgo cívico dessa população considerada o incorrigível (WACQUANT, 2003), e sobretudo de manter os padrões de acumulação do capital. É preciso ressaltar que com o aprofundamento da crise do capital, que no Brasil culminou com o Golpe parlamentar de 2016, o uso das contratendências[74] se intensificaram, culminando na maior apropriação do fundo público para atender às necessidades do capital, em detrimento às dos trabalhadores, explicitando os traços do neoliberalismo num país de capitalismo periférico[75].

[73] Concordamos com Allan Bhir (2012) ao afirmar que o conceito de capital humano é na verdade a expressão ideológica para camuflar a categoria força de trabalho, atendendo aos objetivos dos Organismos Internacionais para os países de capitalismo periférico, que individualiza, psicologiza e convencem as classes trabalhadoras a sempre manterem-se mobilizadas para conservar esse "capital humano".

[74] Para Romero (2009) dentre as contra-tendências que permitem a recomposição do capital pós crises estão: a) Elevação do grau de exploração do trabalho – aumento da mais-valia absoluta e relativa imprimindo ritmo maior à produção; b) Redução dos salários – atua como tendência e como contra-tendências. "[...] Ao reduzir os salários, as empresas que o fazem conseguem elevar ou manter a sua taxa de lucro, mas a mínima expansão dessa medida implica justamente o inverso, pois retrai ainda mais o consumo, antecipando ou acirrando a superprodução (2009, p. 20); c) Desemprego – "Ele é irmão gêmeo da acumulação", a sua existência força um aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores, pressionando os salários para baixo; d) Desvalorização de capitais – "[...] significa que o desenvolvimento das forças produtivas se converte em desenvolvimento das forças destrutivas, que é a maneira pela qual o capitalismo consegue um novo impulso. Mercadorias invendáveis, fechamento de empresas e desvalorização/desocupação da força de trabalho são as formas mais comuns da sua manifestação, mas a sua destruição física, por meio da guerra, queima de estoques e fome é que ocupou um papel principal nos momentos mais críticos" (2009, p. 21); e) Apropriação de fundos públicos – várias medidas de transferência de dinheiro público para o grande capital não são necessariamente contra-tendências, mas no século XX e nesse século essa medida ocuparam e ocupam papel importante na compensação de prejuízos do capital.

[75] Para Carcanholo (2017) a dependência contemporânea está diretamente ligada à implementação das estratégias neoliberais. Ele afirma que o processo inteiro (a abertura dos mercados, a privatização de setores

No caso da juventude significou a paralisação de grande parte das políticas destinadas a esse segmento. Algumas ações simplesmente forma abandonadas, outras suprimidas (a exemplo a extinção da Secretaria Nacional de Juventude), e outras não recebem mais recursos, como é o caso do ProJovem Trabalhador. Historicamente os programas e ações para juventude são fragmentados e descontinuados, o que facilita que não existam comunicados oficiais sobre o cancelamento ou suspensão deles. Precisamos considerar ainda que de um modo geral a proposta aprovada de Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017) recupera eficientemente e com menor custo um dos objetivos principais do programa analisado aqui: formação/conformação da força de trabalho com vistas à adequação às demandas da financierização do capital.

3- CONCLUSÃO

Percebemos, assim, que a análise do ProJovem Trabalhador mostra que o programa é (ou era) uma importante estratégia no cotidiano desses jovens, como um instrumento na efetivação de direitos sociais e disputa do fundo público pelos trabalhadores, e ainda como mecanismo de sobrevivência.

Como uma das políticas de distribuição de renda, cumpre importante papel no processo de financeirização de capital: assistencialismo minimalista e monetarizado para os jovens pobres sem condições de inserção ao emprego, possibilitando ao capital bancário acesso e manipulação de grandes somas de recursos que resultarão em juros que serão apropriados pelo capital. Como política de geração de trabalho, emprego e renda para a juventude, contribui significativamente no processo de formação/conformação da força de trabalho para atender às demandas atuais do capital, seja atribuindo as “qualificações” técnicas e políticas necessárias aos jovens trabalhadores que terão acesso ao trabalho, seja reforçando o ideário do empreendedorismo (seguindo a orientação dos organismos internacionais) para aqueles que irão compor o exército industrial de reserva. Nas palavras de Marx (2014, p.64): “[...] não faltarão aos senhores capitalistas carne e sangue frescos para serem explorados e aos mortos será determinado que enterrem os seus mortos”.

---

estratégicos, a desnacionalização, vulnerabilidade externa) pode ser resumida no tripé: transnacionlização; desindustrialização; reprimarização das economias dependentes. Tripé esse que acentua os mecanismos de transferência de valor dos países de capitalismo periférico para os países de capitalismo central, reforçando a dependência.

4- REFERÊCIAS

BIHR, Alain. *A fraude do conceito de capital humano*. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2146. Acessado no dia 20 de março de 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Portaria 2043* de 22 de outubro de 2009.

_____. Ministério do Trabalho. *Decreto nº 6.629*, de 04 de novembro de 2008, regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, 2008.

_____. *Lei nº 11.692*, de 10 de junho de 2008, dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens –ProJovem, 2008a.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório Infopen – Relatórios estáticos do sistema prisional.* Brasília: retirado do site http://portal.mj.gov.br, no dia 22/02/2012.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social:* fundamentos e história. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Brasil em contra-reforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**.** *Ensaios FEE*, v 20, nº. 1. p. 264-304. Porto Alegre, junho de 1999.

CARCANHOLO, Marcelo. *Conteúdo e forma da crise do atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades*. In: ___ Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política, v 01, nº 03. Ed. Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo. Dez. 2011.

_____. Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: uma interpretación desde Marx. Madrid. Maia Ediciones, 2017.

CHESNAIS, F. *O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*. In:____ Chesnais, F. (org.) *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CARRANO, Paulo. Políticas Públicas de Juventude: desafios da prática. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virginia (Orgs). *Juventude em Pauta*: políticas públicas no Brasil São Paulo: Petropolis, 2012, pg 235-250.

IBGE. *Indicadores IBGE*: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa – Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2013. Disponível em: ibge.gov.br Acesso em: 22 de fev. 2017.

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos direitos do trabalho. In:___ *Revista Em Pauta*, número 20, p. 57-68, 2007

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação Flexível. In: __: *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Cap. 9, p. 135- 162.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo (Trad.). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O Capital*: Crítica da economia política: livro I. Reginaldo Sant'Ana (Trad.). 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Grundrisse:* manuscrito econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Mario Duayer; Nélo Scheneider (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital*: Crítica da economia política: Volume III. Livro Terceiro. O processo de produção capitalista. Editado por Friderich Engels. Tomo I. São Paulo: Editora Abril, 1984.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Juventude Decente e Trabalho no Brasil*: Transição da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres do Brasil, 2014. Disponível em: <www.oitbrasil.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2017.

ROMERO, Daniel (Org.). *Marx sobre as crises econômicas do capitalismo*. Diego Siqueira (Trad.). São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

ROSDOLKY, Roman. *Gênese e estrutura do capital de Karl Marx*. César Benjamim (Trad.). Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina**:** focalização e condicionalidades. In: Boschetti et al (Orgs.) *Política Social no capitalismo*: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSITO, Marília P; CORROCHANO, Maria C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005.

SPOSITO, Marilia Pontes; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 24, p.16-39, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.>. Acesso em: 12 set. 2006.

SPOSITO, Marília Pontes et al. (Org.). Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 11, nº 32, Mai/Ago. 2006.

WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres*: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (A onda punitiva). Rio de Janeiro, 2003.

FUNÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO E PARTICULARIDADE BRASILEIRA: política de Assistência Social em questão

Marina Rodrigues Corrêa dos Reis[76]

RESUMO: A Política de Assistência Social é concebida no presente trabalho enquanto uma conquista da classe trabalhadora assim como um instrumento que é funcional à ordem social vigente, a tese fundamental deste estudo é de que a política de assistência reflete a necessidade da classe trabalhadora segundo os interesses das classes dominantes. Com base no estudo da "função social" que a política de Assistência Social desempenha, tem lugar a análise imanente da política em voga.

Palavras-chave: Política de Assistência Social; função social; direito; perspectiva do trabalho.

ABSTRACT: The Social Assistance Policy is conceived in the present work as a conquest of the working class as well as an instrument that is functional to the current social order, the fundamental thesis of this study is that the assistance policy reflects the need of the working class according to the interests of the ruling classes. Based on the study of the "social function" that Social Assistance policy plays, there is the immanent analysis of the politics in vogue.

Keywords: Social Assistance Policy; social role; right; perspective of the work.

[76] Assistente Social, Professora de Serviço Social da UEMG - Carangola/MG, Mestre em Serviço Social pela UFJF, e-mail: marinarreis@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No Estado brasileiro, o campo da Assistência Social, historicamente, foi empregado como "objeto de uso e de troca" no padrão de gestão do país. O avanço na área se dá com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Não obstante esse avanço na direção de um aperfeiçoamento das políticas sociais, é preciso situá-las no interior das contradições sociais. Não é nenhuma novidade tão recente a constatação de que as políticas sociais são funcionais ao capital, no âmbito da reprodução da força de trabalho.

Nesse sentido, não basta reconhecer os avanços promovidos na burocracia estatal ou no aparato jurídico recente. Uma melhor compreensão das políticas sociais pode ser alcançada por meio de uma distinção objetiva entre necessidades sociais provenientes das condições reais da classe trabalhadora e interesses dos trabalhadores enquanto classe, aquilo que Mészáros (2008) diferenciou como consciência contingente e consciência necessária:

> A diferença fundamental entre a **consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária** é que, enquanto a **primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo**. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto, a última ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob o controle dos operários uma Fábrica que esteja sucumbindo à "racionalização" capitalista). (MÉSZÁROS, 2008, p. 89, grifo nosso)

Disso podemos derivar que, enquanto as necessidades sociais atuam de modo mais espontâneo e no limite da reprodução das condições de existência da classe trabalhadora, seu interesse somente se realiza com a superação de todas as classes, isto é, com a transformação das condições objetivas de modo a impedir toda forma de exploração do homem sobre o homem. Para além da mera oposição entre necessidades e interesses, a hipótese subjacente aqui fundamental é a de que *a política de assistência reflete a necessidade da classe trabalhadora segundo os interesses das classes dominantes.*

O que tem sido colocado como desafio do dia é a emancipação política, ou seja, aquela que se dá por meios políticos e se constitui como forma final de emancipação dentro da sociedade capitalista. E uma vez que não figura como a forma final da emancipação

humana[77], os meios políticos e jurídicos devem ser prismados pela única lógica que é efetivamente capaz de superar os obstáculos do livre desenvolvimento dos indivíduos e do próprio gênero humano. É, nesse sentido, ter consciência da necessidade de se avançar no plano teórico (pesquisa no Serviço Social) de modo a subsidiar a ação prática no "campo dos possíveis". No caso concreto aqui estudado, é desvendar a aparência da esfera política e das expressões jurídicas, ao ter clareza das potencialidades e/ou limites que a política de assistência – que responde diretamente às expressões da questão social[78] –, comporta para, em outro momento, desvelar a essência de uma proposta de política (caso se faça necessário) que, de fato, vincule-se à perspectiva do trabalho e possa pôr a efetividade de uma política que visa superar a si mesma, uma "metapolítica", nas palavras de Chasin,

> Metapolítica como natureza de uma forma de atuação política que visa a superar, revolucionariamente, a política e a base social que a engendra. Nesse sentido, radical como raiz, e a raiz do homem é o homem. (CHASIN, 2000, p. 28)

Nesta perspectiva, discutiremos o papel chave da política social no âmbito da sociedade do capital, ou seja, a *funcionalidade* da gestão social na ordem vigente, tendo lugar aqui a análise da "função social" que a política de Assistência Social desempenha. Essa questão traz à tona a necessidade imanente de se pensar uma política de Assistência Social que se paute nos interesses reais da classe que vive do trabalho. Igualmente importante é revelar em meio a quais contradições efetivamente funciona tal política e a que serve, de fato, no movimento próprio da realidade social brasileira.

2 FUNÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO E NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

A discussão acerca da clara função da política social à ordem social vigente remete ao debate acerca do caráter contraditório das políticas sociais, na medida em que se parte do entendimento de que as políticas sociais ratificam a exploração vigente e se consolidam enquanto canais limitados de ascensão das demandas sociais. Nesse sentido, a política de

[77] Nas obras Sobre a Questão Judaica de 1843 e Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social" de um Prussiano de 1844, Karl Marx trabalha com dois conceitos chaves: emancipação política e emancipação humana. A emancipação política se dá por meios políticos, é a forma final de emancipação na sociedade capitalista, ao passo que a emancipação humana rompe com todas as formas de alienação (propriedade, exploração, dinheiro, desigualdade social e da forma política).

[78] Diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Assistência Social está condicionada centralmente à política econômica adotada pelo Estado.

> Portanto, uma política econômica que reforça as desigualdades sociais determina as (im) possibilidades de construção de uma política social voltada para os interesses das classes subalternas. Nesses termos, as políticas sociais públicas, por mais que sejam orientadas para a efetivação de objetivos democráticos e de um processo de reformas no âmbito estatal, não viabilizarão um enfrentamento mais amplo das expressões da "questão social". (SOUZA FILHO et al, 2014a, p. 15)

Dito isso, debrucemo-nos especificamente sobre a funcionalidade da gestão social, com foco para a gestão da política de Assistência Social. Para tanto, os apontamentos de Yazbek (2004) serão tomados como indicativos iniciais para analisar a questão proposta: a tendência em ver a Assistência Social como ação filantrópica, assistencialista e tuteladora ainda é um objeto de questionamentos e reivindicações; Assistência Social ainda é uma política focalizada, seletiva, pobre para o pobre; os critérios de seleção e avaliação ainda permanecem muito focalizados nos mais pobres, nos mais vulneráveis, o que vem restringindo projetos mais renovadores e/ou criativos para essa política; não há ações integradas, ações intersetoriais, definições de padrões de qualidade, nem indicadores de avaliação; a proteção social ainda é vista como benevolência de Estado ou da sociedade; a questão da construção e mecanismos públicos e democráticos de regulação e de controle social.

Todas as questões apontadas pela autora se agravam com a grande dificuldade de trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão.

> Encolhe-se o mundo público, o cidadão é o bem sucedido no mundo privado mercantil. Evidencia-se a incompatibilidade entre ajustes estruturais da economia e investimentos sociais do Estado. Essa incompatibilidade ainda é mais complicada nos tempos de hoje porque ela é referenciada, é apoiada no discurso neoliberal que defende o dever moral de prestar socorro aos pobres e o dever humanitário, desde que isso não seja considerado direito social. Isso dificulta passar para a esfera pública essa proposta. (YAZBEK, 2004, p. 32)

O panorama estudado pela autora a respeito da realidade da Assistência Social no país, embora não se paute (de modo primordial) na análise do texto legal que institui este modelo de gestão social, traz indícios importantes para pensarmos na legislação que ratifica tal organização. Ora, em uma "ordem" democrática instituída, como as demandas sociais são legitimadas? Não é o direito social, instituído, legitimado via implementação legalística?

Pois bem, ao constatar o problema que é levar a proposta da Assistência Social enquanto direito público para a esfera pública, na verdade discutimos em um primeiro

momento sobre a necessidade de se garantir em lei uma Assistência Social digna, integral e que se paute nos interesses da classe que vive do trabalho.

A questão é que: mesmo cientes da distância real entre legislações e aplicações desta no plano da vida material (especificamente no caso brasileiro), porque é difícil a inserção da pobreza e da exclusão enquanto questão pública? Enquanto uma questão a ser tratada em nível de Estado e não de governo?

Para além da conjuntura apontada pela autora, em que pese à ideologia neoliberal, que reduz a manutenção dos indivíduos ao âmbito privado da vida (com apelo para a solidariedade humana), o histórico de constituição da Assistência Social nos traz desafios de ordem estrutural. Voltemos à questão da funcionalidade dessa política para, de modo articulado, tratar das provocações de ordem estrutural da mesma.

Analisar a funcionalidade de uma política social específica é esmiuçar as vinculações desta com a política econômica e com a conjuntura histórica vigente. Esse movimento é realizado por Pastorini e Galizia (2006), ao se debruçarem sobre as tendências da Seguridade Social, e não apenas da política de Assistência Social.

As autoras contestam estudos que colocam as atuais mudanças como meras modificações técnicas, enquanto pesquisas e documentos produzidos pelos assessores técnicos dos organismos multilaterais e documentos oficiais.

> (...) o ideário neoliberal entrou na América Latina por dois caminhos simultâneos: 1) o econômico, mediante a renegociação das dívidas externas latino-americanas e a implantação dos "ajustes neoliberais", os quais fazem parte da negociação e da aceitação local dos condicionamentos impostos pelos organismos multilaterais para receber a sua ajuda na tarefa de reequilíbrio e retomada do crescimento econômico, independente da formação sócio histórica de cada país; 2) o caminho político, que se expressa na implementação político-ideológica e na prática tardia, porém muito rápida, efetiva e generalizada, do ideário neoliberal, independente dos passados partidários e/ou teóricos dos dirigentes dos nossos países, adaptando qualquer setor da sociedade aos objetivos estritamente econômicos. (PASTORINI e GALIZIA, 2006, p. 84)

Toda reforma sugerida pelos organismos multilaterais (FMI, BIRD) pode ser descrita como naturalização de processos "modernizadores", noção que indica que o desenvolvimento histórico da sociedade é produto de tendências espontâneas e irreversíveis, e, portanto, o projeto se transforma em um único, ideal e desejável. Do ponto de vista econômico-estrutural e de reforma dos Estados, exige-se que tanto as estruturas estatais quanto os sistemas de proteção social sejam flexíveis, desregulados, descentralizados, focalizando recursos e populações atendidas e diversificando o financiamento. Do ponto de vista político-ideológico,

os fundamentos neoliberais utilizados para ganhar legitimidade consistiram inicialmente nas críticas e argumentos retomados das discussões pautadas para a reforma constitucional de 88, mas a partir de outras bases ideológicas. Os problemas retomados foram: desequilíbrios financeiros, desigualdades sociais, privilégios de algumas categorias de trabalhadores, altos e ineficientes gastos sociais, dificuldades no desempenho das funções do Estado e dos programas sociais, etc. (PASTORINI e GALIZIA, 2006).

Com isso, as modificações produzidas na trajetória dos sistemas de proteção social, pelo menos nos últimos dez anos – por fazerem parte da ofensiva neoliberal mais ampla e conterem um caráter político-ideológico hegemônico –, estão desafiando a conformação da proteção predominante e questionando ou modificando alguns princípios constitutivos do padrão tradicional de proteção social brasileiro, que desenvolveram mais as políticas permanentes (estruturas de Saúde, Previdência, Educação, etc.) e menos os programas de Assistência. A tese sustentada pelas autoras supracitadas se pauta no processo de redefinição desse padrão, com a implementação de estratégias de privatização e focalização, que afetam a articulação entre as políticas permanentes de proteção social (Previdência e Saúde), e que de modo articulado têm na expansão dos programas e políticas denominadas de assistência, o avigoramento dos processos de "assistencialização" da proteção social.

Mota (2010) compreende o processo de expansão da Assistência Social, em relação à privatização da Previdência e da Saúde, como um novo fetiche:

> O que chama atenção é a capacidade que tiveram as classes dominantes em capitalizar politicamente a Assistência Social, transformando-a no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio das classes trabalhadoras. Em tal contexto, um dos instrumentos de repolitização da política, como parte da pedagogia da hegemonia, consistiu em definir este segmento de classe como "excluídos" e os programas de Assistência Social como estratégia de inclusão. (MOTA, 2010, p. 140-141)

De acordo com Pastorini e Galizia, foi a combinação de interesses externos e internos ("consenso hegemônico" por parte das elites governamentais internas) que contribuiu para que as reformas adquirissem uma rápida hegemonia nos países latino-americanos. "Assumir este pressuposto nos afasta das visões deterministas que desconsideram as decisões dos sujeitos políticos internos acerca das reformas da proteção social" (PASTORINI e GALIZIA, 2006, p. 85).

> Na proposta desse social-liberalismo, encampada pelas agências multilaterais, o Estado assume um papel central para o *crescimento econômico e o desenvolvimento social*, por meio da garantia de condições básicas para que todos possam usufruir de oportunidades no mercado. **Eis os fundamentos que conciliam**

> **a *promoção do mercado* com a *equidade,* a qual, no caldo ideopolítico social-liberalista, tomada com o sentido de uma justiça social mediada pelo conceito de "inclusão social", focaliza suas ações na pobreza absoluta, excluindo qualquer debate ou intervenção nas desigualdades sociais**. (SILVA, 2013, p. 91, grifo nosso)

Para Silva (2013), as atuais contribuições da política de Assistência Social brasileira à estratégia de crescimento econômico intermedeiam as dinâmicas de transnacionalização, financeirização e de superexploração do trabalho.

> (...) o atual modelo dessa política (re) naturaliza a questão social e promove ações focalizadas, as quais revertem estatísticas de desigualdade social, sem promoverem redistribuição de riqueza e mantendo os custos de reprodução da superpopulação relativa no âmbito do trabalho. **Nossa tese é de que o atual modelo da política de Assistência Social brasileira dá suporte à superexploração do trabalho e equaliza a pobreza entre os próprios trabalhadores, para resguardar a riqueza produzida no país do conflito sobre a sua repartição e transferi-la para a expansão do capital, em escala internacional**. (SILVA, 2013, p. 87, grifo nosso)

Na política de Assistência Social, há uma preeminência de programas de transferência de renda, em detrimento da ampliação dos serviços socioassistenciais, fato que, de acordo com a autora em tela, compromete uma integração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que garanta o acesso por todos aqueles que dele necessitarem, para além da condição da pobreza extrema. O Ipea (fev. 2011), por exemplo, avalia que a atual abrangência do PBF e do BPC[79] tem papel estratégico para "alavancar a economia".

> **Em síntese, o Instituto demonstra que os gastos das políticas sociais se convertem, também, em benefícios de caráter estritamente econômico, como o crescimento da renda das famílias e do PIB, para os quais esses gastos têm efeito multiplicador maior que o efeito do investimento, o da exportação de *commodities* agrícolas ou o efeito do pagamento de juros, posto que gastos de benefícios assistenciais (BPC e PBF) e previdenciários alcançam os mais pobres e a classe média, cujos consumos dirigem-se ao mercado interno.** Também no tocante ao índice de Gini, o Instituto demonstra que "gastos incrementais no BPC e PBF são claramente *os que mais contribuem para a queda da desigualdade*, corroborando o 'papel virtuoso do gasto social e, mais especificamente, das transferências de renda direcionadas aos mais pobres'" (...) **"a arte da política fiscal de gastos que não aumentam gastos"; elevar o efeito multiplicador dos gastos do governo e, assim, "trocando beneficiários 'ricos' por 'pobres'", gerar crescimento**. (SILVA, 2013, p. 99, grifo nosso)

Para a autora, a contrapartida da transferência de renda às classes trabalhadoras é favorável aos trabalhadores, principalmente em termos de um complemento à escassez de renda oriunda do trabalho precário e, mais ainda, é funcional ao capital, tanto ideopolítica, quanto economicamente. O incremento desses programas à fatia do crescimento econômico

[79] As siglas dizem respeito, respectivamente, ao Programa Bolsa Família (PBF) instituído pela *Lei* nº 10.836, de 09/01/2004 e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei n° 8.742 de 07/12/1993.

brasileiro que escapa da apropriação do capital internacional e engrossa o PIB nacional não é pequeno, dado que são seus beneficiários quem consome os produtos nacionais e quem movimenta as economias municipais, ao passo que as velhas e novas "minorias privilegiadas e miméticas" continuam investindo no capital financeiro, consumindo importados e transferindo para as grandes empresas transnacionalizadas a riqueza nacional, pela via desse consumo, pela concessão do direito de exploração espoliativa de nossos recursos naturais, dentre os quais a força de trabalho e, ainda, pela via da mercantilização dos direitos do trabalho, como Previdência, Saúde e Educação (SILVA, 2013).

A resposta econômica direta que os programas de transferência de renda comportam na atual fase do capitalismo (monopolista), está intimamente relacionada à égide do capital financeiro.

> (...) a dinâmica permanece mantendo o crescimento do orçamento público, com a ampliação do gasto para o pagamento dos juros e serviços da dívida pública, com redução dos gastos na área social, porém garantindo a expansão dos gastos com assistência social, principalmente, via programas de transferência de renda. Ou seja, reafirmação da tendência à assistencialização das políticas sociais. (SOUZA FILHO, 2014, p. 32)

Ou seja, os programas (e não políticas) de redistribuição de renda – com a ressalva de não se constituírem numa "redistribuição" de direitos diretamente, pois embora os programas sociais vislumbrem atender algum direito específico, como o direito à alimentação, saúde, educação, dentre outros, não têm um caráter contínuo e não estão previstos constitucionalmente tornam-se um artifício chave à medida que atendem minimamente (se é que se pode dotá-los de caráter mínimo) o exército "sobrante" e se instituem em um propulsor econômico, haja vista o montante do fundo público direcionado aos "bancos públicos" e no consumo local imediato que o benefício proporciona. "Os gastos com a política de Assistência Social revelam a consolidação da tendência de constituir-se predominantemente nos programas de transferência de renda, o que atribui à política de Assistência Social caráter residual e de manipulação política" (SOUZA FILHO et al, 2014a, p. 32). A Assistência Social torna-se, assim, a principal política de proteção social do país, ou seja,

> A assistência social se torna, então, o principal mecanismo de enfrentamento da questão social. Devido às mudanças no mundo do trabalho, responsável por modificar o padrão de acumulação capitalista e transformar em números exorbitantes a massa de trabalhadores sem emprego, esta política é revalidada e colocada no centro da proteção social como proposta de combate às expressões da questão social. Assim, a parcela da população que não consegue atender suas

> necessidades por meio do mercado, torna-se público-alvo da assistência social. (SOUZA FILHO et al, 2014a, p. 26)

Tal movimento na conjuntura capitalista está intimamente relacionado à ilusão de que dinheiro gera dinheiro, premissa que é desmistificada na teoria crítico-social de Marx, que nos aponta o agente gerador de valor neste modo de produção: a força de trabalho. Não por menos, tem-se historicamente uma relação dilemática entre proteção social e trabalho: é antiga e não dá sinais de esgotamento. O trabalho de que falam os defensores da ideologia burguesa é o *assalariado*, inerentemente explorador, alienado, hostil à emancipação humana[80] (PEREIRA, 2013).

> Eis por que o direito ao trabalho assalariado é um contrassenso na perspectiva da economia política crítica, pois esse tipo de trabalho se impõe ao trabalhador como uma atividade desprovida de qualquer opção que não seja a miséria ou a morte. Portanto, em vez de direito, ele se torna uma provação e penitência, que é preciso destruir. (...) **a proteção social nunca esteve, como agora, tão associada ao trabalho assalariado, à renda, ao mérito associado ao poder de consumo, ao consumo conspícuo, à lógica comercial e, por isso, nunca esteve tão distanciada da proteção social como um direito devido e desmercadorizado**. (PEREIRA, 2013, p. 649-650, grifo nosso)

Nessa perspectiva é que Mota (2010, p. 142) concebe a Assistência Social como um mito, em que se tem o "objeto do direito à assistência e não ao trabalho" no tocante ao processo capitalista de reprodução social, que revela "um novo tratamento e forma de enfrentamento da questão social", a exemplo o entendimento da questão social como:

> "(...) exclusão, questão social como objeto da política social; questão social como ausência de cidadania e direitos sociais; questão social como desemprego" (...). Por isso mesmo também as novas conceituações de questão social e das políticas de seguridade social passam a ser chaves para esgarçar qualquer tentativa de vinculação entre pobreza e acumulação de riqueza. (MOTA, 2010, p. 143)

Ao situar a função social desempenhada pela Assistência Social na contemporaneidade, e desnudar o estágio de desenvolvimento capitalista que se apropria desta, enquanto medida administrativa central para legitimar a ordem vigente, é que Mota sinaliza que

> A Assistência Social no séc. XXI está adquirindo a condição de mecanismo integrador, em lugar do papel desempenhado pelo trabalho. Aqui, o maior destaque

[80] Trabalho que representa uma distorção violenta do trabalho que, nos termos da economia política crítica, define a espécie humana; isto é, do trabalho entendido como uma necessidade humana vital, mediante o qual homens e mulheres interagem positivamente com o mundo que os cerca e com a natureza, não só para terem os seus carecimentos materialmente atendidos, mas também para desenvolver coletivamente a sua própria humanidade (PEREIRA, 2013, p. 648).

> fica por conta dos programas de transferência de renda e pela condição de política estruturadora que a PNAS tenderá a assumir nos municípios brasileiros. No nosso entender, esta é a maior tensão presente na Política de Assistência Social, haja vista a impossibilidade estrutural de ela assumir este papel. E mais, se o trabalho assalariado figurou como principal meio de integração dialética e, contraditoriamente, também oportunizou o surgimento das concentrações de trabalhadores e sua organização político-sindical. No caso da Assistência como mecanismo integrador, qual a contradição que emerge? No meu entendimento, **o que se coloca no horizonte é o apagamento da referência do trabalho, em prol da renda como meio de acesso ao consumo.** (MOTA, 2010, p. 145, grifo nosso)

Cabe sinalizar que a perspectiva do trabalho – como a única lógica que põe a necessidade de transformação revolucionária –, que orienta nossa pesquisa, compreende o nível de fracasso da própria lógica capitalista, ao passo que este sistema gerou uma gama da população que sequer tem direito ao trabalho. O que se problematiza aqui é que a garantia do referido direito (ao trabalho) – no tocante à contraposição que a autora supracitada coloca como a substituição do direito ao trabalho pelo direito à Assistência Social –, representa a reprodução da lógica dominante. Nesse sentido é que a defesa de uma política de Assistência Social pela perspectiva do trabalho não deve se pautar na luta pelo direito ao trabalho, mas, sim, pelo fim do trabalho explorado, alienado, usurpado.

O âmbito jurídico, incorpora à demanda da classe dominante de regulamentar a exploração do trabalho, leia-se “direito ao trabalho”. O nível atual de desenvolvimento capitalista descaracteriza tal prerrogativa capitalista: do direito ao trabalho. Ou seja, uma imensa parcela social não tem e não terá direito ao trabalho, a resposta a tal estágio do capital é o “direito” a renda. A política de Assistência Social cumpre nesse estágio a função social de atender aos sujeitos que não têm sequer o direito ao trabalho.

Ao compreender a esfera jurídica e política como essencialmente limitadas ao atendimento dos interesses da classe trabalhadora, apreende-se que a política de Assistência Social, com a função de garantir o “direito à renda”, reproduz a ordem social vigente. Sobrepõe nesse ponto a lógica onímoda do trabalho, em que a política de Assistência Social terá a potencialidade de tensionar, de fato, as relações sociais se prismada por essa perspectiva.

3 CONCLUSÃO

O desafio está em encontrar resposta na própria materialidade: o que é uma política social perspectivada pelo trabalho num período não revolucionário, isto é, nos marcos da produção do capital? Como avançar nesta proposta no contexto presente de uma autocracia burguesa? Algumas pistas podem ser ventiladas:

Faz-se mister tomar a democracia como *valor concreto*, exercida pela classe que efetivamente pode e precisa realizar a transformação social com vistas à superação das classes, e de situar a administração pública no interior das contradições reais que cortam a burocracia estatal (PAÇO CUNHA, 2016). Para além da dimensão política como meio conciliatório e sempre temporário, a melhor forma de Estado "é aquela que os leva à luta aberta, e com ela à resolução" (MARX, 2010 apud PAÇO CUNHA, 2016, p. 24). A luta em aberto na conjuntura atual se configura no desafio – necessário – de fundir a luta política com a luta econômica.

Ou seja, é conceber uma política de Assistência Social que toque na estrutura econômica.

> Assim reconhecida, a revolução social como possibilidade real, posta pela lógica onímoda do trabalho, não é a afirmação de uma classe, dita universal, mas a afirmação universal do homem. Não é a afirmação do proletariado como classe universal, mas da universalidade da negação de sua condição de classe, de classe que não é mais uma classe da sociedade civil etc. É essa condição de classe negada, da negação universal da classe do trabalho – que não reivindica nenhum privilégio histórico, mas a simples condição humana – que se configura como mediação para a afirmação da universalidade humana dos indivíduos progressivamente universalizados pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas de um desenvolvimento dado [até aqui] na forma da alienação – na forma da desapropriação de si. (CHASIN, 2000, p. 35)

A raiz da perspectiva por ora defendida tem como horizonte a transformação social, o que não significa dizer que damos à política em questão – A Política de Assistência – tal potencialidade, mas que buscamos desvendar e defender uma política social prismada na lógica ilimitada e transformadora do trabalho, enquanto potencialidade real de tensionar, de fato, as relações que engendram a vida social.

REFERÊNCIAS

CHASIN, José. Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista. In: **Ensaios Ad Hominem** 1, tomo III - Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social**: Ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. Recife: UFPE, Cortez, 2010.

PAÇO CUNHA, Elcemir. Que fazer da burocracia de estado? Do indiferentismo às reciprocidades. In: **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, p. 15-26, 2016.

PASTORINI, Alejandra; GALIZIA, Silvina. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. In: **Praia Vermelha**, n.14 e 15. Primeiro e Segundo semestre de 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Proteção social contemporânea: cui prodest? In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.1, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradições da Assistência Social no governo "neodesenvolvimentista" e suas funcionalidades ao capital. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan./mar. 2013.

_____. **Política social no Brasil: notas e críticas a partir da teoria marxista da dependência**. Conexões Geraes, v. 3, p. 25-33, 2014.

_____; ANTINARELI, C. P. G. ; PAULA, C. A. ; SILVA, W. H. F.. Política de Assistência Social no contexto neoliberal: desafios da implementação do SUAS. In: Carina Berta Moljo; Maria Lúcia Duriguetto. (Org.). **Sistema Único de Assistência Social, organizações da sociedade civil e Serviço Social: uma análise da realidade de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014a, v. 1, p. 21-52.

YASBEK, Maria Carmelita. Tendências da política de assistência social. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 3, n. 3, p. 1-94, maio 2004.

A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL:
uma análise da história recente

Ana Luiza Avelar de Oliveira[81]
Adriana Pereira Bento[82]

Resumo: Este trabalho trata-se de uma reflexão a partir de fontes secundárias de pesquisa acerca do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro contemporâneo e à reatualização do conservadorismo pós-moderno que vem sendo fortalecido pela classe hegemônica como instrumento de obscurecimento do real antagonismo entre as classes cada vez mais acirrado em tempos de crise do capital. A referência teórica utilizada neste estudo possibilita aprimorar as reflexões sobre o assunto tratado, e estas se tornam fonte da construção do conhecimento e ferramenta de análise da realidade social.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Capitalismo. Crise. Política de assistência social. Serviço Social.

Abstract: This work is a reflection from secondary sources of research about the process of development of contemporary Brazilian capitalism and the re-visualization of postmodern conservatism that has been strengthened by the hegemonic class as an instrument of obscuring the real antagonism between classes each In times of capital crisis. The theoretical reference used in this study makes it possible to improve the reflections on the subject treated, and these become the source of knowledge construction and social reality analysis tool.

Keywords: Development. Capitalism. Crisis. Social assistance policy. Social Service.

81 Assistente Social, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora substituta do curso de Serviço Social da Universalidade Federal de Viçosa. Email: analuiza_avelar@yahoo.com.br. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais.

82 Assistente Social, mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional Pela Universidade Federal Fluminense, assistente social do Centro de Tratamento Oncológico da Irmandade do Hospital Nossa Senhora das Dores e da Empresa de Consultoria e Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho – Unisesmt. E-mail: adrianabentopn@gmail.com. Eixo temático: Ofensiva do capital e as formas de exploração/opressão das minorias e as lutas sociais.

I – INTRODUÇÃO

Este estudo tem o intuito de refletir sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo nos países capitalistas de desenvolvimento periférico, analisando em especial as mudanças que se processam no Brasil e o impacto das transformações da sociedade capitalista para a classe trabalhadora.

Em se tratando do Serviço Social brasileiro esses elementos despertam significativa atenção, visto que, além do assistente social, trabalhador assalariado, sofrer diretamente os impactos da precarização do mundo do trabalho, incidem também no trabalho profissional do assistente social, que trabalha, majoritariamente com os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora.

Mas qual a relação existente entre a crise mundial com o desenvolvimento brasileiro e o conservadorismo? Antes de adentrarmos nessa discussão no decorrer dessa reflexão cabe-nos um breve resgate do significado dessa crise e seus rebatimentos aos países latino-americanos – particularmente em se tratando de Brasil – onde chegaremos ao projeto de desenvolvimento hoje implantado no país que em conformidade com o pensamento conservador encontra subsídios para seu desenvolvimento.

Vale destacar que a ênfase dada à discussão de desenvolvimento parte da premissa de que o Serviço Social enquanto profissão ligada diretamente a "formulação, participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais" (CFESS, 1993, p.23), se encontra diretamente vinculada ao desenvolvimento do capitalismo, sendo desafiada nesse processo a pensar criticamente o papel dessa profissão e para qual sociedade.

Assim, destaca-se que a atenção dada a esta reflexão torna-se uma exigência para a categoria profissional no presente, no sentido de se pensar e articular estratégias de resistência frente à reatualização do conservadorismo pós-moderno na contemporaneidade, este último, uma ameaça aos valores presentes no Projeto ético-político do Serviço Social[83], ao código de ética[84] e a lei que regulamenta a profissão (Lei n.º8662/93), segundo o projeto de formação profissional hegemônico, incluindo sobretudo a materialização do projeto ético-político do Serviço Social.

[83] O projeto ético-político do Serviço Social está vinculado às transformações da sociedade, voltado a eleger valores que legitimam a profissão. Para tanto, formula requisitos teóricos, institucionais e práticos para o pleno exercício dos profissionais, direcionados aos interesses da classe trabalhadora ao assumir um questionamento e uma contestação das bases conservadoras ainda presentes na profissão, tendo como valor central a liberdade e estando a favor a equidade e justiça social.

[84] Resultado da reformulação do Código de Ética de 1986, a partir do processo de reconceituação da profissão, tendo como resultado a Resolução CFESS n° 273/93, de 13 de março de 1993.

II- DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas o capitalismo segundo Santos (2007) vem enfrentando o acirramento de suas contradições internas, motores propulsores da crise na qual todo o sistema mundial encontra-se imerso desde os anos 1970 e que culmina, em 2008, no momento auge dessas crises cíclicas, conforme destacado por Harvey (2011, p. 10) "esta foi uma recompensa notável pela destruição do sistema financeiro mundial".

De acordo com Harvey (2011, p. 12) "capital não é uma coisa, mas um processo em que dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro" e nesse processo o investimento ao desenvolvimento das forças produtivas é essencial à geração de mais dinheiro, de mais valor.

Quanto mais valor o capitalismo produz, mais ele precisa desenvolver as forças produtivas o que sem dúvida resulta em desastres assombrosos, tendo em vista, que na ordem burguesa para se produzir riqueza é necessário destruir, visto que, esse processo é alienado e irracional. Essa breve reflexão é o ponto de partida para pensarmos o desenvolvimento nessa ordem e como o conservadorismo contribuiu como instrumento de manutenção e fortalecimento da mesma.

Conforme destaca Marx (1969) a alienação no capitalismo é necessária para manutenção dessa ordem, pois perpassa a fonte do antagonismo presente na mesma, ou seja, o sujeito da alienação é o próprio homem real e existente e a propriedade privada e os meios de produção em que o homem se acha envolto.

Sendo assim, a propriedade privada transforma os meios de produção de simples instrumentos e materiais da atividade produtiva humana em fins a que fica subordinada o próprio homem. Não é o operário que utiliza os meios de produção, são os meios de produção que utilizam o operário, em que estes últimos são consumidos pelos meios de produção como fermento de seu processo vital; e o processo vital do capital consiste no seu movimento de valor que se valoriza a si próprio (MARX,1969).

> O capital só se torna verdadeiramente capital quando se torna "valor em processo"; só se, no interior do processo de produção, o toque mágico do trabalho humano o transformar de grandeza constante em grandeza variável. A economia burguesa erige em capital o dinheiro e a mercadoria com que o aspirante a capitalista se apresenta no mercado de trabalho, na esfera da circulação, antes que se inicie o processo de produção; e, mal que este converteu dinheiro em mercadoria, em objetos e meios de trabalho, eleva a capital as condições objetivas da produção, que não entraram ainda em contato com a única força capaz de transformá-las em capital: o trabalho vivo. (MARX, 1969, p. 19).

A partir da reflexão tratada até o momento, considera-se relevante pensar que nesse processo de desenvolvimento das forças produtivas, cujo trabalho vivo é alienado por isso

mantêm-se explorado, nos leva a confirmação da irracionalidade desse sistema. Ou seja, se a vida dessa espécie precisa ser construída conscientemente por essa mesma espécie e é nisso que se define "ser humano", então por esse motivo nessa ordem conclui-se que não se pode permanecer nada humano e nem humanizado.

De acordo com Santos (2012) ao contrário do que ocorria nos países de economia central, no Brasil a flexibilidade/precariedade é erigida como princípio estruturante dos postos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro.

> Vejamos o que estou designando como flexibilidade/precariedade do trabalho: inexpressividade e, em vários casos, ausência de regulação do trabalho; alta rotatividade nos postos de trabalho; subemprego; informalidade. Isso tudo está presente no Brasil ao longo da formação de seu mercado de trabalho (desde o final da escravidão), acentuando-se com a regulação do trabalho estabelecida por Vargas a partir dos anos 1930 e, especialmente, no momento da ditadura militar (MARX, 1969, p.434-435).

De acordo com Pochmann (2006 apud SANTOS, 2012) a formação do mercado de trabalho no Brasil possui algumas características sem as quais não é possível entender o padrão de sociedade salarial incompleto, com marcantes traços de subdesenvolvimento, como, por exemplo a distinção entre assalariamento formal e informal, a ampla presença de baixos salários e a grande quantidade de trabalhadores autônomos (não assalariados). O autor salienta ainda entre os determinantes dessas características o intenso processo migratório campo-cidade, que é responsável por parte dos traços desse padrão de exploração da força de trabalho, bem como pela formação do excedente de mão de obra, que apesar de ficar de fora do usufruto dos resultados do crescimento econômico, foi essencial para o seu processamento.

Dedecca e Baltar (1992 apud SANTOS, 2012) enfatiza a importância dos anos de 1930 a 1956, período em que se inicia a constituição da base de trabalho assalariado necessária a estruturação do movimento sindical, além disso é a partir desse momento que o processo de industrialização ganha expressão e vai se formando um mercado de trabalho urbano-industrial que possibilita a estruturação de um movimento sindical em âmbito nacional. É nesse período que a industrialização, ao avançar, começa a traçar um mercado nacional de bens, serviços e trabalhos, com uma dinâmica determinada pela indústria de transformação e pela crescente concentração de atividades no meio urbano.

Nesse sentido afirma- se que essa "industrialização restringida" é fundamental para consolidar o sistema de relações de trabalho no país, que atraem parte dos trabalhadores rurais para os centros urbanos em formação.

É importante frisar que é nesse período que se consolida a legislação trabalhista no

país, porém os trabalhadores organizados e protegidos por essas leis e pelo salário mínimo eram relativamente poucos, localizados em algumas capitais, e que a maioria dos trabalhadores que se encontravam naquela época no campo, e alguns marginalizados das cidades não possuíam quaisquer direitos.

Santos (1979) denominou esse padrão de cidadania como "cidadania regulada", uma vez que apenas uma minoria de trabalhadores tinham direitos, visto que a economia do país naquele momento era majoritariamente de caráter primário-exportador, dessa forma a grande maioria dos trabalhadores estavam no campo, não tinham acesso aos direitos de cidadania.

De acordo com Santos (2012, p.436) fica "evidente que a restrita regulação do trabalho no Brasil sempre colaborou para manter baixo o valor da força de trabalho — consolidando, assim, uma relação entre capital e trabalho pautada na superexploração —". No contexto da autocracia burguesa e a reforma trabalhista realizada, essa superexploração do trabalho se acentuou, devido a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a repressão político-institucional ao movimento sindical.

O FGTS substituiu a estabilidade, legalmente assegurada no setor privado para os trabalhadores que obtivessem dez anos de serviço prestado no mesmo posto, e aumentou a rotatividade nas ocupações, uma vez que um empregado com estabilidade tem um custo maior com o passar dos anos e fica mais difícil e mais caro demiti-lo, já quando se utiliza da rotatividade, o empregador mantém o patamar salarial baixo e os demite antes de se tornarem "caros" para o processo de acumulação.

> A manutenção de um fluxo permanente de demissões e contratações, ou seja, de uma política de substituição dos trabalhadores, que, assim, não conseguem, na sua maioria, ultrapassar os anos iniciais da carreira além de reduzir, conforme já dito acima, os custos do passivo trabalhista, reduz também os custos de seleção prévia à contratação, dada a facilidade de dispensa no período de experiência. Desse modo, apesar do custo da indenização de dispensa sem justa causa, as demissões atuaram como um mecanismo para o rebaixamento dos salários. *Por esta razão é que tivemos no fordismo brasileiro flexibilidade e precariedade ao contrário da estabilidade dos países centrais de fordismo clássico* (SANTOS, 2012, P.436-437, grifos do autor).

Em relação ao sindicalismo, a ausência de democracia no caso brasileiro, inviabilizou seu reconhecimento como interlocutor das relações capital/trabalho, diferente do que aconteceu no fordismo clássico. No Brasil os sindicatos não tiveram possibilidade de organização autônoma durante boa parte de sua existência, mesmo em períodos de democracia, devido ao corporativismo que se estruturou com a legislação trabalhista desde 1930. No período da autocracia burguesa, este, bem como qualquer outro movimento social,

foi duramente reprimido e considerado ilegal, o que promoveu o aumento da exploração do trabalho e a extração de elevados percentuais de mais-valia que possibilitaram o chamado "milagre econômico".

Santos (2012) aponta entre as particularidades da "questão social" no Brasil uma *perversa associação* entre *superexploração do trabalho*, que mantém um valor para a mão de obra no país bem abaixo dos padrões de outros países de capitalismo desenvolvido, para que o país continuasse atrativo aos seus investimentos produtivos; e *uma passivização das lutas sociais*, que historicamente no país foram mantidas sob o controle do Estado e das classes dominantes.

No Brasil, não só no período da autocracia burguesa, mas ao longo do seu processo histórico percebe-se constantes processos de "revoluções passivas", ou seja, as classes dominantes se antecipam para responder demandas das classes subalternas, que podem ter um caráter progressista ou restaurador, em geral, pela via do "transformismo". É importante destacar também o papel central que a ação do Estado teve na constituição do capitalismo brasileiro, que em sua atuação, cooptada pelos setores dominantes, propunha ações que instituíram a superexploração do trabalho e a passivização das lutas sociais no Brasil.

Em virtude do que foi supracitado que a análise genérica da crise capitalista não pode ser realizada sem a contextualização do significado da flexibilidade/desregulamentação no panorama brasileiro, diferente do que significa no contexto de países capitalistas desenvolvidos (SANTOS, 2012). No Brasil essa implementação ocorreu mais fortemente e com menos resistência aos retrocessos civilizatórios implicados na ausência de proteção ao trabalho.

> Há certa "naturalização" de relações de trabalho precárias e, há algumas gerações, a referência de um emprego com proteção social já não existe para várias famílias de trabalhadores brasileiros. Algo inteiramente diferente do que ocorre quando as tendências de desregulamentação tentam avançar em países capitalistas desenvolvidos, haja vista os inúmeros protestos noticiados em países como a Itália, Inglaterra, Espanha e Grécia, onde a população tem se insurgido contra medidas que implicam cortes públicos no padrão de proteção social vigente (SANTOS, 2012, p.438).

Esse processo de exploração da força de trabalho concomitante ao desenvolvimento do capitalismo teve seu maior aguçamento a partir da década de 1990, com os danos provocados pela agenda neoliberal a partir do governo Collor. A maior consequência dessa agenda neoliberal foi sem dúvida o desmonte dos direitos até então conquistados pela classe trabalhadora, que possibilitou "extraordinária transferência de ativos para as corporações, em particular pelo assustador saqueio das privatizações e das concessões de

prospecção de recursos naturais" (Leher, 2012, p. 13) e que na atualidade conta com um modelo de desenvolvimento que será tratado mais adiante no decorrer dessa reflexão

> Tais medidas vieram acompanhadas de aberta repressão e de inaudita violência pelos operadores do capital contra os direitos sociais. Entretanto, as novas manifestações da crise estrutural, a partir de meados dos anos 1990, cujo marco simbólico mais visível ocorreu no México, eclipsaram as redentoras promessas da globalização neoliberal e, em virtude da crise, o antagonismo popular com o neoliberalismo assume extraordinárias proporções (LEHER, 2012, p.13).

Conforme destaca Harvey (2008, p. 15) "de acordo com a teoria neoliberal, o Estado deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comercio". Por esse motivo, o Estado, deve, portanto, usar de seu monopólio dos meios de violência para preservar e proteger a todo custo os contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha.

De acordo com Castelo (2012) na década de 1990, com o neoliberalismo, o Brasil, México e Argentina viram cadeias dos parques produtivos serem desmontadas e alguns setores desnacionalizados. Ainda segundo o autor, o desenvolvimento e desempenho da economia a nível macro foi de valor irrisório, com "baixas taxas de crescimento, desequilíbrios nos balanços de pagamentos (com graves crises cambiais), déficits públicos crescentes e aumento das dívidas públicas internas" (CASTELO, 2012, p. 18).

As consequências desse processo não poderiam ser diferentes, cujos efeitos sobre as expressões da

> "questão social" também foram desastrosos destaca o autor "aumento do desemprego estrutural e do pauperismo (absoluto e relativo) e perda de direitos sociais básicos, como a precarização das relações trabalhistas e a privatização de bens públicos, como saúde, previdência e educação" (CASTELO, 2012, p. 18).

Persistem no Brasil, ainda hoje essas marcas de superexploração do trabalho e da passivação das lutas sociais. Em análise recente Mota (2010 apud SANTOS, 2012), assim como outros autores, vem chamando a atenção para o protagonismo do governo Lula e a apologia ao "neodesenvolvimentismo". Esta é uma combinação de crescimento econômico e desenvolvimento social, através da ampliação e formalização do emprego, pela intervenção do Estado, dentre outros. A era Lula/Dilma se tornou palco da conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias uma vez que combinou as diretrizes do receituário liberal a pauta desenvolvimentista. No início do seu primeiro mandato, Lula realizou contrarreformas na previdência e na educação, juntamente ao aumento das taxas e juros, ao mesmo tempo

em que expandia a política de assistência social, o crédito ao consumidor, empréstimos populares e aumentos do salário mínimo.

É importante destacar que essas novas premissas governamentais se diferenciam do neoliberalismo da "era FHC", o que gera uma série de mistificações, que, se descoladas de suas causalidades macroeconômicas, podem induzir ao falseamento das análises da realidade, como o crescimento do emprego formal e o decréscimo do desemprego. A partir desses apontamentos é possível discutir a atualidade das características que marcaram historicamente a "questão social" no país.

O intuito é demonstrar que no Brasil essas características não se alteram, mas se aprofunda a precarização da proteção social, através da centralidade da assistência social focalista e da "passivização" dos trabalhadores e movimentos sociais, a partir da cooptação de lideranças incorporadas à dinâmica governamental petista (SANTOS, 2012).

Conforme indicado por algumas pesquisas, nos governos PT houve uma queda das taxas de desemprego, bem como uma "queda" da desigualdade social, medida por meio da redução do número de famílias em situação de extrema pobreza, medida pelo aumento da mobilidade social e do consumo nas faixas de renda mais baixas, que, segundo tais pesquisas seria resultado da combinação de três fatores, sendo eles a elevação real do salário mínimo; o crescimento do trabalho com carteira assinada; e a expansão dos programas de transferência de renda.

Dizer que existiu uma queda nas taxas de desemprego não quer dizer, necessariamente queda nos níveis de desigualdade, visto que os níveis de desemprego continuaram altos entre as pessoas de baixa renda, bem como a concentração de renda no país.

De acordo com Mota (2010 apud SANTOS, 2012) há uma "naturalização" quanto aos limites do enfrentamento da pobreza que se circunscrevem apenas a "esfera distributiva", como se isso fosse o possível de ser feito. O programa Bolsa Família personifica as orientações dos organismos multilaterais quanto a focalização no combate da pobreza e vem sendo reproduzido por vários países na América Latina e Caribe.

Esse programa, apesar da insuficiência quando se considera a "questão social" de forma mais ampla, é sem dúvidas uma medida extremamente popular, que reponde por boa parte dos níveis de aprovação dos governos PT.

No que concerne ao crescimento dos empregos formais, no entanto, devido ao processo de desindustrialização e reprimarização da economia, este é predominantemente feito pelo setor terciário.

> Disso decorre que a sua qualidade é cada vez mais precária e sua rotatividade é altíssima, fato conhecido entre nós, assistentes sociais que mantemos contato cotidiano com trabalhadores que, estando sob esse tipo de relação trabalhista, as aceitam com base no raciocínio de que "isso é melhor que nada". Ou seja, são trabalhadores mal remunerados, expostos a riscos no trabalho sem a devida proteção social e, sobretudo, desorganizados, sem identidade sindical (SANTOS, 2012, p.442).

Nesse sentido, com o aumento do grau de precarização e flexibilidade do trabalho, aumenta-se na mesma proporção sua exploração. Os processos de terceirização são uma fonte de "barateamento" do valor trabalho e tem sido utilização cada vez mais recorrentemente em diversos setores da economia. No interior da dinâmica produtiva também é crescente essa incorporação, criando novos arranjos entre as formas de superexploração do trabalho no país, como os inúmeros modos de incorporação do trabalho informal à economia "formal", através do estímulo ao "empreendedorismo" junto a segmentos pauperizados, pelo discurso da valorização do "trabalho por conta própria" e formas de desassalariamento que disfarçam situações de subemprego.

De acordo com Santos (2012, p.443) é importante deixar claro que este tipo de ocupação tem grande impacto no mascaramento dos índices de desemprego do país, visto que a metodologia de mensuração do IBGE não leva em conta essa precariedade, mas apenas considera o desemprego aberto, que embora seja a situação mais extrema, não reflete concretamente qual a realidade do desemprego por considerar no contingente de "ocupados" aqueles trabalhadores que eventualmente possuam alguma renda.

Ainda segundo a autora, por considerar "os altos índices de rotatividade nas ocupações e o subemprego que não posso nominar de outro modo senão de mitificação essa comemoração em torno da queda da taxa de desemprego no Brasil". Se comparada aos índices da década de 1990, houve uma diminuição, porém, além de estar disfarçada, como pela metodologia do IBGE, não é possível desconsiderar a precariedade dos empregos gerados nesse contexto, que incidem na reprodução ampliada da desigualdade social que continua elevada, apesar do que afirma alguns "otimistas".

Completando o quadro político e econômico do país na era Lula/Dilma, é preciso considerar a atualização da "revolução passiva" como uma das estratégias no neodesenvolvimentismo, uma vez que houve uma desmobilização dos movimentos sociais ao integrar algumas de suas lideranças à gestão burocrática do aparato de Estado, sob a aparente realização das bandeiras históricas desses movimentos. Essa cooptação de lideranças, que praticamente "calou" as oposições ao governo, conferindo um "ar de consenso" típico de episódios de "revolução passiva" brasileiro, possibilitou ao governo Lula

realizar as contrarreformas neoliberais que não puderam ser realizadas na "era FHC", como a previdenciária e a da educação.

Conforme Santos (2012, p. 444), apesar de ser óbvio que as "revoluções passivas" retardam historicamente o processo de constituição da identidade de classe dos trabalhadores brasileiros, mesmo depois de mais de vinte anos de regime democrático, ainda continuam sendo utilizadas essa estratégias de "passivização" da classe trabalhadora, como por exemplo, o acesso a renda e ao consumo proposto a partir do governo Lula, que, ao mesmo tempo que atendem parcialmente aos interesses dos trabalhadores, alimentam o "velho" clientelismo que ronda o Estado brasileiro. Essas estratégias propostas por Lula, além da popularidade e recondução do projeto petista ao poder, assegurou o atendimento de interesses das classes dominantes, visto que tais medidas repercutem também do ponto de vista macroeconômico, "retroalimentando a produção e a atração de capital estrangeiro ao país".

> Desse modo, vislumbrase como o "neodesenvolvimentismo" opera, pela via do "transformismo", a atualização de uma das mais antigas obsessões do capitalismo: "diluir" ideologicamente (e, por isso, de forma aparente) os antagonismos entre as classes sociais. O que é mais grave atualmente é que essa tentativa ocorre num momento de extrema complexidade ontológica da classe trabalhadora, ou seja, complexidade de suas "formas de ser", dada a diversificação de suas inserções no mundo do trabalho (...) (SANTOS, 2012, p. 445).

Destarte, destaca-se que o poder sindical da classe operária organizada está debilitado em sua dimensão objetiva devido a "implosão" do mundo do trabalho, uma vez que surge nova classe operária mais diversificada e segmentada, relutante às práticas sindicais convencionais. (ALVES, 2005 apud SANTOS, 2012)

Assim, segundo Pochmann (2010 apud SANTOS, 2012), há sinais de uma nova convergência política, uma vez que segmentos da macroeconomia financeira estão gradualmente cedendo para o investimento produtivo e variado. Os pobres vivem melhor, mas o ricos também vivem extremamente bem, o que é compatível com esse sistema é a realização de mudanças sem expropriação e sem radicalismo, ou seja, você realiza negociações que unem os mais diferentes lados.

> Pareceme claro, portanto, que uma análise das particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro contemporâneo aponta para a reposição de alguns de seus traços históricos: a superexploração do trabalho (pela via da precariedade das ocupações) e a passivização das lutas sociais (pela via do "transformismo"). Captar essas determinações na análise da atual conjuntura pode facilitar a construção de estratégias profissionais e políticas que evitem a "armadilha", tão presente nas instituições, de uma "assistencialização" da nossa intervenção, conforme delineado a seguir, à guisa de conclusão (SANTOS, 2012, p.445).

É notável que a partir do caminho reflexivo percorrido nesse estudo considerando os governos PT não houve mudanças no sentido de melhorias para classe trabalhadora, ao contrário reafirmou o poder da classe hegemônica, mas pautando-se num discurso de desenvolvimento humanizado, que estaria "preocupado" com o social. Contudo, sabe-se que

no sistema capitalista a desigualdade social é inerente a sua função social e por esse motivo não é possível qualquer perspectiva de emancipação dos sujeitos sociais e sim de apaziguamento dessas contradições. Todavia, foi destacado que com a crise do capital nem mesmo o apaziguamento e acirramento dessas contradições têm ocorrido, mas um aprofundamento das refrações da "questão social".

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto é possível afirmar que há uma mistificação de que a "era" Lula reduziu a desigualdade social, visto que o crescimento econômico se realizou a partir de medidas ortodoxas de combate à inflação e a manutenção da estabilizada da moeda, que já ocorria no período de FHC. A redução das taxas de desemprego anunciadas e a "pretensa" mobilidade social ascendente não ocorreu de fato, uma vez que o Brasil continua tendo um alto índice de desigualdade maior que o índice de desenvolvimento humano. O que ocorre é um movimento contraditório entre o aumento da superexploração do trabalho aliado a uma "passivização" de alguns movimentos sociais, cujas lideranças possuem cargos no governo, e de parcela da classe trabalhadora, que beneficiária dos programas de transferência de renda do governo, sente que suas necessidades imediatas são "atendidas".

Para Santos (2012) o trabalho cotidiano dos assistentes sociais com os mais diversos ramos populacionais gera grandes contribuições para desentranhar as mediações necessárias ao processo contínuo de particularização da "questão social" no Brasil. As políticas sociais são as respostas do Estado as sequelas da "questão social", que são recortadas como problemáticas particulares e o mercado de trabalho emprega o assistente social para responder a uma "problemática" particular da "questão social", obscurecendo o trabalho e suas modalidades de exploração.

Apesar desta setorialidade ter um componente estrutural que não se supera apenas pela ação de um agente profissional, é totalmente possível recuperar a perspectiva de totalidade no plano do conhecimento que define as estratégias dos projetos de trabalho.

> Cabe-nos articular a compreensão de como se plasmam as diferentes formas do trabalho e do não trabalho no Brasil contemporâneo, já que essa mediação é, sem dúvida, determinante na vivência das demais expressões da "questão social" enfrentadas institucionalmente. Nesse sentido, é preciso forçar, também institucionalmente, as interfaces entre assistência e trabalho, estando atentos para não reforçar ideologicamente a contramão do projeto ético-político que seria subscrever a focalização em detrimento da universalidade, já que isso implica uma concepção igualmente reduzida da "questão social" (SANTOS, 2012, p. 446)

Nesse sentido, é preciso que não haja no corpo profissional suporte para que se possibilite a centralização dos objetivos do Serviço Social às suas funções no plano assistencial, operando uma redução do Serviço Social à "profissão da assistência" (NETTO, 2007, apud SANTOS, 2012).

Esse enfrentamento focalizado da "questão social", deve ser debatido tanto fora da profissão, quanto em seu interior, uma vez que existem setores da categoria profissional que se diferenciam em relação ao projeto ético-politico. Dessa forma as diversidades da "questão social" devem ser debatidas e enfrentadas a fim de não cair na "armadilha" do transformismo", como demais setores de oposição neutralizados na "era" Lula e com isso perder a capacidade crítica diante desse contexto de tantas mistificações.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani. *O Novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. A Ilusão do Desenvolvimento. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

ARRIGHI,. A do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

BARROCO, Maria Lucia. Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serviço Social e Sociedade nº 112. São Paulo: Cortez, 2012

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

HARVEY, David. O Neoliberalismo. História e implicações. Ed. Loyola, São Paulo: 2008.

HARVEY, David. O Enigma do capital: e as crises do capitalismo. Ed. Boitempo, São Paulo: 2011.

MARX, Karl. Capítulo VI Inédito de O Capital. Resultados do processo de Produção Imediata. São Paulo: ed. Moraes, 1969.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade:um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro.In As ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social.Recife:Editora Universitária UFPE, 2010

NETTO, Leila Escorsim. O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 3ª Ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

PANIAGO, Maria Cristina. A crise estrutural do capital, os trabalhadores e o Serviço Social. In Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2010

POCHMANN, Marcio. Desenvolvimento e Perspectivas Novas para o Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campos, 1979.
SANTOS, Joseane Soares. "Questão Social": particularidades no Brasil. São Paulo: Cortes, 2012.

SANTOS, Joseane Soares Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro. Coleção Questões de nossa época;vol 132. São Paulo:Cortez , 2007

TEIXEIRA, Joaquina Barata e BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. IN Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasilia: CFESS/ABEPSS, 2009

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Ofensiva do capital, exploração/opressão de classe/gênero/raça/etnia, lutas sociais e Serviço Social

EIXO 2

Exploração de classe / gênero e sexualidade e as lutas sociais

RACISMO ESTRUTURAL, CRISE DO CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA:

desafios à luta antirracista

Ana Paula Procopio[85]

RESUMO

O trabalho analisa a crise contemporânea do capital e a ofensiva conservadora como desafios à luta antirracista. O racismo é estrutural e estruturante das relações sociais, relativo ao fundamento das sociedades capitalistas e elemento dinâmico que ao longo da história favorece a racionalidade burguesa como hegemônica. Por outro lado, a manutenção das relações de exploração de classe demanda o conservadorismo como condicionamento ideológico da classe trabalhadora. Nestes termos, a luta antirracista demanda um enfrentamento ideológico no sentido de desbordar paradigmas conservadores, cujo discurso centrado na igualdade de oportunidades e no mérito individual procura refutar os dados da realidade, perpetuar o discurso da democracia racial e reduzir recursos públicos para intervenções de combate às desigualdades históricas da sociedade brasileira. Palavras-chave: Crise do capital, Ofensiva conservadora, Luta antirracista, Racismo estrutural.

ABSTRACT

The paper analyzes the contemporary crisis of capital and the conservative offensive as challenges to the anti-racist struggle. Racism is structural and structuring of social relations, relative to the foundation of capitalist societies and dynamic element that throughout history favors bourgeois rationality as hegemonic. On the other hand, the maintenance of relations of class exploitation demands conservatism as ideological conditioning of the working class. In these terms, the anti-racist struggle demands an ideological confrontation to overflow conservative paradigms, whose discourse centered on equality of opportunity and individual merit seeks to refute the facts of reality, to perpetuate the discourse of racial democracy and to reduce public resources for interventions to combat Inequalities of Brazilian society. Key words: Capital Crisis, Conservative Offensive, Anti-Racist Struggle, Structural Racism.

[85] Assistente social, Professora assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Coordenadora do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos – PROAFRO UERJ. Mestre em Serviço Social (UERJ), Doutoranda em Serviço Social (UFRJ). anapaulaprocopio@yahoo.com.br. Eixo temático: Exploração de classe/raça e etnia e as lutas sociais: A questão racial e suas formas de resistência no contexto da ofensiva do capital.

1. INTRODUÇÃO

O racismo é um estruturante das relações sociais presente em todos os períodos da formação sócio-histórica brasileira e sua derrocada depende de uma recomposição do mundo em bases diferentes das que estão postas no capitalismo (MOURA, 1994). E a população negra, majoritária no país e duplamente espoliada (social e racialmente) tem um papel predominante, ainda que por processos lentos e por vezes contraditórios, no antagonismo de classe que tem se acirrado nas últimas décadas com a crise estrutural do capital, com a prevalência da lógica neoliberal e com a ofensiva do pensamento conservador no Brasil e no mundo.

Os indicadores sociais brasileiros revelam a desigualdade no acesso à bens e serviços públicos, bem como a notória desvalorização do patrimônio cultural africano, afro-brasileiro e indígena e a violência sistemática contra esses sujeitos, desmistificando quaisquer ideias sobre a existência de uma real democracia racial no país. Em contrapartida, a crise econômica, de dimensões globais, agrava o quadro historicamente vivenciado pelas populações negras, de desigualdades econômicas e sociais[86].

> Prevalecem, no Brasil, de maneira densa, as ideias de mestiçagem e democracia racial, em contraposição às ideias de identidade negra forjadas pelos movimentos negros, cujos projetos em disputa têm permeado as arenas de luta no campo social e político. Neste cenário, algumas conquistas dos movimentos negros são garantidas através da implantação de políticas de ações afirmativas para a população negra na educação (educação básica, ensino fundamental, médio e superior), no mercado de trabalho, na política de saúde etc., em consonância aos preceitos constitucionais e dentro dos limites jurídicos normativos do Estado de Direito. Longe da garantia de atendimento às suas necessidades mínimas, a população negra é o segmento populacional que ocupa, maciçamente, a base da pirâmide social, e sua presença no topo é quase inexistente (ALMEIDA, 2014, p.132-133).

O Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstrou uma alteração na composição racial brasileira, na qual a população negra passou a figurar como maioria em relação à população branca. No referido censo os negros (somatório de pretos e pardos) no Brasil corresponderam a 96,7 milhões de indivíduos – 50,7% dos residentes. E de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2014, no universo de 203.190.039 milhões, o contingente populacional negro foi contabilizado em 53,7%. Este aumento progressivo verificado desde a primeira metade do século XX e intensificado no período de 2003- 2014 se deve, sobretudo à ampliação do número de indivíduos que se reconhecem como pretos ou pardos. Contudo, o fato censitário

[86] Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. Relatório das desigualdades de raça, gênero, classe. Disponível em: http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/08/Relat_1.pdf.

não significa que os acessos às políticas públicas ocorram qualitativamente na mesma proporção. As populações negras continuam apresentando os níveis mais altos de pobreza associados ao menor acesso aos serviços básicos de saúde e saneamento ambiental.

Por esses motivos, a luta antirracista demanda um enfrentamento ideológico que tem como mote a identificação do Brasil como um país institucionalmente racista. Isso significa desbordar paradigmas conservadores, cujo discurso centrado na igualdade de oportunidades e no mérito individual procura refutar os dados da realidade e reduzir recursos públicos para intervenções de combate às desigualdades estruturais e estruturantes da sociedade. Os impactos desse contexto se expressam na manutenção das iniquidades, ou seja, na perpetuação da negligência às necessidades humanas de grandes contingentes populacionais.

2. O RACISMO ESTRUTURAL E ESTRURANTE DAS RELAÇÕES SOCIAIS

As considerações pretendidas tomam o racismo como parte estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais. Não se trata, portanto, de uma anomalia no interior de um sistema e sim de um estruturante do modo de funcionamento das sociedades ocidentais contemporâneas. Afirmar que o racismo é estrutural implica pensá-lo como fundamento de tais sociedades, o que abrange as dimensões da economia, da política e da cultura. De outra parte, o racismo também é estruturante, então funciona como elemento dinâmico que favorece, condiciona e mantém um tipo específico de racionalidade. Ou dito de outra forma, é agente expressivo que articulado a outros, como por exemplo o sexismo, impede a erosão das relações de exploração e das condições de opressão presentes em todas as dimensões da vida social.

A racionalidade aludida tem seu marco histórico demarcado pelos processos de colonização das Américas e da construção de um novo modelo de espaço/tempo que se espraia mundialmente como padrão de poder. Quijano (2005) considera como eixos fundamentais dois processos históricos que convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo: 1) A codificação hierárquica das diferenças entre conquistadores e conquistados sintetizada na ideia de raça[87], que situava a uns em situação natural de

[87] O uso do termo raça ao longo do trabalho nada tem de biológico, contudo a invalidação científica do conceito de raça não elimina sua influência como categoria social, carregada de ideologia, visto que atua na manutenção das relações de poder e dominação. O conteúdo de raça está baseado no componente morfo-biológico e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Assim, um conjunto populacional referenciado como "raça branca" ou "raça negra", pode conter no seu interior diferentes etnias. A etnia constitui um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente têm um ancestral comum, uma língua em comum, uma mesma religião, uma mesma cultura e/ou convivem num mesmo território. Contudo, a ideias sobre raça

inferioridade em relação a outros, como uma ideia constitutiva, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia; 2) A articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial, que nas Américas foi sintetizado em um modo de produção baseado no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo.

No processo de constituição das Américas, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno do acúmulo de capital e da expansão do mercado mundial. Isso significa que todas as formas desde a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e até o assalariamento estavam diretas ou indiretamente vinculadas ao sistema em desenvolvimento. E cada umas dessas formas de controle do trabalho, não pode ser considerada mera extensão de seus antecedentes históricos, precisam ser historicizadas como categorias sociológicas novas, na medida em que, naquele contexto não apenas existiam de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma estavam articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si.

> Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005, p. 108).

As novas identidades produzidas a partir da ideia de raça foram associadas com a natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, raça e divisão do trabalho estruturalmente associadas passaram a reforçar-se mútua e dinamicamente, ao mesmo tempo em que também se articularam com a opressão ao gênero feminino. E ainda que raça, divisão do trabalho e gênero não dependam entre si para existir ou transformar-se, mesmo assim impôs-se em nível global uma sistemática divisão racial e de gênero do trabalho que persiste e se reatualiza no mundo contemporâneo.

As relações sociais fundadas no sentido moderno de raça produziram nas Américas identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniram outras.

---

e etnia são também ideologicamente manipuladas e demandam um trato crítico, considerando que o complexo categorial que as envolve transformando-as em questão étnico-racial não é uma entidade estática (MUNANGA, 2003).

Assim, termos como espanhol e português, e europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas e reflexos do padrão de dominação que se impunha. Raça e identidade racial se estabeleceram como instrumentos de classificação básica da população. "Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial " (QUIJANO, 2005, p. 108).

No século XIX com os movimentos nacionais de luta contra o colonialismo e a emergência do imperialismo, o racismo foi remanejado em sua função instrumental. As metrópoles passaram a identificar as antigas áreas coloniais como habitadas por povos indolentes, incapazes de criar uma poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos, que tinham estes predicados e se desenvolveram, ao contrário do mundo não-branco que, por esta razão, permaneceria subdesenvolvido. O imperialismo multiplicou as formas do racismo, "modernizou-o" na medida em que houve a necessidade de uma arma de dominação mais sofisticada. É precisamente o entendimento acerca do papel econômico, ideológico e político do racismo nas sociedades pós-coloniais que possibilita a compreensão de sua dinâmica e da constante reatualização de sua polimorfia (MOURA, 1994).

O racismo toma também a forma de racionalidade intrínseca ao sistema político e econômico dominante e incorpora-se ao pacote de respostas do capitalismo às suas crises. Nesse sentido, o racismo contemporâneo, componente dinâmico das relações sociais tem um significado mais abrangente e eficaz de instrumento ideológico de dominação, o racismo institucional[88].

> [...] o racismo institucional possui duas dimensões interdependentes e correlacionadas: a político- programática, e a das relações interpessoais. Quanto à dimensão política- programática podemos dizer que ela compreende as ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas. A dimensão das relações interpessoais abrange as relações estabelecidas entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e trabalhadores, entre trabalhador e usuário, e entre usuário e

[88] O termo racismo institucional foi introduzido em 1967pelos ativistas negros Stokely Carmichael e Charles V. Hamilton, em Black Power: The politcs of liberation in America e refere às operações anônimas [ou não] de discriminação em organizações, profissões, ou até mesmo sociedades inteiras. É anônimo na medida em que os indivíduos podem negar a acusação de racismo e se abster da responsabilidade. [...] se o padrão de exclusão persiste, as causas devem ser procuradas nas instituições [...] nas suposições não expressas nas quais tais organizações baseiam suas práticas e nos inquestionáveis princípios que porventura possam usar. [...] A força do racismo institucional está em capturar as maneiras pelas quais sociedades inteiras, ou seções delas, são afetadas pelo racismo, ou talvez por legados racistas, muito tempo depois dos indivíduos racistas terem desaparecido. O racismo residual pode não ser reconhecido, nem ser intencional, mas, se não for exposto, permanecerá (CASHMORE, 2000, p. 469-471).

> trabalhador, sempre pautadas em atitudes discriminatórias (Amma- Psique e Negritude Quilombhoje, 2008 *apud* EURICO, 2013, p. 299).

O racismo institucional ao mesmo tempo em que perpassa todas as relações sociais, não pode ser atribuído ao indivíduo isolado, pois se expressa na desconsideração sistemática dos preconceitos em relação às especificidades etnicorraciais, o que reitera a reprodução de práticas discriminatórias nas diversas instituições.

Por outro lado, em tempos de acirramento da crise econômica as iniciativas de implantação de projetos e programas antirracistas acabam solapadas pela justificativa de racionalização de recursos e operacionalização de planejamentos cujas prioridades desconsideram o racismo como mantenedor das desigualdades.

3. CRISE DO CAPITALISMO E OFENSIVA DO PENSAMENTO CONSERVADOR

O capitalismo como modo de produção dominante na sociedade contemporânea é produção não apenas dos meios materiais de vida, mas também das relações sociais, em que tudo passa a ser controlado pela lógica de valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humanos vitais. A produção e o consumo supérfluos, a corrosão e precarização do trabalho, o desemprego estrutural e a destruição da natureza em escala global, imperiosos para a expansão do capital, são interpretados como efeitos colaterais cuja caráter destrutivo e incontrolável são justificados pela expectativa de futuras benesses do desenvolvimento.

No pós 2ª guerra mundial, especialmente a partir dos anos 1960 o sistema global do capital depois de vivenciar a era dos ciclos e das chamadas ondas longas de prosperidade adentra uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada pela continuidade de efeitos depressivos. A crise se mostra longeva, sistêmica e estrutural e demarca a falência dos principais sistemas estatais de controle e regulação do capital no século XX exemplificados pela União da Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e pelo Estado de Bem-Estar instituído em algumas sociedades capitalistas centrais (ANTUNES, 2009).

A crise contemporânea é estrutural por ser uma crise na própria realização do valor – expressa nas crescentes quedas das taxas de lucro –, por isso na atualidade o capital não pode mais se desenvolver sem recorrer a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Ou seja, é cada vez menos considerado o valor concreto das mercadorias para suprir as necessidades humanas, que cada vez mais se subordinam à esfera da

lucratividade. Em decorrência as reformas, os ajustes econômicos e a redução das políticas sociais aprofundam essa subordinação.

Uma mercadoria medicamento, por exemplo, necessária para a manutenção da vida, pode ter seu valor de uso realizado imediatamente, ou jamais ser acessada por quem dela necessita, sem deixar de ter sua utilidade essencial para o capital.

O objetivo de auto reprodução do capital é continuamente mascarado ideologicamente sob os critérios de racionalidade, eficiência, eficácia e efetividade. E de forma concomitante avançam a corrosão do trabalho em escala global, a erosão do trabalho regulado dominante no século XX e a ampliação das suas formas desprotegidas: empreendedorismo, cooperativismo e voluntariado que oscilam entre a superexploração e a auto exploração. É uma precarização estrutural da força de trabalho, mas que penaliza mais fortemente os segmentos não-brancos e femininos.

A crise econômica e política é veiculada como uma “crise de confiança do mercado” no gerenciamento das contas do Estado cuja saída prioritária é a prerrogativa do ente privado na execução dos gastos públicos, ou seja, a gestão mais direta possível do fundo público pelo mercado. A solução da crise econômica é socializar as perdas do capital sobre a classe trabalhadora como um todo, seja pela via de redução dos salários diretos e/ou pelo contingenciamento dos salários indiretos, atingido mais largamente as populações negras, que são a maioria dos que demandam e acessam políticas públicas como garantia de sobrevivência.

Na contemporaneidade, o neoliberalismo como forma imperante de racionalidade impele para uma organização dos recursos que reduz significativamente o financiamento das políticas públicas de Estado para as populações pobres, que são majoritariamente negras. Como resposta à crise financeira são executados ajustes fiscais em relação aos gastos do Estado com políticas públicas, justificadas como medidas de contenção da crise, mas que se configuram na realidade em condicionamentos ideológicos da classe trabalhadora, no sentido de desestimular qualquer luta por direitos. Na proporção em que as reais necessidades socieitais não são prioritárias, o que se descarta em verdade são as existências daqueles que não tem condições para acessar as mercadorias e bens. Na escala social hierárquica e racialista as vidas de extensas populações negras e não brancas são reduzidas à percentuais de gastos que precisam ser diminuídos.

É através desses processos que o conservadorismo moderno é impulsionado em contexto de crise estrutural do capital. E sendo fruto do período da emersão da burguesia como classe protagonista, este conservadorismo reveste-se ora de apego ao

tradicionalismo, ora de adesão ao tecnicismo e à neutralidade, porém sempre tendo como base a manutenção e universalização das relações de troca e da mercadoria como mediadora por excelência das relações sociais e o lucro como o motor da sociedade.

As categorias típicas do racionalismo capitalista como o individualismo, a concorrência e a meritocracia são reelaboradas para exaltar formas de vida que já foram historicamente dominantes, mas que reatualizadas são consideradas válidas para a organização da sociedade atual. Os modos de vida do passado são resgatados e propostos como interpretações do presente.

> Através desse mecanismo, o pensamento conservador deixa de se contrapor ao capitalismo. Aquela tensão referida – entre noções e ideias oriundas do passado, mas intencional e racionalmente ressuscitadas como ideologicamente válidas para responder às necessidades de explicação da própria sociedade capitalista – permite que ele seja articulado às intenções básicas da burguesia, isto é, seja uma forma de agir e de pensar a sociedade a partir da perspectiva dessa classe. Martins analisando a ambiguidade presente no pensamento conservador, sustente que racionalismo e conservadorismo são duas maneiras de viver e de ver a sociedade, portanto dois pensamentos, integrados a um *único estilo de pensamento*, que exprime um modo de vida: o da sociedade capitalista (Iamamoto, 1992, p.26) Grifos da autora.

O racismo é também uma forma de racionalidade, de compreensão do modo de funcionamento da sociedade e junto com outras racionalidades – como o sexismo e o machismo – mantém-se como estruturante da sociabilidade burguesa. É um dos agentes expressivos na manutenção das relações de exploração de classe. Ao mesmo tempo refere-se à estrutura da sociedade, a qual engloba a economia, a política e a cultura, como produção de subjetividades. Isso significa que a reprodução das condições de desigualdade etnicorraciais ocorre em todas as dimensões da vida social.

O funcionamento racional da sociedade capitalista é racista e sua continuidade demanda a naturalização da violência contra as populações negras e a perpetuação de assimetrias de gênero combinadas com valores morais tidos como pilares da ordem e da paz social, ou seja, o fortalecimento do pensamento conservador em todas as instâncias da vida. A manutenção da propriedade privada, o reforço das hierarquias tradicionais na família, e a ênfase nacionalista para a cooperação com as decisões do Estado são alguns exemplos. Para a implementação de cada uma das soluções racionais da crise há correspondentes valores morais que precisam ser resgatados. Nesse sentido, a ofensiva do pensamento conservador em tempos de crise não é coincidência, mas uma necessidade estratégica de conjugar aspectos econômicos, políticos e culturais na direção mais favorável ao capital.

4. OS DESAFIOS DA LUTA ANTIRRACISTA NOS MARCOS DO NEOLIBERALISMO

O contexto sócio-histórico no qual se constitui o movimento negro contemporâneo foi o da ditadura instituída a partir de 1964. No período, a agudização da crise econômica se refletiu no acirramento do racismo e na opressão violenta às classes trabalhadoras. Mas também contribuiu para uma retomada crítica da luta antirracista no Brasil a partir dos anos 1970[89]. Conforme Pereira (2013) , os integrantes das diversas organizações, "de uma maneira geral, experimentaram a partir das décadas de 1960 e 1970 um processo de concientização em relação à sua própria negritude e em relação à existência do racismo" (p 244).

Em 1978 a morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, sob tortura, em uma delegacia de polícia e o impedimento do acesso de quatro atletas negros a um clube em São Paulo suscitaram a convocação e realização de ato público contra o racismo, a discriminação racial e a opressao policial, no dia 07 de julho nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo[90]. Este ato marcou o lançamento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) que posteriormente foi organizado em nível nacional como Movimento Negro Unificado (MNU)[91].

Em 1985, a transição para o governo civil ocorreu indiretamente e barrou qualquer possibilidade de ascensão de um governo não alinhado com os interesses do capital, que já sofria em nível mundial uma crise que demandava alterações significativas no modo de exploração do trabalho. No país, as primeiras ofensivas neoliberais foram enunciadas ao final do governo Sarney (1985 – 1990), como reações do capital às garantias de cidadania aprovadas na Constituição Federal de 1988. Porém, a ideologia de "enxugamento" do Estado ganhou força realmente com a posse de Fernando Collor de Melo (1990 - 1992). Em

[89] Algumas entidades formadas ao longo da década de 1970: Grupo Palmares (RS, 1971); Centro de Cultura e Arte Negra (SP, 1972); Núcleo Cultural Afro-brasileiro (BA, 1976); Sociedade de Intercâmbio Brasil África (RJ, 1974); Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (RJ, 1975). Cabe destacar que o fato das organizações conterem "pesquisa" e "cultura" nos seus nomes, mesmo não sendo estritamente culturais devia-se aos impedimentos legais da época para o registro de entidades de cunho racial. Segundo o Decreto-lei nº 510, de 20 de março de 1969, para a preservação da segurança nacional estavam considerados ilegais eventos e publicações com conteúdos raciais por "incitar ao ódio ou à discriminação racial". (PEREIRA, 2013, p. 218)

[90] Sobre a realização do ato, as autoridades do regime militar produziram a seguinte nota: "'Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial', integrado por vários grupos, cujos objetivos principais anunciados são: denunciar, permanentemente, todo tipo de racismo e organizar a comunidade negra. Embora não seja, ainda, um 'movimento de massa', os dados disponíveis caracterizam a existência de uma campanha para estimular antagonismos raciais no País e que, paralelamente, revela tendências ideológicas de esquerda. Convém assinalar que a presença no Brasil de Abdias do Nascimento, professor em Nova Iorque, conhecido racista negro, ligado aos movimentos de libertação na África, contribuiu, por certo, para a instalação do já citado 'Movimento Unificado'". Arquivo Ernesto Geisel, documento disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

[91] O MNU, 1978. Cf. PEREIRA, A.A. **"O mundo negro"**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas; Faperj, 2013. pp.247-287.

seu mandato teve início o processo de privatização das estatais, a abertura da economia para o capital estrangeiro e o mercado passou a agente organizador, ao mesmo tempo em que os trabalhadores como classe tiveram seus direitos progressivamente retirados. Com o impedimento da continuidade de Collor na presidência, e o empossamento do vice-presidente Itamar Franco (1992-1994) ocorreu uma desaceleração da implantação das reformas do Estado. Posteriormente, a eleição de Fernando Henrique Cardoso - FHC (que havia sido ministro da Fazenda no curto governo de Itamar Franco) estabeleceu entre os anos de 1995 a 2002 uma extensa aplicação do receituário neoliberal no Brasil, que atravessou todas as dimensões da vida social, especialmente a partir de substanciais alterações nas vinculações de trabalho, que influenciaram as relações entre as classes e destas com o Estado e remanejaram perversamente grandes contingentes de trabalhadores para situações de terceirização e precarização estruturais.

O ano de 1995 é marcado como o primeiro ano de implementação das reformas neoliberais, mas também pela realização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida pelo Movimento Negro Brasileiro, em 20 de novembro, em Brasília, como projeto dos movimentos negros de levar a discussão da questão racial brasileira, cada vez mais, para o âmbito de atuação do Estado. A Marcha que contou com a presença de mais de trinta mil participantes conseguiu que as lideranças dos movimentos negros fossem recebidas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso para exigir através do documento Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial a implementação de ações de combate ao racismo e políticas públicas valorativas e afirmativas para a população negra.

Outro movimento importante, ainda durante o governo de FHC, impulsionado pela pressão dos movimentos sociais negros, foi a adesão do país aos protocolos instituidos na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas em Durban, no ano de 2001.

A partir de 2003 com a eleição de Luis Inácio “Lula” da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores e ao longo dos últimos doze anos, pelo menos, as questões relativas à igualdade racial ocuparam algum espaço na agenda pública nacional, o que possibilitou a promulgação das leis 10.639/2003 (que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira), 11.645/2008 (que inclui no currículo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas), o Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009). E ainda que críticas pertinentes tenham que ser feitas sobre o formato do

enfrentamento ao racismo institucional, também é fato que ocorreu uma apropriação das demandas dos movimentos sociais negros por parte do Estado. Porém, a partir de 31 de agosto de 2016 com a aprovação do impedimento do mandato da presidente Dilma Rousseff, o contexto para o desenvolvimento de quaisquer políticas de caráter afirmativo, para se somar às políticas universais existentes tornou-se muito mais desfavorável. O panorama nos meses de gestão deste novo governo tem sido dos mais temerosos, com a redução do financiamento de público em todos os níveis e um retrocesso político e cultural capitaneado pelos setores mais conservadores da sociedade.

5. CONCLUSÃO

A complexidade social exige de princípio a percepção da diversidade etnicorracial em um nível mais profundo que a mera constatação da multiculturalidade que constitui a sociedade brasileira. Implica em revisão de valores e mudanças de atitudes, principalmente o reconhecimento da hegemonia da ideologia da branquidade[92] nas sociedades colonizadas e os privilégios materiais e imateriais dos sujeitos que a detém, mesmo aqueles que não advogam tais privilégios. É uma hegemonia que se sustenta paralelamente à ausência de afirmações da história e do pensamento intelectual e político das populações negras.

Uma das ferramentas para a compreensão da realidade considerando os elementos estruturais e estruturantes destacados é a perspectiva de interseccionalidade como articulação dinâmica entre dois ou mais eixos de subordinação na construção social de discriminação e opressão. Isso significa que as situações são vivenciadas de forma diferenciada se consideradas mulheres negras e brancas, ou homens negros e brancos. As análises mostram ainda mais disparidades quando se articula a categoria classe social ao gênero e a raça e etnia. Assim, apenas a reflexão de um elemento identitário isolado, simplifica a realidade e dificulta o enfrentamento das condições reais e concretas que a moldam.

[92] Os termos branquidade e branquitude, em geral, referem-se à situação de privilégio que os indivíduos brancos detêm nas sociedades estruturadas pelas hierarquias raciais. Ruth Frankenberg define o conceito de branquidade em oito pontos: 1. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial; 2. A branquidade é um 'ponto de vista', um lugar a partir da qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais; 3. A branquidade é um *lócus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou "normativas", em vez de especificamente raciais; 4. A branquidade é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe; 5. Muitas vezes, a inclusão na categoria "branca" é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteira da própria categoria; 6. Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio e subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam; 7. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis; 8. O caráter relacional e socialmente construído da branquidade não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos (FRANKENBERG, 2004, p. 312 – 313).

O racismo tem conteúdos de dominação cultural, mas também econômicos e políticos. Por isso, o seu combate deve transbordar os vieses culturalistas e identitários (sem excluí-los) e articular a dimensão da luta de classes. Isso significa compreender o racismo como componente estrutural nos processos dinâmicos de acumulação de capital, e mais, que a consciência da luta antirracista – que desnaturaliza o racismo ao abordá-lo como questão a ser enfrentada politicamente pelo Estado – ocorre no nível das lutas concretas dos trabalhadores, entendidos (todos) como sujeitos históricos. E foi demarcado historicamente pelos movimentos negros como questão racial nos marcos da crise e das ofensivas do capitalismo.

No cenário atual do país é preciso atualizar os marcos que adensaram politicamente a luta antirracista no país, ou seja, refazer os percursos de fortalecimento dos movimentos sociais negros como sujeitos coletivos e históricos, articulados com as demandas do seu tempo. Assim, esta é uma reflexão sobre a necessidade de (re) construção de espaços para questionamentos da hegemonia da racionalidade vigente e de produção de alternativas a partir de saberes não dominantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. da S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. In: Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nº. 34, v. 12. Rio de Janeiro, 2014. p. 131- 154.

ANTUNES, R. A substância da crise. In: MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CASHMORE, E. et al. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 114, p. 290-310 abr./jun. São Paulo: Cortez, 2013

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, V. (org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa- GEMAA. Relatório das desigualdades de raça, gênero, classe. Disponível em: http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/08/Relat_1.pdf. Acessado em 30 de agosto de 2017.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação, 1994. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia/233955-8. Acesso em 14/03/2016.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, 2003. Disponível em: http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf. Acesso em 10/03/2015.

PEREIRA, A.A. **"O mundo negro"**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas; Faperj, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

A GLOBALIZAÇÃO E A QUESTÃO RACIAL

Suellen Silva da Cruz[93]

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de discutir o racismo não apenas como um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. E sim, uma relação social que se estrutura política e economicamente (ALMEIDA, 2016). Sendo uma relação social , ele é determinante no processo de divisão das classes e deve ser visto como uma questão estrutural, não podendo ser categorizado como mais uma opressão advinda do antagonismo capital-trabalho. Desta forma, a proposta é analisar o racismo como uma ideologia que faz parte das matrizes de opressão, estruturante do autoritarismo que permeia as relações sociais do sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: QUESTÃO RACIAL; GLOBALIZAÇÃO; RACISMO; SERVIÇO SOCIAL.

ABSTRACT

This article aims to discuss racism not only as an ethical problem, a legal category or a psychological data. And yes, a social relationship that is politically and economically structured (ALMEIDA, 2016). Being a social relation, it is determinant in the process of division of classes and must be seen as a structural issue, and can not be categorized as another oppression from capital-labor antagonism. In this way, the proposal is to analyze racism as an ideology that forms part of the matrix of oppression, structuring authoritarianism that permeates the social relations of the capitalist system

KEYWORDS: RACIAL ISSUE; GLOBALIZATION; RACISM; SOCIAL SERVICE.

[93] Bacharela em Serviço Social e mestranda no Programa de Política Social da UFES; representante discente em pós-graduação da ABEPSS região Leste; membro do GTP de raça da ABEPSS; e membro da Comissão de Ética e Direitos Humanos e da Comissão de Comunicação do CRESS-ES. Email: suellenscz@gmail.com
Eixo Temático: Exploração de classe/raça e etnia e as lutas sociais.

INTRODUÇÃO

Iniciamos nosso texto com a afirmativa de que a exploração racial foi necessária ao desenvolvimento do capitalismo no séc. XIX. Isso porque, no Brasil, assim como em todas as Américas, a escravidão negra surge com a colonização europeia que, segundo Silva (2012), possibilitou a acumulação primitiva[94] no continente europeu.

> A violência do sistema escravista colonial não foi um mero acaso na história; fazia parte da lógica interna do capitalismo comercial, como alavanca para a acumulação de capitais necessários à consolidação do capitalismo industrial. As formações sociais escravistas, portanto, foram verdadeiras "alavancas" para a "concentração de capital". As colônias produziam em grande escala para alimentar o mercado internacional em formação. Todo o tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluíam à metrópole e transformava-se em capital. (SILVA, 2012, p. 24)

Segundo Silva (2012), a retirada de negros e negras em massa do continente africano só foi possível com a soma de quatro fatores: o primeiro fator foi o fato do escravismo na África ainda ser uma prática comum. A escravidão que se conhecia entre os africanos, entretanto, em nada se assemelhava com a do novo sistema colonial, pois "os membros de uma comunidade só podiam ser escravizados no caso de endividamento, mesmo assim por um tempo determinado. Normalmente, a escravidão era fruto de guerras entre tribos diferentes" (SILVA, 2012, p. 38). O segundo fator seria a Igreja que justificava a escravidão por considerar os negros africanos inimigos de Deus. O terceiro fator, segundo Silva (2012), diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas do continente africano que era mais baixo que o do continente europeu, tornando mais fácil a expropriação da mão de obra escrava. Por fim, o quarto fator, refere-se à constatação de que "a produtividade do escravo africano era muito superior à dos indígenas, o que significava mais lucros" (SILVA, 2012, p. 39).

Podemos aqui ousar e dizer que as bases para os processos discriminatórios e racistas[95]

---

94 O mundo feudal já se apresentava em máxima decadência quando, em seu interior, iniciou-se o processo de nascimento do sistema de metabolismo social do capital, em sua forma capitalista. Isto é, das entranhas do feudalismo é que surge o capital, com sua força alienante avassaladora que a tudo domina, como uma relação social que marca a modernidade, desde seu estágio mais primitivo até a sua forma mais desenvolvida, ainda hoje em vigência. Entretanto, algumas condições socioeconômicas e culturais foram necessárias para que a subsunção real do trabalho ao capital se configurasse como relação social hegemônica e global. A este período transitório convencionou-se chamar de acumulação primitiva – ou originária – de capitais (SILVA, 2012, p. 18).

95 Mesmo que tenhamos a consciência que só há uma raça no Brasil, como em qualquer parte do mundo: a humana. Concordamos com Octavio Ianni (1978): Neste ensaio, a noção de raça está usada no sentido sociológico, de raça social, e não no de raça biológica, dado pela antropologia e a genética. Isto significa que as raças são tomadas nas acepções dadas a partir da perspectiva das próprias pessoas envolvidas na situação social concreta em que se encontram, situação essa na qual os critérios biológicos são geralmente menos importantes, esquecidos, ou socialmente recriados, segundo os componentes sociais da situação. Ocorre que a noção sociológica de raça nos coloca diretamente diante de relações políticas, na medida em que as diferenças de atributos, traços, marcas ou outros elementos fenotípicos e físicos, raciais ou não, são organizados e definidos pelas relações sociais de apropriação econômica e dominação política (IANNI apud FERREIRA, 2010 p. 98).

contra os negros, que vivenciamos na atualidade, estão descritas nos parágrafos até agora apresentados, visto que "toda a divisão social do trabalho nas colônias se realizava a partir da cor da pele, em que o escravo negro ocupava o lugar menos importante da pirâmide social." (SILVA, 2012, p. 36). Tal afirmação de Silva (2012), poderia perfeitamente expressar a realidade do negro brasileiro do século XXI, posto que em relação às necessidades básicas para a sobrevivência humana (escolaridade, renda e segurança, por exemplo), os dados demonstram com precisão que o passado está muito mais presente do que podemos supor.

Temos, desta forma, a seguinte provocação: "o racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. O racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente" (ALMEIDA, 2016, pg. 23). Sendo uma relação social, o racismo, e principalmente na América Latina, é determinante no processo de divisão das classes e deve ser visto como uma questão estrutural, não podendo ser categorizado como mais uma opressão advinda do antagonismo capital versus trabalho.

Na sociedade brasileira, o racismo é um elemento estruturante da divisão de classes na medida em que "o processo transitório do modo de produção do escravismo colonial para o capitalista aconteceu sem rupturas e protagonizado pelas mesmas elites dirigentes do período anterior" (OLIVEIRA, 2016, pg. 34). Desta forma, o racismo aparece como uma ideologia que faz parte das matrizes de opressão, estruturante do autoritarismo que permeia as relações sociais do sistema capitalista, conforme afirma Devulsky:

> O racismo colabora na diferenciação das tarefas por meio do estabelecimento de uma hierarquia baseada no recorte racial, na qual certos trabalhadores perdem uma maior parte do mais-valor que eles criaram do que os outros. A força de trabalho é revestida de uma roupagem étnica indissociável da produção de valor no capitalismo. Portanto, sua organização é perpassada por esse elemento que, embora não seja fundador é essencial em sua reprodução. (DEVULSKY, 2016, pg. 26)

Sendo assim, a primeira grande motivação em estudar a questão racial no campo das políticas sociais está no fato de que a questão étnico-racial determina exatamente qual é a população beneficiária diretamente atendida pelos Assistentes Sociais no campo das políticas públicas sociais como é o caso, por exemplo, do Programa Bolsa Família que conta com 73% dos beneficiários negros e do Programa Minha Casa Minha Vida, em que 71% são negros. (GOMES E BARROS, 2016).

Tais informações são imprescindíveis para entender a subordinação social dos negros na atualidade, além de demarcar a "questão étnico-racial como elemento estruturante das

relações sociais brasileiras, não sendo possível assim, tratar a formação social brasileira deixando de fora a história das populações negras e indígenas." (ROCHA, 2014, p.306).

1. O RACISMO COMO UMA RELAÇÃO SOCIAL

Quando retomamos a afirmativa de que "o racismo é uma relação social que se estrutura política e economicamente" (ALMEIDA, 2016, pg. 23), trazemos a concepção estrutural do racismo ao debate em detrimento às concepções puramente individualistas e institucionais.

Ao enxergarmos o racismo de forma puramente individualista, poderíamos cair na patologização do racismo como um problema individual ou de um coletivo, que poria na conta da irracionalidade as ações racistas. Neste caso, estaríamos negando a existência de uma estrutura ideológica e de aparelhos dentro da sociedade que produzem e reproduzem a discriminação racial. Da mesma forma, cairíamos em erro ao concebermos o racismo como unicamente um problema institucional. Neste segundo caso o racismo seria o resultado do mau funcionamento das instituições, e caberia a elas a responsabilidade por reparar as desigualdades raciais. No entanto, partimos da análise de que o racismo não é responsabilidade apenas das instituições, ele é, junto a elas, resultado de um conjunto de ações e ideologias praticadas por indivíduos que compõem as instituições.

Desta forma, o racismo é uma relação social na medida em que ele se é uma decorrência da própria estrutura social que se constitui de relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares. ALMEIDA, 2017.

Segundo Almeida (2017), ao ser analisado como estruturante na sociedade ou seja, imerso em elementos essenciais da vida social, como a política, a economia e o direito, deve-se levar em conta dois processos fundamentais: processo político e processo histórico.

Acerca do processo político, Almeida (2017) afirma que

> O racismo é processo um processo político. Político porque, como processo de discriminação que influência a organização da sociedade, depende de poder político, vez que somente o poder político possibilita a discriminação sistemática. Por isso, é sem sentido a ideia de "racismo reverso", já que membros de grupos raciais minoritários podem ser preconceituosos, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta ou indiretamente. Uma vez que o Estado é a principal instituição política do mundo contemporâneo, o racismo alimenta e ao mesmo tempo, é alimentado, pelas estruturas estatais. É por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos ganha concretude. Os regimes colonialistas e escravistas, o regime nazista, bem como o regime do apartheid (uma mistura de racismo colonialista e nazista, não poderiam existir sem a participação do Estado e de outras instituições como escolas, igrejas e meios de comunicação. (ALMEIDA, 2017)

A escravidão dos negros no Brasil no período colonial, contava com uma estrutura de dominação repressiva, onde o controle se dava através da tortura e da religião que justificava a inferioridade do trabalhador escravizado (SILVA, 2012). Isto, por si só, já demonstraria o estado de extrema violência a que o escravo era exposto, mesmo que não tenhamos a real dimensão das atrocidades vivenciadas por estes. Entretanto, mesmo após a escravidão ser mundialmente proibida no final do século XIX e no Brasil, em 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, "a população negra e mulata continuou reduzida a uma condição social análoga à preexistente." (FERNANDES, 1972, p. 85).

Por ser processo estrutural, o racismo é também um processo histórico na medida em que

> [...] não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. Apesar das similaridades quanto a aspectos como a economia, o Estado e o direito (formas sociais), cada sociedade possui uma trajetória singular que dará ao econômico, ao político e ao jurídico, particularidades que só podem ser apreendidas quando da observância da experiência histórica (formações sociais). O mesmo se passa com o racismo. Características biológicas ou culturais só são significantes de raça ou gênero quando no interior de processos políticos, historicamente constituídos, de dominação e sujeição. Ser "branco" é também o resultado de uma construção social que materialmente se expressa na dominação exercida por indivíduos considerados brancos como tem demonstrado os estudos sobre branquidade ou branquitude. Admiração e a valorização das características físicas e dos padrões de "beleza" dos povos europeus é também um indicador de quais indivíduos e grupos ocupantes naturais de lugares de poder e destaque. Devido às diferentes formações sociais, ser negro ou "não-branco" no Brasil, nos EUA, na França e em Angola são experiências vivenciadas de maneira distintas, não apenas por conta das óbvias diferenças políticas, econômicas e culturais, mas sobretudo pelas diferenças entre o significado social de "ser negro" e "ser branco", em cada uma dessas formações sociais. (ALMEIDA, 2017)

No caso brasileiro, quando falamos de um processo histórico, cabe lembrar que que os imigrantes europeus chegavam ao Brasil incentivados pela política de branqueamento do Estado brasileiro. Desta forma, o processo de divisão racial da sociedade iniciado na escravização dos negros toma uma forma compacta nas novas relações sociais baseadas na expropriação da força de trabalho, visto que as novas classes sociais, sob o impulso do colonialismo, são compostas igualmente por uma divisão racial (SILVA, 2012, p. 27). Desta forma, mesmo findando a escravidão (e mais de um século depois), o preconceito contra o negro e seus descendentes não cessaria (e ainda não cessou) porque ele se configurou socialmente como uma entidade moral, buscando nas origens biológicas dos negros escravizados legitimar o que era socialmente ilegitimável (FERREIRA, 2010).

Os reflexos na atualidade dos processos históricos e políticos apontados, permitem que fique explicito a relação dialética entre o racismo individual e institucional, como partes de um processo de racismo estrutural que também é composto por uma ideologia dominante na

medida em que "a não integração do negro na sociedade de classes no Brasil está vinculada à ideologia das elites brasileiras que visualizavam o 'embranquecimento da população', por meio da mestiçagem étnica" (FERNANDES, 2006) desde as primeiras décadas do século XX.

2. A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL COMO RELAÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO.

Não é por acaso que a abolição da escravatura, no Brasil, tenha ocorrido como afirma Fernandes (1972, p. 46) como "uma revolução social feita por brancos e para o branco". O processo de escravidão nas colônias se deu ao mesmo tempo em que na Europa se implantava o trabalho livre, e conforme Ianni (1978, p.3), esse foi um dos maiores paradoxos que se estabeleceu entre a Europa e o Novo Mundo. Este paradoxo tenderia a desaparecer devido à substituição pelo trabalho assalariado, uma vez que a Inglaterra, mais importante país capitalista da época, no fim do século XVIII já não necessitava tanto da escravidão, porque tinha entrado na era da Revolução Industrial, e seus interesses comerciais fizeram-na ser a "primeira nação ocidental a entrar firmemente na luta abolicionista numa escala internacional." (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2012, p. 113).

Sob essa ótica, a "libertação" dos escravos negros residia nos interesses e valores sociais prejudicados por causa da vigência da escravidão,

> [...] doutro lado, os negros e os mulatos se inseriam nessa insurreição como objeto e mera massa de manobra. Eles não puderam projetar nela os seus anseios ou necessidades mais diretas e, com raras exceções, ficaram relegados aos papéis secundários. Assim, o que se poderia chamar de consciência abolicionista era antes um patrimônio dos brancos, que lideravam, organizavam e ao mesmo tempo continham a insurreição dentro de limites que convinham à raça dominante. (FERNANDES, 1972, p. 86)

Os abolicionistas passaram a condenar a escravidão por razões muito mais econômicas do que morais, posto que ao embrutecer os negros e corromper moralmente os senhores, esta prejudicava a economia das colônias, pois, "segundo eles, o fim da escravidão geraria mais investimentos em máquinas agrícolas e os trabalhadores assalariados, mais interessados na produtividade do que os escravos maltratados produziriam mais por um custo menor." (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2012, p. 116).

Ainda que não seja possível adentrarmos detalhadamente nos aspectos que explicitariam a formação da burguesia brasileira, apontamos que

> [...] a ruptura com a homogeneidade da "aristocracia agrária" se deve às transformações realizadas, pelo fazendeiro de café, decorrentes das exigências postas pelo mercado mundial. Nesse sentido, o agente econômico, confrontado pelas constantes pressões do mercado externo, sobre o custo social da grande lavoura extensiva, passa a operar com a riqueza fora do contexto econômico da grande lavoura escravista. (MARTINS, 2012, p. 61)

É só na década de 1930 que se inicia uma marcha da burguesia brasileira.

> No período pós 30, é a ideologia da democracia racial que vai balizar a compreensão ideológica do Brasil sem "diferenças" de raça, ou seja, o "[...] mito fundador de uma nova nacionalidade [...]", mas que mantém a ideologia do embranquecimento (GUIMARÃES, 1999, p. 52-55). Posteriormente, nas décadas de 60 e 70 do século XX, com o apogeu da ditadura militar, amplia-se a "[...] mitologia da democracia racial [...]" (GUIMARÃES, apud FERNANDES, 2006).

O período que marca a ditadura militar no Brasil, seguia uma tendência econômica mundial de uma produção marcada pela padronização dos produtos e em larga escala com tarefas exercidas na linha de produção, facilitadas e repetitivas. Como consequência do baixo nível de exigência das tarefas manuais, o sistema de produção sobressai as necessidades do sistema de educação brasileiro. Isso vai impactar diretamente no período de implantação do neoliberalismo, visto que o modelo Toyotista dispensa a produção em larga escala e se caracteriza pelo uso de tecnologias e a polivalência dos trabalhadores.

A inserção de trabalhadores nesse sistema de produção exige dos operários conhecimentos genéricos, o que restringe de forma abissal o mercado de trabalho, e

> *[...]* exclui todo aquele contingente de mão de obra que não possui as qualificações necessárias para se adaptar a estas exigências deste modelo de produção (transformando o desemprego resultante em permanente e não mais em sazonal) e desregulamentando as relações trabalhistas, deixando-as à mercê da conjuntura produtiva. A noção de direitos universais deixa de existir no contexto neoliberal. (OLIVEIRA, 2000, p. 30)

O novo modelo de produção traz consigo profundas transformações nas relações sociais de produção e no campo social. Em primeiro lugar, a concretização do que chamaremos aqui do apartheid social entre aqueles que se incluem nas relações de venda da força de trabalho e consumo de mercadorias. Em relação a este primeiro ponto, afirmamos ser a concretização, pois é nessa fase do capitalismo que se alteram os paradigmas de consumo e produção. A segunda alteração seria a "ineficácia políticas públicas generalistas que desconsideram a diferença brutal que se gera no tecido social, transformando direitos em privilégios" (OLIVEIRA, 2000, p. 30).

Tais transformações rebatem diretamente na realidade da atualidade. Se fizermos uma análise, ainda que superficial, não seria surpreendente o resultado de quem seriam os sujeitos que ficaram as margens deste processo modernizador.

Mesmo que já tenhamos ilustrado brevemente o papel de subalternidade direcionado às populações negras, e que certamente tem uma relação direta com os processos excludentes que vem se arrastando desde o período escravista, quando falamos de violência, a Nota Técnica nº 17 de março de 2016 divulgada pelo IPEA afirma que a diferença na taxa de homicídios entre negros e não negros chega a ser abissal. Um exemplo disso é o Estado de Alagoas, onde para cada homicídio de um não negro, em média, 10,6 negros eram assassinados. (IPEA, 2016). Além disso, em artigo publicado na revista Carta Capital em março de 2016, Gomes e Barros (2016) trazem alguns dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que dizem respeito à situação da população afro-brasileira, indicando-a como a maior beneficiária dos programas sociais: do total de 1 milhão de cisternas entregues pelo Programa Água Para Todos, 80% têm responsáveis negros; Negros e pardos somam 80% das famílias do Cadastro Único atendidas pelo Programa Luz Para Todos; os negros são 70% das 724 mil famílias de baixa renda beneficiadas com unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida.

Compreendemos, desta forma, que movimento dialético histórico passa por todas as coisas e as torna concretas, na medida em que captamos a importância da articulação do processo histórico das transformações ocorridas na sociedade brasileira com a realidade contemporânea dos negros no Brasil (ROCHA, 2014).

3. CONCLUSÃO

Todas as considerações propostas até aqui nos levam a concluir não discutir a questão racial numa dimensão marxista pode ocasionar alinhamento “a uma perspectiva conservadora de manutenção do status quo e de fortalecimento das estruturas vigentes ainda marcadas pelas desigualdades étnico-raciais” (ROCHA, 2014, p. 300). Isso porque o método materialista histórico não dissocia seus princípios e sua dimensão legal do modo de produção econômico do qual ele se esteia, desta forma, ou seja, não discutir os processos e situações de violência impostas historicamente à população negra sob essa perspectiva pode acarretar em uma sujeição aos pensamentos conservadores e discriminatórios de forma muito mais acentuada. Sabemos, entretanto, que ainda que os sujeitos tenham acesso a uma formação crítica e propositiva no que tange às questões étnico-raciais, não significa necessariamente que estes terão a postura também crítica e propositiva que se espera, visto que “no Brasil, o racismo está entranhado nas relações sociais, e o Serviço Social, enquanto instituição profissional não está fora da sociedade brasileira, nem tampouco seus agentes” (FERREIRA, 2010, p. 172).

Faz-se necessário o cuidado para que não haja "brechas para que outros referenciais teórico-políticos, de cunho conservador ou pós-moderno, apropriem-se dessa discussão e ocupem grande parte dos recursos utilizados como instrumento de formação" (ROCHA, 2014, p. 304). Sendo assim, a apropriação da questão étnico-racial pelo método materialista, significa inclusive, prevenir que os debates acerca desta temática se façam de forma descoladas das relações históricas, sociais e econômicas, como é o caso de muitas correntes teóricas que tentam, ainda hoje, explicar o conceito de raça de forma unicamente biológica, acreditamos, desta forma, que para avançarmos nesta pesquisa com a seriedade que a questão étnico-racial requer, "somente a razão crítico-dialética está capacitada" (GUERRA apud FERREIRA, 2010, p. 174).

Por fim, cabe-nos enfatizar que a luta contra o racismo é o esteio da luta anticapitalista. Isso porque "o racismo é uma ideologia que sustenta a exploração capitalista" (BORGES, 2016, pg. 49) na medida em que

> Embora o grupo branco figure como o principal operador dessa ideologia, a inscrição de seus efeitos no nível da estrutura social ocasiona que um grupo mais amplo se beneficie da mais-valia psicológica, cultural e ideológica por ela instituídos: [...] tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas (GONZALEZ apud BORGES, 2016, pg. 49)

Para finalizar, afirmamos que enquanto o racismo for expulso da problemática da luta de classes como fenômeno de ordem menor, ele continuará a existir como um impeditivo do exercício político voltado à emancipação total (DEVULKY, 2016, pg. 30).

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. Dossiê Marxismo e Questão Racial. **Margem esquerda.** Artigo. Revista Boitempo, número 27. São Paulo. Outubro de 2016.

_____. **Racismo**. Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito, Edição 1, Abril de 2017. Disponível em < https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/92/edicao-1/racismo>

BORGES, Rosane. Feminismos nefros e marxismo: quem deve a quem? **Margem esquerda.** Artigo. Revista Boitempo, número 27. São Paulo. Outubro de 2016.

DEVULSKY, Alessandra. Estado, racismo e materialismo. **Margem esquerda.** Artigo. Revista Boitempo, número 27. São Paulo. Outubro de 2016.

FERNANDES, José Antonio da Costa. **Globalização e racismo.** Revista Espaço Acadêmico. Numero 66. Novembro de 2006. Disponível em < https://www.espacoacademico.com.br/066/66fernandes.htm>

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1972.

FERREIRA, Camila M. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936 – 1947).** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, Nilma Lino; BARROS, Ronaldo. Sem igualdade racial não há democracia. **Carta Capital.** Artigo. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/>. Acesso em: 05 de junho de 2016.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** 2ª Ed. Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. Belo Horizonte, 2005.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da "questão social" no Brasil.** Tese de doutorado. Recife, 2012.

OLIVEIRA, Dennis de. **Globalização e Racismo no Brasil.** União de Negros pela Igualdade. São Paulo, 2000

_____. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. **Margem esquerda.** Artigo. Revista Boitempo, número 27. São Paulo. Outubro de 2016.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Oliver. 1962. **A história da escravidão.** Tradução: Mariana Echalar. Boitempo. São Paulo, 2009.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios.** Tese. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Uelber B. **Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial.** 1ª edição. Instituto Lukács. São Paulo, 2012.

CONSTITUIÇÃO DO FENÔMERO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: a relação dialética entre acumulação/expropriação

Mariana Sato dos Reis[96]

Resumo

O presente trabalho, enquanto ensaio teórico da Dissertação de Mestrado da autora, intitulada "Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua de Londrina (PR): uma análise a partir da perspectiva do usuário"; objetivou trazer breves reflexões acerca da relação acumulação/expropriação que histórica e dialeticamente contribuiu para a constituição do fenômeno população em situação de rua no Brasil.

Palavras-Chave: População em Situação de Rua. Acumulação. Expropriação.

Abstract

This work, as a theoretical essay of the Master's Dissertation of the author, entitled "Specialized Reference Center for Homeless People in Londrina (PR): an analysis from the perspective of the user"; Aimed to bring brief reflections about the relationship accumulation / expropriation that historically and dialectically contributed to the constitution of the phenomenon street population in Brazil.

Keywords: Homeless People. Cumulation. Expropriation.

[96] Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, formada pela Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus Franca/SP), Mestre em Serviço Social e Política Social, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); docente do curso de Serviço Social da UNILAGO – São José do Rio Preto/SP; marianareis_ss@yahoo.com.br.

I. INTRODUÇÃO

A população em situação de rua está inserida, enquanto diversidade, nessa unidade que é a realidade social, nos dizeres de Kosik (2011). Ela também é síntese de múltiplas determinações, pois o estar em situação de rua, o permanecer na rua não ocorre apenas por um único fator, logo, a condição de rua é heterogênea, unidade do diverso.

A partir desse método de análise da realidade social, é possível construir um caminho que sinaliza a população em situação de rua como expressão da "questão social", desmembrada em suas diversas faces, como a fragilidade e/ou rompimento dos vínculos familiares; o uso de drogas e a dependência química; as relações de trabalho, desemprego, além da violência e opressões vivenciadas no cotidiano de vida nas ruas. Nos termos de Silva (2009) a população em situação de rua é "expressão radical da questão social na contemporaneidade[97]".

A expressão "questão social" designa processos que foram se constituindo com o advento do sistema capitalista. Sua gênese está relacionada na maneira pela qual os indivíduos se organizam para produzir num determinado período histórico. O desenvolvimento e progresso das forças produtivas, com o constante aperfeiçoamento das tecnologias, ocasionaram o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Aumenta-se o capital constante, em detrimento do capital variável.

Na lógica capitalista, a introdução das tecnologias que potencializaram o processo produtivo foram causas determinantes do desemprego dos trabalhadores, que deram início a constituição do exército industrial de reserva, fonte da valorização do capital, pela lei da oferta e da procura (SANTOS, 2012, p. 26).

O presente trabalho, enquanto ensaio teórico da Dissertação de Mestrado da autora, intitulada "Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua de Londrina (PR): uma análise a partir da perspectiva do usuário" (2014); traz breves reflexões acerca da relação acumulação/expropriação que histórica e dialeticamente contribuiu para a constituição do fenômeno população em situação de rua no Brasil.

[97] Esse termo é utilizado por Silva (2009) em seu livro "Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil".

II. DESENVOLVIMENTO

A trajetória histórica brasileira, no que tange à constituição das desigualdades sociais, geradoras, dentre outras consequências, do fenômeno população em situação de rua, retrata tanto o modelo de exploração capitalista, como a insuficiência do Estado na garantia de proteção.

No período colonial, a esmola foi um dos poucos recursos a que os pobres podiam recorrer para diminuir seus "males", como a fome a ausência de recursos da manutenção da sobrevivência. Nesta fase histórica do país, o trabalho era exercido por escravos negros, em sua grande maioria, e também pelos índios, ainda que em menor número, pois muitos eram dizimados em confrontos com os colonos e não correspondiam às exigências de disciplina necessária ao trabalho na lavoura canavieira (SPOSATI, 1988, p. 63).

Como destaca Kowarick (1987, p. 22), o tráfico negreiro se tornou um comércio muito lucrativo para a Metrópole portuguesa, enquanto que o apresamento dos indígenas era um negócio interno da Colônia, sendo este talvez o motivo que explique o "segredo da melhor adaptação" do negro à lavoura escravista. Dessa forma, a escravidão torna-se o "cordão umbilical" que une a realidade mercantil nascente da Europa com a fase exploratória das Américas, uma sendo interdependente da outra.

Obstante, como retrata Sposati (1988, p 66), transformar-se em trabalhador manual era um "demérito", pois o escravismo desqualificava o trabalho, que era rechaçado pelos "homens livres", embora estes tivessem condições de vida que pouco se distinguiam da condição dos escravos. Por muito tempo o trabalho foi considerado como a alternativa mais degradada de existência, pois era sinônimo da escravidão, do servo e da precariedade que representava os escravos naquela fase do país.

Para os "homens livres" restavam então, poucas soluções no interior da economia colonial brasileira, dentre elas, havia a ocupação de funções que eram vedadas aos escravos, seja porque esse desempenho desviaria a mão de obra escrava da produção, seja porque comprometeria a reiteração de seu papel servil, além de muitas vezes viverem de sua própria "vadiagem" (SPOSATI, 1988, p. 67).

Este fenômeno, a "vadiagem", foi também muito peculiar em alguns países europeus, mas, o que difere a realidade brasileira daquelas sociedades é que, segundo Kowarick (1987, p. 35), lá "[...] a expropriação camponesa originou vasta massa de "desenraizados", enquanto aqui a escravidão, outro ângulo do processo idílico de acumulação primitiva, produziu 'livres e marginais'". Segundo o autor, o Brasil se tornou um "país sem povo", pois entre os senhores e os escravos permaneceu uma massa de despossuídos de propriedade

privada e de instrumentos produtivos, que "[...] sobreviviam com pequenas glebas de terra ou vagavam pelos campos e cidades sem função econômica estável e precisa".

O Estado português não se importava com a generalização da pobreza que se instaurava na colônia, tornando-se a esmola a única instituição existente. Ela era, inclusive, regulada por determinação real: "[...] cabia ao rei designar esmolares e instituir o cofre dos órfãos para recolher as ajudas para os expostos". À Irmandade da Misericórdia[98] cabia a função de dar esmolas aos "homens livres" que ali recorriam para suprir suas necessidades (SPOSATI, 1988, p. 71-73).

Entretanto, os "homens livres" não possuíam trabalho regular e eram considerados vadios, visto que a preferência era pela mão de obra escrava. Assim, prevalecia a rigidez dos critérios da Irmandade para o fornecimento de esmolas, pois, apoiar um homem dessa categoria seria o mesmo que apoiar um "vadio". A esmola estava vinculada, então, "[...] a solidariedade parental e a definição de espaços assistenciais institucionais, a nova forma asilar de se constituir a filantropia higiênica. A assistência, portanto, associada à tutela e ao controle" (SPOSATI, 1988, p. 84).

Com a Proclamação da Independência, e o desenrolar do processo de urbanização das cidades, como São Paulo, por exemplo, em fins do século XIX, os fazendeiros começavam a habitar chácaras ao redor do centro, e com a introdução do cultivo do café, ocorreram mudanças nas relações de produção. Mas, para os "homens livres" nada mudou, eles continuavam expropriados dos processos produtivos essenciais à sociedade.

No que tange à mão de obra escrava (que mesmo depois da abolição em 1888[99], continuou a ser utilizada), ainda que de forma muito lenta, cede lugar à mão de obra assalariada, mais precisamente, a mão de obra imigrante.

Nos centros de maior concentração populacional, como retrata Prado Júnior (1998, p. 198), onde estavam localizadas as indústrias, como, por exemplo, Pernambuco, Bahia, Maranhão e São Paulo, a população sem ocupação fixa e meio de vida regular, era numerosa, "[...] fruto de um sistema econômico dominado pela grande lavoura trabalhada por escravos" (PRADO JR., 1998, p. 198). Nas palavras do autor:

> A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio "senhor e escravo". Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isto que já vinha de tempos remotos da colônia, resultava de contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição. (...) A indústria nascente, para que o trabalho escravo mostrar-se-á desde logo

[98] Aqui a autora retrata as ações da Irmandade na então Vila que mais tarde se tornaria a cidade de São Paulo.
[99] A Lei de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea como foi denominada colocou fim à escravidão, ainda que não de forma imediata e nem igualitária nas diversas regiões do país (PRADO JR., 1998, p. 182).

> ineficaz, encontrará naqueles setores da população um largo, fácil e barato suprimento de mão-de-obra. E será esta a origem do proletariado industrial brasileiro, o que explicará no futuro muito das suas características e da sua evolução (PRADO JR., 1998, p. 198).

A "Lei de Terras" de 1851 expropria os "homens livres" das terras que antes lhes eram úteis, mesmo que fossem subjugados a um senhor. Essa Lei decretava que "[...] as terras não poderiam ser adquiridas por nenhum outro meio que não fosse a compra, extinguindo-se, assim, as possibilidades de posse e ocupação". A terra que antes era livre, ainda que o trabalho fosse escravo, passa a ser cativa, no momento em que a mão de obra torna-se "livre". É o que a Sposati (1988, p. 90) chama de "cativeiro da terra", cuja libertação permanece no seio da luta das populações rurais até hoje.

A lenta absorção da mão de obra dos "homens livres" não era suficiente para preencher o mercado da força de trabalho, por conseguinte, os imigrantes tiveram um importante papel nesse processo enquanto reforço para o trabalho, principalmente, o cultivo do café em São Paulo, já na fase da República Velha do país. De acordo com Kowarick (1987, p. 12), os imigrantes estrangeiros vieram inicialmente da Itália, posteriormente da Espanha, Portugal e Japão.

De acordo com Prado Júnior (1998, p. 189), é válido ressaltar que os imigrantes europeus que foram para São Paulo trabalhar chegaram para suprir uma carência imediata de braços nas fazendas de café, como simples trabalhadores assalariados. Já no extremo-sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), a vinda dos imigrantes para essas províncias tornava-se solução para o problema de povoamento desses territórios, vinculada às atividades econômicas e rendas públicas.

Evidencia-se então que, o rápido processo de expansão econômica sempre contou com larga oferta de braços, potencializados a partir da chegada dos imigrantes estrangeiros no estado de São Paulo. Essa mão de obra teve ainda a adição da força de trabalho dos ex-escravos, entretanto, estes formaram "[...] uma massa desenraizada, que não foi incorporada no processo produtivo até 1930, quando a economia viria a apresentar maior grau de desenvolvimento e diversificação" (KOWARICK, 1987, p. 13).

Como retrata Maringoni (2012), os ex-escravos além de serem discriminados pela cor, formavam a população pobre e "indesejada", nos termos do autor, existente no interior da sociedade brasileira, os "deserdados da República". A esse fator somava-se o aumento do número de desocupados, trabalhadores temporários, "lúpens[100]", mendigos e crianças

[100] A expressão "lúpen-proletariado" foi utilizada por Marx (1974) para designar os "vagabundos", "soldados desligados do exército", "presidiários libertos", "forçados foragidos das galés", "chantagistas", "donos de bordéis", etc. O lúpen-proletariado não se encaixa na classificação dos desempregados, pois de acordo com Marx, o lúpen não se insere no mercado de trabalho e não tem a intenção de fazê-lo. Esse segmento representa a

abandonadas nas ruas, que gerava, dentre outros fatores, o aumento da violência. Para descrever essa situação o autor utiliza das palavras do historiador Luis Edmundo (1957), que descreve em seu livro "O Rio de Janeiro do meu tempo", a situação em que viviam os negros em sua cidade. Estes, eram vistos como os mendigos espalhados pela capital, os "capoeiras", "malandros" e "vagabundos" de toda sorte (MARINGONI, 2012, p. 42).

Além dos "homens livres", para quem o trabalho era sinônimo de escória, pode-se dizer que os ex-escravos também fizeram parte, num primeiro momento, dos indivíduos, que posteriormente, comporiam uma população que seria chamada "de rua". Entregues à própria sorte, e designados a sofrerem os preconceitos, perseguições e opressões há muito existentes no país, mas potencializada após a abolição, por um longo período, a população negra ficou excluída da participação política e social, na sociedade de classes que nascia no país, em decorrência do início do desenvolvimento das primeiras forças produtivas capitalistas.

Este fato, não ocorreu sem a luta dos movimentos sociais (negros) que reivindicavam, já naquele período, uma chance de fazerem parte do quadro social, político e econômico brasileiro, como retrata Florestan Fernandes (1978), em seu livro "A integração do negro na sociedade de classes".

Com o incipiente crescimento industrial de São Paulo, que exigia mais braços para o trabalho assalariado, e com a redução das imigrações europeias para o Brasil em decorrência da Primeira Guerra Mundial, inicia-se a trajetória da migração nordestina (que fugia da seca de sua terra) para aquele estado. População esta, componente da mão de obra desempregada e sobrante frente às necessidades do capital primitivo que ia se constituindo no país, colocando em cena a rua como espaço de moradia e sustento para esses migrantes brasileiros.

Em síntese, como aponta Kowarick (1987, p. 14):

> [...] no processo de expansão e consolidação do capitalismo no Brasil, a força de trabalho pode ser superexplorada – e, em larga medida, até dilapidada – na medida em que o capital teve a seu dispor não só condições de domínio político extremamente favoráveis, mas também um excedente de mão-de-obra que permitia levar à acentuada pauperização expressivos segmentos de trabalhadores, tanto rurais, como urbanos.

Avançando um pouco mais na história da sociedade brasileira, os estudos de Silva (2009) mostraram que o fenômeno "população em situação de rua", constitui a síntese de múltiplas determinações, conectando-se às relações de trabalho dentro do sistema

"desvalorização moral do trabalho", pois que se utiliza de formas de sobrevivência imediatas, além de possuir em si o individualismo extremo. Era uma população que enriquecia não mediante a produção, mas da "escamoteação da riqueza alheia". Por isso, a definição de lúpen não pode ser comparada à população em situação de rua, pelo menos não na realidade brasileira, esta está inserida, em sua grande maioria, enquanto componente da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

capitalista. As mudanças acarretadas para a classe trabalhadora, com a complexificação deste sistema, geraram um exército industrial de reserva, que nada mais é do que a população sobrante frente às necessidades do capital.

As consequências das mudanças ocasionadas no mundo do trabalho, no final do século XX e início do século XXI, repercutiram no agravamento do desemprego, na precarização das relações de trabalho e na queda da renda média real dos trabalhadores. Acompanhando esse movimento histórico, houve um aumento das desigualdades sociais e dos níveis de pobreza da classe trabalhadora.

Marx (1996, p. 260) explica que o processo de formação do "exército industrial de reserva" surge a partir da centralização do capital (pela junção de capitais individuais que rebatem no mecanismo de concorrência entre os capitalistas, que tende a diminuir), e da crescente desproporção entre capital constante e capital variável, este, em constante diminuição. Segundo o autor, "[...] a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua e subsidiária [...]" frente às necessidades do capital (MARX, 1996, p. 261).

Dessa forma, aquele autor explica que, "[...] com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa". Prevalece a "lei da oferta e da procura", um maior número de trabalhadores "liberados" pelo processo produtivo em detrimento da parcela de trabalhadores empregados. Ocorre, por conseguinte, a diminuição dos salários pagos aos trabalhadores devido ao aumento do enfileiramento da "superpopulação relativa", mão de obra sobrante frente aos desígnios do capital, e escudo contra as eventuais perturbações do processo produtivo. Marx (1996, p. 262), na "Lei Geral da Acumulação Capitalista" afirma que como consequência da situação em que se encontrava a classe trabalhadora, o pauperismo configurou-se enquanto "asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva".

Quanto maior a riqueza acumulada, maior o número de trabalhadores que engrossam as fileiras do exército industrial de reserva. E quanto maior for o exército industrial de reserva, em detrimento do exército ativo dos trabalhadores, maior será a concentração da miséria pelos primeiros. Finalmente, quanto maior a classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo oficial. Eis a Lei Geral da Acumulação Capitalista: a concentração da riqueza socialmente produzida, apropriada pela pequena camada de capitalistas em função do aumento da miséria da classe trabalhadora,

base fundante do pauperismo (MARX, 1996, p. 263). Está firmada a contradição inalienável do sistema capitalista, e de acordo com Marx (1996, p. 275):

> [...] a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefesto[101] agrilhoaram Prometeu ao rochedo.

A crise de acumulação capitalista (no pós-Estado de Bem-Estar) instaurada em 1970 nos países centrais teve repercussão direta nos países periféricos, dentre eles o Brasil. A reestruturação produtiva brasileira começa a dar sinais, já na década de 1980, principalmente na indústria automobilística. O intuito desse novo processo de desenvolvimento das forças produtivas do país era ampliar a capacidade competitiva das empresas nacionais em um cenário internacional de forte concorrência e crescente instabilidade econômica. A adesão do país às políticas neoliberais, no governo de Fernando Henrique Cardoso inaugurando a década de 1990, que esse processo se torna evidente e intensivo (SILVA, 2009, p. 82).

Ocorre maior abertura ao mercado externo, o que exigia produtos nacionais variados, de melhor qualidade e preços competitivos. Isto tudo, à custa de profundas transformações em seus processos produtivos e modo de gestão da força de trabalho, o que resultou "[...] na desarticulação da cadeia produtiva, na maior intensidade do uso da força de trabalho, na diminuição dos postos de trabalho, no aviltamento do valor dos salários e no aumento da informalidade do trabalho". (SILVA, 2009, p. 83).

> [...] o desenvolvimento do capitalismo quebra as resistências à criação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que mantém a oferta e a procura de trabalho e também os salários em sintonia com as necessidades de expansão do capital. Essa é a maior expressão do domínio do capitalista sobre o trabalhador. Portanto, a reprodução do fenômeno população em situação de rua vincula-se ao processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo.

Ressalta-se, entretanto, que a questão do desemprego conforme aponta Mészáros (2003, p. 22) já não pode ser limitada, nas atuais configurações do capital, a um "exército de reserva". De acordo com o autor, "Agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico (...)", que se denomina de "desemprego estrutural"[102].

A partir da década de 1980, a "condição de rua" deixa de ser algo meramente individual, ganhando a definição de coletividade, ou seja, vai se constituindo uma população

[101] De acordo com a Mitologia Grega (HESÍODO, 1996), Prometeu teria roubado o fogo dos deuses e dado aos homens. Quando Zeus descobriu, teria ordenado a Hefesto que, como castigo, acorrentasse Prometeu ao cume do monte Cáucaso, onde todos os dias uma águia dilacerava seu fígado.
[102] O autor discute de forma mais aprofundada em seu livro "O Século XXI: socialismo ou barbárie" (2003), sobre a crise estrutural do sistema do capital, e os reflexos dela para a sociedade, convidando o leitor a refletir o que virá depois, o socialismo ou o aprofundamento da barbárie, já instaurada.

que faz das ruas seu espaço de moradia e sustento, face ao cenário de precarização do trabalho ou mesmo de ausência deste. Reforça-se então, uma das características da população em situação de rua: a pobreza extrema definida pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso à riqueza socialmente produzida. Silva (2009) utiliza-se do termo população "em situação de rua", pois designa uma condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital.

Sobre a população em situação de rua, Rosa (2005, p. 36) explica:

> [...] ganha forma no País um segmento heterogêneo de trabalhadores progressivamente alijados do mercado de trabalho formal, que exercem atividades profissionais intermitentes e instáveis, de baixa remuneração, e não têm residência fixa, vivem a alternância da moradia em pensões, em albergues e nas ruas da cidade e, para se alimentar, valem-se de pontos de distribuição de comida ou de centros de assistência social. Para essas pessoas, viver nas ruas significa hoje mais do que antes, expor-se a precárias condições de vida e de trabalho e à violência policial e das ruas, agravada pela presença cada vez mais avassaladora do crack.

São muitas as determinações que levam tais populações a se tornarem de rua: "fatores estruturais" relacionados à ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social; "fatores biográficos" relacionados à ruptura dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – morte de todos os membros da família/roubo de todos os bens, fuga do país de origem; "desastres de massas" na ocorrência de terremotos, inundações, entre outros (SILVA, 2009, p. 105).

Para a autora, existem seis aspectos característicos da população em situação de rua: as múltiplas determinações (citadas anteriormente); ser o fenômeno expressão radical da "questão social"; estar localizada, na maioria dos casos, nos grandes centros urbanos; ter como marca o preconceito da sociedade para com esta população; as particularidades dos territórios em que tal fenômeno se manifesta; e a tendência à naturalização desse fenômeno.

A questão das particularidades de cada território é algo observado, pela autora, são "[...] decorrentes dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes no território", elementos que "[...] refletem no perfil socioeconômico, no tempo de permanência nas ruas e nas estratégias de subsistência utilizadas pelas pessoas em situação de rua" (SILVA, 2009, p. 121).

Portanto, o fenômeno população em situação de rua possui uma relação dialética e contraditória, que permeia essa sociabilidade que é a relação acumulação/expropriação. Peculiaridade esta, marcada na construção das relações entre as classes sociais em um dado país e demarcando grupos que estão entre as classes que não têm acesso aos bens

socialmente produzidos e apropriados por pequena parcela da população, detentora dos meios de produção e comercialização.

III. CONCLUSÃO

Desde a realização do I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em 2008[103], muito se avançou no debate sobre os direitos dessa população, como, por exemplo, a conquista da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNRP, 2009), que prevê a implantação dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

Em 2009, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109/2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Este documento tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais, os destinados à população em situação de rua. Ao tratar dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, instituiu-se o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, prevendo como lócus de sua oferta os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP).

Tais conquistas evidenciaram a problemática das pessoas em situação de rua, inserida na complexidade das relações sociais, uma vez que, como apontou o I Censo e Pesquisa Nacional (2008), os principais motivos da ida e permanência nas ruas estão relacionados aos problemas com alcoolismo e/ ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/ mãe/ irmãos (29,1%).

O último Censo realizado em São Paulo (2015) apontou que a maioria da população é formada por migrantes, embora a proporção dos paulistanos não seja desprezível (27% e 29%). Essas pessoas são, em sua maioria do Sudeste, seguido pelo Nordeste. Estimam-se em cerca de 50% os que nasceram no Estado de São Paulo.

Outra observação relevante, apontada pelo Censo (2015) é a presença de imigrantes vivendo em situação de rua. Esses estrangeiros são oriundos principalmente de países africanos que, chegando à cidade procuram os serviços da rede de assistência social. Registra-se a tendência ao crescimento, em futuro próximo, com a intensificação do fluxo de

[103] O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua executado pelo Instituto Meta, abrangendo 71 cidades brasileiras (dentre elas Londrina – a pesquisa sinalizou 296 pessoas em situação de rua neste município diante de uma população de 497.833, pela contagem do IBGE de 2007), sendo que 48 eram municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independente do seu porte populacional. Vale ressaltar que São Paulo41, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre42 não entraram na pesquisa, pois já haviam feito ou já estavam fazendo pesquisas semelhantes. Nessa pesquisa foram identificados 32.922 adultos43 em situação de rua nas 71 cidades brasileiras.

refugiados para a capital, oriundos de países que passam por dificuldades econômicas e conflitos de natureza política, étnica e religiosa.

As condições de trabalho atual indicam que uma parcela tanto de acolhidos (em instituições), quanto aqueles que permanecem nas ruas, trabalham como empregados com ou sem registro em carteira (17,9% e 4,8%). A maioria dos dois grupos declarou trabalhar por conta própria/fazendo bicos (57,7% e 73,8%), enquanto uma parte significativa declarou não estar trabalhando (25,8% e 20,7%). Com relação às pessoas em situação de rua, as condições de trabalho e os rendimentos auferidos apresentam significativas diferenças, em comparação com os acolhidos. Estima-se que cerca de 4,8 % daqueles que permanecem nas ruas são assalariados, sendo 2,2% com carteira assinada e 2,6%, informais.

O atual prefeito de São Paulo, em ações violentas e opressoras contra essa população tem contribuído, de forma sistemática e intensiva para que a relação apropriação/expropriação evidencie que a complexidade que abarca a vida nas ruas está intrinsecamente relacionada à forma como a barbárie se instaura, onde a desigualdade social se acirra principalmente no cenário neoconservador, a golpes que têm retirado os poucos direitos sociais conquistados por essa população.

Praça da Sé, São Paulo, 2004, a lembrança das pessoas em situação de rua assassinadas não permite que seja esquecida a luta dessa população para ser vista e entendida, não como excluída, mas presente no cenário urbano e que grita por justiça[104].

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez., 2009c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião, Secretaria de avaliação e Gestão da informação. **Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília, DF: Governo Federal, 2008.

[104] O Movimento Nacional da População de Rua é composto por pessoas que vivem ou viveram em situação de rua e que se põe em movimento pela conquista de direitos que a elas são negados. O Movimento surgiu depois de um episódio que ficou conhecido como “Chacina da Sé” em agosto de 2004, no qual sete moradores de rua foram assassinados. O Movimento foi lançado oficialmente no 4º Festival do Lixo e Cidadania, realizado em 2005.

_____. _____. **Política Nacional para a População em Situação de Rua.** Proposta da Política apresentada ao MDS por representantes da sociedade civil integrantes do GTI, 2009. Disponível em: <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Proposta_da_Pol_Nac_apresentada_ao_MDS_por_representantes_da_Soc_Civil.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2013.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Ática, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem:** a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARINGONI, G. **O Destino dos Negros Após a Abolição.** Desafios do Desenvolvimento - Ipea, Brasília, p. 34 - 42, 01 dez. 2012. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2673:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 12 de abr., 2013.

MARX, K. Capítulo XXIII, A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: **O Capital – crítica da economia política.** Livro primeiro. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

MÉSZÁROS, I. **O Século XXI:** socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

ROSA, C. M. M. **Vidas de Rua.** São Paulo: Hucitec/ Rede Rua, 2005.

REIS, Mariana Sato dos. **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) de Londrina (PR):** uma análise a partir da perspectiva do usuário. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

SANTOS, J. S. **"Questão Social":** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SÃO PAULO. SMADS. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. **Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo.** Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE. São Paulo, 2015.

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, A. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza.** São Paulo: Cortez, 1988.

_____. O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo à população. In: CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. (Org.). **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

RESISTÊNCIAS À MODERNIDADE NA EUROPA

Thaynara Moreira Botelho[105]
Adriana Amaral Ferreira Alves[106]

RESUMO

Este artigo objetiva analisar os ensaios comunitários que possuíam traços pré-modernos e que foram se transformando em experiências modernas no século XIX. As reflexões foram desde as experiências dos "costumes em comuns" realizadas pela plebe inglesa até a diminuição destas atividades com a concretização da modernidade. Com a Revolução Industrial, as formas de resistências foram se perdendo. As tarefas que antes eram realizadas pelo tempo histórico dos acontecimentos foram se transformando em trabalhos marcados pelo tempo abstrato na história.

Palavras- chave: História; Experiências Comunitárias; Capitalismo.

RESISTANCES TO MODERNITY IN EUROPE

ABSTRACT

This article aims to analyze the community essays that had pre-modern traits that were transformed into modern experiences in the 19th century. The reflections were from the experiences of the "customs in common" carried out by the English plebe until the reduction of these activities with the concretization of modernity. With the Industrial Revolution, the forms of resistances were lost. The tasks that were formerly accomplished by the historical time of events were transformed into works marked by abstract time in history.

Key- words: History; Community Experiences; Capitalism.

[105]Doutoranda em Política Social pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. E-mail: thaynarambotelho@gmail.com
[106] Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo e professora colaboradora do programa de pós-graduação *strictu sensu* em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: adriana.afa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Para a construção deste trabalho, buscamos elementos analíticos nos estudos historiográficos de Ernest Palmer Thompson sobre cultura, lutas, resistências pré-modernas e comunidades. Nos ensaios elaborados por Thompson é possível explorar a interface entre as leis e as ideologias dominantes e, em contrapartida, os usos de direito comum e a consciência costumeira dos povos. Em sua obra "Costumes em Comum", o autor destacou que no século XVIII a consciência e os usos costumeiros eram particularmente fortes, apesar das insistentes tentativas de reformar a cultura das massas segundo normas vindas "de cima". Contudo, os costumes favoreciam não só as massas, uma vez que apresentavam afinidades com o direito consuetudinário que em certas circunstâncias podiam ter força de lei favorecendo o domínio senhorial. A retórica de quase todo uso, prática ou direito reclamado era um campo para a mudança e a disputa, uma arena em que interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes.

A cultura, costumes, tradições populares e resistências das massas se destacavam pelas formas simples de expressões (que se esboçavam no cotidiano de mulheres e homens que lutavam e almejavam objetivos comuns). A cultura era firmada em trocas de saberes, os costumes não eram definidos pela igreja ou pelas autoridades, mas pelas massas nas lutas em suas diversas maneiras. Com isso, os detentores de poder econômico rotularam a cultura das massas como sendo "rebelde". A generalização do termo "cultura" pode obscurecer e estigmatizar o que se denomina simplesmente por "cultura popular". Há de se levar em consideração o tempo histórico dos acontecimentos em que a experiência como tal é intransmissível, embora os seus relatos e ensinamentos não o sejam.

Entre os séculos XVIII e XIX, em nome dos costumes que se expressavam através da cultura, as mulheres e homens resistiam às racionalizações e inovações da economia que os comerciantes, empregadores e governantes queriam impor com a modernização das técnicas de produção que ganhava espaço na Europa. As inovações no campo eram entendidas pelas massas como formas de exploração em que ocorriam as expropriações dos direitos de uso costumeiros ou a destruição dos padrões de trabalho e lazer, por isso, resistiam a algumas formas tidas como "inovadoras ou modernas". Com o capitalismo industrial, veio à tona a Revolução Industrial gerando grande transformação na história, revolucionando as "necessidades" e destruindo as expectativas baseadas nos costumes,

num movimento em que a vida foi se tornando vazia, permitindo a dissolução[107] das vivências sociais.

Para Thompson (1987; 2015), foi esse acontecimento histórico que estabeleceu a distinção entre o "pré-industrial" ou "tradicional" e o mundo moderno. Com o capitalismo industrial ocorreu a separação entre o trabalho laboral realizado dentro das fábricas e as possibilidades dos "costumes em comum" nas comunidades, num momento em que as massas passaram a ser incapazes de controlar seu próprio trabalho e foram obrigadas a vendê-lo. Com os desdobramentos do sistema produtor de mercadorias, as necessidades foram transformadas não mais de acordo com as tarefas comunitárias, mas em conformidade com as exigências do sistema.

As gerações sucessivas da Revolução Industrial já não se colocavam como aprendizes umas das outras (como foram possíveis nas comunidades europeias pré-modernas). Nestas, a educação dos trabalhadores aconteceu através de trocas coletivas entre gerações, gestada num processo que se deu por iniciativa dos mesmos, baseada nas trocas de experiências em que as comunidades se organizavam em torno de atividades educativas auto didáticas, vinculando educação com política, de maneira que até os analfabetos[108] ou semianalfabetos pudessem participar das experiências políticas populares (KURZ, 1997).

As atividades campesinas nestas comunidades, possuíam uma mística de responsabilidade, respeito e solidariedade com os que estavam em seu entorno. As resistências das massas funcionavam como um abrigo contra a potência devastadora que veio a ser a sociedade moderna (aquela que se imiscuiu nas entranhas da sociedade feudal e se estabeleceu na Europa entre os séculos XVIII e XIX). Até ocorrer a consolidação da modernidade, nas decisões das massas prevaleciam os interesses da coletividade. Assim, as comunidades não eram formadas por entes, mas marcadas por relações de reciprocidade em que os interesses alheios também eram os propósitos do seu próximo (EXPOSITO, 2003).

[107]"A instalação da livre economia de mercado no Ocidente realizou-se igualmente graças ao terrorismo de Estado, os trabalhos forçados, a destruição das tradições, a redução dos camponeses à fome e a supressão das liberdades individuais" (JAPPE, 2006, p. 195).

[108]"O trabalhador analfabeto podia andar quilômetros para ouvir um orador radical, da mesma forma como ele (ou um outro) andaria para escutar um sermão. Em períodos de fermentação política, os analfabetos pediriam aos companheiros de trabalho que lessem os periódicos em voz alta; lia-se o jornal nas pensões dos artífices, e nas reuniões políticas gastava-se um tempo imenso com a leitura de discursos e a aprovação de longas séries de resoluções" (THOMPSON, 1987, p. 304).

FORMAS DE RESISTÊNCIAS EM DEFESA DA VIDA COMUNITÁRIA

Nas experiências comunitárias pré-modernas, a cultura era efetivada na prática, assim, para haver cultura do povo tinha que ter uma política que fosse elaborada pelo mesmo. Nos espaços reservados as leituras coletivas, as mulheres e homens se auto- organizavam e debatiam sobre o "que fazer", num contexto histórico em que o capitalismo ainda não tinha se constituído como uma entidade que se opera quase que automaticamente, apesar das relações fetichistas já estarem em curso (THOMPSON, 1987).

As relações pré-modernas não eram constituídas por uma generalização da relação mercadoria- dinheiro, mas por "relações de produção" diferente da que ocorreu na modernidade. Nas comunidades pré-modernas, os costumes e a cultura dos povos prevaleciam, ainda que o fetichismo pessoal já fizesse parte das relações (a estrutura relacional abstrata não se manifestava em forma de objeto, mas se encontrava referida às pessoas ou instituições empíricas nos seus afazeres cotidianos). No entanto, as comunidades eram marcadas por crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática que não eram registrados em nenhum tipo de regulamento. Os costumes se destacavam por vigorar na rotina cotidiana de ganhar o sustento (KURZ, 2014).

À medida que as terras e os direitos se tornavam valiosos negócios, as tentativas de limitar os direitos aos detentores de poder econômico e fechar as terras através dos cercamentos ganhavam força, mas enfrentavam resistências de mulheres e homens que estavam se organizando e formando os motins. Fundamentados nos costumes, os trabalhadores do século XVIII na Europa, descontentes com a instauração dos cercamentos das terras, reivindicavam devido à perda de liberdade que estava se aprimorando e formando novas ramificações com o avançar do capitalismo. Podemos observar esse acontecimento na seguinte forma de protesto:

> "Meus camaradas", disse, "não se esqueçam de trazer suas machadinhas amanhã para derrubar este portão, pois temos de passar por ele para chegar as nossas fronteiras." "Não fale tão alto", disse meu amigo, "senão as pessoas na casa da princesa viúva vão acabar escutando." "Oh", repliquei levantando a voz, "não me importo que escutem. Sou John Lewis de Richmond, e pretendo derrubar este portão amanhã para ter passagem de acordo com o costume" (THOMPSON, 2015, p. 100).

Nessa época, as leis[109] já eram parciais[110] e favoreciam aos que possuíam melhores condições financeiras, mas as ações realizadas pelos costumes ainda existiam. Em 1791, foi aprovada uma lei de alcance privado para fechar seis mil acres de terras comunais e descampados adjacentes à cidade, enquanto os pobres seriam recompensados com apenas dois acres. Esse desrespeito ao povo fez gerar levantes contra a cobrança de impostos pelos reis. Assim, as massas tinham o propósito de atacarem os fiscais dos cercamentos e arrombarem as prisões dos devedores de impostos libertando-os. A injustiça nos processos de cercamentos limitava o livre plantio e transformava-o em mercadoria para uso e ocupação dos detentores de poder. Com isso, o número de sem terras e dos confrontos com os supostos proprietários aumentaram consideravelmente. Os direitos dos pobres, fundamentados no costume, se examinados pelos tribunais eram nulos. Contudo, "o costume enquanto práxis - os usos da aldeia - oferecia maior espaço para o exercício dos direitos secundários do que aquela encontrada numa visão formal da lei" (THOMPSON, 2015, p, 124).

Nas comunidades camponesas, o costume enquanto prática social permitia trocas de serviços ou favores sem ter em contrapartida a troca pelo dinheiro. As normas comunitárias, as expectativas e os sentimentos de obrigação da vizinhança que determinavam os usos das terras comunais pré-modernas, num período em que as comunidades eram demandantes de um processo histórico cultural. A participação popular era sinônimo de prática social, realizada pelas próprias massas e, intrinsecamente ligada ao conjunto das manifestações culturais, associativas e espontâneas de mulheres e homens revelando os seus modos de viver e pensar a vida. As disputas pelas terras não atingiam grande dissensão porque os costumes eram respeitados. As comunidades eram marcadas por "formas de relacionamento caracterizadas por intimidade, profundeza emocional, engajamento moral e continuidade no tempo" (ALBUQUERQUE, 1999, p. 51).

O desenvolvimento comunitário era realizado pelas próprias massas, a participação popular tinha a ver com aquilo que era de massa, ocorria na prática social em sentido horizontal através das formas espontâneas de auto- organização. Contudo, com os cercamentos das

[109]"Uma das formas de ratificação do direito é a sua forma escrita expressa em lei. Todavia o direito beneficia prioritariamente quem possui elevada condição econômica. O direito "não é nada mais que a vontade de sua classe erigida em lei, uma vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de vida de sua própria classe" (MARX; ENGELS, 2008, p.36).

[110]"Havia duas ocasiões que exigiam precisão absoluta: o julgamento no tribunal e o processo de cercamento. E as duas ocasiões favoreciam os que possuíam poder e recursos em detrimento dos pequenos usuários. No final do século XVII e certamente no XVIII, os tribunais definiam cada vez mais (ou admitiam sem argumentação) que o descampado ou a terra do senhor era sua propriedade pessoal" (THOMPSON, 2015, p. 112).

terras, as decisões práticas da vida cotidiana nas comunidades (que antes eram baseadas e realizadas em nome do costume) perderam espaço para (ir)racionalização do capitalismo. Os direitos passaram a ser burocratizados, protocolizados e formalizados em leis. Com o avançar dos anos, as reivindicações pelos direitos aumentaram em todas as escalas. As massas, apesar de resistirem, internalizaram a ideia de que em nome da (ir)racionalização deveriam lutar também por seus direitos formais, fundamentados não mais em seus costumes. A luta por estes direitos não se dava apenas entre o pobre e o rico, mas entre os pequenos proprietários ou arrendatários de terras e os colonos sem terras, ou entre os trabalhadores que não os possuíam e os colonos com direitos formalizados.

As propriedades fundiárias estavam assumindo qualidades e funções do capital. Em nome da propriedade individual, os direitos comuns e de usos dos pobres eram afligidos. O auge no processo de cercamento ocorreu com a polarização política e econômica no final do século XVIII. Com uma retórica preconceituosa e abjeta, os parlamentares passaram a interpretar o costume dos pobres como direitos de propriedade dos “donos” de terra, com o objetivo de minar as práticas campesinas. O conceito de propriedade rural exclusiva estava se estendendo por todo o continente, com isso, as práticas cotidianas dos camponeses foram se perdendo e estes passaram a ser pobres trabalhadores dos proprietários (THOMPSON, 1987).

As comunidades pré-modernas tinham liberdades, mesmo possuindo um modo de vida instável,

> Os indivíduos não estavam sujeitos a uma disciplina alienada de trabalho desde a juventude até a morte. Em alguma parte de suas vidas, “os pobres” ainda sentiam que se autodeterminavam e que, nesse sentido, eram livres. [...] Além disso, mesmo nos lugares onde as formas comunais da aldeia não cercada eram apenas uma casca vazia, a própria forma ainda valia alguma coisa. A forma sancionava o costume, esse *habitus*, ou campo de ação e possibilidade, em que os interesses sabiam coexistir e brigar. E ela reproduzia uma tradição oral, uma consciência costumeira, nas quais os direitos eram reivindicados como “nossos”, e não como meus ou seus (THOMPSON, 2015, p. 144-145).

As normas e práticas costumeiras compunham as vivências cotidianas, as mulheres e homens conseguiam perceber os interesses que estavam por trás de algumas instituições que queriam regulamentar os acontecimentos das comunidades para que estas se tornassem dependentes e “disciplinadas”. A “paróquia” que antes significava lar e segurança se transformava em um lugar de mesquinhez e vergonha, expressando indignidade, dependência e disciplina ao transformar os pobres em estranhos em sua própria terra. Com as mudanças que estavam ocorrendo na Europa no século XVIII, alguns trabalhadores não

só determinavam os preços dos alimentos, mas também exigiam um salário mínimo, o fim da influência da igreja e do sistema de lei "speenhamland[111]" de assistência aos pobres (THOMPSON, 1987).

Ainda neste século, com as perdas das terras, as massas passaram a ter necessidades básicas que antes eram suprimidas com o plantio dos alimentos nas comunidades. Com isso, a multidão de seres humanos formaram os motins contra a fome. Estes, eram compostos por mulheres e homens que revoltaram e produziram formas interessantes de lutas e recusas a certas formas de vida moderna que estavam se instaurando na Europa. As práticas cotidianas nas comunidades produziam resistências, as lutas englobavam todo um processo de produção de experiências que não estavam inscritas nas redes de determinações. O que motivava a multidão[112] a se revoltar nas ruas e formar os motins contra a fome foi à separação entre trabalho e vida. As massas foram perdendo a própria liberdade, as formas simples de viver em comunidade.

As mulheres e homens, que compunham os motins, formavam uma ação popular complexa e, quando necessário, direta, com objetivos que eram definidos através de consenso popular. Na medida em que o desrespeito à economia moral aumentava, o padrão de ação direta se espalhava para várias cidades europeias no século XVIII. A multidão resistia às várias formas de opressão que vivenciava, entre elas o aumento do preço dos pães (considerado na época um dos elementos mais importantes para a alimentação humana), o objetivo final das lutas era "fixar o preço". As ações de saqueamento e destruição das máquinas eram aprovadas por um consenso popular e significava, para os trabalhadores, a destruição do tempo abstrato[113] na tentativa de voltar ao tempo histórico. As mulheres e homens unidos pela solidariedade nas comunidades trocavam informações e não se intimidavam frente à repressão que sofriam. Algumas ações eram espontâneas, outras

[111]Esse sistema, procurava garantir um mínimo social por parte do Estado às famílias para suas subsistências, independentemente da contribuição em impostos ou taxas contributivas. Era baseada no preço do pão e no número de filhos de cada família (CASADEI; GÓIS, 2007).

[112]Refere-se à multidão da Economia Moral em que as massas iam para as ruas procurar entender porque em época de escassez, a comida que sobrava era exportada ao invés de ser distribuída entre eles. A economia moral revisitada significava "uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta" (THOMPSON, 2015, p. 212).

[113]"Só com o tempo abstrato foi possível ao dia do "trabalho abstrato" avançar sobre a noite e abocanhar o tempo de descanso. O tempo abstrato pôde desligar-se de relações e objetos concretos. A maioria dos relógios antigos, como a ampulheta e a clepsidra, não apontavam "que horas eram"; antes, eles eram aferidos segundo processos concretos, a fim de designarem o "tempo apropriado". Talvez se pudesse compará-los a um contador de minutos que soa o toque de campainha para dizer se o ovo está cozido. Aqui, a quantidade do tempo não é abstrata, mas sim norteada por uma qualidade específica. O tempo astronômico do "trabalho abstrato", ao contrário, destaca-se de toda qualidade" (KURZ, 1997, p. 250).

preparadas com bastante cuidado (apesar dos motins não requererem um alto grau de organização). O importante para a definição das ações das massas era a formação de "um consenso de apoio na comunidade e um padrão de ação herdado com seus próprios objetivos e limites" (THOMPSON, 2015, p. 186).

A economia moral da multidão inglesa tinha a ver com o modo de vida, cultura política, expectativas, tradições populares e até com as superstições das massas que com mais frequência se envolviam nas ações do mercado para discutirem questões comuns a serem enfrentadas pelas comunidades. A resistência em nome da moral servia como uma alerta aos exploradores, especuladores e autoridades. Podia assumir várias formas, mas sempre era um acontecimento político e econômico na tentativa de valorizar a economia moral da multidão e insurgir contra o modo de produção capitalista. Uma das funções dos motins era moderar o apetite de lucro desencadeado pelo "livre mercado" em desenvolvimento, mas isso não significava que as mercadorias eram apropriadas para consumo próprio ou roubadas para revendas pelos amotinados.

A economia moral procurava acoimar, através das ações de saqueamento, a imoralidade de lucrar com as necessidades do povo. Com a Revolução Industrial, as lutas nas comunidades foram perdendo espaço devido a expropriação das terras dos camponeses e da disciplina do tempo que passou a ser exigida dentro das fábricas. Os trabalhadores (aqui considerados a partir de uma abstração social e não neutra e racional) perderam liberdades, terras, tempo livre e culturas (seja oral, escrita ou simbólica) (THOMPSON, 1987).

O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO MODO DE VIDA MODERNA

Com a Revolução Industrial, os milhares de camponeses e artesãos experimentaram degradações nas suas condições de vida, impossibilitados de prover os seus sustentos, foram obrigados a vender sua força de trabalho. A partir do momento em que houve as comutações das necessidades para os espaços fabris foram instituídos trabalhos degradantes, onerosos e repetitivos. A remodelagem das "novas necessidades" (criadas com o processo de valorização do capital no capitalismo industrial) prosseguiu com grande pressão e foi acelerada pelos meios de comunicação que também estavam se desenvolvendo. A repressão e intolerância às formas de culturas e costumes dos povos aumentaram de forma expressiva, as tradicionais sociabilidades foram se tornando impessoais e desarraigadas das que eram mantidas em nome do costume pelas famílias e

vizinhos. A assistência mútua, típica das comunidades tradicionais, foi perdendo espaço para as novas formas de sociabilidade (MOTTA; ZARTH, 2008).

A solidariedade, que antes era possível dentro das comunidades, passou a significar a solidariedade entre os governantes e o capital. Os traços comuns das comunidades (de partilhas, trocas e formas de expressar a vida pela prática social) foram enfraquecidos com o processo de modernização. O prolongamento absoluto quanto o relativo da jornada de trabalho por meio do tempo abstrato foram sentidos pelas massas, por isso, lutavam contra à industrialização (SENNETT, 1998).

Com a modernização da vida societária, as mulheres e homens foram perdendo suas formas espontâneas de resistências, lutas, culturas e tarefas dentro das comunidades que eram marcadas pelo tempo das atividades. A mudança na concepção de tempo ganhou ascensão com a Revolução Industrial (quando tempo passou a significar o tempo do relógio[114] e não mais o dos afazeres rotineiros). Passou a ser sinônimo de disciplina no trabalho, reestruturação rigorosa dos hábitos e transformação no senso das atividades. Antes da mudança na percepção do tempo,

> O relógio diário é o do gado, a rotina das tarefas pastorais, e para um *nuer* as horas do dia e a passagem do tempo são basicamente a sucessão dessas tarefas e a sua relação mútua. Entre os *nandi*, a definição ocupacional do tempo evoluiu, abrangendo não apenas cada hora, mas cada meia hora do dia – às 5h 30 da manhã os bois já foram para o pasto, às 6h as ovelhas foram soltas, às 6h30 o sol nasceu, às 7h tornou-se quente, às 7h30 os bodes já foram para o pasto etc. [...] Em Madagáscar, o tempo podia ser medido pelo "cozimento do arroz" (cerca de meia hora) ou pelo "fritar de um gafanhoto" (um momento) (THOMPSON, 2015, p. 269-270).

Com o advento do relógio, as perdas foram marcadas até mesmo pela mudança nos hábitos de atividades que antes requeriam certo grau de respeito. A ação comunitária (como processo espontâneo) se revelava pela identificação de problemas, interesses e preocupações de ordem comum. Contudo, com as mudanças geradas pelo capitalismo industrial, o tempo, que antes significava o tempo histórico das questões comunitárias e orientado pelas tarefas passou a ser o cronometrado e marcado no relógio[115]. Os hábitos

[114] "Eis por que a época do capitalismo é também a era dos "despertadores". Dos relógios que, a um toque estridente, arrancam os homens ao sono para impeli-los a locais de trabalho banhados em luz artificial" (KURZ, 1997, p. 250).

[115] Os relógios começaram a ser construídos nas igrejas para controlar e disciplinar a vida das massas. O simples fato de viver em comum, de acordar com o galo cacarejando ou com o barulho dos pássaros foram se perdendo com o controle do tempo marcado pelo relógio, com isso, as massas começaram a quebrar os relógios e resistir ao tempo controlado por ele. Com o surgimento da modernidade marcado pela Revolução Industrial, a atenção ao tempo no trabalho dependia em grande parte da necessidade de sincronização do trabalho, ou seja, as pessoas foram perdendo a liberdade. As formas de viver em comunidade foram

das refeições tiveram que ser refeitos a partir da noção disciplinada por um objeto. De acordo com Thompson, é possível propor três questões sobre a orientação do tempo nas comunidades que ainda resistiam à modernidade,

> Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum, parece haver pouca separação entre "o trabalho" e "a vida". As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre trabalho e "passar do dia". Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência (THOMPSON, 2015, p. 272).

Com as perdas de liberdades, os afazeres orientados pela solidariedade, espontaneidade e trocas foram reduzidos a uma relação monetária. O tempo passou a significar moeda de troca, ou seja, dinheiro na forma de equivalente geral, gerado pela exploração de mão de obra. As manufaturas foram dando lugar à maquinaria moderna, no lugar dos pequenos produtores, os industriais milionários. As formas de auto- organização de mulheres e homens nas lutas (que formavam suas bases materiais) foram se perdendo. As relações sociais foram reconfiguradas e adquiriram novas forças produtivas[116]. Com o advento da modernidade, a dignidade pessoal foi transformada em valor de troca, substituindo as muitas liberdades por uma determinada liberdade, a do comércio (MARX; ENGELS, 2008).

O capitalismo industrial insurgiu contra as antigas tradições sociais, submetendo o campo à vida urbana. Criou enormes cidades e tirou grande parte da população da vida no campo, fazendo os trabalhadores rurais perderem o controle de sua vida produtiva, aglomerando-os nos centros urbanos e submetendo-os aos objetivos dos detentores do poder em nome da "civilização". Estes trabalhadores passaram a vender sua força de trabalho para poderem sobreviver. Com a expansão da "maquinaria e da divisão do trabalho, o trabalho dos proletários perdeu toda a sua autonomia e deixou, assim, de interessar ao trabalhador. Ele se torna um apêndice da máquina" (MARX; ENGELS, 2008, p. 20).

---

enfraquecidas com as exigências das indústrias que instituíram grandes jornadas de trabalho fazendo com que os trabalhadores se tornassem seus escravos, estes passaram a trabalhar incessantemente de doze a dezoito horas por dia (THOMPSON, 1987).

[116]"As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial" (MARX, 2009, p. 125).

O capital, através do processo de fetichização das mercadorias, transformou o ser humano em mero aspecto seu, as vivências comunitárias marcadas pelas práticas sociais livres se transformaram em "vivências" dentro das fábricas controladas pelo tempo de trabalho (não mais livre) disciplinado pelo relógio. Com o capitalismo industrial, os vínculos comunitários que ligavam os seres humanos entre si foram desmantelados e abrolharam as dificuldades de se viver em "sociedades modernas". O desamparo, medo e violência da vida foram condições "emblemáticas das sociedades desenvolvidas e herança da implosão de traços culturais pré-modernos" (ALBUQUERQUE, 1999, p. 52).

Os trabalhadores foram incorporados às fábricas e internalizaram as disciplinas exigidas no capitalismo industrial. A seguinte passagem ilustra de forma sucinta esse momento,

> A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas extras trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro (THOMPSON, 2015, p. 294).

Essa experiência histórica transformou mulheres e homens em serviçais do capitalismo, as formas de opressão se tornaram intensas, sejam pelos donos das fábricas, supervisores ou até mesmo pelo objeto em questão, a máquina. A partir das "novas necessidades" foram introduzidas técnicas mecanizadas, substituindo as atividades que antes eram exercidas manualmente, isso fez com que aumentassem os riscos de acidentes. Com a aceleração dos ritmos e a máxima utilização do tempo abstrato, ocorreu um exaurimento das capacidades individuais dos trabalhadores. Com isso, eles foram acometidos por inúmeras doenças profissionais que contribuíram para exaustão, gerando, paralelamente, a perda parcial ou total da capacidade laborativa. A partir do momento em que a Revolução Industrial passou a requerer maior sincronização do trabalho ocorreu a expansão dos relógios portáteis e não portáteis. Esse pequeno instrumento passou a significar uma necessidade para os que perderam o controle de sua vida produtiva e tiveram que se disciplinar e seguir os ordenamentos capitalista, mesmo que para isso tivessem que perder toda tranquilidade, solidez e segurança nos seus hábitos diários. Os operários que estavam surgindo passaram a se sujeitar a uma jornada maçante de trabalho (KURZ, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências comunitárias pré- modernas foram possíveis num contexto em que as massas ainda eram determinantes em suas formas de ação (apesar das relações históricas serem contraditórias). O tempo abstrato e a sociedade mercadoria ainda era embrionária, a auto-organização era real, o tempo disciplinado pelo relógio e os traços da (ir)racionalidade moderna ainda estavam surgindo. As expressões de símbolos, imagens e representações desempenharam papéis importantes na dinâmica histórica nos séculos XVIII e XIX e, ainda, povoam o imaginário moderno, mesmo que não seja de forma plena. Com as perdas de liberdades, a imagem da comunidade ainda emerge, inspirando sonhos por um novo sentido da vida humana. Os custos humanos da modernidade, como o "fracionamento do conhecimento" e o desencantamento do mundo impulsionam a procura por outros arranjos sociais" (ALBUQUERQUE, 1999, p. 52).

Com as mudanças nas comunidades a partir do disciplinamento do tempo e das atividades a serem realizadas, as mulheres e homens deixaram de produzir experiências com traços de pré- modernidade e foram "liberados" para seguir o curso da vida moderna entendendo que tempo passou a significar dinheiro, que as vivências passaram a ser controladas nos interiores das fábricas e que a solidariedade humana não deveria existir dentro dos galpões de um lugar fechado em que predominavam as máquinas. Talvez os aparelhos tangíveis tornaram- se insensíveis a humanidade do ser, talvez a solidariedade foi "objetificada" em aparelhos monstruosos que executavam os afazeres não mais comunitários, mas mercadológicos dentro de uma sociedade que diz ser "racional".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, L. M. B. de. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. **Raízes,** Campina Grande, ano 18, n. 20, p. 50- 53, nov. 1999.

CASADEI, S. F.; GÓIS, C. C. Políticas sociais comparadas. **Espaço acadêmico,** Maranhão, ano 6, n. 70, p. 1-7, 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/070/70casadei_gois.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

EXPOSITO, R. Niilismo e comunidade. In: PAIVA, R. **O espírito comum:** comunidades, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.

JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria:** para uma nova crítica do valor. Tradução de José Miranda Justo. Portugal: Antígona, 2006.

KURZ, R. **Os últimos combates.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Dinheiro sem valor:** linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Tradução de Lumir Nahodil. Lisboa (Portugal): Antígona, 2014.

MARX, K. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MOTTA, M; ZARTH, P. **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidades de conflitos ao longo da história. São Paulo: Unesp, v. 2, 2008.

SENNETT, R. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa III:** a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg. 8. reimpres. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

DE HELEIETH SAFFIOTI AO FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO:

perspectivas de análise da articulação das relações patriarcais de gênero, raça e classe

Leonardo Nogueira Alves[117]

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar algumas análises construídas por Heleieth Saffioti e pelas feministas materialistas francesas. Estas formulações destacam-se por articular as relações sociais de sexo/gênero, "raça/etnia" e classe, apreendendo-as como fundidas, enoveladas, consubstancias e coextensivas. Dessa forma, tais perspectivas adensam o debate crítico-dialético no âmbito dos chamados "estudos de gênero".

Palavras Chave: Relações patriarcais de sexo/gênero; patriarcado; racismo; capitalismo.

Abstract: This article aims to present some analyzes constructed by Heleieth Saffioti and the French feminist materialists. These formulations stand out by articulating the social relations of sex / gender, "race / ethnicity" and class, and apprehending them as fused, enovelled, consubstances and coextensive. In this way, such perspectives increase the critical-dialectic debate within the so-called "gender studies".

Keywords: Patriarchal sex/gender relations; Patriarchy; racism; capitalism.

[117] Bacharel em Serviço Social pela UFVJM (2014) e mestre em Serviço Social pela UERJ (2017). Atualmente professor substituto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: leo.ssoufvjm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O feminismo, compreendido pela via da práxis política, é um campo extremamente rico e diverso. Suas formulações adquirem inúmeras particularidades a partir das formulações explicitadas pelas relações de classe, sexualidade, "raça"/etnia, local de origem etc. Contudo, um elemento unifica tais formulações: a necessidade de desnaturalizar os papeis atribuídos ao "ser mulher" que se traduzem, em sua grande maioria, em relações de dominação-exploração.

Ao buscar compreender os contornos que adquirem as relações de gênero, o feminismo construiu inúmeras análises que buscam articular outras dimensões das relações sociais, mais notadamente aquelas recorrentes da classe social, "raça"/etnia, sexualidade e geração.

Dentre as inúmeras possibilidades de apreender analiticamente o debate sobre a articulação dessas relações, optamos pelas análises de Heleieth Saffioti e das feministas materialistas francesas. Acreditamos que tais perspectivas conseguem traduzir a articulação de três relações que julgamos serem fundamentais e estruturantes para a compreensão das relações sociais: as relações sociais de sexo/gênero, "raça"/etnia e classe.

Também partimos dessa premissa porque identificamos que tais perspectivas podem apontar a relação de indissociabilidade dessas dimensões, fator essencial para vislumbrar uma práxis verdadeiramente emancipadora.

Para isso, buscaremos explicitar a seguir algumas formulações dessas perspectivas teóricas e políticas no que diz respeito à sua tentativa de articulação dessas relações sociais estruturantes e fundamentais.

2. PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO: DINÂMICA DA EXPLORAÇÃO e da DOMINAÇÃO NO PENSAMENTO DE HELEIETH SAFFIOTI

A contribuição de Heleieth Saffioti para a sociologia e para os estudos feministas é extremamente diversa. O estudo do patriarcado, do gênero, da violência doméstica, da mulher na formação socioeconômica brasileira etc. são aspectos notórios no conjunto do seu pensamento.

Pretende-se neste trabalho destacar um elemento que, paulatinamente, ganha notoriedade no conjunto da sua obra: a compreensão da articulação do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Esse aspecto está implícito nas suas formulações iniciais, como por exemplo, em sua tese de doutorado intitulada "A mulher na sociedade de classes:

realidade e mito", defendida em meados dos anos 1960, e, posteriormente adquire maior relevo nas obras "O poder do macho" e "Gênero, patriarcado, violência".

Antes de tudo, é necessário demonstrar duas ressalvas que caracterizam e particularizam o pensamento de Saffioti. Primero, a percepção de que o patriarcado-racismo-capitalismo explicita uma **relação de dominação-exploração**. Esta constatação parte do pressuposto que não se deve cristalizar a dominação como desdobramento político e a exploração como desdobramento econômico. Com isso, Saffioti já demarca sua opção teórica em não desvencilhar as relações de opressão decorrentes das relações patriarcais de gênero e raça/etnia das determinações de classe sociedade capitalista. Saffioti (2004) tece críticas à concepção que autonomiza política e economia, inibindo mediações entre estas. Assim, afirma que estas constituem faces de um mesmo processo.

O segundo destaque realizado consiste em explicitar que Saffioti reconhece, assim como Marx, que **produção e reprodução constituem momentos de um mesmo processo**. Sobre o movimento de produção e reprodução das relações sociais, Saffioti (1988, p. 143) sintetiza:

> [...] *produção e reprodução* constituem faces de um mesmo sistema produtivo, uma vez que todo modo de produção não pode prescindir da produção de meios de subsistência, nem da reprodução dos seres humanos. A especificidade do sistema de *produção-reprodução* permite não apenas distinguir um modo de produção do outro, como também compreender e explicar as diferentes manifestações, ao longo da história, de um mesmo modo de produção.

Heleieth Saffioti não foi a primeira feminista a articular gênero e classe social. O feminismo socialista clássico, das quais comparecem Flora Tristan, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, também havia protagonizado essa articulação desde o século XIX. Além disso, a própria Saffioti (2004, 2013) reconhece que Fourier, Marx e Engels já apontavam em suas análises acerca do socialismo e comunismo que o grau de emancipação geral da sociedade está subordinado à emancipação da mulher. Também é importante ressaltar a elaboração de August Bebel em 1879, um dos fundadores do socialismo alemão que publicou o primeiro livro marxista sobre a questão da mulher (CISNE, 2013). A obra "A mulher e o socialismo" foi um marco importante para a organização das mulheres proletárias.

Apesar desta constatação, o pioneirismo de Saffioti com a análise do patriarcado-racismo-capitalismo na realidade brasileira é inconteste. Ao defender sua tese, orientada por Florestan Fernandes em plena ditadura militar brasileira, Saffioti, numa profícua interlocução com o materialismo histórico dialético, demarca a primazia das relações sociais de produção (entendida em seu processo de reprodução) como fator determinante para estabelecimento e manutenção de relações de dominação/exploração. Desse modo, a autora demarca a

impossibilidade de compreender as relações patriarcais de gênero e raça desconectadas da dinâmica da produção social. Para ela, categorias de sexo, raça, idade não apresentam autonomia das relações socioeconômicas e culturais. Tais categorias se inserem em "totalidades parciais" (as classes sociais), mas, não é um desdobramento espontâneo da estrutura de classes (SAFFIOTI, 2013).

É importante frisar que comparece em Saffioti uma percepção da heterogeneidade dessas relações, contudo, mesmo percebendo que determinadas categorias não são desdobramentos das relações econômicas, ela aponta que estas servem aos interesses da classe dominante. De acordo com Saffioti (2013, p.123) "o domínio masculino sobre as mulheres, não diretamente vinculado à estrutura econômica da sociedade, acaba por servir aos interesses daqueles que detêm o pode econômico".

Assim, para pensar a articulação entre gênero e classe social, a autora parte da centralidade da produção social percebendo que o capitalismo se utiliza dos elementos da histórica subalternização da mulher em virtude de uma pretensa inferioridade biológica.

O esforço da autora em compreender a relação entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo também está assentado numa necessidade de explicitar o papel que estes cumprem para conservar os privilégios e o poder de determinado segmento. Saffioti (2013, p. 82) percebe que "preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação de capital". Noutro momento, a autora afirma que o poder é macho, branco, rico e heterossexual (SAFFIOTI, 2004).

A noção de poder em Saffioti (1987, p. 16) explicita as mediações decorrentes do patriarcado-racismo-capitalismo. Para ela, "a sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens". Essa afirmação da autora reforça que seu entendimento das relações de dominação/exploração não se reduz ao gênero, mas necessariamente se articula à dimensão de raça e classe.

Para ela, gênero, classe social e raça/etnia são subestruturas de um "nó/novelo" formado a partir da conjunção patriarcado-racismo-capitalismo. A autora parte da premissa que é necessário compreender a particularidade dessas relações de exploração-dominação, mas que é impossível construir uma abordagem de totalidade segmentando cada um destes. Ela nos indaga com a seguinte questão:

> Como separar o patriarcado, o racismo e o capitalismo se, na prática, na realidade cotidiana, na luta diária pela sobrevivência, não é possível distinguir como independentes, capazes de atuação autônoma, estes três sistemas de dominação-exploração que se fundiram ao longo da história? (SAFFIOTI, 1987, p. 88).

Nesta direção, o patriarcado é um modo/sistema específico das relações de gênero, expressão das características de dominação-exploração das mulheres pelos homens[118]. Tendo em vista que o patriarcado e o racismo são experiências anteriores ao capitalismo, Saffioti (1987, p. 60) faz a seguinte afirmação:

> Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo.

Quase vinte anos depois da escrita da obra citada acima (*O Poder do Macho*), Saffioti (2004, p. 125) também realiza o mesmo esforço de pensar a dinâmica das relações patriarcais, capitalistas e racistas.

> O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura de um nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada um de seus componentes. Não que cada uma dessas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória. [...] novelo - patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída.

É necessário destacar que para Saffioti (1987) esta "simbiose", ou este "nó", não é pacífico, nem harmônico, pelo contrário é um processo contraditório, que cria um sujeito oprimido que tem em si o potencial coletivo de subversão.

Por fim, Saffioti (1987, p.67) faz o seguinte destaque: "esses três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais". Ou seja, a autora oferece insumos às lutas sociais que visam à emancipação da humanidade: sem reconhecer o caráter desse nó, é impossível derrotar este sistema de dominação-exploração, pois "a concepção da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo muda inteiramente a estratégia de luta das classes trabalhadoras" (SAFFIOTI, 1987, p. 94).

[118] De acordo com Saffioti (2004, p. 57) "1- não se trata de uma relação privada, mas civil; 2- dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres [...]; 3- configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4- tem uma base material; 5- corporifica-se; 6- representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência".

3. A CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO

Antes de tudo, é necessário explicitar que a corrente do feminismo materialista francófono não utiliza o conceito de gênero/relações de gênero em sua análise. Essa corrente optou por utilizar o conceito de "relações sociais de sexo".

De acordo com Cisne (2013, p.112), o conceito de ralações sociais de sexo surge na França no "[...] início da década de 1980, diretamente vinculado e em estreita conexão com os estudos sobre a divisão sexual do trabalho". Desse modo, Mirla Cisne ressalta que a utilização da categoria implica o reconhecimento dos antagonismos de classe e da centralidade do trabalho como categoria nos estudos feministas.

Para ampliar o entendimento sobre esta categoria, Cisne (2013) ressalta que devemos buscar localizar a sua origem e significado. Desse modo, no que diz respeito ao campo epistemológico, Danièle Kergoat (2009, p. 72) nos esclarece que:

> O conteúdo da expressão "relações sociais de sexo" é controverso. Para tornar precisos os termos, lembremos que o idioma francês tem a vantagem de propor duas palavras: *rapport* e *relation* [em português, ambas se traduzem por relações]. Uma e outra recobrem dois níveis de apreensão da sexuação do social (tornar o social sexuado). A noção de *rapport* social aborda a tensão antagônica que se desenrola, em particular, em torno da questão da divisão sexual do trabalho e que termina na criação de dois grupos sociais com interesses contraditórios. A denominação *relations* sociais remete às relações concretas que os grupos e indivíduos mantêm. Assim, as formas sociais 'casal' ou 'família', que podemos observar em nossas sociedades, são ao mesmo tempo expressão das relações (rapports) sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal e também espaços de interação social que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o progresso de sexuação do social.

Dessa forma, a noção de interesses antagônicos adquire centralidade na compreensão das relações sociais de sexo. Tais antagonismos se expressam a partir dos interesses contraditórios entre as classes. Ressalva-se que para esta corrente do feminismo, homens e mulheres são apreendidas como classes antagônicas, ou seja, tal conflito expressa os interesses opostos da classe de homens e da classe de mulheres.

Também ressalta a importância do uso da palavra sexo para nomear as relações que se estabelecem entre homens e mulheres na sociedade, pois "a relação social constrói-se em torno desse marcador de sexo", ou seja, é o sexo que opera toda esta classificação (DEVREUX, 2011, p. 08). Além disso, a autora refirma a necessidade de usar a palavra relações [*rapports sociaux sexe*] no plural ao invés de relação [rapport] no singular, tendo em vista a diversidade e a variabilidade de relações que se estabelecem, desde as formas simbólicas às materiais.

Anne-Marie Devreux (2011) se propõe a construir um sistema conceitual da teoria das relações sociais de sexo, no qual a autora situa a que existe atividades das relações sociais e suas propriedades formais. As "atividades" são aquelas modalidades pelas quais se exprimem as relações sociais de sexo, sendo estas a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo. As "propriedades" são caracterizadas pela autora como as formas que as relações sociais de sexo se apresentam na vida social, a partir de um caráter transversal, dinâmico e antagônico.

De acordo com Devreux (2011, p. 12),

> [...] a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo podem ser tidas como as três atividades, as três modalidades de expressão das relações sócias, sem que seja possível dizer que uma delas, [...] tem precedência sobre as outras duas. As relações sociais de sexo exprimem-se simultânea e conjuntamente por essas três modalidades. [...] essas três modalidades constituem a relação social de sexo.

Tendo em vista o papel constitutivo que estas três modalidades exercem sobre as relações sociais de sexo, a autora ressalta que não há uma relação de hierarquia entre cada uma dessas, mas há uma relação recíproca. Percebemos que há uma relação dialética entre tais elas.

Nesta direção, Devreux (2011) caracteriza a divisão sexual do trabalho como uma divisão social que organiza o trabalho atravessando a sociedade no campo do trabalho produtivo e reprodutivo, de modo que não há separação entre a produção e a reprodução, mas uma articulação/integração entre estas.

No que diz respeito à "divisão sexual do poder", ela utiliza os elementos da política e da violência para demonstrar como o poder adquire uma dada sexuação e que os homens fundam a natureza do poder a partir da divisão das funções produtivas e reprodutivas, ou seja, a partir da separação entre o público e o privado. Na elaboração sobre a categorização do sexo, enquanto uma terceira modalidade das relações sociais de sexo, a autora aponta a construção de sistemas de valores e normas que forjam as características do feminino e do masculino, ou seja, as fronteiras que aprisionam o ser homem e o ser mulher. Também ressalta que na modalidade de categorização do sexo, a dominação masculina reitera a virilidade e com isso, entendemos que reforça a determinação heterossexualidade como norma e destino.

Assim, podemos apreender a teoria das relações sociais de sexo a partir da decomposição dessas três modalidades que a constituem. Devreux (2011, p. 15) afirma que "a teoria das relações sociais de sexo [...] pretende ter um alcance heurístico universal na

decifração dos fatos sociais relativos à opressão das mulheres, ou seja, à dominação dos homens sobre as mulheres".

Prosseguindo com a análise, Devreux (2011) caracteriza as "propriedades formais" que balizam o funcionamento das relações sociais de sexo, sendo esta a sua forma transversal, dinâmica e antagônica.

No que concerne a sua transversalidade, "essa propriedade indica, ao mesmo tempo, que é possível encontrar essas relações em ação por toda parte da sociedade e que sua lógica coloca em relação ou 'articula' todos os campos da sociedade" (DEVREUX, 2011, p. 15). Nas palavras de Hirata e Kergoat (1994, p. 96) "as relações sociais de sexo são transversais para toda a sociedade, dinamizam todos os campos do social".

Sobre o a característica dinâmica das relações sociais de sexo, Devreux (2011, p. 18-19) faz a seguinte síntese:

> Falar da dinâmica das relações sociais de sexo implica que essas relações se desenvolvem segundo sua própria lógica, mesmo que essa lógica esteja em interação com aquelas de outras relações sociais, sejam de classe, de raça ou de geração. Isso significa que elas não evoluem somente porque a relação entre capital e trabalho se modificava [...]. O progresso social em favor das classes trabalhadoras não significa, automaticamente, o progresso em favor das mulheres, enquanto dominadas pelos homens [...].

É importante ressaltar este caráter dinâmico das relações sociais de sexo tendo em vista os equívocos analíticos reproduzidos, especialmente na esquerda, de que a superação mecânica da estrutura econômica por sua vez já implicaria na emancipação das mulheres.

Por fim, a terceira propriedade formal é caracterizada como o antagonismo presente nas relações sociais de sexo. Partindo da premissa que numa relação há o antagonismo entre dois grupos ou duas classes que se opõem, sendo, portanto, expressão de uma luta, de conflito de interesses. Assim, o horizonte a luta feminista seria o desaparecimento da opressão de um determinado grupo social sobre outro, neste caso, da opressão que os homens exercem sobre as mulheres.

Desse modo, Devreux (2011) apresenta o "quadro de análise" das relações sociais de sexo, constituindo assim, um importante mecanismo de compreender a realidade social sem cair nos equívocos da redução econômica ou simbólica das relações de opressão, ou seja, num movimento de apreensão da totalidade dos fenômenos sociais. Haraway (2004)

aponta que a particularidade do feminismo materialista seria sua centralidade na questão da dominação, ao contrário de outras formulações que dão ênfase nas diferenças. [119]

Importa ressaltar a afirmação de Kergoat (2009, p. 72) que "esse debate não trata somente de uma ordem epistemológica, mas contém também uma ordem política". Esta postura implica não omitir o papel das diversas relações de opressão, tais como, classe, sexualidade e raça, na conformação do sistema de opressão que vivenciamos. Em suma, significa adotar uma postura crítica que reconheça a consubstancialidade das relações de opressão que conformam as relações capitalistas, racistas, patriarcais, heterossexistas.

3.1 A consubstancialidade das relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe[120]

A ideia da consubstancialidade das relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe parte do pressuposto que é impossível compreender estas relações de forma desarticuladas. Na concepção feminista materialista, estas relações são interdependentes e com isso, devem ser apreendidas como estruturantes das práticas sociais entre homens e mulheres.

Essa concepção tem origem nas formulações de Danièle Kergoat nos anos 1970-1980 em sua abordagem no campo da sociologia do trabalho, mas também, envolve outras formulações clássicas como as de Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu, Monique Wittig e Christine Delphy. Hirata (2014) ressalva que os estudos franceses, apesar de terem proposto já na década de 1970, as relações sociais de sexo e classe em termos de consubstancialidade e terem caracterizado o racismo (mas não em termos consubstanciais), alguns estudos sobre desigualdades no mundo do trabalho no Brasil e a perspectiva de interseccionalidade de Crenshaw (2002) já demarcavam a articulação sexo e "raça".

Para Kergoat (2010, p. 94)

> [...] as relações sociais são *consubstancias*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e "raça" se reproduzem e se co-produzem mutuamente.

---

[119] [...] uma interpretação feminista da história é, portanto 'materialista' no seu sentido amplo, quando suas premissas a conduzem a considerar as produções intelectuais como o produto de relações [*rapports*] sociais, e as considerá-las como de relações [*rapports*] de dominação.

[120] As feministas materialistas francesas utilizam o termo "raça" entre aspas porque levam em conta a carga histórica deste termo que remete a um sentido biológico. Em geral, o termo "raça" também vem acompanhado do termo etnia. Para Falquet (2008, p. 123) "'raça' reagrupa notadamente as relações de poder relacionadas à 'cor' e à etnicidade, mas também à nacionalidade e ao *status* legal".

Dessa forma, para uma compreensão das relações sociais, que leve em conta a gênese e o desenvolvimento dos seus conflitos, é necessário que se estabeleça conexões entre estas relações que são consubstanciais e coextensivas. Ao analisar a dinâmica dessas relações Kergoat (2010) também destaca que não existem contradições principais e secundárias, ou seja, não há uma relação mais importante do que outra.

Kergoat (2010) também destaca três elementos balizadores de sua análise: relações sociais de sexo, "raça" e classe como relações sociais de produção, a necessidade de historicização dessas relações e a definição de invariantes no funcionamento das relações sociais, tais como, a existência da divisão sexual do trabalho e sua lógica de separação e hierarquização (KERGOAT, 2009).

Em suma, a ideia de consubstancialidade das relações sociais é um modo de leitura das relações sociais que permite destacar o "entrecruzamento dinâmico" dessas relações, permitindo mobilidade, ajustes e reciprocidade, e, com isso, sustenta a produção e a reprodução dessas relações mutuamente.

Entre as feministas materialistas francesas, esta perspectiva de análise das relações sociais se destaca com os estudos sobre o trabalho do *care*. Tais estudos apontam a prevalência de mulheres, trabalhadoras, negras e imigrantes, explicitando as tendências da divisão sexual do trabalho no mundo, por meio da relação norte/sul.

Atualmente, há um esforço desse campo do feminismo de problematizar essas formulações diante dos desafios contemporâneos. Como, por exemplo, nas indicações de Falquet (2008) que afirma a necessidade de repensar as relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe diante nas condições impostas pela "globalização neoliberal". Para ela, há uma reorganização da divisão do trabalho e destacadamente do "trabalho considerado feminino". Para Falquet (2008, p. 123) há um processo de "re-organização da divisão do trabalho provocada pela globalização neoliberal, e mais particularmente, do 'trabalho considerado feminino', que, simultaneamente, modifica as relações sociais de sexo, 'raça' e classe".

No entanto, a própria autora percebe que as formulações que ela se vincula, a saber, o materialismo histórico, o feminismo materialista francófono e o anti-imperialismo são insuficientes para darem conta desses novos desafios. Com isso, ela busca recuperar e ressaltar a importância das análises do feminismo negro, lésbico e proletário e notadamente do hemisfério sul.

O trabalho continua sendo a principal chave de análise dessas autoras e as mudanças no mundo do trabalho são problematizadas não apenas como desdobramento das relações entre as classes, mas também a partir das relações sociais de sexo e

"raça"/etnia. Ao caracterizar o "trabalho desvalorizado" (na fronteira entre a remuneração e a não-remuneração) ela percebe a centralidade do racismo e do sexismo. Inclusive, percebe a tendência do racismo contemporâneo que opera uma "fusão" entre "raça"/etnia e classe, no qual a figura do imigrante é salutar. Para ela, a fronteira entre a escravidão e o assalariamento se apoia nas políticas migratórias de cunho racista.

Falquet (2008) também destaca que as políticas migratórias estão promovendo uma verdadeira internacionalização da reprodução social ao alocar, prioritariamente, as mulheres nas tarefas do *care* e do trabalho desvalorizado. Outro destaque dessa tendência da gestão sexuada das migrações pode ser percebido também nas novas tecnologias de reprodução, como nos casos de Israel e alguns países asiáticos e nas políticas de controle demográfico.

A heterossexualidade também é apreendida pela autora como mecanismo de co-formação de poder para a naturalização dos sexos, das "raças" e classe e como isso auxilia a política de Estados e organismos internacionais. Ressalta-se que para Falquet (2008) a heterossexualidade é compreendida como uma instituição social, não apenas reduzida à pulsão e interesse sexual.

Em suma, "[...] o sexo, 'raça' e a classe são mobilizadas e reorganizadas para construir uma nova divisão social do trabalho ao nível da família, de cada Estado e do conjunto do globo" (FALQUET, 2008, p. 128). Partindo dessa perspectiva de análise, Cisne (2013) ressalta que devido ao caráter estruturante das relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe as respostas a estas devem ser coletivas o implica a organização do sujeito político coletivo, seja pela via dos movimentos sociais e partidos políticos com posicionamento de classe e que lutam pelo fim de todas as formas de exploração/dominação.

É nestes termos apontados, especialmente, por Falquet (2008) e Kergoat (2010) que se pode apreender a noção de consubstancialidade das relações sociais. Kergoat (1986) já percebia esse esforço do feminismo materialista francófono para construir novos (ou reapropriar de velhos) instrumentos/conceitos de análises, capazes de captar a dinâmica das relações sociais. É na tentativa de repor o sentido da luta entre dominadores/as e dominados/as que esta ferramenta de análise se coloca.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo retomar as contribuições do feminismo marxista de Heleieth Saffioti e das feministas materialistas francesas, mais especificamente de Danièle Kergoat, Helena Hirata, Anne-Marie Devrux e Jules Falquet no que diz respeito à articulação de três categorizações que foram objetos de diversos estudos feministas.

Sem pretensão de conseguir abordar o conjunto dessa discussão, não nos propomos a realizar uma discussão do significado *strictu senso* dessas três categorias, sejam tomadas na referência ao patriarcado-racismo-capitalismo ou nas relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe. Ao contrário, nos resguardamos na tentativa de realçar o potencial das iniciativas analíticas que articularam estas três categorizações para compreender as relações sociais numa perspectiva de totalidade.

Acreditamos que a força dessas perspectivas analíticas assenta-se na possibilidade de construir uma unidade de classe, sexo/gênero (incluindo sexualidade) e "raça"/etnia para combater toda e qualquer forma de dominação/exploração.

Contudo, é necessário explicitar algumas questões que demarcam as diferenças destas elaborações, pois, embora partam do pressuposto de que tais relações estão imbricadas na realidade social elas possuem suas diferenças.

A elaboração de Heleieth Saffioti conserva uma interlocução com o método materialista histórico dialético, expressão da sua articulação direta com o pensamento de Marx e Engels. Em "A mulher na sociedade de classes" Saffioti já demarca sua percepção de que o capitalismo operou uma profunda mudança na vida das mulheres. Em muitas passagens dessa obra, inclusive ela transparece que a questão da mulher seria um desdobramento da luta de classes, visão que explicita inúmeras divergências no campo do feminismo brasileiro[121].

Numa encruzilhada, Saffioti buscou se diferenciar tanto do feminismo da chamada "segunda onda", como das elaborações marxistas influenciadas por uma leitura estruturalista do pensamento de Marx. Além disso, teve que empreender um diálogo fraterno com Engels, explicitando os limites e avanços na obra "Origem da família, da propriedade privada e do Estado". Construir uma análise evitando reproduzir os esquemas do marxismo de seu tempo foi um grande desafio, especialmente quando havia uma parca publicação sobre a questão da mulher e diante de um contexto de restrição aos textos de Marx e Engels, seja pela vivência em um regime ditatorial, seja pelas poucas traduções da obra desses pensadores neste período.

Já as feministas materialistas francesas não privilegiaram a interlocução com o pensamento de Marx, embora em suas formulações os elementos do método de análise materialista histórico e dialético estejam explícitos. A compreensão de que as relações sociais de sexo estão associadas à dinâmica da divisão sexual do trabalho, a caracterização do caráter histórico e dinâmico dessas relações e a percepção do movimento de produção e

[121] Dentre autoras que explicitam críticas a interlocução de Saffioti com o pensamento marxiano consultar: PINTO, Celi Regina Jardim. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 22(1): 416, janeiro-abril/2014.

reprodução das relações sociais se demonstram possíveis articulações entre marxismo e o feminismo materialista francófono.

Mesmo não partindo de um terreno plantado pelo marxismo, o feminismo materialista francófono se propõe a contribuir com estes estudo a medida que promove um esforço de "sexualizar" suas categorias de análise ou busca retomar suas categorias para potencializar a luta dos/as dominados/as.

Feita estas considerações, podemos destacar dois elementos que convergem tanto nas análises do feminismo materialista francófono, quanto no feminismo marxista de Saffioti. A primeira diz respeito à percepção de que a articulação das relações patriarcais de sexo/gênero, "raça"/etnia e classe ao expressar relações de dominação-exploração contribui com reprodução do sistema capitalista e com isso impõe consequências para o conjunto da classe trabalhadora.

O segundo elemento diz respeito à prioridade da categoria trabalho para compreender as relações sociais. Com isso, contribuem, no âmbito da produção do conhecimento e das lutas, para repor revigorar as análises acerca do papel que cumpre o trabalho tanto no sentido da humanização quanto na desumanização da humanidade.

Desafios de ordem teórica e política estão colocados no tempo presente. Neste sentido, construir esta abordagem pela via da práxis não se coloca apenas como um desafio, mas como uma necessidade histórica da humanidade que vislumbra a utopia de uma sociedade sem desigualdades decorrentes das relações patriarcais de gênero e raça/etnia e sem a existência de classes sociais. Com certeza, sem realizar mediações com as dimensões de gênero, raça/etnia e classe, este desafio estará fadado ao fracasso histórico.

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 409 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. Ano 10, 1º Semestre 2002, p. 171-188.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, N. 4 – dez. 2011.

FALQUET, Jules. Repensar as relações de sexo, "raça" e classe na globalização neoliberal. In: **Mediações**. Londrina: UEL. V. 13, n.1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Caderno Pagu**. Campinas. Nº 22, 2004. P. 201-246. [originalmente publicado em 1991 com o título: “Gender” for a marxist dictionary: the sexual politics of a word]

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: **Revista Tempo Social**. São Paulo/USP, v. 26, n. 1, 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. In: **Estudos Feministas**. 1º Semestre de 1994. P. 93-100. Tradução Estela dos Santos Abreu.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In:* HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 86, março 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: realidade e mito. São Paulo: Expressão Popular, 2013. [Originalmente publicado em 1969]

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Movimentos Sociais: a face feminina. In: CARVALHO, Nanci (org.). **A condição feminina**. São Paulo, editora vértice, 1988.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

O CONSERVADORISMO NO BRASIL:

reflexões acerca da questão racial, educação e ativismo político

Carmen Corato[122]

Elaine Locan[123]

Monique Cruz[124]

Resumo: O trabalho que se segue foi um esforço de trazer em breves linhas a história de África e afro-brasileira. Levanta sumariamente questões acerca do continente africano, em especial a África Subsariana; sobre a colonização brasileira; as favelas como espaços de produção e de produtores de conhecimento; a implementação da Lei 10.639/ 03; e o ativismo político da população negra como via para ampliação aos direitos de cidadania.

Palavras-chave: História de África e afro-brasileira; racismo; educação; e ativismo político.

Abstract: These work was an effort to bring in brief lines the history of Africa and Afro-Brazilian. It briefly raises questions about the African continent, especially Sub-Saharan Africa; On the Brazilian colonization; The favelas as spaces of production and producers of knowledge; The implementation of Law 10.639 / 03; And the political activism of the black population as a way to expand the rights of citizenship.

Keywords: History of Africa and Afro-Brazilian; racism; education; And political activism.

122 Mestranda em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e componente e pesquisadora do Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro; e-mail:carmencorato@yahoo.com.br; eixo temático: exploração de classe/ raça e etnia e lutas sociais.

123 Mestranda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; e componente e pesquisadora do Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro; e-mail: elainelocan@gmail.com; eixo temático: exploração de classe/ raça e etnia e lutas sociais.

124 Pesquisadora pesquisadora em violência e segurança pública pela Ong Justiça Global; e componente e pesquisadora do Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro; e-mail:moniqueccruz@gmail.com; eixo temático: exploração de classe/ raça e etnia e lutas sociais.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um breve panorama sobre as reflexões acerca do racismo como componente estrutural do capitalismo brasileiro, e como forma de manifestação deste, a privação dos direitos sociais à população negra, tendo por centralidade o não acesso à educação de qualidade e a Lei 10.639/ 03 como uma importante ferramenta para a democratização da educação por vista o protagonismo na população negra como produtores de saberes.

No primeiro tópico fizemos uma curta incursão sobre conhecimentos sobre o continente africano, por vista, de evidenciar fatos historicamente invisibilizados. Procuramos trazer algumas características populacionais, culturais e destacá-lo como berço da produção do conhecimento mundial desde tempos idos.

Em seguida trouxemos a escravização a partir do que ela realmente foi: o maior holocausto já ocorrido em todo o globo, quais foram os impactos à população sequestrada de África e à população nativa dessas terras, e como esse processo de violência se manifesta na atualidade e a necessidade de romper com esse ciclo de velamento da real história da população brasileira e demonstrar que as negras e os negros possuem muitas histórias a contar a partir de sua própria narrativa.

Destacamos que nas duas últimas décadas com a ampliação do acesso à educação superior, por via das cotas, tem instrumentalizado pesquisadoras negras e negros oriundos de favela, a questionar o local aos quais submetem os moradores desses locais nas pesquisas desenvolvidas e coordenadas pelas universidades, para apontar a necessidade de que os protagonistas assumam o seu papel em todas as etapas: no ensino, na pesquisa e na extensão, apontando que historicamente os favelados são produtores de conhecimento e que reivindicam tal reconhecimento.

Por fim apresentamos a Lei 10.639/ 03 como uma imprescindível ferramenta e conquista para o acesso ao ensino de qualidade nas redes pública e privada nos segmentos fundamental e médio, que obriga constar o conteúdo sobre a história de África e afro-brasileira, e como esse passo contribui para o fortalecimento da subjetividade da população negra e para a produção de conhecimento desse público.

2. ENTENDO O BRASIL: a saber um pouco de África

Abordar a história do Brasil necessariamente implica dizer, que, tem-se a necessidade em falar da história de África e a história Afro-brasileira. Pode parecer óbvio tal afirmação, no

entanto, isso se torna factível do ponto de vista jurídico, e é importante ressaltar que é somente do ponto de vista jurídico, pois somente no ano de 2003, com a lei 10.639[125] o ensino se torna obrigatório na rede pública e privada de educação do ensino fundamental e médio.

Esse trajeto de aproximação da história de África já se inicia pelo desconhecimento de que é um continente - e não um país -, com trinta milhões de quilômetros quadrados de superfície, com uma população de mais de seiscentos milhões de habitantes em variadas civilizações, incontáveis etnias e línguas e de culturas também diferentes. A partir dos anos de 1960-70, quando se iniciam as lutas por independências dos países europeus – e as consequentes vitórias -, passou a existir uma divisão geopolítica, sendo a África Árabe e a África Subsariana, onde nessa última se concentra a maior parte da população negra, portanto, é dela que se originaram os povos sequestrados e escravizados nas Américas.

A história de África fora de desenvolvimento social, cultural, econômico e político, até o século XVI quando os processos foram interrompidos pelos europeus com uso de armamento bélico submetendo aqueles povos. Não foi um processo "civilizatório", ou se se queira, de conhecimento trazido pelos europeus que submeteram os africanos, e sim, por imposição das forças armadas. Ali, o desenvolvimento da arte, da filosofia, da matemática e outras, se dera num modo articulado que correspondia às respectivas necessidades e não se configurava de forma fragmentada como o é na ciência ocidental (CUNHA JUNIOR, 2017).

A consequência séria e imediata do racismo - além da arbitrariedade das formas de violências com nossos corpos, tema ao qual não adentraremos, haja vista o objetivo deste artigo - no campo da produção do conhecimento é a desqualificação da produção intelectual das pensadoras e dos pensadores negros – sejam elas acadêmicas ou não.[126] Por vezes essa desqualificação se dá abertamente, como por exemplo, quando nossos escritos são colocados como forma de depoimento e/ ou relatos de vida, ainda que defendamos essa forma de escrita como documentos científicos, entretanto, colocados nesse campo sem a contextualização do porque assim produzimos, nos empurram para o ciclo dos produtores de desabafos, quando em verdade, os utilizamos como denúncias das violências por nós

125 Que dentre outros consta no artigo 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História de África e Cultura afro-brasileira.

126

ˇ E aqui nos referimos à elaboração de hooks (2003) que afirma que nem toda elaboração acadêmica necessariamente é intelectual e nem toda produção intelectual se encerra nos muros da academia.

sofridas, ou até mesmo, como forma de transmitir saberes às gerações vindouras. Em outros momentos acontece de forma mais "discretas", como a não aprovação de artigos em revistas renomadas, em congressos, seminários, que em geral, a avaliação afirma que o tema abordado não está coerente com o eixo temático, ou por uma suposta ausência de fundamentação teórica etc.

A padronização da forma de escrita está encerrada nos muros das universidades, que é o ambiente reconhecido de produção científica, pois é nesse espaço que são validados ou não o conhecimento produzido. Herança essa do movimento Iluminista[127] ocorrido na Europa no século XVIII, que foi um intenso embate entre as formas mitológicas de compreensão do mundo e a ascendente razão, que desde então passou a ser forma válida de explicar o real.

A partir de então a razão moderna, passou a ser aceita como a forma de concepção de mundo válida, que exige a leitura/estudo, escrita e exposição do que se produz, sob determinado método, regras, metodologia, que no Brasil pode ser encontrada a partir dos documentos sistematizados da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O que equivale a dizer que toda a produção de conhecimento fora desses padrões são tidos como saber popular, religioso ou arte – menos gnose – o que inclui a tradição oral utilizadas pelos povos africanos, que de fato é uma forma de transmissão de conhecimento socialmente produzido.

Portanto, não é acidental essa invisibilidade dada aos saberes dos povos originários de África, faz parte do pacote racista dos povos europeus e eurocêntricos (MOURA, 1994). Eis que se explica o velamento da história de nossos ancestrais africanos, que está associada com a história do Brasil, para assim constituir a história afro-brasileira, isto é, sem uma não se explica a outra.

3. UM BREVE INCURSO À HISTÓRIA NÃO CONTADA

É de nossa sabedoria que o processo de invasão dos europeus – no caso do Brasil principalmente pelos portugueses – e a forma como temos acesso a esse período é quase uma fábula[128], somado a um romantismo e idiotização dos povos aqui encontrados. Basta recorrermos aos livros didáticos com passagens dizendo que os índios trocavam ouro por

127 Utilizamos aqui o entendimento dado por Rouanet (1987, p. 28)"[…] propus o uso do termo Iluminismo para designar uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder, a partir da razão".

128 Composição, geralmente em verso, em que se narra um fato cuja verdade moral se oculta sob o véu da ficção.

espelhos, e ainda que seja verdade, a questão de fundo não está na troca dessas mercadorias, mas sim dos diferentes valores postos entre um povo e outro. Aos povos originários dessa terra de Pindorama, a natureza não tinha valor de troca, não era vista como riqueza a ser acumulada e sim meios naturais de assegurar suas necessidades vitais, bem como a fruição, enquanto para os europeus, vindos como aves de rapina, prontos a furtar tudo que aqui estava, viram a oportunidade de edificar suas nações através do ouro de alhures. Essa deve ser considerada a primeira parte da história negada[129]

> Ordenado o colonialismo através do racismo, as nações dominantes sentiram-se à vontade para o saque às colônias e para as razias mais odiosas nas regiões da Ásia, América Latina, África e Oceania e para agir contra todos os que compunham as multidões de desamparados e anônimos da história. Não só roubaram-lhes as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos constituíram, estruturaram e dinamizaram (MOURA, 1994, p. 05).

A segunda é a história dos povos africanos, que foram trazidos a força e tiveram todos seus vínculos familiares.[130] e afetivos brutalmente rompidos, para ser tornados mercadoria nas Américas. Violência essa que fora desde essa ruptura, e que se estende à travessia pelo Oceano Atlântico e se intensifica com a chegada em terra firme. Pesquisas revelam que foram milhões[131], de africanos sequestrados e lançados à sorte aos compradores de sua força de trabalho, sendo que muitos morreram nessa desumana travessia oceânica (ANDRADE, 2017).

Ainda que de forma escamoteada temos essas informações nas escolas, a questão é que elas param aí, para em seguida sofrer um salto ontológico.[132], até alcançar a romântica abolição da escravatura "cedida" pela então princesa Isabel, em 1888. Entre meio a chegada e a abolição – mais de três séculos de escravização – aparentemente não ocorre nada de significativo aos olhos dos pensadores eurocêntricos que possa ser qualitativa e quantitativamente registrado na história do Brasil. Esse ocultamento faz parte do racismo, que dentre suas manifestações está a dominação, que de acordo com Moura (1994, p. 02):

> O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político. É por isso ingenuidade, segundo pensamos, combatê-lo apenas através do seu viés acadêmico e estritamente científico, uma vez que ele transcende

129 ˇ Não estamos apontando valoração alguma na ordem que expomos a história não contada, apenas sinalizamos primeira e segunda forma por causa da cronologia dos fatos que a cada um competem.

130 Inclui as mais variadas formas de família encontradas em África.

131 Não há hoje um consenso entre os pesquisadores quanto ao número de pessoas escravizadas trazidas de territórios africanos, o Relatório Parcial da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil afirma que esse número pode variar de 4 a 8 milhões de pessoas.

132 ˇ Parafraseando Lukács (2007), onde esse autor se refere ao salto dado pelo ser inorgânico ao ser orgânico.

> as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica.

Moura (1994) destaca que o racismo desenvolvido após as invasões coloniais se justificara como forma de "civilizar" os povos "bárbaros", donde os últimos estariam se beneficiando de tais colonizações. É um racismo que nasce com o modo de produção capitalista que busca a ciência para justificar suas ações, somada à teoria do mais apto a sobreviver permanece – e nesse caso os brancos europeus –, nas palavras do autor: "exatamente nesta confluência do capitalismo com as doutrinas biológicas da luta pela vida e a sobrevivência do mais apto, que o racismo se apresenta como corrente "científica". Surge, então, a ideia de raça como chave da história" (MOURA, 1994, p. 03).

O autor afirma ainda que o racismo moderno tem seu berço na Inglaterra e na França e seu pleno desenvolvimento com o nazismo alemão, no chamado Terceiro Reich, entre 1933 a 1945, sob a liderança de Adolf Hitler. Adverte que o racismo moderno é uma arma de dominação ideológica entre os países imperialistas em escala global, e que se manifesta nas periferias como dominação de classes (MOURA, 1994).

No processo de colonização estavam postos interesses econômicos das nações europeias e sua consequente partilha do mundo entre si, e não interessava a eles de que maneira de daria essa partilha, fora uma corrida pelo enriquecimento a custa das vidas dos povos submetidos. O pensamento à época, em sua maioria, saiu em defesa dessas colonizações, como se fossem levar cultura aos aculturados, um papel amplamente desenvolvido pela antropologia – mas não somente, ainda que haja uma vertente crítica entre os antropólogos,

> […] essa antropo-sociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o branco –, que passa a se contrapor ao restante das populações não civilizadas, dependentes, e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o nórdico, o alpino, o mediterrâneo, que passam a ser, de modo genérico, componentes da raça branca. E essa raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos (MOURA, 1994, p. 04-05).

O pensamento crítico – reconhecido – sobre o processo da escravização surgiu tardiamente no Brasil, em início do século XX, ainda que por vezes tenham sido elaborações que não correspondessem diretamente às lutas dos escravizados, mas de alguma maneira era uma abordagem a partir da visão dos "de baixo"[133]. A título demonstrativo, vejamos alguns dos autores que abordaram o tema da escravização na formação socioeconômica do

133 ˇ Elaboração de Florestan Fernandes (1980) que estava a falar por todos aqueles explorados pelas elites brasileira.

Brasil, onde se buscou destacar o veio analítico.

Para Gorender (1980) a ocupação do Brasil entra num contexto histórico, assim como todos os países latinos americanos, em que os países colonizadores entravam em um processo de ruptura com o modo de produção feudal e desenvolvia a largos passos uma economia mercantilista, e suas campanhas colonizadoras eram todas direcionadas à apenas exploração a fim de atender seus fins mercantilistas. O modo de produção que no Brasil foi aplicado se caracterizou como um "escravismo colonial", voltado a atender à acumulação de capital que tornou a burguesia classe hegemônica.

Por outro lado, Prado Junior (2000) que teve por núcleo central de suas elaborações intelectivas a revolução brasileira, afirmava que o parco desenvolvimento das forças produtivas não estava associado à estrutura feudal fechada, mas porque os engenhos como instrumento capitalista de exploração eram rentáveis, e todo investimento era para atender este fim. E que a escravização que era o motor da produção no país, atendia os interesses capitalistas uma vez que desempenhara um duplo sentido: 1. o comercio negreiro que constituía uma atividade que gerava muitas divisas; e 2. por ser uma força de trabalho barata e necessária aos interesses capitalistas.

Obviamente que esses e outros pensadores tiveram sua contribuição nos estudos da formação socioeconômica do Brasil – e são reconhecidos por isso –, apenas trouxemos esses trechos no intuito de ilustrar que até os pensadores que se colocavam ao lado das classes trabalhadoras não apontam a luta a partir de uma vertente racial – uma vez que os negros compunham, já naquela época, um número bastante significativo da população brasileira – como determinante para a revolução no país. E se o tema da questão racial e tampouco o racismo foram importantes para aqueles comprometidos com a revolução nacional popular, já de pronto imaginamos como se dera as produções intelectuais das elites conservadoras, que no seu limiar, resultou no processo de eugenia[134].

O projeto eugenista brasileiro estava associado ao que denominavam de higiene social, que, segundo seus representantes, as pestes no país tinham por originação os negros, e que por isso seria importante excluí-los para que se mantivessem somente os europeus puros. Embora nos dias atuais não se tenha uma bandeira eugenista, é possível observar o seu forte traço na sociedade brasileira, seja pelo racismo institucional, que, na área da saúde se manifesta de forma evidente, basta-nos recorrer ao número de violências

134 ˇ O termo eugenia fora criado por Francis Galton, e acreditava que o conceito de seleção natural de Charles Darwin também poderia ser aplicado aos seres humanos, e teve por ideal mostrar que a capacidade cognoscitiva era uma herança genética, o que justificaria os negros e qualquer outra "população não pura", não o terem (FERREIRA, 2017).

obstétricas entre mulheres negras e brancas; o índice de morte pela anemia falciforme (recorrente na população negra) e a anemia comum; o índice de morte mulheres negras e brancas vítimas de violência doméstica; e sem falar no extermínio da população jovem, que, em sua maioria é negra e oriunda das periferias. Enfim, por todas as formas de negação de direitos sociais aos negros e negras, que configuram verdadeiras práticas genocidas eugênicas.

No entanto, resistimos bravamente e cá estamos, em pé e prontos sempre para o combate seja no enfrentamento diário de crimes raciais, seja nas nossas formas de produção e reprodução cultural. Desvendar esse sistema de ocultamento de toda produção das populações negras tem sido um exercício árduo e uma tarefa de primeira necessidade se se quer construir outra epistemologia, devendo essa ser orientada a não dominação ideológica, política, econômica e social, como o sempre foi em territórios de África.

4. AS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: produção intelectual invisibilizada, racismo e apropriação.

Ao longo do tempo pesquisadores de diversas áreas do saber passaram a "se aventurar" nos territórios favelados em busca de produzir estudos e informações diversas, desde temáticas relacionadas à saúde até pesquisas antropológicas sobre modos de vida. Muitas pesquisas foram produzidas a partir de diferentes linhas teóricas e que originaram produções como filmes cinematográficos, documentários, livros, revistas, notícias, produzidos por pesquisadores que historicamente ocupam as cadeiras das universidades e das instituições de ciência. Importante destacar que esses pesquisadores que ao longo dos últimos 120 anos produziram narrativas sobre as favelas e/ou a partir delas são os mesmos que ainda ocupam de forma hegemônica os quadros das universidades e outras instituições de ciência. Apesar dos progressos alcançados pela população negra nos últimos anos, os pesquisadores de renome ainda são brancos e/ou advindos de classes mais abastadas. A título de exemplo estatístico, em 2004 os estudantes negros universitários eram 16,7% já em 2014 esse número passou para 45,5%, ainda assim, o número de estudantes brancos seguiu crescendo e passou de 47,2% em 2004, para 71,4% em 2014, mantendo uma diferença de quase 30%.

Os indicadores sociais brasileiros são prova cabal da subalternidade imposta à população negra em relação à população branca no tocante ao acesso às políticas públicas, não só à educação básica e superior. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) as pessoas negras ainda figuram em maior número no trabalho informal, e

em proporção reduzida quanto à contribuição e cobertura da previdência pública e privada, índices que reverberam diretamente em outros indicadores como letalidade violenta, encarceramento, entre outros. Portanto, consideramos fundamental manter no horizonte que, sendo essa parcela da população privilegiada a assumir o lugar consagrado dos produtores de conhecimento, são também esses que vão selar a produção acadêmica com suas análises. Dito isto, nossa análise exige uma breve retomada histórica quanto ao nascimento das favelas no país para que possamos captar elementos sem os quais não será possível prosseguir.

O termo favela amplamente difundido, teria se forjado a partir do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, principalmente, por ter se tornado alvo de políticas de revitalização (que visavam seu fim), tendo se tornado, consequentemente, pauta na imprensa, já que naquele momento estavam sendo realizadas algumas importantes intervenções públicas na cidade[135] Contudo, a história das favelas aproximadamente em fins década de 1890, com a ocupação do atual Morro da Providência por combatentes recém-chegados da Guerra de Canudos (1896-1897), que se juntaram a negros nascidos libertos (por conta da Lei do Ventre Livre de 1871) e outras pessoas pobres e negras para garantir sua moradia. O nome favela teria sido dado ao Morro por conta de uma planta característica no local que teria sido reconhecida pelos combatentes da Guerra de Canudos como sendo a planta chamada f*avella*.

Com o passar dos anos as favelas foram ganhando territórios não somente nos morros da cidade – como é o caso da favela localizada no Morro da Providência, mas, outros territórios planos. Essa história que hoje tem mais de mais de cem anos, fez com que, ao passar do tempo, as favelas se tornassem atrativas para pesquisadores de diversas áreas, curiosos para compreender sua sociabilidade, forma de vida, perfis de saúde, assim como a violência, que também faz parte do imaginário popular desde sua origem, sempre relacionada à questão da *raça* das pessoas que ali viveram e vivem (como demonstramos, a população negra era considerada pelos grupos eugenistas como propagadoras de doenças). Malaguti Batista (2003), ao dissertar sobre a produção do medo na cidade do Rio de Janeiro chama atenção para o fato de que ainda no século XIX, a reboque das notícias sobre a Revolta dos Malês (1835)[136] e toda uma cultura hegemônica de animalização das pessoas

135 Lembremos-nos da Revolta da Vacina (novembro de 1904) e a implementação do Plano Agache (década de 1920).

136 A Revolta dos Malês aconteceu em uma noite de janeiro de 1835 na Bahia. Tratou-se de algumas ações insurgentes organizadas e realizadas por escravos islamizados que durante algum tempo comunicaram-se principalmente por cartas escritas em idioma árabe. A revolta durou

negras dados os séculos de escravidão, o Rio de Janeiro reproduzia ideias racistas criadas ainda no século XVI na Europa. Assim, as classes dominantes referiam-se a população empobrecida que formou cortiços e favelas no início do século XX como "[...] uma população mestiça, degenerada e, por isso, patológica e muito perigosa [...]" (Wacquant *apud* Malaguti Batista, 2003, p.8-9).

Essas marcas subjetivas criadas e legitimadas por inúmeras elaborações racistas, que, como dissemos, pairavam sobre o país, foram fundamentais para que às favelas fossem atribuídas as alcunhas de propagadoras de doença e criminalidade, de "vilarejos endemoniados" (MATOS, 2007), tanto que o Morro do Castelo, que existia no Centro da cidade, fora completamente destruído nos primeiros vinte anos do século XX. As favelas foram colocadas à margem da sociedade brasileira não somente pela campanha pública para sua destruição, mas no tocante ao acesso a direitos básicos ao longo do desenvolvimento do Estado brasileiro, desde o Império até a República, sempre com a marca do racismo voltado a seus moradores.

Muitos pesquisadores ao longo do tempo utilizaram diversas metodologias para a realização de suas produções acadêmicas: grupos focais, entrevistas, observações, pesquisa-militante, assim importantes pesquisas como a citada anteriormente e outras que se seguiu ao longo dos anos até o presente momento se tornaram referência. O resultado dessa produção intelectual/acadêmica/teórica, sempre contou em alguma medida com a participação das pessoas locais, fosse dividindo suas próprias reflexões, fosse fornecendo informações relevantes etc.

Recentemente com a implementação de políticas públicas como as cotas raciais e sociais em universidades, por exemplo, foi possível garantir certa disputa quanto às narrativas desenvolvidas a partir dessas pesquisas. Quilombolas, indígenas, militantes de movimentos da luta pela terra, assim como favelados[137] passaram a compor o quadro de alunos das mais importantes universidades do país para falar de suas próprias realidades, tendo por vista a produção intelectual.

Nesse giro, ainda muito aquém do que de fato é possível realizar, o retorno desses pesquisadores aos seus locais de origem, permitiria além da própria devolutiva acerca de

---

pouco mais de 24h, mas foi organizada por um longo período no qual, inclusive, escravos foram alfabetizados na língua do Alcorão.

137 ˇ O termo *favelado* carregou durante muitos anos um peso negativo na história das cidades, contudo buscamos marcar a resignificação do termo a partir de uma retomada identitária positivada. Essa "retomada identitária" que resignifica o termo *favelado*, busca marcar posição de que, as favelas e os favelados hoje disputam as narrativas a partir do seu lugar de origem enquanto produtores de conhecimento.

seus trabalhos – um importante compromisso ético para qualquer pesquisador –, a possibilidade de reconhecimento da intelectualidade existente nesses locais, intelectualidade esta que historicamente contribuiu para que pessoas de outras classes sociais pudessem estar na academia construindo narrativas a respeito daquela realidade, localidade e das pessoas que nela vivem

Como destaca hooks (2003)[138] nem sempre pessoas que tenham passado pela universidade são intelectuais, nesse sentido, intelectuais seriam aqueles que refletem e elaboram sobre a realidade com vistas a transformá-la. Assim, sujeitos que outrora foram tidos como "objeto a ser estudado, descrito e conceituado" e que tiveram suas reflexões apropriadas para a manutenção *status quo* dos privilegiados que não abrem mão de seguirem construindo as narrativas e os discursos hegemônicos a partir da academia.

Nesse sentido consideramos a implementação real da Lei n. 10639/03 como um dos principais caminhos a ser percorrido para que definitivamente possam ser invertidos os polos de poder garantindo aos sujeitos expropriados de sua própria história e de sua intelectualidade, assumir de fato o lugar de sujeito e não mais de objeto. A escolarização continuada deve ser elaborada e pautada desde a educação infantil, o ensino médio, a graduação e a pós-graduação, e por isso reforçamos a Lei 10.639/03 como imprescindível ferramenta para a exequibilidade de tal tarefa. Ainda que seja uma grande vitória, o que temos assistido em mais de uma década, é que sua efetivação não tem se dado com o potencial que poderia ter, e as dificuldades são diversas: 1. a resistência encontrada nas universidades – as mesmas que formam os professores e professoras que darão aulas na rede de ensino abrangida pela lei – não readequaram os seus currículos de ensino pensando os conteúdos necessários para implementação da lei, ficando a cargo dos discentes procurarem esse conteúdo ou não; 2. pelo racismo arraigado na sociedade brasileira que nunca coloca como necessidade entender de fundo o que foi o maior holocausto mundial, ou seja, como se deu o sequestro da população africana trazida paras as Américas para serem escravizadas, quais foram as rupturas e impactos e a partir disso, como se constituiu e se constitui a cultura afro-brasileira, e que hoje se manifesta através do conjunto de desigualdades no país; 3. a falta de investimento de recursos públicos para a formação das professoras e dos professores que já estão na rede de ensino e daqueles em

138 ˇ Importante chamar atenção que, bell hooks, importante autora intelectual feminista negra estadunidense coloca a grafia de seu nome em letras minúsculas como forma de manifesto à necessidade de que seus leitores atenham-se apenas ao conteúdo de sua produção e não ao seu nome de forma individual.

formação – isso para citar alguns pontos cruciais para a implementação exitosa dessa importante conquista.

Vivenciamos um momento de desmonte dos direitos sociais recém conquistados na Constituição Federal de 1988, e na educação recém acessados pela população negra, com vistas a privatização do ensino público, em especial às universidades. E ao nosso entender não é acidental esse processo de retirada dos direitos sociais, ao contrário, é a sociedade brasileira elitista, racista que está querendo dizer não mais uma vez às negras e aos negros.

7. CONCLUSÃO

Sabemos que a luta contra o racismo se dá no campo da ciência, da política, da economia, da cultura e que para avançarmos teremos que reformulá-las por completo, porque todas são mecanismos de dominação de toda população não branca. Precisamos a partir dessa construção social enfrentar o racismo institucional que é um dos mais importantes fatores que impedem a implementação real da Lei 10.639/03. Retomar a história das importantes criações dos muitos povos de África ainda no ensino básico, é reconstruir a subjetividade da população negra, é garantir que possamos enfrentar as narrativas históricas que nos subalternizaram e que garantiram sucesso às incidências que permitiram, por exemplo, a aprovação de leis que fizeram da população negra o principal alvo das políticas criminais, já que são as pessoas negras aquelas colocadas na marginalidade em todos os sentidos pelo impedimento de acesso aos direitos básicos de cidadania.

Sem dúvida seguimos em um *continuum* importante, alcançamos a universidade, ainda que de forma residual, em constante relação de troca com os territórios onde vivemos, e estamos produzindo intelectualmente. Assim percebemos o quão ricas são nossas reflexões e a necessidade de que elas sejam reconhecidas por toda a sociedade enquanto conhecimento científico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Ana Luiza Mello de. Escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.infoescola.com/historia/escravidao-no-brasil/. Acesso em: 02 de agosto de 2017.

BRASIL. **Perfil da população negra por estado.** Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.

DIAS, Marcelo, 1960 – Relatório parcial da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil OAB/ RJ/ Marcelo Dias, Wilson Prudente. - 1 vol – Rio de Janeiro: Mavi, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Brasília: **Revista Sociedade e Estado**, v 31, n1, jan-abril 2016, p. 99-127.

FARIA, Caroline. Como surgiram as universidades? Disponível em: http://www.infoescola.com/historia/como-surgiram-as-universidades/. Acesso em: 16 de agosto de 2017.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FERREIRA, Thiago. O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil de acreditar. (Geledés). Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/. Acesso em: 06 de agosto de 2017.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035. Acesso em: 25 de agosto de 2017.

JUNIOR, Henrique Cunha. Revista da ABPN • v. 9, n. 22 • mar -jun 2017, p. 107 – 122. Disponível em: http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/400/354. Acesso em: 02 de agosto 2017)

LUKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **In**: O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 225-245.

MALAGUTI BATISTA, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MATTOS, Romulo Costa. **Aldeias do Mal.** Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, nº 25, Rio de Janeiro, 2007, p.28-33.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica**. São Paulo: **Revista Principio**, n. 34, p. 28-38 1994.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 1978.

PRADO JUNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

SALAES, Robson. **Acesso de Negros a Universidade cresce; maioria ainda é branca.** Disponível em: www.valor.com.br/brasil/4342534/ibge-acesso-de-negros-universidade-cresce-maioria-ainda-e-branca Acesso em: 20 agosto 2017.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de Favela.** 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RAÇA NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

Larissa Cardozo Teixeira[139]
Priscilla Alves Moreira Novaes[140]

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa em curso com a temática sobre Violência de Gênero na Universidade. Busca correlacionar as questões raciais ao capitalismo, apontando sua especificidade para a violência de gênero e raça e suas expressões no âmbito universitário. Além disso, tece reflexões sobre alguns dados da violência, destacando-se a necessidade de articular as categorias gênero e raça no estudo do fenômeno.

Palavras-chave: Capitalismo, Gênero, Questão Racial, Violência, Universidade.

Abstract: This article is part of a research carried out with the theme of gender violence in the university. It is intended to correlate racial issues with capitalism, pointing out its specificity for gender and race violence in the university context. Besides all, reflect on some violence data, highlighting the need to articulate the categories of gender and race in the study of the phenomenon.

Keywords: Capitalism, Gender, Racial Issue, Violence, University.

[139] Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET de Serviço Social da UERJ. E-mail: larissa-cardozo@hotmail.com
[140] Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET de Serviço Social da UERJ. E-mail: prisgb@gmail.com
Orientadora e tutora do Programa: Professora Doutora Carla Cristina Lima de Almeida

I. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é indicar a relação existente entre raça/etnia e capitalismo, e como esta ordem social contribui para a agudização do racismo, mostrando também uma de suas particularidades: a questão da violência de gênero no âmbito acadêmico. Além disso, será apontada também a especificidade sobre os tipos de violência contra as mulheres negras no Brasil. Para isso, além de todas essas relações, alguns dados serão explicitados para uma maior base de análise do assunto.

Temas como gênero e racismo ganham cada vez mais visibilidade na academia e fora dela, os quais infelizmente eram evitados há pouco tempo atrás. Porém, mesmo com tantas transformações ocorridas, suas implicações ainda são bastante relevantes em nossa sociedade. Em toda a história, presenciou-se a subordinação de uma cultura pela outra em diversas partes do mundo. Desse mesmo modo, ocorre com o gênero e a raça: o patriarcalismo vem prevalecendo, assim como no Brasil os brancos acreditam ser superiores aos negros e indígenas. Portanto, apontar esta relação é de suma importância para o conhecimento desta questão e para que assim seu enfrentamento seja possível.

I. GÊNERO E RAÇA/ETNIA NO CONTEXTO CAPITALISTA

Com o advento do capitalismo, e, portanto, com o processo de interligação de todos os continentes em torno da dinâmica do capital, o isolamento étnico-racial passa a não ser mais possível, e dessa forma, ocorre não somente o contato, mas a “mistura” de diversas etnias. Não sendo possível desprezar o que houve por detrás dessa miscigenação, que “foi construída a partir da dominação, colonização, violência, sobretudo, de uma profunda violência sexual dos homens brancos em relação às mulheres negras e indígenas.” (GOMES, 2009, p. 58). A partir daí, com a justificativa ideológica de que a raça negra seria inferior à raça branca, há a subordinação de um povo sob o outro, de uma raça sob a outra, e de uma etnia sob a outra.

Com a expansão do capitalismo e sua acumulação, foi necessária a utilização de mão-de-obra em grandes e acessíveis quantidades. Com isso, buscou-se a colonização de povos

com a finalidade de transformá-los em escravos. Para isso, foi necessária a criação de uma ideologia de visão eurocêntrica como justificativa para a colonização: a superioridade racial; o racismo em sua primeira forma. O racismo é, desde o desenvolvimento do capitalismo e até os dias atuais, uma das principais formas de manutenção desta ordem social.

O Brasil, se comparado a países em que o racismo se dá de forma mais explícita, possui uma forma bem peculiar de mostrá-lo: de forma velada. Essa forma oculta, porém tão viva, tão real, se mostra além das relações pessoais, mas também através das instituições, pelo chamado racismo institucional.

Essa realidade brasileira é muito evidenciada através de associações negativas que se fazem dos negros; na indiferença aos dados apresentados mediante as pesquisas que comparam outras cores, onde os negros aparecem em piores condições; e também em comportamentos discriminatórios, através até mesmo de brincadeiras. Sendo assim, uma mudança somente do sistema capitalista, sem avaliar minuciosamente as relações interpessoais baseadas no racismo e no patriarcalismo, que muitas das vezes exclamam relações de dominação e supremacia, não caminharia para a resolução dessa problemática, e sim para a perpetuação da mesma.

No que diz respeito ao gênero, ainda que tenham ocorrido mudanças e conquistas ao longo do tempo no que tange aos direitos das mulheres, o tradicionalismo ainda é uma marca bastante evidente em nosso cotidiano, ou seja, prevalece a ideia de que a mulher seria mais frágil que o homem e deveria pertencer ao lar, cuidando de seus filhos, enquanto o marido deveria ser o provedor familiar. É possível identificar esse tradicionalismo também através dos vários tipos de violência que ocorrem inúmeras vezes ao dia com mulheres, através do assédio, da desigualdade salarial e da ocupação diferenciada dos cargos de uma empresa, através das desigualdades de oportunidades em geral. Além da mulher ainda ser vista como o sexo mais frágil, ela também é coisificada, tornando-se objeto dos homens.

As questões étnico-raciais, ainda que sejam muito antigas, pois estão na origem da história brasileira, são ainda bastante recorrentes em nossa sociedade, ou seja, todos os dias presenciam-se algum tipo de preconceito racial. Além disso, é muito abrangente, pois envolve as mulheres, homens e transexuais. Ao longo da história, o que se evidencia é o supremacismo branco, com a subordinação do negro pelo branco. Larkin (2003) cita um

exemplo de como a cultura europeia sempre foi destacada: o holocausto foi tido como a maior tragédia ocorrida, e nesse sentido, o genocídio dos povos africanos que ocorreram durante séculos foram completamente ignorados. Na teoria, houve tentativas para acabar com a divisão em "raças", inclusive por cientistas, mas na prática, essa divisão se dava a todo momento.

No Brasil, mesmo com a conquista da abolição da escravidão e, portanto, a libertação dos negros, não se presenciou igualdade de oportunidades, seja laboral, em universidades ou em cargos públicos. Como cita López:

> "Durante o século XX, em que transcorreram importantes mudanças sociais pelas quais passou o país, seja no campo da modernização da economia, da urbanização, ou da ampliação das oportunidades educacionais e culturais, não se observou uma trajetória de redução das desigualdades raciais. Pôde-se notar ainda "a piora da posição relativa dos negros nas posições superiores da estrutura de ocupações, derivada, em grande parte, da crescente desigualdade de acesso de brancos e negros no ensino superior" (JACCOUD, 2008 apud LÓPEZ, 2009 p.58).

A autora cita ainda, que o Estado foi o responsável por manter essas desigualdades, e desse modo, "pode-se afirmar que o racismo teve uma configuração institucional, tendo o Estado legitimado historicamente o racismo institucional." (LÓPEZ, 2009, p. 125). Dessa forma, o que se presencia é o mito da democracia racial, ou seja, ainda que juridicamente todos sejam iguais, na prática, não se observa uma relação igualitária entre as raças.

É somente com o 3º Encontro da Conferência de Durban, ocorrida em 2001 na África do Sul, que o racismo passa a ter uma maior visibilidade e preocupação, e é abordado mundialmente, sendo reconhecido como um grande problema. A Conferência de Durban teve um papel importante na condenação da superioridade racial, assim como o reconhecimento do colonialismo como o grande causador do racismo, e como isso se tornou cultural, pois mesmo séculos depois, o racismo e outras formas de intolerância continuam inerentes à nossa sociedade, onde presencia-se cotidianamente desigualdades econômicas e sociais, as quais estão por muitas vezes, ligadas ao racismo. A Conferência foi importante também para a criação e discussão de medidas para tentativa de erradicar o racismo e promover a igualdade social. Ainda que a Conferência por si só não seja suficiente para findar com o racismo, coube a cada país agir e fazer seu papel para resolver o problema de acordo com o que foi discutido e acordado na Conferência. Desse modo,

> É nesse contexto que ações afirmativas passam a constar nas agendas internacionais e nacionais. Um reflexo desse contexto é a criação da Secretaria

> Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. A partir daí, novos pactos de combate ao racismo são estabelecidos, configurados na proposição de uma política de promoção da igualdade racial transversal. (LÓPEZ, 2009, p. 126).

Verificam-se algumas tentativas de suprir as desigualdades históricas e que ainda são pertinentes, pelas quais os/as negros/as passam, como a desigualdade de oportunidades na educação, ou seja, muitas vezes, o/a negro/a não tem a mesma chance de ingressar em universidades públicas por não ter tido boas oportunidades de estudo, e é através de cotas raciais, por exemplo, que se consegue a possibilidade de ingresso nas universidades. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por exemplo, foi pioneira na adoção do sistema de cotas raciais. [141]

II. A MULHER NEGRA EM QUESTÃO: O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Infere-se que as desigualdades de gênero e raça são questões que têm como vítimas principalmente grupos menos favorecidos. Essa questão ganha contornos específicos quando os dois se relacionam, como no caso das mulheres negras. São vários os enfrentamentos pelos quais elas passaram e passam para conquistar equidade na sociedade. Por exemplo, como assinala Caldwell (2000), pesquisas sobre gênero nos anos 60 em países como Estados Unidos e Canadá não tratavam da questão racial, sendo mais uma evidência do supremacismo branco. Porém, nas décadas seguintes, a mulher negra foi conquistando espaço nas pesquisas, desmistificando os paradigmas que estavam sendo impostos até aquele momento, e o debate sobre raça começou a ser inserido. Já no Brasil, não se deu da mesma forma: eram poucas as produções acadêmicas sobre a mulher negra. E geralmente as pesquisas são elaboradas pelas próprias, mulheres negras ativistas ou pesquisadoras, e este problema se dá porque estas constituem minoria no campo acadêmico. Nos trabalhos, evidencia-se na maioria das vezes a mulher brasileira de forma homogênea, contribuindo para a omissão da dominação racial, que está diretamente ligada à dominação de gênero, marcada pela dominação da raça.

[141] Lei nº 5346, de 11 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais e dá outras providências.

Essa generalização da mulher resulta em visões ilusórias, pois não retrata a diversidade das mulheres, não contemplando as várias experiências vividas por elas. É necessário compreender que talgeneralização é histórica. Entendemos que, pós escravidão os legados foram diferentes para as mulheres brasileiras, os problemas que "deveriam" ser comuns entre elas passaram a ter significados diferentes, como sexualidade, trabalho remunerado e saúde reprodutiva. No entanto, as mulheres negras se posicionaram, questionando o tratamento dessas opressões e pondo em evidência que haviam públicos diferentes e exatamente por isso, formas diferentes de opressão.

III. A REFLEXÃO A PARTIR DE ALGUNS DADOS

Assim, destacamos que o racismo em si potencializa a violência de gênero, se consideramos que o racismo é estrutural e institucional. O corpo da mulher negra é hipersexualizado desde o período colonial e há uma tendência a naturalizar este processo. Essa ideia é reforçada pelos grandes meios de comunicação na objetificação do corpo negro, principalmente da mulher, e é materializada quando percebe-se que as mulheres negras são maioria das vítimas de homicídio. E quando, por exemplo, omapa da violência nos mostra que o homicídio de mulheres negras aumentou em aproximadamente 54% entre 2003 e 2013, enquanto o número de mulheres brancas diminuiu em quase 10%, conclui-se que não há outra explicação a não ser o racismo. Em uma pesquisa feita pela organização Geledés "Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números", pode-se verificar que a pesquisa

> contribuiu para desnudar as dinâmicas diferenciadas da violência psicológica, onde a cor da pele é um importante instrumento simbólico utilizado para a submissão, humilhação, desumanização e preservação do controle e do poder sobre os corpos e mentes de mulheres negras (GELEDES, 2017)

No que diz respeito à violência de gênero, a questão racial pode ser visualizada também se atentarmos para os grupos com experiências diversas de gênero e sexualidade. De acordo com o Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos 2015, através do disque 100, os dados mostram que no ano de 2015, observou-se um aumento de 94% no registro de denúncias de violações de direitos da população LGBT, ou seja, quase o dobro

comparado ao ano anterior, um aumento muito significativo. As denúncias por descriminação nesta última pesquisa ressaltam que 47% dos casos ocorreram na internet, em grande maioria nas redes sociais, contra 53% fora do mundo das redes. O que nos cabe destacar que, nesses contextos muitos agressores sentem-se num mundo sem lei, impune, anônimos.

Além disso, conforme verificado em relação à violência sofrida por mulheres negras, a cor da pele é relevante no que tange à violência psicológica relacionada ao público LGBT. Com 53,85% das violações por motivo de discriminação, ocupando segundo lugar a violência psicológica com 26,4%, seguidos de 11,5% de violência física e 2,7% de negligência, observa-se que referente ao quesito raça/cor, daqueles que informaram pretos e pardos representam 58% e brancos 41%. Uma forma de preconceito se sobrepõe à outra.

> As violações dos direitos humanos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, que vitimizam fundamentalmente a população LGBT, constituem um padrão que envolve diferentes espécies de abusos e discriminações e costumam ser agravadas por outras formas de violências, ódio e exclusão, baseadas em aspectos como idade, religião, raça/cor, deficiência e situação socioeconômica. Essa superposição de vitimizações exacerba a vulnerabilidade de grupos sociais, cuja discriminação é intensificada quando ao racismo, sexismo, pobreza ou credo agrega-se orientação sexual e/ou identidade de gênero estigmatizadas. (RELATÓRIO SOBRE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL: ANO DE 2012)

No âmbito universitário, é importante pensar nessa questão de forma institucional. Quando não se debate e se reconhece a importância desse tema, não se tem condições suficientes para enfrentá-lo, e colabora-se para que a população negra não seja atendida devidamente, tendo menor acesso e qualidade nos atendimentos. Sendo assim, não garantindo o direito à equidade[142] nas instituições. Portanto, como forma de combate a esse quadro podemos utilizar a própria prevenção, com oficinas iniciando com os servidores da Universidade, demais trabalhadores terceirizados e posteriormente alunos, abordando a relevância do tema a fim de contribuir para a igualdade racial, diminuição de índices de violência de gênero e um padrão único de tratamento que garanta um atendimento mais igualitário. Além disso, ao institucionalizar esta questão, a mesma torna-se visível para que seja possível notá-la como uma questão a ser enfrentada. É necessário encontrar mecanismos de enfrentamento, como a promoção de espaços de reflexão nas universidades, o reconhecimento da questão étnico-racial com todos os segmentos da comunidade

[142] O conceito de equidade está diretamente ligado aos conceitos de igualdade e justiça social, considerando igualdade de direitos a todos sem qualquer discriminação e valorizando a individualidade. Está também ligado ao Estado democrático.

acadêmica, e a utilização de mecanismos protetivos e punitivos para casos de violências da questão apontada, com o objetivo de coibir a reprodução de abusos na universidade.

IV. CONCLUSÃO

Para debruçar nos estudos sobre violência de gênero e raça, é importante fazer um resgate histórico de como se estruturou a sociedade até os dias atuais. E infelizmente nos deparamos com questões ainda tão presentes, apesar de tão retrógradas. Todavia, compreende-se que o sistema capitalista se utiliza de métodos dolosos para influenciar as relações interpessoais e institucionais com o objetivo da manutenção do mesmo, e com o passar dos anos, ele tem se reatualizado de forma cada vez mais ofensiva.

Portanto, infere-se que o racismo modificou sua configuração ao longo da história, mas ainda é uma questão atual e muito presente em nosso cotidiano, com um significado muito forte. Os dados apresentados apontam que o racismo se mantém muito relevante, sendo um ponto que necessita ser enfrentado com urgência. Nesse aspecto, as lutas sociais tem sido fundamentais para dar expressão e visibilidade ao problema e mobilizar respostas mais efetivas.

Pode-se observar que a falta de estudos sobre a temática no Brasil é uma questão concreta, principalmente se tratando da questão da raça, onde se cria uma falsa homogeneidade e oculta-se uma realidade observada e vivida cotidianamente. Vimos que esses estudos são realizados muitas das vezes pelo próprio público aviltado, demonstrando a falta de interesse por parte da academia e reduzindo as chances de criarmos espaços de reflexão e discussão.

Principalmente sobre a violência no ambiente universitário, este se torna um problema invisibilizado. Nota-se que é necessário reforçar as pesquisas sobre o fenômeno da violência de gênero e raça dentro da universidade e alargar o debate de forma abrangente, considerando o público alvo, com a finalidade de tratar dessa problemática para além das evidências nos documentos, mas em prol de uma prática interventiva de maneira mais eficaz possível. Para isso, é preciso contemplar o público geral da instituição acadêmica.

Ainda que tenham ocorrido conquistas e avanços, e ações afirmativas tenham sido tomadas, é importante ressaltar que somente isso não é suficiente para o enfrentamento da questão, há que se ter medidas mais efetivas. Além disso, é necessário o debate para que haja uma

mudança de pensamento, não só nos ambientes acadêmicos, como também fora dos mesmos, para que assim, os dados possam finalmente, se mostrar positivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANÇO ANUAL DA OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 2015. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/CARTILHADIGITALBALANODODISQUE002015.pdf. Acesso em: Acesso em: 03/05/2017

Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos 2015. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/ApresentaoDisque100.pdf. Acesso em: 03/05/2017

CALDWELL, Kia Lilly.Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil.**Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 8, nº 2,p. 4 , 2000.

DENÚNCIAS DE HOMOFOBIA DOBRAM E PRINCIPAIS VÍTIMAS SÃO GAYS NEGROS E PARDOS. Disponível em: http://brasileiros.com.br/2016/01/denuncias-de-homofobia-dobram-e-principais-vitimas-sao-gays-negros-e-pardos/. Acesso em: 04/05/2017

LINDGREN ALVES, J.A **A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos.Revista Brasileira de Política Internacional**[online]. 2002, vol.45, n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200009>. Acesso em: 09/04/2017.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde.**Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf>. Acesso em: Acesso em: 09/04/2017.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015 HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 11/04/2017.

MENEZES, F. C. de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. In: Libertas. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.** nº 1, volume 13. Juiz de Fora, 2013. Disponível em: http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2687/1943. Acessado em 23/08/2017

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da cor: Identidade, raça e gênero no Brasil.** São Paulo: Summus, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista:** caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

PESQUISA MULHERES NEGRAS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DECODIFICANDO OS NÚMEROS – E-BOOK. Disponível em: http://www.geledes.org.br/pesquisa-mulheres-negras-e-violencia-domestica-decodificando-os-numeros-e-book/#gs.KFKL4PI0. Acesso em: 10/04/2017.

RELATÓRIO SOBRE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL:ANO DE 2012. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012. Acesso em: 03/05/2017.

RODRIGUES, Lúcia Valentim. **Preconceito: Mito da democracia racial só fez mal ao negro no Brasil.** Disponível em:https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/05/preconceito-mito-da-democracia-racial-so-fez-mal-ao-negro-no-brasil.htm.Acesso em: 10/04/2017.

SERVIDORES PARTICIPAM DE OFICINA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO INSTITUCIONAL. Disponível em:http://www.geledes.org.br/servidores-participam-de-oficina-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional/#gs.null. Acesso em: 10/04/2017.

SILVA, J. et al. **A promoção a igualdade racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional.** In: JACCOUD, L. (Org.). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos vinte anos. Brasília: Ipea, 2009. p.147-70

VIANA, Nildo (Org.). et al. **Capitalismo e Questão Racial.** Rio de Janeiro: Corifeu, 2007.

VIOLÊNCIA E RACISMO. Disponível em: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-e-racismo/ . Acesso em: 10/04/2017.

A RACIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM JUIZ DE FORA - MG

Ana Cláudia de Jesus Barreto[143]

Exploração de classe/raça e etnia e as lutas sociais

O presente trabalho pretende discutir sobre a racialização do espaço urbano, como uma das expressões do racismo ambiental, haja vista que é no chão do território que se constata a trajetória de espoliação que a população negra é submetida pela classe dominante e o Estado é uma figura que ratifica e impõe a condição por baixo, através da violência, desconsiderando a sua condição humana e repetindo a história do castigo do corpo pelo viés da inferiorização. Para a análise do problema exposto o bairro Dom Bosco foi escolhido para estudo.

Palavras-chave: Negro, racismo ambiental, exclusão social, escravidão, segregação urbana.

The racialization of urban space in Juiz de Fora-MG

The present work intends to discuss about the racialization of the urban space, as one of the expressions of environmental racism, given that it is on the ground of the territory that the trajectory of the black population is submitted by the ruling class and the State is a figure Which ratifies and imposes the condition below, through violence, disregarding its human condition and repeating the history of punishment of the body for the bias of inferiority. For the analysis of the problem exposed the neighborhood Don Bosco was chosen for study.

Keywords: Black, environmental racism, social exclusion, slavery, urban segregation.

[143] Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais. Mestre em Serviço Social (UFJF). Doutoranda em Serviço Social (UFRJ). . E-mail: acbarreto@oi.com.br

I – INTRODUÇÃO

A cidade de Juiz de Fora está situada no sudeste do Estado de Minas Gerais; mesorregião geográfica da Zona da Mata Mineira. Com 516.247 habitantes (IBGE, 2010) sua posição geográfica é bastante privilegiada e estratégica. Está próxima a importantes metrópoles urbanas, como Belo Horizonte (255 Km); Rio de Janeiro (180 Km) e São Paulo (480 Km), o que a torna um polo atrativo para investimentos.

O bairro Dom Bosco tem 4.735 habitantes (IBGE, 2010), sendo que há um predomínio da população negra (preta/parda), sobre as demais, constituindo um total de 69,04% dos seus residentes. Associado a esse predomínio de não-brancos, o bairro foi referenciado pela Defesa Civil – JF como uma das áreas de risco ambiental e frequentemente alvo de atendimento da equipe de trabalho daquele Órgão Público, em decorrência dos escorregamentos de terras.

O bairro Dom Bosco traz em seu cotidiano um mix de pobreza, segregação social e racial e ao mesmo tempo o seu em torno vem recebendo ao longo dos anos altos investimentos imobiliários, o que tem ocasionado uma pressão sobre os moradores para a sua remoção. Essas condições foram analisadas no percurso do presente trabalho, que tem a pretensão de discutir sobre a racialização do espaço urbano, como uma das expressões do racismo ambiental, haja vista que é no chão do território que se constata a trajetória de espoliação que a população negra é submetida pela classe dominante e o Estado é uma figura que ratifica e impõe a condição por baixo, através da violência, do descaso, da omissão e da promoção da expulsão dos moradores de áreas que passam a ser alvo de especulação imobiliária, desconsiderando a sua condição humana e repetindo a história do castigo do corpo pelo viés da inferiorização. A senzala do século XXI são as favelas e as áreas de desastres ambientais!

II - A RACIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM JUIZ DE FORA-MG

A cidade de Juiz de Fora está dividida em dois lados, o formal (Maricato, 2010), constituído pelas moradias e construções valorizadas pelo mercado imobiliário em locais com boa infraestrutura, saneamento e serviços e, por outro lado, o informal (id, 2010), caracterizado por moradias subnormais e precárias situadas em locais desvalorizados pelo capital imobiliário e sem investimento público. Por esta razão, não existe o necessário para a qualidade de vida dos moradores, como esgotamento sanitário, água, luz e saneamento básico.

De acordo com o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), elaborado pela Defesa Civil em 2007, existem na cidade 42 (quarenta e duas) áreas de risco e paralelamente a este trabalho o Serviço Social da Defesa Civil em 2010 realizou um levantamento populacional e étnico-racial nessas áreas identificadas como de risco ambiental. Com o intuito de identificar quem são os sujeitos sociais que estão vulneráveis aos escorregamentos de terra e inundação na cidade. A pesquisa revelou que em Juiz de Fora, 35.986 pessoas estão sujeitas aos desastres ambientais, sendo que nesse universo, 70,5% são negras – pretas e pardas – e 29,5% são brancas.

Os dados levantados evidenciam a segregação espacial por raça na cidade de Juiz de Fora. Fato não que é incomum em outras cidades brasileiras e são evidentes. Por outro lado, levanta a discussão sobre o lugar de moradia do/a negro/a nas cidades, e neste caso específico é um lugar de risco ambiental, onde os sujeitos sociais não-brancos em sua maioria, que se localizam nessas áreas, estão expostos a serem atingidos por escorregamentos de terras e inundações.

A expressão racismo ambiental pode causar estranheza ou até mesmo acharem que é uma “apelação”, diz Herculano. “Mas olhe a cor da pele de quem mora nas favelas sobre os morros ou, nas beira-rios e beira-trilhos; olhe a cor da pele de expressivo número dos corpos levados pelas enchentes, soterrados pelos deslizamentos” (HERCULANO, s.d.).

Os dados coletados pelas pesquisas étnico-raciais relacionados ao espaço urbano e a racialização, não negam esse chamamento de atenção de Selene Herculano, para que olhemos para a cor da pele das pessoas que moram em locais de baixo investimento do poder público (favelas, cortiços, assentamentos precários) e/ou estão os sujeitos aos riscos ambientais. O racismo ambiental “diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas” (HERCULANO, s.d.).

Fica evidente que os não-brancos na cidade de Juiz de Fora, sofrem uma injustiça social ou um racismo ambiental, quando o poder governamental, empurra esse grupo étnico, para regiões periféricas, sem serviços de infraestrutura e saneamento básico ou para zonas de perigo ambiental, ficam expostos aos desastres em decorrência do fator pluviométrico. Essa racionalização da ordem hegemônica ratifica o que Vargas (2005) disserta:

> [...] O espaço é produzido por relações sociais e as reproduz. Uma vez que as relações sociais são determinadas por diferenças de poder, ao mesmo tempo em que as relações sociais incidem sobre as formas e manifestações de poder, o espaço urbano está profundamente implicado no processo e que hierarquias sociais se concretizam em um dado momento histórico. (VARGAS, 2005, p. 92).

Não posso deixar de remeter e de defender a ideia de que a condição do/a negro/a no espaço urbano, no caso a sua localização geográfica, está conectada com a sua

trajetória histórico-escravocrata. Este artigo defende que o espaço urbano carrega o estigma da cor, ou seja, os locais precários são destinados a população negra pobre, representando as antigas senzalas, locais de confinamento e sujeição do corpo ao castigo e ao trabalho forçado.

A ideologia dominante que alimenta com muito cuidado essa lógica, que se perpetua até o momento atual, se faz presente em todos os âmbitos ocupados pelo/a negro/a, seja no campo do trabalho, da escolaridade, da saúde, da moradia, do rendimento, da ocupação profissional, está sempre numa condição inferior à população branca. Isto significa subliminarmente, que o branco detém o poder, que se expressa quando submete e mantém o outro que considera um ser inferior num patamar sempre abaixo do seu. Essa condição também é representada pela segregação espacial. Haja vista que,

> A construção do espaço urbano perpassa pelas relações de poder. Estas são responsáveis por consolidar a hegemonia espacial dos brancos, que se apropriam dos melhores espaços, a expensas dos negros, que são condicionados a habitar áreas com maiores deficiências de urbanização e a suportar maior carga de danos ambientais. (MELO, 2011, p.2).

Por mais que se defenda que não existe racismo no Brasil e que vivemos uma democracia racial, a realidade não consegue forjar esse mito. “O racismo é um potente fator de distribuição seletiva das pessoas no seu ambiente físico; influencia o uso do solo, os padrões de habitação e o desenvolvimento de infra-estrutura”. (BULLARD apud MELO, 2011:5).

A segregação espacial e racializada têm raízes profundas na história do negro africano no Brasil. A força de trabalho escrava africana predominou no Brasil por 300 anos. A partir da metade do século XVI, foram deportados violentamente para a colônia brasileira africanos de várias tribos e várias nações, para serem utilizados nos diferentes ciclos econômicos (da cana-de-açúcar, do ouro e por último do café) do processo de acumulação primitiva do capital, que apenas beneficiou os proprietários de terras e seus investidores.

O negro era considerado pela classe dominante uma mercadoria ou peça e após sua posse, através da compra, fazia o que bem entendesse e assim o fez com o uso da força bruta, da punição com requintes de crueldades e açoites. Clóvis Moura, afirma que o negro se constituía em mercadoria, em objeto de troca, além de produzir mercadoria e do ponto de vista do senhor de escravo era meio de produção, como “aos animais de tração que eram utilizados no funcionamento dos engenhos e em outros setores da atividade econômica”. (MOURA,1959, p. 55).

Segundo Oliveira (2000, p. 54), no século XIX, Minas Gerais era a maior província escravista do país, e Juiz de Fora abrigava a maior população escravizada de Minas Gerais.

Como em todo o país, nessa época, a mão-de-obra maciçamente utilizada, era a escrava, tanto que em determinados lugares havia mais escravos que livres. Em 1855, Juiz de Fora possuía uma população de 6.466 habitantes, desses, 2.441 eram livres e 4.025 eram cativos. Contudo, esses números começaram a decair a partir da introdução da mão-de-obra imigrante na região, cujo intuito não divergiu das outras cidades, como a de São Paulo.

Com o fim da escravidão, os libertos enfrentaram condições extremamente desiguais para competir no mercado de trabalho, ter acesso à terra tanto no meio rural quanto no urbano. A análise de histórias de famílias de ex-cativos mostra que a luta e o esforço para quebrar as correntes físicas e morais que lhe impuseram os séculos de escravidão parece seguir como padrão. Apesar de estarem em locais diferentes, perseguiam um projeto comum, em silêncio: família, terra e trabalho. Família porque representa os laços de solidariedade e de apoio, terra para produzir e morar e o trabalho para sobreviver.

Somente após 1920, devido ao declínio da produção cafeeira, iniciou-se o processo de migração para o centro urbano. Contudo, nesse período parte da área central da cidade já estava ocupada pelos trabalhadores livres e imigrantes, sobrando para os libertos vindos da zona rural, locais sem urbanização e infraestrutura, denominados, pela historiadora Mônica Ribeiro de Oliveira (2000), de verdadeiras ilhas em torno da área central. Como foi o caso de alguns bairros como Dom Bosco, Santa Rita e São Benedito e, hoje, parte deles são áreas de risco físico mapeados pela Defesa Civil de Juiz de Fora.

Segundo relatos de descendentes de escravos, citados no Livro “O Negro: Trabalho, sobrevivências e conquistas”, somente a partir de 1930, o negro foi inserido no processo produtivo e reconhecidos seus direitos sociais. Durante 42 anos (1888 – 1930), os ex-cativos e seus descendentes ficaram à margem da sociedade, sofrendo preconceitos de toda ordem. Batista (2006), em sua pesquisa colheu histórias de vida dos afrodescendentes que retratam bem a situação vivenciada em Juiz de Fora, conforme um trecho extraído da entrevista com Vô Nitinha:

> Ih... era difícil. Não dava serviço não. Eu mesmo ia pra porta da fábrica todo dia...Olhava pra uns, olhava pra outros e escolhia era só os branco mesmo.Era todo dia.Eu ia assim mesmo. Os negro não entrava não. Isso era lá pra os idos de 30. Eu era mocinha. Queria trabalhá e ia mesmo. Naquele tempo já tinha discriminação. (BATISTA, 2000, p. 108).

Em face das diversas dificuldades, os ex-escravos e seus descendentes, em Juiz de Fora, ocuparam-se, predominantemente, nas atividades econômicas informais e autônomas, como vendedores ambulantes, músicos, barbeiros, bombeiros, carpinteiros, alfaiates, mecânicos, amoladores. Paralelamente à luta pela sobrevivência, também tiveram que

resistir às ações do Estado, que passou a cobrar impostos para as atividades citadas e que eram de baixa lucratividade. Esta medida representou uma forma de controlar e inibir a expansão da inserção produtiva dos negros. Batista concluiu que:

> Obviamente, as atividades profissionais a que o povo negro teve acesso foram às atividades que demandavam maior esforço físico e menor nível escolar. Muitas vezes o negro buscou atividade autônoma como saída em termos de sobrevivência, mas, sem incentivo, não era possível uma perspectiva de crescimento em sua profissão. (BATISTA, 2006, p.88).

Florestan Fernandes (1965) denominou de "espoliação secular", o fato do ex-cativo não possuir as condições necessárias (instrução, habilidade para as tarefas do comércio e da indústria nascente) para inserir-se nos diversos setores sociais e em decorrência não houve condições de transmitir aos seus filhos nenhuma instrução que, por sua vez, também encontraram dificuldades de progredir. Essa condição anterior imposta aos negros deixou raízes profundas que permanecem na atualidade.

III - DOM BOSCO: UM ESTUDO DE CASO

Em Juiz de Fora, os ex-cativos alcançaram, em massa, a cidade a partir de 1920, após o declínio da produção de café na Zona da Mata Mineira. Ao chegar à cidade, a parte central não comportava a demanda populacional, sobrando à parte periférica, de baixa ocupação, dando origem aos bairros, como Dom Bosco e São Bendito, "levando à formação de bairros inteiramente negros" (OLIVEIRA, 2000, p. 64). Eram bairros que não possuíam nenhuma infraestrutura e corajosamente, por não haver outra opção, a população pobre foi habitando essas áreas.

A formação do bairro Dom Bosco iniciou-se no ano de 1927, quando Vicente Beghelli parcelou suas terras e começou a vender os lotes "por baixo preço" aos operários. Até então, o local era denominado de Boa Vista, pois 2/4 de sua área fazia parte do antigo sítio "Boa Vista", pertencente à Beghelli.

"Pequeno quilombo" foi assim que se referiu o senhor Isaías (87 anos), morador do bairro Dom Bosco desde 1932. Relatou que, ao chegar ao bairro, havia uma presença grande de ex-escravos e seus descendentes oriundos das fazendas de café (São Mateus e Salvaterra). Conforme esse antigo morador, as casas eram simples, feitas de sapé, o chão de terra batida e uma única estrada, chamada São Francisco, cortava o morro "Serrinha", ligando a cidade ao Distrito de São Francisco. A água era de bica e a luz de candeeiro.

Após muitos anos de luta e pressão da comunidade, o poder público realizou melhorias e investimentos na área, como pavimentação, saneamento básico e infraestrutura (água, luz). Ao mesmo tempo ao longo do período, outros investimentos foram ocorrendo em torno do bairro, a exemplo da Universidade Federal de Juiz de Fora (1960), Hospital Monte Sinai (1994), Shopping Center (2008) e construções residenciais destinadas à classe média. Todos esses investimentos de algum modo vêm valorizando o bairro, apesar de no seu interior ser mantido uma pobreza, contrastando com o seu entorno. Tornando o bairro "Uma pedra no meio do Caminho", dos agentes modeladores do espaço urbano, segundo Monteiro (2014).

Ao analisar o bairro Dom Bosco e o seu entorno fica evidente a pressão que os moradores do bairro Dom Bosco vem sofrendo ao longo dos investimentos imobiliários na área e bem como a segregação espacial que está exposta aliada ao risco ambiental.

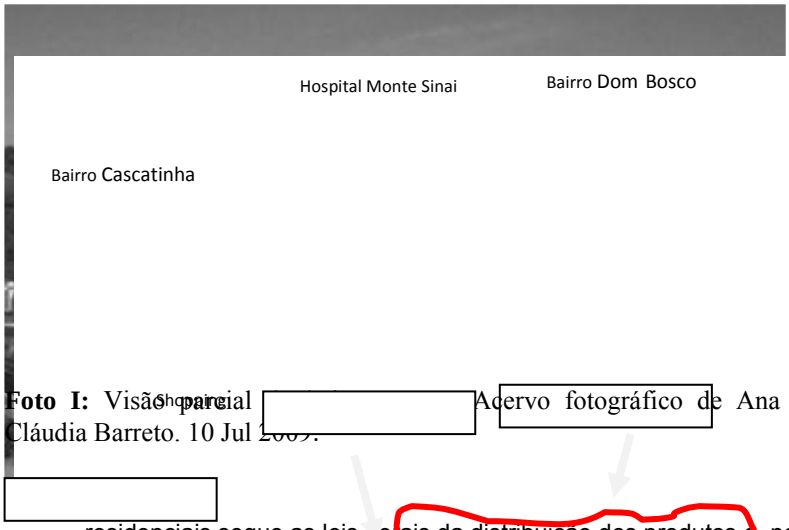

Foto I: Visão parcial do bairro. Acervo fotográfico de Ana Cláudia Barreto. 10 Jul 2009.

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida, etc. (CASTELS apud MONTEIRO, 2014, p. 141)

A convivência fronteiriça entre classe média e baixa, acrescido ao fator racial, ou seja, pobre e negro convivendo com brancos em sua maioria, no mesmo espaço, sendo que em situações de apropriação da terra totalmente diferentes, resulta numa disputa territorial e numa segregacão racializada, haja vista que a maioria dos moradores do Dom Bosco são negros/as.

Tabela 1 - População residente, por cor/raça, Bairro Dom Dosco – Juiz de Fora – MG

Cor	População	%
Preta	1.796	37,93%
Brancos	1.416	29,90%

Parda	1.473	31,11%
Amarela	43	0,91%
Indígena	7	0,15%

Fonte: IBGE (2010) apud Monteiro (2014).

O capital imobiliário exerce uma pressão sob o bairro Dom Bosco, para que seja removido (Monteiro, 2014) ou pelo menos diminuir o fluxo de moradores que estão localizados em área de valorização fundiária. “As terras do bairro tornam-se uma reserva de mercado que atiçam os olhos dos promotores imobiliários. O bairro fica incluído e ao mesmo tempo desagregado. É um espaço fora de lugar”. (MONTEIRO, 2014, p.144).

O Bairro Dom Bosco é a representação de uma contradição urbana, que ao mesmo tempo, que sofre um processo de valorização imobiliária muito grande, o seu cotidiano contém vulnerabilidade social e ambiental.

Conforme levantamento do Atlas Social de Juiz de Fora (2006), o bairro Dom Bosco é considerado uma Área de Especial Interesse Social (AEIS), representando uma pobreza urbanizada, que apesar da infraestrutura investida, necessita de outras intervenções, como a regularidade na posse da terra. Kowarick (2009) refere-se à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania. Isto também é viver em risco.

Trata-se de cidadãos totalmente desprotegidos, pois não têm acesso às políticas públicas: de habitação, trabalho e renda, que lhe confeririam uma inclusão digna. Na maioria dos casos são vistos como “massa desvalida”, “desclassificados”, “desfiliados”, “desterritorializados”, vulneráveis aos danos materiais, psicológicos e aos riscos devido às chuvas. Viver numa sociedade tão desigual é um duplo risco!

> Observa-se que há uma estreita relação entre as péssimas condições de moradia, o acesso a serviços públicos e os riscos ambientais, como se ocorresse nos territórios um encontro, perverso, de vulnerabilidades – urbana, social e ambiental. Assim, os territórios com pouco ou nenhum investimento público, concentram população em situação de maior pobreza e são áreas com grande degradação ambiental. Os locais de moradia podem exercer um papel central sobre as condições de vida e sobre o grau de vulnerabilidade destes indivíduos. Assim, é preciso articular a noção de risco e vulnerabilidade social com a de segregação socioespacial (PAZ et alii., 2010, p. 3).

O bairro é considerado de risco ambiental pela Defesa Civil, pois ao longo do tempo, sem condições de adquirir um lote ou uma casa num local seguro, muitos moradores foram ocupando as encostas. De acordo com a pesquisa de campo realizada em 2010, nas treze ruas do bairro Dom Bosco consideradas de risco físico, moram 3.514 pessoas, sendo que 19,3% são brancas e 80,7% são negras - pretas e pardas.

Foto II: Deslizamento de Terra. Na beirada do barranco presença de habitação subnormal. Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. Jan 2003.

Em janeiro de 2003, houve um acidente causado por três deslizamentos de terra na Rua Arminda Nunes Ribeiro - local com presença de várias habitações precárias. A situação de risco havia sido sinalizada pelo engenheiro que visitou a região, conforme consta no relato do atendimento através do Boletim de Ocorrência 443-1/2003 do dia 18/01/2003:

> Trata-se de provável invasão, em terreno de encosta íngreme, área de mato denso, com dificuldades de visualização, onde se observa vários barracos, sem nenhuma infraestrutura ou saneamento básico. Próximo ao acesso nota-se na encosta, algumas trincas com características de cunhas de deslizamento, mas de difícil visualização de um todo, no declive nota-se lixo, entulho, bananeiras e outros sinais de não preocupação com a segurança no local. Há aproximadamente 10 casas no local, e sobre a encosta em nível inferior, existem várias outras edificações, espalhadas sobre a mesma, a uns 50 metros abaixo em risco, se por ventura venha ocorrer o deslizamento.

As famílias desalojadas em decorrência deste evento foram encaminhadas para o Programa de Atenção a Situações Emergenciais – PASE,[144] para serem assistidas com o pagamento de aluguel de outra moradia. Ainda em 2006, os moradores situados no prolongamento da Rua Arminda Nunes Ribeiro

[144] Programa instituído através do Decreto Nº 8440 de 29 Dez. 2004, destinado ao socorro e à assistência às famílias, com renda mensal média de até dois salários mínimos, atingidas por desastres no município de Juiz de Fora. O Programa sofre uma reformulação, através da Lei Nº 12.060 de 25 Jun. 2010 e passa a chamar Programa Especial de Auxílio-Moradia, para famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade ou risco habitacional.

que não tinham sido removidos ou que foram morar posteriormente ao acidente relatado acima, continuavam sendo alvo de atendimento da Defesa Civil, pois a vulnerabilidade ao risco e a possibilidade de novos deslizamentos permaneciam. Após a Defesa Civil ter realizado estudo e sistematização da área, que embasou a justificativa para a saída dos moradores, com indicativo de demolição das moradias, os moradores puderam sair do local com o apoio do Poder Público, que os inseriu no PASE.

Diante dos elementos trazidos até aqui, estamos tratando de um bairro eminentemente povoado por sujeito preto, pobre, sem terra e expostos a vulnerabilidade ambiental. Conjunto de fatores que expõe a realidade da população negra na fração da realidade, chamada Dom Bosco e que reflete a totalidade quando tratamos da realidade brasileira. Esses elementos não têm como negar um racismo ambiental, que expõe uma população majoritariamente negra, ao risco de deslizamentos de terras e a despreocupação ou a forma minimalista como o Estado se empenha em resolver a questão, configura uma injustiça social que retarda cada vez mais a igualdade de condições e acesso da população negra a uma vida com mais qualidade e segurança em comparação a população branca.

Foto III: Prolongamento da Rua Arminda Nunes Ribeiro. Moradias precárias, sem esgotamento sanitário, a água e luz eram improvisadas. Fonte: Defesa Civil de Juiz de Fora – MG. 30 jan 2003.

> O modus operandi da política brasileira sugere que quando confrontado com corpos negros, o poder da soberania – o poder de decidir quem vive e quem morre – se converte tão somente no direito de fazer morrer: não há espaço para a produção de corpos dóceis porque trata-se de corpos-vazios, matáveis. (ALVES, 2011, p. 119).

Alves (2011) conceitua raça "como uma realidade socialmente construída que estrutura as relações sociais e define não apenas o acesso diferenciado à cidadania, mas também o direito à vida". (ALVES, 2011, p.109). Neste caso, fica confirmado que a raça é uma condição que determina o lugar no espaço urbano e o tratamento desigual dispensado pelo poder governamental aos negros, que não deixa de ser uma forma de violência institucionalizada, denominado de necropolítica por Jaime Amparo Alves (2011).

Ao permitir que pessoas ocupem áreas de risco ambiental, não estaria o Poder Público realizando um tipo de eliminação seletiva? Não estaria impondo através de estratégia a definição dos espaços de moradia para os/as negros/as? Ao longo de todo percurso pós-abolição pode-se perceber essa trajetória de expulsão, desterritorialização, punição e segregação da população negra na cidade. Como se não pertencessem à cidade, fossem os indesejados de cor e para isto elementos (in) visíveis funcionam para expulsar, eliminar da cidade formal, onde transitam os "cidadãos de bem".

IV - CONCLUSÃO

Maricato (1995) afirma que a exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de "guetos", ou imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada e que a segregação ambiental é uma das faces mais importantes da exclusão social, mas parte ativa e importante da mesma.

Está se falando de sujeitos excluídos, empobrecidos e expostos ao risco ambiental, porém é necessário frisar que estes sujeitos têm cor e endereço. Essa cor é negra e o endereço é a precariedade.

O lugar do negro no chão das cidades representa esse processo de exclusão social, dos sem nada ou daqueles que tem, mas de forma bastante precária. Será sempre o lugar da ilegalidade, do risco ambiental, da violência, da ausência do poder público que reforça o estigma da cor e da permanência moderna das senzalas, que passaram a ser - as favelas, os assentamentos precários.

A população moradora desses territórios enfrenta vários problemas, como o reconhecimento de sua identidade, direito a propriedade, resistência frente aos promotores imobiliários e projetos que preveem a redução dessas áreas ou até o completo deslocamento desse grupo étnico, esses e outros fatores culminam na resistência e reivindicações dessa população. A cultura tem sido uma forma de resistência e de sobrevivência, ao mesmo tempo em que a preserva, reafirma sua identidade e a luta pela cidadania.

Numa economia fortemente marcada pelo mercado, que impõe as regras do jogo econômico, considerável parcela de negros, está excluída do acesso aos bens e serviços ofertados e incluídos de maneira precária nas cidades, seja na habitação, na saúde, na educação e no trabalho.

Estudar o bairro Dom Bosco dentro dos aspectos levantados, possibilitou trazer à tona discussões que são necessárias ser levantadas em vários segmentos da sociedade. A fim de que o mito da democracia racial tão defendido na sociedade brasileira, seja derrubado, haja vista que a realidade é tão oposta e contraditória ao que se propaga.

Referências Bibliográficas

ALVES, Jaime Amparo. **Topografias da violência**: Necropoder e governabilidade espacial em São Paulo. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, USP, v. 22, 2011, p. 108-134.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix. **O negro Trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930**. Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições: 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. São Paulo: Dominus Editora: v. 1, 1965, p. 1 - 69.

HERCULANO, SELENE. **Racismo ambiental, o que é isso?** . Disponível em: http://www.professores.uff.br/seleneherculano/images/Racismo_3_ambiental.pdf. Acessado em: 25 de junho de 2017.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34: 2009.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo, 1995. Disponível em: www.fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/.../maricato_metrperif.pdf. Acessado em 20 março de 2010.

MELO, KEILA CECÍLIA. **Apartheid à brasileira**: Notas sobre a segregação ambiental urbana de base racial em São João Del-Rei (MG). Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 13, n. 2, 2013, p. 1-17.

MONTEIRO, Gabriel Lima. **No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho**: uma longa vida comunitária e seus desafios frente ao avanço do capital imobiliário. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2014.

MOURA, Clovis. **Rebeliões de Senzala**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas: 1959, p. 1-87.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora. In BORGES, Célia Maia (Org). **Solidariedades e conflitos**: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora – MG: Ed. UFJF, 2000.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira de; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Conceitos Básicos para Intervenções Habitacionais**. Disponível em: < http://www.eadtrabalhosocial.com.br/moodle/file.php/14/Aulas_EADTS/AULA_4.pdf>. Acessado em: 18 Agosto 2010.

TAVARES, Gisele Machado (Org.). **Atlas Social - Juiz de Fora**. Diagnóstico/Prefeitura de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG: Prefeitura de Juiz de Fora, 2006.

VARGAS, JOÃO H. COSTA**. Apartheid brasileiro**: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 48, n. 1, 2005, p. 75-131.

Site visitado: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=313670. Acesso em 26 de Jun de 2017.

"MUITA TERRA PRA POUCO ÍNDIO":
a luta dos povos indígenas na T.I Marãiwatsédé, Etnia Xavante, Mato Grosso e as respostas do Estado sob a égide do Agronegócio.

RESUMO: Este estudo é resultante de relatos e experiências enquanto técnico com formação em Serviço Social participante da Equipe Técnica do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Nele problematiza-se o processo de violação de direitos vivenciados pelos indígenas da etnia Xavante, em específico a comunidade Marãiwatsede, o processo de luta por sua demarcação territorial e as respostas do Estado sob a égide do Agronegócio, tendo como sustentáculo a histórica prioridade dada às políticas econômicas fundadas no modelo primário agroexportador.

Palavras-chave: Violação. Direitos Humanos. Marãiwatsédé. Território. Conflito. Demandas Sociais. Modelo Agroexportador.

ABSTRACT: This study is the result of reports and experiences as a professional participant with formation in Social Service in the Technical Team of the Program for the Protection of Human Rights Defenders. It questions the process of violation of rights experienced by Xavante Indians, specifically the Marahiwatsede community, the process of fighting for their territorial demarcation and the responses of the State under the aegis of Agribusiness, supported by the historic priority given to policies Based on the primary agro-export model.

Keywords: Violation. Human rights. Marãiwatsédé. Territory. Conflict. Social Demands. Agroexport Model.

1. INTRODUÇÃO

> A injustiça tem um nome nesta terra: o latifúndio. E o único nome certo do desenvolvimento aqui é a reforma agrária. [...] Se a problemática causada pelo latifúndio com relação ao posseiro é grave, não menos grave foi a situação criada com o índio e suas terras. (CASALDÁLIGA, 1971, p. 16; 29)

> [...] Lembrei de tudo que a gente conviveu quando aqui a gente morava, eu nasci aqui, eu não tenho a historia com papel, historia do papel, como minha vó sou pessoalmente, nascido e criado aqui, por isso não quero desanimar, eu não quero desistir, não quero assumir a proposta do governador para a troca da terra, pois sou descendente de Marãiwatsédé, nascido aqui criado aqui não quero desistir. Começamos de lutar e é longa a história até hoje. (Cacique Damião Paridzané, reunião realizada em 5 de julho de 2012).

O processo de violação dos Direitos Humanos no Brasil, considerando a ampliação do entendimento desta categoria[145] e a formação sócio-histórica do país, circunscreve-se no sangrento processo de espoliação fundiária no qual os povos indígenas foram submetidos ao longo do tempo, com a colonização portuguesa atrelada à instauração do capitalismo mercantil e que se espraia nos dias atuais sob novos moldes: "vocação brasileira para exportação de matéria-prima", como a mídia e os altos escalões políticos (responsáveis em analisar os espasmos da Balança Comercial Brasileira) proferem; ou sob linguajar "economicista", da expansão das fronteiras agrícolas e dos potenciais naturais para financiar os "benefícios do desenvolvimento" (SANTOS, 2013, p.110).

A usurpação de terras tradicionais no cenário nacional, sejam indígenas, sejam de procedência quilombola ou de outros tipos de sociabilidade (ribeirinhos, assentados, etc.), padecem dos mesmos contornos, no que se refere: ao nível de conflito fundiário; aos atores sociais envolvidos no processo de reconhecimento territorial; às correlações de forças econômico-políticas nas três esferas, seguindo o princípio do pacto federativo na CF 88; à capacidade do Estado em ser permeável ou não às reivindicações das partes litigantes; ao nível de articulação das comunidades envolvidas para pressionar os órgãos estatais responsáveis e fazer à luta em suas reivindicações, dentre outros.

O enfoque conferido à questão fundiária serve-nos de pedra de toque para o 'desembaçar' da questão territorial indígena e de suas repercussões no atendimento às

[145] Entende-se neste artigo, conforme consta no PNDH – 3, a noção ampliada de Direitos Humanos, que engloba os Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), ou seja para além dos direitos civis e políticos. Como consta no referido Plano: o desenvolvimento pode ser garantido se as pessoas forem protagonistas do processo, pressupondo a garantia de acesso a todos os indivíduos aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e incorporando a preocupação com a preservação e a sustentabilidade como eixos estruturantes [...] todo este debate traz desafios para a conceituação sobre os Direitos Humanos no sentido de incorporar o desenvolvimento como exigência fundamental (BRASIL, 2009, p. 42)

demandas sociais oriundas de tais comunidades, numa dinâmica entre a oferta de serviços públicos sociais e o status fundiário ao qual se encontra situado um determinado agrupamento indígena, fator este que pode contribuir tanto para o fortalecimento e protagonismo dos mesmos como forma de superar tal contexto de violações, quanto para a perpetuação das agressões sofridas.

O território escolhido para exemplificar este processo foi a T. I. Marãiwatsédé, situado entre os municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, Mato Grosso, considerando a massiva publicização de seu processo de reconhecimento territorial pela mídia, bem como das tentativas de invasão recente, por parte de agricultores e fazendeiros pertencentes a estes municípios limítrofes (G1 MATO GROSSO, 2016).

2. O CASO MARÃIWATSÉDÉ: status fundiário, demandas sociais e omissão estatal como expressões de violações de direitos humanos

O nome Marãiwatsédé significa “lugar de mata alta”, na linguagem Xavante. A Terra Indígena está demarcada no montante de 165.241 hectares, por meio do Decreto Presidencial s/n, de 11/12/1998. Conforme consta nos dados oficiais, a T. I. Marãiwatsédé é considerada Terra Tradicionalmente Ocupada e Regularizada, com o montante de 2.427 habitantes distribuídos em 612 domicílios (IBGE, 2010). Tais dados servem-nos de subsídio analítico para adentrarmos no aprofundamento da inter-relação etnicidade[146] e conflito agrário presente neste território.

2.1 Resgate histórico e contornos atuais

O desenvolvimento deste tópico se insere num esforço de síntese para a compreensão da dinâmica da violação de direitos ao qual este povo indígena foi submetido, utilizando-se de subsídios oficiais (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, ambiente

[146] Etnicidade é considerada neste texto como sendo “uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. Esta definição mínima é suficiente para circunscrever o campo de pesquisa designado pelo conceito de etnicidade: aquele dos estudos dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base de dicotomizações Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais” (LUVIZOTTO, 2009, p. 32).

virtual da FUNAI), assim como de produções acadêmicas relacionadas à disputa de terras em Marãiwatsédé, bem como da Carta Pastoral elaborada pelo Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, em 1971.

Na primeira metade do século XX, o fluxo migratório para o leste da região mato-grossense ocorria por meio de colonos vindos do nordeste brasileiro, originando povoados que mais tarde vieram a se constituir municípios. Contudo, destes povoados também partiram pessoas dispostas a adentrar o referido território Xavante, em confrontação direta com os indígenas, conforme relatos descritos por funcionários do próprio SPI, órgão estatal responsável à época no atendimento e assistência ao índio.

> Em vários momentos, durante a década de 50, Leitão [encarregado posto indígena Pimentel Barbosa, que atendia a região de Marãiwátsédé], informou aos seus superiores sobre a 'difícil' situação em que se encontravam os Xavantes de Marãiwatsédé e solicitou, em vão, providencias a este respeito, como a criação de um Posto para atendê-los e a reserva de terras para o grupo. Essa 'difícil' situação incluía: 1) a invasão sistemática do território; 2) assassinatos, inclusive com requintes de crueldade, como a execução de crianças e cremação de índios ainda vivos, ocasionados por expedições punitivas de extermínio dos Xavante,verdadeiras caçadas organizadas por não-índios; 3) requerimentos de titulação das terras de Marãiwátsédé. (BRASIL, 2014, p. 212).

Por meio de incentivos fiscais oferecidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foi constituído a Agropecuária Suiá-Missu[147] Limitada, do Grupo Ometto e Ariosto de Riva, datado de 20/11/1962, em pleno território Xavante. Com a fragilização do grupo indígena, os encarregados da Fazenda utilizavam-se de estratégias de escambo e comida para infiltrarem-se no grupo e conquistarem a confiança dos indígenas, no intuito de obterem mão-de-obra barata para os serviços da fazenda (derrubada de mata, construção de pistas rudimentares para pouso e decolagem de aviões, roças e pastos para a criação de gado, entre outros).

Após intensa exploração para o alcance de seus fins econômicos, os proprietários da fazenda Suiá-Missu providenciaram o deslocamento do grupo para a cabeceira do Rio Xavantinho, fora dos limites territoriais, como forma de se desobrigarem da sobrevivência do grupo. Todavia, o terreno inóspito encontrado pelo agrupamento Xavante impossibilitava qualquer estratégia de sobrevivência por situar-se em um terreno alagadiço e propenso para a deflagração de doenças, sem possibilidades para plantio e moradia. Este

[147] Uma rápida passagem pelo histórico da área retorna ao início da década de 1960, quando o estado de Mato Grosso a vende ao empresário paulista Ariosto da Riva, o qual dá ao espaço o nome de Suiá-Missu, em referência a um rio da região. Em 1962, o território é vendido novamente, agora para a família de empresários paulistas Ometto, cujo objetivo é explorar a pecuária no local. Em 1970, a fazenda foi adquirida pela empresa Agip Petróleo, que, em 1992, na Conferência Mundial do Meio Ambiente (Eco 92), devolveu a terra aos xavantes. (MOTTA; OLIVEIRA, 2015, p. 432).

foi o primeiro deslocamento forçado de uma lista de migrações às quais o povo indígena de Marãiwátsédé foi submetido e foi considerada por alguns estudiosos como a "diáspora" do povo de Marãiwátsédé por outros territórios Xavante situados nesta região mato-grossense (DELUCCI; PORTELA, 2013, p. 3).

Assim, conforme Delucci e Portela (2013), diante deste cenário inóspito em 1966, o grupo se dirigiu até a sede da fazenda e lá foram transportados compulsoriamente para a Missão Salesiana de São Marcos, onde se encontravam outros grupos da etnia Xavante.

> No mês de agosto de 1966, de acordo com o Padre Bartolomeu Giaccaria, a Força Aérea Brasileira – FAB - de Campo Grande, que fazia o correio aéreo da região, fez o transporte dos A'uwe Marãiwatsédé – com apoio da fazenda - até a Missão Salesiana de São Marcos, nas proximidades de Barra do Garças, onde um grupo de A'uwe já vivia com a Missão. Foram realizadas três viagens de avião para levar o grupo todo. "A transferência/deportação foi feita em aviões da Força Aérea Brasileira. (DELUCCI; PORTELA, 2013, p. 4).

Contudo, ao chegar a São Marcos contabilizando 263 remanescentes, o grupo indígena foi recepcionado por uma epidemia de sarampo que matou 83 de seus membros, além de deparar-se com a fragmentação do próprio grupo, uma vez que membros de Marãiwatsédé foram deslocados para outras reservas Xavante (BRASIL, 2014, p. 212). Diante destes fatores, inicia-se um movimento de reorganização interna do grupo indígena de Marãiwatsédé para o processo de luta e retomada de seu território tradicional.

Na T. I. Pimentel Barbosa, o agrupamento de Marãiwatsédé fortalece-se e começa a pleitear a retomada de seu território, dando início ao seu processo de demarcação. A visibilidade da causa pelo reconhecimento territorial delineia-se com a participação do cacique Damião Paridzané na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, com o apoio de ambientalistas italianos, na confrontação com a empresa multinacional que era proprietária da Liquifarm Suiá-Missu, Agip Petroli.

Os trabalhos da identificação territorial indígena em Marãiwatsédé iniciaram-se por meio da Portaria 009, de 20 de Janeiro de 1992; entretanto a demarcação e homologação ocorreram sete anos depois, em 1998. Neste intervalo, intensificaram-se os conflitos e ameaças dirigidas aos indígenas de Marãiwatsédé por parte de pequenos posseiros, grileiros e fazendeiros que persistiam a trabalhar em terras já homologadas como indígenas.

Todavia, transcorridos 18 anos, desde a promulgação do Decreto Presidencial que institui a T. I. Marãiwatsédé no ordenamento jurídico brasileiro como sendo um território de ocupação tradicional indígena, a comunidade ainda defronta-se com assédios constantes

em seu território, por parte de assentados e demais atores pertencentes ao cenário do agronegócio e especulação fundiária local. Notícias atuais veiculadas pela mídia virtual e impressa, bem como dos próprios órgãos oficiais de atuação na causa indígena, demonstram as novas tentativas de invasão do território, em área limítrofe ao antigo distrito de Posto da Mata[148].

2.2 Status fundiário, demandas sociais e omissão estatal

> Mais uma vez, com maior premência, publicamente, apelamos às Supremas Autoridades Federais – Presidência da República, Ministérios da Justiça, do Interior, da Agricultura, do Trabalho, do INCRA, da FUNAI – para que escutem o clamor abafado deste povo; para que subordinem os interesses dos particulares ao bem comum, a "política da pata do boi" a política do homem, os grandes empreendimentos – sempre mais publicitários – das estradas, ocupação da Amazônia, a "mesopotâmia do gado", a mal chamada "integração nacional do índio", às necessidades concretas e aos direitos primordiais, anteriores, do homem nordestino, do retirante sem futuro, do homem da Amazônia, do índio, do posseiro, do peão. (CASALDÁLIGA, 1971, p. 29).

Neste lamento de um dos religiosos mais influentes no Brasil, escrito há mais de quarenta anos, está contido um dos cernes da questão fundiária brasileira, sinalizada no início deste artigo e que perpassa pela formulação das políticas sociais brasileiras. Compreendem-se aqui os escritos de Behring e Boschetti (2011) para ilustrar as particularidades históricas existentes na adaptação brasileira aos moldes capitalistas, de forma tardia, no inicio do séc. XX.

O ponto de destaque aqui a ser realçado consiste numa dialética existente entre três fatores: o sentido da colonização no Brasil; o peso do escravismo na sociedade brasileira e o desenvolvimento desigual e combinado entre as regiões, "numa complexa articulação entre progresso (adaptação ao capitalismo) e conservação (a permanência de importantes elementos da antiga ordem)" (COUTINHO apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 72). Com isso, o poder político exercido pelos grandes oligarcas na virada do século permanece, numa simbiose de elementos considerados "arcaicos" para o florescimento de um 'espírito burguês', a exemplificar o prolongamento do trabalho escravo (comparados aos

[148] As notícias sobre a realização de reuniões públicas para a reinvasão da Terra indígena foram confirmadas em diligências realizadas na região pela Funai. A própria comunidade indígena resolveu intensificar a vigilância sobre o seu território e montou um acampamento no entroncamento das BRs 158 e 242, região denominada Moonipa, onde antes estava instalado o chamado Posto da Mata. Com o auxílio da Funai, a comunidade indígena também intensificou as rondas por todo o território indígena. As informações recebidas pelo Ministério Público Federal foram repassadas à Polícia Federal, para oitiva dos possíveis envolvidos. (MATO GROSSO, 2016a, 2016b).

demais países europeus e americanos) e a centralização política de caráter extremamente patrimonialista e paternalista, com domínio exercido pelas elites agrárias.

Ora, considerando a permanência das elites agrárias em uma transição lenta e gradual que cria as bases para a formação do poder burguês no Brasil, voltado para o mercado externo e com ele situado em relação de dependência "como um presente que se acha impregnado de vários passados" (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 72), a questão da distribuição de terras e de seu usufruto foi perpetuando-se sob a égide do Estado como principal articulador e promotor das grandes unidades agrárias existentes no país.

Sob esta 'vocação', dependente do mercado externo, o modelo agroexportador perpetuou-se no cenário nacional, interferindo nas conformações territoriais indígenas (e do que se convencionou a denominar terras de usufruto exclusivo destes povos) delineado pela permanência da "avidez por terras" como base principal para o florescimento da economia no país. Tal avidez deu-se aliada também à base ideológica instituída do índio como um ser humano incapaz de exercer seus direitos civis, o qual necessitaria de tutela do Estado para sua "inserção" na sociedade nacional. Contudo, a partir dos anos 70, conforme apontamentos de Maldos (2007, p. 453), esta situação começa a se modificar:

> A partir dos anos 70 do século XX, os povos indígenas se mobilizaram contra a invasão de seus territórios e buscaram lutar pelos próprios direitos históricos. Na década seguinte, durante o período do Congresso Constituinte, ocuparam, literalmente, o Congresso Nacional exigindo que tais direitos fossem reconhecidos na Magna Carta [...] De 1998 para cá, continuaram a lutar, agora para que estes direitos, reconhecidos em Lei, fossem reconhecidos na prática e se tornassem realidade. Foi, sem dúvida, essa mobilização permanente de suas comunidades, lideranças e organizações que conseguiu trazer o texto constitucional, na medida do possível, para a vida real.

Já com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, à qual confere aos indígenas autonomia para representar-se juridicamente por meio de suas organizações, assim como o direito ao usufruto exclusivo e posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas, as demandas sociais pertencentes a estes povos começam a delinearem-se para além do desenho institucional da tutela. Contudo, conforme Lima (2012), a ideologia da tutela ainda persiste nas práticas institucionais dentro do aparelho do Estado, o indica o caráter neocolonial nas estruturas de poder.

Por outro lado, a relação entre demandas sociais *versus status* fundiário pode ser facilmente detectada por meio dos Relatórios de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, elaborados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidade não-governamental de notório conhecimento sobre a situação dos povos indígenas no país, que contém as descrições e os principais relatos de sua atuação institucional nas regiões

brasileiras, na detecção de violações sofridas pelos indígenas. Entretanto, neste artigo deter-se-á nas violências provocadas por omissão do Poder Público como forma de propagação dos cenários de violência explícita aos quais as comunidades indígenas foram expostas no decorrer do processo de demarcação territorial.

> No Mato Grosso, médicos denunciam o péssimo estado da estrada que sai da BR-070, km 98, e segue na direção das aldeias. Durante a época das chuvas, nos pontos críticos, há risco de acidente durante as remoções de doentes graves que necessitam de internamento hospitalar. Com o aumento da chuva é impossível transportar doentes, crianças com infecções pulmonares e intestinais, com desidratação e gestantes, podendo ocorrer mortes por impossibilidade de transporte. Há, ainda, um controle de atendimento clínico e de exames laboratoriais da epidemia de diabetes mellitus tipo 2, com mais de 200 casos, a maioria em uso de insulina. Com a impossibilidade da passagem de veículos, a chegada de medicamentos, como insulina e seringas descartáveis aos postos, fica comprometida. Algumas comunidades indígenas vivem em condições desumanas, sem acesso à água, eletricidade, alimentos, moradia decente, possibilidade de plantar para garantir a sobrevivência e sem quaisquer outros tipos de assistência. (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2014, p.146).

No senso comum, o atendimento das demandas sociais das populações indígenas é entendido pela população não-indigena como sendo de atribuição exclusiva da FUNAI ou da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde (MS). Conforme consta no PNDH 3 (BRASIL, 2009), Objetivo Estratégico II: Garantia aos Povos Indígenas da manutenção e resgate das condições de reprodução, assegurando seus modos de vida, são nove as ações programáticas interministeriais, ou seja, de recorte transversal às políticas públicas, não implicando apenas nestes dois atores institucionais citados acima a centralização para a efetivação dos direitos sociais da população indígena. Nele entende-se que a FUNAI e a SESAI são interlocutores do Estado junto aos povos indígenas para que as demandas possam ser devidamente encaminhadas, procedimento este que fica seriamente comprometido caso haja o retardamento do processo de estudos para demarcação e homologação do território indígena a ser pleiteado.

Por meio deste entendimento da vinculação territorial como pressuposto para a efetivação dos direitos dos povos indígena, o qual encontra limitação frente à sociabilidade burguesa e seu pressuposto da propriedade privada, é salutar a evocação dos valores contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos como uma das estratégias de enfrentamento a esse dissenso pelos movimentos sociais indigenistas brasileiros, assim como de tratados internacionais que versam sobre a temática (a citar a Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Povos Indígenas, de 2007).

> Mas não há dúvidas de que a fonte e fundamento dos Direitos humanos é a ideia de humanidade; não a humanidade concebida abstratamente, como vimos, e sim composta por indivíduos concretos, em suas singularidades e diferenças sociais.[...] a eficácia dos Direitos humanos depende, por isso, do desenvolvimento da

> concepção de humanidade, cuja abrangência envolva cada individuo em particular, com a consciência e a responsabilidade de a ele pertencer. A construção de uma comunidade, que englobe a totalidade dos seres humanos e permita a possibilidade de ação de cada um dos seus membros, tem natureza política e, depende por isso, da vida pública. (SIMÕES, 2010, p. 87).

Resgata-se aqui a interpretação desta categoria "Direitos Humanos" para além da noção abstrata e generalista que ela comporta, mas, sobretudo como uma axiologia concreta, que se realiza no cotidiano social e que devido à dinâmica contraditória e perversa, própria da sociabilidade capitalista e que nega a própria humanidade, é que ela necessita ser evocada de tempos em tempos.

O esforço de desvendamento das "trilhas" pelas quais se cruzam a questão fundiária indígena e o atendimento de suas demandas sociais, que passam a ser incorporadas sob um modelo de elaboração de políticas públicas que priorizem a alteridade, o direito à diferença, em contraposição à universalidade irrestrita, nos remete aos escritos de Santos (2013) sobre a tensão existente entre o reconhecimento da igualdade e o reconhecimento da diferença, uma das questões fundamentais na elaboração das políticas sociais enquanto realização dos Direitos Humanos:

> A luta pela igualdade, enquanto luta pela redução das desigualdades socioeconômicas, veio muito mais tarde com os direitos sociais e econômicos. Mas tudo isto ocorre dentro do paradigma da igualdade. Este paradigma só foi questionado quando grupos sociais discriminados e excluídos se organizaram, não só para lutar contra a discriminação e a exclusão, mas também para pôr em causa os critérios dominantes de igualdade e diferença e os diferentes tipos de inclusão e exclusão que legitimam [...] A partir de então a luta contra a discriminação e a exclusão deixou de ser uma luta pela integração e pela assimilação na cultura dominante e nas instituições, suas subsidiárias, para passar a ser uma luta pelo reconhecimento da diferença [...] **temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos trivializa**. (SANTOS, 2013, p. 78-79, grifo nosso).

Contudo, na atualidade as repercussões existentes entre o processo de luta e reconhecimento territorial dos Povos Indígenas e o acesso ao atendimento de suas demandas sociais e culturais, necessitam ser vistas também em contraste com o modelo neoliberal, que inspira a formulação e gestão das políticas e da Administração Pública brasileira, que vigora desde a década de 90, com o processo de desmonte e privatização de alguns direitos sociais amplamente difundidos como de alcance universal e por sua natureza pública dentro da CF/88 como a Saúde, a Previdência Social, a Educação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta do povo indígena Xavante de Marãiwatsédé, diante de um percurso extremo de remoções forçadas e de toda a gama de violações sofridas para o retorno ao seu território tradicional, mesmo com a "segurança jurídica" sobre o usufruto exclusivo de um território que já é dele legitimamente originário, não foi suficiente para a garantia de sua produção e reprodução sóciocultural, haja vista o grau de depredação ambiental oriundo de invasões por parte de não-indígenas, comprometendo sua subsistência. Somam-se a isso a precariedade do atendimento de suas demandas sociais enquanto grupo, como fornecimento de água potável, promoção/prevenção em saúde, taxas de desnutrição detectadas entre as crianças indígenas, dentre outros fatores.

Neste sentido, as lideranças indígenas têm exercido um importante papel de interlocutoras das reivindicações de suas comunidades, em conjunto com a reivindicação de seus direitos territoriais. Todavia, muitas lideranças indígenas encontram-se ameaçadas em sua integridade física (se já não o foram atentadas), numa ciranda perversa que centraliza na terra a prática parasitária de obtenção de riqueza, a exemplo da principal liderança indígena de Marãiwtsédé.

É nesta seara que iniciativas governamentais de alcance recente têm conseguido minimamente atender às demandas das comunidades, bem como assegurar a integridade física de suas lideranças por meio de articulações institucionais que visem à construção de estratégias para superação das causas motrizes geradoras da situação de risco, bem como de estratégias para a superação do contexto de vulnerabilidade social encontrado em tais comunidades, entendido também como um fator que potencializa o risco[149].

Neste sentido, este pequeno estudo pretendeu lançar luzes sobre a relação da luta dos povos indígenas frente ao agronegócio, tendo o Estado Brasileiro como principal mediador da questão fundiária indígena, que repercute sobremaneira na formulação e implementação das políticas públicas voltadas para este grupo específico. Acrescentam-se ainda os aspectos ideológicos intrínsecos no que se refere ao tratamento conferido aos

[149] Estes são um dos objetivos principais da Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PNPPDDH) instituído por meio do Decreto nº 6.044, de 12/02/2007, compondo a tríade protetiva junto aos demais programas de proteção contidos no PNDH 3 (Programa de Proteção a Vitimas e Testemunhas Ameaçadas e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte). Tais informações sobre as demandas sociais de Marãiwatsédé foram obtidas pela autora em sua prática profissional dentro da Equipe Técnica que executa esta política.

povos indígenas pelos órgãos estatais a forma tutelar, a despeito dos avanços conquistados pela Carta Magna de 88 e das legislações infraconstitucionais que regem esta temática.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: _____. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social).

BRASIL. **Decreto n. 7037 de 21 de dezembro de 2009.** Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3). Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

_____. Ministério da Justiça. Comissão Nacional da Verdade. Violação de direitos humanos dos povos indígenas. In: _____. **Relatório Volume II – Textos Temáticos – Dezembro de 2014**. Brasília, 2014.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. Carta Pastoral prelazia de São Félix do Araguaia. São Félix do Araguaia, 1971.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2014**. [S.l.]: CIMI, 2014.

DELUCCI, A. S. M. Luciana; PORTELA, Cristiane. Marãiwatsédé: memória de luta, resistência e conquista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2013. Natal. **Anais virtuais...** Natal, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372723015_ARQUIVO_TextoLucianaAkemeANPUH.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2016

G1 MATO GROSSO. **PF prende dois suspeitos de organizar invasão a terra indígena em MT**. 20 Maio 2016. Disponível em: <http: http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/05/pf-prende-dois-suspeitos-de-organizar-invasao-terra-indigena-em-mt.html>. Acesso em: 26 jul. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**: terras indígenas. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>. Acesso em: 26 jul. 2016

LIMA, Antônio Carlos. Estado e povos indígenas no Brasil. In: PAIVA, Ângela (Org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2012.

LUVIZOTTO, Caroline K. Etnicidade e Identidade étnica. In:_____. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Ed. UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 26 mar. 2017

MALDOS, Paulo. Povos indígenas: a reinvenção permanente de uma luta secular. In: REICH, Daniel; ROSA, Enéias et al. (Coords.). **Direitos humanos no Brasil 2**: diagnóstico e perspectivas. Rio de Janeiro: CERIS/Mauad X, 2007. (Coletânea CERIS, n. 2).

MARÃIWATSÉDÉ, TERRA DOS XAVANTE. **Marãiwatsédé, a terra indígena mais desmatada da Amazônia**. Disponível em: <http://www.maraiwatsede.org.br/content/mar%C3%A3iwats%C3%A9d%C3%A9-terra-ind%C3%ADgena-mais-desmatada-da-amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 27 jul. 2016.

MATO GROSSO. Procuradoria da República. **Histórico da ação judicial para desintrusão da Terra Indígena Mãraiwatsédé**. Arquivo virtual. Disponível em: <http://www.prmt.mpf.mp.br/documentos/historico_mrw.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016a.

MATO GROSSO. Procuradoria da República. **MPF investiga rumores de reinvasão a Marãiwatsede**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mt/mpf-investiga-rumores-de-reinvasao-a-maraiwatsede>. Acesso em: 25 jul. 2016b.

MOTTA, Diego A. da; OLIVEIRA, Natália A. de. A leitura da mídia ao processo de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsede. **Revista Interseções**, Rio de Janeiro, v.17 n. 2, p. 429-458, dez. 2015.

SANTOS, Boaventura. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. In: _____. CHAUÍ, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direitos do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Ofensiva do capital, exploração/opressão de classe/gênero/raça/etnia, lutas sociais e Serviço Social

EIXO 3

Exploração de classe/raça e etnia e as lutas sociais

O REFLEXO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA SAÚDE DOS BANCÁRIOS

Luísa Tavares Resende[150]
Mariana Costa Carvalho[151]

Resumo: Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre condições de trabalho dos bancários e os reflexos na saúde, a partir de entrevista com trabalhadores de bancos privados em Juiz de Fora/MG. A mundialização do capital intensifica as formas de exploração e modifica a gestão do trabalho. A era da tecnologia para os bancários significou a ampliação da jornada, salários mais baixos, cobrança por metas, etc. O ambiente de trabalho constitui-se como espaço de relações conflituosas, caracterizadas pelo aumento da competitividade, prática do assédio moral e adoecimento, sendo os transtornos mentais e as doenças do sistema nervoso as principais causas dos afastamentos.

Palavras-chave: Trabalho; Bancários; Adoecimento.

Abstract: This article presents research results on banking working conditions and health impacts, based on an interview with workers from private banks in Juiz de Fora/MG. The globalization of capital intensifies forms of exploitation and modifies labor management. The era of technology for bankers meant the expansion of the journey, lower salaries, collection by goals, etc. The work environment constitutes a space for conflictive relationships, characterized by increased competitiveness, practice of bullying and illness, mental disorders and diseases of the nervous system being the main causes of withdrawal.

Keywords: Job; Banking; Illness.

[150] Graduada em Enfermagem pela Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora e Serviço Social pela UFJF. Especialista em Saúde e Segurança do Trabalhador pela AVM –Faculdade Integrada e Controle de Infeção Hospitalar pela Unyleya. Mestranda em Educação Profissional em Saúde pela EPSJV/FIOCRUZ.
Contato: luisaa_tavares@hotmail.com
[151] Graduada e Mestre em Serviço Social pela UFJF. Especialista em Gestão Pública Municipal e em Gestão Pública de Organizações de saúde pela UFJF. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atualmente, professora da Faculdade de Serviço Social da UFJF.
Contato: marianaccarvalho@yahoo.com.br
Eixo temático: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da reestruturação produtiva os processos de trabalhos sofreram grandes alterações, de modo que o setor bancário foi um dos setores no qual as mudanças foram implementadas de forma mais abrangente. Ocorre, assim, a privatização de vários bancos, acompanhada da flexibilização do trabalho, além de um extenso processo de informatização articulada às novas estratégias de organização e gestão do trabalho.

Nesse sentido, o bancário torna-se um trabalhador polivalente e sua "especialidade" são as vendas. Ele precisa produzir, pois tem metas a serem atingidas, e serão essas que avaliarão o quanto ele é interessante para o estabelecimento bancário, o quanto o mesmo está comprometido com a empresa. Essa é a visão do banco, uma visão totalmente focada na produção, onde o trabalhador é mera mercadoria.

Inseridos num cenário no qual a busca pelo lucro encontra-se cada vez mais intensificada, os bancários estão expostos a muitas cobranças, pressão e ameaças. Referidos sujeitos tentam ao máximo atingir os objetivos da empresa, porém, muitos acabam adoecendo no decorrer do tempo. O banco, por sua vez, culpabiliza esse indivíduo, e passa a vê-lo com outros olhos.

O presente artigo tem como objetivo analisar as condições de trabalho vivenciadas pelos bancários e os reflexos em sua saúde. Em busca de aprimorar o conhecimento sobre o tema em questão, a metodologia escolhida aconteceu em dois momentos: pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica. Esta foi realizada com 10 (dez) bancários com vínculo empregatício em bancos privados na cidade de Juiz de Fora/MG. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi à entrevista semi-estruturada. Os bancários serão identificados como: B.1; B.2; B.3 sucessivamente, garantindo o anonimato dos mesmos.

2. DESENVOLVIMENTO

No início dos anos 1970 desencadeou-se uma intensa crise econômica nos países capitalistas centrais, que acarretou em desemprego, redução das taxas de produtividade e dos níveis de crescimento, aceleração das taxas de inflação e aumento dos déficits públicos,

gerando, também, a adoção de uma nova forma de gestão do trabalho, o toyotismo. Em resposta a esta crise, inspirado no grande capital transnacional e na forma de governo das grandes potências daquela época, dá-se a reestruturação produtiva, com vista à recuperação do ciclo produtivo do capitalismo a partir dos anos 1980, o fenômeno da mundialização. Logo, a doutrina neoliberal se apresenta como ideologia adequada para estímulo e sustentação política desses movimentos estruturais do capital, com práticas de governo voltadas para a desregulamentação do social e para a liberalização do mercado (FILGUEIRAS, 1997).

Dessa forma, nos anos 1980 é implantado o processo de produção toyotista, que propõe uma intensificação na exploração do trabalho, a partir do trabalho polivalente e do ritmo e velocidade da cadeia produtiva. Essa nova fase, marcada pela implementação da tecnologia e mudança na organização dos estabelecimentos empresariais, tem como característica principal a flexibilização. A doutrina de Harvey (1992) explica que o princípio da flexibilidade está apoiado na palavra *just-in-time,* que reflete na economia em todos os aspectos da produção, e, para isso, buscam alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo de custo, logo, superexploram a classe trabalhadora para que haja ampliação da taxa de mais-valia.

Essas mudanças são acompanhadas pelo processo de mundialização da economia, ou seja, a formação de um mercado unificado com companhias mundializadas. Para Husson (1994) a mundialização é um processo desigual e contraditório, que se intensifica com a revolução tecnológica e pelo neoliberalismo. Sendo assim, ele reafirma a desigualdade e o desenvolvimento combinado do capitalismo.

É importante considerar, portanto, que o setor financeiro sofreu grande impacto em todos os seus núcleos, uma vez que os bancários foram atingidos intensamente por mudanças em seu ambiente e rotina de trabalho, principalmente no que tange ao uso da tecnologia e nas modificações organizacionais. Assim, iniciam-se novas formas de gerenciar, com ênfase em projetos como: programas de “qualidade total” e de “remuneração variável”; uso de premiações para aqueles que atingiam as metas impostas, como forma de incentivo de produtividade; ampliação do trabalho em equipe e desenvolvimento dos canais de comunicação. Tudo isso em prol do aumento da produtividade de capital e do consenso dos trabalhadores, buscando a receptividade necessária para a reestruturação produtiva,

pela qual suas empresas precisavam passar, com o intuito de se manterem competitivas no mercado (ANTUNES, 2002 -2003).

Silva (2007, p.2950) deixa bem claro o acima colocado, ao discorrer que no início dos anos 1990, com o processo de reestruturação produtiva, houve uma intensificação no sistema financeiro brasileiro, assinalado por demissões em massa, terceirização, automação/informatização, desregulamentação das relações de trabalho, intensificação do ritmo do trabalho em função das novas tecnologias, contratação temporária de trabalhadores e redefinição do perfil de negócios, a partir da criação de novos produtos e serviços, fracionando mercados e clientela. Logo, o bancário tornou-se um trabalhador polivalente e um ótimo vendedor, "tornaram-se 'parceiros', 'sócios', 'colaboradores' dos bancos e das instituições financeiras, num ideário e numa pragmática que aviltam ainda mais a condição laborativa".

Com a evolução tecnológica, o setor bancário no Brasil passou e vem passando por mudanças que afetam diretamente o cotidiano dos trabalhadores e clientes. Grande parte dos serviços bancários, antes realizados por funcionários ativos, foram substituídos por sistemas informatizados, ou transferidos para empresas terceirizadas. Esta transformação refletiu positivamente para os banqueiros, colaborando na diminuição nos custos, obtenção de novos negócios, flexibilidade e agilidade dos trabalhadores. Já para os trabalhadores, essa mudança teve um caráter extremamente negativo, observado na falta de concursos dentro do setor bancário, na precarização das condições e relações de trabalho, na ampliação de jornada e intensificação do ritmo de trabalho, nos salários mais baixos, entre outros (VIEIRA NETO, 2015).

De acordo com Larangeira (1994) o setor bancário faz parte dos setores mais afetados pela *Era Digital*. O desenvolvimento da Tecnologia de Informação contribui para alavancar os negócios, uma vez que aumentam a eficiência através da melhoria da administração das transações comerciais e das informações geradas por estas, além de criar novas áreas de negócios e produtos.

Para Schmitz (2000) as principais consequências da expansão da automação bancária foram: a agilidade no fluxo de informações, o que contribui para o aumento da rentabilidade bancária; a expansão do mercado, que proporciona uma captação maior de clientes; e a redução das despesas, advinda do aumento da produtividade do trabalho.

A tendência da informatização das atividades bancárias se encontra em sentido crescente, no mesmo sentido se encontram a flexibilização do trabalho e a terceirização, de modo que o atendimento descentralizado tem acarretado no fechamento de muitas agências, gerando desemprego, contribuindo para as superlotações de outras agências, entre outras consequências.

De acordo com Dejours (2008) com a flexibilização do trabalho as relações interpessoais se tornam utilitárias, temporárias e enfraquecidas, permeadas de individualismo. Nesse sentido, o assédio moral se revela como resultado da evolução das novas práticas organizacionais e das estratégias de gestão do trabalho, especificamente nos métodos de dominação. Dessa forma, o ambiente de trabalho constitui-se como um espaço de relações tensas e conflituosas, nas quais cada sujeito pode assumir a posição de assediador/assediado.

Nesse contexto de transformação foram criadas as metas, caracterizadas por números e valores a serem atingidos em um período pré-determinado. No livro Assédio Moral Organizacional dos Bancos, Cerqueira (2015) traz um trecho bem real do que acontece nas agências:

> *Rankings* com pontuações baseadas em produtividade são divulgados, constrangendo os de mais baixa colocação e estimulando todos a aumentar o seu desempenho. Cobranças públicas e aviltantes pelos superiores são ordinárias nas agências; se o bancário atinge sua meta, não é elogiado, mas se não atinge, é severamente repreendido e humilhado perante seus pares (CERQUEIRA, 2015, p.136).

As metas abusivas prejudicam a saúde física, mas, principalmente psíquica dos bancários. No ano de 2013, um total de 18.671 (dezoito mil, seiscentos e setenta e um) bancários foram afastados no Brasil. Dos auxílios-doença concedidos pelo INSS, 52,7% tiveram como principais causas os transtornos mentais e doenças do sistema nervoso (SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO, 2017).

Em uma pesquisa realizada com bancários os eventos mais relatados como estressores no seu ambiente de trabalho foram:

> Pressão ou cobrança da chefia / exigência de metas (65%); possibilidade de ser responsabilizado por perda de valores (58%); insuficiência de pessoal (53%); preocupação com a avaliação do desempenho e ascensão (50%); acúmulo de funções e de responsabilidade (49%); necessidade de seguir ordens do banco contrárias a interesse próprio ou de clientes (47%); pressão do cliente (45%); risco de assaltos (44%) (KOLTERMANN,2011,p.38)

Esses eventos repercutem na saúde dos trabalhadores de diversas formas, como problemas psicológicos, posturais e ergonômicos, e até o uso de drogas como cigarro, álcool e outras ilícitas.

Ocorre que o trabalhador doente é um fator que predispõe a demissão, logo, alguns trabalham doentes omitem o atestado médico, com receio de serem demitidos caso não compareçam ao ambiente de trabalho, mesmo fornido do mesmo, o que pode, indubitavelmente, agravar seu estado de saúde, podendo ocorrer lesões severas e em alguns casos até irreversíveis (VALADARES, 2001).

O relato dos entrevistados aproxima das falas dos sujeitos da pesquisa de Jacques (2006), sendo notório nesse relato:

> Preocupação e medo de ficar desempregado, ritmo de trabalho contínuo e acelerado, refeição muito rápida, esgotamento ao final de cada dia. O trabalho bancário é estressante por natureza, suas metas e o volume de trabalho atual, com poucos funcionários e cada vez mais clientes, torna-se massacrante (JACQUES, 2006, p.7).

Em relação aos fatores que contribuíram para o adoecimento, somente 1 (um) bancário ressaltou medo da violência e ameaças recebidas por clientes, os outros 9 (nove) disseram que foram as pressões e as ameaças para o cumprimento das metas.

No caso do medo, este está vinculado aos assaltos, mas principalmente às atitudes dos clientes, B.6 expõe sua aflição: “medo de tomar um tiro lá fora... fiquei 15 dias descendo do ônibus olhando pra lá e pra cá, com medo do cara me pegar de porrada na rua”. Esse trecho relatando os 15 (quinze) dias que o bancário ficou em alerta foi por ter recebido ameaça de cliente no momento em que estava saindo do seu serviço.

Druck (2002) traz que além das incertezas vivenciadas por bancários fruto do processo de reestruturação bancária, estes ainda lidam com a situação de vulnerabilidade a assaltos e sequestros, seja no ambiente de trabalho, ou não, sejam a si mesmo, ou, familiares.

Já no que diz respeito à pressão e ameaça sofrida por estes, B.4 narra: "o banco vai olhar pra mim e falar assim: você não produz nada, sua média é muito baixa. Então demite, ou então se não quer demitir te transfere lá pra longe". A realidade é realmente esta: não bateu meta, não produziu, você é cobrado por melhores resultados. Se não houver evolução, tem punição, que pode ocorrer de 2 (duas) formas, como citadas pelo bancário, ou transferência, ou demissão.

Muitos superiores utilizam de formas indiretas para ameaçar, mas durante a entrevista, foi mencionada uma ameaça direta:

> Chefia já veio aqui e já puxou relatório do que eu tinha pra fazer, eu fazendo o serviço do lado assim, e botou o relatório na minha mão e falou: isso aqui você precisa fazer, não tem como não fazer, eu não consigo te segurar no emprego se você não fizer (B.3).

Isso caracteriza claramente a pressão que os bancários sofrem para bater a meta, são constantemente ameaçados e expostos:

> Você vai sendo cobrada, você tem que dar conta, você tem que fazer, se você não fizer você fica mal perante seu trabalho, te expõe de uma maneira que só quem ta lá dentro sabe (B.5).

Em relação às exposições B.9 aponta que não há hora e nem lugar, acontecem "na presença de todo mundo, sozinha, por e-mail."

No que diz a pressões, B.10 expõe que isso acontece de forma hierárquica, dessa forma, precisava cobrar de sua equipe. Relatou que recebia e-mails tratando do baixo desempenho de bancários específicos, buscava conversar de forma mais amena e clara com esses sobre a necessidade de atingir as metas. Durante seu relato, disse que sofria intensamente por saber que se esses não melhorassem seu desempenho seriam demitidos:

> "Eu era cobrada, era horrível, saber que a pessoa tá ali, que tem família, e eles falavam que se a pessoa não fizesse ia ser mandada embora, é muito ruim, é muito ruim, pior coisa do mundo" (B.10).

Segundo os bancários, metas sempre estão em escala crescente, você atingindo ou não, vão sempre subir; o que modifica é a proporção do aumento. Em relação ao alcance

das metas, o B.1 pronuncia: "A meta foi criada pra você sempre tá atrás dela, a partir do momento que você bate aquela meta, com certeza no mês que vem é o dobro, é o triplo."

A busca para alcançar a meta estabelecida gera angústia por vários motivos. B.9 apontou a dura realidade que vivenciava no momento da venda:

> "Empurrava, falava o que realmente era o produto, o que não era; verdade, mentira. Às vezes não é tudo aquilo, e você tem que falar... O cliente querendo ou não, você tem que empurrar produtos, tem que mudar a cabeça dele, tem que emprestar dinheiro pra ele sem ta precisando, é como falam, empurrar de goela a baixo" (B.9).

Vale ressaltar que a fala está no passado, pois B.9 precisou afastar de suas atividades laborativas novamente, para se tratar.

As metas ainda contribuem de forma efetiva na competição entre colegas de trabalho, ou seja, o banco se contradiz quando diz ser uma "equipe", um "time", mas, estimula a concorrência entre sua própria equipe, como apontado por B.4: "concorrência entre colega que ta aqui do seu lado, por causa das metas, é sempre por causa de meta, por causa de venda".

Os entrevistados relataram que é bastante comum o recebimento de e-mail comparativos, além de comparações "ao vivo", onde o gestor aponta quem fez mais e quem fez menos: "E-mail cobrando, e-mail falando fulano fez, fez tanto...fulano fez 3,fulano fez 5, nossa gente, ó, to na agência xxxxx! E a agência tal não fez nenhum? Cadê???" (B.4).

Em seu estudo, Cerqueira (2015) sinaliza o uso de *rankings* de produtividade, a divulgação desses e suas consequências, como a competição entre os bancários e constrangimento daqueles que estão nas colocações mais baixas. É justamente isso que é exposto na fala de B.9: "Muita humilhação, muito e-mail ameaçando, muita exposição em e-mail, onde eles colocam ranking de todo mundo mostrando quem ta zerado e quem não está".

A rapidez para realizar tarefas ocorre durante todo o dia de trabalho, mas, segundo um entrevistando, no final do expediente, isso se torna ainda mais concreto. Um entrevistado contou que na tela do computador tem um cronômetro, esta ferramenta é utilizada para "lembrar" o bancário do tempo que falta para finalizar o expediente, uma vez que este não deve realizar hora extra, senão está à mercê de ser advertido, mas, também,

não pode deixar de fechar o dia: "É proibido fazer hora extra, ai tem um reloginho, um cronômetrozinho, com contagem regressiva, então você não pode passar daquele reloginho, daquela hora" (B.4).

Falando em rapidez, outro aspecto mencionado foi o intervalo para almoço, um entrevistado pronunciou que tinha apenas 15 (quinze) minutos de almoço, sendo assim, inúmeras vezes ficou sem almoçar e outras se alimentava de macarrão instantâneo.

Em meio a todas essas situações acima descritas às quais o bancário está suscetível, acabam buscando por "meios de escape". Muitos bancários relataram que utilizaram ou utilizam medicamentos ansiolíticos, poucos relataram problemas com álcool e cigarro e nenhum com drogas ilícitas. Em relação à dependência do álcool, embora alguns tenham dito que não possuíam, salientaram que conheciam amigos de trabalho nessa situação.

Os relatos dos bancários entrevistados acerca do adoecimento apresentam elementos comuns como: a tensão, a demanda excessiva de trabalho, pressão para cumprir metas, o medo de ser transferido ou perder o emprego.

Durante as entrevistas, vários bancários apresentaram tensão em relação ao afastamento, tendo em vista tanto a estigmatizarão da doença, como também o medo de ao retornar ser demitido ou transferido. Muitos foram os relatos de bancários que conviveram com a doença por muito tempo, que "foram levando", e quando se deram conta já estavam no ápice do adoecimento: "Achava que era preocupação normal mesmo, de querer entregar, de querer fazer, de querer da tudo certo e só depois mesmo que deu o baque que vi que eu estava mascarando a doença" (B.7).

A maioria dos entrevistados já estava em tratamento medicamentoso e realizando terapia e embora os médicos indicassem a necessidade de afastamento, resistiam:

"A médica queria me afastar, e eu não afastei, fui segurando segurando, aguentando, aguentando, ai chegou num ponto que ela falou agora você vai afastar" (B.4).

"(...) quando eu comecei a adoecer, vamos dizer assim, eu sempre relutei apresentar atestado" (B.5).

Quando indagados sobre a resistência de afastar, o medo ficou evidente nas falas:

“ (...) afastar seria um drama, você é julgada” (B.3).

“ Medo de afastar e depois ficar marcada, que o banco te ignora depois” (B.4).

No decorrer de uma entrevista, foi dito exatamente o que Valadares (2001) descreveu, o entrevistado relatou que já vinha em processo de adoecimento, porém, evitava dar atestado, com receio de ser demitido. No transcorrer do tempo o adoecimento foi agravando, seguido de quadros de diarréia, vômito, perda de apetite e insônia. Nessa conjuntura, o trabalhador acabou por apresentar alguns atestados, e por consequência, acabou sendo demitido.

Embora resistam ao máximo, muitos bancários não aguentam, chegam ao limite da sua tolerância, adoecem e necessitam se afastar para realizar tratamento: “A gente fica adoecida, a gente, adoece, vai adoecendo, não atinge as metas a gente é ameaçado, é ameaçado, vai ser mandado embora” (B.2).

Ao longo da entrevista B.10 não conteve as lágrimas e mostrou seu desespero em relação a seu adoecimento psíquico:

> [...] minha vizinha às vezes, não acredita nas coisas que tenho, o perito do INSS não vai acreditar... eu não tenho uma perna quebrada, eu não tenho um olho furado, eu não tenho um câncer, eu não tenho nada exposto para mostrar, eu tenho o que eu sinto, o que eu falo. Eu queria ter um câncer, uma perna quebrada, sem perna, que ai você mostra pra pessoa. O desespero é tão grande que você não consegue demonstrar o que você tem, que às vezes você fica pedindo pra vir uma doença ... doença pra mostrar (B.10).

Na pesquisa de Moreira (2017) os entrevistados também se sentiam incompreendidos pela sociedade por portarem uma doença invisível, que só podia ser vista e dita por eles mesmos.

Analisando as doenças e problemas relacionados à saúde dos entrevistados, verificamos que a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) predominante foi o F32 que corresponde aos episódios depressivos, cabe mencionar que este aparece como um dos principais transtornos mentais e de comportamento relacionados ao trabalho de acordo com a Portaria/MS n.° 1.339/1999.

Os CID encontrados nos laudos médicos dos entrevistados foram: F10-2 (Transtornos mentais e comportamentais devido o uso de álcool – síndrome da dependência); F32-1 (Episódio depressivo grave); F32-2 (Episódio depressivo grave sem sintoma psicótico); F33 (Transtorno depressivo recorrente); F40 (Agorafobia); F41-3 (Outros transtornos ansiosos mistos); F43-0 (Reação aguda ao "stress"; F43-2 (Transtorno de adaptação); F43-8 (Outras reações ao "stress" grave"); Z56 (Problemas relacionados com emprego e desemprego) e Z73 (Problemas relacionados com a organização de seu modo de vida).

Doentes, esses bancários necessitaram se afastar do trabalho para se tratarem, a média de tempo de afastamento foi de 9 (nove) meses. Vale destacar, que a grande maioria dos bancários entrevistados já haviam retornado a suas atividades laborativas, uma vez que ao receberem apto na perícia e na consulta de retorno com o médico do trabalho, não viam outra saída, a não ser se apresentarem ao banco.

3. CONCLUSÃO

> "A luta pela sobrevivência está brutalizando o ser humano. As pessoas vivem extremamente pressionadas. A competição tem servido como justificativa para todos os tipos de absurdos. Milhões de anos depois dos homens das cavernas, a vida continua a ser um campo de batalha. As pessoas destroem a si mesmas e às outras para atingir suas metas. O preço de tudo isso tem sido muito alto. Há empresas cujos gerentes, com mais de dez anos de casa, sofrem infarto. Em muitas delas, as pessoas são consumidas como laranjas: espreme-se o suco e joga-se fora o que sobrou, o bagaço. A sociedade se transformou em triturador de sonhos" (SHINYASHIK, 1997)

Considerando as transformações no setor bancário, fica muito evidente que essas são excelentes para o banco e devastadora para os bancários. Os depoimentos trazem à tona a perversa realidade encarada no cotidiano do trabalho bancário.

Medo, ansiedade, angústia, incertezas, são algumas das palavras que caracterizam o dia-a-dia de um bancário em seu local de trabalho. Permeados por muitas funções, na qual a venda é a principal, sofrem constantes pressões.

No momento que a tolerância esgota, o corpo padece. Logo, vem a grande incidência das doenças físicas e mentais na categoria, e muitos precisam se afastar do

ambiente de trabalho para se tratarem. Alguns se tratam e continuam no ambiente a qual o adoece.

Como última frase da pesquisa utilizaremos da fala de um dos entrevistados, que ressaltou o quanto já amou sua profissão, mas, que agora seu desejo é de que seus filhos nunca queiram seguir sua profissão, B.8 enfatiza: "... se eu pudesse não seria bancária nunca mais na minha vida!

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R.. OS CAMINHOS DA LIOFILIZAÇÃO ORGANIZACIONAL: AS FORMAS DIFERENCIADAS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL. **Idéias**, Campinas, v.9, n.2/ v,10, n.l, p.13-24. 2002-2003.

CERQUEIRA, V.S.. Assédio **moral organizacional nos bancos.** São Paulo. LTr, 2015.
DEJOURS, C.. **Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

DRUCK, G.; GODINHO, L.F.; JESUS, S.C.; OLIVEIRA, L.P.; BARRETO, T.; BARRETO, B.. BANCÁRIO: um emprego de múltiplos riscos. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 37, p. 217-233, jul./dez. 2002.

FILGUEIRAS, L.. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EMPREGO BANCÁRIO. In: GOMES, A.. **O Trabalho no Século XXI: Considerações para o futuro do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001. p. 279-299.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HUSSON, M.. **"Estado e mundialização".** Inprecor – América Latina. Abril, 1994.

JACQUES, M.G.C.; AMAZARRAY, M.R..TRABALHO BANCÁRIO E SAÚDE MENTAL NO PARADIGMA DA EXCELÊNCIA. **Boletim da Saúde**, Porto Alegre, v. 20, n.1, p. 94-105. 2006.

KOLTERMANN, ITAP; TOMASI, E; HORTA, B.L.; KOLTERMANN, A.P.. Estresse ocupacional em trabalhadores bancários: prevalência e fatores associados. **Saúde (Santa Maria), Ahead of Print**, v.37, n.2, p. 33-48.2011.

LARANGEIRA, S. **"Mudança no setor bancário, implicações sobre aqualificação e o conteúdo do trabalho: Um estudo de caso no Banco do Brasi**l", In: H. Vessuri (org.), Ciência Tecnologia y Sociedade. Caracas: Nueva Sociedad, 1994.

MOREIRA, V. ESTIGMA: "MINHA DOENÇA É INVISÍVEL!". Disponível em: http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/ii_congresso_internacional/mesas_redondas/ii_con._estigma.pdf. Acesso em: 06/03/2017.

SCHMITZ, A.,MAHL, A. A.. REESTRUTURAÇÃO E AUTOMAÇÃO BANCÁRIA VERSUS EMPREGO: UM BALANÇO AO FINAL DOS ANOS 90. **Teor. Evid. Econ.,** v.8, n.15, p. 67-82, novembro de 2000.

SILVA, L. S.; PINHEIRO, T. M. M.; Sakurai, E. Reestruturação produtiva, impactos na saúde e sofrimento mental: O caso de um banco estatal em Minas Gerais, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v.23, n.12, p.2949-2958. 2007.

VALADARES, C. A. M. A EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS E A SAÚDE DO TRABALHADOR: As doenças o milênio. In: GOMES, A.. **O Trabalho no Século XXI: Considerações para o futuro do trabalho.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2001. p. 219-242.

VIEIRA NETO, G.G.**TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) - Universidade Estadual Vale do Acaraú,Itapipoca, CE, 2015.

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: interfaces da feminização e precarização

Solange dos Santos Silva[152]

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar alguns elementos teóricos sobre o mundo do trabalho, suas transformações a partir do século XX e, na perspectiva do arcabouço teórico-critico, suscitar análises sobre as repercussões para o Serviço Social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Com base em resultados de pesquisas reafirma a caracterização histórica da feminização do trabalho assalariado e refere algumas interfaces que promovem a interação com a precarização do trabalho, constitutiva da era da flexibilização e do ideário neoliberal, que se propagam nas últimas décadas, demarcam o século XXI e incidem no universo do trabalho.

Palavras-chave: mundo do trabalho; serviço social, feminização; precarização do trabalho

ABSTRACT: This article aims to present some theoretical elements on the labour world, its transformations from the twentieth century and, from the perspective of the theoretical-critical framework, to generate analyzes on the repercussions for Social Service as a profession inserted in the social and technical division of work. Based on research results, it reaffirms the historical characterization of the feminization of wage labor and refers to some interfaces that promote interaction with the precariousness of labor, constitutive of the era of flexibilization and neo-liberal ideals that have spread in the last decades, demarcate the 21st century and concern the universe of work.

Keywords: labour world, Social Service, Feminization; Precariousness of work

[152] Doutora e mestre em Serviço Social. Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail:* solange.br@gmail.com. Eixo temático: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais - A divisão sexual do trabalho e os impactos para a classe trabalhadora.

1. INTRODUÇÃO

Estudos e pesquisas têm dedicado análises sobre o mundo do trabalho, nas condições históricas do capitalismo global. No presente texto, busca-se, através da revisão de elementos bibliográficos e de resultados de pesquisas[153], apresentar alguns aspectos históricos e conceitos explicativos sobre o tema e, numa perspectiva crítica, refletir sobre as repercussões para a ocupação do Serviço Social, no século XXI.

É importante situar que a crise estrutural do Capital, desdobrando-se na aceleração da globalização, em meados da década de 1970 do século XX, reconfigura a gênese do processo de produção e reprodução das relações sociais, que constituem a formação social histórica do capitalismo. Institui-se a denominada reestruturação produtiva, que impulsiona processos sociais de racionalização da produção e dinâmica das relações humanas, na divisão social do trabalho contemporânea.

Nesse movimento histórico, é possível estabelecer relações que situam o significado do Serviço Social, como uma especialização na divisão social e técnica do trabalho e a imediata formação de um contingente feminino de sua força de trabalho, em particular confirmação da inserção no mercado de trabalho, criado pelo Estado e caracterizado na organização e implementação de serviços sociais, para o enfrentamento da chamada *questão social.*

A guisa de contextualização, Iamamoto e Carvalho (2003, p.79) analisam que, historicamente, cabe ao Estado uma posição de destaque, como um dos maiores empregadores de assistentes sociais e que o Serviço Social afirma-se como profissão estreitamente integrada ao setor público. Também afirma-se na vinculação com organizações privadas, de caráter empresarial, dedicadas à atividades produtivas e à prestação de serviços sociais à população.

A propósito de desenvolver a exposição, sem pretensão de esgotar o tema, pela própria delimitação que requer, esse estudo visa possibilitar reflexões sobre as transformações do mundo do trabalho e repercussões para o Serviço Social, buscando desvendar interfaces entre a precarização do trabalho e a participação e representação majoritariamente feminina da profissão.

Primeiro, faz-se importante apresentar concepções sobre o mundo do trabalho, fundamentos de sua construção histórica e conceituação, depois sobre as repercussões para o Serviço Social e interfaces da feminização e precarização do trabalho da profissão,

[153] Esse traz alguns resultados da pesquisa da Tese de Doutorado em Serviço Social, defendida na PUC-RS e intitulada Transformações nos processos de trabalho e configurações do trabalho do Serviço Social: contribuições a partir do Noroeste do Rio Grande do Sul.

indicando resultados de estudos que mostram a materialidade das tendências que refletem impactos das mudanças na dinâmica da organização do trabalho

2. O MUNDO DO TRABALHO EM CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

As transformações sócio-historicas ocorridas especialmente no final do século XX, provocaram profundas transformações no "mundo do trabalho". A manifestação da crise estrutural do capital, desdobrou-se na aceleração da globalização, incidindo em reconfigurações na formação do mercado de trabalho, transformações do processo de trabalho e nas formas de produzir mercadorias, provocando mudanças nas profissões e sua utilidade, assim como na vida dos sujeitos trabalhadores.

A regulação e reestruturação econômica e formas de reajustamento social e político, com estratégias globalizantes para garantia de um novo modelo de acumulação e regulamentação - *acumulação flexível* - afetaram os processos de organização da produção e, por consequência, o mundo do trabalho.

A crise do Capital e as reconfigurações do capitalismo no período após a Segunda Guerra Mundial impulsionam processos sociais determinantes para a implementação de novas performances no processo de racionalização da produção de mercadorias e para a dinâmica das relações humanas, na divisão social do trabalho contemporânea. Institui-se um complexo da reestruturação produtiva, que se propaga de forma contínua em diferentes dimensões das relações de trabalho e da vida social, em escala global e na dinâmica do modo de produção capitalista.

Na análise de Alves (2007, 2014) o novo *complexo de reestruturação produtiva* do capital, sob espírito do toyotismo, ou capitalismo da financeirização, pode ser compreendido por uma tríplice dimensão: inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio metabólicas que surgem no interior da terceira revolução industrial e, numa perspectiva de mundialização constitui o precário mundo do trabalho.

Alteram-se as funções do Estado, diante das novas estratégias de regulação por interesses do Capital. Conforme Netto (2001) no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas* e, este opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do Capital. Entre tais condições, inclui a preservação e controle da força de trabalho e, na afirmação de Harvey (2008) o Estado assume posição mais problemática, dentre elas a função de regulação na marcada transformação da estrutura ocupacional.

Interessa destacar que nesse cenário de exacerbada reestruturação capitalista e transição para a acumulação flexível, se amplia a inserção da mulher no mercado e nos processos de trabalho. Todavia, sob a tendência de ajustamento aos setores novos, envolvendo padrões desiguais de desenvolvimento e com tendências para a emergências dos setores de serviços.

Portanto, essa crise estrutural afetou o mundo do trabalho (HARVEY, 2008; ANTUNES, 2009, 2006; ALVES, 2007, 2013; NETTO, 1996). As reconfigurações do mercado de trabalho afirmam o reconhecimento e implementação de um novo processo de gestão da mão de obra, que passa da racionalidade rígida da produção taylorista-fordista para o desenvolvimento do *toyotismo,* como uma filosofia de segmentação e multifuncionalização do modo de produção capitalista, que se expande para os diferentes espaços geopolíticos mundiais (ANTUNES, 2006).

As flutuações da crise do capital abriram terreno para a transição de novo padrão de acumulação com significativas alterações na divisão social e técnica do trabalho. Logo, as transformações societárias que vem se processando, em escala mundial, vem impactando nas diferentes dimensões constitutivas das profissões contemporâneas e também representam alterações na vida social de seus trabalhadores – *forças produtivas*.

O trabalho ganha centralidade na dinâmica de produção e reprodução do capital, em âmbito global, repercutindo, de modo particular, na identidade das profissões contemporâneas e no modo de desenvolvê-las, e, também tende a afetar a esfera da vida dos sujeitos que se dispõem *livremente* ao mercado de trabalho. Nesse sentido referiu Marx (2011, p. 211-2012) “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o que ele figura na mente, sua construção antes de transformá-la em realidade”.

Todavia, a racionalização do trabalho na perspectiva do capitalismo, altera os processos de trabalho e traduz o esforço de constituição de um novo perfil da força de trabalho, o que significa novas possibilidades de “emprego” no estatuto assalariado público ou privado e novas alternativas ao empreendedorismo e a extensão da prestação de serviços. Por *força de trabalho* incorpora-se a esse estudo a definição marxiana, que compreende a *capacidade de trabalho,* que pode ser trocada na relação assalariada (mercadoria): “conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 2011, p. 197).

As reconfigurações instauram processos sociais contraditórios e disputas ideológicas e ético-políticas que conduzem repercussões objetivas e subjetivas à classe trabalhadora e os valores constitutivos dos projetos profissionais. Entre as mudanças desta época, destaca

Hobsbawm (1995) que uma das mudanças mais impressionantes do século XX foi o aumento do setor terciário e o aumento significativo da entrada da mulher no mercado de trabalho (em relação ao período de 1940 -1970).

Também Harvey (2008, p. 146) ao analisar a transição para a acumulação flexível, destaca que esta é marcada por uma revolução no papel das mulheres no mercado e nos processos de trabalho. Os efeitos de seu papel na divisão social do trabalho devem ser considerados na indústria, na produção fabril, assim como no imperativo e expansão do setor de serviços que explora o trabalho feminino em condições vulneráveis, dada a forma organizacional e técnica apropriada divisão do trabalho – especializada e de adaptabilidade para as necessidades do trabalho (propósitos especiais e produtos diversos). O próximo item busca elementos para a discussão das repercussões das transformações do mundo do trabalho e consequências às particularidades do Serviço Social, marcado pela presença feminina, como força de trabalho.

3. REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: DO *SIGNIFICADO DA PROFISSÃO* A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA

A racionalidade das transformações do mundo do trabalho define as formas de organização e gestão do processo de trabalho, de acordo com seus valores e interesses, determinando a própria formação e regulação do mercado de trabalho e de ocupações[154] profissionais. Nessa síntese, se refere a ocupação do Serviço Social – que reconhece e caracteriza o trabalho de Assistente Social.

O significado do Serviço Social na sociedade capitalista o legitima como uma especialização do trabalho. Logo, expõe a necessidade de reflexões sobre a inserção profissional na divisão moderno contemporânea do trabalho, na medida em que torna-se partícipe e sujeita aos elementos próprios dessa institucionalização, não alheio aos ditames dos efeitos próprios da ofensiva do capital.

As profissões originárias da modernidade tardia produzem sua identidade na esteira das tensões que acompanham as mudanças na produção e reprodução das formas produtivas. A reestruturação do mercado de trabalho impacta na natureza das profissões e refletem diretamente na estrutura ocupacional, de modo a repercutir na reestruturação de suas funções e redefinições de diretrizes de formação para o trabalho.

[154] As ocupações são identificadas no mercado de trabalho, pelo Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002.

Assim como a maioria das profissões contemporâneas, originariamente, a profissão assalariada emerge em decorrência da expansão do aparelho estatal e das empresas do setor produtivo privado e o profissional como assalariado a serviço das mesmas, na implementação de políticas sociais. Todavia, emerge e se consolida voltada para a intervenção na realidade e prestação de serviços sociais à população.

O século XX registra o aumento das expressões de desigualdade social, que culmina com a depressão do mundo capitalista desenvolvido, na década de 1990 (HOSBSBAWM, 1995). Todavia, com a intensificação da reestruturação produtiva do capital, em consonância com o ideário neoliberal do Estado, as profissões e trabalhadores se inserem em processos de trabalho permeados por mutações sócio técnicas produtivas e na reorganização constante do trabalho. Antunes (1996) denomina essas mudanças como um processo de subproletarização intensificada ou precarização de trabalhos decorrentes da flexibilização ou terceirização do trabalho.

A profissão do Serviço Social se realiza por meio do trabalho assalariado que, pela própria natureza, imprime contradição e antagonismos na dinâmica da organização social e técnica do trabalho. Ou seja, a materialização teleológica do trabalho que norteia a direção social (crítica) do projeto profissional, sintetiza desafios e tensões constantes nas particulares condições e relações em que o trabalho se realiza. A relativa autonomia profissional, que pressupõe alienação do trabalho, incide sobre valores e diretrizes da profissão e sobre a direção social do trabalho e limitações substanciais do produto final, do que antes fora idealizado, considerando a defesa dos princípios éticos e políticos.

Por tratar-se de uma profissão de caráter interventivo (NETTO, 2001) a preocupação com o *estatuto do trabalho* engendra as bases para a construção e consolidação do Projeto ético-político da profissão. O alicerce de sua constituição jurídico-formal articula a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), o Código de Ética dos assistentes Sociais, ambos revisados e aprovados no ano de 1993 e as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, aprovada no ano de 1996 e revisadas em 2002.

As condições de trabalho em que se inscrevem os profissionais vinculam-se à acumulação do capital e a própria condição de pertencer a classe trabalhadora. Logo, o desenvolvimento da *questão social* está intrínseca às transformações, sejam de ordem conjuntural ou estrutural da sociedade e do Estado e, sua abstração é apreendida como parte constitutiva do conflito entre capital e trabalho e indissociável dos efeitos que produz sobre a classe trabalhadora.

Nesse contexto, as determinações são indissociáveis das transformações do Estado contemporâneo, que imbrica-se à ordem do capitalismo e aos processos de organização

das relações produtivas, por mecanismos variáveis de controle do trabalho, dos quais derivam as formas de precariedade das condições e relações de trabalho. Alves (2007, p. 113) conceitua a *precariedade* como "uma condição sócio estrutural, que caracteriza o trabalho vivo e força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção".

As repercussões para o serviço social acompanham as alterações na relação entre capital e trabalho, por consequência das novas formas de precarização, consoantes as diversas estratégias de exploração da força de trabalho e exigências substanciais aos novos conteúdos e instrumental, que requer maior participação no processo de trabalho. De acordo com Alves (2014), no século XXI surgem novas formas de precarização, de denomina:

> (1) Precarização existencial, decorrente do modo de vida just-in-time; que produz vida reduzida e provoca carecimentos radicais nas pessoas-que-trabalham; (2) e a precarização radical do homem como ser genérico, a precarização do homem que trabalha, decorrente dos adoecimentos laborais. (ALVES, 2014, p. 18).

Essas transformações, porém, implicam um problema teórico analítico central, que reside na compreensão do próprio significado das particularidades da profissão no mundo do trabalho, assim como as repercussões que agudizam as relações complexas que se estabelecem nos espaços sócio-ocupacionais. Aprofunda-se o desafio de criar mediações para o desempenho fundamentalmente articulado entre as dimensões ética e política da gênese crítica, no interior da categoria, ainda que a heterogeneidade suscite um processo dialético entre alienação e critica.

Uma característica histórica da profissão é de se constituir como uma categoria com maior contingente feminino como força de trabalho. A constituição predominantemente feminina da força de trabalho do Serviço Social se consolida na mesma perspectiva em que a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho.

Com efeito, esse crescimento do emprego das mulheres também se altera com a reestruturação produtiva e o fenômeno do neoliberalismo (NOGUEIRA, 2004) e com emergente reflexo de desigualdades herdadas da desvalorização da força de trabalho feminina, utilizada nas estratégias de acumulação no ciclo produtivo do capital, como analisado por Hobsbawm (1995) e Harvey (2008).

Segundo Hobsbawm (1995) o trabalho em ocupações terciárias, profissões assistenciais, em serviços e, sobretudo funções nos serviços públicos e sociais, se expandiram no século XX. Portanto, a reestruturação do mercado de trabalho conduz mudanças para a ascensão da ocupação da força de trabalho feminina e, na ocupação do Serviço Social, engendra especificidades desde a incorporação predominante no setor de

serviços estatais e privados, assim como o expressivo contingente que consolida a formação da categoria, no século XXI. O próximo item evidencia reitera a feminização do trabalho e aponta alguns resultados práticos da realidade e expressões da precarização do trabalho, no atual contexto sócio-histórico, com elementos da pesquisa de campo com assistentes sociais.

3.1 Interfaces da feminização e precarização do trabalho

A abstração teórica instiga decompor alguns elementos do conjunto de sínteses e análises da base da pesquisa exploratória sobre as configurações do trabalho de assistentes sociais (na região Noroeste do RS) que traduz a realidade de condições do trabalho, no contexto de inserção de 25 profissionais, majoritariamente nos serviços públicos (88%) e privado (16%) e terceiro setor (8%). O percurso metodológico possibilitou agregar expressões sobre a materialidade das repercussões das mudanças e reestruturação produtiva que vem incidindo no cotidiano e na dinâmica do trabalho.

O indicador de predominância feminina nos espaços de trabalho, em nível local-regional, acompanha a curva de índices nacionais, apresentados na pesquisa do perfil dos profissionais realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2005) que mostrou apenas 3% masculino. Identificou-se a maior absorção de profissionais em instituições de natureza pública (federal, estadual, municipal) de modo que afirma a representação dos serviços públicos na formação do mercado de trabalho (regional).

As reconfigurações se traduzem nas heterogêneas formas de vinculação de profissionais. As contratações temporárias e prestação de serviços (parciais) expressam condições da precariedade das relações de trabalho: *"[...] acumulo de funções, devido à falta de liberação de vagas para concurso público"* (assistente social participante). A competitividade faz-se imanente às relações de trabalho, sob duas perspectivas: uma entre profissionais concursados para com terceirizados (contratos parciais); outra, mais acentuada, entre os próprios concursados, com diferenças salariais e relativização de autonomia.

Os *contratos por competências* retroalimentam as expectativas da reprodução do Capital. Com a ampliação das demandas que se apresentam aos serviços, fundamentalmente situadas nas reconfigurações das expressões da questão social, se exacerbam novas formas de inserção de profissionais no mercado de trabalho, assim como a sedução à multiplicidade da jornada de trabalho. Logo, o aumento da oferta de trabalho não significa imediata garantia de condições de trabalho, na medida em que os profissionais

são atraídos/as para as estatísticas do trabalho temporário, parcial e requisições de produtos, por competências.

A prevalência da jornada de 40 horas, em oposição à regulação nº 12.317/2012, somada a "jornada extra" do trabalho estendido para o ambiente doméstico. O desemprego, estabelecido a partir da ordem de restrição de recursos humanos da *força de trabalho especializada* da área (assistentes sociais), nos postos de trabalho, emerge como um indicador fortemente articulado com o acumulo de funções, sobretrabalho.

O estudo mostra que se convive com o redimensionamento das atribuições e relações de poder, que parece inevitável e natural na gênese das relações de assalariamento, sob algumas exigências, a destacar: p*olivalência de habilidades* profissionais; individualização para *atualização/qualificação sobre os conteúdos do trabalho* e *maior responsabilização* por parte do profissional; o *acumulo de funções* e a *pressão no trabalho* – intensificação.

Sobre as condições de salário, é emergente a relação com a ausência de piso salarial, baixos salários, redução de vencimentos e repercussões que caracterizam a precarização das condições de trabalho. Também relacionam determinações subjetivas, como a desmotivação e insatisfação com a ocupação de assistente social.

Todavia, decorrente da precariedade salarial regular (ALVES, 2014) que perpassa as formas de contratação da força de trabalho, a tendência do acumulo de vínculos torna-se alternativa, diante das expectativas de elevação de renda. Corrobora para a análise, o extrato de fala de uma assistente social participante da pesquisa:

> Para aqueles [assistentes sociais] que tem interesse de elevar sua remuneração há diversas oportunidades de funções fora do expediente regular de trabalho, que muitas vezes aumentam a carga horária semanal do servidor por um período prolongado, não sendo remunerado as atividades de planejamento, elaboradas no período de descanso (assistente social participante).

Os elementos contribuem para desocultar a dimensão dupla da precarização do trabalho: primeiro, a jornada regulamentada faz insurgir a utilização de tempo extra, em ambiente doméstico, para a realização de atividades que se vinculam ao trabalho institucionalizado – denominado "o trabalho que se leva para casa". Por consequência, justifica as condições que determinam o sobretrabalho, ou seja, o trabalho que incide sobre aquele já existente na agenda profissional do/a assistente social. "*[...] tem-se aumento das demandas e atribuições do cargo, exigindo a polivalência de habilidades profissionais; diminuição dos concursos públicos devido o sobretrabalho dos estáveis" (assistente social participante).*

Segundo, o acumulo de contrato por tempo parcial e por produto, tende a ser personificado, para aquelas/es profissionais que possuem domínio das particularidades das demandas e conteúdos do processo de trabalho e interessam a complementação salarial. De acordo com Nogueira (2010) a lógica da flexibilização, junto com o neoliberalismo, ao explorar a mulher enquanto força de trabalho, acentua a dimensão dúplice de exploração – explora o trabalho feminino tanto no espaço produtivo, como reprodutivo.

O quadro apresentado possibilita uma reflexão sobre o papel feminino no mundo do trabalho, marcado por uma flexibilização acentuada, realizado majoritariamente pelas mulheres. Portanto, se considera a dimensão contraditória do trabalho profissional.

> Cabe aos profissionais elegerem suas finalidades, formas de conduzi-lo e processá-lo em consonância com o reforço de determinados interesses sociais presentes nas condições e relações de trabalho que configurem o espaço sócio-ocupacional do assistente social (IAMAMOTO, 2008, p. 253).

Com as mudanças no modo de produção capitalista, as transformações intensificam a precarização objetiva e subjetiva do trabalho, decorrente da flexibilização, por tendências da reestruturação dos processos de trabalho que determinam reconfigurações para o emprego da força de trabalho[155].

O sentido da precarização transcende as requisições e impactos para a materialização da força de trabalho como mercadoria e consumo e engendra o ser humano, na sua genericidade. Ou seja, as determinações impactam nas singularidades da vida dos sujeitos e na sua sociabilidade e objetividade de valores, que é indissociável do ser social.

Com efeito, a ética do indivíduo se constitui a partir dos valores da exploração e concorrência, que, por consequência, tende a automatizar a própria vida de mulheres e homens que trabalham e a repercutir nas relações profissionais. Para Marx (2009) a sociedade é a união completa do ser humano com a natureza e com os outros seres humanos, sendo que "da mesma forma que a própria sociedade produz o ser humano como ser humano, ela também é produzida por ele" (MARX, 2009, p. 03). Assim, a própria existência é uma atividade social, uma manifestação e afirmação da vida social, pois o indivíduo é o ser social:

[155] Por *força de trabalho*, incorpora-se a esse estudo a definição marxiana, que compreende a *capacidade de trabalho,* que pode ser trocada na relação assalariada (mercadoria): "conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie" (MARX, 2011, p. 197).

Neste sentido, a racional divisão do trabalho tende a integrar os sujeitos pelo dispêndio subordinado do trabalho social[156] numa dinâmica que subverte o trabalho numa premissa fragmentada e contraditória ao princípio de atividade criadora e de autocriação, solidificando as desigualdades sociais, de gênero e ocupacionais. Os resultados evidenciam que, por meio de ditames de cunho neoliberal e da reestruturação produtiva, as transformações na organização e gestão do trabalho, igualmente repercutem sobre o trabalho realizado pelo maior contingente feminino, com efeitos sobre as demandas cotidianas, a precarização estrutural dos espaços e ambientes de trabalho, a desregulamentação e a flexibilização, que determinam expressões da precarização das condições e relações de trabalho dessa profissão, no século XXI.

4. CONCLUSÃO

A exposição acima possibilitou revisar aspectos históricos e conceituais sobre o mundo do trabalho, que afirmam as contradições e tensões da organização dos processos de trabalho, no contexto da reestruturação produtiva do Capital, e, com repercussões tensionadas pelo mesmo cenário, para o Serviço Social.

Desde uma perspectiva histórica, compreende-se a profissão como resultado de um processo sócio histórico, e o desenvolvimento do pensamento do Serviço Social e *significado social* da profissão, situada na divisão social e técnica do trabalho e, sob a direção sociopolítica do projeto ético-político. Todavia, essa direção social se torna ameaçada e diante de um colossal retrocesso, pois, confronta a ordem social capitalista, o que implica em restrições e desafios para o trabalho e o *vir a ser* da profissão, no mundo do trabalho, neste século.

Nesse sentido, as mudanças que vem ocorrendo, como consequência da transformações societárias, repercutem nos ideais e na vida da classe trabalhadora. Ao situar a constituição histórica da feminização do trabalho na profissão, conclui-se que, majoritariamente, mulheres trabalhadoras sofrem estas repercussões que atravessam e conformam o cotidiano do exercício profissional, no liame da precarização das condições e relações de trabalho.

Suscitou problematizar que a feminização do trabalho é intencionada pelos valores da ordem capitalista e patriarcal, é constitutiva e interage com as determinações estruturais e estratégias de exploração do trabalho no ciclo produtivo, pela própria condição de classe e

[156] O trabalho emerge como substancia social de todas as mercadorias, pois para produzir uma mercadoria tem que inverter nela ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho e não simplesmente trabalho, mas trabalho social (MARX, 1996).

consoante a condição de assalariamento e que também leva o construto das desigualdades, herdadas da desvalorização e subalternidade atribuída socialmente à mulher e às profissões consideradas femininas. Se revela um movimento dialético entre a expectativa de inserção no mercado de trabalho e o influxo da precariedade, que incide para além das dimensões objetivas, também no *modo de ser.*

Por fim, na dialética crítica, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, enquanto processo, nunca alcança uma etapa acabada. Nesse sentido, a exposição cumpre o objetivo de uma síntese, através da visão de totalidade, que possibilita dispor de elementos para melhor compreender a realidade, com atenção para as contradições da organização do mundo do trabalho contemporâneo e as repercussões ao Serviço Social e com ressignificações na nova temporalidade e ofensiva do Capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**. Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. 1ª Edição. Bauru. Canal 6, 2014.

_____. **Trabalho e Subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. SP: Boimtempo, 2011. Dimensões da Precarização do Trabalho. Ensaios de sociologia do trabalho. Bauru, canal 6, 2013.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaios de sociologia do Trabalho**. 2ª edição. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. SP: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. SP: Boitempo, 2006.

_____. **Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 50. SP: Cortez, 1996.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para o estudo do perfil profissional.** Brasília: CFESS, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 17ª Ed. SP: Edições Loyola, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. Tradução Marcos Santarrita; SP: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 15ª Ed. SP: Cortez, 2003.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche. Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** 17ª Edição. Editora Brasiliense. SP: 1987.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia política.** Volume I. Tomo I. RJ: Tradução: Reginaldo Sant´Anna. Civilização Brasileira, 2011.

NETTO, José P. **Transformações societárias e Serviço Socia**l. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N.º 50. p.87-132. SP: Cortez, 1996.

NOGUEIRA, Claúdia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes. (Orgs). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE CIDADE, PERIFERIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

Beatriz Oliveira de Sousa[157]

Resumo

Este artigo tem como objetivo suscitar questões para o debate sobre o histórico da expansão urbana e da formação da periferia de São Paulo sob a ótica das relações sociais de gênero. Ainda que a cidade seja conformada por parâmetros de segregação que atinge mulheres e homens, existem especificidades estruturais que determinam o tipo de apropriação que as mulheres podem ter do espaço público. E isso está diretamente relacionado com a divisão sexual do trabalho, e também com a divisão das classes sociais.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho, periferia, gênero, segregação, cidade

Abstract

This paper intends to raise questions on the debate about the urban expansion historic and the formation of São Paulo's city periphery, from the perspective of gender relations. Even though the city is conformed by segregational paremeters that reach both men and women, there are sctructural specificities that define the kind of use of the public space women live. This is strictily related to sexual division of labour and to the division of social classes.

Keywords: sexual division of labour, periphery,gender, segregation, city

[157] Bacharela em Serviço Social. Mestranda do programa de pós graduação em Serviço Social da PUC-SP sob orientação da professora Dra. Maria Beatriz Costa Abramides. Integrante do Núcleo de Estudos e Aprofundamentos Marxista (PUC-SP).
Eixo temático- Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais: A divisão sexual do trabalho e os impactos para a classe trabalhadora.
E-mail: annabea.oliveira@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Partimos da premissa que a estrutura territorial está sempre articulada a outras não territoriais, como a econômica, a política, a social e a ideológica (Villaça, 2011). Grande parcela das mulheres trabalhadoras e, marcadamente, as mulheres negras habitantes de regiões periféricas, enfrentam a imposição da apropriação do espaço urbano somente como prerrogativa de garantia da manutenção familiar[158]. Ou seja: O espaço público quase como extensão do espaço privado, sem que as mulheres possam usufruir plenamente do espaço socialmente produzido.

Há uma tendência em reduzir o significado do acesso à vida pública das mulheres ao acesso ao trabalho, sem levar em consideração todos os outros aspectos que compõem o emaranhado da relação contraditória mulher - espaço público. Não basta dizer que as mulheres de maneira massiva têm acessado o espaço público, é preciso caracterizar, a partir de uma perspectiva de classe, de qual forma esse acesso tem se desdobrado.
E aqui, achamos importante marcar o contexto urbano da cidade de São Paulo, e a localidade especifica do Capão Redondo, como um importante cenário para essa análise.

Nesse sentido, duas questões nos intrigam:

- As mulheres da periferia têm realizado somente uma *travessia* diária entre o privado e o público para acessar os postos de trabalho? E/ou para consumir mercadorias que assegurem a *sua* subsistência e a da *sua* família?
- Quais seriam os elementos para pensar a cidade em uma perspectiva das relações de classe e gênero?

Para pensar essas questões, entendemos a limitação do acesso ao espaço público pelas mulheres como a exclusão das mulheres da complexidade urbana (Villagrán, 2016), a qual:

> É uma exclusão da diversidade de alteridades, multiplicidade de encontros e experiências próprias da vida urbana. E isso cria barreiras simbólicas que acabam funcionando como mecanismos sutis, porém bastante eficazes para demarcar os usos da cidade. (Ibidem, p.16, tradução nossa)

[158] Aqui cabe uma reflexão sobre uma tendência recente no Brasil: a feminização das chefias de família e a paralela feminização da pobreza. A vida urbana se modifica com a entrada das mulheres no mundo produtivo. Não apenas a vida urbana, mas a vida familiar principalmente. O modelo de família conjugal tradicional passa a dar lugar a outras organizações familiares, com destaque, as famílias chefiadas por mulheres. Dados do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero apontam que em 2008, havia 15,8 milhões de pessoas em condições de extrema pobreza no país, das quais 5,2 milhões eram pessoas vivendo em famílias chefiadas por mulheres.

É importante considerar também que a falta de acesso a serviços públicos como a saúde, educação, e lazer, além de infraestrutura básica como água, esgoto, coleta de lixo e iluminação, são reforços que oneram em certa medida a vida e a percepção das mulheres empobrecidas naquilo que concerne o direito ao espaço público.

2 HISTÓRICO DA EXPANSÃO URBANA E DA FORMAÇÃO DA PERIFERIA DE SÃO PAULO

A cidade moderna não é meramente a forma de organização da sociedade humana. É um produto histórico de certo desenvolvimento econômico, que compreende uma multiplicidade de fatores: a cidade é espaço e tempo, produção e reprodução. A cidade é a compreensão espacial da divisão de classe, raça, gênero e etnia.

A cidade constitui patrimônio histórico, construída socialmente, sendo palco de história, de luta, de transformação, de reprodução da força de trabalho, além de ser um grande negócio para os capitais financeiros e os capitalistas que arrecadam lucros e renda com sua produção e exploração da mais valia.

Sob o capitalismo a cidade também é uma mercadoria, e o poder de compra dos sujeitos vai determinar a maneira como esses irão ocupá-la. A dinâmica capitalista do espaço urbano é parte que sustenta esse sistema de exploração/opressão. Para Harvey,

> desde 1970 há menos investimentos em novos meios de produção e mais investimentos em imóveis e terras. A valorização desses ativos, em especial o encarecimento dos imóveis urbanos, assegura ganhos de capital. (HARVEY, 2009)

Isso quer dizer que a política neoliberal além de redimensionar o papel do Estado, também redimensiona os nichos de acumulação e financeirização do capital. Um exemplo muito evidente disso foi a crise de 2008, conhecida como o “boom imobiliário”.

A apropriação da cidade é extremamente desigual e segregada, revelando que a produção do espaço não é neutra em relação à luta de classes. E é justamente na desigualdade da localização e da qualidade habitacional que as diferenças sociais fiquem mais evidentes, “fazendo-se o urbano como expressão de conflitos sociais” (Veras, 1992).

Para Kowarick (1993), os contrastes de classe expressados na segregação urbana verificados em São Paulo são consequências do seu processo de urbanização, que acompanhou o crescimento industrial pós 30 (e, mais ainda, pós 50)[159].

Durante a República Velha, algumas questões que acentuaram a problemática urbana no Brasil estiveram relacionadas à habitação. O crescimento da migração externa e a emergência do trabalho livre no país geraram um contingente de trabalhadores assalariados que necessitavam de moradia, em decorrência disso surgiram as vilas operária. Mas somente uma parte da mão de obra especializada vivia nas vilas operárias: trabalhadores indispensáveis para o funcionamento da indústria. As vilas eram meios que os patrões haviam encontrado de manter os empregados próximos às fábricas com condições de vida menos insalubres para que assim eles pudessem resguardar sua força de trabalho para uma produção mais eficaz. Era também um mecanismo de controle ideológico, pois assim os operários não faziam greves e não reivindicavam melhores condições de trabalho, pois a perda do emprego implicava o despejo da casa.

A classe trabalhadora menos privilegiada ocupava os cortiços, e as condições de vida nesses conglomerados eram muito precárias:

A parcela da classe trabalhadora que não conseguia ter acesso às vilas operárias e não tinha condições de manterem-se nos cortiços buscava outra alternativa: a moradia autoconstruída em loteamentos que ficavam nas bordas da cidade, carentes de toda infra estrutura, as favelas. As favelas que logo tomaram conta da área periférica das cidades passaram a serem vistas pelo poder Estado como uma alternativa de habitação popular (Bonduki, 1994).

Ao considerarmos o crescimento da cidade de São Paulo do começo do século até a década de 1990, podemos notar que o Estado, na grande maioria das situações, encara o crescimento periférico como um fenômeno residual do processo industrialização e urbanização, sem considerar a complexidade do processo de produção do espaço, e a periferia como parte inseparável de tal processo, isentando-se assim de apresentar propostas de intervenção para incorporar a “cidade real” na “cidade legal” (MAUTNER, 1999, p.253).

---

[159] A industrialização foi um importante marco na conformação das relações de desigualdade no contexto urbano, porém não podemos desconsiderar que desde a colonização existia lugares demarcados na cidade a certos segmentos sociais. Para uma historiografia mais completa da cidade de São Paulo, ver: A Cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo (ROLNIK, 1997).

É importante não perder de vista que a urbanização é um projeto de classe. A produção e reprodução do espaço social é uma necessidade do modo de produção capitalista, condição para sua existência, que ao longo da história foi se modificando e, consequentemente, transformando os espaços.

> A sociedade capitalista precisa criar uma paisagem física - uma massa de recursos físicos construídos pelo homem à sua própria imagem, apropriada, em linhas gerais, às finalidades da produção e do consumo. (HARVEY, 1982, p.7).

Maricato (2000) considera que o urbanismo brasileiro não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com a ordem que diz respeito a uma parte da cidade. É como se existissem muitas cidades dentro de uma só. Temos a cidade formal, com abundante investimento público em suas áreas: "Os serviços de manutenção das áreas públicas, da pavimentação, da iluminação e do paisagismo, aí são eficazes" (Maricato, 2000). E também temos a cidade ilegal, com os "bairros irregulares" e acessos precários, localizados nas periferias da cidade.

2.1 Localizando o capão redondo

Para compreender o que é a periferia na trama das relações sociais desta cidade multifacetada que é São Paulo é necessária uma análise teórico-crítica que nos permita transcender o senso comum. A periferia não é um bloco monolítico, tampouco somente uma localização geográfica, mas sim uma condição de exclusão, de espoliação, que está em constante movimento e rearranjo de acordo com as dinâmicas e forças presentes na produção do espaço urbano, distribuições e arranjos territoriais de infraestrutura e equipamentos, acessibilidade e oportunidades. As periferias de São Paulo são parte de uma grande engrenagem e expressam as dicotomias e contradições presentes nas bases estruturadoras de uma metrópole na periferia do sistema capitalista. Mautner (1999) faz uma excelente colocação acerca do significado político, econômico e social da periferia:

> A periferia [...] reflete a visão dual que o senso comum atribui ao espaço urbano. Geograficamente significa as franjas da cidade. Para a sociologia urbana, o local onde moram os pobres, em contraposição à parte central da cidade, estruturada e acabada. Existem exceções, é claro, empreendimentos imobiliários de luxo que também podem ser encontrados nos limites da cidade, assim como cortiços nas áreas centrais - porém jamais seriam identificados como "periferia".
> Para evitar uma aproximação fragmentada e antes de definir *ex ante* um conceito, consideramos a periferia como base de um processo de produção de espaço urbano. A periferia é de fato um local que vivem os pobres, é socialmente segregada, e o preço da terra é baixo, porém, ao mesmo tempo, é um local mutante,

> sempre produzindo em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital (MAUTNER, 1999, p.254)

O processo de produção do espaço é cheio de contradições e tensões, uma localidade especifica tem muito o que expressar sobre o todo citadino. O bairro é a forma de organização concreta do espaço e do tempo na cidade (Lefebvre, 1978, p.200). O Capão Redondo é um distrito localizado na periferia da Zona Sul de São Paulo[160], e atualmente é considerado uma das localidades geográficas da cidade de São Paulo com um dos piores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [161]. Na década de 1990, a ONU classificou o Capão Redondo juntamente com o Jardim Ângela como um dos lugares mais violentos do mundo[162]. A imagem pública da periferia quase sempre esteve relacionada a uma bárbara criminalização da pobreza, e não necessariamente a uma responsabilização do Estado como operador de uma política urbana de privilégio à burguesia, como já pudemos observar mais acima a partir das citações de Kowarick (1979), Bonduki (2005), Mautner (1999) e Maricato (2000).

Muitas das iniciativas das/os moradores da periferia foram responsáveis por mudar o paradigma negativo que lhes era atribuído, sobretudo na mídia. Contudo, gostaríamos de destacar a música como importante elemento na batalha ideológica travada contra o estereótipo midiático, e também como manifesto político de denúncia das mazelas das quais a população empobrecida da cidade estavam expostas. Um exemplo disso foi o grupo de rap *Racionais MC's*, que teve seu surgimento na década de 1990, com suas músicas voltadas para o universo da violência e lutas diárias de sobrevivência dos trabalhadores ou dos *manos* nas periferias paulistanas, mais precisamente na zona sul de São Paulo, berço dos integrantes desse grupo. Na música "Fim de Semana no Parque", de 1993, os Racionais MC's descrevem os dramas sociais do Parque Santo Antônio, bairro vizinho ao Capão Redondo:

> [...]
> Milhares de casas amontoadas, ruas de terra
> Esse é o morro, a minha área me espera
> Gritaria na feira (vamos chegando!)

[160] O distrito do Capão Redondo abrange 40 bairros.
[161] É uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores.
[162] O Capão Redondo foi o bairro mais violento da cidade em 1996. O Distrito Policial responsável pela área, o 47º DP, ocupa o topo da lista das dez delegacias com maior número de homicídios em São Paulo. Foram 233 casos (http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/1/30/cotidiano/14.html)

> Pode crer eu gosto disso, mais calor humano
> Na periferia, a alegria é igual
> É quase meio dia a euforia é geral
> É lá que moram meus irmãos, meus amigos
> E a maioria por aqui se parece comigo
> E eu também sou bam bam bam e o que manda
> O pessoal desde às 10 da manhã está no samba
> Preste atenção no repique, atenção no acorde
> (Como é que é Mano Brown?)
> Pode crer, pela ordem!
> A número um em baixa-renda da cidade
> Comunidade Zona Sul é dignidade
> Tem um corpo no escadão
> A tiazinha desce o morro
> Polícia a morte, polícia socorro
> Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo pra molecada frequentar
> Nenhum incentivo
> O investimento no lazer é muito escasso
> O centro comunitário é um fracasso
> [...]

A agudização das áreas periféricas das cidades está intrinsicamente relacionada com a expansão do capital econômico e também com a expansão da pobreza urbana. De acordo com Bogus e Pasternack (2003), o processo de expansão das regiões periféricas foi uma característica marcante das cidades brasileiras até o fim da década de 1980.

Refletir sobre o processo de construção das cidades é necessariamente refletir sobre o papel do Estado na conformação daquilo que Maricato e Rolnik intitularam de "Cidade Ilegal" e "Cidade Legal", nesse sentido, é extremamente importante analisar os aspectos históricos da formação da cidade de São Paulo e da formação da periferia como o *locus* da classe trabalhadora despossuída e explorada, dando ênfase as relações sociais de gênero e raça.

Outro ponto que vale destaque é a premissa desenvolvida por Caldeira (2014) ao se debruçar sobre a ocupação do espaço público nas grandes cidades, por moradores da periferia. Em seu artigo "Gênero continua a ser o campo das Batalhas: juventude, produção cultural e a reinvindicação do espaço público em São Paulo", de 2014, retrata a emergência de uma juventude que se organiza através de intervenções artísticas e que transforma o espaço público, refletindo a discriminação que vivencia em sua arte. É diante dessa análise, que a autora problematiza a questão de gênero:

> O *rap* e a literatura marginal são também universos masculinos. Os homens não apenas compõem a grande maioria dos *rappers* e escritores, como também falam a partir da perspectiva de rapazes crescendo nas periferias dos anos 1990 em um contexto marcado por morte e violência. [...] A representação das mulheres é marcada por uma profunda divisão. Eles articulam duas categoriais principais de mulheres: de um lado as

> mães, principalmente as suas; e do outro as mulheres jovens em que não se deve confiar. (CALDEIRA, 2014, p. 88-89)

Dessa forma, o imaginário dessa periferia é construído por visões e vozes masculinas, que não representam o papel da mulher periférica[163]. Essa pesquisa surge então do desejo de contribuir com a discussão sobre periferia e questão urbana, a partir de como as mulheres periféricas vivem a cidade em seu cotidiano.

2.2 Mulheres e espaço público e espaço privado: em debate a divisão sexual do trabalho

Ainda que consideremos a condição de classe[164] como um vetor determinante para compreender as tramas das relações que envolvem a cidade[165], esse não é o único recorte imprescindível para essa análise.

Ainda no interior das vivências urbanas da classe trabalhadora, a experiência das mulheres trabalhadoras não é a mesma que a dos homens trabalhadores. E essa afirmação pode ser melhor interpretada de maneira estrutural quando trazemos à luz a divisão sexual do trabalho[166] e as implicações engendradas nas relações sociais humanas advindas desse fenômeno histórico.

Historicamente o papel das mulheres esteve relacionado ao espaço privado, segundo Nogueira (2011), a divisão sexual do trabalho antecede a Era Cristã.[167] O trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, com os idosos, etc., tudo isso são tarefas que determinam os papéis de gênero no sistema patriarcal e atribui somente às mulheres[168] as

---

[163] Por exemplo, as letras das músicas da "Ponte pra Cá" e "Fim de semana no Parque" que retratam o cotidiano do Capão Redondo são perspectivas de homens sobre o que é viver na periferia.

[164] Publicado pela Editora Brasiliense, em 1991, o livro da brasileira Elizabeth Lobo "A classe operária tem dois sexos" é uma obra emblemática para analisar as relações sociais e a suas determinações. Lobo propõe a "desomogeneização" da classe trabalhadora. "A homogeneização da classe, consequência de sua construção como elemento estrutural, se traduz numa metodologia de aproximação em que não cabe a abordagem concreta das situações de trabalho e, face ao trabalho e à sociedade, da vida cotidiana e das relações que estabelecem homens e mulheres ao vivenciarem as relações de produção, e experimentarem situações determinadas, dentro do conjunto das relações sociais" (LOBO, 1991, p.117).

[165] Considera-se que a diferença na percepção do ser homem e do ser mulher não se resume ao contexto da cidade, mas remete-se principalmente pela dominação e hegemonia da posição masculina no âmbito total da vida social.

[166] Cisne (2015) chama a atenção de que é preciso problematizar a divisão sexual do trabalho, compreendida como atribuição de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo, como fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter econômico/ de classe sobre a exploração e opressão da mulher. Esse conceito foi desenvolvido pelas feministas marxistas (CISNE, 2015, p.122).

[167] Nogueira (2011) destaca que desde a antiguidade as mulheres eram designadas ao âmbito privado, doméstico. "Nessa época, embora a polis fosse o berço da democracia, as mulheres e os escravos não eram considerados cidadãos; somente o homem livre tinha esse status".

[168] Na antiguidade tanto a mulher escrava quanto a mulher livre centravam sua força de trabalho à esfera doméstica, pois eram responsáveis pela manutenção da subsistência dos demais (homens, crianças).

tarefas e responsabilidades que deveriam ser de cunho coletivo. Aos homens, historicamente foi concedido o espaço público: a rua, a política.

Tratar a desigualdade de gênero que se expressa no espaço urbano é necessariamente tratar das questões estruturais que sustentam a relação de opressão dos homens sobre as mulheres.

> Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades, é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. Esta é uma distinção importante, na medida em que se atuamos apenas no plano das desigualdades de acesso estaremos trabalhando os impactos da estrutura na vida das mulheres – o que é importante, mas não o suficiente – enquanto que ao assumirmos as desigualdades de gênero como estruturadoras e dinamizadoras das cidades estaremos enfrentando a questão do poder e consequentemente dos privilégios que os homens têm com a conservação desta estrutura. (GOUVEIA, 2005)

A divisão sexual do trabalho é a maneira como o trabalho[169] é dividido socialmente nas relações entre os sexos, sendo essa forma histórica e conjunturalmente modificada em cada sociedade.

Embora vivenciada sob distintas perspectivas históricas, o que tem permanecido e perpassado os distintos modos de produção é a designação prioritária dos homens à esfera produtiva, e consequentemente, ao espaço público e de poder, e as mulheres a esfera reprodutiva. Ou seja, que os homens sejam prioritariamente designados para a produção e as mulheres para a reprodução (para o trabalho assalariado e para o trabalho doméstico).

Essa forma de divisão do trabalho tem dois princípios, segundo Kergoat (1987). O primeiro seria o princípio da “separação” - existem trabalhos de homens e de mulheres - e o segundo princípio seria o da “hierarquização” - o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres.

Em a “Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, Engels (2010) explicita o poder da monogamia como uma das primeiras formas de escravização de um sexo pelo outro, e a intrínseca relação entre a divisão sexual do trabalho e o caráter antagônico do desenvolvimento das classes sociais.

[169] Emprego o conceito aqui a partir da vertente marxista, explicitada e teorizada – prioritariamente – por Daniele Kergoat, Claudia Mazzei, Helena Hirata, Mirla Cisne, Ricardo Antunes, Ruy Braga.

3 CONCLUSÃO

Com as novas conformações do mundo do trabalho as mulheres passam a ter maior inserção na esfera pública, no sentido produtivo do mercado de trabalho. Porém, mesmo inseridas na produção, a reprodução social não deixa de ser atribuição das mulheres. O que ocorre é uma conjunção entre trabalho produtivo + trabalho doméstico, e assim o gênero feminino continua a ser subalternizado nas relações sociais e a enfrentar os mais agudos desafios da vida cotidiana. Mészáros (2002) considera que

> Sem mudanças fundamentais no modo de reprodução social, não se poderão dar sequer os primeiros passos em direção à verdadeira emancipação das mulheres, muito além da retórica da ideologia dominante e de gestos de legislação que permanecem sem a sustentação de processos e remédios materiais adequados. Sem o estabelecimento e a consolidação de um modo de reprodução sociometabólica baseado na verdadeira igualdade, até os esforços legais mais sinceros voltados para a 'emancipação das mulheres' ficam desprovidos das mais elementares garantias materiais; portanto, na melhor das hipóteses, não passam de simples declaração de fé. (MÉSZÁROS, 2002, p. 303)

A cidade enquanto cenário moderno das conformações históricas, expressa a inacessibilidade a garantias básicas de sobrevivência humana de um contingente massivo de sujeitos. Muito embora o espaço urbano seja constituído por uma multiplicidade de elementos, é imprescindível que o debate sobre uso e ocupação da cidade seja feito a partir de uma perspectiva da consubstancialidade das relações sociais de classe, gênero e raça.

Referências

BOGUS, Lucia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana. “A Cidade dos Extremos”. *Cidades-Comunidades e Territórios,* Lisboa, n. 6, jun/2003, pp. 51-71.

BONDUKI, Nabil. “Origens da habitação popular no Brasil revista”. *Análise Social*, Vol. XXIX (3.º), 1994 (n.º 127), pp. 711-732.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Gênero continua a ser o campo das Batalhas: juventude, produção cultural e a Reinvenção do Espaço Público em São Paulo”. *Revista Usp*, n. 102, p. 83-100, 2014.

CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo. Outras Expressões, 2015

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* São Paulo. Expressão Popular, 2010.

GOUVEIA, Taciana. Mulheres: sujeitos ocultos das / nas cidades?, Recife, 2004. Disponível em: http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1057

HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v.12, n.2, 2009.

_____. "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas". *Revista Espaço e Debates*, n. 6, 1982.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In: *O sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. 2ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. De lo rural a lo urbano. Barcelona Península, 1978.

LEITE, Antonio Eleilson . O Programa VAI e a cena cultural da periferia paulistana. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 2012.

LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia (Orgs.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Brasil, cidades*: alternativas para a crise urbana. Petropolis: Vozes, 2001.

MAUTNER, Yvonne M.M. A periferia como fronteira de expansão do capital. In. Deák, CSABA; SCHIFFER. Sueli (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil.* São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOGUEIRA, C. M. *O trabalho duplicado*: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras de telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Rolnik, Raquel. *A cidade e lei*: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SOTO VILLAGRAN, Paula. La ciudad pensada, la ciudad vivida, la ciudad imaginada: Reflexiones teóricas y empíricas. *La ventana*, Guadalajara , v. 4, n. 34, p. 7-38, dez. 2011 .

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social. In: BÓGUS, Lúcia Maria e WANDERLEY, Luiz Eduardo (Orgs.). *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992, p.81-126.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999, p.169-243.

O ABORTO E A INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL

Kamila Delfino S. Corgozinho[170]

Amanda Caicó Collares de Lima[171]

RESUMO

Esse estudo buscou, por meio de uma revisão bibliográfica preliminar, apresentar um ensaio sobre o aborto, na perspectiva da garantia de direitos, analisando o debate no campo do Serviço Social na interface das contradições sociais. Torna-se necessário o investimento na produção de estudos acerca do tema, que potencializem reflexões teóricas sobre o mesmo. Esta preocupação é vocalizada também na representação da categoria no campo do Serviço Social, embora tenha ocorrido nos anos 1990 o fortalecimento de um projeto profissional com direção social e política, significando o amadurecimento interno da profissão, o debate sobre aborto ainda se apresenta inexpressivo.

Palavras-chave: Aborto; Garantia de Direitos; Serviço Social

ABSTRACT

Through a preliminary bibliographical review, this study sought to present an essay on abortion, with a view to guaranteeing rights, analyzing the debate in the field of Social Service in the interface of social contradictions. It is necessary the investment in the production of studies on the subject, that potentiate theoretical reflections on the same. This concern is also voiced in the representation of the category in the field of Social Service, although in the 1990s the strengthening of a professional project with social and political direction, signifying the internal maturation of the profession, the debate on abortion is still inexpressive.

Keyword: Abortion; Guarantee of Rights; Social Service.

[170] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro/RJ. Eixo temático: “Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais”.

[171] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro/RJ. Eixo temático: “Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais”.

1. INTRODUÇÃO

Embora existam movimentos (sociais e políticos) no Brasil discutindo a descriminalização do aborto, a temática ainda se apresenta como um tabu na sociedade e com uma inexpressiva prioridade na arena política. Ao trazer à tona o debate, são suscitadas questões sobre moral, ética, religião, preconceito, direitos reprodutivos das mulheres, gravidez não desejada, dentre outros aspectos. E, nesta arena de conflitos, inserem-se os assistentes sociais, nos seus mais diversos espaços sócio-ocupacionais de trabalho.

Na atualidade, como aponta Iamamoto (2006), o profissional de Serviço Social atua não só na execução de políticas públicas, mas também na gestão e na formulação das mesmas. O que requer conhecimento da realidade e a necessidade de estar em consonância com os debates que envolvem a luta por direitos. Nesta direção, cabe destacar a aproximação da profissão com as demandas dos movimentos sociais a partir da década de 80 em diante, aí incluídas as do movimento feminista.

Embora o assistente social tenha que lidar com a questão do aborto em sua prática profissional, observa-se uma escassez de estudos e debates que envolvam a temática. Diante disso, torna-se necessário o investimento na produção de estudos acerca do tema, que potencializem reflexões teóricas sobre o mesmo. Esta preocupação é vocalizada também na representação da categoria.

> "Discutir a temática do aborto é antes de tudo, discutir direitos humanos de gênero, da mulher, é discutir a liberdade sendo o valor ético central do Código de Ética profissional. É falar ainda de uma perspectiva de classe, onde realizar um aborto seguro deve ser um direito de todas as mulheres, se assim escolherem, deve ser um dever do Estado em garantir as mulheres um serviço público com procedimentos seguros. Assim, discutir o aborto é também uma discussão de políticas públicas". (CRESS, 2011, p.2)

Emmerick (2007) enfatiza que no Brasil predomina a manutenção de uma cultura conservadora, machista e autoritária, influenciada por dogmas morais e religiosos que não aceitam os direitos sexuais e reprodutivos como forma de exercício de uma cidadania plena. O autor aponta ainda que há investimento e debate acerca da proibição, mas no que se refere à penalização, ou seja, à prisão ou punição propriamente dita, a questão é bem diferente.

Porém, milhares de mulheres que não possuem condições econômicas para tal submetem-se a abortos inseguros, com métodos caseiros ou em locais clandestinos, sem que haja mínimas condições de higiene. São precisamente essas mulheres empobrecidas – majoritariamente negras – que correm maiores riscos de saúde e adentram nas emergências hospitalares com abortos em curso ou malsucedidos. Centenas delas morrem em decorrência do aborto e, como afirmam Lollato e Lisboa (2013), outras centenas ficam com sequelas.

Para as autoras, entre os tantos argumentos por parte de quem defende a legalização do aborto, está presente a "defesa da vida". Essa defesa parte, de um lado, dos setores antiaborto, que fazem a "defesa da vida do feto", e, por outro lado, é utilizada pelos

setores defensores da legalização, que argumentam pela "defesa da vida das mulheres". (LOLATTO, LISBOA, 2013).

No caso do Serviço Social, o Conjunto CFESS/CRESS, desde 2009, vem deliberando apoio à descriminalização do aborto, neste sentido, o tema em questão se configura como bandeira de luta das entidades representativas. Apesar disto, ainda podemos encontrar no meio da categoria profissional resistência e barreira. Assim, o presente estudo, por meio de uma revisão bibliográfica preliminar, apresenta um ensaio sobre o aborto, na perspectiva da garantia de direitos, analisando o debate no campo do Serviço Social na interface das contradições sociais[172].

2. DESENVOLVIMENTO

Elementos conceituais

De acordo com a OMS (2005), o aborto é conceituado como sendo o produto da concepção eliminado no abortamento, já o abortamento é a interrupção da gestação com a morte do feto até 20ª - 22ª semana e com produto da concepção com peso inferior a 500g. De acordo com estudos que abordam esta temática, o aborto pode ser classificado como espontâneo ou provocado.

No que concerne a Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (Ministério da Saúde, 2012), o aborto é considerado inseguro quando realizado em circunstâncias precárias e inadequadas, por pessoa não habilitadas ou em ambas as situações, estando relacionada a altas taxas de mortalidade materna e outras questões que afetam de maneira negativa a vida sexual e reprodutiva da mulher. O aborto seguro, realizado nos casos permitidos por lei é realizado em ambiente apropriado, com técnica adequada e com profissionais de saúde capacitados.

Já a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento (Ministério da Saúde, 2005) traz uma classificação mais ampliada dos tipos de abortamento, que podem ser: ameaça de abortamento, abortamento completo, abortamento inevitável/incompleto, abortamento retido, abortamento infectado, abortamento habitual e abortamento eletivo previsto em lei.

Matos (2010) faz um resgate histórico sobre o debate do tema ao logo dos anos, se embasando em autores como Galeotti, que estuda como o fenômeno foi tratado filosoficamente e pelos intelectuais das religiões. Também tematizam essa questão Faundes e Barzelatto (2004), Prado (2007), Movimento Católicas pelo Direito de Decidir, dentre outros.

O estudo do autor aponta que o aborto é uma prática histórica que atravessa a evolução das sociedades. A polêmica do aborto já era tema na Grécia antiga. Nessa época, as mulheres tomavam chás, hoje em dia considerados abortivos, para "regular" a

[172] Este ensaio inicia-se a partir do interesse pela temática, o que será aprofundado por meio de uma pesquisa empírica de mestrado (dissertação) e doutorado (tese).

menstruação, mas esta prática só era caracterizada como aborto quando o feto se formava no corpo, a ponto da barriga já ser perceptível.

Na visão de Emmerick (2007) a criminalização do aborto está relacionada às formas de controle que a sociedade exerce sobre os indivíduos em sua vida privada, controle do corpo, da sexualidade, da vida reprodutiva das mulheres e também a valores morais e religiosos.

O autor aponta ainda que há investimento e debate acerca da proibição, mas no que se refere a penalização, ou seja, a prisão ou punição propriamente dita, a questão é bem diferente. Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro no período de 2000 a 2004, mostrou que foram encontrados 260 registros de ocorrência pelo crime de aborto, já o número de prisões é quase inexistente.

Esses dados indicam que a legislação punitiva que está em vigor não faz com que a prática deixe de existir, aumentando assim os casos clandestinos e inseguros, demandando do sistema público de saúde internações obstétricas.

A criminalização do aborto fere também os direitos sexuais e reprodutivos, que tiveram com marco as conferências de Cairo (1994) e Beijing (1994). A questão do aborto é polêmica e gera muita discussão.

No que diz respeito as alternativas frente a gravidez resultante de violência sexual, a Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (Ministério da Saúde, 2012) prevê que as mulheres e adolescentes bem como seus representantes legais devem ser esclarecidos sobre as possibilidades legais quanto ao destino da gestação e opções de atenção nos serviços de saúde. É direito delas serem informadas da possibilidade de interrupção da gravidez, conforme Decreto-Lei n.º 2848, de 7 de dezembro de1940, art. 128, inciso II, do Código Penal.

Serviço Social e Aborto

Na busca de realizar uma revisão bibliográfica preliminar sobre o tema do aborto para possibilitar a análise sobre o debate no campo do Serviço Social, foram realizadas buscas nas seguintes fontes (Revista Temporalis[173], Revista Inscrita[174], Serviço Social em Revista[175], O Social em Questão[176] e Revista da Praia Vermelha[177]) no período de janeiro de

[173] A Revista Temporalis foi criada em 2000 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A publicação é semestral e traz conteúdos relevantes e atuais para o Serviço Social.
[174] A Revista Inscrita é uma publicação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), criada em 2000, com o propósito de contribuir para o debate de temas relacionados ao Serviço Social, promovendo atualização do conhecimento e das discussões pertinentes a categoria.
[175] Serviço Social em Revista é uma publicação semestral do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. A revista publica artigos científicos, trabalhos temáticos e resenhas de livros voltados ao Serviço Social.
[176] A Revista O Social m Questão é uma publicação do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). De periodicidade semestral, a revista publica debates, análises e resultados de pesquisas sobre temas importantes para as áreas de Serviço Social e das Ciências Sociais.
[177] Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ.

2010 a janeiro de 2015. Encontrou-se apenas dois artigos referentes à temática do aborto, um na Revista Inscrita nº14 de dezembro de 2013 com o tema Descriminalização e a legalização do aborto no Brasil e um na Revista Praia Vermelha volume 20 nº1 relacionado a temática da atenção a interrupção da gestação prevista em lei.

No que se refere à produção de teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso na área de Serviço Social, foram realizadas buscas no Portal de Periódicos da Capes em seu banco de teses e na base Minerva da UFRJ no período referente aos últimos dez anos. A pesquisa apontou oito resultados, três trabalhos de conclusão de curso (Atendimento ao aborto legal no SUS/RJ/UFRJ; Avanços e desafios na viabilização do direito ao acesso ao aborto legal no Hospital Maternidade Fernando Magalhães na perspectiva dos profissionais de saúde/UFRJ; e Aborto e homossexualidade na percepção dos estudantes de Serviço Social da UFRJ/UFRJ), três dissertações (A intervenção do assistente social frente a solicitação do aborto/UFSC; Aborto pós-estupro: Um trama (des)conhecida entre o direito e a política de assistência à saúde da mulher/UNB; e Concepções e atuações diante da interrupção da gestação prevista em lei na perspectiva dos assistentes sociais de unidades de saúde do município do Rio de Janeiro PUC/RJ), e duas teses(Aborto legal e políticas públicas para mulheres: interseções, construção, limites/UFPE; e Religião, política e direitos reprodutivos: a atuação de grupos religiosos nos projetos de lei sobre o aborto e o direito à vida no parlamento brasileiro/UFRJ).

No que diz respeito aos principais eventos da categoria para a divulgação de pesquisas e estudos científicos pertinentes ao Serviço Social, a mesma escassez de produção pode ser observada. Um levantamento feito nos anais dos últimos cinco anos do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) aponta que somente no encontro de 2010 a temática tornou-se visível. No XIII CBAS, realizado em 2010 em Brasília, três trabalhos que envolviam a temática do aborto e do aborto legal foram apresentados. No XIV CBAS, realizado em 2013, em Águas de Lindóia-MG foram apresentados dois trabalhos.

No que concerne ao Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) a busca nos anais dos últimos cinco eventos, apontou para apenas um trabalho apresentado no XIII ENPESS realizado em 2012 em Juiz de Fora–MG.

Essa pouca visibilidade do tema do aborto legal e não legal pode ser explicada por um lado, devido à linha teórica que norteia o Serviço Social não privilegiar questões de gênero e sexualidade dos indivíduos, e, por outro, pela polêmica que o tema envolve em torno de questões de cunho moral, que é sempre permeada por valores pessoais e religiosos, como apontado por Farias *apud* Adriano (2014).

Em relação a demanda por aborto, presente no cotidiano profissional, juízos de valores, morais e religiosos, podem permear as ações e o fazer profissional, como apontam os estudos de Lolatto e Lisboa (2013), marcas do conservadorismo ainda presentes no trato de determinadas questões. Neste sentido, há um descompasso das ações com os preceitos do Código de Ética do assistente social de 1993, que, prevê que devam ser eliminadas todas as formas de preconceito no atendimento na busca pela emancipação, autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais.

É somente a partir do ano de 2009 que os principais órgãos da categoria (CFESS, CRESS e ABEPSS) passam a se posicionar de maneira mais efetiva e clara em relação à questão do aborto (legal ou não legal). Em 2009, o conjunto CFESS-CRESS se posicionou em defesa da descriminalização do aborto e, em 2010, a favor da legalização do aborto no

Brasil. Esses órgãos têm a plena consciência de que o aborto é uma prática histórica e que apesar de ser proibida faz parte da realidade de milhares de mulheres do país. O debate deve ser discutido sob a lógica do direito, longe da falsa polarização entre ser contra ou a favor.

No CFESS Manisfesta, que apresenta os principais posicionamentos políticos relacionados a demandas ligadas ao trabalho dos assistentes sociais, encontra-se duas publicações, uma de 2009 e outra de 2011 referente ao Dia Latino–americano e Caribenho de Luta pela descriminalização do aborto, que é comemorado em 28 de setembro.

O Conjunto CFESS-CRESS reconhece as diversas dimensões que envolvem a questão do aborto e compreende que é um direito da mulher optar pela interrupção ou não da gravidez, e que a mesma deve ter acesso a um serviço de qualidade, humanizado e de respeito a sua decisão. É nessa perspectiva que o CFESS-CRESS apoia as ações do movimento feminista brasileiro, integrando a Frente Nacional Contra à Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto.

No Brasil, o aborto é considerado crime previsto pelo Código Penal de 1940, sendo considerado legal em dois casos: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e quando a gravidez for resultante de estupro.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF), após votação, liberou a interrupção da gravidez de feto anencéfalo (ausência de encéfalo e de caixa craniana no feto) e de outras situações que sejam incompatíveis com a vida extrauterina. Esse avanço é uma conquista do movimento de mulheres e demais setores que estão desde 2004 colocando a questão da ampliação da legislação referente ao aborto no nosso país.

A condição de ilegalidade não impede que o aborto ocorra de maneira indiscriminada no Brasil. Diniz e Corrêa[178] (2009) afirmam que a criminalização traz inúmeras consequências negativas para a saúde da mulher, pouco coíbe a prática e perpetua a desigualdade social. As autoras também apontam que os temas do aborto legal e do aborto por anomalia fetal são questões que estão no topo da discussão da agenda de saúde pública, entretanto, há uma escassez de estudos com evidência nessa área, muito embora eles tenham dominado o debate sobre o tema nos últimos 5 anos.

Segundo Cavalcanti e Farias (2012), o fato de o aborto ser ilegal no Brasil, além de trazer inúmeras consequências para a vida das mulheres, influencia de maneira negativa no acesso aos serviços nos casos permitidos por lei.

Menezes e Aquino (2009) apontam que há uma relativa escassez de estudos sobre o aborto, já que, por envolver questões de cunho moral e religiosa e gerar forte sanção por parte da sociedade, gera dificuldades de relato por parte das mulheres envolvidas com essa prática, fazendo com que a investigação teórica sobre o aborto requeira mais cuidado metodológico por envolver questões éticas e legais.

[178] As autoras sistematizaram em seu estudo os 20 anos de publicações sobre o aborto no Brasil, correspondendo ao período de 1998 a 2008.

No campo do Serviço Social embora tenha ocorrido nos anos 90 o fortalecimento de um projeto profissional com direção social e política, significando o amadurecimento interno da profissão, o debate sobre aborto ainda se apresenta inexpressivo.

3 – CONCLUSÃO

O Serviço Social é resultante de um contexto histórico fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, e tendo como referencial o Serviço Social Europeu, conforme aponta Martinelli (2010). E dentre os elementos fundamentais que configuram a imagem da profissão, tem como perfil profissional dos assistentes sociais a predominância historicamente feminina.

A despeito de uma discreta ampliação do debate sobre o tema do aborto no âmbito da profissão, os resultados preliminares apontam para o necessário amadurecimento do debate no campo dos estudos de gênero. Os estudos de gênero se apresentam fundamentais para o debate e reflexão do Serviço Social contemporâneo. Há uma crescente demanda de situações que perpassam a questão de gênero no cotidiano profissional do assistente social. É importante lembrar ainda que o surgimento do profissional de Serviço Social está também assentado em práticas históricas de relações de desigualdades de gênero.

As determinações que atravessam a intervenção dos assistentes sociais, como a questão da ética e da moral, acabam por influenciar o atendimento às solicitações do aborto legal, previsto no Código Penal de 1940. Para não haver implicação na ampliação dos direitos reprodutivos das mulheres, é necessário, como ressalta Matos (2010), pensar, para além de uma questão de saúde, onde o direito reprodutivo se insere, no campo dos direitos humanos e na busca de uma sociedade pautada na emancipação das mulheres e equidade nas relações sociais e familiares.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, A. J. **O Serviço Social na discussão do aborto por anencefalia**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Santa Catarina, 2007. Disponível em http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285816.pdf. Acesso em 24 jun. 2015.

CAVALCANTI, L.F.; FARIAS, R.S. **Atenção diante das situações de aborto legal na perspectiva dos profissionais de saúde do Hospital Municipal Fernando Magalhães**, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700014. Acesso em 14/08/2014.

CRESS 7ª Região/RJ. **A luta pela liberdade e a legalização do aborto.** Disponível em http://www.cress-s.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=191:a-luta-

pela-liberdade-e-a-legalizacao-do-aborto&catid=42:direto-do-conselho&Itemid=86 Acesso em 22/08/2014.

DINIZ, D., CÔRREA, M. **Aborto e Saúde Pública - 20 anos de pesquisa no Brasil**. Relatório Preliminar. Área Técnica Saúde da Mulher. Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

EMEMERICK, R. **Aborto: (Des)criminalização, Direitos Humanos e Democracia**. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2007

FAÚNDES, A; BARZELATTO, J. O drama do aborto em busca de um consenso. São Paulo: Editora Komedi, 2004.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2006, 10ª ed.

LOLATTO, S; LISBOA, T,K. **Profissionais de Serviço Social frente à questão do aborto - a ética em debate.** In: Bagoas, n. 09, 2013, p.65-85. Disponível em: http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/4656 acesso em 12 de julho de 2015.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 15. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

MATOS, M.C. de. **A Criminalização do Aborto em Questão**. Editora Almedina. São Paulo, 2010.

MENEZES, G; AQUINO, E.M.L. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25 Sup 2:S193-S204, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes: Norma Técnica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre violência e saúde. Genebra,** OMS, 2005.

PRADO, D. **O que é aborto**. 2a Ed. revisada e atualizada. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

APONTAMENTOS SOBRE SORORIDADE DESDE O FEMINISMO MARXISTA

Cynthia Rezende Soares Rodrigues[179]

Resumo: Este trabalho pretende debater um dos fenômenos atuais que mobilizam o feminismo: o chamamento à sororidade. A partir da necessária e indissolúvel relação entre teoria e prática para o feminismo marxista, discorremos sobre alguns apontamentos críticos acerca da prática sororal de acordo com o ponto de vista do materialismo histórico e dialético.

Palavras chave: sororidade, feminismo, marxismo

Abstract: This paper aims to discuss one of the current phenomena that mobilize feminism: the call to sorority. From the necessary and indissoluble relationship between theory and practice for marxist feminism, we discuss some critical points about soror practice according to the point of view of historical and dialectical materialism.

Keywords: sorority, feminism, marxism

[179] Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, assistente social formada pela UFJF (2014). E-mail: rezende.cy@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios que incessantemente ganha força é a necessidade de repensar e reformular, à luz do materialismo histórico-dialético, questões que se apresentam candentes no furor dos processos sociais e que trazem constantemente renovadas formas de expressar a capacidade humana de fazer história que, embora sempre determinada historicamente, permite respiros de inovação por parte da intencionalidade dos sujeitos sociais.

No Brasil, assim como no mundo, tem reavivado expressões e mobilizações feministas trazendo à tona na sociedade a discussão em torno do machismo e das relações patriarcais de dominação. A "primavera feminista brasileira" demonstra como as mulheres têm mobilizado as forças políticas da sociedade contemporânea polarizando o debate em direção à relevância das vicissitudes da vida da mulher. Não está descolada desse processo a popularização da crítica sobre a participação feminina na esfera da política institucional e a defesa da representatividade feminina nos cargos decisórios. Deve-se ao fato também, mas não apenas, a intensa capacidade de disseminação de informações com viés feminista via tecnologia acessível e a midiatização da temática, que ganha espaço privilegiado nas peças propagandísticas e nos discursos apresentados pelas mídias. Dentre as pautas divulgadas pelas práticas feministas e promovidas por movimentos feministas muito tem se falado sobre sororidade e a necessidade de uma prática de irmãs entre as mulheres.

Nos propomos a conhecer o que o feminismo contemporâneo compreende por *sororidade* e discutir, a partir das considerações do marxismo e do feminismo marxista, alguns de seus traços elementares e de suas implicações. Obviamente, este trabalho não pretende abarcar a magnitude de todas as determinações que podem ser encontradas no âmbito deste debate. Pretende-se apenas clarear alguns pontos fundamentais que poderão colaborar para análises mais aprofundadas.

2. TEORIA MARXISTA E LUTA FEMINISTA

É de amplo conhecimento que o que se designa hoje como feminismo constitui-se como um campo heterogêneo de perspectivas políticas e análises teóricas que se diferenciam e constroem uma miscelânea de vertentes feministas. A base em comum do feminismo é a certeza de que a mulher sofre uma opressão. Para poder qualificar essa

opressão cada vertente feminista faz o resgate daquilo que acredita ser a origem do sistema opressor-dominador.

Em concordância com nossa orientação política, defendemos a compreensão de um feminismo marxista, vislumbrando-o como um movimento social que incorpora a construção de um projeto político coletivo que leve em conta o aspecto histórico da opressão e sua relação com a luta de classes. Assim, falar do feminismo marxista, uma orientação política que envolve a promulgação de ações práticas, implica defender a afirmação de que o marxismo é uma teoria indispensável ao feminismo. Como afirma Cisne:

> *O marxismo possibilita uma análise crítica acerca das relações sociais, dentre elas as de gênero, mediante uma perspectiva de totalidade que não permite fragmentar a realidade, buscando apreendê-la além da aparência, das "representações", sem esquecer, portanto, a incansável e constante busca de aproximação da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações. (CISNE, 2005, p. 7)*

Por excelência o marxismo é a chave analítica que permite desnaturalizar o "ser mulher" e seu método é o instrumento necessário para pensarmos um feminismo que não seja confuso em sua análise da realidade e estéril em suas proposições, que não se aparte do objetivo maior que é a transformação social humanamente emancipadora. É o marxismo, enquanto teoria transformadora da realidade, que possibilita elaborações feministas comprometidas com o projeto de transformação concreta e radical da realidade. O método do materialismo histórico e dialético é a maneira própria de operar o pensamento, buscando "descobrir a substância racional dentro do invólucro místico" (MARX, 2012) de um ponto de vista de totalidade.

Enxergando que o feminismo é uma ação prática que objetiva uma mudança social, para o feminismo marxista o projeto revolucionário - em que a emancipação feminina faz parte do processo de emancipação humana – é parte integrante de seu arsenal de crítica e em nenhum momento se permite desvincular dessa visão de totalidade. Nestes termos, a defesa da emancipação feminina pressupõe a compreensão da indissolúvel conexão entre teoria e prática, pois a prática feminista só está articulada à teoria marxista se esta é compreendida pelo sujeito praticante e por ele posta em movimento.

Entendemos que o feminismo marxista, aquele que se propõe a analisar a questão da mulher como inserida no complexo totalizador da sociedade, não pode corroborar com as estratégias mobilizadas pelo capital em que se defende um tipo de feminismo (um feminismo adequado à lógica neoliberal) que invisibiliza a luta das mulheres e sua historicidade. A luta feminista, como ação prática, não pode estar descolada das elaborações no nível da consciência que os sujeitos fazem dos processos sociais. Da mesma forma, qualquer elaboração teórica deve estar conectada com as intencionalidades

postas em movimento pelas ações políticas e corresponder aos valores que os sujeitos querem imprimir na história. Assim, se o feminismo pretende questionar a condição da mulher na sociedade, ele deve demonstrar sua coerência e radicalidade com uma teoria que sublinhe a questão da mulher inserida no contexto socioeconômico e cultural amplo, ao invés de relegá-la ao campo individualizante das diferenças em termos pós-modernos, e com um movimento feminista que coloque suas ações prático-políticas em consonância com uma análise crítica e totalizadora da realidade.

Vislumbrando o debate exposto e o cabedal teórico que tomamos como orientador deste pensamento, pretendemos fazer uma breve apresentação e análise de um dos conceitos que o discurso feminista tem recorrido e que se desdobra em novas práticas do feminismo brasileiro e mundial: o chamamento à sororidade.

3. O PACTO DE SORORIDADE

No contexto conjuntural de fervor do feminismo em defesa da liberdade da mulher e de desnudes das relações machistas-patriarcais-heteronormativas na sociedade atual, recentemente feministas e movimentos retomaram a ideia da *sororidade* como uma proposta a ser difundida na prática entre mulheres e apoiada e defendida por alguns segmentos do feminismo como um conceito que deve ser abraçado pelas práticas feministas.

O termo sororidade vem do latim *sorore*, que significa irmã e etimologicamente é utilizado como sinônimo de *irmandade*[180].Em linhas gerais o que as diversas vertentes do feminismo compreendem como sororidade seria a noção de uma solidariedade própria da relação entre mulheres, solidariedade esta concebida por uma cumplicidade advinda da identificação espontânea e imediata de que todas as mulheres sofrem problemas e dificuldades correlatos por sua existência como mulher. Ou seja, uma relação de solidariedade pensada como uma especificidade feminina de algo do tipo instintivo e oposta à organização social-hierárquica masculina.

Atualmente a principal expoente da teoria feminista na América Latina que aborda e defende a temática da sororidade é a autora e professora mexicana Marcela Lagarde (1992; 2012). A professora embasa seu posicionamento na compreensão de que a diferença histórica entre homens e mulheres está calcada em um corpo vivido cujo produto é o gênero, um corpo construído pelas relações entre sexo, sociedade e cultura. Na cultura do

[180] Para maiores detalhes ver LAGARDE (1992) (2012).

antagonismo genérico, aquilo que é diferente dos homens – seus corpos, códigos, linguagens e valores – é negado, reprimido. Ademais, a cisão, nas sociedades patriarcais, acontece não apenas no antagonismo entre homem e mulher como também entre as mulheres em si, transfigurando esta relação em um individualismo antagônico, uma separação que se converte em distanciamento. Nesta relação estranhada, tudo que é comum entre as mulheres – suas experiências, criações, vivências – é anulado, fica apenas aquilo que as diferencia, fazendo a relação entre mulheres ser marcada pela disputa solitária incapaz de alianças; característica da base de sua inimizade histórica.

Nesta perspectiva, a feminilidade, entendida como uma ideologia, coloca-se como um conteúdo genérico de todas as mulheres na sociedade patriarcal. Sua constituição se trata de um corpo conceitual coerente e sistematizado que define as mulheres e outorga elementos para perceber, sentir, contextualizar, analisar e explicar o mundo – presente nas formas femininas de viver a vida. A ideologia da feminilidade surgida da competência social das mulheres ressalta as diferenças entre elas, até convertê-las em barreiras intransponíveis para a aliança.

> *A feminilidade é um atributo genérico adquirido que as mulheres devem referendar de maneira permanente: cada minuto de suas vidas devem realizar atividades, ter comportamentos, atitudes, crenças, uma subjetividade e linguagens específicas, e desenvolver através de relações nas quais as mulheres tem o dever de realizar sua feminilidade. Em cada momento estão à prova frente a seus juízes, os homens, e as demais mulheres. (…) Qualquer falha em relação à norma da feminilidade vigente é ponderada como perda da mulher pelos outros ou por si mesma. (LAGARDE, 1992, p. 63)*

Lagarde chama de excisão de gênero o estranhamento entre as mulheres, as barreiras intransponíveis que as distanciam até o grau em que as impedem de se reconhecer e identificar mutuamente. Desta forma, as mulheres reproduzem que os critérios de admiração são sempre balizados pelos valores masculinos e que qualquer mulher pode se transformar em potencial inimiga.

Apesar de toda a construção social para a existência da inimizade histórica entre mulheres, verifica-se também que as mulheres se aproximam uma das outras. “Nenhuma mulher é capaz de desenvolver por si mesma as atividades e as funções de manter as relações que são exigidas pelo seu gênero. Cada mulher requer das outras para existir” (LAGARDE, 1992, p. 70). Desta forma a sororidade, para a autora, é parte de um esforço para desestruturar a cultura e a ideologia da feminilidade que se encarna em cada mulher, em busca de novas identidades, se apoiando na relação de irmandade entre as mulheres pela troca de experiências, fazendo das mulheres um “fato coletivo”:

> *Sororidade significa a amizade entre mulheres diferentes e pares; cúmplices que se propõem a trabalhar, criar, convencer, que se encontram e reconhecem no feminismo, para viver a vida em seu sentido profundamente*

> *libertário. A sororidade é, em essência, perturbadora: implica a amizade entre quem foi criada pelo mundo patriarcal como inimiga. (ibid, p. 79)*

De acordo com a autora a sororidade, considerada como o "pacto entre mulheres", implica ponderar que estas não foram tradicionalmente pensadas como um gênero em que há a possibilidade de pactuar, visto que está no pacto entre os homens (a fraternidade) o reconhecimento deles como seres interlocutores e sujeitos políticos que pensam a organização do mundo – implicando a exclusão das mulheres (LAGARDE, 2012, p. 125). O pacto sororal se baseia na internalização e expansão das experiências femininas até serem convertidas em eixos de uma ética política entre mulheres.

Partindo do exposto, pretendemos elencar alguns elementos que podem contribuir para uma análise crítica do termo e sua utilização prática.

4. SORORIDADE E TOTALIDADE

Ao colocar no cerne do debate o sujeito *mulher*, a compreensão de seus atributos, suas características estruturantes e sua imagem no mundo são colocadas por Lagarde de forma alheia ao decurso histórico da sociedade, deixando vaga a compreensão de que a construção desse sujeito possa ter implicações diferentes em períodos e processos históricos distintos. Se desejamos compreender esse sujeito hoje não se pode desconsiderar a necessidade de assimilação do historicismo concreto como a afirmativa de que é o homem em suas escolhas que faz o decurso histórico da humanidade e que são essas escolhas que viabilizam o aperfeiçoamento do gênero humano. Assim sendo, esse sujeito social - a mulher - carrega um longo processo histórico que edificou valores, concepções e percepções diversos e plurais que influenciam na gestação, nas ações e nas reverberações das atividades postas em prática pelas mulheres.

Se "[o movimento histórico] nada mais é que a produção e a reprodução dos homens por si mesmos, o processo total de suas objetivações" (NETTO, 1994, p.37), as objetivações que dão contorno ao *ser social mulher* decorre profundamente relacionado à sua construção histórica, permeada por seus percalços, lutas sociais, funções e constituição de suas relações. O perigo de uma apreciação do gênero feminino deslocada de sua historicidade recai no afastamento da realidade concreta como parte fundamental para uma análise fiel à verdade.

Ao afirmar que a sororidade é necessária como superação da relação opressiva em que se encontram as mulheres com seu próprio gênero, que as mantém em um laço

desigual e assimétrico entre si, não se leva em consideração que o gênero é uma relação processual – se constrói cotidianamente no fazer-se das mulheres enquanto tais, na sua afirmação, negação e na necessária relação com seu oposto, o homem. A postura aqui assumida da natureza relacional da conformação do gênero coloca em primeira instância a consideração social que se deve fazer da questão, tanto como categoria de análise como enquanto processo social, visto que nosso caminho teórico se propõe a apreender o complexo tecido social no qual as relações de gênero são constitutivas e constituídas.

O gênero, subentendido no conceito de sororidade, é linear e ao mesmo tempo sem especificidade, apelando para a naturalidade de ser mulher, compreendida como o oposto ao homem. Essa naturalização tende a engrandecer os aspectos mais elementares de concepção de mulher que o patriarcado envolve, coloca como natural as relações sociais em que o sujeito está inserido. Não abraçando o gênero como relação processual que é, a naturalização do que é ser mulher está intimamente relacionada com a maneira pela qual a apreensão desta questão é feita – ao nível da imediaticidade. Apreendida de maneira imediata e espontânea, essa concepção de gênero contribui para a romantização e obscurantização da relação processual que é o gênero. Com uma apreensão imediatista da realidade, a sororidade demonstra sua aceitação com a positividade da ordem vigente.

> *Na medida em que fatos sociais concretos, que derivam da estrutura econômica de uma determinada realidade social, são por um lado destacados de sua base social, através de um "aprofundamento" filosófico que os leva a expressar uma suposta essência independente, e, por outro lado, são privados, mediante o mesmo processo de abstração, de seu caráter histórico, na medida em que isso acontece, esfuma-se necessariamente o objeto daquele protesto e daquela luta que o fenômeno, se entendido de modo histórico-concreto, poderia – ou melhor, deveria – provocar. (LUKÁCS, 1992, p.145)*

Partindo do pressuposto que a inimizade histórica entre as mulheres é uma orientação geral advinda do patriarcado, a professora Lagarde confere ao combate deste antagonismo genérico entre mulheres o elemento central para a destituição do poder patriarcal. Ela não dialoga com o mérito de que a relação entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas são essenciais e substanciais para construção dos valores, da cultura e da moral disseminados atualmente. Próprio do pensamento que não se pretende ser crítico à ideologia dominante, a sororidade está baseada e defende concepções que deixam de lado a questão material da sociedade, a maneira como a qual a sociedade se organiza e se mobiliza hoje de acordo com a produção material de bens para produção e reprodução da humanidade. Nunca é demais relembrar que Marx concebe que "o modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, político e

espiritual. Não é a consciência que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência". (MARX, 2012, p.271)

Ao traçar sua intenção deixando de lado a questão material, Lagarde defende uma apropriação subjetivista, mística, das relações de poder que são construídas no seio da sociedade burguesa-patriarcal-heteronormativa-racista. Fala-se dos sentimentos das mulheres, dos saberes próprios femininos e da capacidade intuitiva das mulheres, mas não se recorda da indubitável relevância que a divisão sexual do trabalho teve para o aprimoramento das relações de produção como a primeira e mais elementar forma de divisão social do trabalho. Foge à mente como a divisão sexual do trabalho ganhou contornos incontestes para o avanço do capitalismo monopolista e muito menos em como essas 'qualidades femininas' são revalorizadas cotidianamente para servir ao aumento máximo de acumulação de capital. Não toca na questão de que ainda hoje as mulheres são as mais exploradas, são a maioria entre os setores mais pauperizados. Sem perder de vista o caráter dinâmico e relacional das relações de sexo, raça e classe, fato importante para nossa análise é que o gênero deve ser considerado como inserido na produção material da sociedade, considerado em sua essência também como relações de produção.

Deixar esses subsídios de lado, informações estas que para os marxistas são essenciais e basilares para qualquer compreensão, análise e intervenção na sociedade contemporânea referenda e reforça o pensamento típico da decadência ideológica[181]: o afastamento das relações econômicas e de sua influência na edificação das relações sociais contraída entre os seres sociais. Desta forma, o ponto de vista social defendido pela perspectiva da sororidade corrobora para o ofuscamento da questão, contribuindo para que seu cerne continue intocável.

Assim, compreendemos que Lagarde, em sua defesa da prática sororal, não permite envolver o conceito de gênero em sua relação contraditória. A incorporação, no plano do pensamento, da contradição inerente a todos os processos sociais é a marca de uma razão que se volta a apreender a essência da totalidade concreta, que não se fixa na aparência dos fenômenos e que não se esteriliza em seu pensamento. Tomar o gênero em sua acepção positivada, sem explicitar suas incongruências, acaba por promover uma reificação da categoria, reduzindo o processo de compreensão a uma racionalidade manipuladora frente ao mundo objetivo. Como afirma Netto, "só a dissolução das determinações intelectivas no movimento negativo da razão dialética pode assegurar a reconstrução ideal da efetividade processual que as formas sinalizam fenomenicamente." (NETTO, 1994, p.29)

[181] Termo utilizado por Lukács (1992) e Coutinho (2010), entre outros autores, para designar o pensamento característico da fase decadente da burguesia.

O procedimento em que se insere a defesa conceitual da sororidade é característico de uma razão analítica que, negando a contraditoriedade pertinente à totalidade dos processos sociais, esvazia de sentido e significância a complexidade do objeto que está no centro da análise e assim impede uma compreensão globalizadora da questão em destaque. Netto (1994, p.29) designa a intelecção, própria da razão analítica, como um modo operativo da razão, que não critica os conteúdos daquilo que está incidindo e que não acompanha a processualidade contraditória de seus objetos.

Lagarde fala da feminilidade como uma ideologia de representação abstrata e simbólica do mundo feminino, um preceito que está presente nas formas femininas de viver a vida. A ideologia da feminilidade pressupõe um atributo genérico adquirido socialmente e que deve ser referendado de maneira permanente por todas as mulheres; é utilizada como distinção cultural, historicamente determinada, frente à masculinidade dos homens. Para o feminismo marxista a construção do gênero também expressa uma concepção de mundo e de organização das ideias que tem um caráter determinado. Ao se falar em ideologia, sob o escopo teórico e político do materialismo histórico e dialético, nos remete a considerá-la como constituinte das contradições expressas pela detenção do poder. As ideias são objetivações da existência real dos homens e, dado que a existência da humanidade até hoje tem sido materializada pelas tensões advindas da expropriação, as ideias expressam os interesses materiais daqueles que detém o poder. Assim, o conceito de ideologia em Marx está relacionado com uma falsa consciência, de velamento, no campo das ideias, da realidade material.

Ao compreender o gênero como uma ideologia – que, como tal, opera no nível da subjetividade dos seres – afirmamos que sua funcionalidade está em constituir os indivíduos concretos, a partir de ideias construídas na realidade social, em sujeitos mulheres e homens historicamente determinados. A construção do gênero não apenas é sintonizada à ideologia, como também demonstra sua conexão precisa com as relações de produção, pois ainda hoje continua a ter função primordial na construção histórica da divisão social e sexual do trabalho no capitalismo contemporâneo, como também na reprodução do poder no processo de trabalho.

> *A ideologia de gênero, como qualquer outra ideologia, tem profundas raízes na subjetividade dos agentes sociais, bem como no terreno objetivo. (...) Simultaneamente, a ideologia de gênero, como de resto toda ideologia, é modelada pelas experiências e práticas da vida cotidiana e nelas está enraizada. Neste sentido, a ideologia é material. A ideologia de gênero tem-se oposto à realização da tendência à equalização sexual do modo de produção capitalista, muito bem detectada por Marx. (SAFFIOTI, 1992, p.197-198)*

Assim sendo, não é apenas o constructo da feminilidade que é uma composição, no mundo das ideias, da intenção que os detentores do poder tem em imprimir à sociedade. A própria construção do que é o gênero feminino, independente de apresentar suas características feminilizantes, faz parte de uma articulação ideológica e é detentora de mistificação alienante. A feminilidade pode servir como um balizamento ideológico para ditar o que é ou não esperado da mulher; porém, não se deve restringir a ideologia de gênero aos aspectos da feminilidade, pois esta não engloba todas as determinações esperadas para aquela. Nem todas as mulheres são femininas e delicadas e correspondem ao ideal de feminilidade, mas todas são mulheres que representam e se constroem enquanto gênero e cumprem uma função específica no processo de produção e reprodução social. Um exemplo basal é o fato de que às mulheres trabalhadoras são aceitos atributos masculinizados de acordo com sua função no processo de produção; o que impinge determinações ao gênero feminino neste caso é sua utilidade na produção de valor, e não sua moldagem às orientações típicas da feminilidade.

No mesmo sentido de compreensão do significado e importância dos mecanismos ideológicos para a contemporaneidade acreditamos ser necessário assinalar a intrínseca relação que a defesa da sororidade tem com a capacidade ideologicamente mistificadora, no campo da produção de conhecimento, de ocultar elementos centrais para a análise da sociedade e de seus problemas vitais. Se, com a prática sororal, a problematização do enovelamento da construção do gênero, da classe e da raça-etnia é colocada para escanteio em nome de uma ligação natural entre as mulheres e, consequentemente, as diferenças que permeiam as mulheres não são levadas em conta na compreensão da correlação de forças do poderio societal, o chamamento à sororidade obstaculiza uma apreensão da totalidade social em seus elementos essenciais.

A professora Lagarde nos fala que a ideologia da feminilidade, sendo a base estruturante do patriarcado, incide diretamente na relação de antagonismo que as mulheres vivenciam e é a motivadora da inimizade histórica entre as mulheres, promovendo a excisão de gênero. Para nós, a excisão de gênero nos parece estar mais próxima da incapacidade, sob o regime da apropriação privada, dos homens e mulheres se enxergarem enquanto pertencentes do gênero humano, do que uma rixa subentendida em todas as formas das mulheres se relacionarem entre si. Não cabe, no espaço destinado ao presente trabalho, maiores aprofundamentos sobre a complexa teoria da alienação em Marx, mas não podemos deixar de sinalizar a importância de tal temática para a vida das mulheres e a consequente relação que os sujeitos contraem sob a égide do capitalismo.

Nas condições do capitalismo evoluído, os traços regressivos da formação

> *econômica burguesa começam progressivamente a assumir o primeiro plano. Em tais condições, a práxis humana tende a se objetivar contra os próprios homens, tende a se tornar uma objetividade alienada. (...) é inegável que o movimento de alienação estende-se a todas as esferas da vida humana. (COUTINHO, 2010, p.36-37)*

Desta forma defendemos que a incapacidade de uma humanização das relações sociais, que na presente temática é percebido no distanciamento que promove uma diferenciação entre as mulheres, impedindo-as de criar laços efetivos de solidariedade, reside não somente na orientação patriarcal da não pactuação entre mulheres, mas, primordialmente, no afastamento da base real e objetiva que é a capacidade humanamente sensível e criadora de mulheres e homens, impedindo-os da completa compreensão da genericidade do seu *ser social* e, consequentemente, da criação de laços de solidariedade que seja além de uma identificação espontânea e imediata.

5. À GUISA DE CONCLUSÃO

A proposta da irmandade como uma solidariedade entre mulheres merece destaque por ser, efetivamente, uma prática que pode contribuir em algum grau para a melhoria da qualidade de vida das mulheres. Acreditamos que, no mesmo sentido de que a burguesia, ao forjar o desenvolvimento das forças produtivas também forja a possibilidade de seus antagonistas triunfarem, as práticas advindas do seio do pensamento ideologicamente orientado para ofuscar a compreensão da totalidade real podem servir como instrumentos para um alcance maior da compreensão de nossas relações em seu sentido humano e genérico.

Há de se recordar que existe também, no seio do movimento dos trabalhadores, uma prática muito comum chamada *solidariedade de classe*, que incentiva uma relação de desalienação entre não apenas os outros membros do movimento como de todos os trabalhadores, como forma de compreensão de que coletivamente estes homens e mulheres lidam com uma condição social em comum: a de que todos são explorados. Essa é uma prática que se reverbera no apoio mútuo, na viabilidade da sobrevivência em situações de necessidade e muitos outros exemplos que cotidianamente vemos pulular no embate entre as classes.

Porém, como não aceitamos pensar de maneira estanque e fragmentária, estamos nos propondo a pensar em alternativas que efetivamente contribuam para a compreensão

da consubstancialidade das relações sociais de sexo, raça e classe[182]. Queremos assim sublinhar uma perspectiva que englobe as propostas de solidariedade que vislumbramos nas mais diversas práticas dos movimentos de contestação da ordem vigente. Assim, nos compete indagar: como o feminismo pode promover uma prática de solidariedade que contribua efetivamente para uma mudança social profunda, sistêmica e humanamente emancipadora?

O sujeito político que é o movimento feminista deve abraçar de maneira consciente a compreensão de que suas ações são *atividades práticas*, no sentido de que é uma atividade humana que se orienta com uma finalidade estabelecida idealmente com o objetivo de uma transformação real e objetiva. Se, como capacidade teleológica inserida no processo de consciência, estabelecemos idealmente a importância da defesa de uma solidariedade humana desalienadora nas ações que serão tomadas com o sentido de ressignificar as relações sociais que contribuímos para construir, temos que esta atividade prática estará voltada a se realizar como um resultado efetivo que carrega em si a intencionalidade subjetiva que foi posta em movimento. Como nos informa Sánchez Vázquez sobre a atividade prática:

> *O objeto da atividade prática é a natureza, a sociedade ou os homens reais. O fim dessa atividade é a transformação real, objetiva, do mundo natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana. E o resultado é uma nova realidade, que subsiste independentemente do sujeito ou dos sujeitos concretos que a engendraram com sua atividade subjetiva, mas que, sem dúvida, só existe pelo homem e para o homem, como ser social. (VÁZQUEZ, 2007, p.226)*

O que nos interessa é a capacidade dessa atividade prática como uma "atividade humana sensível" (MARX, 2012, p.163) e que como resultado haja uma nova realidade que incorpore substantivamente as novas configurações das relações sociais. A partir da perspectiva defendida aqui, as ações que são promovidas pelo movimento feminista podem ser consideradas efetivamente como uma práxis, pois, ao ser orientada para um fim, é pensada idealmente e se objetiva transformando a realidade. De acordo com Vázquez (2007, p.231) a práxis política tem por característica ser uma atividade de classes sociais ou grupos que, colocado em ação a sua intencionalidade final, alteram significativamente a organização e a direção da sociedade. E mais:

> *A política é uma atividade prática na medida em que a luta travada pelos grupos ou classes sociais está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros; em segundo lugar, ainda que a atividade política seja*

[182] A consubstancialidade das relações de classe, sexo e raça é definida por Kergoat (2010) da seguinte maneira: "As relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das praticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e "raça" se reproduzem e se co-produzem mutuamente". (KERGOAT, 2010, p.94)

> *acompanhada de um choque e contraposição de ideias, projetos, programas, etc., e essa luta ideológica exerça uma influência indubitável nas ações políticas reais, concretas, o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta. (VÁZQUEZ, 2007, p.231)*

Sem perder de vista de que "é na prática onde o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a terrenalidade de seu pensamento" (MARX, 2012, p.164) finalizamos afirmando que, se o movimento feminista se propõem a ser inclusivo, solidário e defende mudanças estruturais no sistema vigente, somente utilizando a práxis política como critério de verdade poderemos chegar à alguma conclusão acerca da inclusividade e abrangência das práticas de solidariedade ofertadas de maneira que englobe e sintetize a dinâmica da consubstancialidade das relações sociais. E, por fim, que o movimento feminista tenha como norte a compreensão de sua práxis política como uma forma particular de "uma práxis total humana, graças à qual o homem como ser social e consciente humaniza os objetos e se humaniza a si mesmo". (VÁZQUEZ, 2007, p.232)

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CISNE, Mirla. **Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista.** In: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas- SP. 4º Colóquio Marx e Engels, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e Consubstancialidade das relações sociais**. In: Revista Novos Estudos 86, março 2010.

LAGARDE, Marcela. **Pacto entre mujeres: sororidad.** In: LAGARDE, M.: El feminismo en mi vida: Hitos, claves y topías. Nmujeres DF, 2012.

LAGARDE, Marcela. **Enemistad y sororidad: hacia una nueva cultura feminista.** In: Fin de siglo: género y cambio civilizatório. Ed: Isis Internacional, Ediciones de las Mujeres n° 17, 1992.

LUKÁCS, Georg. Sociologia**. A decadência ideológica da burguesia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ática, 1992.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo, academia e interdisciplinaridade**. In: IN: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma Questão de gênero. 24-38. Rio de Janeiro:Editora Rosa dos Tempos e São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach, Contribuição à crítica da economia política e extratos d'O Capital**. In: NETTO, J.P. (org.). O leitor de Marx. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2012.

NETTO, José Paulo. **Razão, ontologia e práxis**. Revista Serviço Social e Sociedade,.no. 44, Ano XV. São Paulo: Cortez 1994.

SAFFIOTI, Heleieth**. Rearticulando gênero e classe social**. IN: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma Questão de gênero. 183-215. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos e São Paulo:Fundação Carlos Chagas, 1992.

VAZQUEZ, Sanchez A. **Filosofia da Práxis**. São Paulo; Expressão Popular, 1ed, 2007.

AS CONDIÇÕES DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE HOMENS TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO

Carolina Gonçalves Santos de Brito[183]
Guilherme Silva de Almeida[184]
Márcia Cristina Brasil Santos[185]

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo analisar as condições de inserção e permanência de homens transexuais no mercado de trabalho e suas expressões no cotidiano dos usuários (masculinos) do Processo Transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada em uma das cinco Unidades de Atenção Especializada no Processo Transexualizador do país.

Palavras-chave: Relações de Trabalho, Transexualidade, Transmasculinidade, Processo Transexualizador.

Abstract: The objective of this study was to analyze the conditions of insertion and permanence of transsexual men in the job market and their expressions in everyday life of users (male) of the Transexualizador Process of the Pedro Ernesto University Hospital (HUPE) of the State University of Rio de Janeiro (UERJ). This is a qualitative research carried out in one of the five Units of Specialized Attention in the Transexualizador Process of the country.

Keywords: Labor Relations, Transsexuality, Transmasculinity, Transsexual Process.

[183] Assistente social. Mestranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). E-mail: carolina.gsb@hotmail.com.
[184] Assistente social. Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Professor orientador do trabalho de conclusão de curso em Serviço Social. E-mail: gsdealmeida@gmail.com.
[185] Assistente social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Assistente social do Processo Transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE/UERJ). Coordenadora Técnica Ambulatorial da Unidade de Atenção Especializada do Processo Transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ). E-mail: mcristinabrasil@hotmail.com.
Eixo temático: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as condições de inserção e permanência no mercado de trabalho vivenciadas por homens transexuais e suas expressões no cotidiano dos usuários (masculinos) do Processo Transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)[186]. Para tanto, a investigação foi conduzida a partir de observação sistemática e de registros em diário de campo, além de fontes bibliográficas e documentais, buscando dados qualitativos sobre a temática proposta, incluindo o levantamento e a análise do material empírico do trabalho de campo, viabilizado através do perfil sociodemográfico dos/as usuários/as atendidos/as e de seis estudos sociais de usuários homens transexuais do serviço, ambos produzidos pela equipe de Serviço Social do Processo Transexualizador do HUPE.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa realizada em uma das cinco Unidades de Atenção Especializada no Processo Transexualizador do país[187], que possibilitou compreender que a esfera do trabalho é uma dimensão de produção e reprodução social que é impactada pela condição da transexualidade e que a trajetória profissional possui um papel social fundamental na trajetória de vida desses sujeitos.

É imprescindível registrar que a escolha somente por trajetórias de homens transexuais teve algumas motivações. Primeiramente, a motivação esteve ligada ao fato de que especialmente os usuários do HUPE já terem afirmado com frequência a questão da visibilidade das mulheres transexuais ser maior[188] em relação aos homens transexuais. Em

[186] O presente trabalho é resultado da inserção, como estagiária, na equipe de Serviço Social do Processo Transexualizador do HUPE/UERJ. Inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET) da Faculdade de Serviço Social da UERJ e, posteriormente, se desdobrou no trabalho de conclusão de curso em Serviço Social da referida Universidade.

[187] O Processo Transexualizador no HUPE iniciou em 2003, período em que ainda não havia a regulamentação do Programa pelo Ministério da Saúde (MS), pois a mesma só foi realizada em 2008 através da Portaria GM/MS nº 457, que institui o Processo Transexualizador no âmbito do SUS, definindo a obrigatoriedade de uma equipe interdisciplinar e multiprofissional no acompanhamento pré e pós operatório, na qual o serviço social se insere. A partir desta Portaria, o HUPE, assim como outros 3 Hospitais Universitários, são credenciados e habilitados como Unidades de Atenção Especializada no Processo Transexualizador. Em 2013, o MS credenciou e habilitou mais 1 Hospital Universitário, e neste mesmo ano redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no âmbito do SUS através da Portaria GM/MS nº 2.803, que altera e inclui algumas diretrizes. No que se refere aos homens transexuais foram incluídas as cirurgias de mastectomia (ressecção das mamas) e histerectomia (ressecção do útero e ovários), entretanto, a neofaloplastia (implante de próteses penianas e testiculares), vaginectomia, clitoroplastia e cirurgia de cordas vocais ainda são definidas em caráter experimental. Sendo assim, considera-se que esta nova Portaria possui alguns avanços, mas ainda está longe de responder plenamente as demandas dos/as usuários/as do Processo Transexualizador, precisando ser ampliada e reformulada.

[188] Almeida (2012, p. 514) expõe que "os que se identificam como 'homens trans' são ainda poucos no Brasil, e essa primeira constatação associa-se à escassez de estudos". O autor aponta que há restrições em relação à produção de conhecimentos sobre homens trans no Brasil, e uma delas é a pouca visibilidade, tendo em vista que, "a maior parte da sociedade não considera a possibilidade de transição do gênero feminino ao masculino e, portanto, ignora a própria condição FTM. Isso ocorre em grande medida em razão do olhar falocêntrico que impregna as representações sobre a experiência masculina. Nesse sentido, é como se os comportamentos e os

outras palavras, há uma maior publicização e discussão política acerca das trajetórias (inclusive de trabalho) de mulheres transexuais e travestis. A segunda motivação decorreu da existência de um significativo número de trabalhos acadêmicos, artigos e reportagens jornalísticas que abordam a inserção no mercado de trabalho por mulheres transexuais e travestis, ou seja, ainda que também comporte limitações há um maior conhecimento disponível sobre este público. A terceira motivação decorre de que as narrativas de homens transexuais que foram coletadas sensibilizaram particularmente a equipe, por constituírem relatos surpreendentes acerca das relações de trabalho e transexualidade, demonstrando uma diversidade de formas de inserção no mercado de trabalho: servidores públicos, celetistas, trabalhadores autônomos formais, informais. Esta diversidade de vínculos não colidiu com a presença, entretanto, de uma constante violação/ameaça do direito ao trabalho[189].

II. DESENVOLVIMENTO

Cabe iniciar expondo que a forma de existência do trabalho e da transexualidade nem sempre foi tal como se apresenta no modo de produção capitalista, pois a realidade é inerentemente dinâmica e está em constante movimento e, portanto, as categorias são objetivas e reais, intrínsecas de uma sociedade determinada e, por isso, são necessariamente "históricas e transitórias" (NETTO, 2011, p. 46).

Neste sentido, é absolutamente imprescindível apreender o caráter histórico da transexualidade, pois só é possível encontrá-la na realidade concreta no marco de uma sociedade que institui o sexo biológico, não só como base e referência para a construção dos gêneros, mas como aquele que carrega a verdade última de todos os sujeitos[190]. De

---

significados considerados masculinos emanassem necessariamente da presença material original do pênis" (ALMEIDA, 2012, p. 519). A segunda restrição relacionada aos estudos, apontada pelo autor, consiste na "rápida capacidade de passing (estreitamente vinculada ao desconhecimento social da condição FTM), mas também relacionada à bem elaborada construção de 'corpos sociais masculinos', que se torna especialmente eficaz após a realização da mastectomia e do uso prolongado de testosterona. Em outras palavras, o uso da testosterona no caso dos homens trans, ao contrário do que ocorre com as mulheres trans, torna-os bastante próximos fisicamente às expectativas sociais de como deve parecer um homem, o que contribui para invisibilizá-los (...)" (ibidem, p. 519). Além disso, como exposto acima, a neofaloplastia (cirurgia de transgenitalização específica dos homens transexuais) ainda possui caráter experimental e seu acesso é muito restrito. Dentre as cirurgias de transgenitalização realizadas no HUPE, somente duas foram realizadas em homens transexuais, o que indica – sob este ponto de vista e outros – um menor acesso aos recursos de saúde pelos homens transexuais, se comparados inclusive ao acesso também precário das mulheres transexuais. Este fato também é problematizado através das falas de muitos usuários do serviço.

[189] Apesar de a presente pesquisa contemplar apenas trajetórias profissionais de homens transexuais, cabe enfatizar que os atendimentos sociais realizados pela equipe de Serviço Social do HUPE também permitem observar que as condições de inserção e permanência no mercado de trabalho vivenciadas por mulheres transexuais e travestis são igualmente marcadas pelo preconceito, discriminação e violação de direitos.

[190] Entende-se que as relações sociais se organizam a partir de uma divisão social de gênero e binária, fundamentada na biologia. Tal divisão atravessa as determinações sociais sobre os corpos, gostos, comportamentos, espaços físicos (banheiros, vestiários, etc.), relações de trabalho, entre tantas outras

acordo com Bento (2008, p. 20), até meados do século XVII a interpretação predominante sobre os corpos era o isomorfismo, isto é, a compreensão da existência de um único corpo humano e pelo menos dois gêneros, por isso neste contexto "a genitália era um fundamento inseguro para posicionar os sujeitos na ordem social" (BENTO, 2006, p. 22). Contudo, a partir deste século emerge o dimorfismo, ou seja, a interpretação hegemônica da existência de dois corpos biologicamente diferentes (masculino e feminino); é, então, este sistema assentado em corpos-sexuados generificados dicotomicamente que legitima o feminino enquanto "complemento" do masculino e vice-versa[191] (ibidem, p. 115). Portanto, é importante compreender que "(...) assim como o gênero não é uma categoria dada ou fixa, também o sexo e o corpo precisam ser examinados como construções sociais e históricas" (ALMEIDA, 2011, p. 19).

Neste contexto, a transexualidade, nas sociedades ocidentais, torna-se uma expressão de identidade de gênero não hegemônica e classificada pelas ciências médicas como "doença mental", uma vez que não há concordância entre o sexo e o gênero com o qual a pessoa se identifica (BENTO, 2008). Contudo, para a perspectiva crítica a transexualidade é uma:

> Dimensão identitária localizada no gênero, e se caracteriza pelos conflitos potenciais com as normas de gênero à medida que as pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferente ao informado pelo sexo, independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização (ibidem, p. 144-145).

Sendo assim, Bento (2006, p. 109) evidencia a impossibilidade de identificar a transexualidade para se referir a outros tipos de trânsitos e de mobilidades entre os gêneros em períodos que a interpretação dos corpos ainda se fundamentava no isomorfismo, pois "ao se retirar o conteúdo histórico desta experiência, apagam-se as estratégias de poder que se articulam para determinar que a verdade última dos sujeitos está em seu sexo".

---

dimensões da vida, que são generificadas, ou seja, diferenciadas entre homens e mulheres. Todo esse aparato produzido pelo discurso hegemônico ocidental é construído sobre a base da ilegitimidade da identidade de gênero não condizente com o gênero atribuído à pessoa no momento do nascimento, portanto, homens e mulheres, são assim considerados, a partir do sexo biológico.

[191] Dentre os processos ocorridos na Modernidade, pode-se destacar a Revolução Científica do século XVII que fomenta o profundo estudo sobre o corpo ancorado na biologia (SCHMIDT, 1996); a partir deste momento, os estudos biológicos tornam-se centrais no que diz respeito à elaboração de padrões socialmente considerados legítimos e ilegítimos acerca do sexo, gênero e sexualidade (BENTO, 2008). Cabe ressaltar que a Revolução Científica não está isolada das relações sociais, antes, situa-se em um terreno social, político e econômico específico, que consiste no momento de derrocada da ordem social feudal e ascensão da burguesia, que por sua vez motiva a Revolução Científica (SCHMIDT, 1996).

Neste sentido, o que ocorre não é a existência da transexualidade em outras formas sociais e a apresentação de novas determinações na sociedade burguesa; a análise que se fundamenta nesta compreensão não permite conhecer o objeto em questão em sua essência. Aqui, parte-se do pressuposto da inexistência da transexualidade em formas societárias anteriores ao modo de produção capitalista, portanto, compreende-se que a gênese histórica desta categoria é na sociedade burguesa.

Já a categoria trabalho se faz presente em todas as formações societárias, mas a categoria trabalho assalariado é engendrada no marco de uma organização social específica, ou seja, não é possível encontrá-la na realidade concreta em outras formações sociais, que não no modo de produção capitalista.

É a partir do trabalho que o homem se constitui e se constitui enquanto Ser Social, portanto o trabalho útil (atividade orientada à produção de valores de uso) se faz presente em todas as formas sociais, sendo condição para a existência da vida humana, pois é a partir do trabalho que o homem realiza a sua mediação com a natureza e assim consegue atender às suas necessidades sociais (MARX, 2013, p. 167).

Contudo, na sociabilidade do capital a finalidade do processo de trabalho consiste em "produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor" (ibidem, p. 337-338). Ademais, o processo de expropriação do trabalhador de seus meios de produção germina uma relação não mais entre homens, mas sim entre proprietários e não proprietários, ou seja, uma relação contraditória e antagônica entre classes sociais. É, então, este contexto que provoca a existência do trabalho assalariado, pois a classe que sofre o processo de expropriação vivencia a consequente mercadorização da sua força de trabalho (MARX, 2013).

Hirata e Kergoat (1994, p. 95) enfatizam que a classe operária tem dois sexos, e isto significa que: (...) as práticas, a consciência, as representações, as condições de trabalho e desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre assimétricas e que raciocinar em termos de unidade da classe operária sem considerar o sexo social leva a um conhecimento truncado - ou pior falso - do que é uma classe social. Para as autoras, as relações sociais de classe e de sexo se superpõem e "(...) organizam a totalidade das práticas sociais em qualquer lugar que se exerçam. Em outras palavras, não e só em casa que se é oprimida nem só na fábrica que se é explorado (a)" (ibidem, p. 95-96).

Assim, é fundamental compreender que a *"classe-que-vive-do-trabalho"* (ANTUNES, 2011) não é homogênea, e sim heterogênea, diversa e complexificada, e isto pressupõe apreender os múltiplos determinantes de raça, etnia, geração, gênero, sexualidade etc. que compõem a totalidade desta classe. Neste sentido, cabe enfatizar que a forma de

organização do trabalho presente no modo de produção capitalista engendra, necessariamente, relações de exploração e de dominação do capital sobre o trabalho, mas também germina, impreterivelmente, relações de opressão, tendo em vista que:

> A exploração é a apropriação dos frutos do trabalho coletivo por uma minoria. A opressão é a transformação das diferenças em desigualdades para por em desvantagem e/ou submeter alguém ou um determinado grupo social: podendo ser de vários tipos – social, sexual, nacional, de orientação sexual (MARIANO & AYRES, 2013, p. 2).

Portanto, se por um lado, as relações de exploração, dominação e opressão são produzidas por este modo de produção, por outro, são funcionais à manutenção e reprodução deste sistema.

Deste modo, a partir da análise das trajetórias profissionais dos usuários homens transexuais do Processo Transexualizdor do HUPE é possível observar que a dificuldade de inserção e permanência no mercado de trabalho (fenômeno comum a todos/as aqueles/as que pertencem à classe trabalhadora) é acentuada pelo fato da transmasculinidade não ser hegemonicamente considerada uma legítima expressão de identidade de gênero.

Assim, os estudos sociais analisados demonstram as singularidades e pluralidades das histórias e trajetórias de vida e de como cada sujeito vivencia e experimenta determinada realidade, criando suas próprias estratégias de sobrevivência no mercado de trabalho e assumindo diferentes percepções acerca das situações que lhe são apresentadas. Ao mesmo tempo, essas mesmas narrativas retratam problemáticas comuns a todos/as os/as usuários/as, situações que estão postas na ordem social e que são consequências de uma sociedade fundamentada na heteronormatividade e no binarismo entre o sexo feminino e masculino.

Neste sentido, pode-se destacar que o não respeito ao uso do nome social nos ambientes de trabalho foi citado em todos os estudos sociais analisados. Neste contexto, é importante considerar que as normativas legais que respaldam o direito ao uso do nome social por pessoas travestis e transexuais são escassas, existindo disparidades entre os estados e municípios, onde alguns possuem normativas que abarcam essa discussão, mas nenhum está avançado o suficiente de modo que este direito seja plenamente garantido em locais de trabalho público e privado. Paralelamente, não há nenhuma Lei Federal que garanta o processo de retificação de nome e sexo nos registros civis para transexuais e travestis que desejarem, ficando a cargo do/a juiz/a deferir ou não o pedido do processo,

assim, os/as usuários/as ficam submetidos à "sorte" de conseguir um/a juiz/a menos conservador/a[192].

As situações de violações dos direitos mais elementares também são exemplificadas no acesso ao uso do banheiro, pois diversos são os casos em que o trabalhador transexual é tolhido de utilizar banheiros masculinos[193]. É sabido, por exemplo, que muitos/as trabalhadores/as são impedidos/as de usar o banheiro com a frequência desejada em muitas empresas em razão do objetivo das mesmas de intensificarem a produtividade e que isso acarreta danos à saúde dos/as trabalhadores/as, mas não é comum que um/a trabalhador/a deixe de ir ao banheiro durante o trabalho em razão de constrangimentos morais, como nos relatos dos usuários transexuais[194].

O uso de uniformes compulsórios no ambiente de trabalho não condizentes com a identidade de gênero do trabalhador também é uma realidade presente nas trajetórias profissionais analisadas, o que ocasiona situações humilhantes e vexatórias, tornando o ambiente de trabalho em um espaço hostil ao trabalhador, que mais viola os seus direitos do que os assegura[195].

---

[192] Uma das questões que reflete a importância da retificação do nome e sexo nos documentos, mais especificamente em relação aos homens transexuais, consiste na viabilidade da emissão do certificado de reservista, uma vez que este documento só pode ser obtido após a retificação do gênero nos registros civis e é um pré-requisito para a contratação como trabalhador em empresas privadas e no setor público.

[193] Assim, os usuários do serviço relatam passar cotidianamente muitas horas sem usar o banheiro e para facilitar não sentir vontade de utilizá-lo, evitavam ao máximo comer ou beber água durante o trabalho, o que impacta direta e nocivamente nas condições de saúde do trabalhador transexual.

[194] De acordo com Silva, Longhini e Fernandes (2014, p. 50), a arquitetura dos banheiros, antes de ser uma simples divisão do espaço, implica um projeto de regulação dos corpos a partir do gênero. Deste modo, os autores ressaltam que a experiência trans não é legitimada nem no banheiro "feminino" nem no "masculino", assim o policiamento no corpo trans, muitas vezes realizado pelos/as usuários/as dos banheiros, busca vestígios que "justifiquem" o uso de um determinado banheiro. Nas trajetórias analisadas, observa-se que a própria arquitetura do banheiro priva os trabalhadores transexuais de utilizá-lo, uma vez que não é incomum a existência de apenas mictórios nos banheiros masculinos, o que pode traduzir o pensamento social de que ser homem está relacionado com possuir a genitália masculina, considerando que "mijar de pé publicamente é uma das performances constitutivas da masculinidade heterossexual moderna. Com isso, observa-se que o banheiro age/funciona como tecnologia de gênero na (re)produção de uma masculinidade no espaço público" (PRECIADO, 2006, *apud* ibidem p. 54).

[195] Cabe ressaltar que a imposição de uniformes femininos, o impedimento da utilização de banheiros e vestiários masculinos, o não respeito pelo nome social tanto no tratamento quanto na identificação de crachás, folhas de ponto, etc., são apenas alguns exemplos de uma série de violações de direitos vivenciadas pelos trabalhadores transexuais. Portanto, para as pessoas transexuais as situações mais cotidianas e rotineiras tornam-se muitas vezes, situações constrangedoras, e por não existir (ou por ser insuficiente) proteção social garantida pelo Estado que ampare a inserção e permanência no mundo do trabalho, estas situações se tornam alvo de construção de estratégias sofisticadas pelos/as trabalhadores/as transexuais, que por meio de abertura de diálogos e negociações diretas propõem aos empregadores e demais funcionários/as a necessidade de terem sua identidade de gênero aceita. Tais situações ocorrem para aqueles que conseguiram se inserir no mercado de trabalho, mas há também situações em que a contratação não é efetivada por se apresentarem como transexuais no processo de seleção.

Compreende-se, portanto, que as situações de preconceito e discriminação vivenciadas pelos/as trabalhadores/as transexuais podem estar presentes em várias etapas: pré-contratual, contratual e pós-contratual. Em *todas* as trajetórias profissionais analisadas as demissões (tanto realizada pelo empregador quanto pedida pelo usuário) foram ocasionadas por problemas relacionados com a transexualidade. Sendo assim, observa-se que o gênero e a sexualidade podem se tornar "pré-requisitos" tanto para a contratação quanto para a manutenção no mundo do trabalho.

A partir da análise dos estudos sociais dos usuários homens transexuais observa-se que a dificuldade de inserção e permanência no mundo do trabalho está posta tanto aos trabalhadores inseridos na informalidade do mercado de trabalho, quanto àqueles que se inserem no trabalho formal, incluindo os que trabalham sob o vínculo celetista e os servidores públicos.

Deste modo, compreende-se que os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal são socialmente mais protegidos pela legislação trabalhista e previdenciária, mas isso não garante que as condições de acesso e permanência no mundo do trabalho sejam isentas de situações constrangedoras e humilhantes. Estas condições hostis impeliram alguns usuários transexuais a "optarem", por exemplo, pelo abandono da carreira profissional contemplada pelo vínculo formal de trabalho e pela mudança de cidade, ambos como tentativa de construção de novas memórias onde a transfobia não seja um acontecimento frequente.

Sendo assim, a informalidade - através do trabalho por conta própria, por exemplo - por um lado submete os trabalhadores à fragilização da proteção e direitos trabalhistas e, por outro, contraditoriamente, pode ser uma estratégia acionada para evitar possíveis vexações oriundas da utilização compulsória de banheiros e uniformes não condizentes com o gênero identificado, bem como para se resguardarem do constrangimento proveniente da assinatura da carteira de trabalho com o nome de registro, situações estas frequentemente presentes em contratações formais de trabalho. Ao mesmo tempo, é possível observar que o trabalho assalariado sem a carteira de trabalho assinada – que se constitui em uma das modalidades da informalidade-, também submete os trabalhadores a péssimas condições de trabalho, por vivenciarem cotidianamente relações abusivas por parte dos empregadores e demais funcionários, impelindo, desta forma, o pedido de demissão pelos próprios trabalhadores transexuais, como um meio de findar tais situações de negação de seus direitos mais elementares.

É indispensável ponderar também sobre a relação da construção da corporalidade de homens transexuais e o mercado de trabalho, de modo a considerar a particularidade da

inserção destes sujeitos na informalidade do mercado de trabalho como um meio de manter a "passabilidade" conquistada, nos casos em que o nome e sexo nos registros civis ainda não foram retificados. Desta forma, a entrega da documentação necessária para a contratação formal torna-se, muitas vezes, uma ameaça à manutenção desta "passabilidade", pois Almeida (2012, p. 519) expõe que a construção de corpos sociais masculinos se torna especialmente eficaz após a realização da cirurgia de mastectomia e do uso prolongado de testosterona, contribuindo para uma rápida capacidade de "passing". Esta maior facilidade de "passabilidade" é observada nos usuários do Processo Transexualizador do HUPE, onde o acompanhamento hormonal garante-lhes com mais rapidez os surgimentos dos pelos e da barba, a mudança no tom da voz, dentre diversas outras características corporais consideradas tipicamente masculinas[196]. Assim, os usuários homens transexuais apresentam uma corporalidade mais próxima do que é socialmente definido como corpo de homem ideal, onde "esta construção corporal lhes dá sentido de pertencimento ao tão desejado mundo masculino, é a expressão de sua masculinidade, é sua materialidade." (ÁVILA; GROSSI, 2013, p. 10).

Este processo pode contribuir de certa forma para uma maior facilidade de inserção, aceitação e permanência no mercado de trabalho, considerando que a corporalidade está de "acordo" com as normas de gênero. Entretanto, essa "invisibilidade" (ALMEIDA, 2012, p. 519) muitas vezes tão desejada pelas pessoas transexuais pode ser ameaçada quando não se há a garantia do direito à retificação de nome e sexo nos registros civis, tendo em vista que a documentação não condiz com o gênero identificado e com a corporalidade apresentada. Assim, a inserção em trabalhos informais pode também ser uma estratégia para que a possibilidade de "passing" seja mantida.

Neste sentido, é preciso ponderar que a construção de corpos reconhecidos e valorizados socialmente não significa que tais sujeitos estejam absolutamente imunes ao processo de preconceito/discriminação, pois a construção dos corpos masculinos depende, por exemplo, da retificação de nome e sexo nos documentos civis, para que de fato estas pessoas possam "sumir na multidão" (expressão de Almeida, 2012, p. 519). Por outro lado, homens transexuais podem optar por assumir publicamente sua identidade transexual, o que também pode levar a processos de preconceito e discriminação, tendo em vista que o

[196] É fundamental considerar que um dos elementos centrais da "passabilidade" relaciona-se aos recursos econômicos, pois a população com condição mais favorável detém maiores oportunidades de construção da corporalidade que deseja. Assim, os usuários que possuem acesso a serviços de saúde privados conseguem mais rapidamente realizar algumas modificações corporais, enquanto os que não possuem dependem do sistema público que possui insuficientes políticas e serviços de saúde relacionados ao Processo Transexualizador, não abarcando todos os usuários e nem todas as demandas daqueles que conseguiram se inserir na rede.

olhar falocêntrico impregna as representações sobre a experiência masculina, ou seja, é como se os comportamentos e significados considerados masculinos emanassem necessariamente da presença material original do pênis (ibidem, p. 519).

Partindo da compreensão de que as relações sociais são também relações de gêneros, pode-se analisar o trabalho a partir da divisão sexual, que é organizada pelos princípios da "separação", ou seja, a existência de trabalhos diferenciados para homens e para mulheres e da "hierarquia", isto é, a definição de que o trabalho do homem "vale" mais que o da mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Esta divisão é determinada pela concepção de homem e de mulher a partir do sexo biológico, sendo produzida e reproduzida pelo pensamento social hegemônico como se fosse de ordem "natural".

Considera-se, portanto, que o processo de generificação[197] da vida social também invade a estrutura do mercado de trabalho e das profissões, criando assim, espaços ocupacionais e exercícios de trabalho mais "apropriados" e "adequados" para homens ou para mulheres, a partir das definições sociais de profissões e ocupações tipicamente masculinas ou femininas.

Não se pode afirmar que a inserção de mulheres em determinadas profissões/ocupações e homens em outras é exclusivamente pelo fato destas representarem um estereótipo de masculinidade ou feminilidade, pois outros fatores podem contribuir para tal fenômeno. Entretanto, pode-se reconhecer que ocorre um intenso processo de generificação do trabalho, por isso, a inserção majoritária de mulheres em profissões/ocupações que atuam no campo mais humanístico e da esfera do cuidado, sendo o trabalho uma "extensão da vida doméstica", enquanto aos homens cabe a inserção em profissões/ocupações que requisitam atributos de raciocínio, objetividade, e em cargos de poder de chefia e decisão.

Porém, quando pessoas assignadas como homens ao nascerem, se identificam como mulheres e se dedicam, por exemplo, à execução de trabalhos de enfermagem ou de cabelereira ou quando pessoas assignadas como mulheres ao nascerem, se identificam como homens e desenvolvem atividades profissionais de garçom, barbeiro ou frentista[198], por exemplo, torna-se possível refletir que o que define os gostos, aptidões profissionais, comportamentos etc., não é o biológico, mas sim as relações sociais. Assim, entende-se

[197] De acordo com Butler (2000, p. 157), "o 'eu' não precede nem segue o processo de generificação, mas emerge apenas no interior das próprias relações de gênero e como a matriz dessas relações", portanto, "a matriz das relações de gênero é anterior à emergência do 'humano', assim, (...) nos seres abjetos que não parecem apropriadamente generificados; é sua própria humanidade que se torna questionada" (ibidem, p. 157).

[198] Estes são alguns exemplos das profissões/ocupações desempenhadas pelos usuários homens transexuais do serviço, presentes nos estudos sociais analisados.

que a transexualidade "confunde" a divisão social dos papéis e funções – incluindo a do trabalho - e "desorganiza" uma ordem social aparentemente cristalizada.

Pode-se considerar que talvez a inserção de homens transexuais em ocupações tipicamente consideradas masculinas, ocorre para que se possa, em alguma medida, "responder" às normas socialmente estabelecidas dos lugares ocupacionais que homens e mulheres devem ocupar, para talvez serem reconhecidos como "homens de verdade". Pode ser ao mesmo tempo, um desejo individual de se inserir em profissões tipicamente consideradas masculinas. Ou somente a vontade de se inserir na profissão, sem qualquer relação que a mesma guarde a respeito das concepções de masculinidade ou feminilidade.

Porém, cabe refletir se a inserção e escolha de homens e mulheres em determinadas profissões, são livres e de acordo com seus reais interesses ou são "escolhas" moldadas socialmente, onde as forças sociais pressionam o indivíduo a se inserir e a gostar de uma determinada profissão/ocupação de acordo com o seu sexo biológico. Desta forma, compreende-se que o mundo do trabalho é uma das formas que a sociedade reconhece como legitimação da masculinidade ou feminilidade, e isso incide diretamente na construção de identidade dos indivíduos, onde homens e mulheres são condicionados/as socialmente a ocupar e desempenhar os papéis que regulam as relações sociais: os papéis de gênero.

III. CONCLUSÃO

A partir do final dos anos de 1960 o capitalismo empreende um novo modo de organizar a produção - na tentativa de superar a crise de acumulação - que atinge nocivamente a totalidade da classe trabalhadora, resultando em novas formas de configuração da *classe-que-vive-do-trabalho* tanto na esfera da produção, quanto fora dela (ANTUNES, 2011). Neste contexto, é preciso ainda considerar as particularidades das formações sociais latino-americanas, caracterizadas pelo desenvolvimento do capitalismo dependente, em que uma das peculiaridades consiste no fenômeno da "superexploração dos trabalhadores", uma vez que a depleção de riquezas vivenciada por estes países se debruça sobre a classe trabalhadora, submetida à sobreapropriação e sobre-expropriação capitalistas (FERNANDES, 2009, p. 51-52).

Assim, tais determinações, entre tantas outras, impostas pela sociabilidade do capital, incidem e impactam nas dimensões de produção e reprodução social de todos/as aqueles/as que necessitam vender a sua força de trabalho para sobreviver. No entanto, pode-se considerar que este processo possui particularidades quando se trata de pessoas transexuais, pois ainda se agregam situações de discriminação e preconceito devido à identidade de gênero não ser socialmente hegemônica.

Compreende-se, portanto, que o poder de controle que o empregador detém sobre o processo de trabalho ultrapassa esse limite invadindo o controle sobre os corpos, intimidade, liberdade e identidade de seus/suas empregados/as. Uma expressão mais sutil deste controle se dá quando o empregador demonstra uma atitude acolhedora da identidade de gênero da pessoa transexual, pois pode ser inaugurada aí uma relação de total submissão do/a empregado/a em razão tanto de uma necessidade de retribuição da suposta benesse quanto do medo de não obter um reconhecimento semelhante em outra realidade institucional.

Isto posto, ainda que se reconheça os limites dos direitos humanos na sociabilidade burguesa, não se deve desconsiderar a viabilização destes direitos como garantia primordial para melhores condições de vida à classe trabalhadora. Neste sentido, é imprescindível a promulgação de legislações (leis, portarias, decretos, entre outros), programas, projetos e políticas públicas que amparem o direito das pessoas transexuais e travestis em todos os âmbitos sociais, inclusive no mundo do trabalho, publicizando em dispositivos legais o direito desta população em ter suas identidades de gênero reconhecidas e respeitadas socialmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. Corpo e gênero: articulando um debate. Em Pauta, Rio de Janeiro, v.9, n. 28, p. 17-27, dez. 2011.

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, mai./ago.2012.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ÁVILA, S; GROSSI, M. P. O “Y” em questão: as transmasculinidades brasileiras. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos feminismos. Florianópolis, 16 a 20 de setembro de 2013.

BENTO, Berenice. A (re)invenção da transexualidade: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Lopes Guacira (Org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM n.457/2008 aprova a regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de saúde.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM n.2.803/2013 redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Global, 2009.

HIRATA, H; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 93- 100, 1994.

_____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

MARIANO, A. S; AYRES, N. As relações entre exploração e opressão na sociedade capitalista. In: Anais da II Semana de Economia Política UFC-UECE: Luta de Classes e Opressões: Uma homenagem a Rosa Luxemburgo. Ceará, 9 a 12 de outubro de 2013.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 157-352.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SCHMIDT, Mario. Nova História Crítica: moderna e contemporânea. São Paulo: Nova Geração, 1996.

SILVA, K. M; LONGHINI, G. D. N; FERNANES, F. B. Arquitetura material simbólica dos banheiros: funcionalidade a quem?. Pensata, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 48- 68, dez. 2014.

INTERFACE ENTRE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS TRANSVERSAIS DE GÊNERO: a violência de gênero em questão

Amanda Goulart dos Santos Machado[199]
Claudemilson Andrade Martins da Cunha[200]
Luana El-Amme Jayme[201]
Rafaella Peres Ennes de Souza[202]

Resumo: O texto tem por objetivo refletir sobre o papel das políticas públicas e do enfrentamento à violência de gênero, num contexto das contradições que permeiam a sociedade capitalista contemporânea. Considera a violência de gênero como um fenômeno que constitui o campo da defesa dos direitos humanos, indicando a importância do tema da transversalidade de gênero nas políticas como forma de assegurar a rede de enfrentamento à violência de gênero.

Palavras-chave: Mulheres, Políticas de Gênero, Tranversalidade, Violência de Gênero, Direitos Humanos.

Abstract: This paper aims to reflect about public policies and the ways of facing gender violence in a contradictory context that runs through contemporary capitalist society. It considers gender violence as part of the field defense of human rights, indicating the importance of gender transversality issue in policies as a way of ensuring the combat gender violence network.

Keywords: Women, Gender Policies, Transversality, Gender Violence, Human Rights.

[199] Estudante de Serviço Social da FSS/UERJ, bolsista do PET Serviço Social UERJ; e-mail: amanda.goulart@hotmail.com.br
[200] Estudante de Serviço Social da FSS/UERJ, bolsista do PET Serviço Social UERJ; e-mail: claudemilson.andrade@gmail.com
[201] Estudante de Serviço Social da FSS/UERJ, bolsista do PET Serviço Social UERJ; e-mail: luana.el-amme@hotmail.com
[202] Estudante de Serviço Social da FSS/UERJ, bolsista do PET Serviço Social UERJ, e bolsista do NEAE UERJ, rafaellaennes@gmail.com
Tutora e orientadora: Professora Associada Dra. Carla Cristina Lima de Almeida

I. INTRODUÇÃO

Este estudo é parte de uma pesquisa sobre Violência de Gênero na Universidade, que está sendo desenvolvida na UERJ. O texto tem por objetivo refletir sobre o papel das políticas públicas e da rede de enfrentamento à violência de gênero, num contexto das contradições que permeiam a sociedade capitalista contemporânea. Considera a violência de gênero como um fenômeno que constitui o campo da defesa dos direitos humanos, cujas expressões atravessam a dicotomia entre esfera pública e privada, reivindicando um conjunto de normas, leis e medidas que assegurem a proteção dos sujeitos que passam por violações.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa de base bibliográfica e documental com a finalidade de mapear as principais resoluções no campo da violência de gênero e oferecer subsídios para a pesquisa no contexto da universidade. A reflexão sobre esse material indicou a importância do tema da transversalidade de gênero nas políticas como forma de assegurar a rede de enfrentamento à violência de gênero.

O trabalho discute inicialmente a violência de gênero como violação de direitos humanos, tomando esse conceito numa perspectiva histórica. Em seguida levanta problematizações sobre as políticas públicas e o enfrentamento da questão social, para finalmente refletir sobre as políticas de gênero e a importância da sua transversalidade no enfrentamento da violência.

II. DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Os direitos humanos são considerados direitos inerentes aos seres humanos, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, etnia, idioma, religião, sexualidade, entre outros. Foi deste modo que a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o conceito de Direitos Humanos. Para Bobbio (2004), os direitos fundamentais nascem e são inseridos nas Constituições de forma gradual. São frutos do processo histórico de lutas da sociedade a cada época, sendo denominados por este motivo de gerações ou dimensões do direito. O termo “geração” é questionado entre os estudiosos do Direito Constitucional, pois sugere que os direitos se sobreponham uns aos outros, numa ideia de substituição, porém sua utilização neste trabalho serve apenas para diferenciar os diferentes momentos de sua inserção na legislação.

Bobbio (2004) propõe uma categorização para o estudo da história do surgimento dos direitos, comparando as gerações ou dimensões ao lema da Revolução Francesa "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". Assim, os direitos de primeira geração estão de acordo com a liberdade, os de segunda com a igualdade e os de terceira com a fraternidade. Há ainda direitos de quarta, quinta e sexta geração, porém só mencionaremos os de primeira e segunda, pois são os que mais se relacionam diretamente com nosso debate.

Os direitos de primeira geração ou dimensão se referem aos direitos naturais, inerentes a todos os indivíduos, tratam da questão da liberdade e precedem os contratos sociais. Nos direitos de segunda geração estão localizados os direitos sociais e políticos. Aqui se encaixam aqueles referentes à igualdade que exigem uma participação direta do Estado. Dentre eles, estão direitos ao trabalho, à saúde e à educação.

A luta pelos direitos em relação à orientação sexual é vista por Vale de Almeida (2010) como os últimos conceitos modernos de cidadania, direitos humanos e identidade, que devem ser pensados como universais, ou seja, como um direito de todos como são os direitos humanos. No surgimento da sociedade capitalista moderna, apenas pequenos grupos eram considerados cidadãos, as pessoas do gênero masculino. As lutas feministas em prol do direito ao trabalho e ao voto vieram em décadas posteriores.

As revoltas estudantis e dos jovens, na Europa e nos Estados Unidos da América, os movimentos das mulheres e dos negros pelos direitos civis, segundo Vale de Almeida (2010), "abriram uma era em que o movimento trabalhista deixou de ser o fator de mudança social, e em que as reflexões críticas sobre o social integraram a herança do pensamento psicológico e sexológico". Ou seja, começam a surgir novas demandas sociais, à medida em que a sociedade se desenvolve, através de processos históricos. É neste contexto que começam a surgir as reivindicações do movimento *gay*. No entanto, por não constar na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no primeiro documento que tratou das questões acerca dos Direitos Humanos, a Orientação Sexual não era vista como um direito universal.

Na perspectiva de articular violência de gênero e direitos humanos, a violência contra as mulheres, assim como a outros grupos no campo das identidades de gênero e sexualidade, é considerada uma das principais formas de violação dos direitos humanos, pois as atinge no direito à vida, à saúde e à integridade física, além das sérias consequências psicológicas ocasionadas às vítimas. Alguns dados divulgados por atendimentos realizados em 2015 pela Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) informam que 74% dos relatos de violência contra as mulheres registrados, acontecem

diariamente ou semanalmente. Esse dado aponta que a violência contra a mulher é um problema de muita importância em nosso país.

Para uma tipologia da violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha (Lei de Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) traz algumas definições que têm norteado as propostas de intervenção e proteção às mulheres. Por Violência Doméstica, são consideradas a violência física, na qual a conduta de outrem interfira na integridade ou saúde corporal de uma mulher; a Violência Psicológica, entendida como qualquer conduta que cause dano emocional, baixa autoestima ou ato que impeça o pleno desenvolvimento das ações seja pelo controle, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, insulto, entre outros; por Violência Sexual, entende-se como conduta que obrigue a mulher a presenciar, manter ou participar de uma relação sexual da qual não queira, por meio de intimidação, ameaça, coação, uso de força que a leve a comercializar ou utilizar sua sexualidade ou qualquer atividade que retire ou anule seus direitos sexuais e reprodutivos; Violência Patrimonial, na qual, a mulher tem seus bens, objetos e documentos retidos, subtraídos e destruídos; e a violência moral, conduta que configura calúnia, difamação ou injúria.

A violência contra as mulheres, para ser entendida, requer que seja considerada a questão de gênero, que é a construção social, política e cultural da feminilidade e da masculinidade. Essa construção é baseada nas desigualdades hierárquicas existentes entre homens e mulheres, que na sociedade capitalista subalterniza o sexo feminino ao masculino, e destitui a identidade cultural e histórica acerca do papel da mulher na sociedade, sendo classificado apenas como algo meramente biológico. Essa superioridade do sexo masculino resulta em uma associação de sua masculinidade com força, guerra e poder o que acarreta em uma naturalização de seu comportamento violento e agressivo com as mulheres.

A estrutura patriarcal que emerge na sociedade capitalista industrial reproduz na esfera pública e privada dois mundos do trabalho: um mundo fabril, onde por exemplo tais assimetrias se materializam nas estruturas de mando; e um mundo doméstico, com suas duplas e/ou triplas jornadas de afazeres domésticos. A mulher foi incorporada no trabalho fabril de forma subalternizada, com remuneração inferior a dos homens. Em casa cabia-lhe cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Com esse cenário de dificuldades as mulheres começam a reivindicar por políticas que se materializem em apoio à sua vida cotidiana como: escolas, creches, melhores salários, redução da jornada de trabalho, entre outras que visam atender às suas variadas necessidades diárias.

Historicamente, essas lutas tiveram alguns marcos importantes. Em 1857 acontece a primeira greve conduzida por mulheres, quando cento e vinte nove tecelãs da Fábrica de Tecido Cotton, em Nova York, declararam greve objetivando aumento salarial e a redução da jornada de trabalho. O que motivou a ira dos patrões que decidiram queimá-las vivas. No século XIX, os movimentos de mulheres lutaram por direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para ambos os sexos e o direito ao voto. No século XX a luta se estruturou em torno do feminismo e sua organização de mulheres em prol de melhorias na estrutura social. Entretanto, as mulheres que assumiram as lutas sofreram discriminação até mesmo das próprias mulheres que ainda se encontravam impregnadas pelos valores morais construídos pela sociedade.

Em 1970, no Brasil, o movimento feminista evidencia a violência doméstica sofrida pela maioria das mulheres, o que gera visibilidade ao assunto até então considerado privado, a ser resolvido dentro de casa. O conceito de gênero passou a ser utilizado por várias estudiosas feministas brasileiras e estudiosos a partir de finais de 1980. No ano de 1985, o movimento feminista articulado a diversos outros grupos mobilizou-se no processo de elaboração da nova Constituição de 1988. Este instrumento expressa fundamentalmente a igualdade de direitos e deveres de mulheres e homens no processo de construção da democracia brasileira.

De modo geral destacamos as Conferências das Nações Unidas na década de 1990, e outras Conferências Regionalizadas que deram visibilidade para a violência de gênero. No bojo de todas essas conquistas as mulheres iniciam um processo que “desnaturaliza” as várias formas de violência das quais eram vítimas pelo fato de serem mulheres, tornando o respeito a sua pessoa uma questão de direitos humanos. No caso brasileiro esse processo se articula à luta pela superação das desigualdades sociais, colocando em evidência a necessidade de uma discussão sobre a questão social.

III. O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS

De acordo com Iamamoto (2009), a Questão Social é entendida como um conjunto de desigualdades sociais, econômicas e políticas advindas do surgimento da classe trabalhadora e da sua inserção no sistema de produção e reprodução capitalista. Essas desigualdades, que são próprias do sistema vigente, exigem respostas por parte do Estado, que são oferecidas no sentido de minimizar as expressões da Questão Social.

No Brasil esse processo se inicia na década de 1930 com Getúlio Vargas. A industrialização e a urbanização ascendentes geram diversos problemas sociais, que são combatidos através das políticas sociais, na época realizadas em conjunto com a igreja como forma de construção do consenso. Com a chegada da grande indústria, os pequenos produtores são abrigados a vender a sua força de trabalho visto que não podem competir com os grandes meios de produção. Desse conflito entre capital e trabalho, do qual a raiz é a produção, surge a Questão Social e as expressões da mesma que, como dito anteriormente, são enfrentadas pelas políticas sociais. Assim, o que seriam direitos sociais passa a ser visto como benefício do Estado a trabalhadores, inaugurando a ideia de uma cidadania regulada que, de acordo com Santos (1979), é definida como uma experiência

> Cujas raízes encontram-se não em código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido como norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em leis. A extensão da cidadania se faz pois, via, regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por extensão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos que ocupa no processo de produção, tal como reconhecido por lei. (SANTOS, 1979, p. 75)

Esse caráter da política social brasileira perdura até a Constituição Federal de 1988, que trouxe consigo a universalidade nas políticas públicas, em que os indivíduos são vistos como sujeitos de direitos, independente da sua inserção no mercado de trabalho. Contudo, a efetividade desse caráter universal das políticas públicas ainda não se viu concretizada, ficando restrita à forma da lei. A permanente necessidade de luta da classe trabalhadora em prol de políticas sociais universais é reflexo dessa dificuldade de concretização do que está prescrito na lei.

Embora existam avanços, também convivemos com retrocessos quando nos deparamos com os mesmos problemas vivenciados pelo Brasil no passado. Como afirma Yazbek (2016), em tempos de crise estrutural há uma restrição da política social que perde gradativamente o alcance universal como princípio, se tornando a cada dia mais focalizada. O que antes era direito, conquistado através de muita luta da classe trabalhadora perde esta característica ao se converter em um benefício destinado apenas aos trabalhadores assalariados, inscritos no mercado formal de trabalho, ou desde que sejam contribuintes com o fator previdenciário. Neste processo, explica a autora, a classe trabalhadora perde o conceito de cidadania, o que requer mais condicionalidades e torna cada vez mais seletiva a viabilização dos direitos mais básicos para a população. A proteção social deve partir do

princípio de dissociar a reprodução das condições de vida material, e o bem-estar das condições de mercado, ou seja, os meios para se adquirir condições básicas de sobrevivência não podem estar ligados à necessidade da venda da força de trabalho.

Entretanto, a atual conjuntura revela uma busca pela dinamização do mercado consumidor entre os mais pobres, associando cidadania à lógica do consumo, o que produz a negação de "um século de construção de um sistema universal de proteção social para retornar ao Estado cuidador dos pobres. " (LAVINAS, 2014, p. 3 apud YAZBEK, 2016, p.7). Essa construção substitui o modelo de provisão do *Welfare* para dar lugar ao *Workfare*, que tem como característica a regulação do Estado, por meio de participação dos cidadãos em medidas de retribuição obrigatória que fomentem o mercado de trabalho.

Apesar de fracas e instáveis, as políticas sociais públicas hoje existentes são fruto de muita luta da classe trabalhadora. Se inserem nesse processo de resistência e conquistas as políticas voltadas para a questão de gênero. Para pensar as políticas sociais sobre a questão de gênero é necessário refletir sobre a relevância das mesmas na atual dinâmica social na qual estamos inseridos, ditada pelo sistema de produção capitalista.

A questão social, como mencionado acima, nasce do conflito de classe, que tem seus interesses distintos. Nesse processo de produção e reprodução capitalista, a família, com a mulher em seu lugar tradicional, tem um papel central, visto que o núcleo familiar é o principal alvo da intervenção estatal, por meio de políticas que tem como objetivo a continuidade da dinâmica social.

> São políticas de caráter focalizado e fragmentadas centradas nos papeis tradicionais da mulher dentro do lar e da família. A grande maioria das políticas, programas e projetos dirigidos às mulheres no mundo inteiro, enfocam seus papeis de esposas e mães dentro da divisão sexual do trabalho e buscam enfrentar necessidades voltadas à esfera doméstica, mas que, na verdade pouco contribui para a conquista do empoderamento e autonomia das mulheres. (CARLOTO, 2002, p.1)

A relevância da reflexão sobre as políticas pautadas na questão de gênero surge a partir da compreensão das assimetrias trazidas pela atual dinâmica social para as mulheres dentro da sociedade patriarcal e capitalista em que vivemos, que reforça um sistema de opressão dos homens sobre as mulheres, por meio da reprodução de estereótipos que contribuem para conduzir a mulher a uma posição de submissão onde a mesma tem que conviver diariamente com a responsabilidade de ser mãe, dona de casa e profissional. Essa reflexão é relevante também para a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), que vive sob o medo que lhes é imposto por fazerem parte de uma sociedade homofóbica e transfóbica. Realidade dura, que exige do

poder público respostas eficazes que caminhem na direção da eliminação das desigualdades de gênero, o que passaremos a examinar a seguir.

IV. POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL

Para pensar a respeito de políticas de gênero em relação à violência é fundamental entende-la no marco do sentido das políticas sociais no contexto capitalista e também do resgaste histórico dos Direitos Humanos. É a partir das inúmeras convenções internacionais que são deliberados documentos e acordos, como são exemplos a Carta das Nações Unidas, de 1945, e a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, que delineiam a proteção dos direitos humanos, incluindo homens e mulheres, ainda que de forma genérica: - "sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, e na igualdade de direitos do homem e da mulher" (ONU, 1948).

Cabe destacar que as políticas públicas direcionadas às questões de gênero são também frutos de reivindicações e lutas organizadas pelos movimentos da sociedade civil brasileira, como das influências que os grupos e entidades internacionais tiveram para mobilizar a realidade local. Movimentos feministas, lgbt, anti-racismo são extremamente responsáveis quando o Estado brasileiro se torna signatário de documentos em defesa intransigente da vida humana, como o de mulheres, e sanciona leis em virtude de protegê-las.

A implementação de políticas públicas precisa estar pautada nas condições de vida da população alvo, ou seja, é preciso compreender quais são as necessidades dos/as usuários/as e onde faltam oportunidades para tornar o acesso a um equipamento público, ou até mesmo a um direito legal, possível. No caso da elaboração de políticas públicas e sociais de gênero, a participação da sociedade civil deve ser ressaltada e incentivada durante todo o processo, pois se soma a estudos e pesquisas comprometidos politicamente com a defesa de seus direitos.

Nesse sentido é necessário que a política de proteção às mulheres seja compreendida pelo conceito social da categoria gênero e, portanto, não esteja focalizada em determinados indivíduos, de maneira que o acesso seja irrestrito a quem estiver num contexto de combate à violência doméstica pela perspectiva de gênero.

Ademais, compreendendo as raízes históricas culturais marcadas pelo conservadorismo brasileiro nota-se que as políticas de gênero não são tratadas imediatamente no mesmo espaço de tempo quando se fala em política de proteção às

mulheres por exemplo. Entende-se a real necessidade que deve ser eleita a mulher e o protagonismo de campanhas com a temática de violência contra as mulheres, sem sobretudo excluir o debate da violência de gênero. A lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, sancionada pelo Presidente Lula, não trata a violência doméstica numa perspectiva de gênero, no conceito da palavra como "uma categoria social imposta a um corpo sexuado" (SCOTT, 1995, p. 71).

A ausência de um direcionamento objetivo ou de uma lei de proteção que considere a questão de gênero faz com que denúncias e investigações sobre violências domésticas que ocorrem com as variadas expressões de gênero sejam tratadas conforme a interpretação dos delegados e dos juízes, portanto não garante a eficácia ao tratamento da violência doméstica para os casos que não se tratem de *mulheres cis*[203], e isto merece atenção especial, visto que segundo a ONG Grupo Gay da Bahia (GGB) a cada 25 horas ocorre um caso de homicídio por homofobia no Brasil, e por isto o país é o infeliz campeão mundial de crimes contra os LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) (GGB, 2016, p.1).

Em 2005, a então Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) produziu um artigo que enfatiza a dificuldade existente na época em propor políticas transversais de gênero, embora a estratégia política de transversalidade de gênero tenha sido reconhecida oficialmente na IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, em 1995. Na ocasião, em Beijing, finalmente essa estratégia foi designada como *gender mainstreaming*, reconhecida como transversalidade de gênero. Foi adotada dessa forma desde então e garantia, basicamente, a incorporação da melhoria do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade – econômica, política, cultural e social, com repercussões nas esferas jurídicas e administrativas, incidindo em aspectos como a remuneração, a segurança social, a educação, a partilha de responsabilidades profissionais e familiares e a paridade nos processos de decisão (Ferreira, 2000 apud SPM 2005).

A transversalidade de gênero, de acordo com a SPM (2005, p.10) remete à responsabilidade do Estado em articular a temática de gênero, para além da dualidade entre sexo feminino e masculino, a todas e quaisquer medidas de políticas sociais como a saúde, a educação, trabalho e renda, habitação e etc. Os resultados desta interlocução se dão em transformações dos aspectos de vida tanto de mulheres, como das demais usuárias/os de tais políticas e programas, além do autoconhecimento e da autoafirmação como sujeitos e o empoderamento vinculado ao processo de utilização das políticas citadas. São efeitos

[203] Mulheres assim designadas em conformidade com o sexo definido no nascimento.

benéficos à vida da população brasileira em geral, que podem ser inseridas pela concepção de transversalidade.

V. CONCLUSÕES

A partir destas reflexões produzidas pelo debate das políticas sociais e dos direitos humanos se reforça a importância que o tema tem no espaço público e social, sobretudo porque as políticas de gênero precisam estar pautadas no caráter universal das políticas sociais, além de dialogarem diretamente com a preservação e a valorização da vida humana, com enfoque nos grupos que estão historicamente e culturalmente mais expostos às questões de violência doméstica, como o caso de violência contra as mulheres e grupos LGBT.

Compreender, entretanto, a violência contra as mulheres e os grupos LGBT como uma questão social na realidade brasileira é fomentar na própria sociedade o entendimento da necessidade de superar aspectos conservadores do cotidiano brasileiro e reprodutores de injusta opressão, subalternidade e miséria. Trata-se, portanto, de por meio das lutas sociais produzir novas formas de sociabilidades que levem em conta a diversidade de gênero e sexualidade e o enfrentamento das desigualdades sociais.

Por fim, é fundamental reforçar o sentido da transversalidade das políticas sociais e públicas de gênero, visto a articulação imprescindível entre as inúmeras políticas e programas presentes por exemplo na educação, na saúde, na assistência social, trabalho, renda, habitação e que são fontes inesgotáveis de possibilidades de trabalhar a questão do gênero, em seu discernimento social, dentro destes equipamentos públicos. Portanto, este artigo termina ressaltando a máxima urgência de tratar a transversalidade e as questões de gênero como fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática e que não apenas aceite o plural, como também crie oportunidades ao conjunto da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. **A chave do armário: homossexualidade, casamento, família**. Florianópolis: EdUFSC, 2010.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CARLOTO, Cássia Maria. **Políticas públicas, gênero e família**. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_cassia.htm. Acesso em: 29/03/2017.

FERRARESI, Camilo Stangherlim. **Direitos fundamentais e suas gerações**. Disponível em: http://www.revistajurisfib.com.br/artigos/1359119403.pdf> . Acesso em: 21 de março de 2017.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2016. Assassinatos de LGBT no Brasil**. Disponível em: https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf . Acesso em: 26 de agosto de 2017.

BRASIL. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 31 de agosto de 2017.

NUNES, Dymaima Kyzzy. **As gerações de direitos humanos e o estado democrático de direito**. Disponível em:http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7897 . Acesso em: 22 de março de 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf Acesso em: 22 de março de 2017.

PEREIRA, Luciano Meneguetti. **As dimensões de direitos fundamentais e necessidade de sua permanente reconstrução enquanto patrimônio de todas as gerações**. Disponível em:http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2013/downloads/2013/3/33.pdf. Acesso em: 21 de março de 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul/dez. 1995, pp. 71-99.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES. **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Disponível em: http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e publicacoes/fortalecimento-da-secretaria-especial-de-politicas-para-as-mulheres avancar-na-transversalidade-da-perspectiva-de-genero-nas-politicas-publicas/view Acesso em: 26 de agosto de 2017.

YAZBEK, M. C. **O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social**. Disponível em: http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12139/8781. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO:
Ajustando o Foco na Universidade

Carla Cristina Lima de Almeida[204]
Catarina Almeida dos Santos[205]
Fernanda Cristina de Assis Silva[206]
Mayara Mendes de Oliveira[207]

Resumo: Neste artigo propomos uma discussão sobre relações de gênero e suas expressões no âmbito acadêmico, como parte de um projeto mais amplo sobre Violência de Gênero na Universidade. Nesse sentido, recorremos à história para refletir sobre os espaços ocupados por homens e mulheres na educação. É apontada também a importância do Movimento Feminista para as lutas por direitos das mulheres, assim como a apropriação dos estudos de gênero contemporâneos que produzem rupturas na visão binária e patriarcal, indicando a necessidade de articulação com outras categorias de análise, como classe, raça/etnia, sexualidade.

Palavras-chave: Estudos de gênero; Feminismo; Educação; Universidade.

Abstract: In this paper we discuss gender relations and its expressions in academic field, as part of a broader research about Gender violence at the university. In this sense, we invoke history to reflect about the places occupied by men and women in education. Its points to the importance of feminist movement to the fight of women rights, as well as contemporary gender studies which produce disruptions in binary and patriarcal visions, indicating the necessity of articulating another categories of analysis, as class, race/ethnicity, sexuality.

Keywords:. Gender studies; Feminism; Education; University.

[204] Assistente Social, Professora Associada da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET-MEC) Serviço Social UERJ. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pós-doutora pelo Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU/Unicamp. Brasil. E-mail: carlacristina.almeida@yahoo.com.br
[205] Graduanda da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) da FSS/UERJ. E-mail: Catarinaa.s@hotmail.com
[206] Graduanda da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) da FSS/UERJ. E-mail: feernandassis@gmail.com
[207] Graduanda da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) da FSS/UERJ. E-mail: mendes.91.mm@gmail.com
Orientadora e Tutora: Professora Associada Dra. Carla Cristina Lima de Almeida

I. INTRODUÇÃO

Este texto apresenta uma discussão sobre as relações de gênero e feministas no contexto das sociedades capitalistas como fundamento para a análise do campo da educação e, particularmente, do ensino superior. Esse estudo compõe o projeto de pesquisa que tem como temática a Violência de Gênero na Universidade, articulada a outras categorias como raça, classe e sexualidade.

Nesse percurso, resgatamos algumas concepções centrais do debate feminista e de gênero, como a questão da naturalização das classificações binárias de gênero, a divisão sexual do trabalho e patriarcal, além da perspectiva de articulação dos marcadores sociais de diferenças para análise dos fenômenos, tal como propõem algumas autoras clássicas. Exploramos essas reflexões na relação com a sociedade capitalista e as transformações evidenciadas ao longo do tempo e destacamos as implicações desse debate no campo da educação e do ensino superior. O objetivo da pesquisa é evidenciar e desvelar as expressões fenomênicas dessas relações baseadas no gênero no âmbito universitário.

II. O PROBLEMA DA MULHER E OS ESTUDOS DE GÊNERO

De um modo geral, considera-se que durante a Idade Média se vivia numa sociedade de solidariedade coletiva, num mundo onde não havia diferenciação entre público e privado, uma vez que muitos atos de vida cotidiana eram realizados em público (ARIÈS, 1991). Com o avanço da sociedade capitalista, mudanças profundas atingem a estrutura social, com o surgimento da noção de indivíduo, a separação entre esferas privadas e públicas, na qual a população passa a ser cada vez mais anônima e o Estado adquire a função de interferência cada vez maior no espaço privado. Essa mudança na configuração social reflete também nos “papéis” dos homens e das mulheres e nos espaços que estes ocupam. Para Perrot (2005), a separação das esferas expressou, sobretudo, de modo radical no capitalismo a divisão sexual do trabalho. De acordo com isso, às mulheres coube o espaço privado, cuidando das tarefas domésticas (onde eram “úteis” sua “sensibilidade” e “delicadeza”) dos filhos e do marido; aos homens os espaços públicos de socialização e participação política, como bares e parlamentos.

Parcialmente as mulheres, por volta do final do século XIX e início do século XX, tiveram que ingressar no mercado de trabalho, devido às Grandes Guerras e assim usufruíram de algum acesso a recursos econômicos mediante a venda de sua força de trabalho. Cumpriam extensas horas de trabalho, em péssimas condições e ainda somavam

isso ao trabalho doméstico que continuou sendo "coisa de mulher". O direito à palavra, ao voto, ao ensino também não era igual e pleno para ambos os sexos. O homem tinha acesso a todo tipo de conhecimento e tinha liberdade para trabalhar em qualquer área que decidisse. Logo explodiram reivindicações por melhores condições de trabalho, por direitos políticos, entre outros direitos que lhes deveriam ser garantidos enquanto cidadãs.

Resultado disso é o movimento feminista que tem como objetivo alcançar a igualdade entre homens e mulheres. O Feminismo contesta a estrutura patriarcal da sociedade e o domínio masculino nas relações profissionais e pessoais. No texto de Pinto (2003) é relatado o início da luta feminista no Brasil, incluindo a luta contra os dogmas impostos pela Igreja Católica, base religiosa importante na formação social e histórica do país. No Brasil e em vários lugares do mundo são apresentadas três grandes ondas para descrever a história do feminismo, que são os períodos mais ou menos delimitados no tempo e caracterizados por algum tipo de concepção e prática política dominante. Assim, Pinto destaca que o feminismo é

> [...] um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação mas, que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2003, p.16).

A primeira onda ocorre em todo o mundo no final do século XIX e o início do século XX. Ela começa quando mulheres se organizam em torno da conquista de direitos fundamentais, tais como: educação, voto, ingresso em carreiras consideradas masculinas e condições dignas de trabalho. Já a segunda onda diz respeito à consolidação do feminismo como movimento político e à produção teórica sobre a opressão feminina em diálogo com a militância política. A terceira onda feminista ocorre mais precisamente no final da década de 1980, e a mesma marca um momento importante de renovação teórica e de proliferação de diversas categorias identitárias de mulheres.

A unidade do feminismo, que foi construída pelo discurso da opressão corriqueira das mulheres nas sociedades dominantemente patriarcais, começa a ser contestada. Assim inaugura-se uma noção de múltiplas opressões, notadamente aquela que emerge das desigualdades raciais. Usa-se o discurso binário simples que opunha mulheres e homens sobrepondo-se outras oposições binárias, sobretudo entre mulheres brancas e negras, do Sul e do Norte. No plano político, em 1984 surge a mais emblemática vitória do feminismo

brasileiro, a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher, que possibilitou a inclusão dos direitos das mulheres na Constituição de 1988.

Fomentados pelos Estudos Feministas, no final da década de 1960 foram desenvolvidos os estudos da mulher que buscaram enriquecer as construções teóricas para entender as relações entre homens e mulheres dentro da sociedade. Trouxeram uma visão crítica e científica de especialistas da área, denunciando o sistema de dominação baseado nos sexos. Com esse questionamento inicial visaram inscrever a mulher na História da Humanidade, observando a ausência feminina em diversas áreas, como na política, nas ciências e nas artes, além é claro de pensar sua emancipação social. Desmistificando e desconstruindo argumentos contrários como o "vitimismo feminino", ou, a " inveja do falo", também foi observado que essa ausência não tinha uma ligação direta com o sexo feminino, mas com tudo que era socialmente construído sobre os sexos.

A historiadora Joan Scott traz uma visão nova para os estudos de gênero. Scott (1995) afirma haver uma construção de significados sociais e culturais a partir da percepção das diferenças sexuais, posicionando-as dentro de relações hierárquicas e de poder. Essa conceituação foi importante não só teoricamente, mas politicamente, pois foi a partir daí que historiadoras feministas deram voz às mulheres como sujeitos da história.

A partir dessa percepção surge o conceito de gênero, apontando que as relações sociais constroem a identidade dos sujeitos, rejeitando o determinismo biológico. Não se nega a biologia, mas se ressalta tudo que é produzido sobre essas características biológicas. Foi importante ir além da interpretação naturalista para enxergarmos melhor as diferenças sociais causadas por ela. Para Saffioti (2004, p.108) "A postura aqui assumida consiste em considerar sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida". Desse modo, gênero é pensado como algo passível de transformação, dependendo de cada período histórico e de suas particularidades. Para Louro (2003, p. 21), busca-se acentuar "o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo" e com isso o conceito além de constituir uma ferramenta de análise, torna-se uma ferramenta política.

Uma consequência importante da utilização do gênero é que este não deve ser analisado de forma reducionista e homogeneizadora, em torno do que é considerado feminino ou masculino. Gênero seria algo muito mais amplo e plural, o que este modelo binário rígido não comporta e não consegue explicar.

Sendo assim na sociedade capitalista, as relações de gênero se expressam através da divisão sexual do trabalho, que é legitimada pela naturalização dos papéis sociais dos homens e das mulheres, como destacamos antes. Sobre essa divisão Michele Perrot (2005)

faz uma análise pela lógica funcional da sociedade no século XIX. Para ela, a diferenciação sexual na vida cotidiana nos dá a percepção da funcionalidade desses comportamentos no sistema capitalista e, ao mesmo tempo, mostra que estes podem ser móveis / deslocados. De acordo com as necessidades do capital, ora as mulheres são expelidas do mercado para cuidar da casa e dos filhos passando a meras reprodutoras, enquanto o homem "provém o sustento do lar"; ora são recrutadas como mão-de-obra para o mercado. O conceito de gênero confronta essa divisão sexual, para que ela deixe de ser vista como um processo natural.

Na lógica do ser social, as relações sociais vão se engendrar em relações sociais de sexo sendo assim denominadas por algumas feministas francesas, que discordam da ideia anglo-saxã de gênero a qual, para elas, não explicitaria as bases sócio históricas que determinariam as relações de sexo. (SENOTIER et alii, 2009).

As relações sociais de sexo operam de acordo com o naturalismo da ideologia patriarcal, a qual se baseia numa hierarquia já prenunciada pela divisão sexual do trabalho que coloca o "chefe de família, o progenitor, provedor do sustento", como centro da relação. Nessa perspectiva a mulher deve ser obediente ao pai ou marido, enquanto o homem deve ser viril. Essa ideologia patriarcal teria sido fundamentada em três fases: primeiro a religiosa através da figura do patriarca, depois do marido, e contemporaneamente na figura do homem em si, sendo qualquer um, irmão, tio, etc., ou seja, o patriarcado está pautado no "Heterocentrismo". Vale ressaltar que a cultura patriarcal é uma ferramenta bastante útil ao fortalecimento do pensamento que naturaliza relações de poder do masculino sobre o feminino e, sendo assim, não seria melhor adotá-lo como explicação geral das diferenciações de sexos, mas como um dos muitos esquemas de dominação existente. (SENOTIER et alii, 2009).

Danièle Kergoat (2010) reforça esse argumento, apontando que homens e mulheres estão inseridos numa relação social específica, que são as relações sociais de sexo, e no capitalismo estas tem o trabalho como sua base material, se expressando através da divisão social do trabalho entre os sexos. Essa divisão, contudo, não remete a um pensamento determinista, pelo contrário, a divisão sexual do trabalho varia por ser uma construção social de determinado período histórico, que possui seus próprios princípios organizadores.

Tendo em vista a noção de gênero no contexto do capitalismo, vão se adensando ao longo das últimas décadas estudos que apontam a necessidade de pensar o entrecruzamento de diferentes categorias de análise, como classe, raça-etnia, sexualidade, gênero, entre outras. Se gênero abarca todas as dimensões que apontam relações de poder das mulheres nos seus relacionamentos com os homens e também entre si, sejam eles no

âmbito familiar, profissional, religioso ou outro, devemos olhar de uma forma mais plural para essa questão, já que são diversas as representações de homem e de mulher. Se um dos elementos do gênero é que este constitui a identidade dos sujeitos, devem ser observados todos os pontos que vão além do "ser homem" ou "ser mulher". Ser homem e/ou mulher, também envolve ser de determinada etnia, classe, sexualidade, religião. Mas é insuficiente olhar para cada ponto separadamente, porque não há identificação nem representação dos indivíduos apenas em termos de classe ou só em termos de etnia, por exemplo. Como diz Saffioti:

> O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não que cada uma dessas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. (SAFFIOTI, 2004, p.125).

As desigualdades sociais devem ser enxergadas a partir dos diferentes fatores. Isso fica claro, por exemplo, nos estudos feitos por mulheres brancas e os estudos feitos por mulheres negras, em países onde a opressão racial já era objeto de estudo e considerava o que se construía na relação de sexo e raça. Grupos diferentes privilegiam seus interesses sociais em seus estudos e em suas lutas, mas todos são entrelaçados para que se entenda a dinâmica das desigualdades. Além disso, a articulação dessas dimensões permite ampliar o alcance dos conceitos. No caso do gênero, por exemplo, "[...] algumas estudiosas e estudiosos (como Judith Butler) vêm sugerindo que usualmente pensamos e trabalhamos sobre gênero "numa matriz heterossexual" (LOURO, 2003, p.28). Isso demonstra como operar com diferentes dimensões de desigualdades e diferenças pode potencializar os estudos.

É importante salientar a necessidade de romper com a heteronormatividade nas discussões de gênero, já que esse padrão de gênero e sexualidade que regula a organização da sociedade já não é mais suficiente para tratar das inúmeras possibilidades de identidade de gênero que vão além de classificações como homem e mulher.

III. O GÊNERO E A EDUCAÇÃO SEXISTA

O discurso das diferenças se enraíza nas vivências do cotidiano dos sujeitos, "programando-os" para naturalizarem muitos fatores causadores de desigualdades. A

Educação seja ela em qualquer âmbito social (escolas, universidades, família, etc.) é um instrumento essencial na reprodução ou produção desse discurso.

Nos fragmentos abaixo do artigo "Divisão sexual dos brinquedos infantis: uma reprodução da ideologia patriarcal", de Antônia Camila de Oliveira Nascimento (2014) estão destacadas as respostas das mães que foram indagadas quanto aos seus filhos (as) brincarem com brinquedos "não correspondentes ao seu sexo". Percebe-se a influência dicotômica na escolha dos brinquedos e brincadeiras de acordo com os papéis sociais sexualmente estabelecidos:

> Eu acho que sim, até pela questão da própria sexualidade né? Eu acho assim, ainda vamos assim, dizer, sou a favor da família tradicional. Eu acho que menina tem que brincar com brinquedos de menina, usando sua feminilidade, sua delicadeza. (POLLY).
> [...] os brinquedos de meninas, eu acho, eles são muito ligados, geralmente para o cuidado, por exemplo, você vê muito bebezinho, muita bonequinha com roupinha pra você arrumar, como se estivesse educando aquelas meninas para ser mãe, para ser dona de casa com pratinho, conjuntinho. E menino não, menino você já tem, por exemplo, uma máscara dessa de um herói, você tem armas entendeu? [...] Eu acho que tem diferença na concepção de brinquedos. (SANDY). (NASCIMENTO, 2014, p. 268-269)

Ainda que uma delas perceba a diferenciação na concepção dos brinquedos, não questiona esse fato, provavelmente por prever as represálias que seu filho poderá sofrer. A autora ainda neste mesmo artigo relata como os departamentos das lojas de brinquedos já são programados (em cores e formatos) nessa divisão e como as brincadeiras induzem as crianças a representarem esses papéis sociais e ver significação nisso.

Já as escolas, por exemplo, tem deixado marcas na sociedade através da educação sexista, através de arranjos sutis elas contribuem para a constituição da identidade dos indivíduos. Na educação básica, os materiais didáticos têm representações de homens associados à força, raciocínio e capacidade de conquistar seus objetivos. Já as mulheres são representadas de forma frágil e dependente. O comportamento é induzido de acordo com o sexo: o menino que não gosta de esportes ou a menina que corre, fala alto é repreendido (a). Tais atitudes são consideradas "desvio" de comportamento. Os espaços escolares são indiretamente, alguns diretamente, separados e apresentam sexismo até mesmo na linguagem: a própria Língua Portuguesa por vezes em suas regras torna obrigatório referir-se a um conjunto de pessoas somente no masculino, mesmo quando a maioria é formada por mulheres; entre outros arranjos.

Seguindo na educação acadêmica, impera no ensino superior o raciocínio de que as mulheres são seres sensíveis e tendem a áreas/profissões de ciências humanas enquanto o

homem é mais objetivo e racional tendendo a áreas/profissões de ciências exatas. Este pensamento impera mesmo que elas sejam as que mais ingressam nas universidades, como demonstra, por exemplo, o VII e último relatório do censo de alunos da graduação publicado em 2011 e organizado pelo Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica (DEP) da Sub-Reitoria de Graduação (SR-1) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na parte da evolução do percentual de Gênero no período de 1997-2010: "As diferenças só se mostraram superiores a 10% nos Censos de 1999 e 2002. A partir de 2004, os resultados são constantes, sempre indicando maioria feminina, sendo a diferença estimada em torno de 6%". (DEP/SR1-UERJ, 2011, p. 21).

As mulheres são também as que mais concluem os cursos, e os índices de alunas nas áreas das ciências exatas e naturais é ainda muito baixo. Como exemplifica esse trecho de um artigo do *site* do governo federal sobre a estadia das mulheres na Universidade de Brasília ao afirmar que "essa forte presença feminina está mais atrelada aos cursos de humanas. No ano de 2011, por exemplo, 64% dos bolsistas do CNPq na área de ciências exatas e da terra eram homens; em engenharia e computação, 66%. (PORTAL BRASIL)

Existem pesquisas que buscam explicações naturais para esse fenômeno nas áreas da neurociência tentando comprovar essas diferenças através do funcionamento cerebral do homem e da mulher, trazendo afirmações como a de que "As mulheres obtiveram maior pontuação em atenção, memória facial e de palavras e cognição social. Já os homens tiveram melhor desempenho em velocidade do processamento espacial e sensório-motor" (BBC Brasil, 3/12/2013). Ressalvamos que embora a relevância dos estudos das ciências biológicas, é fundamental analisar essas relações como constructos sociais, de acordo com os quais meninos e meninas, desde pequenos já são doutrinados numa cultura assimétrica.

No âmbito da universidade, essa cultura muitas vezes é invisibilizada e passa a ser considerada como algo natural das relações. Contudo, algumas evidências podem ser observadas como, por exemplo, a desqualificação intelectual de estudantes; a produção do sentimento de que mulheres cursando carreiras "masculinas" estariam fora de lugar; a ideia de que estudantes que são mães não deveriam estar em sala de aula (já que muitas universidades não dispõem de creches universitárias), mas sim interromper seus cursos para cuidar dos filhos (HENRIQUES, 2016); assim como as barreiras para o reconhecimento da produção intelectual de pesquisadoras e professoras universitárias. Essas situações apontam para a presença do sexismo no ensino superior.

IV. CONCLUSÕES

As mulheres tiveram muitas conquistas ao longo da história, mas para a emancipação social é necessário se reconhecer como categoria. Atualmente as pesquisas sociais tem apontado os fundamentos de diversos tipos de desvantagens sofridas por vítimas de preconceito e desigualdade que tem por base as questões de gênero. Tem sido percebido também que não há um elemento único para isso, mas existe uma dinâmica em que diversos eventos e posições sociais se entrelaçam e constroem as relações da forma que elas se apresentam.

Visto que a educação formal pode ser um forte instrumento para a manutenção da ideologia patriarcal dentro da sociedade, já que é formadora de consciências e consequentemente de comportamentos reprodutivos, esta deve se comprometer com a discussão de gênero para combater fenômenos de violência e discriminação com base no modo como as diferenças são apreendidas nas relações de gênero. E a universidade em especial por ser uma parte dessa educação que é produtora de conhecimento crítico, científico, de compromisso com a sociedade deve se posicionar e conscientizar estudantes e profissionais trazendo esse debate para dentro do espaço universitário. É fundamental compreender essas relações para que sejam pensadas maneiras de combate, não às diferenças já que elas fazem parte da diversidade humana e compõem a sociedade em que vivemos, mas para criar formas de enfrentamento das desigualdades e preconceitos que tem por base as relações de gênero. Essa reflexão se faz necessária não só para pensarmos nossa intervenção enquanto assistentes sociais, mas também enquanto sujeitos imersos no contexto de sociedades capitalistas e patriarcais.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. Por uma História da Vida Privada. In: História da vida privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BBC BRASIL. “Cérebros de homens e mulheres têm ‘conexões diferentes’”. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/12/131203_cerebros_homens_mulheres_lgb Acesso em: 5/3/2017.

DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “VII Censo dos Alunos de Graduação da UERJ”. Disponível em: http://www.dep.uerj.br/arqs/censo/relatorio_7_censo_2011.pdf Acesso em: 30/07/2017.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. “O Conceito de Gênero por Joan Scott: gênero enquanto categoria de análise”. Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-conceito-de-

genero-por-joan-scott-genero-enquanto-categoria-de-analise/#gs.XjyLuFQ Acesso em: 10/05/2017.

HENRIQUES, Cibele. Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil. Revista Universidade e Sociedade, Brasília, Ano XXVI, n.58, p. 68-79, jun 2016.

KERGOAT, Danièle. ”Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 86, p.93-103, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005 Acesso em:10/5/2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª edição. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. “Divisão Sexual dos Brinquedos Infantis: uma reprodução da ideologia patriarcal”. Revista O Social em Questão, Rio de Janeiro, Ano XVII, n.32, p.257-276, 2014. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_32_SL_2_Nascimento_WEB.pdf Acesso em: 14/03/2017.

PERROT, Michelle. As Mulheres ou os Silêncios da História. São Paulo: Editora EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTAL BRASIL. “Mulheres são maioria no ingresso e na conclusão de cursos superiores”. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/mulheres-sao-maioria-no-ingresso-e-na-conclusao-de-cursos-superiores Acesso em: 5/3/2017.

SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher Na Sociedade de Classes Mito e Realidade. 3ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SENOTIER, Daniéle; LABORIE, Françoise; HIRATA, Helena; LE DOARÉ, Hélène. Verbetes: Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo; Patriarcado; Sexo e gênero; Movimentos feministas; Diferença dos sexos (teorias da). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MOVIMENTO LGBT E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE

Juliana Conceição de Santana[208]
Fernanda Feitosa Góes Terra Lachini[209]
Rosiane Bettecher da Silva[210]

Resumo: O presente trabalho é parte de uma pesquisa sobre Violência de Gênero na Universidade e busca dar visibilidade a este fenômeno sob a ótica da população LGBT. Identifica aspectos da violência a esses grupos, bem como estratégias e conquistas verificadas no contexto acadêmico. Analisa o movimento LGBT e sua importância para as lutas pela garantia de direitos em várias instâncias da vida social, inclusive na universidade.

Palavras-chave: Movimento LGBT. Universidade. Violência de Gênero. Direitos Humanos.

Abstract: This paper is part of a research about Gender Violence in the University, and seeks to give visibility to this phenomenon from the perspective of the LGBT population. It identifies aspects of violence to these groups, as well as strategies and achievements in the academic context. It analyzes the LGBT movement and its importance for the struggle for the guarantee of rights in multiple instances of social life, including in the university.

Keywords: LGBT Movement. University. Gender Violence. Human rights.

[208] Graduanda na Faculdade de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ e bolsista do Programa de Educação Tutorial PET/FSS/UERJ E-mail: jude_santana@hotmail.com
[209] Graduanda da Faculdade de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ e bolsista do Programa de Educação Tutorial PET/FSS/UERJ. E-mail: fernanda_lachini@hotmail.com
[210] Graduanda da Faculdade de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ e bolsista do Programa de Educação Tutorial PET/FSS/UERJ. E-mail: r.bettecher@gmail.com
Orientadora e tutora: Professora Associada Dra. Carla Cristina Lima de Almeida.

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a violência de gênero na universidade sob a ótica da questão LGBT, propondo uma análise sobre o movimento LGBT e sua importância para a compreensão do fenômeno e estratégias de luta. Tal temática abordada é fragmento de uma pesquisa que vem sendo realizada por um grupo do Programa de Educação Tutorial-PET localizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ.

O trabalho apresenta uma análise panorâmica de como ocorreram algumas conquistas da população LGBT no decorrer das últimas décadas dentro da sociedade e principalmente no contexto universitário, num cenário ainda marcado por muitos retrocessos e conservadorismos. Nessa direção, destaca a homofobia como um fenômeno da violência de gênero e violação de direitos, tornando-se um agravante e obstáculo para a aquisição de direitos até mesmo civis dessa população.

O texto nos mostra as etapas do movimento LGBT e sua agenda de lutas políticas ao longo do tempo. Destaca ainda que a universidade se constitui um espaço onde se verifica a reprodução de violências a esses grupos, o que precisa ganhar visibilidade nas pesquisas e ações nesse contexto. Assim, no decorrer do presente trabalho salienta-se que apesar das conquistas e direitos adquiridos através do movimento, há ainda muitos espaços a se ocupar. Um desses é o âmbito universitário, que vem abrindo portas, porém ainda apresenta infinitos hiatos que destoam da realidade que se almeja, a qual deveria abarcar e incluir todos/as em suas diferenças e diversidades.

II. A VISIBILIDADE DA POPULAÇÃO LGBT NA UERJ

Para dar conta de uma temática ainda considerada complexa, iniciamos a discussão desse eixo pela inserção da população LGBT no campus universitário, que demanda do corpo docente, discente e de toda comunidade interna esforços e iniciativas de acolhimento, apoio e inserção. É importante destacar que o estudo da questão da violência de gênero e a população LGBT no contexto da universidade se encontra em fase exploratória e por este motivo nos baseamos em hipóteses que podem nortear a compreensão sobre a inserção dessa população na Universidade.

Dentro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde se encontra o campo empírico para este trabalho, existem iniciativas que se voltam para a população LGBT em suas diversas necessidades. Optamos por priorizar aqui duas apenas, a *saúde* e a *pesquisa*, áreas que consideramos importantes quando falamos em violência ligada à questão de gênero e sexualidade dentro da universidade.

Cumpre ressaltar aqui a diferença entre gênero e sexualidade para que possamos melhor compreender a violência vivida na universidade. A questão de gênero tem a ver com a forma pela qual o sujeito se reconhece e é apreendido socialmente, enquanto a

sexualidade tem a ver com o desejo, os interesses afetivo-sexuais de uma pessoa. Para melhor explicar, o gênero está ligado a identidades sociais e no caso das pessoas transexuais, transgêneros, travestis entre outros elas não se identificam exclusivamente com o sexo biológico, designado no nascimento; enquanto a sexualidade define com quem o sujeito se relaciona sexualmente, podendo ser heterossexual, bissexual, homossexual entre outras. Mas, há também, como afirmam Santos & Almeida (2014), pessoas que não se reconhecem enquanto "transexual" ou "travesti", e "constroem outras formas de expressão de si, inclusive contestadoras da construção social de dois únicos gêneros (masculino e feminino)" (2014, p. 299).

Como foi dito, a unidade acadêmica da UERJ em que este projeto se situa conta com parte de sua extensão de ensino no Hospital Universitário Pedro Ernesto, campo de estágio além de residência e, portanto, formação profissional, no qual há uma área de atenção[211] exclusiva à população transexual que visa atender suas demandas pela cirurgia e tratamentos relacionados à mudança de sexo.

Com relação à pesquisa, a referida unidade de ensino da UERJ possui docentes comprometidos com a temática e que estimulam a produção cada vez maior de trabalhos de conclusão de curso (TCC) e Trabalhos de Conclusão de Residência (TCR) que abordam as demandas, necessidades, composição familiar, histórico de violação de direitos entre outros temas relacionados à população LGBT. Atualmente o grupo PET desta unidade de ensino da UERJ tem como eixo de pesquisa a temática Gênero, Classe e Raça que motivou a produção de textos que irão compor uma pesquisa coletiva sobre a questão, constituindo uma de suas atividades frente ao Ministério da Educação. Nesse sentido, entendemos que esta pode ser considerada como mais uma iniciativa da UERJ no sentido de expandir a pesquisa em torno da temática LGBT.

Acreditamos que tais iniciativas podem de certa forma acolher e demonstrar aos alunos, profissionais e demais atores que compõem a comunidade interna da UERJ uma preocupação e atenção com essa população, não medindo esforços inclusive por parte do movimento estudantil em denunciar casos de abuso e/ou preconceito no contexto universitário.

Para analisar as violências e violações de direitos dos LGBT na universidade e também as lutas e conquistas nesse cenário torna-se necessário compreender o processo histórico de surgimento desse sujeito coletivo e das mobilizações que visam constituí-lo

[211] A equipe de profissionais do HUPE é dividida por áreas, uma das áreas é a saúde do adulto que se divide em subáreas. A área em questão é denominada de "urologia/processo transexualizador". Rio de Janeiro, HUPE, 2014.

como sujeito de direitos. Nesse sentido, buscamos refletir sobre o movimento LGBT e os processos sociais e políticos que o envolveram.

III. O MOVIMENTO LGBT NO BRASIL

Para dar início à reflexão sobre a temática do movimento LGBT no Brasil, partiremos para uma análise do que é movimento social, em que esses movimentos influenciam na vida em sociedade e o que reivindicam esses grupos que se reúnem e se manifestam por todo o mundo. Vale sinalizar que a sigla LGBT se refere a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A letra "T" no Brasil possui três significados: se refere a transexuais, travestis e transgêneros.

Os movimentos sociais podem ser considerados, de forma geral, ações realizadas por grupos ou classes sociais que partilham da mesma ideologia e que desejam mudanças na sociedade para que sejam alcançados seus ideais. Além disso, para compreender os movimentos sociais é preciso entender o contexto histórico da sociedade e ainda a estrutura social onde o movimento está inserido, pois de acordo com a reflexão de Iamamoto (2006) sobre os estudos de Marx, os movimentos sociais estão inseridos na luta de classes que consiste no terreno das relações sociais.

O marco do movimento LGBT ocorreu no bar *stonewall* localizado na cidade de Nova Iorque nos Estados Unidos. No dia 28 de junho de 1969 um grupo de policiais reprimiu um encontro de gays, lésbicas e travestis com a justificativa de que o local onde o grupo se reunia não tinha autorização para vender bebidas alcoólicas. Em meio à repressão, travestis foram presas dando início à resistência por parte da comunidade gay e da população hetero que apoiara a luta em defesa da liberdade das travestis. Apesar da bibliografia referente ao tema indicar que o movimento LGBT surgiu na década de 1940 em Amsterdam é o ocorrido no bar de *stonewall* que é considerado a marca do surgimento do movimento e da internacionalização do Dia do Orgulho Gay em várias partes do mundo, como afirma Facchini

> *O grande marco internacional do movimento homossexual nesse período, que perdura até hoje, foi a revolta de Stonewall, um bar de frequência homossexual em Nova York. Constantemente abordados pela polícia, os freqüentadores do bar partiram para o confronto aberto com os policiais em 28 de junho de 1969, data que se internacionalizou como o "Dia do Orgulho Gay. (FACCHINI, 2011, p. 11)*

O surgimento da categoria homossexual para designar pessoas que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo tem como objetivo qualificar tal relação como uma patologia, atribuindo à homossexualidade características como imoralidade e crime. No Brasil, o fato de ser homossexual servia como um agravante para qualquer delito cometido pelo indivíduo, o que médicos e estudiosos da área tentavam mudar, é o que apontaremos a seguir.

O movimento surge no Brasil no final da década de 1970 no contexto da ditadura civil – militar com suas características extremamente repressoras, um período que inicia a crise do governo ditatorial e onde os movimentos feministas, negro e homossexuais se fazem presentes.

Os médicos viam os homossexuais como indivíduos a serem estudados, para que pudessem entender quais eram suas diferenças em relação aos demais indivíduos e as particularidades de seu comportamento. Criminologistas e policiais se valiam dessa condição homossexual dos sujeitos para justificar a perseguição, internação e muitas vezes prisão principalmente de homens homossexuais, acusados de terem comportamento sexual "duvidoso". Nesse período o movimento surge pela iniciativa de homossexuais do sexo masculino, porém, mais tarde lésbicas passam a fazer parte da luta pelos direitos sociais.

Ao abordar o surgimento e desenvolvimento do Movimento LGBT no Brasil, podemos perceber o viés criminalista e repressor encontrado pelos homossexuais desde o início até os dias atuais. Na década de 1970, homossexualismo era relacionado à doença, nos dias atuais ainda existe o caráter repressor e moralista da sociedade para estes sujeitos.

Com o passar das décadas, foi perceptível o amadurecimento do Movimento LGBT e o reconhecimento de novos atores sociais possibilitando o fortalecimento deste movimento que passa a se reconhecer e batalhar pela construção de uma identidade coletiva e política.

Os movimentos pela luta dos direitos da população LGBT não foram repentinos, aconteceram em etapas, chamadas por Facchini (2011) de ondas do movimento LGBT, muito semelhante à perspectiva da história do feminismo. A Primeira Onda iniciou-se com os grupos de reflexões ou "comunidade de iguais" através de reuniões que tinham como objetivo a construção de uma identidade coletiva. As diferenças não eram ressaltadas e sim compartilhavam o mesmo sentimento de serem todos iguais que buscavam a valorização de termos negativos associados à homossexualidade ou luta contra a sua patologização.

Na Segunda Onda os objetivos eram associados à reivindicação por direitos sociais, políticos e civis, não podendo esquecer-se da influência dos movimentos sociais na formulação da Constituição Federal de 1988 ou chamada Constituição Cidadã. Porém, esse período é marcado pelo declínio no número de grupos e instituições LGBT, principalmente, pela associação da AIDS aos homossexuais.

A Terceira Onda é caracterizada pela ampliação dos números de instituições e de atores sociais, passando a englobar travestis, transexuais e bissexuais à luta, adotando assim a nomenclatura atual do movimento LGBT. Essa ampliação foi possível devido ao processo de redemocratização, política de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, além do trabalho realizado junto à política através de representações partidárias favoráveis à agenda LGBT nas esferas do legislativo. Isto proporcionou maior visibilidade das demandas coletivas e individuais.

Não se pode negar que alguns avanços ocorreram porque se tais direitos são negados pelo legislativo, no judiciário os sujeitos do movimento LGBT passam a ser reconhecidos como "sujeitos de direitos" e conseguem fazer avançar lutas históricas como o reconhecimento de pais homoafetivos na certidão de nascimento dos filhos, reconhecimento

de união estável entre pessoas do mesmo sexo, maior rigidez nos julgamentos de casos de homofobia, direito à cirurgia que possibilita a troca de sexo, por exemplo.

Apesar de não ser a via ideal para concretização dessas demandas, o poder judiciário tem tido papel fundamental para reconhecimento da luta desse movimento. Porém, essas decisões favoráveis não são unânimes, cabendo assim ao juiz decidir a favor ou não, uma decisão que envolve o direito de qualquer cidadão, como o direito de ter filhos ou direito à vida.

IV. NECESSIDADES E CONQUISTAS DE DIREITOS NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO

A inserção da população LGBT no campus universitário vem seguida de violações de direitos, como a homofobia e necessita-se aprofundar melhor esse tema de tanta relevância para a comunidade LGBT. Segundo Borrillo (2010), a homofobia, como qualquer outra violação de direitos baseada em preconceitos, é uma manifestação arbitrária que qualifica o outro como contrário, inferior ou anormal, de acordo com a sua diferença. Tal diferença pode ser considerada como uma construção social, de acordo com as normas da sociedade, daquilo que historicamente se convencionou chamar de diferente.

A homofobia inferioriza os homossexuais devido à hierarquização das sexualidades, em que o indivíduo heterossexual possui um status superior e natural, e sua sexualidade funciona como um mecanismo de reprodução da ordem social baseado na reprodução biológica da espécie. Renegando qualquer ser humano que não se enquadre nos papéis determinados pelo seu sexo biológico, a homofobia é uma forma particular do sexismo, onde o sexismo implica (devido a ordem social) que o feminino deve complementar o masculino.

Homofobia pode ser complexa e variada, desde piadas vulgares a formas mais brutais, como agressões verbais e físicas. A partir disso, ela é disseminada pelo senso comum. Ocorre o medo de que a homossexualidade seja reconhecida e a hierarquia da ordem heterossexual desapareça, como uma ameaça à coesão cultural e moral da sociedade.

Assim, em contramão à homofobia, a educação precisa ser um espaço de igualdades, de cidadania e de respeito aos direitos humanos. Diante disso, encontramos algumas iniciativas que apontam a necessidade da discussão do tema da inclusão dos grupos minoritários, como a população LGBT, no currículo escolar/universitário e principalmente a implementação de medidas que respaldem a população LGBT e que garantam os seus direitos, dentro e fora das universidades.

De acordo com o Art. 1º do **DECRETO Nº 7.388, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:**

> *O Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, no âmbito de suas competências, integrante da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tem por finalidade, respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração federal, formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para*

> *a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.*

A partir disso, vários documentos têm sido elaborados no meio acadêmico sobre a necessidade de resistência ao preconceito. Um exemplo é a Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI (UNESCO,1998), que tem como principal objetivo não só o investimento na educação superior e a promoção dos conhecimentos científicos, mas também o desenvolvimento das políticas de inclusão, baseadas no exercício da cidadania.

A inclusão do debate especificamente sobre a diversidade sexual e de gênero começou em meados dos anos de 1970 no meio acadêmico e ocorre devido à pressão dos movimentos feministas, gays e lésbicos, devido às exclusões de suas experiências dos programas curriculares. No Brasil, esse debate sempre foi um pouco restrito, mas a partir de 1990 começaram a ganhar visibilidade os debates de gênero, como é o caso dos trabalhos pioneiros da autora Guacira Lopes Louro (1997) sobre a exclusão das minorias de gênero na história da educação.

Frente a isso as universidades brasileiras têm sido chamadas à responsabilidade de debater alternativas para a inclusão das questões ligadas à diversidade de gênero e sexualidade. Como é o exemplo da Universidade Federal de Pernambuco que lançou uma política com o objetivo de acolher, inserir e favorecer a permanência da população LGBT no campus universitário. A universidade promove políticas de inclusão social dessas pessoas através de ações educativas, como ações preventivas, protetivas, direcionadas à saúde da população LGBT e por último, ações voltadas para pesquisas sobre essa população (UFPE, 2015).

Assim, observamos como ponto positivo, o fato da temática LGBT passar a ser discutida com mais frequência dentro das universidades. A Universidade de Fortaleza também vem sinalizando algumas iniciativas direcionadas ao tema. O Diretório Central dos Estudantes organizou um evento para discutir questões relacionadas ao gênero e à diversidade sexual, com o tema ”Uma universidade para a diversidade”. O presidente do Diretório Rafael Magalhães alega sobre o tema:

> *Infelizmente, ainda existe preconceito, homofobia. É necessário conversar sobre direitos LGBTs, identidade de gênero, sexualidade, garantir a utilização do nome social. O evento foi aberto, não só para a Universidade, mas para toda a comunidade, os movimentos que constroem a luta diária pelos direitos humanos. Por isso convidamozspessoas que estão na linha de frente pelos direitos LGBTs. Como representantes dos estudantes, precisamos defender essa parcela na Universidade” (Revista UNIFOR NOTÍCIAS, número 261)*

Assim, muitas são as barreiras que os grupos LGBT precisam enfrentar para a conquista de seus direitos. Dificuldades que estão presentes não só no campus universitário, mas também no ambiente de trabalho. Inúmeros são os exemplos de transexuais, transgêneros e travestis que são discriminados, seja pelo fato de não respeitarem seu nome social, por não aceitarem suas escolhas de vestimentas ou pela dificuldade da utilização do banheiro relacionado a sua identificação de gênero (BRITO, 2016). Esse fato dificulta a inserção

dessa população nesses ambientes tão importantes para a formação e sobrevivência do ser humano.

Devido ao constrangimento causado pelo desrespeito à identificação que a pessoa deseja, é muito comum a desistência da universidade. O mesmo acontece no ambiente de trabalho, ocorrendo até mesmo a preferência pelo contrato informal do que passar por situações constrangedoras no momento da assinatura da carteira de trabalho.

Muito precisa ser conquistado na luta pela inserção da população LGBT nesses espaços e principalmente no meio acadêmico, mas a partir da organização do Movimento LGBT, e de outros movimentos, esta população vem alcançando maior visibilidade na luta contra o preconceito. Como é o caso ainda de algumas universidades que já passaram a adotar o nome social em identificação estudantil, aspecto importante como um instrumento para diminuir a evasão dos alunos. O nome social será usado por toda a comunidade acadêmica como alunos, professores e funcionários transgêneros, transexuais e travestis nas dependências da universidade, resguardando o direito de escolha e decisão sobre sua identidade de gênero.

V. CONCLUSÃO

O presente trabalho ressalta que a luta do movimento LGBT avança cada vez mais com os estudos realizados sobre o tema, o que faz ampliar o conhecimento sobre as questões LGBT e as violações de direitos que estes grupos sofrem. Esse avanço também se dá devido a maior proporção que as mobilizações em torno da agenda ganham um aumento do número de participantes no movimento e com a aproximação em relação ao problema, o que faz com que os preconceitos vividos e a busca por direitos ganhem maior visibilidade.

A inserção da população LGBT no meio acadêmico se faz de extrema importância para tal visibilidade e a conquista de direitos LGBT dentro das Universidades também possui um papel ímpar para a garantia dessa população no ambiente universitário, que deve ser um lugar para todos.

Por isso a importância de estudos que articulem de forma interseccional as diversas dimensões da vida social, como gênero, sexualidade, raça, classe, entre outras, para que tais assuntos ganhem a visibilidade necessária alcançando um maior discernimento para a sociedade. Porém, ainda existem muitos direitos para serem conquistados no cenário atual, continuemos na luta para um ambiente de igualdade e respeito à população LGBT.

REFERÊNCIAS

ASCOM. Universidade Federal de Pernambuco lança Política LGBT. Disponível em:https://www.ufpe.br/sib/index.php?option=com_content&view=article&id=459:universidade-federal-de-pernambuco-lanca-politica-lgbt&catid=6:noticia&Itemid=122

Acesso em: 9 de março de 2017.

BORRILLO, Daniel. Homofobia – História e Crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRITO, Carolina Gonçalves dos Santos de. Entre banheiros, documentos, crachás e uniformes: as condições de inserção e permanência de homens transexuais usuários do HUPE/UERJ no mercado de trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social, UERJ, Rio de Janeiro, 2016. mimeo.

DECRETO Nº 7.388, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7388.htm Acesso em: 01/05/2017.

FACCHINI, R. Histórico da luta de LGBT no Brasil. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org). Psicologia e diversidade sexual. / Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRPSP, 2011. p. 10-19.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 40ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Editora Vozes, 1997.

SANTOS, Márcia Brasil; ALMEIDA, Guilherme. “Você realmente escolheu atender gente que nem a gente ou te obrigaram?” Notas sobre a assistência à saúde a pessoas Trans no Sistema Único de Saúde. In: DUARTE, MJ; ALMEIDA, C; MONNERAT, G.; SOUZA, R. (Orgs.). Poítica de Saúde Hoje: interfaces e desafios no trabalho de assistentes sociais. Campinas: Editora Papel Social, 2014.

UNESCO. Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI. Paris, 1998.

UNIFOR NOTICÍCIAS. I Simpósio LGBT UNIFOR: Uma universidade para a diversidade. Disponível em: http://unifornoticias.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=942 . Acesso em: 01/05/17.

O PATRIARCADO REVELADO:
Uma Análise das Expressões Cotidianas das Desigualdades de Gênero em Alagoas

Andréa Pacheco de Mesquita[212]

RESUMO

Este texto tem como objetivo debater a atualidade do patriarcado nas relações sociais, ou seja, como a simbiose patriarcado-capitalismo-racismo se reatualiza e se moderniza por um lado, mas que por outro, conserva a sua essência de manter uma dominação masculina no espaço público versus uma subordinação feminina. Parto da realidade do estado de Alagoas o qual analiso os dados do IBGE na Série Estudos e Pesquisas: síntese de indicadores sociais 2013, mostrando como a mulher ainda ocupa um espaço subalterno nas estruturas da sociedade e como o disciplinamento de gênero constrói cotidianamente os papéis desiguais para mulheres e homens.

Palavras-chave: Patriarcado, Capitalismo e desigualdade de gênero.

Abstract

This text aims to discuss the relevance of patriarchy in social relations, that is, as the patriarchy-capitalism-racism symbiosis renews and modernizes the one hand, but on the other hand, retains its essence to maintain male dominance in space public versus a female subordination. Alagoas state reality of childbirth which analyze the data from the IBGE in the Research Series: Overview of social indicators in 2013, showing how women still occupy a subordinate space the structures of society and how gender disciplining daily builds unequal roles for women and men.

Keywords: Patriarchy, Capitalism and gender inequality.

[212] Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará e Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Líder do Grupo Frida Kahlo – estudos de Gênero, Feminismos e Serviço Social. E-mail: dandreapacheco@gmail.com. **Eixo Temático: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais.**

1 INTRODUÇÃO

> [...] Em resposta, nos perguntamos como é possível não querer proclamar a realidade das coisas diante dos nossos "dominadores" e de nós mesmas, expressando assim nossa oposição aos silêncios e mentiras emanadas dos discursos patriarcais e de nossa consciência domesticada.
> (Sandra Harding, 1993)

No campo feminista a categoria patriarcado é bastante debatida resultando em diferentes formas de compreendê-lo. A primeira perspectiva é a incorporação do conceito de patriarcado nos moldes weberiano – compreendendo a dominação como uma imposição do "senhor" todo poderoso, um "santo" naturalizado pela tradição, detentor da lei, com regras fixas e que se reproduzia de forma hereditária nas comunidades domésticas (Weber, 1964). A segunda perspectiva de análise, critica o uso dessa categoria por concebê-lo como a-histórico e universal e que também traz de volta ao debate às estruturas fixas da natureza, o determinismo biológico há tempo superado nos estudos sobre as mulheres. A terceira perspectiva a qual me filio propõe historicizar e atualizar o conceito de patriarcado, porque somente ele articulado a outras categorias pode dá conta da análise da realidade em sua totalidade sem perder as particularidades do movimento do real. O uso da categoria patriarcado, ao referir-se ao sistema de dominação masculina e subordinação feminina, não propõe uma volta ao essencialismo, nem tão pouco compreender o sistema sexo/gênero a partir de uma perspectiva biologizante. Ao contrário como sinalizava Rubin, é outra perspectiva, é apreender que o "[...] Sistemas sexo/gênero não são emanações a-históricas da mente humana; eles são produtos da atividade humana histórica" (1975, p.205).

2 PATRIARCADO: Decifra-me ou te devoro!

Falar do Patriarcado, em primeiro lugar requer traduzir de que patriarcado está se falando. Fazendo coro com Saffioti (1992) falo de um conceito que foi politizado, que não se restringe ao pessoal, nem tão pouco se identifica com o natural. Vejo o patriarcado como uma forma de poder político que ao longo da história teve significados diferenciados. Ou seja, o patriarcado transforma-se, atualiza-se e articula-se a partir do movimento da sociedade. É urgente e necessário como fala Pateman fazer uma história feminista do conceito de patriarcado (1993, p.40). Para ela "abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada" (p.40).

Pateman classifica três formas de patriarcado, a saber: o patriarcado tradicional (aquele modelo de autoridade paterna como modelo de autoridade política, no qual compara as relações de poder ao regime paterno); o patriarcado clássico (aquele poder no qual os

filhos nasciam submetidos aos pais e consequentemente o eram nas relações políticas. Enquanto no patriarcado tradicional o direito político era uma convenção social a partir de uma analogia, no patriarcado clássico era natural, ou seja, o poder político era paternal, se originava no poder de reprodução do pai); e o patriarcado moderno que, na sua concepção "é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista" (1993, p.45). Esta classificação é importante não para criar modelos de análise, mas para mostrar que o patriarcado não é a-histórico e nem tão pouco universal. Afirmo concordando com algumas feministas que o capitalismo é puro patriarcado, que há uma parceria entre o sistema econômico – o capitalismo e o sistema sexual – o patriarcado.

Esta desigualdade de gênero só é possível de ser analisada á luz do patriarcado. Mas também é preciso desnudar de que patriarcado está se falando. Falo de um patriarcado que se moderniza e se entrelaça com o capitalismo perpetuando um modelo societário do "poder do macho" (SAFFIOTI, 1987). É importante falar em primeiro lugar que essa ordem patriarcal de gênero não se dá da mesma forma, isso porque ao apreender uma categoria de análise não significa que ela é a única que dá conta de explicar a realidade. A sociedade está em movimento e o processo de conhecimento requer um movimento de mediações e contradições para que se compreenda a totalidade sem perder de vista as particularidades e como eles se relacionam no movimento do real.

Ao falar do patriarcado como categoria de análise da realidade, estou falando de como a dominação masculina é em certa forma universal, como ela atinge de uma forma geral as mulheres. Contudo, não é possível ficar apenas nestas questões universais, correndo o risco de cair num erro teórico-metodológico de não historicizá-lo e com isso perder de vista suas particularidades, não analisando as diversas formas como ele se efetiva nas diferentes sociedades. Entender o patriarcado como um universal/fixo é reafirmar a velha tese do reducionismo biológico, como se o patriarcado fosse resultado exclusivo da biologia e não uma construção social e histórica que tem diferentes formas e expressões.

Compreender o patriarcado em primeiro lugar requer analisar como a mulher é acionada para o trabalho doméstico enquanto esposas e/ou filhas, ou seja, nas palavras das feministas radicais, como se constitui o sistema sexual de poder. Cria-se, um modo de produção doméstica, que é a base da estruturação da produção industrial do sistema capitalista. A família a partir da máquina do patriarcado produz e reproduz às condições concretas para a perpetuação do modo de produção capitalista. A exploração do trabalho doméstico das mulheres garante as condições necessárias à libertação do homem para o mercado, para o espaço público. Ou seja, a opressão de um sexo sobre o outro, no contexto das relações de gênero patriarcais, produz as condições favoráveis para a perpetuação do

poder de uma classe sobre a outra. O capitalismo tem no patriarcado uma base importante para sua manutenção. Assim, a vida social na atualidade é baseada em uma assimetria de gênero, na qual em todas as sociedades as mulheres são excluídas de algumas atividades econômicas e políticas e as atividades que elas realizam como mães e esposas estão sempre numa escala de menor prestigio e poder.

A ordem patriarcal se "baseia no apelo à natureza e no argumento de que a função natural da mulher de procriar prescreve seu lugar doméstico e subordinado na ordem das coisas" (PATEMAN, 2013, p.62). As mulheres são apropriadas enquanto esposas e donas de casa de forma individual através do contrato sexual, do casamento; mas são também apropriadas coletivamente pelas relações de sexo, raça e a ideia de natureza. A construção de uma ideologia naturalista, de um discurso sobre a natureza feminina que legitima a subalternidade das mulheres coisificando-as e naturalizando-as, e consequentemente levando-as a um destino supostamente biológico. Esta ideologia naturalista justifica o lugar das mulheres no mundo a partir da presença de um útero ou de um ovário, assim como justificou a inferioridade dos escravos a partir da cor da sua pele e de características raciais inscritas no corpo.

É necessário entender como as diferenças sexuais, raciais, sociais são transformadas em desigualdades, como a simbiose capitalismo-patriarcado-racismo constrói um binarismo que qualifica e/ou desqualifica as diferenças, colocando-os em pólos de oposição e/ou complementariedade: homem x mulher, rico x pobre, branco x preto. E estas construções não são pautadas na natureza ou no biológico, mas é claro que partem delas. São construções a partir de um modo de pensar que justifica as desigualdades de classe, de sexo/gênero, de raça/etnia e de idade como forma de manter a base da sociabilidade capitalista.

É fundamental romper esta suposta naturalidade de sexo, vista de forma a-histórica. O binarismo que justifica a exploração/dominação/opressão de um sexo sobre o outro é criado a partir da divisão sexual do trabalho. A primeira divisão do trabalho foi feita entre homens e mulheres e que condiciona as mulheres ao espaço privado para a procriação dos filhos e o homem para o espaço público - a obtenção de alimentos. Como escreveu Marx e Engels:

> […] na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dár-se ao mesmo tempo a distribuição e, com efeito, a distribuição desigual, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos: ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda tosca e latente, é a primeira propriedade (1977, p.46)

O binarismo é uma das formas de manutenção do patriarcado que coloca as mulheres numa condição de menor prestigio e poder – um lugar inferior na hierarquia social. É claro que, ele não acontece de todas as formas, da mesma maneira em todos os lugares.

É necessário compreender que não é somente o homem em particular (um controle pessoal), ou seja, a dominação do homem ou de um grupo de homens sobre as mulheres, mas essa dominação perpassa por todas as questões estruturais da sociedade. "Essa máquina bem azeitada, que opera sem cessar" conforme afirma Safioti em seus estudos, atinge todas as dimensões da nossa vida. Começa antes mesmo de qualquer pessoa nascer através dos projetos e sonhos que são definidos no momento da descoberta do sexo do feto. A família através das cores define formas comportamentais para meninas e meninos. Para as meninas o rosa como símbolo da delicadeza, pureza e emoção. Para os meninos o azul a representação da força, da racionalidade e da virilidade. Os brinquedos também seguem a mesma lógica em que eles estão relacionados a papéis e funções que cada um desempenhará na sociedade. Os "brinquedos femininos" são miniaturas do universo que elas devem se familiarizar: bonecas, eletrodomésticos – tudo ligado a casa e a família. Os "brinquedos masculinos" são miniaturas do mundo público, do trabalho que cabe ao homem dominar e se habituar desde cedo. As histórias infantis também estão na esteira da dominação/exploração masculina, reforçando o arquétipo viril ao apresentar uma história linear em que a "mocinha" sempre é salva pelo "príncipe" com quem se casa e vai ser feliz para sempre. Seja a Branca de Neve, seja a Rapunzel, seja a Cinderela todas tem em comum um modelo de beleza dominante (branca, cabelos lisos, rica – um modelo europeu que não representa a maioria das crianças a qual se conta estas histórias) e um modelo de felicidade (encontrar um príncipe pra casar e ter filhos/as). Ao pensar os super-heróis essa realidade não se altera uma vez que o número de super-heróis masculino é absolutamente maior que o número de femininos. E ao analisar o perfil destes super-heróis a reprodução dos papéis de gênero é passada de forma sutil em algumas situações e em outras de forma escancarada. Um exemplo clássico é o He-Man, um príncipe que se transforma em herói com as seguintes palavras: "Pelos poderes de Grayskull!!! Eu tenho a força!". A versão feminina é a She-Ra que se transforma em heroína dizendo: "Pela honra de Grayskull!!! Eu sou She-Ra!". Para o homem é a força e o poder que asseguram a sua condição de super-herói enquanto que para a mulher é a honra que a transforma em heroína. Assim, caminha a humanidade com o funcionamento a todo vapor da máquina do patriarcado. Ao pensar as religiões elas também referendam essas reproduções desiguais de gênero: o homem feito a imagem e semelhança de Deus e a mulher criada da costela do Adão para ser a adjutora . Ou seja, a mulher esposa e mãe será sua companhia para continuar a espécie.

A educação, as leis, as propagandas, as novelas, os filmes, os partidos políticos enfim o conjunto de artefatos sociais que reproduzem esses papéis de gênero reforçando as hierarquias de classe, gênero/sexo e raça/etnia. Desta forma, o patriarcado se expressa através da apropriação da mulher pelo homem: seja pela apropriação do seu tempo (as obrigações do trabalho doméstico - não remunerado), do seu corpo (a criminalização do aborto) e/ou da obrigação sexual (o adultério só é considerado para mulheres), da obrigação social de cuidar das crianças, idosos, enfermos, deficientes e esposos.

É importante ressaltar que estas estruturas analíticas não acontecem de forma separada elas se relacionam entre si, bem como se entrecruzam com as questões de classe, raça/etnia, geração. Uma vez que a compreensão de patriarcado que ora trabalho neste texto é pautada na simbiose capitalismo-patriarcado-racismo elaborado por Saffioti. A ordem patriarcal de gênero que tenho como referencia teórica e metodológica não se pauta apenas nas hierarquias de sexo. Desta forma, "[...] O patriarcado, em presença de – na verdade, enovelado com – classes sociais e racismo (SAFFIOTI, 1996), apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesses" (SAFFIOTI, 2004, p.106/107).

Ou seja, a contradição, o conflito de interesses não parte apenas das oposições entre os sexos e os gêneros, mas no interior de cada sexo também se expressam as oposições de classe e/ou as oposições de raça/etnia. Assim, não só o sexo separa a humanidade, mas também a classe e a raça/etnia. Não é só a constituição de um arquétipo viril que molda a sociedade, mas também a constituição de um arquétipo capitalista e racista que constitui e é constituída pela nossa sociedade capitalista. Apesar das experiências que as mulheres vivenciam e as aproximam no significado do "ser feminina", elas "[...] continuam separadas uma das outras por diferenças econômicas e culturais, que afetam, entre outras coisas, sua maneira objetiva e subjetiva de sentir e vivenciar a dominação masculina" (BOURDIEU, 2012, p.112).

O desafio é desvendar como a realidade se mostra em dados desiguais para homens e mulheres. Só assim, é possível ultrapassar a aparência (que se fantasia de "modernidade", mas é carregado de traços extremamente conservadores) e chegar à essência a qual possibilitará desnudar um patriarcado que devora as mulheres e homens de carne e osso, em nome de um projeto de dominação masculina e capitalista. Por isso, é fundamental elucidar o patriarcado a partir da história política feminista na direção de uma construção, desconstrução e reconstrução, ou seja, decifrá-lo para não se devorado e engolido pela lógica androcêntrica presente nas análises sobre a realidade contemporânea.

É neste intuito que se faz necessário analisar as desigualdades de gênero presentes no cotidiano alagoano, local de análise desta pesquisa.

3 ALAGOAS E O REINO DO PATRIARCADO: Quando as desigualdades de gênero se revelam

No Brasil, a crise do padrão Taylorista/fordista e da regulação Keynesiana da economia, nos meados dos anos de 1970, foi acompanhada de uma economia mundial estagnada, de altos índices de inflação e por mudanças de poder no mundo. Esses fatores influenciaram a configuração global e inaugurou-se um novo padrão de produção para responder a essa lógica pautada na concorrência por novos mercados, acirramento da competitividade intercapitalista. Neste modelo, denominado acumulação flexível - "busca-se uma flexibilidade no processo de trabalho, em contrapartida à rigidez da linha de produção, de produção em massa e em série", também propõe "uma flexibilidade do mercado de trabalho, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores", além de apontar "uma flexibilidade dos produtos, pois as firmas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma flexibilidade dos padrões de consumo." (IAMAMOTO, 1998, p.31). No âmbito das políticas sociais, a tese liberal do Estado mínimo e da regulação do mercado na vida social é reeditada (BEHRING & BOSCHETTI, 2009). Assim, a proteção social como responsabilidade coletiva é substituída pela individualização. As famílias passam a ser responsáveis pelo bem-estar de seus membros. É o que De Martino (2001) chama de "neo-liberalismo familiarista". Esta entrada decisiva da família na provisão do bem-estar é

> [...] referida como 'familismo', a característica indica o papel desempenhado pela família no bem-estar de seus membros, por meio de transferência intrafamiliar de natureza material e imaterial, especialmente das atividades de cuidados prestados pelas mulheres. O alto valor conferido à família e o baixo grau de individuação de seus membros expressariam tal característica. (DRAIBE, 2007, p.41)

É neste contexto que o Estado moderno que se apresenta de forma mínima para o social e máxima para o capital, delineia também para a população vulnerável um conjunto de políticas de transferência de renda, a partir de uma política social pautada no familismo, passando a assumir com todas as fragilidades e ambivalências esse papel de provedor através dos programas e das políticas de assistência social, mas coloca como contrapartida a reatualização dos papéis de gênero jogando para essas novas famílias as velhas funções domésticas de mulheres cuidadoras e protetoras de sua prole.

O Estado moderno assume o papel de patriarca ao participar direto e indiretamente da produção e reprodução dos papéis sociais garantindo as desigualdades de gênero e reforçando o poder masculino ao perpetuar a sequência de dominação: Pai – Marido – Estado. Esta lógica fica clara diante dos números de mulheres responsáveis pelas famílias cadastradas em que "segundo dados do próprio programa, as mulheres constituíam, em março de 2005, 91% do total de pessoas responsáveis pelas 6.449.778 famílias cadastradas" (TEXEIRA RODRIGUES, 2009, p.220). Reforça as desigualdades de gênero ao vincular a mulher ao cuidado, ao espaço doméstico, de subserviência e obediência.

A reprodução dos papéis fica mais evidente quando se analisa a vinculação do acesso à renda ao cumprimento das condicionalidades (manter o cartão de vacinação em dia, acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças até 7 anos, matricular e garantir a frequência de 85% das aulas a cada mês de crianças de e adolescentes de 6 a 15 anos) sobrecarrega de responsabilidade e culpabiliza as mulheres, quando não se cumpri as tarefas atribuídas às famílias mas que direta e quase exclusivamente são associadas ao seu papel de mães e cuidadoras reforçando as concepções maternalistas que alicerçam o Programa Bolsa Família como bem nos lembra Teixeira Rodrigues (2009). Em Alagoas, um estado que sobrevive basicamente dos programas de transferências de renda vive essa contradição, que de um lado propõe o enfrentamento das desigualdades de gênero e de outro ele reatualiza as concepções tradicionais postas para cada sexo.

Alagoas é um estado bastante contraditório que oscila entre a riqueza e a pobreza: de um lado rico em belezas naturais por suas lagoas e praias - as mais belas do nordeste, mas também com uma grande concentração de renda. Apenas 1,6% os arranjos familiares chegam há uma renda mensal entre 3 a 5 salários mínimos, e somente 1,8% recebem mais de 5 salários mínimos. De outro lado temos uma situação de pobreza extrema na qual aparece um percentual de 2,7 dos arranjos familiares sem rendimento, um total de 14,7% da população sobrevivendo com um ¼ de um salário mínimo de renda mensal familiar, 30,2% da população sobrevive com uma média maior que ¼ e menor que ½ do salário mínimo, outros 30% vivem com um salário maior que ½ até 1 salário mínimo, 14% da população tem apenas uma renda maior que 1 e menor que 2 salários mínimos, 3,4% tem renda maior que 2 e no máximo 3 salários mínimos.

As mulheres representam 51,7% da população que reside nos 102 municípios enquanto os homens são 48,3%. Seguindo os mesmo dados do Brasil. O maior número de mulheres não possibilita a elas melhores condições de acesso aos espaços da sociedade. Ao contrário, elas ainda vivem em situação de desigualdade social, econômica e política em

relação aos homens que ainda hoje exercem aqueles direitos patriarcais outorgados nos contratos social e sexual.

A separação entre público e privado tão bem sacramentado pela lógica liberal, se transvestiu sob novas roupagens, no entanto, manteve a máxima capitalista, que de mãos dadas com o patriarcado possibilitou romper algumas barreiras. É importante salientar que elas não foram derrubadas, só recuadas em nome da modernidade, é fato que trouxeram avanços nas conquistas e garantia dos direitos das mulheres, mas também reatualizou novas formas de dominação, exploração e opressão feminina. Assim, a separação do público (como espaço masculino) e do privado (espaço feminino) foi transposta a base também de muitas lutas e derrames de sangue, as mulheres chegam ao espaço público. Elas estão em todos os lugares: universidades, bancos, nas praças, no comércio, nos tribunais, na política institucional, nas guerras. Contudo, essa entrada no espaço público é sempre desqualificada uma vez que as mulheres recebem menos que os homens ocupando os mesmos postos de trabalho, os espaços público ainda são masculinizados – ou seja, são pensados para o "cidadão universal" homem. Modelo este que se pauta na ideia de um cidadão totalmente livre para exercer sua função pública, sem nenhuma responsabilidade com as funções privadas. O Estado deteve e detém indiretamente um importante papel na opressão da mulher ao sacramentar o lar, a partir de uma oposição binária e complementar entre os sexos, como dependente de um salário masculino e do serviço feminino sendo complementares e funcionais ao capital e também a logica patriarcal.

O crescimento do número de mulheres responsáveis pelos domicílios, indicado nas estatísticas, mais do que representar mudanças de gênero na provisão econômica familiar ou autonomia feminina indica também, que em se tratando de camadas pobres, a condição de vulnerabilidade de tais mulheres. E mais ainda, significa que essas mulheres além de serem chamadas a assumir a provisão da família são chamadas também a assumir os papéis fruto do binarismo que reforça as desigualdades de gênero na velha equação tão naturalizada ao longo da história da humanidade: mulher = mãe = dona de casa.

Em Alagoas, os homens são responsáveis por 518.345 (61,5%) unidades domésticas e as mulheres 324.539 (38,5%). Isso demonstra que a cada dia vem crescendo o número de mulheres chefes de família. As mulheres passam a assumir o trabalho fora de casa, mas não deixam de realizar os trabalhos dentro de casa. Esse papel "por excelência" naturalizado e modernizado por um capitalismo patriarcal de múltiplas facetas é absorvido desde criança nas funções que cada sexo "deve" assumir desce cedo aprendendo a ser homem e a ser mulher. E o ser mulher implica desde muito cedo cuidar da casa e das crianças. É o que revela os dados do IBGE na Série Estudos e Pesquisas: síntese de

indicadores sociais 2013. Enquanto 71,1% das meninas de 10 a 15 anos realizam os trabalhos domésticos, apenas 17% dos meninos cuidam dos afazeres da casa. Na faixa etária compreendida entre 16 a 24 anos essas diferenças permanecem.

Pode-se observar a força do patriarcado que logo cedo aprisiona as mulheres ao espaço doméstico, aos afazeres da casa, e liberta os homens para o mundo público. Ele realiza uma verdadeira mistificação ideológica que tem como fruto imediato uma manipulação cínica, a qual introjeta desde muito cedo em meninos e meninas os seus papeis ditos "naturais", mas que foram frutos de uma cultura patriarcal do capitalismo construída historicamente. As mulheres gastam o dobro de tempo com afazeres domésticos comparados aos homens da mesma idade. O que desde cedo significa privilégios que asseguram aos homens tempo livre para estudo, lazer, capacitação, experiências nos espaços públicos. As meninas assumem as atividades domésticas como obrigações e os meninos estão sempre mais livres para o mundo público. É desta forma, que logo cedo se edifica a,

> [...] estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres independentemente da figura humana singular investida de poder. Quer se trate de Pedro, João ou Zé Ninguém, a maquina funciona até mesmo acionada por mulheres. Aliás imbuídas de ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor freqüência e com maior ou menor rudeza, as funções do patriarca, disciplinando os filhos e outras crianças e adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2004, p.102).

Ao analisar a desocupação, as mulheres com 16 anos ou mais de idade têm uma taxa de 13,2% enquanto que os homens a taxa é de 7,6%. Apesar de a mulher ser mais escolarizada ela ainda tem uma taxa de desocupação maior do que os homens. Quanto ao salário, as mulheres ocupadas recebem em média de R$810,55 enquanto que a média dos homens é de 1.037,17. No trabalho formal essa média baixa apontando as mulheres com R$ 730,52 e os homens com R$ 1.132,52e no trabalho informal essa diferença é ainda maior, uma vez que, as mulheres ficam apenas com um rendimento médio de R$ 528,18 e os homens com R$ 730,52. As desvantagens salariais variam com o gênero. O que demonstra que a igualdade entre homens e mulheres ainda se situa apenas no âmbito do projeto feminista. As mulheres estão situadas nas condições mais precárias de trabalho, em uma sobrecarga de trabalho (dupla jornada), recebendo salários bem inferiores e ainda são responsabilizadas por todo e qualquer desajuste ou problema familiar (uma vez que estão deixando de lado o "papel de mãe e dona de casa").

Esta perspectiva, das estruturas históricas da ordem masculina, se materializa ao analisar a média de horas trabalhadas por semana por pessoas de 16 anos ou mais ocupadas as mulheres somam em 34,3 horas e os homens 40,2. Mas quanto é analisado a

média das horas gastas com os afazeres domésticos os homens são privilegiados porque só gastam 10,5 enquanto para a mulher é de 24 horas por semana. Ao somar, as horas trabalhadas em sua ocupação principal com as horas gastas com os afazeres de casa as mulheres gastam 58,3 horas de trabalho e os homens 50,7. Estes dados demonstram como ambas as categorias de sexo são socializadas na ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2000, p.71).

Em consonância com Bruschini, os dados acima demonstram que "os afazeres domésticos continuam sendo considerados como inatividade econômica, embora mantenha ocupada boa parte das mulheres" (2000, p.56). Se calcularmos a média de 7,6 horas a mais por semana que a mulher realiza mais do que o homem, no mês essa diferença significa uma média de 228 horas e ao ano essa diferença vai pra 2.766,4 horas trabalhadas a mais que os homens. Para Lobo (1991), a subordinação das mulheres, as assimetrias nas relações de gênero no trabalho se expressam não somente na divisão das tarefas, mas também nos critérios que delineiam a qualificação das tarefas, as diferenças salariais, o disciplinamento dos corpos e mentes no trabalho e na sociedade em geral. A divisão sexual do trabalho não é apenas consequência dessa ordem patriarcal de gênero, mas é o princípio organizador da desigualdade no trabalho. Ou seja, as diferenças biológicas entre os sexos são naturalizadas como justificativas para as diferenças socialmente construídas entre os gêneros. "O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes" (BOURDIEU, 2012, p.18).

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta
Continuarei a escrever.
(Clarice Lispector)

A realidade acima analisada a partir dos dados do IBGE na Série Estudos e Pesquisas: síntese de indicadores sociais 2013 demonstra em números o processo de disciplinamento de Gênero e constituição do poder masculino, o qual ensina tanto para os homens quanto para as mulheres que a mulher é propriedade do homem e tem de se submeter as suas vontades e seus processos disciplinadores (violência simbólica, física e sexual). Toda essa realidade acima posta, desvelada dos véus patriarcais e capitalistas revela nos dizeres de Pateman (1993, p. 167), "o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada como pública". E este poder foi perpetuado ao longo da história mediante inclusive as legislações

brasileiras que reforçam essa desigualdade de gênero. O patriarcado se atualiza com a falsa ideia de superação, contudo ele apenas torna-se invisível como estratégia de garantir a sua continuidade no mundo moderno. Por isso torna-se fundamental elucidá-lo para enfrentá-lo tanto na teoria como na prática.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine R., SANTOS, Silvana Mara de M., MIOTO, Regina C. T. (orgs.). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes, in: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ_VARGAS, Mônica. Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos: NIPAS: Brasília: UNICEF, 1994.

DRAIBE, Sônia M., Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta & MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

LOBO, Elisabeth Souza. A Classe Operária tem dois sexo: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991.

MARX, Karl & ENGELS, F. A Ideologia Alemã. 1977.
PATEMAN, Carole. O Contrato sexual. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1993.
____. Criticas feministas à dicotomia publico/privado. In: MIGUEL, Luis F. & BIROLI, Flávia (orgs). Teoria política feminista – textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

RUBIN, Gayle. “The Traffic in Women: Notes on the `political economy' of sex.” In: R. Reiter (ed.), Toward an Anthropology of Women, New York: Monthly Review Press, 1975, p.157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania]

SAFFIOTI, Helieth I. B. O Poder do Macho. São Paulo: Moderna, 1987 (Coleção Polêmica).

____. “Rearticulando Gênero e Classe.” In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs.). Uma Questão de Gênero. RJ: Rosa dos Tempos; SP: Fund. Carlos Chagas, 1992.

____. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

___. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaios – Ciências Sociais/ Flacso Brasil. Junho 2009.

TEIXEIRA RODRIGUES, Marlene. Equidade de Gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine R., SANTOS, Silvana Mara de M., MIOTO, Regina C. T. (orgs.). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

WEBER, Max. Economía y sociedade. México / Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 1964.
http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=resultuniverso_censo2010

DIVERSIDADE SEXUAL E A AUTO ORGANIZAÇÃO DAS LGBT NO MST

Alessandro Mariano,[213]
Thaís Terezinha Paz[214]

RESUMO:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desde 1984, vem desenvolvendo a luta pelo acesso à terra, reivindicando a democratização dela com a efetivação da Reforma Agrária, junto a essa dimensão realiza a luta pelos direitos sociais (educação, saúde, moradia) historicamente negados à classe trabalhadora, mas para além da luta por direitos, desenvolve a luta por uma sociedade justa, igualitária, ou seja, o socialismo, que implica a subsunção do capitalismo, racismo e o patriarcado. Nos últimos anos as LGBT no MST, vem construindo espaços de auto-organização, trazendo a dimensão da diversidade sexual e da liberdade sexual como um elemento importante no processo de luta e emancipação humana. A experiência de auto-organização das LGBT no MST, tem firmado que a lutar por uma sociedade justa e igualitária, exige ir a raiz das opressões e superar esse sistema de dominação que tem por base a divisão de classe, a concentração da propriedade privada, exploração da força de trabalho, o racismo, mas também romper com "padrões de masculino e feminino" que são construídos de acordo com a sociedade em que vivemos, e estabelece mecanismos de dominação de homens sob as mulheres, de brancos sob os negros, da burguesia sob a classe trabalhadora.
Palavras-chaves: MST, LGBT, DIVERSIDADE SEXUAL

ABSTRACT:

Since 1984, the Brazilian Landless Rural Workers Movement (MST) has been carrying out the struggle for land, demanding the democratization of land for the purposes of agrarian reform. Along with this land struggle, the movement also fights for the social rights (education, health, housing) that have historically been denied to working-class populations. And beyond the struggle for these social rights, the MST fights for a more just society that is equal, or in other words, socialism. This means the end of capitalism, racism, and patriarchy. Over the last few years, LGBT activists in the movement have been constructing spaces of self-governance, asserting the question of sexual diversity and sexual liberty as an important element in the struggle for human emancipation. The experiences of MST LGBT activists with self-governance have confirmed that the movement's struggle for a more just and equal society will require going to the roots of oppression to overcome the system of domination. This system of domination has at its base the division of classes, the concentration of private property, and the exploitation of labor power, and racism. But it also requires breaking with the "standards of masculinity and femininity" that are constructed based on this unequal society we live in, a society that has evolved structural mechanisms of domination of men over women, whites over blacks, and the bourgeois over the working-class.
Keywords: Brazilian Landless Workers Movement (MST), LGBT, Sexual Diversity

213 Da coordenação pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes e do Coletivo LGBT Sem Terra, mestre em Educação pela PPGE/UNICENTRO, e-mail: alessandromstpr@gmail.com
214 Do Coletivo Nacional de Juventude do MST e o Coletivo LGBT Sem Terra, graduada em história pela UFSM, e-mail: thaispaz@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo registra e reflete o processo de auto organização das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sua elaboração tomou como referência os seminários, cursos de formação e reuniões organizativas do grupo de estudos LGBT Sem Terra[215], através das sínteses e relatorias destes espaços. Recorremos também aos principais textos que vem sendo utilizados como fundamentação teórica e política das categorias essenciais para o estudo e debate da diversidade sexual e de gênero no Movimento.

O MST, desde sua criação em 1984, construiu sua unidade em torno de três objetivos: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e por transformações sociais mais amplas, simbolizadas na construção do socialismo. As ocupações de latifúndios, possibilitadas pela capacidade de organização de uma multiplicidade de sujeitos Sem Terra, são marca fundamental da sua forma de luta. Organizadas/os as/os Sem Terra constroem processos de formação política, uma organicidade que dê conta de fazer fluir os desafios que vão encontrando e lutas de enfrentamento ao agronegócio e ao Estado, exigindo seus direitos.

Já no seu início, o MST buscou a integração da família[216]. Esse processo foi se dando ao longo de sua história em meio a avanços e contradições. As mulheres foram as primeiras a questionar a organização quanto aos mecanismos para realmente assegurar a participação de todos os integrantes da família. A juventude seguiu o mesmo caminho. Pensando o lugar das crianças, se constituiu um importante debate sobre a infância. Recentemente, também as LGBT[217] (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) passaram a se organizar no interior do Movimento apresentando questões sobre o seu protagonismo político e o enfrentamento de preconceitos e discriminações.

Na busca por organizar os sujeitos, o MST foi aprendendo que a luta pela terra é muito mais que sua expressão literal. Nela está contida a organização da vida em suas diversas dimensões. É a partir dessa compreensão que se estruturam os setores e coletivos

---

215 O Grupo de Estudos LGBT Sem Terra foi criado ao final do primeiro seminário "O MST e a Diversidade Sexual". É composto por militantes LGBT do MST que atuam em diversos setores da organização e objetiva o aprofundamento dos temas relacionados ao debate sobre diversidade sexual, bem como pensar nos processos de formação e auto-organização de LGBT Sem Terra.

216 Tendo em vista as diversas posições em torno do conceito de família, este é um processo permeado por contradições. Entendemos que a organização LGBT no interior do MST contribui para a ampliação do conceito de família construído pelo movimento.

217 A partir desse momento utilizaremos sempre o artigo feminino para nos referir às pessoas LGBT, entendemos que este é um exercício pedagógico interessante para chamar atenção para as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais que, por diversas questões, foram sendo invisibilizadas no próprio movimento LGBT.

dentro do Movimento: educação, formação, saúde, produção, frente de massas, gênero, cultura, comunicação, relações internacionais e juventude. Podemos dizer que a vitalidade do MST vem, fundamentalmente, da sua capacidade de se reinventar, de buscar formas para dar respostas organizativas às múltiplas necessidades que envolvem a vida das/os Sem Terra.

PARTICIPAÇÃO DAS LGBT NO MST

Para tratar das questões que envolvem a participação das LGBT no MST é interessante inserir o Movimento na história da esquerda latino-americana, para que possamos partir de um contexto concreto. Green (2003), historiciza o movimento LGBT na América Latina e demonstra que o seu berço está diretamente ligado à esquerda e à luta anti-imperialista.

> As culturas homossexuais urbanas da Cidade do México, de San Juan e de Buenos Aires revelaram-se solos férteis para desenvolvimento dos movimentos dos gays e lésbicas dentro dessa avalanche de revoltas políticas do final da década de 1960 e início de 1970. Assim, não surpreenderia que um desses grupos que se formaram no México em 1978, a Frente Homosexual de Acción Revolucionaria, adotasse a linguagem e o simbolismo da esquerda. Da mesma forma, na Argentina, ativistas formaram, em 1971, a Frente de Liberación Homosexual de la Argentina (FLH) com a coalizão de quatro grupos diferentes. Ao mesmo tempo, muitos destes membros deslocaram-se para a ala esquerda do movimento peronista, num esforço anti-imperialista pela libertação nacional e justiça social (GREEN, 2003, p. 27 – 28).

O Brasil, por sua vez, não acompanhou o mesmo ritmo dos demais países da América Latina. Como lembra Green (2003, p. 30), “enquanto movimentos incipientes esforçavam-se para sobreviver em Buenos Aires, Cidade do México e San Juan, os gays e lésbicas brasileiros estavam vivendo sob os mais repressivos anos da ditadura militar”. Ainda assim, também há uma articulação muito estreita entre as/os organizadoras/es dos primeiros grupos homossexuais com a esquerda também no nosso país.

A relação da esquerda com a criação do movimento LGBT não foi linear. Um exemplo símbolo é o fato da primeira organização LGBT da Argentina, o grupo Nuestro Mundo, ter sido criado por um militante expulso do Partido Comunista Argentino por ser homossexual (GREEN, p. 25). Essa postura se repetiu em outros partidos comunistas pelo mundo, e, para além de razões religiosas ou culturais, há uma explicação histórica para ela.

> Entre as conseqüências da ascensão de Stálin ao poder no final de 1924, estava o Estatuto de 1934 que criminalizava os envolvimentos sexuais consentidos entre homens adultos, com a punição de três a quatro anos de encarceramento. As

> mulheres não foram mencionadas no novo Estatuto. A homossexualidade passou a ser associada com a classe alta e à "decadência burguesa", e essa ideologia permeava o movimento comunista internacional. Mais tarde, em 1981, o Partido Comunista Brasileiro, pró-soviético, para dar apenas um exemplo, continuou mantendo essa posição nos seus pronunciamentos oficiais (GREEN, 2003, p. 32 – 33).

As mulheres não terem sido mencionadas no Estatuto de 1934 não quer dizer que sobre elas também não recaíssem discriminações, uma vez que o patriarcado já se encarregava de impor grande controle sobre seus corpos e sexualidade. A postura da URSS descrita por James Green, deixou profundas marcas no movimento socialista internacional e ainda podemos encontrar alguns de seus resquícios na compreensão de que não há LGBT na classe trabalhadora, por exemplo.

A afirmação stalinista de que a homossexualidade seria um "desvio burguês" contribuiu para que ocorresse um afastamento do movimento LGBT da esquerda marxista. No entanto, o tema da diversidade sexual continuou sendo desenvolvido tanto na teoria como na política, pois, "existe um movimento de luta por direitos para a população LGBT independente da vontade das organizações de esquerda em se aproximar ou distanciar dessa pauta" (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2014, p. 20). Na nossa compreensão esse afastamento foi profundamente negativo, tanto para as organizações socialistas que poderiam enriquecer sua análise d a realidade e a perspectiva revolucionária tendo em conta a dimensão da liberdade sexual, quanto para o movimento LGBT que até hoje tem dificuldades em apontar desafios que ultrapassem pautas por direitos civis imediatos, ou seja, uma estratégia de luta direcionada à construção de uma nova sociedade onde não existam relações de exploração e dominação. Localizamos nessa relação tensa algumas das explicações sobre os limites que o MST teve ao tratar de temas ligados à diversidade sexual.

Haja vista o pouco número de trabalhos que debatem as determinações sobre a sexualidade a partir do campo, durante os seminários, cursos de formação e reuniões realizadas pelas LGBT Sem Terra tem sido dedicado um tempo para que as histórias de vida sejam compartilhadas. Assim, existem alguns dados que foram sendo coletados, contribuindo para que se forme uma compreensão coletiva sobre as contradições que envolvem os sujeitos do campo e na atuação nas organizações e movimentos populares.

A participação de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis no MST não é tão recente quanto a sua auto-organização. Na história do Movimento podem ser encontradas/os muitas/os militantes e dirigentes LGBT que tiveram – e têm – suas trajetórias entrecortadas por uma série de conquistas, mas, também preconceitos e

discriminações. Este é um ponto fundamental para analisar o lugar da diversidade sexual na organização.

O MST é um movimento popular que organiza sujeitos expostos a grandes contradições da sociedade capitalista, patriarcal e racista. Vive constantemente a tensão entre a reprodução dessas contradições e a busca por superá-las. Nesse sentido, podemos lembrar as suas várias experiências pedagógicas que articulam a dimensão da luta, da organização e da formação política.

Percebemos que antes da alteração das normas gerais do MST em 2016, não havia uma linha política clara sobre a forma de tratar a orientação sexual e a identidade de gênero na organização. Apesar da produção do MST apontar a superação das desigualdades e a construção do homem e mulher novos, ao não nomear a orientação sexual e a identidade de gênero deixava-se uma brecha para interpretações variadas sobre a questão. Reunimos relatos que passam por não aceitar LGBT em alguns acampamentos, coagir militantes a não publicizar sua orientação sexual sob o risco de serem expulsas das instâncias, ou mesmo perseguidas e, ainda, diversas situações de violência nas suas variadas expressões.

No entanto, a história das LGBT no MST está longe de se resumir a preconceitos e discriminações. É também nessa organização que muitas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis puderam se constituir enquanto sujeitos políticos. Os espaços coletivos do Movimento são apontados como lugares de aceitação e apoio para assumir a sexualidade. Não são poucas/os as/os militantes que antes da família, encontraram no MST o espaço para se afirmarem enquanto LGBT. Uma frase relatada no 1º Curso de Formação Política para LGBT Sem Terra, realizado em julho de 2017, em Caruaru – PE, foi: “no MST encontrei minha liberdade”. Esta fala é bastante ilustrativa do que estamos relatando.

A dinâmica organizativa do MST de distribuir tarefas desde a base, os diversos espaços de formação, a luta enquanto elemento pedagógico, possibilitou que a militância LGBT pudesse se reconhecer enquanto sujeito, com capacidade de ação política para lutar por seus direitos, o que também inclui a dimensão da liberdade sexual. Por isso, afirmamos que a construção do debate sobre a diversidade sexual e de gênero é, também, um resultado do processo de formação da consciência no MST.

Identificamos ainda outros elementos que contribuíram para que o debate LGBT se estruturasse no MST nesse momento. Um dado importante é que as pautas relacionadas à diversidade sexual e de gênero tomaram os debates políticos no Brasil e, nos últimos anos tem posicionado dois blocos em enfrentamentos acirrados. Podemos citar como exemplos a apresentação de projetos como a “cura gay” e ainda o ataque sobre os currículos escolares buscando retirar toda menção à gênero ou orientação sexual. Essas pautas têm sido

capitaneadas pela "bancada da bíblia" no Congresso Nacional e obrigado os diversos partidos a se posicionar. Por outro lado, as manifestações públicas em torno da pauta também cresceram. A parada LGBT de São Paulo, em 2017, contou com a participação de mais de três milhões de pessoas. Os partidos, movimentos e sindicatos têm sido pressionados a dar respostas à esse processo, de modo que praticamente todas essas organizações da esquerda brasileira construíram setoriais ou passaram a apoiar a construção de organizações LGBT[218].

Por sua vez, o MST também vem passando por transformações, tendo que dar respostas à uma série de questões como, por exemplo, os relatos de que a base dos acampamentos e assentamentos tem sido cada vez mais diversa[219]. As LGBT na sua diversidade colocam em cheque algumas formulações do Movimento como o próprio conceito de família. Se alguns anos atrás alguns acampamentos poderiam ver como desvio de comportamento, hoje isso não é encarado da mesma maneira.

Soma-se a isso o fato do Movimento ter passado recentemente por um momento de ajuste de sua estratégia. Nos últimos anos o MST passou por um intenso debate sobre as determinações atuais do desenvolvimento do capitalismo no campo, aprofundando sua leitura em torno do agronegócio. Percebendo as transformações colocadas na realidade, também ajustou seu projeto político, apontando não mais a reforma agrária clássica, mas sim um uma reforma agrária de caráter popular. A construção da Reforma Agrária Popular pressupõe que o Movimento amplie a leitura sobre sua base social, avançando na mobilização dos diversos sujeitos que a compõe.

São, portanto, muitos elementos que confluíram para que as LGBT Sem Terra passassem a se organizar e pautar o debate da diversidade sexual e de gênero no interior do MST. Buscando recuperar processos históricos, observamos que existiram muitas iniciativas localizadas em alguns cursos de formação, estados, contato de militantes do MST com organizações LGBT, mas, a partir de 2013 essas iniciativas foram ganhando força.

No dia 15 de maio de 2013, MST e movimento LGBT coincidiram suas agendas de mobilização em Brasília. Os dois grupos que pouco se conheciam realizaram pela primeira

218 Fizemos um esforço de levantar as iniciativas dos partidos políticos da esquerda brasileira, centrais sindicais e movimentos populares em torno da criação de setoriais LGBT. Esta síntese consta no caderno de formação Diversidade Sexual no MST – elementos para o debate.
219 Um exemplo são os casais homossexuais que buscam a titulação conjunta de terras, ou ainda a dupla maternidade ou paternidade de seus filhos. Nesta reportagem temos um exemplo de duas militantes do MST mobilizando-se em torno do reconhecimento legal da dupla maternidade: https://extra.globo.com/noticias/brasil/casal-de-mulheres-do-mst-de-santa-catarina-consegue-registro-de-dupla-maternidade-para-filho-14686842.html

vez uma mobilização conjunta[220], uniram as bandeiras vermelhas com as do arco-íris e inauguraram uma imagem que hoje se prolifera pelos espaços do movimento camponês. Em 2014, o MST realizou o seu VI Congresso Nacional e, dentre as/os mais de quinze mil participantes do evento, a presença LGBT se evidenciou. A bandeira do arco-íris tremulou pelos corredores e nas místicas e, na página do MST na internet, uma reportagem[221] que contou a história de algumas LGBT ganhou destaque.

Ainda em 2014, uma regional do MST no estado do Ceará realizou um seminário para debater diversidade sexual e de gênero com a base social dos seus acampamentos e assentamentos. Esta ação repercutiu internamente na organização e passou a ser uma demanda para outros estados. Entre os dias 05 e 08 de maio de 2015 o MST do estado da Bahia realizou sua Marcha Estadual com cerca de 3 mil marchantes mobilizados e, nesta ocasião, a juventude do MST construiu uma brigada de agitação e propaganda anti-homofobia[222]. Meninos e meninas brincaram com os gêneros usando roupas e acessórios entendidos como do gênero oposto e percorreram os dois quilômetros de filas da marcha denunciando a homofobia e pedindo o fim do preconceito.

Neste mesmo ano, no dia do orgulho LGBT, 28 de junho, foi a vez da ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes – acolher uma ação da militância LGBT Sem Terra. Uma roda de conversa com os estudantes vindos de diversos países da América Latina e de várias organizações populares no Brasil.

AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS LGBT SEM TERRA

É a partir desse caminho que se realizou em agosto de 2015 o primeiro seminário "O MST e a Diversidade Sexual[223]" na Escola Nacional Florestan Fernandes. O evento contou com a participação de 35 militantes de 13 estados do país e marcou o que podemos chamar de início formal da auto-organização das LGBT no MST, lançando a identidade LGBT Sem Terra. Este primeiro seminário foi um momento de socialização dos debates que já ocorriam isoladamente, apontando para a formulação de uma leitura nacional sobre os caminhos da construção em torno da diversidade sexual e de gênero no MST. As sínteses desse

220 Reportagem disponível em: https://www.brasildefato.com.br/node/12951/
221Reportagem disponível em: http://www.mst.org.br/2014/02/19/sem-terra-lgbt-lutam-por-uma-sociedade-sem-preconceitos.md-e
222 Reportagem disponível em: http://www.revistaforum.com.br/2014/05/14/juventude-sem-terra-reivindica-o-fim-da-homofobia-durante-marcha/.
223 Reportagem disponível em: http://www.mst.org.br/2015/08/11/sou-gay-sou-lesbica-sou-bi-sou-sem-terra-sou-humano-sou-como-voce.html.

encontro se transformaram em um documento que circulou nas instâncias do Movimento, localizando as linhas de ação para o período que se seguiu no sentido da formação, estudo, luta, trabalho de base, organicidade e articulação política, bem como as principais reflexões de onde se estava partindo. Estas reflexões foram sintetizadas nas seguintes afirmações:

> 1) A questão da diversidade sexual e a auto-organização dos sujeitos LGBT's Sem Terra só tem sentido se estiver vinculada ao projeto de Reforma Agrária Popular e às lutas mais gerais por transformações sociais e pelo socialismo.
> 2) Apesar desta luta ter sido forjada no bojo das lutas da esquerda, historicamente ocorreu por parte desta a negação e desqualificação das suas lutas, por muitas vezes, perseguindo os sujeitos LGBT's e ignorando as violências por eles vividas, na sociedade e nos próprios espaços de militância. O momento atual indica cada vez mais a necessidade de debate e unidade da esquerda também nessa temática.
> 3) A luta pela liberdade sexual revolucionária é coletiva e esta construção deve ser feita, desde já, pelo conjunto de nossa organização, se contrapondo à perspectiva liberal burguesa.
> 4) [Afirmamos] A luta contra o patriarcado, como estratégica para a superação da sociedade de classes, entendendo que a igualdade substantiva dos sujeitos jamais será possível nos marcos do capital.
> 5) A formação do ser humano numa perspectiva omnilateral, que prioriza suas várias dimensões como: o trabalho, a político-ideológica, cultural, estética e afetiva é fundante do nosso projeto de Reforma Agrária Popular, que implica na construção de novas relações humanas e sociais (MST, 2017, p. 30).

Estes apontamentos revelam o conteúdo e os rumos da auto-organização LGBT Sem Terra. Já no primeiro ponto se explicita o caráter articulado da luta pela liberdade sexual com o projeto político do MST e a luta socialista. A partir daí se firma as LGBT Sem Terra como integrante da base social do Movimento que, assim como as mulheres, a juventude e as crianças Sem Terrinha, demandam reconhecimento e agregam uma diversidade ainda maior ao povo organizado sob sua bandeira.

Outro elemento que se traduz das afirmações é o caráter da auto-organização que se inicia a construir. No terceiro ponto se evidencia que a luta pela liberdade sexual não deve ser construída apenas pelos sujeitos LGBT, mas pelo conjunto da organização, tendo em vista a sua dimensão coletiva. Assim, entendemos que a auto-organização se refere ao método de construção do debate que é impulsionado, planejado e protagonizado pelas LGBT, mas, que não deve se restringir a elas. Da mesma maneira, deve ser construído de forma articulada com as instâncias e organicidade do MST.

Como encaminhamento deste primeiro seminário, foi criado o Grupo de Estudos LGBT Sem Terra, espaço responsável por acumular nos debates e coordenar com os setores e instâncias do MST o acompanhamento das ações planejadas, bem como propor novas atividades. Não foi apresentada a demanda imediata de criar um coletivo LGBT no Movimento, pois se entendeu que era importante construir ações, mobilizar sujeitos e que a

resposta enquanto estrutura orgânica deveria vir depois, de maneira a não artificializar a sua construção. Mais adiante debatemos esse ponto da organicidade ao falar da relação com o setor de gênero.

Para além da constituição do grupo de estudos, depois desse primeiro espaço nacional, muitas ações foram construídas nos estados e em atividades nacionais. A partir de espaços dos setores, especialmente os de juventude, gênero, educação, cultura e comunicação, além das instâncias de coordenação do Movimento, as LGBT construíram uma série de ações que passou por rodas de conversas, intervenções nos encontros estaduais, temas de formação, indicação de LGBT para fazer cursos como o "Marxismo e Feminismo", participação em lutas do movimento LGBT, entre outras iniciativas.

Um marco fundamental desses primeiros esforços foi a marcante presença LGBT na reunião da coordenação nacional do MST, realizada em janeiro de 2016, na cidade de Caruaru – PE. No universo de 400 delegadas/os, chamou atenção a bandeira do arco-íris nas místicas e o informe realizado na plenária falando sobre o primeiro seminário. Foi o momento para socializar com o todo da organização os primeiros passos que se estava dando. Como a reunião aconteceu também no dia da visibilidade trans (29 de janeiro), foram construídas três importantes iniciativas sobre o tema: uma roda de conversa aberta a todas/os interessadas/os em participar; uma campanha fotográfica onde as/os delegadas/os tiravam fotos com uma placa que tinha a inscrição "MST contra transfobia"; e uma matéria com Dê Silva, militante transexual da organização, que contribuiu para dar visibilidade a toda diversidade que o Movimento abriga.

Foi também nessa reunião que se alterou as normas gerais do MST, incluindo a referência à orientação sexual e identidade de gênero no seu texto. A proposta de alteração foi apresentada pelas LGBT e aclamada por toda a plenária, simbolizando o reconhecimento dos sujeitos LGBT como parte integrante do Movimento, estabelecendo o combate às discriminações como uma tarefa da organização. A redação dos artigos modificados passou a ser a seguinte:

> **1.3 Natureza do MST:** participam no Movimento, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos jovens e crianças (MST, 2016, p. 10).
> **3.6 Educação e Cultura**: e) combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, identidade de gênero e orientação sexual, etc. (MST, 2016, p. 17).
> **3.7 Direitos Sociais** combater todas as formas de violência contra as mulheres, crianças e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), penalizando exemplarmente seus praticantes (MST, 2016, p.18).

Ao decidir alterar as normas gerais, a coordenação nacional do MST também instituiu uma linha política clara para o Movimento no que diz respeito ao lugar das LGBT. Ainda que possamos entender que essas questões eram compreensíveis a partir do princípios e valores que a organização traz desde sua criação, a partir dessa deliberação a questão da diversidade sexual e de gênero não fica mais relegada ao "etc.", munindo toda a militância de uma orientação fundamental para garantir a ação política das pessoas LGBT.

Para além da construção interna, em 2016, houve um momento muito breve, porém bastante significativo no âmbito da articulação política. No contexto dos debates com a juventude em torno do plano de sucessão rural, conduzidos pelo, então, Ministério do Desenvolvimento Agrário, movimentos camponeses, indígenas e quilombolas demandaram a realização de uma reunião de estudos com as LGBT do campo, das águas e das florestas. No mês de março reuniram-se militantes do MST, MCP (Movimento Camponês Popular), PJR (Pastoral da Juventude Rural), indígenas e quilombolas que organizaram uma proposta de criação de grupo de trabalho no MDA. Essa reunião foi um espaço fundamental para que percebêssemos o quanto o debate sobre sexualidade no campo carece de aprofundamento teórico, mas também de um processo coletivo de organização e formulação que possa estruturar uma plataforma política com as necessidades das LGBT no espaço rural. Com o golpe e a imediata extinção do MDA essa iniciativa foi interrompida.

De 20 a 22 de setembro de 2016 foi realizada uma nova reunião nacional de estudos na Escola Nacional Florestan Fernandes. Participaram cerca de 30 militantes do MST, além de convidados de outros movimentos do campo, como o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB e o Movimento Camponês Popular – MCP. O objetivo desse espaço foi aprofundar o estudo sobre diversidade sexual, avançando na formulação coletiva do Movimento sobre o tema.

Ainda como esforço de ir construindo uma compreensão do conjunto do Movimento sobre a diversidade sexual e de gênero, foi realizado um momento de formação sobre o tema durante uma reunião da Direção Nacional do MST, em novembro do mesmo ano. Neste espaço, a instância máxima de decisões do Movimento se posicionou, reconhecendo a diversidade dos sujeitos que constroem a luta pela Reforma Agrária Popular, afirmando compromisso com a construção e sinalizando condições para a inserção orgânica dos sujeitos LGBT nas instâncias e espaços organizativos, além de apontar para a constituição do Coletivo LGBT Sem Terra.

Outra iniciativa importante merece ser destacada. A partir das reuniões nacionais de formação e do processo de aproximação com o movimento LGBT, o Grupo de Estudos sistematizou o caderno de formação nº 5 do setor de gênero, chamado "Diversidade Sexual

no MST – Elementos para o debate". Cabe chamar atenção para a importância dessa publicação que documenta um debate coletivo, socializa uma formulação própria e coerente com a orientação política do Movimento, além de ser um instrumento de trabalho de base. O caderno foi lançado na reunião da Coordenação Nacional do MST que aconteceu em janeiro de 2017, na cidade de Fortaleza – CE. Mais uma vez, esse espaço foi marcado pela ação propositiva e ousada das LGBT Sem Terra.

Tendo construído uma série de ações e avançado no processo de formulação, um dos desafios principais apontados para 2017 foi o enraizamento do debate no MST. O caderno de formação não resolve os limites que são encontrados nos assentamentos e acampamentos se não houver pessoas dispostas a trabalhar com ele, utilizando-o no trabalho de base e socializando com o todo da militância. Daí sai a compreensão sobre a necessidade de formar formadores que possam internalizar os debates que o caderno apresenta, além de poderem trazer apontamentos para que as formulações sejam enriquecidas com determinações que podem não ter sido acessadas ainda. Nesse sentido, foi organizado o primeiro Curso de Formação Política para LGBT Sem Terra entre os dias 29 de junho e 03 de julho de 2017, no centro de formação Paulo Freire, Assentamento Normandia, Caruaru – PE. Participaram militantes do MST de oito estados, contando com a participação de convidados do Levante Popular da Juventude, da Marcha Mundial de Mulheres e da Pastoral da Juventude Rural. O foco desse espaço foi o processo de formação política e o enraizamento das definições coletivas.

A partir desses espaços, tem se firmado a identidade LGBT Sem Terra, articulando com a luta pela democratização e acesso à terra, afirmando o campo como espaço também das LGBT. Conforme MST (2017, p.20):

> A identidade Sem Terra como sujeito coletivo é também composta pela expressão da identidade de cada uma e cada um, dentro das suas particularidades, que são resultados da construção histórica consciente da nossa humanidade, da liberdade sentida e exercida sem medo, ou seja, a liberdade de vivermos nossos sentimentos e nossas convicções no espaço da organização política e nas ruas. Assim como rompemos com as cercas do latifúndio que concentram a terra, o poder e a riqueza, é preciso romper com as cercas que nos impedem de viver e amar.

Assim, podemos perceber que depois de dois anos da realização do primeiro espaço LGBT auto-organizado nacionalmente, muitas iniciativas foram tomadas, resultando em uma síntese cheia de novidade tanto para o movimento camponês quanto para o movimento LGBT brasileiro. Articulando identidades coletivas, o MST tem conseguido conformar um sujeito político que explicita contradições e, ao mesmo tempo, se coloca em movimento para superá-las. As LGBT Sem Terra estão expostas a tantas situações de opressão, exploração

e dominação que não basta lutar pela resolução de apenas uma parte delas, é urgente articular essas dimensões na luta política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, a organização das LGBT no MST representa o início de um novo ciclo para o movimento camponês, uma novidade para todas/os aquelas/es que se ocupam cotidianamente da luta pela emancipação humana. Não por trazer soluções, mas por se desafiar a trazer a dimensão da liberdade sexual na prática política cotidiana de forma articulada com a luta pela terra, pela Reforma Agrária Popular, por uma sociedade socialista. Apenas os primeiros passos foram dados, o caminho a percorrer é longo, atribulado, novas contradições serão evidenciadas e exigirão criatividade suficiente para encontrar novas respostas. No entanto, nesse pequeno período, já podemos apontar alguns aprendizados.

Um primeiro aprendizado é que não deve haver contradição entre a militância política e o direito de amar e de ser quem se é. Não é admissível que as pessoas precisem optar por uma delas. Os sujeitos em sua diversidade precisam estar mobilizados no esforço de superar as profundas desigualdades que caracterizam a atual organização social.

As experiências coletivas que os movimentos populares acumularam ao longo de sua história, também contribuem para fazer avançar o debate em torno da diversidade sexual e de gênero. Exemplo disso é que se seguiram os caminhos, as instâncias e o método acumulado pelo MST. Esse processo coletivo potencializa as formulações, o trabalho de base e o enraizamento, fugindo de algumas fragilidades como o personalismo.

Por fim, se avançou na compreensão de que o combate ao conjunto de discriminações contra as LGBT está articulado à superação do atual sistema econômico, político e cultural. Nesse sentido, envolve necessariamente esforços coletivos, que devem estar articulados em um projeto político amplo, um novo projeto de sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Leonardo Nogueira. **Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil.** Dissertação Mestrado Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. 250p.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

GREEN, James. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. In Cadernos AEL. **Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas**. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19, 2003.

MST**, Diversidade Sexual no MST:** Elementos para o debate**.** Caderno de Formação nº 5. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, janeiro de 2017.

_____**Normas Gerais do MST.** Cartilha. São Paulo, Secretaria Nacional do MST, janeiro de 2016.

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. Bagoas. Natal, n. 05, p. 17-44, 2010.

RODRIGUES, Larisse; OLIVEIRA, Mariana. **Patriarcado, diversidade sexual e feminismo:** desafios para a construção do projeto feminista e popular. Consulta Popular. Coletivo de Diversidade Sexual. III Caderno de debates**.** Abril de 2014 (mimeo).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS TEÓRICO-PRÁTICOS FRENTE A TRANSEXUALIDADE

Márcia Cristina Brasil Santos[224],

Guilherme Silva de Almeida[225]

RESUMO: Trata-se de reflexões acerca da temática identidade/diversidade sexual e de gênero no âmbito do serviço social tendo em vista a incidência crescente de pessoas travestis/transexuais nos diversos segmentos das políticas públicas, tornando-se alvo das ações profissionais do assistente social. Tal incidência está sujeita a ações discriminatórias e de não reconhecimento desses sujeitos. Busca-se pensar essa realidade para além das interpretações culturalistas compreendendo que a perspectiva teórica crítica marxiana oferece possibilidades de apreensão desse fenômeno sem fugir do problema central da sociedade capitalista e das relações sociais nela engendradas, que é a divisão entre as classes e a exploração do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade de gênero, serviço social, pós-modernidade, teoria social crítica.

ABSTRACT: These are reflections on the Identity and gender diversityin the social service, in view of the increasing incidence of Transvestites / transsexual people in the various segments of public policies, becoming the target of the professional actions of the social worker. This incidence is subject to discriminatory actions and non-recognition of these matters. It is a question of thinking this reality beyond culturalist interpretations, understanding that the critical Marxist theoretical perspective offers possibilities of apprehension of this phenomenon without evading the central problem of capitalist society and of the social relations engendered in it, which is the division between the classs and the exploration of work.

KEY WORDS: Gender diversity, social service, postmodernity, critical social theory.

[224] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado Do Rio de Janeiro. Assistente Social e Coordenadora ambulatorial da Unidade Especializada no Processo Transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) da UERJ. Trabalho vinculado ao eixo temático **"Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais"** Contato: mcristinabrasil@hotmail.com

[225]Doutor em Saúde Pública. Vice-Diretor e professor adjunto do Departamento de Teoria Política e Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: gsdealmeida@gmail.com

1.0 – INTRODUÇÃO

1.1 - Serviço Social e a Incidência do Debate acerca da Diversidade Humana

Os estudos sobre a diversidade humana abrangendo os elementos relacionados à identidade de gênero, orientação e expressão da sexualidade vêm sendo pouco a pouco explorados pelo Serviço Social. Em certa medida, tais apreensões ocupam ainda espaços periféricos no âmbito das discussões que vem sendo elaboradas pela categoria. Tais estudos, talvez por se situarem no campo das "identidades" são apreendidos com preocupação por segmentos da tradição marxista sob a crença ou receio de pertencerem à agenda da pós-modernidade.

Eagleton (1988) categoriza a pós-modernidade como um período histórico especifico que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade assim como refuta a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Esta se constitui um conjunto de ideias que, contrariando as normas do iluminismo[226], vê o mundo como algo fortuito, diverso, instável. Essa compreensão emerge da mudança histórica ocorrida no ocidente para uma nova forma de capitalismo no fim do século XIX quando a burguesia se transmuta de uma classe revolucionária, passando a justificar a ordem estabelecida (EAGLETON, 1988).

Importa ressaltar que a burguesia em seu embate contra o período feudal assumiu um papel extremamente revolucionário à medida em que durante o seu processo de dominação rompeu com todo o tipo de mistificação prévia sustentada até então pela Igreja e pela nobreza. Assim, tudo o que parecia como natural e sobrenatural no antigo regime, na vigência da burguesia aparecia como resultado e iniciativa dos homens. Esse movimento apresentou um caráter emancipatório dado a característica do processo de produção que sustenta essa ordem e que só pode existir revolucionando constantemente os padrões de produção e distribuição da riqueza social (COUTINHO, 2010).

Coutinho (2010) aponta que o capitalismo representou – não só no plano econômico-social, mas também no cultural - uma extraordinária revolução na história da humanidade.

[226] Tendência intelectual que combate o mito e o poder a partir da crítica ampla, rigorosa e questionadora em que nada poderia escapar a análise rigorosa da razão. Diz respeito a um processo sociocultural que atravessa vários processos históricos, e inaugura um grande projeto racionalista que está presente desde a pólis grega e que perpassa de maneira trans-historica o longo processo de constituição da sociedade ocidental. Ver, entre outros, SOUZA, 2005.

Seu nascimento e explicitação implicavam a atualização de possibilidades apenas latentes na economia feudal, atualização esta que dependia, por sua vez, da desintegração das relações feudais de produção e de suas formas de divisão de trabalho. Este foi um período em que a burguesia se consolidou como o porta-voz do progresso social possibilitado pelo domínio da razão humana. No entanto após as revoluções de 1848 houve uma inflexão no campo desses valores e crenças com a passagem progressiva da burguesia para uma postura conservadora (Idem)[227].

Ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica da ordem estabelecida, a burguesia passou a limitar as análises da realidade, mistificando a razão que sustentava no passado, a partir de um formalismo e ceticismo que encobria, reduzia ou camuflava essa realidade, que passou, então, a ser analisada de forma fragmentada e reducionista[228].

Se a tarefa ideológica da burguesia revolucionária era a apreensão da realidade por uma razão explicitada em todas as suas determinações, após essa inflexão ela transita para um pensamento funcional a seus interesses resvalando para uma apologia a manutenção de seu *status quo.* Com isso há uma profunda ruptura com a herança intelectual do período anterior, uma negação do caráter transitório e contraditório da sociedade burguesa e um "evacionismo" em face das questões decisivas da vida social, como a exploração do trabalho pelo capital (NETTO In op. Cit).

A partir desse marco, torna-se hegemônico um padrão de sociabilidade que nega a razão como base para o conhecimento e para regulação da vida social transitando gradativamente para a negação explicita e frontal da modernidade sob o argumento de que esta teria entrado em colapso, sendo necessária a constituição de novos paradigmas. Há no bojo das tendências pós-modernas uma recusa dos metarrelatos sustentados em análises globalizantes e históricas partir da perspectiva da totalidade, uma rejeição a ideia de verdade, um profundo relativismo e uma forte tendência a uma "culturalização" da sociedade.

[227] Tal processo será analisado e categorizado por Lukács como *Decadência ideológica.* Ver: LUKÁCS, G. "Marx e o problema da decadência ideológica". In Lukács, G. **Marxismo e teoria da literatura**. S. Paulo: Expressão Popular, 2010.

[228]Coutinho sustenta que este processo irracional, que confunde razão com intelecto, que estabelece uma manipulação burocrática e formal da realidade mistificando-a, redundará numa "miséria da razão" a partir do empobrecimento agnóstico de categorias racionais agora reduzidas às simples regras formais e intelectivas que operam na práxis manipulatória (Coutinho, 2010:18).

Segundo Lyotard (1993) o traço definidor da condição pós-moderna é a perda de credibilidade das metanarrativas. Para ele, o pós-moderno enquanto condição da cultura, caracteriza-se pela incredibilidade perante o metadiscurso filosófico-metafisico, com suas pretensões atemporais e universalizantes, representando uma crise de conceitos como *razão, sujeito totalidade, verdade, progresso* e a *busca de novos valores* como "aumento da potência", "eficácia", "otimização das performances".

Este teórico da pós-modernidade sustenta ainda que a função narrativa perdeu seus atores, seus grandes heróis, *ela se dispersou em nuvens de elementos de linguagens narrativas cada uma veiculando consigo validades pragmáticas específicas* (LYOTARD, 1993).

Eagleton (1988) tece uma contundente critica as analise de Lyotard ao sustentar que a pós-modernidade incorpora um estilo de cultura que reflete as mudanças ocorridas na sociedade burguesa por meio de um superficialismo infundado e eclético que obscurecem as fronteiras entre o conhecimento da realidade propriamente dita e o senso comum, havendo uma equiparação entre esses níveis de conhecimento, entre a cultura "elitista" e a cultura "popular", entre a arte e a experiência cotidiana (EAGLETON, 1988).

Este autor, ao se contrapor a essa forma de construção teórica sustenta que neste processo da transição da modernidade à pós-modernidade, houve uma passagem para um mundo efêmero e descentralizado pautado pela tecnologia, pelo consumismo e pela indústria cultural na qual as indústrias de serviços, finanças e informação triunfaram sobre a produção tradicional, bem como a política clássica de classes cedeu terreno as discussões em torno das identidades (*Idem*).

Em continuidade a sua crítica ao pensamento pós-moderno, Eagleton (1988) aponta que temas como "raça", "sexualidade", "gênero" e "sexualidade" substituíram pautas mais clássicas de análise teórico-política como "classe", "estado", "ideologia", "revolução", "modos materiais de produção" obscurecendo ou afastando o debate acerca da estrutura de classe e as condições materiais de existências. Neste sentido ele aponta como absurdo a indiferença e o silencio embaraçado da esquerda cultural diante do capitalismo e suas contradições. Terry Eagleton afirma esse suposto defendendo que *"quase todos os aspectos fundamentais da teoria pós-moderna podem ser deduzidos, extraídos, por assim dizer, do pressuposto de uma grande derrota política (EAGLETON, 1998, p. 29) "*, vinculada ao esmorecimento da militância da classe operária e dos movimentos de libertação nacional.

Para o autor em questão, se no interior do campo pós-moderno houve o surgimento de questões políticas novas e vitais, como é o caso dos temas acima sinalizados, isto se deu em parte porque temas mais antigos deixaram de ser centrais, não por terem sido solucionados, mas por terem sido escamoteados dado o abandono do pensamento crítico marxista, sobretudo a perspectiva da totalidade.

Silvana Mara de Morais dos Santos pondera, todavia que "*a luta contra um conjunto de opressões particulares expressa (...) nas lutas e reivindicações dos movimentos feministas, anti-racistas e no campo da sexualidade (...) não podem ser tomadas como problemáticas exclusivas do pensamento pós-moderno* (SANTOS in BEHRING, 2009:68) ". Nesse sentido, acreditamos que não é o caso de abandonar essas temáticas como se elas fossem temas exclusivos dessa abordagem particularista e conservadora, característicos do pensamento pós-moderno, mas sim captar nelas os nexos que as conectam com a complexa totalidade da vida social para o necessário desvelamento e enfrentamento do enlaçamento/entrecruzamento das variadas opressões inerentes à sociedade capitalista envolvendo classe, gênero e raça\etnia, por exemplo.

A mesma autora aponta ainda que tais problemáticas são trazidas à categoria profissional pelo processo de complexificação da sociedade e que submeter a "política de identidade" exclusivamente aos fundamentos da "agenda pós-moderna" significa abrir mão de apreender, sob a perspectiva da totalidade, as multifacetárias relações humanas. Neste sentido, torna-se fundamental a apreensão crítica desse debate pelos/as assistentes sociais, inclusive como estratégia de fortalecimento do projeto ético político profissional que não pode silenciar diante das complexas e contraditórias relações entre classe social, indivíduo e gênero humano (Idem).

O Serviço Social nas últimas décadas redimensionou-se e renovou-se no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica no campo dos valores, da ética e da ação política, realizando um forte embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador (Iamamoto, 2004).

Ele vem, assim, constituindo democraticamente a sua base normativa, expressa na Lei da Regulamentação da Profissão e no Código de Ética do Assistente Social, de 1993[229].

[229]Este prescreve direitos e deveres do assistente social, segundo *princípios* e *valores humanistas guias para o exercício cotidiano,* dentre os quais destacam-se: a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia – da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo; bem como o compromisso com a

Além dos valores formalmente estabelecidos nos dispositivos ético-normativos, tem ocorrido um esforço da categoria em desenvolver mais amplamente ações de cunho sócio educativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso tanto aos direitos quanto aos meios de exercê-los, contribuindo para que as necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam de fato, ser reconhecidos (Iamamoto, 2004), em contraposição à herança conservadora do passado.

Nesta direção apontamos que, apesar dos múltiplos avanços na forma da categoria apreender e elaborar o seu exercício profissional em toda sua complexidade, uma compreensão da cidadania[230] que integre a noção de "direitos sexuais" encontra-se ainda em um estágio bastante incipiente pelos/as assistentes sociais, sendo ainda reduzida a produção técnico-científica sobre as relações entre gênero, sexualidade e acesso a direitos e, menor ainda, a discussão feita por assistentes sociais brasileiros/as acerca da transexualidade, da travestilidade ou de outras variações da identidade/expressão de gênero (ALMEIDA, 2014)[231].

Importante destacar que essa ausência de reflexões, paradoxalmente caminha lado a lado com uma crescente e expressiva demanda por ações profissionais no campo da defesa dos direitos humanos de sujeitos LGBT's[232], mais especificamente de transexuais e travestis que, diariamente, têm seus direitos mais elementares violados num processo de consistente invisibilidade e naturalização dessa situação que revela que alguns sujeitos são mais descartáveis e indesejáveis que outros sob a égide do capitalismo.

Paulatinamente a categoria profissional, sobretudo por meio de suas entidades representativas (CFESS/CRESS) tem apreendido essa temática como alvo de suas reflexões como indicam as recentes Resoluções e campanhas publicadas por tais

---

qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores (CRESS-7 Região, 2000).

[230]Entendemos aqui os direitos de cidadania como fenômenos histórico-sociais resultantes da correlação de forças entre interesses antagônicos de classe que compõem a formação capitalista brasileira. Para que os direitos fossem materializados e inseridos na agenda do Estado como leis foi necessário um longo processo de lutas das classes subalternas, que continua em curso, sobretudo nessa conjuntura de destituição de direitos.

[231]A transexualidade, a travestilidade e demais expressões identitárias de gênero não são fenômenos recentes, no entanto sua visibilidade política e teórica é algo mais contemporâneo. É uma discussão bastante presente na antropologia social, psicologia e também sociologia. Em linhas gerais transexuais são pessoas que nasceram e foram registradas com um sexo (masculino ou feminino) mas se reconhecem no sexo oposto. As travestis nasceram e foram registradas no sexo masculino, mas reivindicam um reconhecimento da mistura dos dois sexos: homem e mulher, ou simplesmente travesti, embora demandem serem tratadas no feminino. É importante destacar que enquanto reflexão teórica, este tema está mergulhado nas concepções ídeo-teóricas pós-modernas, sendo improvável essa discussão fora desse campo, que é fortemente refutado pela tradição marxista, no entanto, do ponto de vista material, da vida cotidiana, as demandas por reconhecimento de direitos expressas por essas pessoas são gritantes tornando-as objeto da ação profissional do serviço social, daí o nosso interesse por este tema.

[232]Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

organismos. A Campanha nacional "*O amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito*" e a Resolução CFESS n° 489/2006, que "estabeleceu normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do/a Assistente Social, regulamentando princípios inscritos no Código de Ética Profissional"[233].

Nesta direção destaca-se ainda o espaço que o XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ocorrido em 2013 reservou para a discussão da diversidade sexual e de gênero em uma de suas mesas simultâneas e mais recentemente a realização do "*1º Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e diversidade de gênero"* organizado pelo CFESS e CRESS de São Paulo em junho de 2015.

Tendemos a considerar que a produção técnico-científica do Serviço Social sobre o assunto esteja aumentando, em razão, sobretudo, do progressivo aumento da expressividade pública de pessoas que se autodenominam como LGBT's e de sua inserção como usuárias das mais diferentes políticas sociais em que assistentes sociais atuam, bem como pela incidência ética da já aludida campanha promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em colaboração com entidades do movimento LGBT[234], além de outras medidas produzidas por estas entidades. Mais adiante veremos alguns dos desdobramentos da incidência da transexualidade como objeto da ação profissional e da reflexão teórica na área de serviço social.

2.0 - DESENVOLVIMENTO

2.1 - Transexualidade e o Processo Transexualizador no Contexto do Sistema Único de Saúde: requisições para o Serviço Social.

[233]A campanha "O amor fala todas as línguas" da qual já sinalizamos nesta problematização fundamentou-se no Código de Ética e deu continuidade ao lançamento anterior da Resolução 489/2006 do próprio CFESS, que estabeleceu normas "vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social". A campanha despertou resistência de vários segmentos da categoria.

[234]O movimento LGBT brasileiro nasceu no final dos anos 1970, predominantemente formado por homens homossexuais. Mas logo nos primeiros anos de atividade, as lésbicas começam a se afirmar como sujeito político relativamente autônomo; e nos anos 1990, travestis e depois transexuais passam a participar de modo mais orgânico. No início dos anos 2000, são os e as bissexuais que começam a se fazer visíveis e a cobrar o reconhecimento do movimento. Pode-se perceber que há no sujeito político desse movimento uma diversidade de questões envolvidas, predominantemente relacionadas a gênero e a sexualidade. Facchini.R, 2005.

Em linhas gerais a transexualidade se fundamenta na incompatibilidade entre o sexo biológico e o gênero pelo qual uma pessoa deseja ser reconhecida socialmente. É classificada pela medicina e órgãos de saúde como uma patologia situada no âmbito dos transtornos mentais. Essa compreensão remonta o século XIX e traduz o interesse científico de estabelecer mais firmemente uma norma, associada à heterossexualidade, e assim catalogar os desvios vinculados às práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo (BENTO, 2012).

Nesse contexto, a transexualidade passou a ocupar um espaço aberto pela *psiquiatrização* da homossexualidade como uma patologia. Em 1987 essa condição, ainda chamada de transexualismo, foi incluída no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* – DSM III (Manual Diagnóstico e estatístico das Desordens Mentais) para os indivíduos com "disforia de gênero" que demonstrassem durante, pelo menos, dois anos, um interesse contínuo em transformar o sexo do seu corpo e o status do seu gênero social (*Idem*)

Em 1994, o DSM-IV trocou o termo Transexualismo por Desordem da Identidade de Gênero, que também pode ser encontrado no CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) e na sua última versão, em 2001, o DSM trocou "Desordem" por "Transtorno de Identidade de Gênero" (*Ibidem*).

No Brasil, é o fato da transexualidade ser classificada como doença que permite que a cirurgia de "readequação" sexual seja feita gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde. Desde 1997, o procedimento é legitimado pelo Conselho Federal de Medicina como um procedimento terapêutico cuja finalidade é a adequação da genitália da pessoa transexual a seu sexo psíquico.

Essa intervenção cirúrgica, como se verá adiante, só poderá acontecer se os critérios estabelecidos pela resolução do Conselho Federal de Medicina forem atendidos, sendo necessária uma equipe composta por psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social que deverão produzir laudos sobre a necessidade desse procedimento.

Compreender a transexualidade enquanto uma categoria diagnóstica traz como consequência a necessidade de elaboração de um protocolo rígido de atendimento, uma vez que para ser "diagnosticada" com o "transtorno de identidade de gênero", que é a pré-condição para realização das alterações corporais e dos documentos, a pessoa demandante

deverá fazer terapia psicológica e acompanhamento psiquiátrico por no mínimo dois anos, vestir-se com as roupas do sexo que reivindica, além de precisar iniciar tratamento hormonal[235].

No Brasil esse tipo de assistência só pôde se tornar uma realidade a partir do intenso protagonismo político do ativismo social no campo da diversidade sexual e de gênero, como veremos a seguir.

As reivindicações do movimento LGBT acerca da criação de políticas públicas voltadas para o reconhecimento e ampliação de direitos atinentes às suas pautas especificas, para além da esfera de prevenção da epidemia de HIV/AIDS, começaram a ser ouvidas pela gestão pública em 2001 com a criação Junto ao Ministério da Justiça do Conselho Nacional de Combate à discriminação –CNCD. Ao longo dessa década é possível observar alguns marcos no campo das ações do governo federal voltados para a população LGBT. São eles: a criação do "Brasil Sem Homofobia (BSH) - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual", em 2004[236]; realização, em 2008, da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema "Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)"; lançamento do "Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (PNDCDH-LGBT), em 2009; publicação do decreto que cria o "Programa Nacional de Direitos Humanos 3" (PNDH-3)[237], em 2009.

Essas medidas constituíram-se em diretrizes políticas que orientaram as ações para esses segmentos nas esferas estaduais e municipais em todo o país a partir de então. O

---

[235] Apesar desse entendimento hegemônico que norteia a assistência à saúde de pessoas transexuais, não é uma unanimidade a compreensão da transexualidade como uma patologia existindo inclusive um movimento internacional que reivindica a despatologização das identidades trans por não considerar essas pessoas como sendo portadoras de qualquer doença. Ver: **STP, Campanha Internacional Stop Trans Pathologization. http://www.stp2012.info/old/pt**

[236] O "Brasil sem Homofobia" (BSH) foi lançado em novembro de 2004 vinculado ao "Programa Direitos Humanos, Direito de Todos", no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República (SDH/PRConferir MELLO at all. In: Soc. estado. vol.27 nº. 2.

[237] O "Programa Nacional de Direitos Humanos 3" (PNDH-3) constitui-se das Resoluções aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (CNDH), realizada em dezembro de 2008, em Brasília, e as propostas aprovados nas diversas conferências temáticas nacionais que ocorreram desde 2003, inclusive a LGBT. Conferir MELLO at all. In: Soc. estado. vol.27 nº. 2

campo da saúde foi o que mais avançou instituindo diversas iniciativas que procuraram concretizar as propostas arroladas no marco regulatório legal e dentre as quais se destacou o atendimento a transexuais pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

O marco legal introdutório das cirurgias de redesignação sexual no Brasil se deu em 1997 a partir da Resolução 1.482/97 do CFM, que aprovou a realização, em caráter experimental, de cirurgias de "mudanças de sexo" nos hospitais públicos universitários do país. Até aquele momento, a posição do CFM entendia tais procedimentos como "crime de mutilação", o que foi revisto com tal Resolução. A partir de 1997, vários serviços começaram a ser organizados, mediante, sobretudo as demandas de pessoas transexuais que passaram a procurar o atendimento após tomarem conhecimento da possibilidade de realizarem a cirurgia no SUS.

Em agosto de 2008 o Ministério da Saúde, através da Portaria 457, regulamentou o Processo Transexualizador no âmbito do SUS definindo as unidades de saúde que seriam credenciadas para a realização dos atendimentos bem como as normas, diretrizes e caracterização dos serviços prestados[238].Essa regulamentação foi ampliada em 2013 com a publicação pelo Ministério da saúde da portaria nº 2.803, que redefiniu e ampliou as diretrizes, normas e procedimentos voltados para esse público e estendendo a assistência às travestis.

O Sistema Único de Saúde (SUS) ao estabelecer as normas para o funcionamento do processo transexualizador no Brasil indicou a necessidade de uma equipe multiprofissional, composta por médicos de diferentes especialidades, psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais, que devem acompanhar estes usuários e usuárias durante todo o seu tratamento na rede de saúde.

Em síntese, o processo transexualizador é um programa que compõe a política de saúde brasileira incluindo procedimentos de diferentes graus de complexidade e ampla diversidade técnica, como parte da assistência em saúde destinada a pessoas transexuais e travestis, demandando para tal a inserção de assistentes sociais nas equipes assistenciais.

Neste sentido, constata-se que as transformações ocorridas e em curso no campo da saúde se refletem diretamente nas demandas postas ao Serviço Social de modo que a

[238]Inicialmente as Unidades credenciadas foram o Hospital Universitário Pedro Ernesto- UERJ, Hospital de Clínicas de Porto Alegre-UFRGS, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Goiás. Mais recentemente outras unidades têm sido credenciadas como por exemplo, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Uberlândia para atendimento ambulatorial, o Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia – IEDE no Rio de Janeiro também para atendimentos ambulatoriais e Hospital das Clínicas da Paraíba.

materialização do exercício profissional do assistente social na saúde se compõe de uma diversidade de questões que são capazes de colocá-lo frente a requisições extremamente heterogêneas. Requisições essas oriundas tanto da população usuária quanto das contradições internas e externas do sistema de saúde no contexto da contrarreforma do Estado (Bravo, 1996; Costa, 2009).

Nesse sentido, o profissional é instado a fazer a mediação entre as exigências decorrentes das condições de vida da população usuária dos serviços, expressas nas múltiplas manifestações da questão social ao mesmo tempo em que precisa responder as demandas postas pela própria instituição, inserida no emaranhado das complexas questões que envolvem o campo da saúde, conforme sinalizado acima.

Além dessas considerações, podemos acrescentar nessa reflexão a própria fragilidade profissional que não passa imune a todo esse processo, na medida em que tais questões também atravessam sua constituição interna, fazendo com que a precarização lhe atinja visceralmente, afetando sua formação, sua identidade profissional, a estabilidade no emprego, as condições de trabalho, a remuneração[239].

Obstante a essa realidade, a profissão, no atual momento histórico vem desenvolvendo um esforço de garantir e adensar as conquistas profissionais advindas do intenso processo de redimensionamento e renovação que experimentou no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica, no campo dos valores, da ética e da ação política, realizando um forte embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador (Iamamoto, 2004).

Nessa direção a categoria vem engendrando fundamentos profissionais pautados na defesa intransigente dos direitos humanos e na busca pela ampliação e consolidação da cidadania bem como pela defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, conforme expressam o Código de Ética do Assistente Social, de 1993 e a Lei da Regulamentação da Profissão.

Conduzidos por estes valores formalmente estabelecidos nos dispositivos ético-normativos, parte dessa categoria tem se empenhado em desenvolver mais amplamente ações de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso tanto aos direitos quanto aos meios de exercê-los, contribuindo para que as necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam de fato,

[239] É vasta a bibliografia que analisa a realidade contemporânea e o serviço social brasileiro. Ver, entre outros: IAMAMOTO, M. 2010. NETTO, JPN. In SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, nº 50, SP: Cortez, 1996

ser reconhecidos (Iamamoto, 2004), em contraposição à herança conservadora do passado na qual o profissional organicamente se vinculava ao ideário da classe hegemônica[240].

A partir desse reposicionamento da profissão foi possível engendrar, no que toca ao campo da saúde, as condições reais para que os/as assistentes sociais hoje possam se utilizar da prerrogativa de determinar e priorizar as demandas dos/as usuários/as e, consequentemente, organizar e planejar suas ações de forma a interferir nos determinantes sociais do processo saúde-doença e no resgate da saúde como direito social em contraposição às ações instantâneas e/ou pragmáticas tão comuns à profissão.

3.0 - CONCLUSÃO

3.1 Serviço social e os desafios para a apreensão do debate da diversidade sexual e de gênero partir da perspectiva teórica crítica.

Ainda que consideremos que houve avanços na trajetória da profissão aos longos dos últimos 80 anos, é preciso compreender a realidade sócio histórica contemporânea como palco da regressão de direitos e das conquistas do passado, onde a vida humana teve seu valor diminuído, reinando assim a reprodução cotidiana de situações de violência que atingem diferentes segmentos da população. Trata-se de uma realidade que evidencia profundos processos de desigualdade social e inúmeras formas combinadas de exploração e opressão. Imersos nesta realidade situam-se as pessoas LGBT's, dentre as quais as travestis e transexuais, que aparecem no topo do *ranking* dos relatórios e estatísticas que abordam o nível de violência, as condições de vida e acesso a direitos desses segmentos no Brasil.

Como já sinalizado anteriormente, o universo da sexualidade e da complexa diversidade humana não tem sido apreendido como um tema privilegiado pela produção teórica do serviço social, embora abranja dimensões fundamentais da totalidade humana envolvendo particularidades do sujeito inteiro, que não se circunscrevem unicamente no interior da esfera produtiva.[241]

---

[240] A análise da trajetória profissional e de seu rompimento com o passado tradicional pode ser encontrado em densa e variada bibliografia. Destaco aqui as obras de Iamamoto, 1982 e Netto, 1991.

[241] A preocupação com a perda da centralidade da perspectiva da luta de classes como matriz explicativa da sociedade capitalista e o risco de dispersão das lutas sociais, podem estar na base da pouca produção teórica acerca desses temas pela tradição marxista. Preocupação legítima, mas que por outro lado, abre espaço para que as análises pós-modernas sejam as únicas e as últimas palavras sobre tais temas, como se estes fenômenos só tivessem uma explicação possível.

Nesse sentido, lidar política e economicamente com as questões suscitadas no campo da identidade/diversidades/orientação sexual não pode ser uma prerrogativa exclusiva da agenda pós-moderna, sendo imprescindível que a tradição marxista se aproprie dessas discussões e produzam análises que ultrapassem as explicações ídeo-culturais, uma vez que estas são limitadas para iluminar as ações profissionais cotidianas dos assistentes sociais em seus diversos espaços sócio ocupacionais, já tão atravessados por fetichismos, conservadorismos e toda sorte de camuflagens e limitações.

Para Santos (2013) o Capitalismo está alicerçado na reprodução permanente da desigualdade social, estando neste momento histórico, incapaz de atender as necessidades humanas. Nesse sentido, tem apresentado como tendência uma recorrente homogeneização dos modos de ser, falar, vestir, e constituir estilos de vida a partir da concepção da individualidade burguesa. (SANTOS, S.M, 2013:154).

Nesta direção, revela-se indiferente à diversidade dos indivíduos até que estes indiquem possibilidades de lucro e ampliação do mercado consumidor com a criação de novos nichos de mercado, como sinalizam, por exemplo, o recente interesse da indústria da moda pelas mulheres obesas com a criação do segmento "*plus size*", por boa parte de fabricantes e lojas revendedoras, bem como o segmento da estética negra (maquiagens variadas, produtos para cabelos, entre outros) e o desejado universo LGBT com seus bolsos (nem sempre) cheios e ávidos para o consumo, conforme sugerem variam pesquisas sobre consumo neste campo[242].

Assim, ao invés das questões apresentadas por grupos específicos (ditos "minoritários") serem direcionadas para o horizonte da luta anticapitalista, mostrando os limites da sociedade burguesa para resolver radicalmente os problemas advindos das diferenças de gênero, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero, acabam submetidas a um tratamento adaptado às regras capitalistas vigentes, o que redundará em respostas frágeis com pouca ou nenhuma concretude na vida social, daí a importância da tradição marxista direcionar suas analises para esses temas (*idem*).

Santos (2013) aponta que sob a hegemonia do capital se constitui uma sociabilidade através da elaboração de um novo padrão existencial favorável ao sistema capitalista em

[242] Potencial de compras LGBT é estimado em R$ 419 bilhões no Brasil - Valor equivale à 10% do PIB. Maiores detalhes sobre esse assunto em http://oglobo.globo.com/economia/potencial-de-compras-lgbt-estimado-em-419-bilhoes-no-brasil-15785227#ixzz4bQb8neur veja também: E-commerce GLBT é um nicho ainda pouco explorado. Ver mais detalhes em:http://www.empreendedoresweb.com.br/ecommerce-glbt/ Acesso em 10 de março de 2017.

tempos de crise. Faz parte dessa empreitada uma grande atenção ao mundo da subjetividade. Nesta ótica, os interesses burgueses se transformam numa preocupação com temáticas relacionadas a "estilos de vida", "qualidade de vida", beleza física, culto ao corpo, dentre outros que, ao se tornarem comum, impõe aos indivíduos uma homogeneização sócio cultural, em detrimento do pleno desenvolvimento da diversidade humana (Ibdem).

Sustentamos nesse artigo que a análise crítica pautada na historicidade marxiana se torna imprescindível para arrancar tais temas da agenda pós-moderna repondo-os, a partir do método marxiano, no centro da discussão acerca da totalidade da vida social, a partir da qual se é possível negar as visões particularistas e fragmentadas inerentes às abordagens ìdeo-culturais de cariz pós-moderno que pululam os debates acerca das identidades, sexualidade, diversidade e gênero e que constituem o universo teórico onde majoritariamente tem se situado a temática da travestilidade/transexualidade, objeto desse artigo.

Referências bibliográficas:

ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

BENTO, Berenice. **O que é Transexualidade?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.1.707 de 18 de agosto de 2008.** Diário Oficial da União. Poder Executivo, *Brasília, DF,*19 ago. 2008. Seção 1, p.43. *Institui no âmbito do SUS o processo transexualizador.*

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.2.836 de 01 de dezembro de 2011.** Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 02 dez. 2011. Seção 1 n.231, p.37.*Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).*

BRASIL. Ministério da Saúde**. Portaria n.457 de 19 de agosto de 2008**. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 ago. 2008. Seção 1, p. 69. *Aprova a regulamentação do processo transexualizador no âmbito do SUS.*

BRASIL. **PORTARIA Nº 2.836**, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011. (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

BRASIL. **PORTARIA Nº 2.803**, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução 1.482/1997**.*Autoriza a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários com o tratamento dos casos de transexualismo*. REVOGADA pela Resolução CFM nº 1652/2002.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução 1652 de 2002.** Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, n. 232, 2 dez. 2002. Seção 1, p. 80. *Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e REVOGA a Resolução CFM nº 1.482/97.*

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - **RESOLUÇÃO CFESS Nº 489**, DE 3 JUNHO DE 2006.

CORREIA, M.V.C In: COSTA,G. et all. Crise **Contemporânea e Serviço Social.** Maceió: UFAL, 2010.
COUTINHO, C.N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. SP: expressão Popular,2010.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

Evangelista, J. E. **Teoria social pós-moderna**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

GRAVE, F. "Desafios Contemporâneos para Serviço Social: Algumas Considerações". **Libertas**, Juiz de Fora, v.6 e 7, n. 1 e 2, p.1 - 31, jan-dez / 2006, jan-dez / 2007
HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996;
JAMESON, F. **Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio**. S. Paulo, Ática.
LUKÁCS, G. "Marx e o problema da decadência ideológica". In Lukács, G. **Marxismo e teoria da literatura**. S. Paulo: Expressão Popular, 2010.
LYOTARD, J.-F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.
IRINEU, B. MELLO, L. FROEMMING, C. "*Políticas Públicas de trabalho, Assistência Social e Previdência social para a População LGBT no Brasil: sobre desejos e realizações*". **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013, p. 132-160

_____, B. "*10 Anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas".* **REVISTA TEMPORALIS**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 193-220, jul./dez. 2014.

MELLO L. *et al*. "*Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBTO no Brasil*." **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, maio 2012.

MESQUITA, M. & MATOS, M. C. "*O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito*" – reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS. **Revista Em Pauta**, v. 9, n. 28, p. 131-146, Rio de Janeiro, 2011.

NETTO, JP. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. SP: Cortez, 1993
_____ "*Transformações societárias e serviço social. Notas para uma análise prospectiva da profissão*". Serviço Social & Sociedade. S. Paulo: Cortez, nº 50, 1996.
SILVA. M. V. "Diversidade humana, relações sociais de gênero e luta de classes: emancipação para além da cultura". EM PAUTA, RJ, Vol. 9, n.28, Dez. 2011**.**

_____*"Sexualidade e liberdade sexual no contexto brasileiro atual".* Cadernos de Crítica Feminista, Ano VII, N. 6 – dez 2013. SOS Corpo, Recife, 2013, p. 150-159.

SOUSA. Adrianyce Angélica S. de "Pós-Modernidade: fim da modernidade ou mistificação da Realidade contemporânea? " **Revista Temporális** n. 10, Brasília, ABEPSS, 2005.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: super exploração da mulher trabalhadora

Paloma Von Zak Balthazar Iannini Di Tommaso.[243]

RESUMO

Em 1970 começa a ter uma massiva entrada das mulheres no mundo do trabalho. Estas estavam presentes em vários movimentos e várias lutas. É necessário falar sobre divisão sexual do trabalho e como é desigual tanto na esfera produtiva, quanto na reprodutiva. Importante salientar que o movimento feminista luta contra essa desigualdade e opressão de gênero, e a divisão sexual desigual do trabalho. E principalmente, luta contra o machismo e o patriarcado que coexistem na sociedade capitalista. Foi por meio das lutas feministas que as mulheres conquistaram seus direitos. Ainda há muitas questões que devem ser desconstruídas e superadas.

Palavras-chave: trabalho, capitalismo, gênero, precarização.

ABSTRACT

In 1970 there began to be a massive entry of women into the world of work. These were present in various movements and various struggles. It is necessary to talk about the sexual division of labor and how it is unequal both in the productive sphere and in the reproductive sphere. It is important to emphasize that the feminist movement fights against this inequality and oppression of gender, and the unequal sexual division of labor. And above all, it fights machismo and patriarchy that coexist in capitalist society. It was through feminist struggles that women won their rights. There are still many issues that need to be deconstructed and overcome.

Keywords: labor, capitalism, gender, precariousness.

[243] Assistente Social, palomaditommaso@gmail.com. **Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais:** A divisão sexual do trabalho e os impactos para a classe trabalhadora

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo principal mostrar como o capitalismo interfere na vida do/a trabalhador/a. Como essa classe sofreu e ainda sofre nesse sistema. Foram conquistados muitos direitos por meio de muitas lutas, porém com o surgimento da Reestruturação Produtiva, houve um retrocesso quanto aos direitos trabalhistas. Além do capitaslimo ter afetado negativamente a classe trabalhadora, afetou também a vida das mulheres. Estas sofrem com a opressão e desigualdade de gênero.

A divisão sexual do trabalho é desigual, pois enquanto os homens ficam responsáveis pelo trabalho produtivo, foi designado às mulheres o trabalho reprodutivo e muitas das vezes a própria mulher realiza os trabalhos produtivos e reprodutivos. Esta desigualde faz parte do patriarcado, onde o homem é o provedor da família e a mulher é responsável pelos cuidados domésticos e da família. O patriarcado também interfere na educação de gênero, pois desde criança, as pessoas são educadas por exemplo, aprendendo que rosa é cor de menina e azul é cor de menino, meninas tem que brincar de bonecas, incentivando o cuidado e os meninos brincam de carrinho, ganham bonecos de super heróis, incentivando para terem o pensamento de que são mais fortes. Então cria-se essa ideia de que mulheres são o sexo frágil e os homens o sexo forte.

As mulheres foram muito oprimidas e ainda são, porém foi por meio das lutas feministas que atualmente as mulheres possuem direitos. Na década de 1970, junto com a Reestruturação Produtiva, passa a ter uma massiva feminização no mundo do trabalho. E com isso muita organização da classe trabalhadora e também das mulheres que reivindicavam por seus direitos.

Visto que o capitalismo causa impactos nefastos na vida dos indivíduos e especificamente nas mulheres trabalhadoras, usando o setor de telemarketing como um exemplo, e que o surgimento da Reestruturação Produtiva, foi um retrocesso nos direitos trabalhistas, acredita-se o quão importante é o debate sobre este assunto.

2. PRODUÇÃO/ REPRODUÇÃO SOCIAIS E DIVISAO SEXUAL DO TRABALHO

È por meio do trabalho que acontecem as relações sociais. Porém não é somente o trabalho que transforma a natureza, o trabalho também transforma o ser humano. Gama acrescenta:

> No seio de toda a formação social coexistem um produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma à outra. Compreendidas dessa forma, produção e a reprodução são indissociáveis. (GAMA, 2014, p. 31)

O modo de produção capitalista interfere na produção material, e também nas condições de produção dos seres humanos. Ou seja, este modo de produção traz consigo uma nova concepção de trabalho e de reprodução social, o trabalho se torna uma atividade assalariada, em que o capitalista contrata a mão de obra do trabalhador. Além da força de trabalho virar uma mercadoria, os bens necessários para a sua sobrevivência também tornam-se mercadoria.

O capitalismo se aproveita da entrada das mulheres no mercado de trabalho e fortalece a divisão desigual do trabalho, tanto na produção quanto na reprodução, ou seja, o modo de produção capitalista explora a mulher tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva, nesta segunda sendo um trabalho em muitas das vezes não remunerado e desvalorizado. Para o capitalismo a "existência" ou seja, a manutenção da vida, é importante para que esse sistema se mantenha. De acordo com Gama:

> A mercatilização da vida social nas relações sociais capitalistas atinge essas dimensões de maneira diferenciada; no âmbito da produção, a extração de mais valor, e no âmbito da reprodução social, a produção indireta de mais valor pela não mercantilização (pelo menos inicialmente) do trabalho doméstico realizado gratuitamente pelas mulheres no interior das famílias. [...] O preço de mercado da força de trabalho, portanto, é constituído pela parte paga da extração da mais-valia e pela parte não paga prduzida pelo trabalho não remunerado das mulheres e pela provisão de bem-estar pública. (GAMA, 2014, p. 33)

Cisne também afirma que:

> A apropriação do trabalho reprodutivo é parte integrante do modo de produção capitalista. Para compreendermos isso, é central desvelar que a exploração econômica das mulheres dentro da família é vinculada à exploração dentro do mundo do trabalho capitalista [...] Esse modo de produção se apoia na exploração do trabalho doméstico da mulher, assim como na exploração da força de trabalho feminina esfera produtiva, na qual, via de regra, recebem baixos salários e são desvalorizadas. Em síntese, podemos dizer, então, que o modo de produção capitalista encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva (em trabalho remunerado ou não), uma das suas bases de sustentação. (CISNE, 2014, p. 85)

A divisão sexual do trabalho é histórica, não é algo que aconteceu atualmente (século XXI) e fortalece a hierarquia entre homens e mulheres. Acompanha a sociedade desde os séculos anteriores da Era Cristã. As mulheres eram responsáveis pela manutenção da subsistência, ou seja, mesmo que elas trabalhassem ou não, eram responsáveis pela reprodução social, do cuidado da casa, marido e filhos. (NOGUEIRA, 2011)

Por mais que pareça um assunto antigo, a divisão sexual do trabalho perdura até os dias atuais (2017). Essa divisão gera funções diferenciadas entre os indivíduos na

sociedade, em que passa a existir as funções femininas e masculinas, no caso mulheres tem a função de cuidar da casa e da família enquanto o homem é o responsável pelo sustento da família. E mesmo que a mulher trabalhe fora de casa, ela ainda tem que se dedicar ao lar, isentando o homem desta função. Ou seja, a mulher tem o trabalho remunerado e o não remunerado, que é se dedicar também aos cuidados da casa. De acordo com Nogueira:

> A desiguladade na divisão sexual do trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva, portanto, é central para a relações de poder, principalmente o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, presente na estrutura patriarcal. (NOGUEIRA, 2011, p. 25)

Na Idade Média o trabalho feminino era dividido em categorias. As mulheres solteiras eram responsáveis por lavar e tecer, enquanto que as mulheres mães cuidavam das crianças e as mulheres de meia idade ficavam responsáveis pelos adolescentes e pela cozinha, entre outras atividades reprodutivas. Lembrando que as esposas dos camponeses e servos trabalhavam com seus maridos na agricutura e ainda tinham que cuidar dos afazeres domésticos.

Na Idade Moderna as mulheres casadas e solteiras vendiam produtos nos mercados, eram ambulantes e ganhavam dinheiro também como amas e lavadeiras. Na indústria trabalhavam no ramo da seda, das ferragens, da olaria e dos objetos de metal. Caso o trabalho interfirisse nos cuidados dos filhos, dependendo da sitiação econômica da família, as mulheres mães não desistiam do emprego, deixavam seus filhos com as amas de leite ou para pessoas que pudessem cuidar deles por ela. A Idade Moderna aconteceu entre os século XV e XVIII, no final desta época a população do campo começa a migrar para as cidades, acentuou a partir da consilidação da burguesia e do início da Revolução Industrial, o resultado disto é o surgimento do proletariado femenino. Porém as mulheres ainda enfrentaram muito o preconceito quanto ao seu ingresso nas fábricas, muitas eram recusadas e acabavam desistindo, voltando para se dedicar somente para os afazeres domésticos ou trabalhando como domésticas em casas da classe burguesa. Nogueira acrescenta:

> Portanto, como o desenvolvimento industrial, ocorreu uma ênfase na transferência da produção da mulher no espaço do lar para a fábrica. Porém, mão houve quase nenhuma possibilidade de combinação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, já que as mulheres só poderiam se inserir no mundo do trabalho durante curtos períodos de suas vidas, pois depois de se casarem ou terem filhos deveriam abandonar os seus empregos e, somente voltariam a ele, caso seus maridos não tivessem capacidade de sustentar a família. (NOGUEIRA, 2004 apud MAZZEI, 2011, p. 22)

As mulheres foram oprimidas e ainda sofrem essa opressão. Nota-se a desigualdade entre os sexos, a subordinação da mulher foi naturalizada. “As relações sociais capitalistas

legitimaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada "natural" à mulher, pela subordinação." (NOGUEIRA, 2011, p. 23).

O número de mulheres sendo chefe de família, aquelas mulheres em que são responsáveis pela manutenção econômica da casa, vem crescendo. Porém mesmo que tenha esse crescimento na família contemporânea, ainda há a hierarquia nas casas, as mulheres mesmo sendo as provedoras ainda possuem o papel dos cuidados domésticos. Segundo Nogueira:

> É fato que, a partir de meados dos anos de 1970, ocorre uma ampliação do processo de feminização no mundo do trabalho, concernindo ao trabalho feminino, em relação a sua importância familiar, não mais como um complemento econômico, mas, como um valor imprescindível para o equilíbrio doméstico. Não podemos, dessa forma, desconsiderar as imprescindíveis mudanças estruturais e culturais que estamos presenciando em nossa sociedade no que tange ao modelo dual que designa ao homem o papel de principal provedor da família e à mulher as responsabilidades reprodutivas. (NOGUEIRA, 2011, p. 28)

Bezerra e Velozo utilizam a contribuição de Engels para falar sobre a divisão sexual do trabalho. E para Engels a família é um tipo de instituição que reafirma a desigualdade entre homens e mulheres, que para ele é um segundo tipo de produção, que seria a reprodução. Bezerra e Velozo explicam a visão do autor:

> Segundo o autor, no seio da família sempre existiu uma divisão do trabalho, em que, nos primórdios, os homens eram responsáveis pela procura de alimentos e de instrumentos que a facilitassem; desde então, passaram a ser considerados proprietários destes. Com o desenvolvimento da sociedade, os homens continuaram proprietários do gado e dos escravos; contudo, seus filhos não tinham o direito a receber sua herança em decorrência do chamado "direito materno", que estabelecia a descendência apenas pela linhagem feminina. O direito materno foi instituído para garantir que a fortuna se mantivesse na gens e estabelecia que a herança permaneceria com os parentes consanguíneos da mãe. Mas, à medida que as riquezas aumentavam, e enquanto em vida era o homem o proprietário, este passou a gozar de maior status na família, o que fez surgir nele a ambição de poder reverter as riquezas acumuladas aos seus filhos. Foi assim que, segundo Engels, o direito materno foi questionado e abolido sem grandes dificuldades, já que a alteração foi feita para os futuros descendentes masculino. A partir de então, estabeleceram-se a "filiação masculina" e o "direito hereditário paterno", o que se deu no período pré-histórico". (BEZERRA e VELOZO, 2015, p. 35)

Então, Engels explica que a desigualdade de gênero já começa na distribuição da herança para os filhos, pois somente os homens são privilegiados. É importante ressaltar que a desigualdade de trabalho também acontece na esfera reprodutiva, na família. A partir do momento em que somente a mulher é a responsável pelos afazeres domésticos.

A luta feminina é muito importante para a superação da desigualdade sexual do trabalho nos espaços produtivos e reprodutivos, porém para além disso, que rompa com a sociedade patriarcal, acabe com a lógica hegemônica, para que homens e mulheres sejam

responsáveis pelos cuidados domésticos e não mais somente uma responsabilidade da mulher.

3. GÊNERO E PATRIARCADO

Gênero é uma categoria que "designa o conjunto de fenômenos que expressam um padrão específico de relações existentes entre mulheres e homens, mulheres e mulheres e homens e homens". (Souza, 2014, p. 19) Ou seja, gênero não está presente somente na relação homem e mulher, mas como também nas relações mulher e mulher, homem e homem. É considerado categoria, com base no pensamento de Veloso, pois expressa o modo de ser da sociedade ou do ser social. Souza explica o pensamento de Veloso sobre a categoria gênero:

> Veloso (2003, p. 53) entende o gênero como um fenômeno histórico e social, em ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução da sociedade, devendo ser tomado como uma categoria, pois expressa modos de ser, ou seja, expressa o padrão de organização de determinada sociedade, ou do ser social. Sendo assim, conclui que as relações de gênero são parte da estrutura e da organização da sociedade, tendo consequências mediatas e imediatas para a reprodução do ser social, o que significa reconhecer o gênero como um elemento fundante da vida social, participando da totalidade social, sendo utilizado para a naturalização de determinados fenômenos sociais como a violência contra mulher, e acrescentaríamos, para a justificação da própria hierarquia de gênero. (SOUZA, 2011, p. 21)

Patriarcado e divisão sexual do trabalho são indissociáveis. Uma sociedade patriarcal é aquela em que há hierarquia nas relações sociais entre homens e mulheres, em que o homem é consideraodo superior e a mulher inferior. O patriarcado se funda na divisão sexual do trabalho e é favorável para que a opressão contra a mulher se mantenha. De acordo com Souza:

> O patriarcado é um sistema de dominação/opressão, em que os homens (patriarcas) são considerados superiores e as mulheres inferiores ou um conjunto de relações sociais que tem uma base material, em que há, entre os homens, relações hierárquicas e solidárias, que permitem controlar as mulheres (HARTMANN, 1980) O patriarcado se funda na divisão sexual do trabalho e na submissão do patrimônio – mulher e filhos/as – ao patriarca – o homem – cuja relação, na atualidade, tem o significado de uma relação de amor. [...] A família, locus de atuação do patriarcado, e o mercado, locus de atuação do capital, têm caráter dominador, visto que as relações, entre patrimônio e patriarca entre trabalhador/a e capitalista, são relações de poder, nem democráticas nem de autoridade. (SOUZA, 2006, p. 98)

O patriarcado existe antes mesmo do capitalismo, mas pode se manter além dele. Se constituiu junto com as sociedades de classes, e é no capitalismo que possui algumas formas que são exclusivas desse sistema. A constituição do patriarcado depende da época, diferenças culturais, históricas e de classes, ou seja, ele possui várias faces na história. Porém há lutas feministas que combatem essa forma de opressão contra a mulher.

A divisão sexual do trabalho existia nas sociedades pré-industriais, porém não tinha a separação geográfica entre homens e mulheres, referente ao local do trabalho. Não existia a separação entre funções familiares e trabalho. "As mulheres camponesas exerciam suas mútiplas funções, trabalhavam na fazenda, na cozinha, criavam os/as filhos/as; nos povoados conduziam o comércio deu seus maridos, artesões e pequenos lojistas" (SOUZA, 2006, p. 101). O período que ocorre após a industrialização, possuiu exigências econômicas, que provocaram uma revolução, na qual ocorream mudanças para as mulheres trabalhadoras.

As indústrias domésticas e domiciliares que eram voltadas para as confecções de mercadorias aumentaram. As mudanças econômicas que aconteceram atingiram alguns espaços da vida societal. Não demorou muito para que as indústrias domésticas passassem a contribuir para que a diferença entre trabalho considerado feminino e trabalho considerado masculino surgisse. Essas transformações no trabalho trouxeram aletrações na estrutura familiar, por exemplo no casamento, como era decidido, até mesmo a quantidade de filhos/as que cada casal poderia ter. "E essa depedência pessoal não tarda a mudar de forma, a criar novas clivagens nas relações patriarcas estabelecidas entre homens e mulheres". (SOUZA, 2006, p. 102)

Nesse momento da história, a vida das pessoas era baseada na terra. Então com a vinda da indústria doméstica, a dependência da terra passou a diminuir. Antes a construção da família dependia do tamanho da terra que a família possuía, pois esta tinha a terra como forma para sua subsistência, ou seja, existia uma alta dependência da terra, chegava ao ponto de insterferir na constituição da família. Com a indústria capitalista esta forma baseada na terra acaba mudando. Começa a surgir novas formas de relações pessoais e novas relações econômicas, essas mudanças trouxeram transformações para as mulheres. E a família camponesa passa a ser a família nuclear, isto mostra as transformções que o capitalismo trouxe para a sociedade. De acordo com Souza:

> Mas a característica marcante do mode de produção capitalista, que nesse período conhece um grande impulso, é a de revolucionar constantemente os meios de produção como condição para existir, o que significa que, em breve, essa forma de oranização da indústria se torna insuficientepara atender à procura que crescia junto com os novos mercados e as indústrias domésticas, que acabaram sendo suplantas. Com o avanço do capitalismo se apóia, fortemente, na hierarquia patriarcal, também aqui as funções da reprodução eram tarefas da mulher, mesmo que ainda não o fossem da forma privada como serão posteriormente, na família nuclear burguesa. (SOUZA, 2006, p. 104)

O capitalismo procura formas para se manter, quando a indústria doméstica, passa a não ser interessante para este sistema, ela deixa de ser manufatura familiar e passa a ter um caráter de trabalho feito pelas mulheres. Então as mulheres ficavam na casa, sendo

responsáveis pela indústria doméstica e pelos cuidados dos/as seus/as filhos/as, enquanto que os homens saíam de suas casas para trabalhar em outro local.

É nítido de como o capitalismo aproveita da existência do patriarcado para se expandir. Se não existisse o patriarcado, o casal teria que pensar em quem ficaria em casa e quem iria trabalhar fora, além disso quem seria responsável pela produção e reprodução. Na sociedade patriarcal não tem essa opção de pensar em quem será reponsável por algo, já está legitimado que a mulher é responsável pela reprodução.

A partir do momento em que a indústria começa a interferir na família e no trabalho, no que diz respeito a saída dos homens de suas casas para trabalharem nas fábricas, com a ilusão de que aquele trabalho assalariado sustentaria a família, cria-se uma nova relação de dependência econômica. Se antes a família dependia da terra, nessa nova forma de dependência, as mulheres e crianças passam a depender do homem. Mesmo as mulheres e crianças indo trabalhar nas fábricas, o maior salário era o do homem. Isto mostra como o patriarcado é importante para que o capitalismo de mantenha. Pois o patriarcado naturaliza essa desiguladade de gênero, homem pode ganhar mais que a mulher, então o capitalismo se apropria disso para que o salário das mulheres seja bem inferior aos dos homens, assim pode-se extrair a mais-valia, com justificativa de que o salário dos homens deve ser maior, pois este é o principal para a manutenção econômica da casa.

Mesmo a industrialização se expandindo, no início do século IXI, tiveram alguns avanços para as mulheres, porém perderam alguns direito conseguidos anteriormente, pricipalmente relacionados aos direitos políticos e sexuais. Antes da industrialização, algumas mulheres eram responsáveis pelos cuidados de suas propriedas e empresas, isso era normal na época. Porém no século XIX as mulheres deixam de ser as reponsáveis, pois há o discurso de que era um papel do homem. Então cria-se um preconceito com as mulheres, somente as mulheres consideradas pobres podiam trabalhar, as casadas ficavam cuidado da casa.

Confrome as transformações estruturais e tecnológicas iam acontecendo no final do século XIX, começam a surgir novas formas de tarabalho para as mulheres, principalmente em lojas, escritórios e no magistério infantil. Com as novas tecnologias surgindo, precisava de forrça de trabalho especializada, por isso o investimento na educação, para formar pessoas em que de especializassem e pudessem trabalhar. Este investimento na educação começa pela educação infantil, por isso o capitalismo começa a ter interesse no trabalho das mulheres. Estas já estavam acostmadas a cuidas de seus/as filhos/as em casa, então não precisava especializar as mulheres nesta área do magistério, não se via a necessidade de investir na formação de educadores.

Apesar de aconterem essas mudanças e novos espaços para as mulheres se inserirem, a educação formal era direcionada às mulheres de classe média. Mesmo assim, com essas novas oportunidades o trabalho da mulher, começou a ter outro olhar, não mais visto com preconceito. Além disso, as mulheres começam a se organizar e fazer reinvindicações. De acordo com Souza:

> Entretanto, a participação das mulheres, no mundo do trabalho assalariado, cria, como um todo, novas perspectivas para elas, modificando-se a forma como o trabalho é visto socialmente – de condenável para louvável – e, travando relações com outros/as, as mulheres entram em contato com novos costumes e novas necessidades emergem. Essa nova realidade social, na qual as mulheres estão inseridas, acaba gerendo trocas sociais e que propicia o surgimento de reivindicações e lutas pela sua emancipação, mesmo que essas lutas, inicialmente, abranjam, apenas, o universo de mulheres de camadas médias já que a essas coube ocupar os postos de trabalhos citados. (SOUZA, 2006, p. 109)

As mulheres reivindicavam a emanciapação da mulher, lutavam pelo direito de votar, inclusive os partidos operários e sociliastas apoiavam essa luta, eram nestes partidos que as mulheres conseguiam exercer a sua vida pública. “O que não significa que essa participação se desse fora e ao largo do sexismo patriarcal vigente socialmente, inclusive no interior dos partidos revolucionários.” (SOUZA, 2006, p. 110) Vale ressaltar que os movimentos organizados pelas mulheres chegavam apenas nas mulheres de classe média, não alcançava as mulheres de outras classes, pois as mulheres da classe operária e setores mais pobres viviam em condições muito difíceis.

O patriarcado também interfere na educação dentro da família. Os pais são os principais responsáveis pela educação dos/as filhos/as, então estes/as recebem os valores transmitidos pelos pais. De acordo com Souza:

> [...] No capitalismo, os pais (e nas sociedades patriarcais, nas quais se inserem, especialmente, as mães, as mulheres, nesse século XXI) são os primeiros e principais agentes da educação e transmitem, desde o nascimento da criança, uma noção ideologicada da própria família, que revela a família como algo natural, universal e imutável.
> A criança por depender afetiva e fisicamente dos pais e por ainda não ter construído mecanismo de reflexão, inserida que ainda está no mundo da emoção, recebe as noções de mundo que lhe são inculcadas como se fossem as únicas, portanto verdadeiras. (SOUZA, 2006, p. 139)

Souza (2006) explica sobre como se dá a educação de gênero dentro da família que está inserida nas sociedades patriarcais. Nesta sociedade quem assume o papel de educar os/as filhos/as é a mulher.

A educação de gênero começa dentro da família, e obviamente, também é passada na escola. Antes mesmo da criança nascer, já são feitos planos para inserir esta pessoa na sociedade. Então, como se trata de uma sociedade patriarcal, esta criança é educada de acordo com o seu sexo. Por exemplo, meninos são educados para serem os mais fortes e as meninas são educadas para serem meigas, delicadas, “femininas”. Outro exemplo é

referente a escolha dos brinquedos, os meninos geralmente ganham carros, bonecos super heróis, as meninas ganham bonecas, joguinho de panelas, ou seja, desde pequenas as meninas são educadas para se dedicarem a família, cuidar das crianças. Então:

> Uma das estratégias mais utilizadas pela sociedade capitalista patriarcal na constinuição do gênero é a divisão entre os mecanismos psicológicos, sendo que a função psicológica de atividade tem sido superestimulada nas mulheres e a racionalidade superestimulada nos homens. (SOUZA, 2006, p. 141)

Mesmo a forma de família dominante ser a família nuclear patriarcal, composta por mãe, pai e filhos/as, novas formas de organizar a vida afetivo-reprodutiva-sexual tem surgido. A entrada massiva de mulheres no mundo do trabalho tem feito com que o Estado e o mercado tenham funções que antes eram demandadas para a família, como por exemplo o homem trabalhava fora e a mulher ficava em casa cuidando dos/as filhos/as, atualmente existem creches para que as crianças fiquem sob cuidado de profissionais enquanto que os responsáveis trabalham fora de casa.

Apesar de ter conseguido várias conquistas através de organizações e movimentos, ainda há uma grande luta feminista contra o patriarcado, contra a opressão sob as mulheres, contra a divisão sexual desigual do trabalho. O movimento feminista busca a igualdade de gênero, para que tanto homens quanto mulheres possuam direitos iguais, no âmbito do trabalho, político, social e econômico.

4. CONCLUSÃO

Considerando o levantamento teórico feito para fazer um estudo acerca do tema divisão sexual do trabalho, com enfoque nas mulheres da classe trabalhadora que é super explorada, pode se concluir que a mulher ainda tem muita luta pela frente. E que a classe trabalhadora composta por homens e mulheres tem que se reconhecer como um coletivo, para que assim todos/as possam lutar contra o sistema que rege na sociedade.

A opressão de gênero é histórica e o capitalismo se aproveita para obter mais lucros por meio desta opressão. Criando empregos precarizados, atrativos para a as mulheres da classe trabalhadora, como é o caso do telemarketing. Muitas mulheres acabam optando por esse emprego, pois são responsáveis pelo trabalho produtivo e reprodutivo. Embora a luta feminista tenha conseguido várias conquistas, ainda há muito o que descontruir, como o machismo e o patriarcado, que ainda se encontram na sociedade, e ainda influenciam na relação de gênero. Devido a isso, o movimento feminista tem uma grande importância na história da sociedade. E ainda continuam lutando pela igualdade de gênero, emancipação da mulher, contra a opressão de gênero, machismo e patriarcado.

É nítido como o capitalismo é perverso, pois conseguiu transformar o/a trabalhador/a numa mercadoria. Este precisa vender a sua força de trabalho, para que assim, tenha como pagar o mínimo para a sua subsistência. Então o/a trabalhador/a explorado/a produz e o capital extrai a mais-valia. Acaba se alienando, as relações tornam-se relações entre coisas.

A Reestruturação Produtiva foi um retrocesso em relação a classe trabalhadora. Direitos foram negados, trabalhos precarizados, começa uma massiva terceirização, o único beneficiário foi o capital. O Estado que deveria garantir os direitos das classes subalternas, acaba se omitindo e transferindo seus deveres para o terceiro setor. Políticas sociais são criadas direcionadas para as classes subalternas, como forma de benefícios.

Para o capitalismo é interessante ter a existência do patriarcado, assim podem naturalizar a exploração da mulher trabalhadora e opressão de gênero, tanto na espera produtiva como na reprodutiva. Criando empregos precarizados e de baixa remuneração. Sendo assim, a divisão sexual do trabalho é desigual, favorecendo somente o homem. De acordo com Nogueira:

> Muitas das profissões contemporâneas foram criadas pelo capitalismo e são tratadas como ocupações subordinadas, pela baixa qualificação exigida, pelos baixos salários, pelas jornadas parciais e por sua feminização. Em resumo, a divisão sexual do trabalho, realmente não contempla nenhuma neutralidade. (NOGUEIRA, 2011, p. 180)

Para além, a mulher sendo responsável pelo cuidado das crianças, está formando novos/as trabalhadores/as para entrar no mercado de trabalho e que possam vender a sua força de trabalho para o capital. (NOGUEIRA, 2011)

É imprescindível destacar a importância da consciência de classe, para que assim tenha uma luta coletiva, e não lutas fragmentadas, cada categoria lutando pelos seus ideais. “Lutar por uma divisão sexual do trabalho mais justa refere-se, portanto, também a uma luta contra o próprio capitalismo”. (NOGUEIRA, 2011). Assim como, lutar contra opressão de gênero, patriarcado, machismo, superar a relação capital e trabalho, também é lutar contra o capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ednéia O. **O atual estágio de acumulação capitalista**: destruição criativa ou criação destrutiva? In Revista Quadrimestral de Serviço Social, Ano XXVI, n. 82, 2005.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** 1ed. São Paulo, Cortez, 2014, p. 21 – 142.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. Outras Expressões, São Paulo, 2015, p. 85 – 145.GAMA, Andréa Sousa. **Trabalho, família e**

gênero: impactos dos direitos do trabalho da educação infantil. 1 ed. São Paulo, Cortez, 2014, p. 29 – 59.

GRANEMANN, Sara. **O processo de produção e reprodução social**: trabalho e sociabilidade. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

LESSA, Sérgio. **O processo de produção/ reprodução social**: trabalho e sociabilidade, 2006.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **As trabalhadoras do telemarketing no Brasil:** Uma nova divisão sexual do trabalho? XXVI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia. Associação Latinoamericana de Sociologia, Guadalajara, 2007.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 19 – 49 e 179 – 195

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. Expressão Popular. São Paulo, 2013. p. 11 – 27 e 53 – 61.

SOUZA, Terezinha M.S. **Agora Sou Uma Estrela**, Uma análise da cota de 30% de mulheres em cargos de direção no partido dos trabalhadores. PUC, São Paulo, 2000. p. 24 – 46.

SOUZA, Terezinha M. S. **Emoções e Capital:** As mulheres no novo padrão de acumulação capitalista. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Pontifica Universidade Católica de São Paulo; 2006. p. 100 – 117.

VELOZO, Renato; BEZERRA, Vanessa. Gênero e sociedade: uma breve introdução à dimensão de gênero nas relações sociais. **Teoria e Sociedade**, UFMG, Minas Gerais, n. 12.1, janeiro – junho, 2004. p. 106 – 125

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E O PAPEL SOCIAL DA MULHER:
paternalismo versus autonomia

Delfino, Cristiane Cordeiro da Silva[244]

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo trazer uma reflexão sobre um dos tipos de violência contra a mulher, qual seja: violência obstétrica. Esta materializa- se a partir do momento que se dá a institucionalização do parto e a patologização do período gestacional. O uso abusivo da tecnologia em detrimento da autonomia e do processo natural do corpo da mulher em trabalho de parto, se assim for desejado, evidencia a apropriação do corpo da mulher e o poder/saber médico. Embora naturalizada pelos profissionais de saúde e até mesmo pelas gestantes, parturientes e familiares, a violência obstétrica é considerada um violência institucional silenciada.

Palavras chave: Violência obstétrica. Institucionalização. Naturalização. Autonomia.

ABSTRACT

This article aims to reflect on one of the types of violence against a woman, namely: obstetric violence. This materializes from the moment in which there is an institution of childbirth and a pathologization of the gestational period. The abusive use of technology to the detriment of the autonomy and natural process of the woman's body in labor, if so desired, evidences the appropriation of the woman's body and the medical power / knowledge. Although they were subjected to plots, obstetric violence and institutional violence silenced.

Keywords: Obstetric violence. Institutionalization. Naturalization. Autonomy.

[244] Assistente Social. Mestranda em Política Social pela universidade Federal Fluminense - UFF. e-mail: crisdelfino2012@gmail.com. **Eixo: Exploração de classe/gênero e sexualidade e as lutas sociais**

1. INTRODUÇÂO

A violência obstétrica[245] é um tema de grande relevância e seu debate tem se ampliado consideravelmente na atualidade nos mecanismos de comunicação. Analisar a questão da violência obstétrica e as mediações que perpassam esse tema, tais como a relação de gênero envolvida, a questão do paternalismo e a função social da mulher, é de suma importância na contemporaneidade.

A ideologia da naturalização da violência leva as mulheres, em muitos casos, não se reconhecerem como vítima, o que perpetua e legitima a prática violenta de maus tratos, abusos físicos e psicológicos realizados pelos profissionais de saúde. Nesse sentido, o artigo aponta questões crucias para se discutir a cultura do paternalismo, ainda muito presente em nossa sociedade, a relação de gênero, o poder médico e o não cumprimento da legislação estadual e federal e mecanismos de defesa em prol da saúde e bem-estar da mulher.

Diante do exposto, foram levantados alguns pontos para reflexão e possíveis caminhos para a emancipação dessa parcela da população. Objetiva-se nesta pesquisa contribuir para a produção de conhecimento que nos potencializem a analisar as contradições da vida social, engendradas no processo de alienação e naturalização produzidas pela sociabilidade do capital.

2. A REPRESENTAÇÃO E A REPRESSÃO DA MATERNIDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS

A condição da mulher e os diferentes papéis exercidos por esta sofrem alterações ao longo do processo histórico, possuindo relação direta com o momento econômico que cada sociedade vivencia. A constituição da família está diretamente relacionada ao poder e à autonomia que são conferidos à mulher.

De acordo com Reis (2004), a constituição familiar a qual hoje conhecemos nem sempre foi a monogâmica burguesa. Esse processo desmistifica a ideologia de construção familiar como algo imutável e natural. Caracterizada como organização grupal, a família

[245] A violência obstétrica é qualquer ato que envolve abuso, desrespeito aos direitos garantidos por lei e maus tratos conferidos às gestantes e parturientes. Também está relacionada à negação de atendimento a qualquer unidade de saúde, humilhar, ofender a mulher e seus familiares. Desde 2007, as leis Venezuelanas, por meio da *Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violência*, passaram a reconhecer a existência de uma violência contra mulher, chamada de violência obstétrica. Maiores informações podem ser encontradas em: Aguiar (2013), D'Oliveira, Diniz e Schraiber (2002), e o site oficial: http://venezuela.unfpa.org/doumentos/Ley_mujer.pdf. Último acesso em 10/05/2015.

aristocrática, regida pela hierarquia e tradição, era constituída em castelos sem nenhuma privacidade entre os seus membros. Os casamentos resumiam-se a tratados políticos, com intuito de manutenção da propriedade familiar. Vale ressaltar que a atividades dos homens restringia-se à guerra, enquanto as mulheres cuidavam da vida social do castelo. Nesse período, o papel da mulher ainda não estava associado à maternidade, pois os filhos não ficavam sob a responsabilidade das mães, estes eram cuidados e amamentados por criadas da casa. As crianças não eram o centro dessa formação familiar.

Outro ponto importante está centrado na questão da sexualidade. Reis (2004) aponta que:

> A sexualidade aristocrata obedecia a padrões próprios. Seu exercício era reconhecido tanto para os adultos de ambos os sexos, quanto para as crianças. Os aristocratas praticavam muito o sexo entre si e também com a criadagem. As necessidades sexuais das mulheres eram reconhecidas. Há registros de casos de mulheres aristocratas que se tornaram famosas por sua intensa vida erótica, sem que isso provocasse a perda de seus direitos, ou da aceitação social. As concubinas eram publicamente reconhecidas e o sexo não era considerado assunto privado ou secreto. As brincadeiras sexuais das crianças eram aceitas e até estimuladas, em razão do que estas não experimentavam um antagonismo entre o corpo e o mundo social. O corpo não era vivido como objeto de ambivalência sexual. Portanto, a família aristocrata não atribuía valor algum à privacidade, domesticidade, cuidados maternos ou relações íntimas entre pais e filhos (REIS, 2004, p.25).

Segundo Engels (1984), na civilização antiga, as atividades sexuais entre homens e mulheres não sofriam nenhuma restrição, sem trazer uma conotação de promiscuidade. O grau de parentesco era baseado no “direito da mãe”, pois só se possuía certeza quem era a mãe, o pai era indeterminado. Esses grupos familiares formavam os chamados clãs. Com o passar do tempo, tal forma de relacionamento livre foi se transformando, em razão do advento da propriedade privada e do consequente acúmulo de bens nos clãs.

Nesse processo, o papel da mulher foi sendo redefinido. O surgimento da família monogâmica, de acordo com Engels (1984, p.71), caracterizou a “derrota histórica do sexo feminino”.

Nessa nova fase de reconfiguração familiar, o prazer da mulher passou ser apenas com o marido, e do marido, com quem ele conseguisse conquistar. “O surgimento da monogamia evidencia a conexão entre a propriedade privada e a sujeição da mulher. Deixa claro como num regime de propriedade privada é fundamental no controle cerrado das mulheres e de sua sexualidade” (TOLEDO, 2005, p.18).

A divisão social do trabalho põe a mulher como aquela figura que age no ambiente privado, no cuidado dos filhos, casa, etc., em contraponto a posição do homem dominador, provedor, que sai em busca de alimentos e caças para sustento da família. Essa relação social de dominação e exploração está inserida na relação de gênero, embora de forma

"moderna", na atualidade. Essa articulação apresenta-se carregada de estigmas e relação de subordinação, pois "ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada" (BOURDIEU, 2002. p.16).

De acordo com Bourdieu (2002), a diferença entre o corpo da mulher e do homem, no tocante aos órgãos sexuais, é que o demarca a posição social de cada indivíduo, sendo esta a explicação para a desigualdade de gênero. Esse processo traz rebatimentos e imposições ao papel social da mulher na sociedade, como também no mercado de trabalho.

Nesse sentido, concorda-se com Bourdieu (2002, p. 22-23) que "a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum". As próprias mulheres, muitas das vezes, de forma involuntária, reproduzem essa relação de poder. Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes as relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais.

É importante dentro desse processo, refletir um pouco sobre o feminismo no Brasil e sua relação com a maternidade e com a luta pelo parto humanizado.

A teoria feminista[246] em dado momento apontava a maternidade como *defeito natural,* que aprisionava as mulheres. Assim, a negação da mesma caracterizava uma mobilização contra dominação masculina. Dessa forma, a maternidade era um mecanismo de controle. Mais tarde dá-se a negação desse defeito, apontando para uma outra perspectiva, na qual a mulher no período gestacional, detentora de um poder sobre a vida, exercia poder sobre os homens. Em um processo de "afirmação das diferenças e da identidade feminina" (CARNEIRO, 2015, p.269).

As desigualdades de gênero, raciais e sociais têm se caracterizado como um grande problema de saúde pública na atualidade, não só no Brasil como em vários países. Esse processo tem como consequência o aumento "dos resultados negativos sobre a saúde e, simultaneamente, alimentando as desigualdades nas condições de vida." (LEAL MC *et al*, 2005, p.101). Dentre as questões citadas, os dados de desrespeito relacionado à questão racial é mais expressivo.

Os descasos no atendimento as mulheres gestantes negras vão desde o péssimo atendimento no período do pré-natal ao menor índice aplicação de anestesias na hora do parto em relação as mulheres brancas. "A anestesia foi amplamente utilizada para o parto

[246] Existem várias concepções de feminismo. Nesse artigo não pretendemos adentrar nessa discussão, mas apenas apontar um posicionamento reflexivo pertinente ao tema estudado.

vaginal nos dois grupos, porém a proporção de puérperas que não tiveram acesso a esse procedimento foi maior entre as pardas (...) e negras" (Leal MC *et al*, 2005, p.103).

> As mulheres de cor preta e parda referiram menor grau de satisfação do que as brancas, para o atendimento recebido no pré-natal, parto e ao recém-nascido. Quanto ao nível de instrução, verifica-se que a satisfação cresce com os anos de estudo. (...) Constatou-se que as desvantagens observadas para as mulheres pretas e pardas extrapolaram os indicadores socioeconômicos e se estenderam para a assistência à sua saúde e do concepto (...). Começando pela idade materna atual, verifica-se,no presente estudo, uma maior proporção de gestações em idades mais avançadas nas mulheres brancas, em contraposição à maior prevalência na adolescência nas negras. (LEAL MC *et al*, 2005, p.104).

Agregado a esses fatores preponderantes, aplica-se ainda a discriminação ao nível de escolaridade dessa mulher e a alta incidência de gestantes adolescentes negras, o que faz acirrar o preconceito diante do padrão de moral construído sobre a sexualidade de crianças e adolescentes. Assim, observam-se a divisão e as relações hierárquicas, desigualdades de gênero, de raça e classe contidas nessas articulações.

2.1 A Institucionalização do Parto

No final do século XIX, inicio do século XX, há por parte dos obstetras uma articulação no sentido de transformar o parto em um processo dominado pelos médicos, no interior das maternidades. Assim, pautados em questões financeiras, o parto passou fazer parte de um mercado promissor. A implantação da presença do médico na realização do parto está diretamente relacionada à criação de instrumentos (fórceps, sondas, agulhas, cifalotribos, etc.), que colaboraram para maior intervenção médica no processo de parir, em contraponto, as ações das parteiras, que tinham como único instrumento de trabalho suas mãos (CARNEIRO, 2015).

Em entrevista a ex- parteira Carolina Teodoro[247], foi perguntado sobre a questão da intervenção na hora do parto. A senhora ajudava empurrando a barriga da gestante no trabalho de parto (chamada de manobra de kristeller)? Ela foi enfática ao afirmar "não, não minha filha, não pode fazer isso não!!" Ela ainda aponta que vivia sobre ameaças de processo alegando que a mesma não possuía permissão para realizar os partos. Esse fato é histórico, uma senhora de 88 anos afirma que realizar a manobra de kristeller é errado. Esse ato ainda faz parte do cotidiano das maternidades e instituições públicas e privadas no

[247] Entrevista realizada, em 2016, com a ex- parteira, residente no interior do Rio de Janeiro, que afirma que realizou parto desde os 11 anos de idade.

Brasil. É uma história antiga sobre novo nome, violência obstétrica, realidade tão "comum" e nome desconhecido pelos principais alvos.

O "trabalho de parteira havia, há muito, tornado as parteiras "especialistas" na saúde da mulher" (SCHIENBINGER, 2001, p.209). Após o parto "não ia ninguém para hospital, (...) só teve uma menina que resolveu ir para hospital para ter seu primeiro filho, voltou de lá toda machucada, mesmo tendo sido parto normal, aí no segundo falei; não, você não vai pra lá não" (frase da ex- parteira Carolina Teodoro).

O termo usado por ela é eu "pegava a criança", na realidade a parteira amparava a criança quando já estava fora da vagina, todo trabalho era realizado pelo corpo da mulher e pela criança, explicitando, assim, o nível de intervenção das parteiras. De acordo com a mesma, apenas um toque entre o seio e a barriga da gestante já dava pra saber se estava próxima a hora do parto. Em sua trajetória de parteira, em torno de 40 anos de exercício, a senhora Carolina lembra que levou apenas uma gestante para hospital, pois teve complicações no parto.

De acordo com a senhora Carolina, após muitos anos de exercício, a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro convocou as parteiras para realizarem um curso, concernente a sua atuação. "Veio um médico lá do Rio de Janeiro, ensinar o que eu já sabia".

> Não sabemos que modelo de diferenças sexuais informava as práticas das parteiras. As parteiras praticavam medicina; raramente escreviam sobre isto. Uma vez que tratavam basicamente de mulheres, podem não ter desenvolvido teorias acerca das diferenças dos sexos. Sabemos que quando a assistência à saúde da mulher foi controlada pela medicina profissional nos séculos XVIII e XIX, a experiência de dar à luz mudou notavelmente para as mulheres. Sem romantizar as parteiras, é possível ressaltar certas diferenças entre suas práticas e aquelas dos homens parteiros e seus sucessores, os obstetras. Enquanto, por exemplo, as primeiras parteiras modernas haviam prestado assistência às mães, não apenas em relação ao nascimento, mas também a outros aspectos de sua vida diária (por exemplo, cozinhando e cuidando das outras crianças enquanto a mãe se recuperava), os homens parteiros davam assistência à mãe apenas durante as horas do parto, e finalmente exigiram que as mulheres dessem à luz em hospitais - um processo que afastou as mulheres de seus sistemas de apoio (SCHIENBINGER, 2001, p. 209).

A relação verticalizada no trato à saúde da mulher tem como consequência o rompimento do vínculo de confiança que deve ser construído entre a usuária e o profissional, em uma relação de igualdade na qual o profissional detentor do saber teórico-metodológico, pautado nos direcionamentos éticos- políticos, imprime direção a sua pratica, na qual a usuária no âmbito de seus direitos confere ao processo autonomia e liberdade de decisão sobre seu corpo, seu momento, sua forma de se alcançar o fim desejado, ou seja, é uma construção conjunta, sobre qual a melhor forma de se chegar a "luz".

O processo de institucionalização do parto transformou o mesmo em uma especialidade clínica e cirúrgica. Os procedimentos realizados no parto não eram considerados procedimentos médicos, o trabalho das parteiras, intervenções primordiais, eram entendidos como um "ritual de mulheres", que necessitavam apenas de intervenção médica, quando havia complicações no parto, o que se caracterizava em uma atenção precarizada, que em muitos casos, servia apenas para a retirada do bebê de dentro de uma mulher morta. Os "salvamentos" eram realizados pelos chamados de cirurgião-parteiro.

> Mas, adentrando em um campo ocupado por mulheres e investindo em corpos femininos, de cujas dinâmicas tinha pouco conhecimento, a medicina incorreu em inúmeros equívocos, em muitos casos contribuindo para a elevação das taxas de mortalidade de mulheres e de bebês (TORNQUIST, 2004). Caso clássico é o das altas taxas de mortalidade materna relacionadas a partos hospitalares, na década de 1870, em função da infecção puerperal. Por isso, as primeiras mulheres a recorrerem às maternidades eram pobres e/ou solteiras, e o faziam como último recurso. O que se depreende da história em torno da febre puerperal é que a relutância dos médicos em reconhecerem o potencial iatrogênico de sua prática atrasou o combate à infecção em mais de cem anos, apesar da classe médica estar profundamente sensibilizada para o problema (NULAND, 2005 *Apud* MAIA, 2010, p.32).

A institucionalização do parto retira da mulher sua autonomia, sua capacidade de decidir sobre seu corpo e seu momento. "É digno de nota que as mulheres perderam o controle sobre sua fertilidade" (SCHIENBINGER, 2001, p.210). Separado da vida familiar e comunitária a institucionalização é vista como um procedimento "moderno", que traz consigo várias inovações tecnológicas, que vêm para reforçar a lógica mercadológica atribuído as ações voltadas para pré- parto, parto e pós parto imediato no país.

A evolução tecnológica trouxe benefícios que são inegáveis, que deveria significar uma aliada à saúde da mulher e do recém-nato, mas tornou-se um instrumento potencializador dos médicos, no sentido de agilizar, mecanizar, institucionalizar o processo de parto no país. Dessa forma, realizam práticas interventivas desnecessárias, baseadas em conhecimentos empíricos, que não beneficiam a mulher e, muito menos, o recém-nascido, prevalecendo apenas a conveniência médica.

Diante disso, a mulher passa a ser vista como seu único papel social de reprodutora[248] que deve ser punida pelo prazer do ato sexual. Assim, o médico passa ser o protagonista do parto, desconsiderando o caráter familiar, social e emocional envolvido.

[248] O papel social da mulher como única e específica função reprodutora é tratada por Maia (2010) como a mulher útero. Sendo a saúde da mulher alvo de preocupação apenas no período, exclusivo, da maternidade.

Dessa forma, o mesmo não reconhece a necessidade de um acompanhante no período de pré-parto, parto e pós-parto imediato.

Diante do exposto, pode-se apontar que não há objeções aos avanços tecnológicos, desde que estes trabalhem em favor da preservação da vida, do fortalecimento da autonomia da mulher, não apenas como facilitador de ações médicas, o que não se mostrou nos casos de intervenções no processo de parto diante da pesquisa realizada.

2.2 As Políticas de Acompanhamento da Gravidez no Brasil

No Brasil, é importante salientar a falta de atenção à saúde da mulher, que passou a ser alvo de "preocupação", restrita apenas ao período de gravidez e parto, a partir do final do século XVIII. Apenas no início de século XX essa pauta passou ser incluída nas políticas nacionais de saúde.

Em 1984, fruto de muitas mobilizações por partes da organização de mulheres, foi criado o Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM), que apresentou uma ruptura com o viés de assistência reprodutora (BRASIL, 2004).

O PAISM trouxe consigo princípios e diretrizes as propostas de descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços, assim como o atendimento integral, pelo viés da integralidade e equidade, pautado nas mobilizações do Movimento Sanitário, que apontavam para a formulação do Sistema Único de Saúde (SUS). A Constituição Federal de 1988 além de apontar para o SUS, trouxe consigo uma série de proteção para a mulher, dentre elas as proteções trabalhistas que garantem a mulher licença maternidade de 120 dias e proteção ao mercado de trabalho, desde o momento que houver confirmação da gestação, até cinco meses após o nascimento da criança (idem).

Cabe aqui ressaltar que a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (CIPD), realizada em 1994, explicita que a questão da saúde da mulher vai para além da ausência de doença e do período reprodutivo ao afirmar que:

> é "um estado de completo bem-estar físico, mental e social em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não apenas mera ausência de doença ou enfermidade. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo" (CIPD, 1994, p.62).

O processo de "parir e nascer no Brasil" apresenta-se imbricado nas relações sociais e culturais que envolvem indivíduos, grupos sociais e organizações (hospitais e maternidades) que exercem influências sobre a mulher (MAIA, 2010).

Muita aquém das demandas reais, as autoridades públicas do Brasil estão atentas ao fato do número alarmante de desrespeitos ao direito das gestantes, puérperas e familiares. Estratégias como o programa de humanização do pré Natal e nascimento, criado pelo Ministério da Saúde em 2000, como também a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, em 2005 e a Política Nacional de Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes (2009). Junto com o sistema Humaniza SUS e a Portaria nº 371 de 2014, que traz dentre outros cuidados, o contato da mãe para com recém-nato. Tais mecanismos revelam-se como marcos normativos e legais no intuito de trazer humanização e respeito no período de pré-parto, parto e pós-parto imediato, tanto para a mulher quanto para criança[249].

Umas das ações mais recentes foi a elaboração da Resolução Normativa 368 de Janeiro de 2015, que contou com a participação da população e movimentos sociais, por meio de consulta pública. Essa Resolução tem o intuito de incentivar o parto normal e consequentemente a queda dos altos índices de partos cesáreo desnecessários no Brasil. As ações estão voltadas, principalmente para a assistência de saúde suplementar, ampliando o acesso às informações sobre os índices de cesáreas por instituições e médicos, para as detentoras de plano de saúde. Outra mudança importante é a obrigatoriedade do cartão da gestante, que deverá ser fornecido pelas operadoras, de acordo com padrão do Ministério da Saúde, onde deverá ser registrado todo o pré-natal. De acordo com a Resolução, as operadoras deverão orientar os obstetras quanto à utilização do partograma, documento gráfico que detalhará todos os procedimentos realizados no trabalho de parto. Esse documento será utilizado como base para o pagamento do procedimento parto (ANS). É importante salientar que o processo de luta para implementação desses programas, resoluções, etc. é continuo, pois estes não se constituem em um rito de passagem, imediato ao desejado (BRASIL, 2015).

O processo histórico do nascimento do sistema de saúde no Brasil imbricados em um conjuntos de aspectos econômicos, sociais, políticos, ideológicos, inserida no patamar de política social, transita por mais variadas formas de relações sociais, que vão desde a relação Estado/sociedade, grupos sociais, gestores e unidades governamentais etc.

[249] Maiores informações podem ser encontradas em: FLEURY e OUVERNEY (2008); Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas; Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: visita aberta e direito a acompanhante / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização.

Explicitando nesse processo o "caráter excludente e desigual" (MAIA, 2010), característica do modelo de proteção, assistencialista brasileiro.

A predominância no modelo curativo de saúde e hospitalocêntrico tem rebatimento direto no modo de se prestar assistência ao parto no Brasil. Dessa forma, se o modelo de saúde está centrado no sistema curativo, o período gestacional, passa ser tratado como doença, patologia que deve ser controlada pelo poder médico, e que para isso poderá se utilizar de meios necessários, que lhe for conveniente para solucionar/curar a patologia em questão. Nesse sentido, "os fins justificam os meios".

Com base nos dados citados anteriormente, vale ressaltar que as últimas ações relacionadas ao parto no Brasil estão pautadas em uma campanha realizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Hospital Israelita Albert Einstein e Institute for Healthcare Improvement (IHI), intitulada "Não ao parto agendado" (2015), que tem como intuito reforçar a atenção o alto índice de cesáreas desnecessárias e antecipadas em decorrências de datas festivas e férias. De acordo com diretora de Desenvolvimento Setorial da ANS, Martha Oliveira, nos meses de dezembro a fevereiro o números de cesáreas aumenta consideravelmente, o fato possui relação direta com essas datas comemorativas e feriados prolongados.

Outro debate importante é a questão das doulas[250] no Brasil, em um país onde há predominância do parto cesáreo, essa profissional vai contra a ordem estabelecida, enfrentando os limites e desafios da profissão.

O trabalho das doulas traz à memória a assistência domiciliar dada antigamente por mulheres mais experientes, como por exemplos as mães, avós, irmãs, etc., as grávidas no momento do parto. Algo tradicional que sofreu alterações com passar do tempo, principalmente no processo de institucionalização do parto. "No pós-parto, a doula auxilia na amamentação, na interação entre mãe e bebê, além de contribuir na redução da incidência de depressão pós-parto", ressalta Sofia Menz[251], em entrevista realizada pelo site Opinião e Notícia[252].

> Uma doula tem a função de fornecer apoio emocional, físico e informativo. Não cabe a ela realizar nenhum procedimento, como toques vaginais, auscultas do bebê ou ministrar medicamentos farmacológicos. Busca-se oferecer alívio para as dores através de massagens, exercícios, banhos de imersão, técnicas de relaxamento e

[250] A questão das doulas deve ser refletida, a partir do momento que o acesso a estas profissionais está condicionada as condições financeiras, o que abrange uma pequena parcela da população de mulheres "privilegiadas". Não iremos entrar nesse mérito no trabalho em questão.
[251] Sofia Menz, doula e fisioterapeuta. Reportagem disponível em: http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/doulas-remam-contra-mare-no-pais-das-cesareas/. Acessado em: 05/07/2016.
[252] Revista on line. Disponível em: http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/doulas-remam-contra-mare-no-pais-das-cesareas/. Acessada em 20 de junho de 2016.

> respiração. O principal é dar apoio emocional e encorajar a mulher a se lembrar do seu dom natural de parir (**Opinião e Notícia,** 2015).

A categoria "doula" passou ser reconhecida como profissional, na teoria, no início de 2013, na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego. Esse processo não significou um reconhecimento pleno dessa profissional, ainda na atualidade esta tem exercido concorrência com os acompanhantes, que é um direito da gestante garantido por lei. Nesse sentido a gestante deve escolher entre a companhia da doula ou de um familiar.

Mediante solicitação do Cremerj, pautada na resolução 266/2012, foi proibido presença de doulas, parteiras, obstetrizes e enfermeiras habilitadas para assistir partos em maternidades do Rio de Janeiro. Essa iniciativa tem sido alvo de várias mobilizações, de movimento de mulheres que lutam para derrubar tal resolução.

Enquanto pesquisava sobre referido tema, foi sancionada a lei nº 7.314 de 15 de junho 2016, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres da rede pública e privada do estado do Rio de Janeiro em permitir a presença de doulas durante o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente" (BRASIL, 2016).

> Art. 1º - Ficam, as maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado do Rio de Janeiro, obrigados a permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente, sem ônus e sem vínculos empregatícios com os estabelecimentos especificados (BRASIL, 2016).

Vale ressaltar que não existe uma legislação nacional que ampare a atuação das doulas no Brasil. Nas cidades de Belo Horizonte (MG), Jundiaí (SP) e João Pessoa já existe uma "lei das doulas", que permite a presença dessa profissional no momento do parto. Já na cidade de Porto Alegre (RS), foi sancionada uma lei que proíbe a presença dessa profissional.

Pode-se notar que esse assunto tem gerado e ainda será fruto de muitos debates. Debates estes que de certa forma, visa decidir o direito e autonomia que a mulher possui no momento crucial de sua gestação.

3. CONCLUSÃO

A violência obstétrica é de fato uma violência contra mulher, resultante de uma sociedade machista que mata, viola e oprime todos os dias.

A Gestante negra então, essa aguenta, ela é forte, não necessita de medicamentos para aliviar a dor. São tantas indagações que surgem heranças de um processo histórico repressivo, mutilador de vida e sonhos. Heranças estas que as minorias carregam até o presente século "moderno", disseminador de uma naturalização das desigualdades de classes, raças/etnia e de gênero.

A mulher dentro dessa assertiva deve sofrer pelo prazer sexual que lhe foi proporcionado no momento da concepção e deve carregar consigo as marcas, na mente e no corpo, do "parirás com dor".

Há muito a refletir sobre o tema. A questão da tipificação da Violência Obstétrica por meio de uma lei como exemplo da Venezuela, a criminalização, seria o caminho para diminuição dos casos de violência contra gestantes e parturientes? Apenas as campanhas educativas seriam suficientes? O excesso de legislações e escassas mobilizações podem produzir o efeito esperado? ou a articulação destas seria "o dar a luz" para problemática?. São questionamentos que não se esgotam nesse artigo, mas que apontam para novas pesquisas, novas reflexões e mobilizações.

4. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. ANS- reportagem: campanha reforça alerta sobre cesáreas desnecessárias. Disponível em: http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/qualidade-da-saude/3122-campanha-reforca-alerta-sobre-cesareas .Acessado em 10 de maio de 2016.

_____. Defensoria Publica do Estado de São Paulo. Cartilha: Violência Obstétrica: você sabe o que é?. Disponível em: http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/violencia%20obstetrica.pdf. Acessado em 12/05/2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CARNEIRO, Rosamaria Giatti. Cenas de parto e política do corpo./ Rosamaria Giatti Carneiro:Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2015.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, (CIPD), 1994, Cairo, Egito. Relatório final. [S.l.]: CNPD; FNUAP, 1994. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf. Acessado em 04/06/2016.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, propriedade privada e do Estado. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1984

LEAL, M.C. Gama SGN, Campos MR, Cavalini LT,Garbayo LS, Brasil CLP. Fatores associados à morbi-mortalidade perinatal em uma amostra de maternidades públicas e privadas do município do Rio de Janeiro, 1999 - 2001. Cadernos de Saúde Pública. v. 20, supl. 1 . 2005.

MAIA, Mônica Bara. Humanização do parto: Política Pública, comportamento organizacional e *ethos* profissional . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

REIS, J.R.T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S e CODO, W. (coord.) Psicologia Social: o homem em movimento, São Paulo, Brasiliense, 2004

SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? / Londa Schiebinger; tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. 2. ed. SãoPaulo : Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Ofensiva do capital, exploração/opressão de classe/gênero/raça/etnia, lutas sociais e Serviço Social

EIXO 4

Serviço Social no mundo e os movimentos sociais

POR UMA HISTÓRIA DO GÊNERO E FEMINISMO NO SERVIÇO SOCIAL

Ana Lole253
Carla Cristina Lima de Almeida254
Rita de Cássia Santos Freitas255

Resumo: A literatura do Serviço Social expressa uma ausência dos estudos de gênero e, mesmo reconhecendo o Serviço Social como carreira feminina, pouco explorou as contradições sociais e políticas desse fenômeno. Estudiosas do tema, embora reivindicassem a interlocução com questões feministas e de gênero, não obtiveram os consensos possíveis para incluir a matéria no debate profissional. Recentemente observa-se um investimento em narrativas de gênero mobilizadas pelo trabalho profissional numa perspectiva crítica. Esse texto propõe produzir uma história do gênero/ feminismo no Serviço Social, valendo-se de memórias sobre pioneiras vinculadas a escolas de Serviço Social no Rio de Janeiro (UFF/UERJ/UFRJ).

Palavras-chave: Mulheres. Relações de Gênero. Serviço Social. História.

Abstract: Social Work literature shows an absence of gender studies and, even considering Social Work as a female career, it hasn't explored the social and political contradictions of this phenomenon. Although some social workers scholars have reivindicated a dialogue with feminist and gender issues, they didn't get possible consensus to include this subject in professional debate. Lately, we can notice an increase of gender narratives caused by professional work in a critical perspective. This paper proposes a gender/feminist history in Social Work field, taking in account memories of pioneers linked to Social Work colleges in Rio de Janeiro (UFF/UERJ/UFRJ).

Keywords: Women. Gender Relations. Social Work. History.

253 Assistente Social, Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-doutoranda em Serviço Social pela PUC-Rio. Brasil. E-mail: <analole@gmail.com>.
254 Assistente Social, Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET/MEC) Serviço Social UERJ. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pós-doutora pelo Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU/Unicamp. Brasil. E-mail: <carlacristina.almeida@yahoo.com.br>.
255 Assistente Social, Professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pós-doutora pelo Centro de Ciências Sociais – Universidade de Coimbra/Portugal. Brasil. E-mail: <ritacsfreitas@uol.com.br>.

I. INTRODUÇÃO

Este texto se propõe a refletir acerca da relação entre o debate de gênero/feminismo e o Serviço Social. Historicamente, a profissão – apesar de seu caráter marcadamente feminino – apresenta uma lacuna nos estudos referentes a essa temática. Inclusive podemos perceber uma tendência a analisar as assistentes sociais pioneiras exclusivamente na chave do conservadorismo e elitismo, não as inserindo em seu contexto histórico.

Compreendemos que avanços vêm ocorrendo e, assim, esse escrito busca refletir, a partir da pesquisa histórica, algumas "pistas" dessa história, tendo como objeto de análise as memórias[256] e documentos sobre algumas pioneiras vinculadas às escolas de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O que nos move é a perspectiva de construir uma história contra hegemônica e, sobretudo, que expresse os vários sentidos que atravessam as experiências femininas nas carreiras profissionais. Neste sentido, no próximo item, procuraremos discutir, ainda que de forma rápida, o gênero na produção de conhecimentos.

II. GÊNERO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Durante algum tempo a literatura profissional expressou a ausência dos estudos de gênero nas principais pautas do Serviço Social. Um conjunto de trabalhos de estudiosos do tema nas Faculdades/Escolas de Serviço Social embora apontasse a necessidade de interlocução com as questões de gênero não obtinha os consensos possíveis para incluir a matéria na agenda do debate profissional.

É importante lembrar os esforços de professoras como Suely Gomes Costa (UFF) e Marlise Vinagre (UFRJ), que entre outras iniciativas, foram pioneiras na criação nos anos 1980 de uma disciplina de gênero na Escola de Serviço Social da UFF – que existe até hoje, em caráter obrigatório[257]. Ainda nessa universidade, teremos nos anos 1980 a criação de um núcleo de estudos acerca da proteção social que contará com estudos acerca de gênero e feminismos, bem como a criação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, em 2002, com uma linha de pesquisa na área de gênero, orientação sexual, raça e

[256] Vale destacar que utilizamos também nossa própria memória como elemento catalisador dessa história, da qual nós também fazemos parte.
[257] Vale ressaltar que a UFF conta em seu currículo, atualmente, com uma disciplina de gênero (Gênero e Questão Social) e uma de famílias (Famílias, Política Social e Questão Social).

política social. Outras iniciativas podem ser citadas: grupo de estudos de gênero formado por professores da Escola de Serviço Social da UFRJ, com a assessoria da professora (e reconhecida feminista) Heleieth Saffioti; as pesquisas de professoras e professores da UERJ nos anos de 1990 que levaram à criação de um Programa de Estudos e Pesquisas na área de gênero (PEGGE) e à introdução no currículo da época de uma disciplina na graduação. Nos anos 1980, a UFRJ foi pioneira na oferta de campo de estágio supervisionado em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), além de uma disciplina eletiva sobre a matéria. No entanto, nos últimos anos uma série de situações parece evidenciar que esse debate se instaurou no âmbito profissional, provocando novos desafios ao arcabouço teórico da disciplina.

Cumpre salientar que não apenas o Serviço Social, mas um conjunto de áreas disciplinares sofre impactos em suas categorias de análise a partir dos estudos de gênero, como a sociologia, a antropologia, a história, a economia entre outras, conforme apontam os estudos de Neuma Aguiar (1997) e de Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007). Em vários campos disciplinares observou-se que o gênero provocou reflexões sobre a necessidade de revisão de conceitos, métodos e objetos de pesquisa que tornavam invisíveis as mulheres, conforme podemos observar nos trabalhos de Elizabeth Souza-Lobo (1991), com relação à sociologia do trabalho, e de Michelle Perrot e Georges Duby (1993) e Michelle Perrot (2005) no campo da história das mulheres no Ocidente.

Um dos legados dos estudos de gênero é a imbricação entre conhecimento e luta política, expressando uma estreita articulação entre os estudos de gênero e o movimento feminista, importante para a visibilidade teórica e prática das mulheres dentro e fora da academia. Sobre esse tema, localizamos que no Brasil as primeiras manifestações do movimento feminista, ainda no final do século XIX, “foram caracterizadas por reunir mulheres intelectuais que se manifestavam por meio de jornais, palestras, romances e peças de teatro” (PINTO, 2003, p. 85). E a partir da década de 1970, não foi diferente. Destacamos o grande número de professoras universitárias e profissionais liberais, em sua maioria ligadas às áreas de ciências sociais, história, letras, psicologia e direito, as quais se faziam presentes entre as mulheres que começaram a reunir-se nos primeiros anos da década de 1970. Esse movimento, com suas lutas, será fundamental para o surgimento anos mais tarde dos estudos de gênero no âmbito da academia.

Pensar as ciências sociais no Brasil pela ótica das mulheres deve considerar duas tendências que, segundo Neuma Aguiar, são: a primeira que “rejeita o iluminismo como formulador de ideais enviesados por um recorte masculino”, e a segunda que “observa a

importância destas visões emancipadoras para que as formas por elas suscitadas resultem no crescimento da participação das mulheres na sociedade civil" (AGUIAR, 1997, p. 11).

Os movimentos feministas no Brasil, através de grupos de consciência, criaram uma estratégia para as mulheres romperem as barreiras da privacidade nas relações de gênero. A contribuição mais relevante desta estratégia consiste no elo entre as esferas pública e privada. Para Aguiar (1997, p. 11), a perspectiva de surgimento de "um novo sujeito traz à tona alguns projetos políticos, em que se destaca o de apropriação pelas mulheres, da gestão sobre seus corpos".

Observamos o surgimento de alguns processos influenciados pelo feminismo, entre eles destacamos a constituição de novas práticas pedagógicas que recriam a questão da consciência de gênero nas atividades de ensino. Assim, os estudos de gênero valem-se do conhecimento acumulado, que é de natureza interdisciplinar, atravessando os distintos campos disciplinares com suas resistências e automatismos.

> Há resistências quanto a teorizações que se afastam de uma chave explicativa para as lutas, de uma 'causa universal' e de um campo das oposições. A 'ideia-força' que tem unificado as mulheres se fez com base em processos identitários, que se deslocaram dos biológicos para outros, bastante plurais; neles, amplas redes organizam mulheres e conhecimentos desigualmente partilhados. Tudo isso em meio a tradições interdisciplinares cada vez mais complexas. (SOIHET; COSTA, 2008, p. 46).

Partindo do entendimento que somos uma categoria profissional que possui necessariamente o contato com o humano em sua diversidade, compreendemos que a reflexão acerca do gênero seja fundamental quer para pensar os usuários de nossos serviços, quer para poder repensar a nós próprios.

III. MAPEANDO ACONTECIMENTOS NA MARCHA DOS ESTUDOS DE GÊNERO/FEMINISMO E DO SERVIÇO SOCIAL

Na história da formação profissional em Serviço Social a temática de mulheres e gênero só recentemente passou a ter maior expressão. Buscaremos traçar uma perspectiva temporal para organizar acontecimentos que marcaram de um lado a trajetória dos estudos de gênero no Brasil e, de outro, o processo de construção de alguma legitimidade em torno desses estudos no âmbito do Serviço Social. Cabe destacar que nos limitaremos a traçar esses acontecimentos no contexto do Rio de Janeiro, tendo em vista as possibilidades de desenvolvimento da pesquisa. Essas trajetórias se tangenciam através de algumas pessoas,

tratadas aqui como pioneiras, que buscavam articulá-las por meio da militância política e/ou exercício/formação profissional.

Nos anos de 1970 e 1980, enquanto o Brasil mergulhava na ditadura, o feminismo na luta pelos direitos da mulher embrenhava-se na produção dos estudos de mulheres, dando visibilidade às condições de desigualdade que marcavam a experiência feminina no período, bem como articulava essas movimentações ao cenário mais amplo de luta pela cidadania no Brasil. Esses estudos são atravessados pela perspectiva da igualdade na diferença, e são reconhecidos em geral como típicos da "segunda onda feminista".

Apesar da sua capacidade de organização de segmentos de mulheres em torno da luta por direitos sociais e políticos alguns limites se revelam, como o problema da relação entre militância e produção de conhecimento (típico dos debates dos anos de 1980) e as dificuldades de articular dimensões de raça e sexualidade nos estudos de mulheres, colocando em xeque a suposta universalidade e identidade feminina. Corrêa acentuará que:

> [...] em relação à questão racial havia uma cegueira estrutural na sociedade brasileira, e a relação 'raça e gênero' só começa a se tornar teoricamente relevante a partir da leitura dos textos de autoras norte-americanas, elas sim questionadas pelo feminismo das mulheres negras. (CORRÊA, 2001, p. 26).

Esse período é marcado por grandes conquistas políticas, destacando-se a criação das Delegacias de Mulheres (DEAM) em 1986, e a formulação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1984, respostas aos discursos e ações de controle de natalidade fomentados por entidades internacionais, bem como ao dramático quadro de mortes de mulheres atenuadas pela ideologia da "legítima defesa da honra".

No âmbito profissional algumas docentes nesse período participam intensamente da militância feminista nos campos da saúde e da violência. São elas: Suely Gomes Costa (UFF), na saúde; e Suely Almeida, Maria Helena Cançado e Marlise Vinagre, na área da violência, as três na UFRJ. A formação acadêmica em Serviço Social expressou essas trajetórias pessoais por meio de experiências na graduação em uma disciplina com conteúdo de raça e estudos de mulheres na Escola de Serviço Social da UFF; na UERJ, o currículo acadêmico apresenta a disciplina Política Social IV, cuja área de estudos explicitada na ementa era "mulher"; e um projeto de extensão nas Delegacias de Mulheres da Escola de Serviço Social da UFRJ com repercussões no conteúdo de disciplinas na unidade de ensino. As experiências ocorreram nas referidas IES em meados dos anos de 1980.

No final da década, no campo de estudos feministas brasileiro repercute a produção da categoria gênero como um divisor de águas na forma de abordar o problema das

mulheres. Cunhado por Joan Scott (1986) em meados dos anos 1980 nos Estados Unidos (EUA), provoca uma releitura ao propor análises a partir da construção histórica das diferenças e das relações de poder. Gênero para falar não do que um sujeito é, mas de como se torna, lançando luz sobre processos, estruturas, textos. Refletindo sobre sua relação com outras temáticas como raça, Corrêa analisa:

> Vejo, assim, a noção de gênero quase como uma saída lógica de um impasse linguístico/político contra o qual já nos alertava Simone de Beauvoir com sua famosa frase de abertura de O Segundo Sexo: 'Não se nasce mulher...' Postos dessa maneira, a emergência e o uso dessa noção, levam também quase inevitavelmente a estabelecer a sua relação com o par que tem sido seu irmão, ou irmã, – (bio)lógico e político – ao longo da história, a noção de raça. (CORRÊA, 2001, p. 27).

Esse período reposiciona os estudos de mulheres no campo acadêmico sob a rubrica de estudos de gênero e é digno de nota a proliferação de Núcleos de Estudos sobre Mulher e Gênero nas universidades brasileiras. Do ponto de vista político, o feminismo nos anos 1990 articula-se no cenário internacional com uma intensa agenda de compromissos, mediante a participação nas Conferências Internacionais, que implicam os Estados na criação de ações concretas para a promoção de igualdade de gênero. No Brasil, e na América Latina em geral, o feminismo encontra em distintas dimensões do aparelho estatal o cenário propício de batalhas por direitos das mulheres.

Mas, é também nos anos 1990 que se assiste a uma fase de muitos retrocessos no campo das políticas públicas brasileiras e dificuldades na efetivação de conquistas estabelecidas no plano jurídico normativo. O desmonte dos serviços públicos causou não apenas restrições para o avanço das práticas em diversas áreas, como também descrenças na capacidade de proteção social dos sujeitos.

Por outro lado, o feminismo multiplica-se em vários coletivos e esse capítulo da história feminista tem sido descrito como um período de "ongização" dos grupos (PINTO, 2003; ALVAREZ, 2014). Além disso, ocorre uma participação ativa das feministas no Estado através da articulação de redes e assessorias.

No âmbito do Serviço Social, proliferam experiências de aproximação aos estudos de gênero não apenas por meio da inserção na militância política, mas por mecanismos de formação acadêmica em grupos/linhas de pesquisa que amadurecem nas pós-graduações, Mestrado e Doutorado, especialmente nas ciências sociais. Muitas docentes vão buscar nessa área os elementos para articular conhecimentos feministas e de gênero no campo do Serviço Social.

Na UFRJ destaca-se a articulação de um grupo de professoras, Suely Almeida, Marlise Vinagre, Rosana Morgado, Lilian Pougy, Sheyla Backs, Eliana Amorim Moura com a

professora Heleieth Saffioti, que ingressa na Escola de Serviço Social como professora visitante e presta assessoria direta e sistemática, especialmente na área de violência e gênero. Na UERJ, além de uma disciplina eletiva incluída na reforma do currículo, de 1993, chamada Relações Sociais de Gênero e Etnia, outras iniciativas são evidenciadas. Projetos de pesquisa e extensão de professoras da casa, Dayse de Paula Marques, Carla Almeida, Eliana Mendonça, Alzira Lobato nas áreas de trabalho, sexualidade, envelhecimento resultam na criação do Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia (PEGGE), além de Seminários Acadêmicos na área de Educação e Sexualidade com a participação de estudiosas como Fúlvia Rosemberg, Guacira Lopes Louro e Maria Luiza Heilborn. Na UFF, a criação do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social (NPHPS) sob a coordenação da professora Suely Gomes Costa vai desembocar, principalmente a partir dos anos 1990 numa grande produção de pesquisas que dialogam diretamente com os estudos de gênero, envolvendo as professoras Cenira Duarte Braga, Rita de Cássia Santos Freitas, Nivia Valença Barros e João Bôsco Hora Góis. Como já foi assinalado a disciplina de Gênero e também uma sobre Famílias passa a fazer parte dos currículos desta escola e com caráter de disciplina obrigatória[258].

Se as experiências na formação acadêmica no Serviço Social começam a adensar nos anos 1990 através de disciplinas (LOLE, 2016) e projetos de pesquisa e extensão, nos anos 2000, a UFF é pioneira na implantação de um Programa de Pós-graduação, criado por muitos desses mesmos professores (o Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social). Este conta, desde seu início com uma linha de pesquisa articulando gênero, sexualidades, raça e geração. A produção de teses e dissertações desse programa conta com um grande número de estudos vinculados a essa linha. Observa-se o quanto o campo das políticas sociais será fundamental para pavimentar a incorporação dos estudos de gênero no Serviço Social.

A década de 2000 é acentuada por interferências importantes na formulação de políticas para mulheres, com a criação em 2003 da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), com status de Ministério e verba própria que passará a articular e fomentar as pautas do movimento feminista. A Política incorpora novas temáticas e sujeitos, destacando-se, a questão das mulheres soropositivas, mulheres indígenas, lésbicas, trabalhadoras rurais, negras etc., incorporando também os avanços nos estudos de gênero

[258] Interessante apontar a trajetória dessa disciplina que caminha de sua disposição na grade ao final do currículo, quase que como um "acréscimo" ao final do curso, para hoje estar sendo oferecida no meio do curso, junto ao momento de estágio, a partir de demandas dos próprios alunos. Para maior detalhamento cf. Lole (2014).

que passam a ser questionados em termos da sua capacidade de interseccionar distintas dimensões dos sujeitos como raça, etnia, geração, sexualidades.

Esse quadro é expressão de mobilizações em torno da luta feminista, o feminismo "ressurge" em novos formatos e sujeitos. Para os feminismos contemporâneos, o tema da globalização será fundamental para articular não só teorias feministas no mundo como também estratégias de lutas sociais. Trata-se da questão de um novo tipo de organização globalizada e com características de estruturação diferentes da geração anterior de movimentos feministas, como é o caso da Marcha Mundial de Mulheres, Marcha das Vadias, Fórum Social Mundial entre outras.

Na agenda contemporânea do feminismo e de sua construção política, indaga-se sobre os limites teóricos do conhecimento sobre as mulheres, particularmente a centralidade da categoria gênero. Evidencia-se a restrição desse conceito frente à pluralidade das experiências – de classe, raça, sexualidade e colonialismo – e considera-se que gênero produziu uma hierarquização entre mulheres dentro do próprio feminismo. Mayorga *et al.* (2013, p. 480) defendem que "o sujeito do feminismo passa a ser uma construção marcada por tensões e (re)configurações constantes, já que não se delimitaria a partir de uma posição *a priori*, mas seria marcado pelas contingências da luta e dos antagonismos políticos". Nessa perspectiva a pluralidade dos feminismos é pensada como "visões mais amplas do feminismo" e não como neutralização/fragmentação da luta feminista, o que seria um contraponto ao "efeito universalista do gênero".

No Brasil, a onda conservadora que assolou o período repercutiu numa divisão no movimento feminista em torno das lutas travadas, especialmente em pontos como aborto, direitos do feto (Medida Provisória do Nascituro), pílula do dia seguinte, e sobre o papel do ativismo feminista em relação ao Estado, especialmente num quadro de uma crise política que levou, por exemplo, à extinção da SPM e outras secretarias (ABERS; TATAGIBA, 2014).

É nesse contexto que observamos a ampliação e disseminação do debate de gênero no Serviço Social a partir de indícios (LOLE, 2014) que expressam uma nova legitimidade para os estudos nesse campo disciplinar. As razões para essa incursão é o que buscaremos tratar a seguir.

IV. PROVOCAÇÕES DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL

A provocação dos estudos de gênero no âmbito do Serviço Social é motivada, a nosso ver, por experiências que se apresentam nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais afetados pelas lutas feministas por direitos sociais, políticos e civis, as quais se expressam num espectro de políticas sociais voltadas para as mulheres e para o gênero. Nesse sentido, o debate profissional no âmbito da formação passa a expressar legitimamente um investimento em narrativas de gênero que deem conta das intervenções a que são chamados os assistentes sociais numa perspectiva crítica. No campo da formação profissional, marcado pelo domínio da corrente marxista clássica, os estudos de gênero também provocam uma releitura, ainda que lenta, de paradigmas.

É importante examinar o contexto histórico do marxismo por considerar que as colocações de certos aspectos são típicas da época em que Marx escreveu. Essa observação nos leva a compreender as peculiaridades dos estudos de Marx. Nicholson (1987, p. 29) ressalta que, nesta época, a economia de mercado reivindica a separação e predominância dos princípios que regem o mercado de outras esferas da vida social.

Nao se pode desconsiderar a contribuição que o marxismo trouxe ao processo de formação profissional, contudo, questiona-se a forma como este pensamento vem sendo tratado no Serviço Social, e que faz que outras questões sejam colocadas em segundo plano:

> A adesão à uma visão marxista para desvelamento das contradições contribui para uma atuação profissional que é permeada de conflitos e contradições. Porém, a rigidez de um modelo único e impermeável foi o grande impasse na conturbada relação entre feminismo e marxismo, o que, de certa maneira, influenciará a profissão (FREITAS *et al.*, 2016, p. 05).

A perspectiva de subordinação de temas como gênero, sexualidades e raça à questão de classe é um dos elementos que pode explicar a dificuldade de uma maior aproximação entre a profissão e o gênero; ou seja, a concepção de que classe é uma pauta hierarquicamente *mais* importante do que a das mulheres – e posteriormente LGBT: “a questão da diversidade sexual é uma questão mais espinhosa, pois, ela não somente se divide entre classes, mas perpassa o interior das classes” (FREITAS *et al.*, 2016, p. 05).

Observamos na atualidade alguns indícios de abertura ao debate de gênero no interior da profissão a partir de alguns movimentos, tais como: a revisão do Código de Ética do Serviço Social no ano de 2011; a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de classe social, gênero, raça/etnia, geração, diversidade sexual e Serviço Social pela

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no ano de 2010; o lançamento do Jornal PRAXIS no feminino no ano de 2013 pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do Rio de Janeiro, entre outros.

É interessante indicar que essas normatizações, espaços de discussão e divulgação dos conteúdos de Serviço Social geram impactos na formação profissional, tornando-se fundamentais na estratégia de afirmação do projeto ético-político da profissão – que visa consolidar a perspectiva marxista no Serviço Social –, na medida em que os principais pilares desse projeto são: o Código de Ética, a Lei da Regulamentação de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS. O projeto ético-político também é o eixo orientador das reflexões éticas no interior da profissão, que tem como fundamento os princípios do Código de Ética de 1993. Esses princípios são essenciais e determinantes para se refletir sobre a atuação profissional no contexto atual.

> Os projetos profissionais [inclusive o do Serviço Social] *apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas* [...]. (NETTO, 2006, p. 144, grifo do autor).

O projeto ético-político está vinculado a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, na qual se encontra explicitada a necessidade de superação da dominação de gênero, conforme expresso num dos princípios fundamentais do Código de Ética profissional: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2011, p. 24).

Nesse cenário encontramos algumas das resistências ao debate de gênero no Serviço Social ao longo da trajetória das últimas três décadas de um pensamento crítico na profissão. Lisboa (2010) analisa, ao longo do tempo, as mudanças processadas na profissão, assim como os principais marcos do debate feminista na sociedade brasileira, observando um distanciamento entre o Serviço Social e as questões de gênero, o que a levou à constatação de que houve mais desencontros, descompassos do que aproximações. Contudo, acreditamos que o cotidiano da intervenção profissional irá interpelar a profissão, requisitando novas mediações teóricas.

V. CONCLUSÕES

Acreditamos ter demonstrado existirem muitos indícios que apontam que essa história está mudando, reorganizando-se novos elementos para o processo hegemônico no âmbito profissional, que envolvam não apenas o debate de gênero, como classes, raça, etnia, geração e sexualidades.

É importante conhecermos essas histórias. Esse texto teve exatamente esse objetivo: resgatar a partir de nossas memórias nossa história recente. Adentrar no estudo da história atual não é fácil. O processo metodológico envolverá, ainda, revisitar documentos, memórias, nossas e de pessoas que nos são próximas e que vem escrevendo essa história.

A aproximação entre uma perspectiva marxista – que nos é cara – e o debate de gênero pode trazer avanços para pensarmos a prática do Serviço Social. Essa aproximação se iniciou nos anos 1980 a partir de algumas professoras – aqui entendidas como pioneiras – que através do feminismo veio, pouco a pouco, construindo essa aproximação (mesmo que, às vezes, tenham pago um preço por sair do pensamento hegemônico).

Neste momento, esperamos ter demonstrado que esse diálogo vem se adensando. É nosso desejo que esse movimento se aprofunde e, para isso, é importante conhecermos nossa história e aquelas que começaram a trilhar esse caminho.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca N.; TATAGIBA, Luciana. Institutional Activism: Mobilizing For Women's Health From Inside The Brazilian Bureaucracy. *38º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu/MG, 27 a 31 de outubro de 2014.

AGUIAR, Neuma. Introdução. In: _____ (org.). *Gênero e ciências humanas*: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997. p. 9-29.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13-56, jan./jun. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, nov. 1996. Disponível em <http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>. Acesso em: 05 out. 2013.

_____. *A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social*: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Brasília, nov. 2009. Disponível em <http://www.abepss.org.br/files/1-A-ABEPSS-e-o-Fortalecimento-da-Pesquisa.pdf>. Acesso em: 05 out. 2013.

_____. *Documento GTP (Grupos Temáticos de Pesquisa)*. Brasília, s/d. Disponível em <http://www.abepss.org.br/paginas/ver/20>. Acesso em: 05 out. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 9 ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2011.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos PAGU*, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001.

FREITAS, Rita de Cássia Santos *et al.* Serviço Social e Diversidade Sexual: notas introdutórias. *VIII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero*. Juiz de Fora, 23 a 25 de novembro de 2016.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Katálisys*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.

LOLE, Ana. *Emancipação para quem?* Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

_____. Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 127, p. 555-573, set./dez. 2016.

MAYORGA, Claudia *et al.* As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 21, v. 2, p. 463-484, maio/agos. 2013.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete *et al.* (orgs.). *Serviço social e saúde*: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 141-160.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico. In: BERNHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 23-37.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges (orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1993. 6 volumes.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dec. 1986.

SOIHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 25, p. 29-49, 2º sem. 2008.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, dez. 2007.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BRASIL X ESPANHA – O ENSINO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL EM DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICOS

Danielle Cardozo Paz[259]

Jéssica Camargo da Silva[260]

RESUMO

O presente trabalho convida à análise do processo de surgimento e desenvolvimento do Serviço Social nos contextos brasileiro e espanhol através do estudo da realidade sócio histórica e cultural da profissão em cada país. O objetivo é sinalizar a forma como cada contexto social interfere na formação profissional em cada país nos dias de hoje. No Brasil terá destaque a Renovação Profissional e mudanças a partir deste movimento, adotando um referencial teórico crítico e na Espanha será evidenciado o modelo de Trabalho Social tradicional, sendo fomentada uma discussão sobre a profissão nos dois países visando reconhecer suas particularidades.

Palavras-Chaves: Serviço Social, Brasil, Espanha, Trabalho Social, Formação Profissional.

ABSTRACT

This research is a call to analyze the process of how Social Service has emerged and has developed in Brazil and Spain through social cultural and historical contexts of this profession in these countries. It has the objective of signaling the way of social contexts can interfere in professional education in these countries nowadays. In Brazil, the analysis will have a emphasis on the Professional Renovation and the changes which occur after this movement, adopting a critical theoretical reference. In Spain, the model of traditional Social Work will be showed and a discussion about being a social worker in these countries will be promoted, paying attention on the peculiarities.

Keywords: Social work, Brazil, Spain, Social Service.

[259] Assistente Social do Hospital Federal dos Servidores do Estado, graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: lelic82@yahoo.com.br

[260] Assistente Social da Associação Shalom, graduada pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: jcamargodasilva@gmail.com

1. INTRODUÇÃO:

Este trabalho possui o objetivo de analisar historicamente o Serviço Social e sua formação profissional abordando as particularidades do surgimento e desenvolvimento desta profissão nos contextos Brasil e Espanha, no sentido de contribuir para o debate em torno dos fundamentos da profissão nas diferentes nacionalidades e analisar de que forma se expressam as tendências teóricas presentes na realidade da formação profissional. Tal abordagem será realizada através do estudo sobre o histórico da profissão em cada país e da grade curricular do Curso de Trabalho Social na Universidade de Granada na Espanha e do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense no Brasil. Justifica-se que é fundamental entender a forma como o Serviço Social se apresenta em diferentes conjunturas históricas para compreender os componentes singulares e universais que se expressam nesta profissão através do estudo de suas particularidades.

A opção pelo estudo das singularidades da profissão em cada país ocorreu devido ao fato de uma das autoras do trabalho ter realizado intercâmbio na Espanha durante a graduação, o que resultou em seu Trabalho de Conclusão de Curso[261]. Desta forma, este texto surge das indagações e questionamentos sobre as divergências e semelhanças existentes entre o Trabalho Social na Espanha e o Serviço Social Brasileiro, o que foi possível avaliar através do contato direto com professores, estudantes e através da análise dos conteúdos teóricos abordados nos cursos de ambos os países.

Sendo assim, será apresentada uma parte do estudo com relação à formação profissional e algumas mudanças que sucederam desde o processo de fundação da profissão, considerando as influências teóricas que o Serviço Social sofreu em ambos os países, visando compreender as particularidades que se apresentam em cada contexto histórico. Além disso, expõe-se aqui também parte das análises curriculares analisadas junto às grades curriculares dos cursos nos países estudados.

Acima de tudo este trabalho é um convite ao início de uma análise do Serviço Social em diferentes contextos e uma avaliação da influência de cada formação histórica na formação profissional.

[261] A autora Jéssica Camargo da Silva realizou a graduação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense, se formando em 2017 e protagonizou a experiência de intercâmbio na Universidade de Granada na Espanha no ano de 2016. Durante o período do intercâmbio e da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso ambas as autoras se debruçaram sobre o estudo da temática das particularidades da profissão no Brasil e na Espanha, o que resultou na elaboração deste trabalho, ora apresentado.

2. DESENVOLVIMENTO:

2.1. Capitalismo monopolista e políticas sociais - O surgimento do Serviço Social: exemplos do Brasil e da Espanha

Para abordar o surgimento do Serviço Social de forma geral, considerando historicamente o contexto internacional, é necessário tratar do sistema capitalista e das transformações ocorridas em seu modelo de acumulação que culminaram em mudanças no âmbito do Estado e na forma de lidar com as mazelas sociais decorrentes da exploração do capitalismo, a chamada questão social. O capitalismo sofreu grandes transformações no final do século XIX e estas influenciaram a estrutura social e política no mundo, o que demarcou a mudança da fase do capitalismo concorrencial para a fase do capitalismo monopolista[262]. Essa nova fase do capital é marcante, pois se tornam ainda mais abissais as contradições entre capital e trabalho.

> (...) a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona (NETTO, 2011, p. 10).

Questões como o aumento da exploração geraram lutas populares por melhores condições de vida, que atreladas à crise do sistema capitalista, levaram a esta reestruturação do capital e do Estado. O Estado capitalista, na fase dos monopólios, buscou legitimação política tomando para si demandas das classes subalternas, por via do consenso. Ele assumiu algumas demandas sociais e garantiu assim a reprodução da classe trabalhadora e seu poder de compra e consumo, dando movimento à economia. Desta forma, as sequelas da questão social passam a ser alvo de uma ação sistemática e estratégica por parte do Estado através das políticas sociais surgindo assim a necessidade de agentes técnicos para a implementação dos serviços sociais, o que culmina na abertura de espaço no mercado de trabalho para o Serviço Social.

No Brasil o Serviço Social surge na década de 1930, quando o Estado passa a atender a algumas reivindicações operárias, no entanto, desde a década anterior havia

[262] No capitalismo concorrencial primava o liberalismo com a livre concorrência, já no capitalismo monopolista as empresas se unem formando os chamados monopólios.

ações por parte da Igreja Católica para o atendimento às necessidades sociais, o que acabou por criar uma relação entre tais ações e o surgimento da profissão. Segundo Iamamoto (2013), em 1922 é fundada a Confederação Católica que deu origem a Ação Católica, tendo esta realizado obras sociais que deram bases materiais e humanas para expandir o surgimento da primeira escola de Serviço Social no Brasil, em 1936. Como se pode observar, o Serviço Social surge através das transformações ocorridas no capitalismo monopolista, mas tem íntima relação com a Igreja Católica.

> (...) a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na "organização" da filantropia e cuja culminação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já "organizadas", de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das protoformas do Serviço Social a este enquanto profissão (NETTO, 2001, p. 69).

As atividades filantrópicas desenvolvidas pela igreja fizeram com que a concepção do Serviço Social como caridade se materializasse, como se a profissão surgisse da caridade, sem observar a dinâmica social, sua historicidade e a inserção do profissional na sociedade para atuar nas expressões da questão social. É necessário salientar que as práticas filantrópicas também fizeram parte da história e gênese da profissão. Porém, a diferença entre Serviço Social e filantropia está no fato de que a filantropia é baseada em valores morais, com atividades de cunho caritativo, com ações para ajudar as pessoas; e o Serviço Social é uma profissão que, como as outras, surge com a divisão social e técnica do trabalho apresentando uma função específica e com remuneração, o que coloca o assistente social como trabalhador assalariado. Surgiu quando um técnico foi requisitado para atuar junto às demandas da questão social, no período em que o Estado passa a intervir nelas através das políticas sociais.

Na verdade, ocorreu que a Igreja Católica já prestava atendimentos à população empobrecida antes do Estado, o que levou o Estado a utilizar-se do conhecimento oriundo da experiência dos atores da igreja e, ainda, as chamadas moças de caridade que realizavam as ações de caridade da igreja; estas foram as primeiras a se interessar pelos cursos de Serviço Social e pelo mercado de trabalho que se abria, fatos que confundiram essa relação entre Estado, igreja e Serviço Social. Este tipo de conhecimento pautado na religião foi, em parte, substituído por correntes teóricas como o positivismo e fenomenologia, advindas de assistentes sociais que buscavam qualificação na Europa e nos Estados Unidos.

No marco das mudanças sócio históricas ocorridas a partir dos anos de 1960, o Serviço Social não passa ileso, marcado principalmente pelo Movimento de

Reconceituação. Segundo NETTO (2011), este Movimento ocorreu durante dez anos (de 1965 a 1975). Ele iniciou-se a partir do questionamento e insatisfação dos países latino americanos sobre suas posições de dependência e subdesenvolvimento com relação aos países centrais e frente à presença e interferência cada vez maior dos Estados Unidos na América Latina, reagindo com críticas ao modelo desenvolvimentista, que era a configuração político econômica da época, e buscando alternativas de mudança social que acabassem com o subdesenvolvimento latino americano. No âmbito da profissão, o Movimento de Reconceituação consistiu em uma crítica ao positivismo e ao funcionalismo, uma nova apreensão do Serviço Social a partir de uma teoria crítica (marxista), o que levou os profissionais da América Latina, junto com segmentos de vanguarda, ao questionamento acerca do seu papel diante do contexto politico. Inicia-se um questionamento em torno do Serviço Social "tradicional", que não estava mais respondendo aos questionamentos profissionais. O Movimento trouxe também à categoria a percepção sobre a existência de duas classes antagônicas no capitalismo e da opção da profissão pela defesa dos interesses da classe trabalhadora.

No Brasil essa efervescência teórica crítica se expressa pelo Movimento de Renovação na década de 1960, quando a profissão passa a se questionar e se reformula visando atender às novas demandas que se punham. É nesta conjuntura que, segundo Netto (2002), configuram-se três tendências teóricas na profissão: a perspectiva modernizadora (de base positivista), a reatualização do conservadorismo (base fenomenológica) e a intenção de ruptura (pautada na teoria crítica de Marx)[263].

As mudanças ocorridas no Serviço Social ocorrem no contexto de reabertura democrática nos anos de 1970 para 1980. Este cenário levou a atualização das Diretrizes Curriculares da profissão, criação de um novo Código de Ética e de um Projeto Ético Político Profissional pautado na ruptura com o conservadorismo profissional. Assim, pode-se dizer que o direcionamento legal do Serviço Social no Brasil se coaduna com uma ordem social, onde não haja exploração do homem pelo próprio homem, sendo a liberdade o valor ético

[263] A Perspectiva Modernizadora foi a busca pela adequação do Serviço Social com suas técnicas sociais, à fase de desenvolvimento capitalista em que o Brasil se encontrava. O Serviço Social nesta perspectiva tem como base o positivismo e visa, através dos seus instrumentos técnicos, intervir na realidade social em favor dos processos sócio-políticos resultantes do pós-64. Nesta mesma linha de raciocínio, a Perspectiva Modernizadora atendia aos interesses da classe dominante, de reorganizar a sociedade através do ajustamento social, num caráter educativo. Já a perspectiva de Intenção de Ruptura se associa ao pensamento de Marx estando mais próxima ao Movimento de Reconceituação.

central defendido hegemonicamente pela categoria profissional, o que pôde ser amplamente observado a partir da análise curricular da Universidade Federal Fluminense.

Com relação ao Trabalho Social na Espanha, a partir do século XIX, o Estado Espanhol começa a regularizar aspectos relativos às expressões da questão social, tais como a pobreza, passando a adotar medidas legislativas, mas ainda em caráter de benesse, sem realizar uma análise crítica. Houve o reconhecimento por parte do Estado da existência de um "problema social" e a necessidade de intervir na área social. Surgem instituições e forças sociais, vinculadas ao Reformismo Social, encarregadas por zelar pelo bem comum, a paz social, e a promoção das classes pobres. O Catolicismo Social concentrou sua atividade no estudo do "problema social", como era visto na época e a difusão da doutrina social da igreja. O surgimento dos serviços para atender às mazelas sociais por parte do Estado gerou a necessidade de capacitação de agentes que atuavam com os problemas sociais, ou seja, das mulheres vinculadas aos centros sociais.

Assim, a história do Trabalho Social na Espanha baseia-se nos precursores das primitivas formas de caridade e filantropia no nascente capitalismo na Inglaterra, tendo a profissão sua gênese também associada à caridade católica que, num determinado momento, não mais deu conta das mazelas sociais causadas pelo capitalismo e teve que ser substituída pela atuação do Estado. Todavia, na Espanha o Trabalho Social aparece como uma evolução desta caridade. Assim como no Brasil houve a influências das correntes positivistas e fenomenológicas que perpetuam até os dias atuais. Além disso, houve também influência de partidos políticos autoritários que reproduziam o conservadorismo presente. Após a abertura democrática o trabalhador social ganhou maiores espaços de atuação nos serviços socais, porém não houve a ruptura com o Trabalho Social tradicional e seus referenciais teórico-metodológicos conservadores. O Trabalho Social ainda tem muito presente a ação social em seu meio, sem uma perspectiva crítica da realidade social.

A aproximação com o Movimento de Reconceituação ocorrido na América Latina fez os profissionais espanhóis refletirem sobre o contexto do país e assim terem base pra criticar a ditadura franquista da época[264], levando à mobilização de setores sociais na luta para o fim do regime político ditatorial e estabelecimento democrático para a melhoria das

[264] O **Franquismo** foi um regime político ditatorial que vigorou na Espanha entre os anos de 1939 e 1976. Em 1936 a Frente Popular, ligado ao Partido Republicano e a grupos socialistas, ganhou as eleições. A vitória instaurou medo nos setores conservadores da sociedade espanhola, que percebiam uma ameaça de revolução socialista. Devido a toda divergência política, após as eleições que elegeram o Partido Republicano, houve um golpe contra o novo governo, as forças de direita conspiraram para derrubar o governo republicano. O exército, sob liderança do general Francisco Franco, se rebelou contra a decisão democrática de eleger Manuel Azaña. O regime de Franco trouxe consigo o restabelecimento dos fundamentos básicos da sociedade burguesa (propriedade privada, ordem clássica e hierarquia social). A repressão foi utilizada para conter os conflitos sociais e a Política de Assistência Social era utilizada como instrumento de controle dos pobres.

condições de vida e trabalho dos cidadãos. Todavia, o movimento foi somente no plano ideológico, não alterando a atuação dos profissionais de Trabalho Social, conforme se observa na citação a seguir:

> (…) se trataba más bien de un posicionamiento reivindicativo y una **Erro! Indicador não definido.**para la ciudadanía y la elaboración de un modelo profesional de intervención: el denominado método básico, que proponía el conocimiento de la realidad y su análisis como base para la acción (CINTORA, apud FERNÁNDEZ et alli 2010, p.132).

Já na década de 1980, a partir da consolidação da Constituição de 1978 (constituição promulgada com o fim da ditadura) um novo modelo de Serviços Sociais espanhol foi criado. Até então, o país ofertava um modelo escasso, vinculado a uma perspectiva assistencialista, não pautada no direito. Com a nova constituição, foram criados novos serviços que contavam com alguns recursos públicos já existentes e também com recurso privado, especialmente os pertencentes à Igreja Católica.

O surgimento da profissão, a nível superior, ocorreu tardiamente em comparação a outros países. Somente em 1983, após a ditadura franquista, o Trabalho Social se insere no espaço universitário, contudo ainda com um caráter de formação técnica, necessitando de complementação pelos cursos de Sociologia e Antropologia para reconhecimento como curso de nível superior. Na década de 1990 foi criada uma área de conhecimento do Trabalho Social e Serviços Sociais, quando a profissão passa a ser reconhecida como disciplina científica, com conteúdos teórico-práticos.

O Estado absorveu a demanda de atuação do trabalhador social como aquele profissional para sanar o "problema social" vigente e a categoria não rompeu com esta concepção tradicional até hoje, conforme notado na disciplina de Fundamentos do Trabalho Social Espanhol. Um fato relevante observado em tal disciplina é a necessidade de que os alunos decorem conceitos como a definição de Trabalho Social da FITS[265] (Federação Internacional de Trabalho Social), definição esta criticada pelo conjunto CFESS-CRESS por apresentar vertentes comportamentais dos primordes da profissão, já superadas no Brasil.

A Universidade de Trabalho Social de Granada nasceu vinculada a Seção Feminina de um importante partido político, o Partido Falange[266] (do General Franco) e, por isso percebe-se até os dias atuais a grade curricular da Universidade ainda com um caráter

[265] El trabajo social es una profesión basada en la práctica y una disciplina académica que promueve el cambio y el desarrollo social, la cohesión social, y el fortalecimiento y la liberación de las personas. Los principios de la justicia social, los derechos humanos, la responsabilidad colectiva y el respeto a la diversidad son fundamentales para el trabajo social. Respaldada por las teorías del trabajo social, las ciencias sociales, las humanidades y los conocimientos indígenas, el trabajo social involucra a las personas y las estructuras para hacer frente a desafíos de la vida y aumentar el bienestar (FITS, 2014).

[266] Falange foi um partido político de direta e Seção Feminina uma divisão dentro do partido somente para mulheres.

paternalista e assistencial, numa lógica psicologizante de atuação. No que tange ao direcionamento político do Trabalho Social Espanhol, embora haja o Conselho Geral do Trabalho Social e a Conferência de Trabalho Social (Conferência Espanhola de Reitorias, Diretores de Centros e Departamentos Universitários), são entidades que não tem muito protagonismo político dentro da categoria. Apesar do Trabalho Social, na área de formação, dispor de diretrizes curriculares para o curso, há pouca observância na definição dos projetos pedagógicos institucionais, pois cada instituição pode definir o perfil de profissional que deseja formar, não havendo um direcionamento ético e político hegemônico como no Brasil.

Sendo assim, o surgimento do Trabalho Social se associa a necessidade de controlar conflitos da classe trabalhadora, ou seja, a primeira Escola surge funcional ao capital e ao Estado como no Brasil. Porém, já no século XXI a profissão na Espanha segue ainda com bases teórico-práticas do Trabalho Social tradicional.

2.2. As Diretrizes Curriculares – uma análise sobre os avanços ou retrocessos profissionais no Brasil e na Espanha

É necessário esclarecer que não há a possibilidade de expor toda a análise curricular realizada neste trabalho, tendo em vista que os conteúdos curriculares são extremamente extensos, desta forma, optou-se por trazer as questões de maior relevância para o enriquecimento do debate sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil e na Espanha.

Ao analisar a grade curricular do Curso de Trabalho Social da Universidade de Granada observa-se que nas disciplinas se aborda sobre minimizar *riscos* aos profissionais, mas não se fala dos usuários, havendo falta de preocupação com as demandas dos usuários o que impacta na qualidade dos serviços prestados, ressaltando o caráter corporativista da profissão, o que também aparece em documentações do Conselho da profissão na Espanha.

Na disciplina de Metodologia Aplicada ao Trabalho Social, destacam-se autores como: Ezequiel Ander-Egg; Natalio Kisnerman e Maria Nieto Breznes; são apresentados aos alunos: modelos e técnicas de atuação profissional e suas perspectivas teóricas e metodológicas, os métodos e técnicas com indivíduos, famílias, grupos e comunidades, valorizando a apreensão das necessidades do usuário para orientar a uma estratégia de intervenção; também é ensinada a elaboração de diagnósticos sociais. Nesta disciplina está

presente o Serviço Social de base tradicional que foi altamente criticado pelo Movimento de Reconceituação, logo se percebe que as direções mais críticas que constituíram este processo, não foram incorporadas no currículo de formação e na grade curricular. A questão do método é confundida com a metodologia, o que demonstra o distanciamento entre teoria crítica e prática, questão que, hegemonicamente, já foi ultrapassada no Serviço Social Brasileiro através da apropriação crítica da teoria social de Marx que possibilitou o reconhecimento de que a teoria é a forma de desvendar a realidade e não trazer modelos de como intervir.

O foco da atuação da profissão na Espanha está na pessoa e em seus problemas sociais, de forma isolada da totalidade social, sem articular a luta de classes ao sistema capitalista, o que demonstra uma lógica funcionalista, tendo como foco a disfunção da pessoa à sociedade e esta precisando se adaptar. Aqui não há a discussão sobre emancipação política ou sequer autonomia do sujeito, mas sim um conceito de independência.

Enfim, pode-se perceber, em geral, que na Espanha, não há o estímulo para uma formação crítica, o que há é um ensino voltado para o mercado de trabalho e de caráter tecnicista. Demonstra-se a ausência de problematizações com vistas à superação da lógica instrumental de atuação e que expresse uma formação baseada na dimensão intelectiva e ontológica do trabalho profissional. Por isso, a formação conduz a um exercício pautado no assistencialismo individual, travestido na defesa de um Estado de bem-estar social. A teoria e a prática são dissociadas, junto a um ecletismo teórico.

Com relação à grade curricular referente ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, é notório observar que no Brasil há mais disciplinas obrigatórias na grade curricular e muito mais ofertas no que se refere às disciplinas optativas.

Notabiliza-se a ênfase no debate em torno das novas configurações da sociedade capitalista – passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, surgimento do Serviço Social nos EUA e Europa, e seus fundamentos históricos e teórico-metodológicos conservadores. Além disso, na disciplina de Introdução ao Serviço Social se discute sobre o desenvolvimento sócio histórico, considerando as particularidades do capitalismo no Brasil e a constituição da categoria profissional: dimensões políticas, culturais e organizacionais; as áreas de atuação do assistente social e demandas que a profissão atende. Há uma preocupação e tentativa de levar o aluno a conhecer a realidade, estimulando-o a partir da proposta de estudos fundamentados na teoria crítica de Marx, a ser um profissional que analisa a realidade em sua totalidade. Nestas disciplinas são lidos textos de autores como: Gordon Hamilton (crítica a ela); José Paulo Netto; Marilda Iamamoto; Manrique Castro e

Elaine Behring. Observa-se também a preocupação com o direcionamento político profissional ao se discutir em algumas disciplinas sobre as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que orientam o trabalho do assistente social nas diferentes expressões da questão social no Brasil, articulando o debate à legislação e implementação das políticas sociais e aos programas sociais setoriais públicos e privados. O debate da legislação e implementação das políticas sociais se dá entendendo sobre a necessidade de busca da garantia dos direitos dos usuários atendidos, e não a partir de uma garantia do bem-estar individual como na Espanha, mas entendendo que a criação das políticas sociais é primordial nesta sociedade.

Enfim, pode-se notar que a grade curricular espanhola propicia um aprendizado profissional centrado em munir tecnicamente os profissionais a partir de modelos de intervenção (há uma disciplina na grade curricular com o nome “Modelos de Intervenção”) e abordagem individual, grupal e comunitário, em que é aplicada a teoria nos espaços organizacionais, ou seja, ensina-se a fazer Trabalho Social. Enquanto no Curso de Serviço Social da UFF – Niterói existe uma preocupação em expor conteúdos teóricos críticos que tornem o profissional capaz de analisar a realidade e desvendar a essência dos fenômenos para intervir de forma qualificada.

3. CONCLUSÃO:

É notório que o Serviço Social Brasileiro surge sendo influenciado pelas mesmas perspectivas teóricas que também foram base para a gênese do Trabalho Social Espanhol, entretanto no Brasil a profissão avançou na sua auto análise quanto à funcionalidade diante da sociedade, tal fato se constituiu num processo de adensamento político a partir do Movimento de Reconceituação na América Latina e Renovação do Serviço Social no Brasil, possibilitados diante do contexto de abertura política dos anos de 1970 e 1980, que culminou na democratização do país e promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe uma série de conquistas sociais. Todo esse contexto de abertura política tornou possível o contato do Serviço Social com a teoria social crítica de Marx que levou aos movimentos citados acima e a uma reviravolta dentro da profissão que deixa de servir ao capital e passa a se colocar na sociedade capitalista ao lado da classe trabalhadora, optando politicamente por uma prática comprometida com os interesses sociais de uma classe social e pelo fim da exploração de uma classe sobre a outra.

Na Espanha o processo foi outro, a profissão surge também atrelada ao Estado e à Igreja Católica, reproduzindo as relações sociais vigentes do sistema capitalista e da Ditadura de Franco e mesmo com a aproximação ao Movimento de Reconceituação da América Latina a partir de alguns autores que levaram a temática para Espanha, não houve uma análise crítica a ponto de alterar os pressupostos teóricos e práticos profissionais. As bases teóricas do Movimento de Reconceituação foram entendidas como impossíveis de materialização, ou seja, na Espanha o Serviço Social não possui a concepção do homem como sujeito transformador, núcleo categorial da teoria social crítica.

O Serviço Social é uma profissão cujo processo de construção sócio-histórica não ocorreu de forma contínua e linear, e que apresenta particularidades em cada país, inclusive, até os dias atuais, há características complexas e contraditórias. Além disso, há na categoria apreensões divergentes quanto ao processo de gênese, transformação e atuação profissional.

Desta maneira, este trabalho se traduz em apenas um estudo inicial sobre os fundamentos do Serviço Social em diferentes contextos e busca incentivar e subsidiar a novas análises que, assim como esta, forneçam esclarecimentos relevantes em torno da profissão e possam se tornar extremamente úteis ao desvelamento das particularidades profissionais.

IV. BIBLIOGRAFIA

BEHRING, E. R. & BOSCHETTI I. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo, Cortez, 2011.

BRASIL. Lei 8662/93 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 1993.

_____ A de definição Trabalho Social da FITS: por que revisar? In: **Serviço Social e Sociedade (108).** São Paulo, Cortez, 2011.

FERNÁNDEZ R. P. et al. **Cambios y Evolución del Trabajo Social en España en el final del Siglo XX.** In: Miscelánea Comillas, n.132. p. 161-184, Vol. 68. Madrid, 2010.

FITS – Federação Internacional de Trabalho Social. *Definição de trabalho social, 2000. (portuguese version).* Disponível em: http://www.ifsw.org/p38000411.html>. Acesso: 8 nov. 2016.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, Cortez (Lima/ Peru): CELATS, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios Críticos.** 7ª edição, São Paulo, Cortez, 2004.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço social no Brasil pós-64.** 16ª edição, São Paulo, Cortez, 2011.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 3ª edição ampliada, São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo Cortez, 1999.

PUERTA, B. M. Cuestiones para investigación: Qué pasa con los servicios sociales en España? In: **Revista Serviço Social & Sociedade, 108.** São Paulo, Cortez, 2011.

SILVA E SILVA, M. O. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** 2ª edição, São Paulo, Cortez, 2002.

VILLENA, A. M. Género, **Mujeres, Trabajo Social e Sección Femenina: Historia de una profesión Feminizada y con Vocación Feminista**; Dissertação de doutorado do curso de Trabalho Social da Universidade de Granada, 2010.

O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS

Letícia Pereira Dourado[267]
Lilian Fernanda Silva[268]
Damares Gonçalves Martins[269]
Daniele Lopes Ferrreira[270]

RESUMO: O presente trabalho tem como tema o Movimento de Reconceituação e a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. Diante disso, objetiva-se analisar a incidência de práticas terapêuticas entre um grupo específico de assistentes sociais, uma vez que a identificação de tais práticas demonstra um retrocesso e um retorno ao conservadorismo acrítico dos primórdios da profissão. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica para a compreensão dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos e do processo de formação profissional, bem como uma pesquisa documental entre as legislações e resoluções, e uma pesquisa empírica entre os alunos estagiários da UEMG em Divinópolis-MG.

Palavras-chave: Serviço Social, movimento de reconceituação, práticas terapêuticas.

ABSTRACT: This particular work is about the Movement of Reconceituation and the intention of rupture with the traditional Social Service. From this, the objective is to analyze the incidence of therapeutic practices among a specific group of social workers, since the identification of such practices shows a regression and a return to the uncritical conservatism of the early days of the profession. A bibliographical research was carried out to understand the historical, theoretical and methodological aspects and the process of professional training, as well as a documentary research among the legislations and resolutions, and an empirical research among UEMG trainees in Divinópolis-MG.

Keywords: Social Service; movement of reconceituation, therapeutic practices.

[267] DOURADO, Letícia Pereira. Assistente social, docente do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG em Divinópolis MG, mestre em Desenvolvimento Regional pela FUNEDI/UEMG (2014), professora orientadora, leticia.dourado@uemg.br. Eixo temático: Serviço Social no mundo e os movimentos sociais: Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil e na América Latina.
[268] SILVA, Lilian Fernanda. Assistente social, residente no Programa Multiprofissional em Saúde do Adolescente da Universidade Federal de São João del-Rei UFSJ, Campus Centro Oeste Dona Lindu.
[269] MARTINS, Damares Gonçalves. Discente do curso de Serviço Social da UEMG Divinópolis, 6º período.
[270] FERREIRA, Daniele Lopes. Discente do curso de Serviço Social da UEMG Divinópolis, 4º período.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal fazer um resgate histórico, teórico e metodológico do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, e mais especificamente no Brasil, e, a partir da identificação da intenção de ruptura com o conservadorismo como resultado hegemônico deste processo, analisar o retorno ao conservadorismo com a incidência de práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social.

Busca-se identificar a presença de possíveis práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social entre os assistentes sociais supervisores de estágio, e sua influência na formação profissional dos alunos estagiários de Serviço Social da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG - em Divinópolis – MG, a partir da Resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS - nº 569 de 25 de março de 2010, que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social.

O debate sobre a existência de práticas terapêuticas no exercício profissional do Serviço Social não é recente e nem desconhecido da categoria profissional. Desde 1996 são realizadas análises e reflexões, tanto no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, quanto em seminários de organização da categoria que vêm abordando a temática, além da análise realizada pela Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI do CFESS com o propósito de conhecer o objeto, objetivo, instrumentos e procedimentos prático-operativos utilizados nas práticas terapêuticas e os fundamentos teóricos presentes no trabalho profissional. O processo de discussão tem sido longo e intenso, e a publicação da Resolução do CFESS nº 569/2010 é um dos resultados das reflexões e discussões realizadas e acumuladas pela categoria no âmbito do exercício e da formação profissional.

Neste sentido, a presente proposta de estudo parte da necessidade de compor este debate compreendendo as discussões acerca das atribuições, competências e práticas profissionais do Serviço Social no pós Movimento de Reconceituação, e à luz do Projeto Ético Político Profissional.

Para atingir os objetivos da pesquisa empírica, foi feito um embasamento teórico partindo da apresentação e da análise da trajetória histórica do Serviço Social.

Inicialmente foi feita uma abordagem cuidadosa do período da história do Serviço Social de um processo que se iniciou no Chile, e depois em outros países do continente, chamado Movimento de Reconceituação. Tal processo foi amplamente abordado pelos autores do Serviço Social, tamanha sua importância para a profissão, no entanto, foram

escolhidos os estudos de Netto (2007) como a referência central deste artigo, uma vez que sua obra é considerada como um estudo pautado em uma sólida fundamentação histórico crítica.

Posteriormente realizou-se uma breve abordagem a respeito do processo de formação profissional e da importância do estágio supervisionado neste processo, bem como da relação da teoria com a prática. A partir da compreensão da trajetória histórica, da prática profissional do Serviço Social, do processo de formação profissional que relaciona teoria e prática no estágio supervisionado, discutiu-se especificamente o tema e o problema do estudo em questão: a possível presença de práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social. O ponto de partida é a Resolução do CFESS nº 569 de 25 de março de 2010, e os documentos e pareceres jurídicos do CFESS que discutem especificamente o assunto.

Por fim, foram apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da pesquisa empírica, que foi desenvolvida no segundo semestre de 2017. A pesquisa se desenvolveu adotando o método de análise qualitativa/quantitativa, através da aplicação de questionários semi-estruturados aos alunos do 6º período de Serviço Social da UEMG na cidade de Divinópolis – MG.

Os resultados e conclusões descritos no final deste trabalho surgiram a partir da pesquisa empírica, mas estão intimamente relacionados e embasados pela discussão teórica elaborada.

2. DESENVOLVIMENTO

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social ocorreu a partir de 1965, configura-se como um movimento em nível de América Latina, e está intimamente relacionado ao processo histórico, social e político vivenciado pelo continente na década de 1960, marcado principalmente pelas experiências antidemocráticas e ditatoriais, e pelos movimentos sociais contestatórios e revoluções que contextualizavam este período.

Esta união continental em torno de uma mesma proposta de renovação profissional se explica pelo fato de que, internacionalmente, as mesmas questões políticas e sociais, paramentavam as alterações profissionais.

O primeiro passo do Movimento de Reconceituação na América Latina ocorre no I Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social, realizado no mês de maio de 1965 na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, com a participação de 415 profissionais do

Brasil, Argentina e Uruguai, depois ocorreram ainda seminários no Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, e novamente no Brasil, em 1972 (NETTO, 2007).

O Movimento de Reconceituação não foi um movimento homogêneo, ao contrário, constituiu-se de várias vertentes que surgiram e foram discutidas a partir da erosão do Serviço Social "tradicional".

Como Serviço Social "tradicional" compreende-se, basicamente, as práticas funcionalistas exercidas até este momento na profissão. O funcionalismo tem a ideia de neutralidade ideológica e prática apolítica, sem questionamentos estruturais. Representa a valorização dos conhecimentos técnicos do profissional, e a concepção da sociedade funcional, onde cada indivíduo ocupa um lugar e contribui de forma particular para o desenvolvimento da sociedade, sendo que os possíveis conflitos e desajustes neste conjunto podem ser regulados e controlados.

No Brasil o processo de renovação profissional, denominado Movimento de Reconceituação, teve início em 1965 junto com as primeiras manifestações deste processo no continente latino americano, e no mesmo momento em que a sociedade brasileira vivia uma nova conjuntura política, a implantação do modelo de governo da ditadura militar. Embora alguns autores, entre eles José Paulo Netto, afirmem que o Movimento de Reconceituação tenha durado 20 anos no Brasil, considera-se importante observar que a periodização exata dos fatos pode ser questionada, principalmente por que:

> *[...] há um constante movimento que se dá no interior do Serviço Social, profissão que está inserida nas relações sociais contraditórias da sociedade e que, portanto, não pode ser analisada como se fosse um bloco monolítico. Nuances, prismas, tendências, rupturas estão constantemente presentes na história do Serviço Social (WANDERLEY, 1998, p.42 – 43).*

No Movimento de Reconceituação existiram diferentes posições entre os profissionais que discutiam mudanças no Serviço Social "tradicional". Enquanto um grupo buscava uma atualização do Serviço Social sem questionar seus fundamentos históricos teóricos e metodológicos, o que Netto (2007) denomina *aggiornamento*, ou modernização; outros defendiam uma ruptura radical com os modelos anteriores, ignorando características conservadoras e tradicionalistas, e propondo novas correntes teóricas que embasassem a profissão. Esta realidade deu origem a vários posicionamentos distintos dentro deste processo de renovação (WANDERLEY, 1998).

O presente estudo pretende abordar o Movimento de Reconceituação do Serviço Social a partir da lógica adotada por José Paulo Netto em sua obra Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64, em que ele analisa a partir de um

processo dialético o movimento em três fases: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo, e intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora foi a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, é considerada uma "expressão da renovação profissional adequada à autocracia burguesa" (NETTO, 2007, p.156). Contextualizada no período de 1964 a 1970, esta perspectiva representa um esforço para adequar o Serviço Social às exigências impostas pelo regime político vigente no pós-64, aceita a ordem sociopolítica estabelecida sem questionamentos buscando inserir a profissão no contexto histórico social e político estabelecido, através principalmente da tentativa de dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às suas demandas atribuindo um perfil tecnocrático ao Serviço Social.

> *Cabe notar que se o desenvolvimento dessa perspectiva revela um feixe de profundas vinculações com a ordem sociopolítica oriunda do golpe de abril – muito visivelmente, com a abertura de espaços socioprofissionais nas instituições e organizações estatais e paraestatais, submetidas à racionalidade burocrática das reformas promovidas pelo Estado ditatorial – sua emergência como que antecipa o padrão de profissional que o Estado "reformado" pela coalizão golpista exigiria nos anos seguintes (NETTO, 2007, p.155).*

Netto (2007) denomina esta fase como *perspectiva modernizadora* uma vez que o Serviço Social, caracterizado como uma profissão conservadora e funcionalista, sem um caráter crítico considerável, começa a se questionar e a discutir as questões profissionais. Assim, somente a percepção desta necessidade de dialogar a respeito de possíveis mudanças já representa uma perspectiva de modernização do Serviço Social.

No processo que estabelecia a direção dos novos rumos profissionais do Serviço Social na vertente da *perspectiva modernizadora,* as forças que se opunham ideologicamente no interior da profissão, marxistas e conservadores, após amplos debates e seminários, que resultaram na criação dos documentos de Araxá e Teresópolis, acabaram por convergir na direção da necessidade de significativas mudanças e ampliações, tanto teóricas quanto práticas, no Serviço Social.

Com a crise da autocracia burguesa a partir da segunda metade da década de 1970, a *perspectiva modernizadora* passa a ter sua hegemonia questionada. Os segmentos profissionais críticos comprometidos com a resistência democrática e a influência destes na formação acadêmica tornam incompatível a *perspectiva modernizadora* devido ao seu traço conservador e sua aliança com a ditadura. Essa realidade leva a *perspectiva modernizadora* ao declínio e constituí duas outras direções para o processo de renovação do Serviço Social.

Considera-se importante salientar que este declínio não exclui a *perspectiva modernizadora* do cenário profissional, ela continua coexistindo com as novas direções em um mesmo período, até o momento em que seus atores assumem papéis nestas novas direções.

A reatualização do conservadorismo foi uma das novas direções do Movimento de Reconceituação do Serviço Social e se desenvolveu principalmente nas faculdades do Rio de Janeiro e São Paulo, assumindo uma direção para a fenomenologia, ganhou destaque a partir de 1970 e durou aproximadamente 10 anos.

Netto (2007) denomina esta fase como reatualização do conservadorismo por acreditar que, de certa forma, este período foi um retrocesso no processo de renovação, no sentido de que a modernização sinalizada pela perspectiva modernizadora não avançou de forma significativa. Para ele, a proposta da fenomenologia como a nova corrente teórico metodológica do Serviço Social apresentada na *reatualização do conservadorismo* era apenas o positivismo com uma nova roupagem, mas com a mesma tendência.

> *Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (NETTO, 2007, p.157).*

Uma questão crucial que explica o fato de a fenomenologia ter ganhado destaque neste momento foi a rígida repressão da ditadura nestes anos, que alcançou seu nível mais elevado, a direção para a fenomenologia justifica-se ainda pelo descrédito da vertente positivista, e pelo vulgarismo com o qual a vertente crítico dialética foi apropriada pelo Serviço Social, "não é por um mero acaso que a reatualização do conservadorismo reclama expressamente uma inspiração fenomenológica" (NETTO, 2007, p.157).

Foram realizados os Seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista pela categoria profissional para discussão desta nova proposta de reconceituação, no entanto não tiveram a mesma repercussão e nem os resultados obtidos em Araxá e Teresópolis anos antes.

Ao discutir as fases do Movimento de Reconceituação, julga-se necessário, ainda que de forma breve, abordar a fenomenologia e o marxismo baseando-se apenas nos substratos destas filosofias, através dos quais o Serviço Social buscou se orientar em um dado período, durante o Movimento de Reconceituação, e analisá-las enquanto propostas teóricas para a prática profissional.

A fenomenologia surgiu com Edmund Husserl (1859 – 1938), filósofo, professor e autor de "A idéia da fenomenologia" – 1906, Husserl apresentava uma proposta de

questionamento do paradigma positivista a partir da produção de conceitos abstratos despregados da realidade, da perspectiva naturalizante frente às ciências do homem, transformando processos sociais e psicológicos em elementos naturais, e da descrição de fatos sucessivos sem o questionamento da essência desses fatos.

Jean Paul Sartre (1905 – 1980) funda uma nova proposta de fenomenologia definida por fenomenologia existencial dialética, é a proposta fenomenológica que se aproxima do materialismo histórico dialético de Karl Marx.

Recorrendo a estas conceituações e aplicações da fenomenologia, entre outras, de forma geral, enquanto proposta teórico metodológica do Serviço Social, a fenomenologia se configura a partir da ideia do homem não como um ser social, mas como um ser psicológico, individual. Considera, portanto, para sua análise e intervenção, o indivíduo, sua subjetividade, e seu universo imediato apenas, sem questionamentos de ordem social, política ou econômica.

O marxismo, compreendido como um conjunto complexo de ideias filosóficas, será abordado no presente estudo apenas em suas bases primordiais de maneira a permitir a compreensão da utilização de seu viés crítico por parte do Serviço Social. Cabe ressaltar que, mesmo os mais importantes formuladores desta corrente de pensamento no interior da profissão, denunciam o que chamam de marxismo vulgar, ou enviesado. Assim, não cabe a este estudo superar questões teóricas tão arraigadas no âmbito profissional, e neste sentido a reflexão que se segue pretende limitar-se a apontar alguns elementos considerados importantes para a compreensão do marxismo no Serviço Social.

Karl Marx (1818 – 1883), principal teórico da sociedade capitalista dedicou grande parte de sua vida a elaboração da teoria social sobre as relações estabelecidas no sistema capitalista entre as diferentes classes que compõe a sociedade. Algumas categorias conceituais trabalhadas por Marx são a mais valia, a alienação, e a ideologia.

O marxismo, enquanto proposta teórico metodológica do Serviço Social, se relaciona com a profissão uma vez que os objetivos e ideais da teoria de Marx foram historicamente se convergindo com os da prática profissional. A ética libertária, autonomia, consciência, igualdade, justiça e democracia são algumas bandeiras defendidas pelo Serviço Social a partir da incorporação dos ideais marxistas à profissão durante seu processo de renovação.

Foi a corrente defendida pelos profissionais que não buscavam uma modernização da profissão, mas que apostavam numa ruptura com as práticas e as representações do Serviço Social tradicional conservador.

A identificação do Serviço Social com as teorias marxistas promoveu mudanças no sentido de uma formação acadêmica com viés mais crítico, do reconhecimento da

necessidade de considerar as determinações sócio-políticas e ideológicas nas relações sociais e na prática profissional, e da percepção do antagonismo entre as classes e o comprometimento com a defesa dos interesses da classe proletária.

Última fase do Movimento de Reconceituação, a perspectiva de intenção de ruptura emergiu na primeira metade da década de 1970 no âmbito acadêmico, mais especificamente na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, onde permaneceu marginalizada até 1979. Somente em meados da década de 1980 foi que esta perspectiva ganhou destaque no debate profissional.

Netto denomina esta fase de *intenção de ruptura* por considerar que a ruptura concreta com os valores tradicionais vem se renovando e desenvolvendo cotidianamente na prática profissional. O que aconteceu a partir de 1970 foi uma intenção de romper com o tradicionalismo, principalmente entre os intelectuais e no meio acadêmico.

Tal vertente vai da marginalidade ao protagonismo devido a suas dimensões conflitantes com a autocracia burguesa no plano teórico, cultural, profissional, e político, de acordo com o contexto da força e crise desta autocracia. Esta terceira perspectiva do processo de renovação profissional negava e criticava tanto a perspectiva modernizadora, quanto a reatualização do conservadorismo, apresentando-se incompatível a concepções teóricas, metodológicas e práticas propostas por estas duas perspectivas anteriores.

> *[...] é somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis. Seu insulamento deveu-se basicamente às constrições políticas postas pelo ciclo autocrático; a ultrapassagem destas constrições permitiu-lhe desbordar os limites a que se viu confinada. [...] o seu futuro está muito hipotecado ao alargamento e ao aprofundamento da democracia na sociedade e no Estado brasileiros [...] a perspectiva de intenção de ruptura depende, mais que as outras tendências operantes no Serviço Social, de um clima de liberdades democráticas para avançar no seu processamento (NETTO, 2007, p.248 – 249).*

A intenção de ruptura apresentava o marxismo como proposta teórico metodológica para o Serviço Social, e estava fortemente vinculada ao âmbito acadêmico, o que rendeu-lhe inúmeras críticas no sentido de percebê-la como “produto de professores” ou “frutos de atividades estranhas às práticas de campo do Serviço Social” (NETTO, 2007, p.249).

A principal crítica ao marxismo enquanto corrente teórico metodológica do Serviço Social é a sua inviabilidade prática, no entanto, essa crítica foi rebatida pela experiência do Método BH.

Para concretizar e viabilizar o projeto profissional de busca pela ruptura com o tradicionalismo, decorrente do processo de renovação do Serviço Social, os profissionais

estabeleceram estratégias como a formação de alianças entre os assistentes sociais, os demais profissionais e os indivíduos atendidos objetivando a constituição de sujeitos coletivos; a educação popular onde o assistente social coloca sua prática a serviço das demandas da população, tornando-a parte importante e decisiva no processo de construção do saber e prestação de serviço; a redefinição da prática profissional para além do caráter assistencialista; e a definição dos limites da ação profissional nas instituições fazendo-se voltar a prática profissional para a realidade e os interesses da classe dominada que constituem majoritariamente os usuários do Serviço Social (WANDERLEY, 1998).

A partir da compreensão da trajetória histórica do Serviço Social e as lutas de parte da categoria dos assistentes sociais brasileiros, percebe-se a aproximação com a teoria marxista, a ruptura com o Serviço Social conservador, principalmente através do Movimento de Reconceituação, e o desenvolvimento de um projeto hegemônico para profissão pautado no marxismo.

Feito isso, considera-se importante pontuar questões como o processo de formação profissional do assistente social destacando a relação teoria prática através do estágio supervisionado em Serviço Social como exigência da graduação, para o embasamento da pesquisa empírica, uma vez que ela foi realizada com os alunos em processo de estágio supervisionado da UEMG em Divinópolis.

Considera-se necessário também, abordar a publicação da Resolução do CFESS nº 569/2010, que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, que em seus artigos iniciais considera:

> *Art. 1º. A realização de terapias não constitui atribuição e competência do assistente social. Art. 2º. Para fins dessa Resolução consideram-se como terapias individuais, grupais e/ou comunitárias: a) Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causa e seus sintomas. b) Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique. Art. 3º. Fica vedado ao Assistente Social vincular ou associar ao título de assistente social e/ou ao exercício profissional as atividades definidas no artigo 2º desta Resolução (CFESS, 2010, p.2).*

É importante ressaltar que o CFESS determina a vedação de tais práticas, não em termos gerais, uma vez que qualquer cidadão pode exercer atividades terapêuticas, desde que tenha formação para tal, porém, é vedada a realização destas práticas relacionadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Além disso, o CFESS reconhece o pluralismo, e não nega a autonomia e a liberdade de pensamento e da produção de conhecimento, porém, o pluralismo não pode significar que os profissionais tenham autonomia absoluta para desenvolver suas atividades profissionais ignorando os

fundamentos teóricos, éticos e políticos e as normas coletivamente construídas que regem a profissão (CFESS, 2010, p.5).

Na trajetória histórica da profissão percebe-se a presença de tendências conservadoras durante um período específico do Serviço Social desde o seu surgimento até o presente momento, e tais tendências se configuram como parte indissociável da construção de uma identidade profissional, é fato que estas práticas estiveram presentes nesta trajetória, porém:

> *[...] não procedem os argumentos que defendem práticas terapêuticas como "técnicas ou instrumentos" que sempre fizeram parte da história da profissão e, por isso, devem ser reconhecidas como competências profissionais. É certo que ações de teor psicologizante marcaram os primórdios da profissão. Mas é certo, igualmente, que nos afastamos substancialmente dessa vertente, e que a realização de terapias não integram nem a fundamentação teórica contemporânea da profissão e nem suas diretivas legais (CFESS, 2010, p.5)*

Tendo em vista a importância do estágio supervisionado no processo de formação profissional dos futuros assistentes sociais, o presente estudo objetivou perceber se há entre os assistentes sociais supervisores de estágio dos alunos da UEMG Divinópolis a presença de tais práticas e se a prática do supervisor exerce influência na formação profissional dos alunos.

Para realização da pesquisa empírica adotou-se o método de análise qualitativo, através da aplicação de questionários semi estruturados entre os alunos do 6º período de Serviço Social da UEMG de Divinópolis no segundo semestre de 2017, em um universo de 20 alunos inseridos em campos de estágio, 12 questionários foram respondidos e entregues.

Ao serem questionados sobre a corrente teórica que orienta a prática profissional do supervisor, 8 alunos disseram ser o marxismo, 2 alunos citaram o marxismo e a fenomenologia de forma alternada, 1 aluno citou a sistêmica, e 1 aluno citou o marxismo e o positivismo.

Para a efetiva identificação das práticas terapêuticas foi elaborada uma questão que solicitava aos alunos que marcassem os instrumentos e/ou procedimentos identificados no fazer profissional do supervisor. Tais instrumentos e/ou procedimentos foram listados a partir do documento do CFESS "Práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social: subsídios para aprofundamento do estudo", de junho de 2008, e dentre as opções apenas os instrumentos/procedimentos: encaminhamentos, entrevista social, escuta, inserção do usuário em programas e projetos sociais, e elaboração de projetos de intervenção caracterizam-se como sendo próprios do exercício profissional do assistente social, sendo

todas as demais opções indicadoras de práticas terapêuticas. Dos 12 alunos entrevistados, todos marcaram pelo menos um instrumento e/ou procedimento indicador de práticas terapêuticas. No entanto, nenhum dos alunos disse identificar a presença do chamado Serviço Social Clínico na prática do supervisor.

Todos os alunos disseram considerar o estágio supervisionado como importante e indispensável no processo de formação profissional, e reconheceram a influência do supervisor de campo, além disso 66,6% dos alunos entrevistados consideram o supervisor de campo como um modelo de profissional a ser seguido.

3. CONCLUSÃO

A história mostra o Serviço Social como uma profissão que surgiu com uma prática conservadora e assistencialista, e que foi questionada e discutida em diferentes e valiosos momentos da sua trajetória. O enfrentamento e a denúncia do conservadorismo profissional fez com que embasamentos e correntes teóricas distintas prevalecessem em cada contexto específico, até o Serviço Social transformar-se hoje em uma profissão que se posiciona pelo reconhecimento da liberdade, promoção da autonomia e da emancipação dos indivíduos, reconhecimento dos direitos humanos e repúdio a qualquer tipo de preconceito e discriminação, tendo o marxismo como a corrente teórica profissional hegemônica, vinculando seu projeto profissional a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero. Uma profissão repleta de conteúdo político, que define a questão social como seu objeto de trabalho, e analisa e considera a sociedade em seu universo macro.

Desta forma, não só a Resolução do CFESS nº 569/2010 e os demais documentos e pareceres jurídicos do Conselho sobre este tema, mas também toda trajetória histórica de construção da identidade profissional do Serviço Social reafirmam que as práticas terapêuticas não se configuram atribuições ou competências do assistente social. Tais práticas terapêuticas individualizam a atuação do assistente social focando sua intervenção às questões de ordem micro, naturalizando e encobrindo os problemas sociais, e destituindo o Serviço Social de todo seu conteúdo político construído na trajetória sócio histórica da profissão.

Através dos dados da pesquisa empírica percebe-se claramente a presença de tais práticas no fazer profissional dos assistentes sociais supervisores de campo. Em alguns

momentos tais práticas são assumidas e exercidas de forma consciente, em outros elas são veladas e passam quase despercebidas.

A totalidade dos alunos estagiários considera importante o estágio supervisionado e as experiências vivenciadas no espaço e no momento do estágio para a formação da sua identidade profissional que irá orientar e nortear sua prática. Se as práticas terapêuticas estão presentes na prática profissional dos supervisores de estágio, não resta dúvida de que, de forma positiva ou negativa, elas estão também presentes no processo de formação dos alunos estagiários que em breve se tornarão também profissionais do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. *Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá*. São Paulo: 5ª ed. Cortez, 1995.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.p.51.

BRASIL. *Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe da profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1993.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. *Supervisão em Serviço Social: O supervisor, sua relação e seus papéis*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAPALBO, Creusa. Fenomenologia: tendências históricas e atuais. In: Cadernos ABESS nº 4. São Paulo: Cortez, 1995.

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos). 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parecer jurídico nº 16/08 de 26 de junho de 2008*. Práticas terapêuticas utilizadas no âmbito da atividade do Serviço Social/Serviço Social Clínico/Componentes Jurídicos. São Paulo: 2008.

_____. *Parecer jurídico nº 11/09 de 23 de abril de 2009*. Representação oferecida, perante o CFESS, por assistentes sociais, pleiteando a sustação definitiva do ato ou medida administrativa, que seja contrária às práticas terapêuticas. São Paulo, 2009.

_____. *Resolução CFESS nº 569 de 25 de março de 2010*. Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Brasília, 2010.

_____. *Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas*, Brasília, 2010.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: categoria profissional ou ramo de atividade econômica?

Juliano Zancanelo Rezende[271]

RESUMO: O presente trabalho busca apresentar a discussão acerca da organização sindical dos assistentes sociais no Brasil, considerando a relação do movimento sindical da categoria, imerso na efervescência política de reabertura democrática, com o movimento que provocou acúmulo para o processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro. Também pretende analisar o processo de transição da organização sindical dos assistentes sociais, de categoria profissional para ramo de atividade econômica, apresentando a tentativa de tal transição, caracterizada como inconclusa, dada não somente as questões particulares da categoria profissional, mas também os impactos neoliberais para o sindicalismo no Brasil.

Palavras-chave: assistente social, organização sindical, transição.

ABSTRACT: This article shows the discussion about the social assistant's syndical organization in Brazil, considering the relation of syndical movement in the category, immerse in the democratic reopening, with the movement that provoked accumulation for the rupture with conservative Social Work. Also, it's intended to analyze the transition process of social assistant's syndical organization, from categories to branch of economic activity, showing that transition, categorized as unfinished, given not only particular questions from professional category, but also the neoliberal impacts to the syndicalism in Brazil.

Keywords: social assistant, syndical organization, transition

[271] Graduando em Serviço Social pela UFJF. E-mail: julianozancanelo@gmail.com . Eixo temático - Serviço Social no mundo e os movimentos sociais: O Serviço Social e sua interlocução com os movimentos sociais no Brasil e na América Latina.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico busca analisar a organização político-sindical dos assistentes sociais no Brasil, de modo a problematizar a discussão sobre o modelo de organização sindical por categoria profissional, o qual vem sendo impulsionado pela Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS), atualmente. E ainda, pretende abordar a decisão histórica e estratégica da própria categoria sobre a transição da organização sindical dos assistentes sociais para ramo de atividade econômica.

Para tal, é necessária uma contextualização sócio-histórica sobre as contribuições das entidades sindicais de assistentes sociais para o processo que resultou em uma nova compreensão teórico-metodológica e ético-política da profissão, referenciada nos conceitos marxistas de analise do real. Tais contribuições se realizaram durante a emergência do conhecido novo sindicalismo, quando diversos movimentos sociais da classe trabalhadora pulsavam em suas reivindicações e defendiam interesses coletivos em uma perspectiva de classe.

A implementação de políticas neoliberais durante os anos da década de 1990 no Brasil, provocou retrocessos complexos para toda a classe trabalhadora devido a nova forma de acumulação do capital, caracterizada como flexível. São expressados nos movimentos sociais de trabalhadores os impactos gerados pela reestruturação produtiva, especialmente no movimento sindical por estar essencialmente envolvido com as relações de trabalho. Diante esse cenário, desafios de resistência são colocados para toda a classe trabalhadores. O processo em curso solapou conquistas daqueles que somente são possuidores de sua força de trabalho e, nos dias atuais demostram a continuidade de suas refrações. Sendo uma delas, a tentativa de manutenção do caráter corporativista e desmobilizador de parte do sindicalismo brasileiro.

2. CONTEXTUALIÇÃO HISTÓRICA

O sindicalismo no Brasil, ao longo da história, passa por diversos momentos de assenso social, provocados pela resistência e lutas políticas do conjunto da classe trabalhadora, bem como também é caracterizado por momentos de dissensos sociais

causados através da intervenção e repressão do Estado, expressadas nos interesses da classe dominante.

Períodos relevantes para o movimento sindical no Brasil, conforme ANTUNES (1985), por exemplo, foi na década de 1930 quando promulgada por Getúlio Vargas a Lei de sindicalização, provocando uma grande estagnação sindical. Outro marco de dissenso do sindicalismo no Brasil foi o golpe civil militar de 1964 que se utilizou do aparato coercitivo do Estado, através da força e da lei, para protagonizar o que ficou conhecido como "a longa noite do sindicalismo brasileiro" (ANTUNES, 1985, p.75). Já em 1978 consolida-se o chamado novo sindicalismo, marcado pelas grandes greves das áreas industriais, principalmente organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, passando por cima da lei que proibia as greves e mostrando seu caráter combativo frente ao Estado e ao patronato.

Assim como expressam os grifos de ABRAMINDES (2009), o novo sindicalismo foi um dos principais pilares que impulsionou a ação política articulada dos diversos movimentos sociais da classe trabalhadora. Por exemplo, rebatendo toda essa nova movimentação conjuntural nas ações políticas das entidades sindicais de Assistentes Sociais a partir da década de 1970.

> *No contexto da ambiência político-social e cultural, do final dos anos 1970 aos anos de 1980, as vanguardas profissionais, com militância político-sindical e profissional na categoria se inserem nas lutas sociais em curso na sociedade brasileira, no momento histórico de lutas e conquistas da classe trabalhadora organizada, sob a autonomia e independência de classe. (ABRAMIDES, 2009, p.89)*

Todo esse viés sindical classista, combativo e autônomo deu forma na atuação política de boa parte dos assistentes sociais enquanto militantes e sindicalistas, provocando uma nova reflexão no que se refere tanto à atuação político-sindical dos profissionais quanto à compreensão teórico-metodológica do Serviço Social, questionando as amarras do Serviço Social tradicional. O que culminou em um relevante debate interno da profissão acerca de um novo projeto profissional que potencializasse o polo da classe trabalhadora na balança da contradição entre capital e trabalho. Foi nesse cenário que as entidades sindicais da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) e da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), embutidas na perspectiva do sindicalismo de novo tipo, foram extremamente necessárias no que se refere ao processo de intenção de ruptura com o conservadorismo para o Serviço Social.

Conforme ABRAMIDES (2009), a expressão dessas ações sindicais organizadas pela CENEAS e ANAS, se consolidaram no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). A articulação dessas entidades sindicais junto ao forte movimento sindical e popular combativo, se expressou em condições objetivas para a determinação do caráter de ruptura com o conservadorismo do III CBAS, batizado de Congresso da Virada.

ABRAMIDES (2009) expressa, que aconteceu também um movimento por dentro das entidades sindicais de disputa política pelas direções dos conselhos regionais e conselho federal de assistentes sociais, com o objetivo de conquistar hegemonia política no viés de ruptura com o conservadorismo, visto que a maioria das direções das entidades do exercício profissional possuíam posição política referente à conservação e modernização do caráter profissional.

Essas entidades sindicais da CENEAS e da ANAS, majoritariamente, compuseram comandos de greves unificados com outras entidades sindicais de diversas categorias profissionais, e variadas lutas conjuntas em defesa dos direitos trabalhistas de maneira solidária à outros trabalhadores, participando também do processo de construção da Central Única dos trabalhadores (CUT).

> *[...] o polo combativo dos assistentes sociais com militância político-sindical esteve majoritariamente inserido. De um lado, na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais – Anampos e, posteriormente no Novo Sindicalismo Classista, por intermédio da Central única dos Trabalhadores – CUT, fundada em 1983, e de outro lado, no acompanhado dos movimentos populares, posteriormente organizados na Central dos Movimentos Populares – CMP, fundada em 1993. (ABRAMIDES, 2009, p.89)*

Nos grifos de ABRAMIDES (2009), sob a convicção de uma necessária articulação do conjunto das entidades sindicais da profissão, foi realizado na cidade de São Paulo o III Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais, na perspectiva de elaboração de uma estratégia política unitária e interventiva para o III CBAS, compreendendo de antemão o caráter conservador do congresso pela linha modernizadora da comissão organizadora, posto o projeto profissional em disputa e a intenção dessas entidades sindicais combativas de romper com a lógica do conservadorismo na profissão. O caráter conservador do III CBAS se manifesta inicialmente pela instituição de uma comissão de homenagem aos dirigentes do regime autocrático, e pela dinâmica do congresso que não proporcionava uma análise ampla do momento politico do país e por consequência, das refrações da questão social de maneira concreta.

Segundo os escritos de ABRAMIDES (2009), as entidades sindicais interviram também diretamente nas assembleias permanentes do congresso, causando alterações na programação pré-estabelecida do III CBAS, massificando a participação de profissionais da base dessas entidades nos espaços de incidência na dinâmica de todo o congresso. Como exemplo, essas ações organizadas resultaram na suspensão das visitas às instituições, passando o recurso financeiro do fretamento dos ônibus que transportariam os congressistas até às instituições, para o fundo de greve dos trabalhadores do ABC paulista e de demais categorias. Além de ser aprovado um determinante manifesto do III CBAS que denunciava expressamente o caráter antidemocrático e conservador no congresso, e propunha a direta intervenção das entidades sindicais da categoria nos espaços do III CBAS, reconhecendo a participação dos movimentos sociais e sindicais da classe trabalhadora no evento. Como fato político a comissão de honra proposta pela comissão organizadora é trocada por uma homenagem "a todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas" (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.67), que foi composta por representações das entidades democráticas e populares.

O III CBAS foi caracterizado pela forte e organizada intervenção das entidades sindicais que conduziram estrategicamente as direções políticas do evento, mas para além da questão episódica do congresso o seus desdobramentos:

> *[...] se farão sentir no processo de democratização das demais entidades das categorias, na própria identificação dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados, e na legitimação e fortalecimento das entidades sindicais e no compromisso histórico com a classe trabalhadora na perspectiva emancipatória. (ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.68).*

De acordo com ABRAMIDES (2009), o processo de disputa de hegemonia na perspectiva de um projeto político-profissional crítico e atrelado às lutas sociais da classe trabalhadora, é forjado no auto reconhecimento do assistente social, inserido nas lutas sindicais e populares, enquanto trabalhador assalariado e pertencente à classe explorada na sociabilidade dada pela contradição entre capital e trabalho.

A imersão desses assistentes sociais nas lutas dos movimentos sindical e popular se desdobrou pelo viés classista, em um crescimento da quantidade de entidades sindicais de assistentes sociais, o que possibilitou uma articulação política planejada no que se refere, por exemplo, a disputa de hegemonia política por um projeto ético-político da profissão reconhecido nos interesses históricos da classe trabalhadora.

Conforme ABAMIDES e CABRAL (2009), no segundo Congresso da Central Única dos trabalhadores, que aconteceu em 1986, foi deliberada pelo conjunto das entidades sindicais uma alteração da estrutura sindical brasileira, de categoria profissional para ramo de atividade econômica. A ANAS e suas entidades sindicais filiadas decidiram pela construção da deliberação da CUT, de modificação da estrutura sindical fragmentada para uma estrutura que aglutinasse grandes números de trabalhadores por ramo de atividade econômica. Porém, essa transição da estrutura sindical, devido á várias intercorrências políticas e organizativas, não pôde ser concluída pelo conjunto dos sindicatos filiados à CUT.

> *Encerra-se, o ciclo de organizações político-sindical dos assistentes sociais por categoria profissional. O fato de sindicalmente os assistentes sociais se inserirem por ramo de atividade econômica não deixa de colocar uma questão: a profissão continua tendo o seu significado social no interior da divisão sociotécnica do trabalho. (ABRAMIDES, CABRAL e FARIA, 2000, p.4 apud ABRAMIDES e CABRAL, 2009, p.101.)*

Como escreve CARDOSO (2016), nos anos da década de 1980 as entidades sindicais dos assistentes sociais realizaram significativas lutas econômicas da categoria, e possuíam reconhecimento diante outros sindicatos, haja vista a constante articulação entre essas entidades sindicais. Afinal, as reivindicações das diversas categorias profissionais, por mais que essas possuem particularidades, seguiam as mesmas tendências referentes as relações de compra e venda da força de trabalho, como salário e condições de trabalho por exemplo.

Portanto, essa articulação do movimento sindical dos assistentes sociais com as lutas de outros movimentos sociais de trabalhadores contribuiu para uma reflexão coletiva sobre a importância de aderir á nova estrutura sindical proposta no II Congresso da CUT. Ou seja, a relação de solidariedade de classe entre esses diversos movimentos da classe trabalhadora proporcionou uma reflexão do conjunto da categoria, de forma hegemônica, para a deliberação estratégica de transição da organização sindical para ramo de atividade econômica.

Assim como ABRAMIDES e CABRAL (2009), mesmo com a posição política hegemônica da profissão pela transição da estrutura sindical, alguns sindicatos de assistentes sociais, pouco expressivos, se mantiveram ou encerraram suas atividades temporariamente e retornaram seu funcionamento tempos depois.

Em concordância com CARDOSO (2016), mesmo que o processo de transição "inconclusa" da organização sindical dos assistentes sociais foi caracterizado por particularidades da profissão, como o esvaziamento dos sindicatos de categoria pela adesão da maioria dos assistentes sociais aos sindicatos por ramo de atividade econômica, e pela manutenção de algumas entidades sindicais da categoria por não levarem em consideração a deliberação estratégica da IV Assembleia Sindical, a qual concluiu a necessidade de transição da organização sindical para ramo de atividade econômica, também devemos atentar para as modificações estruturais das relações socioeconômicas do mundo do trabalho.

3. OS IMPACTOS NEOLIBERAIS E O SINIDCALISMO DE CONCILIAÇÃO

Como expressa a autora ABRAMIDES (2009), a investida neoliberal no Brasil, a partir dos anos de 1990, e todos os rebatimentos da flexibilização e precarização das relações de trabalho, contribuíram para a substituição de um sindicalismo combativo e classista, que tornavam publicas e políticas suas reivindicações através da ação política direta, em um denominado sindicalismo cidadão com ilusão esperançosa na democracia burguesa, e que priorizava as lutas institucionais e as conquistas meramente imediatas, sem protagonizar a luta independente e combativa da classe trabalhadora.

Nos grifos de BADARÓ (2009) é possível constatar que, a partir de um grande acordo nacional entre forças políticas conservadoras durante os anos da década de 1990, o Estado gerenciando os interesses do capital, provocou uma série de retrocessos para os trabalhadores, dentre os quais cita o autor:

> *[...] privatizações em larga escala; redução drástica dos investimentos do Estado em políticas sociais; reforma administrativa (para reduzir os gastos com funcionários e implantar a lógica do Estado mínimo); reforma previdenciária (reduzindo direitos de seguridade dos trabalhadores); flexibilização da legislação trabalhista. (BADARÓ, 2009, p. 131)*

Como cita o estudioso BADARÓ (2009), todo o cenário dado a partir da acumulação flexível do capital, impactou diretamente sobre o sindicalismo brasileiro, como todos os ataques aos direitos sociais dos trabalhadores e uma profunda precarização das relações de trabalho, provocou desemprego estrutural e gerou um significativo processo de diminuição da filiação sindical.

> *Observa-se, portanto, um quadro de condicionantes extremamente negativos para o movimento sindical brasileiro, resultante tanto das consequências do processo de reestruturação produtiva, quanto dos problemas decorrentes da manutenção das bases da estrutura sindical corporativista. (BADARÓ, 2009, p.135)*

De acordo com BADARÓ (2009), além das modificações no âmbito produtivo e econômico, e também da estrutura sindical brasileira, acontece uma alteração no que se refere ao caráter político das lideranças sindicais durante a década de 1990. A criação da Central Força Sindical expressa um giro no caráter combativo e autônomo de parte do sindicalismo brasileiro para uma perspectiva sócio-política de alinhamento com o capital e o Estado, objetivando uma relação de conciliação entre capital e trabalho. A Central Única dos Trabalhadores sofre um processo de transformação ao longo dos anos da década de 1990, colocado como postura política da Central a negociação com o capital e a colaboração de classes.

> *No primeiro semestre de 1999, a grande bandeira política dos líderes sindicais do ABC foi a diminuição dos impostos incidentes sobre a produção e comercialização de veículos. Ou seja, para supostamente defender empregos, tais lideranças apontaram como saída a preservação dos altos patamares de lucratividade das empresas [...] A isso chamaram 'sindicato cidadão', pois diziam que agora as entidades eram capazes de discutir políticas públicas, econômicas nesse caso, e 'propositivamente' apresentar alternativas. (BADARÓ, 2009, p.140)*

Com grande parte do sindicalismo brasileiro pautado estritamente nas reformas da ordem burguesa, a CUT abandonou sua perspectiva classista, que foi forjada em um grande momento de efervescência política durante o ápice do novo sindicalismo, e abraçou o que ficou conhecido como sindicalismo cidadão ou propositivo.

> *A intenção, ao menos no discurso, era oferecer condições para que os sindicatos propusessem alterativas concretas aos problemas da política econômica no país, e não apenas se restringissem às reações defensivas. De certo modo, o argumento serviu de arcabouço para substituir a estratégia de ruptura com o corporativismo – que se apoiava na política de denuncia referente ao atrelamento dos sindicatos ao Estado e imprimi-lhes um caráter classista – pelo de conciliação. (CARDOSO, 2016, p. 317)*

Assim como escreve CARDOSO (2016), o oitavo congresso da CUT demostrou o aparecimento de setores oposicionistas dentro da própria central, que discordavam da política de conciliação de classes da CUT e do abandono das bandeiras classistas que deram gênese à Central. Esse mesmo congresso expressou também o afastamento da campanha pela transição da organização sindical para ramo de atividade econômica, visto a

conjuntura política e o interesse financeiro de maior arrecadação para a própria central sindical.

Em uma conjuntura neoliberal, e de crescimento de setores de oposição à parte majoritária e direção da CUT, somado ao processo de desfiliação de entidades sindicais por discordarem dos rumos da Central Única dos Trabalhadores, no ano 2000, com a permanência de cinco entidades sindicais de assistentes sociais, é criada a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS) de modo a engrossar as fileiras da CUT e do sindicalismo corporativista.

Conforme CARDOSO (2016), ao contrário do que aconteceu no surgimento da ANAS, quando através de um amplo debate da categoria profissional a criação da entidade foi deliberada e legitimada de forma coletiva, a FENAS além de ter tido em sua fundação somente cinco sindicatos de categoria e ter uma inexpressiva representação, os seus fundadores desconsideraram o que foi orientado pela categoria por meio do CFESS.

> *O próprio discurso que fundamentava a criação da FENAS, ao afirmar que não havia tolerância para o debate acerca das questões sindicais por parte do conjunto CFESS/CRESS, desfez-se quando o Conselho (2001), em seu texto: "A contribuição do CFESS para o debate sindical", relata que a discussão aconteceu pouco tempo antes da criação da FENAS e que, nela, a categoria não orientou o retorno dos seus sindicatos, tampouco sua reinserção nestes espaços. (CARDOSO, 2016, p.323)*

Observando os materiais da Federação disponíveis em seu próprio site[272], podemos verificar a manutenção do corporativismo sindical operado pela FENAS. A defesa meramente dos interesses imediatos e econômicos da categoria dos assistentes sociais em espaços governamentais, os quais muita das vezes são esvaziados da concepção crítica sobre a intervenção profissional do assistente social, ditam o cotidiano da entidade. Ainda, cabe salientar questionamentos sobre a representação da categoria profissional pela Federação em tais espaços sem as devidas deliberações coletivas.

Além das ações sindicais da FENAS girarem entorno de questões corporativistas, e ao invés de compreender o papel do sindicato para além de sua função essencial, a qual é a de regular a compra e venda da força de trabalho, não demostram uma consciência de classe no que tange a luta contra os ataques do grande capital. A Federação também é caracterizada por práticas burocráticas, assim como fala CARDOSO (2016). Para exemplificar, CARDOSO (2016) relata que uma dirigente sindical ocupou a presidência da

[272] Site da FENAS disponível em: http://www.fenas.org.br

FENAS do ano 2000 até 2012, e ao observar o site da Federação, através do link[273], pode-se verificar que a mesma dirigente sindical está eleita como Presidenta da entidade federativa até o ano de 2019[274].

De acordo com o site eletrônico da FENAS, atualmente existem dezenove entidades sindicais de assistentes sociais em todo território brasileiro, e destes, onze sindicatos estão filiados à FENAS. Também existem algumas outras entidades que estão em processo de reabertura como nos estados de Minas Gerais e Espirito Santo.

> *[...] a analise cuidadosa da sua pratica sindical evidencia que essa Federação foi gestada a partir de uma avaliação reducionista e precipitada, pautada nos marcos da crise do sindicalismo no Brasil e aliada à tentativa de recuperação do sindicalismo cutista, considerando-se o aprofundamento da sua crise de legitimidade. A (re)abertura de novas entidades filiadas à CUT proporcionaria o aumento do número de sindicatos na sua base, bem como do quantitativo de verbas repassadas para a sua existência e manutenção. (CARDOSO, 2016, p.325)*

De acordo com BADARÓ (2009), em consequência á todo esse processo de alteração e precarização das relações de trabalho, intensificação das políticas neoliberais, e transformação da posição política de grande parte das lideranças sindicais, é refletido em uma necessidade de reorganização sindical no Brasil.

4. CONCLUSÃO

Considero que o sindicalismo brasileiro no tempo e na história sofreu diversos momentos de modificação em sua estrutura organizativa e em sua posição sócio-política, devido ao movimento da realidade pautado estruturalmente nas relações sociais da ordem societária do capital, e consequentemente devido à constante luta de classes e suas correlações de forças.

Com o marco da reestruturação produtiva do capital e com a implementação das políticas neoliberais, as relações de compra e venda da força de trabalho, as quais as entidades sindicais desempenham função reguladora lutando pela garantia de condições de trabalho e de reprodução da vida social da classe que vive do próprio trabalho, sofrem estruturalmente um processo de flexibilização e precarização crescente. O perfil do

[273] Ao acessar o link - http://www.fenas.org.br/diretoria.php pode-se verificar a composição da diretoria da FENAS, atualmente.
[274] Federação Nacional dos Assistentes Sociais - Gestão 2015-2019.

trabalhador assalariado, estando o assistente social incluído neste perfil de assalariamento, também passa por modificações, como a polivalência e a adaptação às mudanças, se tornando um trabalhador flexível, ainda mais precarizado e pertencente à uma classe social hifenizada, assim como fala AGUENA (2008).

Com os ditames da internacionalização do capital e da acumulação flexível, as táticas e estratégias de lutas sindicais não são nada fáceis, sendo somado um processo de retrocessos organizacionais e políticos de parte dos sindicatos brasileiros, o que, atualmente, colabora para um refluxo da mobilização social da base de trabalhadores.

Sendo levado em consideração todo esse cenário, pautar a organização político-sindical por categoria profissional é contribuir para uma maior fragmentação das lutas sindicais/sociais e para um distanciamento da classe trabalhadora no que se refere o seu reconhecimento enquanto classe que sofre a exploração do trabalho por outra classe que detém a riqueza socialmente produzida. Se o trabalhador assalariado está inscrito sob a divisão sócio-técnica do trabalho e participa de um processo de trabalho coletivo e socialmente combinado, suas reivindicações e formas de lutas referentes às relações de trabalho, devem estar situadas em seu ramo de atividade econômica e organizadas por sindicatos de tais ramos.

No caso do conjunto profissional dos assistentes sociais, que também sofrem com todo o processo supracitado, a heterogeneidade dos espaços sócio-ocupacionais os quais esses profissionais estão inseridos é mais um elemento que comprova a necessidade da organização da categorial profissional em entidades sindicais por ramo de atividade econômica.

É correto que as entidades sindicais de assistentes sociais, principalmente durante o período dos anos da década de 1980, tiveram grande contribuição paras as lutas sociais da classe trabalhadora, estimulando e participando da construção da CUT com um viés combativo e classista. E que também contribuíram para com a reflexão da categoria sobre a necessidade de um projeto profissional hoje referenciado a partir da vertente cunhada por NETTO (1988) como intenção de ruptura com o conservadorismo. Porém, nos dias atuais o movimento da realidade é distinto ao do passado recente. A própria categoria decidiu historicamente por efetuar a transição da organização sindical de categoria profissional para ramo de atividade econômica, reconhecendo sua necessidade estratégica.

Ao meu olhar, o que a conjuntura necessita não é a reafirmação de um sindicalismo corporativista e fragmentado, como a FENAS propõe com a retomada das entidades

sindicais dos assistentes sociais por categoria profissional, sem a devida legitimidade da categoria de forma hegemônica ou majoritária, posto sua inexpressividade nas lutas sociais da classe trabalhadora. E ainda, considerando que os assistentes sociais estão organizados em sindicatos de acordo com o espaço sócio-ocupacional em que estão inseridos, haja vista a similaridade das demandas e reivindicações econômicas das diversas categorias que fazem parte do mesmo ramo de atividade econômica, a organização por categoria profissional provocaria uma fragmentação da força política dos trabalhadores, do mesmo ramo, para os processos de lutas, mesmo que econômicas e imediatas.

É necessário que o conjunto da categoria dos assistentes sociais reafirme a organização sindical por ramo de atividade econômica, sendo compreendida a importância da atuação político-sindical em um organismo societário estabelecido pela contradição entre capital e trabalho. Estando a organização sindical por ramo de atividade econômica articulada com uma atuação político-sindical a partir de uma perspectiva combativa e classista, que defenda de maneira intransigente não somente as reivindicações do coletivo de trabalhadores que cada sindicato representa, mas também os interesses históricos da classe trabalhadora, estabelecendo rompimento com a estrutura sindical corporativista e pelega.

Em tempos como os atuais, o movimento sindical combativo precisa disputar a base de trabalhadores dos sindicatos que estão sob a direção corporativista e estadista. Estar atrelado aos movimentos sociais de igual tendência, conformando frentes classistas que combatam as investidas do capital, e buscando a emancipação política como meio para um horizonte pautado em um projeto societário que não seja caracterizado pela exploração e opressão dos homens e das mulheres.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria B. C. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 85-108, out./dez. 2009.

_____, Maria B. C. e CABRAL, Maria do Socorro. **A organização política do serviço social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do serviço social brasileiro.** Brasília: CFESS, p.55-78, 2009.

_____, Maria B. C. **Movimento Sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional.** Ed. Cortez, São Paulo, p.230-244, 2014.

AGUENA, Paulo. **O Marxismo e os Sindicatos – Marx, Engels, Lênin e Trótsky**. Ed. Sundermann, São Paulo, 2008, p. 63 – 92.

ANTUNES, Ricardo L.C. – **O que é sindicalismo**, Ed. Abril S. A. Cultural, São Paulo, 1985. 95 p.

BADARÓ, Marcelo Mattos. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. 160 p.

CARDOSO, Renata de Oliveira. Notas sobre a organização político-sindical dos assistentes sociais na atualidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n.32, jul/dez. 2016.

Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Disponível em: http://www.fenas.org.br/ - Acesso em 29/08/2017.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64** – 4. Ed – São Paulo: Cortez, 1998. 309 p.

_____, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade** São Paulo, SP: Cortez, ano XVII, nº. 50, 1996 (p. 87 – 132)

CONTROLE SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:

perspectivas sobre o conselho de saúde de Juiz de Fora[275]

Natália Cristina Sales de Paula[276]
Robson Adriano Mendes Ribeiro[277]
Thaysi Poliani Ribeiro Melo[278]

RESUMO No atual contexto socioeconômico, marcado pelo retrocesso das politicas sociais, dentre elas a saúde, destaca-se a importância da organização e mobilização da sociedade civil. Nesta perspectiva, os conselhos de direito, são espaços privilegiados para esta organização, aqui trataremos em especial do conselho de saúde. Para potencializar tais espaços é de grande relevância o Serviço Social, na busca pelo fortalecimento do segmento dos usuários contra o desmonte dos direitos sociais.

Palavras- chave: políticas sociais, conselhos de direito, Serviço Social

ABSTRACT In our current socioeconomic context, pointed by the recession of social policies, among them there's health care, the importance of the organization and mobilization of civil society stands out. In this perspective, the law councils become privileged spaces for this organization. In this paper, in particular, the health council will be discussed and analyzed. To improve them, it´s important and full of relevance the role of Social Service during the search for consolidating the users' segment against the disarticulation of social rights.

Keywords: social policies, law councils, Social Service

[275] Serviço Social no mundo e os movimentos sociais (Ofensiva do capital, movimentos sociais e o Serviço Social no mundo).

276 Assistente Social do Hemocentro Regional de Juiz de Fora/ Fundação Hemominas, especialista em Políticas e Pesquisa em Saúde Coletiva. Conselheira Titular do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora. nataliabf19@hotmail.com

[277] Assistente Social, residente no Programa de Atenção Hospitalar do Hospital Universitário – UFJF, Conselheiro Suplente do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora. robsonamribeiro@gmail.com

[278] Assistente Social do Hemocentro Regional de Juiz de Fora/ Fundação Hemominas, especialista em Políticas e Pesquisa em Saúde Coletiva e mestre em Serviço Social. Conselheira Suplente do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora. thaysi_ribeiro@hotmail.com

1 – INTRODUÇÃO

O projeto de Reforma Sanitária, construído na década de 1980, foi fruto de lutas e mobilizações dos profissionais de saúde e do movimento popular e tem como estratégia o SUS. Entretanto, esse projeto, na atual conjuntura brasileira, tem sido questionado, constituindo-se numa proposta contra hegemônica ao modelo privatista.

De acordo com Bravo (1996), o projeto de saúde articulado ao mercado ou de reatualização do modelo médico hegemônico privatista, está pautado na política de ajuste neoliberal que tem como tendências: a contenção dos gastos com racionalização da oferta, a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central e a focalização. O Estado garante o mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento dos que têm acesso ao mercado.

Guerra (1998) ressalta que, a afirmação das reformas de cunho neoliberal atingiu a saúde através das proposições de não financiamento e da dicotomia entre ações curativas e preventivas, o que rompe com a concepção de integralidade. É importante lembrar que a questão do desfinanciamento é determinante para a manutenção da política focal, de precarização e terceirização dos recursos humanos.

A universalidade do direito, um dos fundamentos centrais do SUS e do projeto de Reforma Sanitária, tem provocado tensão e resistência dos formuladores do projeto privatista. Os valores coletivos, universais e solidários que eram premissas da Seguridade Social na Constituição de 1988, estão sendo substituídos pelos valores individualistas, focalistas, que fortalecem a consolidação de tal projeto, que tem por base a consolidação do SUS para os pobres e a segmentação do sistema.

A saúde sempre foi subordinada à política econômica, assim como as demais políticas sociais. O que reflete em inúmeras dificuldades para a garantia de serviços com qualidade e credibilidade no Brasil, sobretudo nas regiões mais “pobres” do país.

O SUS real, apesar de alguns avanços como o acesso de camadas da população que antes não tinham direito, está longe do SUS constitucional. Há uma enorme lacuna entre a proposta do movimento sanitário e o sistema público de saúde vigente.

Diante deste contexto, o presente trabalho, objetiva destacar a importância dos espaços de controle social na luta pela efetivação de uma política de saúde gratuita e universal, assim como fazer apontamentos quanto à contribuição do assistente social, através de seu trabalho, para potencializar a ação destes espaços democráticos. O trabalho é, também, fruto da inserção de seus autores, enquanto conselheiros, no Conselho Municipal de Saúde, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

2 – A POLÍTICA DE SAÚDE NO CONTEXTO DE REGRESSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Diversos estudos empíricos mostram que, em períodos de crise, é exatamente o incremento com gastos sociais, que são o principal responsável pela retomada do crescimento econômico. Isso se deve ao fato de que, ao investir em qualidade de vida para o trabalhador, este consequentemente produzirá muito mais e melhor para o mercado. Uma lógica dialética da política pública.

É sabido que a saúde em especial não se trata de um "gasto", mas sim de investimento. Segundo o economista Rafael da Silva Barbosa em entrevista para a Carta Capital em junho deste ano, o setor da saúde possui um dos maiores multiplicadores fiscais do Estado em que para cada R$ 1 gasto no setor, em média, se produz R$ 1,70 em crescimento econômico no PIB (BARBOSA, 2017).

Informações como esta são válidas ao se analisar que a iniciativa de retomada desta proposta de congelamento de gastos públicos, com ênfase nas atividades primárias, foi feita principalmente pautada em esquemas ideológicos do que em comprovações científicas da eficácia da mesma, pois a crise econômica instaurada no país tem raiz muito mais na crise política pelo qual vem passando. E todo este contexto, vai na contramão das bandeiras históricas até hoje levantadas pela organização popular e dos direitos conquistados.

Um exemplo é a reprovação, pela primeira vez em 27 anos, pelo Conselho Nacional de Saúde[279], das contas do Ministério da Saúde relativas a 2016, "segundo os conselheiros, a gestão do presidente Michel Temer não cumpriu a aplicação mínima de 15% das receitas orçamentárias em ações e serviços públicos da saúde, como determina a Constituição" (CABAÑAS; GOMES, 2017).

No entanto, não pode se perder de vista que, embora as políticas sociais sejam funcionais ao sistema, as mesmas têm um papel social importante junto à população, tendo em vista que, resultaram da luta da classe trabalhadora, que tem parte de suas demandas atendidas pelos direitos e programas dessas políticas. O que imprime ao Brasil uma característica ímpar, onde a luta popular foi precursora de um arcabouço legal.

Na contramão da realidade mundial, o atual governo vem impondo mudanças negativas e aduras penas para a população brasileira, como é o caso da Emenda Constitucional 95/2016. A saúde que já se apresentava precária, vai ter ainda mais deduções e resultados negativos com a chamada "PEC do fim do mundo – PEC 241/55", que hoje já se materializa na Ementa Constitucional 95/16, que sucintamente significa o

[279]Criado em 1937, inicialmente como órgão consultivo, que ganha caráter deliberativo em 1990.

estabelecimento de um "novo regime fiscal", que impõe um teto para o crescimento das despesas públicas limitado à inflação, ainda que o crescimento econômico anual do país seja maior, onerando muito mais e principalmente, as classes pauperizadas. O que só reforça a necessidade da organização da sociedade civil nos movimentos sociais e também engrossando as fileiras do controle social, dos quais, vamos tratar agora.

2.1– Participação e controle social na saúde

Considerando que a categoria controle social possui diversas acepções, acreditamos ser importante deixar claro que trabalharemos com aquela que concebe o controle que a sociedade exerce sob as ações do Estado e não o contrário.

No âmbito das políticas públicas, a área da saúde foi a pioneira no quesito controle social. Com o objetivo de construir um Sistema Nacional de Saúde universal, o Movimento de Reforma Sanitária e a efervescência política da década de 1980, congregou intelectuais, movimentos sociais e partidos de esquerda na luta contra a ditadura militar. Esse processo culminou na consolidação da Constituição Federal de 1988, dando origem ao SUS (CORREA, 2006).

Existem diversos mecanismos que propiciam o controle social e a participação popular na saúde, como: partidos políticos, sindicatos, associações de profissionais, fóruns populares, movimentos sociais, ouvidorias, conselhos, conferências de saúde etc.

Os conselhos e conferência de saúde são órgãos institucionais regulamentados pela lei nº 8.142/90. Os conselhos de saúde são exigências para que os Municípios, Estados e Distrito Federal possam receber os recursos da esfera federal. Possuem caráter permanente e deliberativo, cujas decisões são homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo. A participação no órgão colegiado é paritária, ou seja, 50% dos representantes são usuários e os outros 50% divididos entre representantes do governo, prestadores de serviço e profissionais de saúde. As Conferências de Saúde são instâncias máximas de deliberação, sendo convocadas pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde (BRASIL, 1990).

Para Raichelis (2005), os conselhos têm o potencial de criar uma nova cultura política e novas relações políticas entre governos e cidadãos. Orientados pela democracia participativa são importantes canais de participação coletiva, por se

constituírem em espaços públicos com força legal para atuar nas políticas sociais. Sua composição plural e heterogênea, caracteriza-os como instâncias de negociação de conflitos, ou seja, campo de disputas políticas.

Nessa direção, Bravo e Correia (2012) aludem que, na perspectiva das classes subalternas, o espaço dos conselhos e conferências tem limites, pois neles existem o embate de propostas divergentes que dão o rumo da política específica no viés dos interesses ali representados. Portanto, o controle social nesses espaços é uma possibilidade que depende da correlação de forças para se concretizar. Ele "envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses destas classes" (CORREA, 2006: 06).

As políticas sociais, bem como, os conselhos e as conferências obedecem à lógica da setorização, que fragmenta as ações e dificulta a capacidade de produzir respostas satisfatórias as demandas postas pelas classes subalternas. "É nesse contexto que se impõe a tarefa de discutir novos mecanismos de articulação entre os conselhos na defesa da integração das políticas sociais" (RAICHELIS, 2005: 03).

> A partir dessa compreensão, o esforço a ser empreendido será o de estabelecer alianças entre entidades, organizações não-governamentais e movimentos sociais que atuem para que os conselhos possam transcender os limites por vezes estreitos e corporativistas, de suas pautas específicas, avançando na identificação das interfaces e das possibilidades de constituição de agendas comuns (*Idem, p.* 04).

Fora do espaço institucional, na luta contra privatização da saúde brasileira, tem surgido novas conformações de controle democrático, como: os fóruns estaduais, municipais e a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. Esses mecanismos têm empreendido duras lutas em defesa da saúde pública estatal e contra a privatização (BRAVO; CORREIA, 2012).

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde nasceu (em 2010) da articulação dos fóruns de saúde dos estados de Alagoas, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e do município de Londrina. Composta por diversas entidades tem o objetivo de defender o SUS universal, público, estatal, sob a administração direta do Estado, e lutar contra a privatização da saúde e pela Reforma Sanitária formulada nos anos de 1980 (BRAVO; CORREIA, 2012).

Esses fóruns e a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde têm como caminho

> estratégico conduzir uma ruptura com as bases privadas do setor saúde vigente, que é o mesmo do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira nos anos 1980, pressupostos que se opõem à regulação da saúde pelo mercado e a defesa da saúde pública e estatal (*Idem).*

De acordo com Bravo e Correia (2012) a existência desses fóruns e movimentos sociais não ofusca a importância dos conselhos e conferências, pelo contrário, estes podem ser ocupados e tensionados por aqueles nas lutas por melhor qualidade de vida para as classes subalternas.

As estratégias dos Fóruns e da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde para consolidação de uma nova hegemonia na saúde retomam a essência da Reforma Sanitária proposta na década de 1980 e têm se dado de forma articulada no âmbito do parlamento, no campo jurídico, no conjunto da sociedade, nas ruas, no âmbito da formação, na organização democrática do controle social e nos meios de comunicação/opinião pública (BRAVO; CORREIA, 2012).

Segundo Raichelis (2005) todos os setores da sociedade civil devem atuar em conjunto "realizando esforços para recompor a totalidade da política social e de seus nexos com a política econômica, na perspectiva de um projeto de desenvolvimento sustentável e incluso em nossa realidade" (p. 03). Não obstante, é imprescindível ressaltar que a consolidação do controle social das classes subalternas está para além do desempenho dos segmentos sociais no espaço institucional dos conselhos e conferências, exige a congregação das forças políticas que representam os interesses das classes subalternas em torno de um projeto societário, que tenha como horizonte o rompimento com o *status quo* (BRAVO; CORREIA, 2012).

Nessa perspectiva, portanto, evidencia-se que o Serviço Social é uma profissão que tem, em suas leis regulamentadoras, o fomento à participação social como instrumento privilegiado da ação profissional em consonância com os interesses da coletividade, vislumbrando a construção de um outro tipo de sociedade, com a extinção da exploração de classe.

2.3 – Serviço Social e controle social

O(a) assistente social, em seu cotidiano profissional, pode lançar mão do Código de Ética, Lei de Regulamentação, Parâmetros de atuação e normatizações editados pelo conjunto CFESS/CRESS, dentre outros, para respaldar sua ação na busca pela superação

desta sociedade capitalista, atuando pela efetivação da liberdade, enquanto valor ético central, das demandas políticas a ela inerentes como: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; e também na democratização de informações e apoio e/ou participação dos movimentos sociais e organizações populares (CFESS, 1993).

O Serviço Social está regulamentado na sociedade capitalista enquanto uma profissão liberal, apesar de haver um consenso na categoria em torno das mediações as quais perpassam o trabalho, determinando que o(a) profissional tenha uma relativa autonomia em sua atuação (IAMAMOTO, 2010). Desta forma, a partir do arcabouço teórico-metodológico e ético-político, através do qual materializa-se o Projeto Ético Político, a profissão assume, na sociedade do capital, um caráter político ao vincular-se na defesa de um novo projeto societário contrário a dominação e exploração de classes. Para tanto, assume também um posicionamento claro na defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora.

De acordo com Vasconcelos (2012), é uma exigência para o(a) assistente social a realização de uma leitura crítica da realidade para que, através deste movimento, o(a) profissional possa desvendar os determinantes macro societários que impactam na efetivação das políticas públicas, impedindo sua consolidação como direitos sociais, democraticamente conquistados e consagrados pela Constituição Federal de 1988 e regulamentados em legislações posteriores.

Ao fazer essa leitura, o(a) assistente social poderá reconstruí-la conjuntamente com seus usuários. Em um processo democrático de construção do conhecimento.

> Na saúde, [...] aos assistentes sociais [...] cabem, principalmente, organizar aprofundar, ampliar, desenvolver, facilitar os conhecimentos e informações necessários sobre todos os aspectos os aspectos da história e da conjuntura relativos a saúde e seus determinantes e à participação social e política dos usuários, a partir do conjunto de conhecimentos que a ciência tem produzido sobre a realidade social (VASCONCELOS, 2012: 435).

Assim, cabe ao assistente social por uma ação de educação em saúde criar espaços de reflexão com os usuários dos serviços, desvendar os meandros que perpassam a constituição dos serviços de saúde nesta sociedade capitalista, seja pela sua constituição enquanto uma política pública seja pelo processo de sucateamento da política e privatização dos serviços.

Processo esse que levaria a tomada de consciência pelo usuário da política de saúde, e demais políticas sociais, enquanto um direito social, sendo necessária para efetivação do mesmo a ação, tanto individual, quanto coletiva (CFESS, 2010). De forma, a

romper com a cultura do favor, historicamente presente e fortalecida na sociedade brasileira, fazendo ascender a lógica do direito social (IAMAMOTO, 2010).

Ainda segundo Vasconcelos (2012), as demandas por controle social são apresentadas pelos usuários da saúde, cotidianamente, aos assistentes sociais, de forma implícita. É através de suas falas, seus lamentos, reclamações, solicitações em torno do acesso aos serviços que se visualiza a negação desse acesso, a não realização da política de saúde enquanto direito social no dia a dia da população atendida. Torna-se mister, ao(à) profissional desvelar essa demanda, trazer à tona seu potencial em torno na necessidade de organização e luta dos usuários através dos espaços de controle social para efetivação do direito à saúde.

> [...] o assistente social é um dos profissionais na saúde que tem objeto de trabalho [...] empreender, junto aos usuários reais e potenciais da unidade em que trabalha, ações que – direita ou indiretamente – atinjam as causas, não só dos índices de saúde, mas dos problemas criados no acesso aos serviços de saúde, em menor e maior grau respectivamente; ações que, necessariamente envolvem um trabalho orgânico e sistemático com os usuários na criação e ocupação dos espaços de participação social na busca de ampliação e universalização dos direitos (VASCONCELOS, 2012: 321).

Os espaços de controle social são uma das formas de materializar a luta social em torno dos direitos sociais. E o(a) assistente social poderá através de seu trabalho atuar: socializando as informações referentes à existência destes espaços; estimulando a participação dos usuários na luta pela melhoria dos determinantes sociais e, consequentemente, da saúde; mobilizando estes usuários para tal participação; e qualificando/capacitando os usuários, visando o equilíbrio na correlação de forças presentes nestes espaços e evitando a cooptação por outros segmentos; além da participação do(a) profissional nos conselhos contribuindo com as discussões e defesa do saúde enquanto política pública, universal, direito dos cidadãos e dever do Estado (CFESS, 2010).

Dentre os espaços de controle social, como já explicitado previamente, temos os Conselhos de Direitos, e na política de saúde, os Conselhos de Saúde. Espaços nos quais, o(a) assistente social, em consonância com seu projeto ético-político, poderá somar forças com os usuários na defesa de um sistema de saúde efetivador dos preceitos democráticos e da universalização do acesso aos serviços, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988. Aproximando a discussão da nossa realidade, em Juiz de Fora temos os Conselhos de Saúde, dos quais trataremos em seguida.

2.4 – O Conselho de Saúde em Juiz de Fora

Com o movimento de Reforma Sanitária, a partir da década de 1970, a saúde em Juiz de Fora sofreu influências com ênfase para a execução dos serviços primários. Nesse período, implantaram os primeiros Centros Comunitários na cidade, prestando uma atenção à saúde voltada para a prevenção, controle e combate a doenças.

O processo de municipalização do setor saúde em Juiz de Fora se deu a partir de 1980, com a implantação do SUDS[280] em Minas Gerais, e a criação das Ações Integradas de Saúde (AIS), implantadas em 1985, para prestação de serviços básicos de saúde. Em 1986 foi decretada a Lei Municipal 6910/86, que estabeleceu a divisão territorial do município, no ano seguinte à adoção da descentralização político-administrativa do setor. Tais processos tiveram real início em 1991, quando Juiz de Fora assume toda a rede ambulatorial da União e do Estado.

Um novo modelo assistencial para o município foi aprovado através do Plano Municipal de Saúde de 1989, baseado no texto constitucional e na implantação do novo Sistema de Saúde, adotando os critérios abrangentes de saúde. Em fevereiro de 1990, foi criada a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), garantindo maior acesso da população aos serviços prestados. Outro marco importante foi a aprovação da Lei Orgânica Municipal da Saúde (LOS), em 05 de abril de 1990, que, garante a saúde como direito de todos e dever do poder público. Esta lei já sinalizava para a necessidade de criação do Conselho Municipal de Saúde (artigo 121, inciso III) que, constituía-se em outro critério para a municipalização da saúde.

Os Conselhos Locais de Saúde (CLS) foram formados em Juiz de Fora, no início da década de 1990, constituídos por área de abrangência das Unidades Básicas de Saúde. Porém, desde o início da década anterior o município já contava com algumas experiências de participação popular na saúde em espaços como os conselhos comunitários de saúde.

Ainda que não tenha sido estabelecida por lei a obrigatoriedade dos CLS, o município deu o primeiro passo no que diz respeito à descentralização do sistema de saúde, contando com a participação intensa dos profissionais da área e de lideranças comunitárias nos debates sobre a reforma do sistema e a importância de fortalecer a participação comunitária nos mesmos (ALMEIDA, 2007).

Concomitante à instauração dos CLS o poder público municipal propõe a criação do Conselho Municipal de Saúde através do encaminhamento da mensagem 2507 que:

280 Sistema Unificado e Descentralizado da Saúde (SUDS), que em convênio com o INAMPS e os governos estaduais era o responsável pelo atendimento de saúde da população e foi o precursor da implantação do SUS no país.

> cria o Conselho Municipal com função de atuar na formulação estratégica e no controle da execução da Política de saúde da cidade, estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de planos para o setor e acompanhar e controlar a atuação do setor privado e conveniado. (PJF cria conselho para municipalizar a saúde. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 03 set. 1991. Caderno Saúde, p.7, nº 1.605, Ano 6)[281].

Neste momento inicia-se o processo, bastante tenso e contraditório, de criação do Conselho Municipal de Saúde. A primeira medida tomada pela Secretaria de Saúde foi a convocação da I Conferência Municipal de Saúde, um dos temas abordados era a "participação popular por meio do Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Locais de Saúde"[282].

Durante a I Conferência da Saúde de Juiz de Fora foi aprovado, pelos delegados e participantes, o envio à Câmara de Vereadores da proposta de criação do Conselho. Na Câmara, essa aprovação foi permeada por tensão e tumulto, alguns vereadores propuseram mudanças que desvirtuavam a proposta original, especialmente no que diz respeito à representação dos segmentos no CMS. Apesar das dificuldades a projeto foi aprovado praticamente na íntegra pela Câmara Municipal em 1992, através da Lei nº 8076 de 11 de maio de 1992.

> Art. 3º - No CMS/JF, a participação será quadripartite, onde se representarão o governo, as instituições prestadoras dos serviços de saúde, as entidades representativas dos profissionais da saúde e os usuários, os termos da paridade serão definidos, assegurando aos representantes dos usuários a metade das vagas de representação neste Conselho, mantendo-se entre a outra metade a paridade entre representantes do governo, instituições prestadoras de serviços de saúde e profissionais da saúde (JUIZ DE FORA (MG), 1992).

Poucas mudanças em termos de estrutura e organização ocorreram nestes mais de 20 anos de criação do CMS no município. Apesar de em alguns momentos surgirem situações adversas o CMS tem acompanhado diretamente o desenvolvimento da política municipal de saúde.

Ressaltamos que o Conselho Regional de Serviço Social/CRESS participa do Conselho de Saúde, enquanto segmento de profissionais desta área, sendo que os seus membros são efetivos através de resolução do CMS. Além da representação do Conselho Regional de Serviço Social, identificamos, no Conselho Municipal de Saúde, a presença de outros(as) assistentes sociais, representando as instituições nas quais trabalham, dos 54

---

[281] PJF cria conselho para municipalizar a saúde. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 03 set.1991, Caderno Saúde, p.7, nº 1.605, Ano 6.
282 Plano mostra JF carente de quase tudo. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 06 e 07 set. 1992, Caderno Cidade, p. 9, n 1913, Ano 7.

conselheiros titulares, 5 são assistentes sociais, representando as instituições: Hemominas, Clínica Dr. Evandro Ribeiro, Instituto Oncológico, Instituto Bruno e Abrigo Santa Helena[283].

3 – CONCLUSÃO

Em uma conjuntura marcada pela retração das políticas sociais, como resposta ao momento onde o Estado restringe os bens sociais das políticas estatais, consequentemente da política de saúde, é imprescindível o fortalecimento da participação social, pensada a partir de sua inserção na constituição da política de saúde, como mecanismo de sua determinação e do acompanhamento e fiscalização de seu respectivo processo, através controle da população das decisões sobre a organização da política de saúde.

Para tanto, é importante à mobilização e o fortalecimento da sociedade civil para a afirmação e construção do direito à saúde. Para melhorar o funcionamento dos conselhos deve-se aumentar efetivamente a participação popular nessas instâncias, como exercício de autonomia e da potência de criação que constitui o humano e que situa a dimensão política como possibilidade de interferência na produção de realidades sociais.

Sabe-se, no entanto, que, devido a desinformação sobre o SUS, essa participação não é efetivada. Isso nos indica que a população não se percebe agente de constituição e produção da política pública de saúde. Assim, coloca-se como desafios para efetivação da participação social: restrição dos espaços legalmente institucionalizados; ausência de transparência da ação do governo, deixando de ser percebida como mecanismo de constituição e definição das políticas; dificuldade de representação; reprodução de interesses políticos; apropriação dos conselhos pelo Poder Executivo, definindo os assuntos considerados “pertinentes” e “relevantes”; e cooptação dos conselheiros.

Portanto, o que vimos são as dificuldades e obstáculos presentes na participação, inviabilizando o exercício de suas prerrogativas na definição, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde.

Dentro deste contexto, o(a) assistente social tem papel fundamental, enquanto profissional voltado para as discussões relacionadas aos vários determinantes na saúde, no fortalecimento da participação popular, acesso aos serviços e direitos da comunidade. Em Juiz de Fora particularmente, o Serviço Social, por estar inserido na área da saúde desde o surgimento dos Centros Comunitários, foi um ator de suma importância para a construção e o fortalecimento das bases e direcionamentos desta área, sempre à frente de um processo de viabilização do acesso e democratização dos direitos.

[283] Nas últimas plenárias do CMS ocorridas no mês de agosto/2017 foram discutidas alterações quanto a paridade prevista na Lei 8.076, de 11 de maio de 1992, que dispõe sobre a criação deste Conselho, com a finalidade de adequar à legislação nacional.

Negando seu papel na afirmação e ampliação das políticas sociais, na efetivação dos direitos sociais, econômicos, culturais e políticos, os(as) assistentes sociais contribuem para o controle dos usuários, que sobrevivem de seu trabalho, e para anulação das conquistas sociais dos últimos séculos (VASCONCELOS, 2012: 434).

Nesse cenário, ao considerar os determinantes impostos pela sociedade capitalista atual, percebe-se que são inúmeros os desafios a serem superados para viabilizar uma intervenção que contribua para a superação de um modelo de assistência à saúde restrito, marcado pela relação verticalizada e hierarquizada entre os atores sociais desta trama.

4 - BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, C. M. **O SUS que queremos: sistema nacional de saúde ou subsetor público para pobres?** Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2003.

BARBOSA, R. S. **A saúde como motor da economia**. Carta Capital. 25 jul. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/a-saude-como-motor-da-economia>. Acesso em: 01 ago. 2017.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Lei nº 8.142, de 28 dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais.** São Paulo: Cortez/UFRJ, 1996.

_____; CORREIA, M. V. C. **Desafios do controle social na atualidade**. Revista Serviço Social e Sociedade, nº.109. São Paulo. Jan./Mar., 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000100008>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CABANÃS, M.; GOMES, R. **Temer não destinou o mínimo determinado na Constituição para a saúde pública**, diz CNS. Brasil de Fato: Rádio Brasil Atual. 28 Jul. 2017. Disponível em:<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/28/temer-nao-destinou-o-minimo-determinado-na-constituicao-para-a-saude-publica-diz-cns/>. Acesso em: 02 ago. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais (2). Brasília: CFESS, 2010.

CORREA, M. V. C. **O controle social na saúde**. 2006, 29 p. In: MOTA, A. E., et al.(Orgs.) Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Organização Pan – Americana de Saúde. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-6.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

GUERRA, Y. **A racionalidade hegemônica do capitalismo no Brasil contemporâneo** - uma análise das suas principais determinações. 1998. Tese de Doutorado – PUC, São Paulo, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JUIZ DE FORA (MG). **Lei 8076/92**, de 11 de maio de 1992. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora. Disponível em: <https://c-mara-municipal-da-juiz-de-fora.jusbrasil.com.br/legislacao/335499/lei-8076-92>. Acesso em: 02 ago. 2017.

RAICHELIS, R. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas**: uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. 2005. Paper. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/arquivos/apu_93.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

VASCONCELOS, A. M**. A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A INTERLOCUÇÃO COM O PENSAMENTO MARXIANO E A TRADIÇÃO MARXISTA

Autora: Inez Rocha Zacarias[284]

Resumo: A erosão do Serviço Social tradicional no Brasil esteve associada ao processo de renovação também ocorrido em parte da América Latina, apresentando, contudo, certas particularidades. Dito isso, resgatar o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e assim como ocorreu a interlocução da profissão com o pensamento de Marx e a tradição marxista, implica delimitar as circunstâncias sociais e suas determinações sócio-históricas que possibilitaram esse movimento. Dessa forma, o presente artigo busca evidenciar alguns elementos contextuais que incidiram na aproximação da profissão com o pensamento marxista, apontando para as dificuldades, avanços e desafios que permearam esse processo.
Palavras-chave: Serviço Social; Marxismo; Intenção de Ruptura.

Abstract: The erosion of traditional Social Service in Brazil was associated with the process of renewal that also occurred in part of Latin America, however, presenting certain peculiarities. That said, rescuing the process of renewal of the Brazilian Social Service and how the profession interlocution with the thought of Marx and the Marxist tradition, implies delimiting the social circumstances and their socio-historical determinations that made possible this movement. Thus, the present article seeks to highlight some contextual elements that focused on the approximation of the profession with Marxist thought, pointing to the difficulties, advances and challenges that permeated this process.
Keywords: Social Work; Marxism; Intentional rupture

[284] Assistente Social, doutora em Serviço Social, bolsista PNPD pelo PPG em Serviço Social da PUCRS. inezpoa@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Para reconstruir os caminhos que levaram o Serviço Social a interagir com o conjunto do pensamento marxiano, e aqui incluindo a tradição marxista no Brasil, é necessária a identificação dos diferentes aspectos sócio-históricos que confluíram para o desencadeamento deste processo. Deste modo, sob os subsídios da já reconhecida literatura existente sobre o tema, faz-se um resgate do legado que essa relação proporcionou ao conjunto da profissão, a partir do marco da renovação profissional, situado no contexto político e econômico do Brasil e da América Latina. Analisam-se, portanto, os elementos contextuais tratados não como fatores externos, mas a partir da sua condição intrínseca a esse processo, pois, para decifrar essa profissão por uma perspectiva crítica, como afirma Iamamoto, é necessário, "em primeiro lugar, abordar o Serviço Social com uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira" (IAMAMOTO, 2004, p.57). Do mesmo modo, é importante também pensá-la a partir dos sujeitos que a ela dão vida, considerando suas vivências e ações, ou seja, a profissão não pode ser pensada sem a caracterização dos profissionais que permitem a sua existência e que também atribuem a mesma um determinado *modus operandi* (Ibidem, p. 57). Confluentemente, considerou-se o nível de disputa entre as classes sociais e como esse processo rebateu sobre a erosão do Serviço Social tradicional, como influenciou nas contraditórias correntes ideológicas que passam a influir na profissão no Brasil, assim como na América Latina.

A Reconceituação do Serviço Social na América Latina

O período mais efervescente vivido pela profissão na América Latina combinou com um dos momentos mais obscuros da sua política, pois foi sob as condições de uma supremacia burguesa e autoritária que o marxismo foi inserido no espaço dos debates profissionais, ainda que restrito a alguns setores universitários no Serviço Social. Assim como interagiu com o marxismo, o Serviço Social também absorveu neste mesmo período os influxos de outras perspectivas teórico-filosóficas, demonstrando, assim, a existência de uma pluralidade no interior desse movimento, comportando diferentes direcionamentos. Além disso, a emergência desse movimento, calcado em diferentes linhas de reflexão profissional, foi a expressão de diferentes projetos societários que também estavam em disputa na América Latina que se acirraram em um determinado momento.

Com o desenrolar desse processo, deram-se início as mudanças que atingiram diretamente os fundamentos profissionais, provocando uma erosão das bases tradicionais do Serviço Social. Embora haja um consenso de que não se rompeu totalmente com as bases conservadoras da profissão, é real o salto dado pela profissão, no sentido dialético do termo, para uma fundamentação profissional sustentada por alicerces críticos e emancipatórios, aos quais estão afetos os aspectos teóricos e ideopolíticos que fundamentam o trabalho e a formação em Serviço Social e que hoje ocupam uma posição hegemônica na categoria.

As primeiras incursões do Serviço Social pelos caminhos do marxismo foram desencadeadas nos meados da década de 60, do século XX, a partir da emersão de grupos profissionais que compuseram o Movimento de Reconceituação. Sendo expressão do tempo e espaço ocupados nesse período, esse movimento esteve intrinsecamente vinculado e influenciado pelas lutas sociais de contestação ao padrão de desenvolvimento capitalista que se espalharam pelo continente, absorvendo para o debate profissional muitas das pautas que se encontravam em destaque entre os setores mais progressistas e de viés anticapitalistas que protagonizavam as principais lutas sociais da época. A introjeção dessas pautas levou a uma insurgência entre alguns setores profissionais que exigiam, concomitantemente, a negação do que era considerado ultrapassado frente às novas exigências sociais, assim como a uma reconsideração sobre as bases que fundamentavam o trabalho profissional.

Desta forma, esse movimento apostou na possibilidade de uma ação protagonista profissional frente às demandas sociais que cada vez mais se complexificavam, negando os elementos de subalternidade que caracterizavam o trabalho do Assistente Social. Segundo Iamamoto, o Movimento de Reconceituação

> perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um movimento de denúncia – de autocrítica e de questionamentos societários – que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (IAMAMOTTO, 2004, p. 207).

No que tange ao campo político-econômico nesse período, o quadro era de instabilidade para o capitalismo em nível internacional, tendo como marca o afloramento da insatisfação popular frente aos sintomas de exaurimento do modelo econômico que se constituiu a partir do pós-guerra. Os anos consecutivos de crescimento econômico e as proteções sociais mantidas pelos Estados burgueses, norteados principalmente pelas

teorias econômicas de John M. Keynes, chegaram ao seu limite no final dos anos 50 (século XX), apresentando taxas de crescimento abaixo das observadas nos anos anteriores, levando a um grave quadro de estagnação econômica nos países centrais (OHLWEILER, 1985). Com as consequências sociais dessa crise, há uma emersão de movimentos de nuances diversificados, porém, coesionados com a linha anticapitalista, que brotaram em diferentes áreas da sociedade, através da cultura, da política, da educação, da defesa de direitos civis, entre outros.

Este cenário político, em que as instituições burguesas que constituíam a base de sustentação do capitalismo estavam sendo colocadas à prova, causou reverberações nos países periféricos de capitalismo hipertardio e dependente, ainda que de modo particularizado na América Latina. É importante lembrar que estes Estados não usufruíram do modelo político-econômico promovido no *Welfare State*, como nos países capitalistas centrais. Silva caracteriza como o capitalismo se desenvolveu nos países periféricos da seguinte forma:

> Nos países periféricos, o domínio burguês imperialista – como de praxe – não se objetivou como no centro da economia mundial. Neles, a era monopólica continuou propiciando uma industrialização hipertardia em Estados fracos na objetivação de direitos sociais e fortíssimos no gerenciamento dos interesses do capital (SILVA, 2013, p. 84).

A movimentação social se refletiu através do advento de novos sujeitos políticos nos cenários nacionais, sejam os que estavam vinculados aos Partidos Comunistas (PC), às organizações operárias, aos setores progressistas católicos, como no avanço da guerrilha de esquerda pela América Latina, impulsionada pela Revolução Cubana em 1959, comandada por Fidel Castro. Deste modo, conformou-se um cenário político, social e econômico que rebateu incisivamente entre setores da profissão. Pressionados pelas disputas que se radicalizavam no contexto político e pelas novas exigências que partiam do campo da prática social, parte dos Assistentes Sociais sentiram-se convocados a assumir uma posição política mais clara. Alguns grupos passam assim a denunciar e questionar as velhas e tradicionais práticas, colocando em xeque os impactos de suas ações para a sociedade como um todo. O debate profissional alça um novo patamar, ultrapassando os discursos endógenos que se limitavam ao espaço da profissão. Por conseguinte, os temas com amplitude estrutural passam a ser incorporados ao debate profissional, construindo, assim, um novo projeto para o Serviço Social latino-americano, tendo em vista a pretensa politização da ação profissional que se buscava implantar (IAMAMOTO, 2004).

Netto explica que os fundamentos teórico-metodológicos defendidos pelo Movimento de Reconceituação eram heterogêneos, se tratando de uma "renovação caleidoscópica" (NETTO, 2009b, p. 148). É nesse quadro heterogêneo de perspectivas teóricas e de posicionamentos políticos distintos que a tradição marxista se insere pela primeira vez nos marcos profissionais, "(...) depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser um estranho ao universo profissional dos assistentes sociais" (NETTO, 2009b, p. 148). Nesse primeiro momento, a introdução do marxismo nos debates da profissão desenvolveu-se de modo lento e permeado de inconsistências. Contudo, avançou entre alguns quadros profissionais, principalmente nos meios acadêmicos, criando o chamado "marxismo acadêmico", via divulgação de ensaios críticos publicados na revista *Accíon Crítica*, de responsabilidade do Centro de Estúdios Latino-americanos de Trabajo Social (CELATS) (LOPES, 2016).

Entre os principais autores que ocuparam o papel de intermediários ao pensamento marxista, estava o estruturalista Althusser, que apesar de sua importante contribuição, sempre teve suas teses questionadas não só pelo Serviço Social, como também pelas Ciências Sociais próximas ao marxismo. A apropriação dos determinismos estruturalistas pelo Serviço Social é a principal justificativa para a atual rejeição a esse autor.

Para essa influente corrente de pensamento marxista, que ganhou espaço no meio político e universitário na movimentada década de 60, no século XX, são as funções estruturais que comandam o desenvolvimento histórico, contudo, rejeitando o pressuposto do determinismo econômico em detrimento dos demais níveis estruturais. A influência de Althusser no Serviço Social é destacada por Quiroga na sua pesquisa sobre o ensino da disciplina de Metodologia no Serviço Social na década de 80 (século XX). De acordo com os resultados da investigação realizada junto aos docentes responsáveis pela condução dessa disciplina, Althusser figurou entre as principais influências na formação desses profissionais. Ainda segundo as suas conclusões, como desdobramento da leitura da obra desse autor que rebateu sobre o Serviço Social, é referida a divisão entre as consideradas obras filosóficas de Marx, referentes aos seus primeiros escritos, e as obras da maturidade, que contemplavam uma visão mais estrutural da sociedade. Para Quiroga, a conclusão de Althusser sobre a obra marxiana expressou uma ruptura entre a ciência e a transformação social. "Esta tendência cientificista do marxismo, vista por Althusser, levava consigo uma maior preocupação com as questões epistemológicas, prevalecendo sobre as de ordem ontológicas" (QUIROGA, 1991, p. 102).

A objeção a respeito dessa influência althusseriana no Serviço Social e o modo como se absorveram as ideias marxistas, como refere Iamamoto, recai sobre uma insuficiente

"consciência teórica" (IAMAMOTO, 2004, p. 210), isto é, em um conhecimento científico mais elaborado capaz de auxiliar no deciframento tanto da localização do Serviço Social no âmbito das relações sociais estabelecidas entre burguesia, governo e classe trabalhadora assim conformadas, quanto das possibilidades de intervenção no âmbito das expressões dessa contradição.

Contudo, apesar das ressalvas sobre esse primeiro momento de aproximação entre o Serviço Social e a tradição marxista, há o reconhecimento de que foi nesse período que as bases para se pensar a profissão a partir da perspectiva dialético-crítica foram assentadas, podendo ser considerado o principal legado do Movimento de Reconceituação. Apesar dos percalços nessa aproximação, foi a partir desse movimento que o Serviço Social passou a se vincular aos interesses da classe trabalhadora, reconhecendo-se também como sua parte constitutiva, afirmando o efetivo compromisso com a necessidade histórica de emancipação social (LOPES, 2016).

A intenção de ruptura no Serviço Social brasileiro

No que tange ao contexto político-econômico prévio ao golpe militar de 1964, o país encontrava-se na era plena do desenvolvimentismo, com a economia atingindo um patamar diferenciado na dinâmica capitalista local, se comparado aos períodos econômicos anteriores. A industrialização no Brasil até 1930 era irrisória, tendo caráter competitivo e local, fundamentada no modelo de substituição de importações. Já a partir de meados dos anos 50 (século XX) a fase de industrialização brasileira passa a ser monopolista, contando com a participação massiva do Estado e do capital estrangeiro. As grandes empresas monopolistas, tanto estatais como privadas, constituíam o principal setor dinâmico da economia. (OHLWEILER, 1985).

Em meados de 1960, após vivenciar um período de expansão da economia via pesado processo de industrialização no país, com a consolidação de um modelo capitalista monopolista de Estado, a economia desemboca numa crise que iniciou no último ano de governo de Kubitschek (1956-1961), e atravessou as administrações de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1962-1964), tendo o seu ponto de crise mais alto no ano de 1964, quando Goulart foi deposto por um golpe militar. Após a renúncia de Jânio Quadros, governo que durou 7 meses, grupos sociais representantes do campo democrático passaram a ter presença no Governo João Goulart, fenômeno que nunca havia ocorrido na

história brasileira. Desta forma, se reacende um nacional-populismo que agregara forças diversas, desde partidos políticos até sindicatos, tendo este fenômeno político seu auge no programa das Reformas de Base. O diferencial desse período, com relação à história do país, é o crescimento considerado fora da curva de organizações vinculadas às lutas operárias, camponesas e populares em geral.

> Verifica-se, nessa conjuntura, um período de gestação da consciência nacional-popular, com o engajamento de amplos setores sociais na luta pelas reformas estruturais e reformas de base, com especial atenção para uma política externa independente. Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais, com a presença das ligas camponesas, sindicatos rurais, Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação Popular e outros (SILVA, 2011, p. 46).

Outro fato novo não menos importante é a associação a esses movimentos de setores vinculados à Igreja Católica, inspirados sobre uma nova leitura bíblica com viés marxista, movimento conhecido por compor a corrente cristã da Teologia da Libertação. Observa-se também a relocalização de setores das Forças Armadas, que desencadeiam reivindicações associadas a movimentos populares, provocando uma crise interna nas Forças Armadas, devido aos inúmeros casos de insubordinação aos escalões mais altos da hierarquia.

O golpe militar de 1964 representou o triunfo da aliança dos setores burgueses com o poder das Forças Armadas, levando à derrota das forças populares formadas pelas classes operária e camponesa. A autocracia burguesa que se instalou no comando político do Brasil sustentou-se, segundo Silva (2013, p. 87), "(...) em um Estado antinacional e antidemocrático, capaz de privar amplos segmentos de diversas classes sociais de mobilização, organização e de representação". Implicou, desta forma, um governo autoritário e antipopular, voltado a responder aos interesses essenciais da burguesia, estabelecendo as condições gerais para a aceleração da acumulação do capital na etapa monopolista e reprimindo, através da forca policial-militar, as tensões sociais que pudessem impedir o desenvolvimento desse projeto.

A partir deste contexto político e social, que marcou o período pré-golpe militar, torna-se possível apontar para alguns aspectos conjunturais que irão mais adiante incidir na aproximação do Serviço Social ao marxismo. O principal aspecto é atinente ao crescimento das lutas operárias e camponesas, de perfis anti-imperialistas, que carregavam em suas reivindicações um forte teor democrático e o combate ao atraso social promovido pela ordem capitalista. O acirramento da luta de classes põe as ações profissionais sob contradição, pois passam a se sobressair, em detrimento dos interesses das classes

dominantes que contratam a mão de obra do Assistente Social, as demandas dirigidas pela classe trabalhadora que é quem destinatário dos serviços executados por essa profissão. Portanto, quanto mais entram em choque os interesses antagônicos das classes sociais no cenário do capitalismo brasileiro, mais entra em contradição o trabalho profissional, em virtude destes interesses divergentes que se materializam no cotidiano do Serviço Social, entre os interesses de quem paga pela a sua força de trabalho e quem recebe imediatamente os benefícios do trabalho.

Soma-se a estes fatores, o deslocamento de grupos vinculados à Igreja Católica para uma direção menos conservadora e mais próxima das necessidades da população, conforme referido anteriormente. O diferencial é que este movimento rebate diretamente no Serviço Social, pois, como é de conhecimento, a profissão tem, desde a sua institucionalização no Brasil, laços com as bases confessionais e reconhecida participação nas ações doutrinárias da Igreja Católica, tendo muitos dos seus quadros profissionais atuantes no movimento católico.

Sob o contexto autocrático burguês, a repercussão desse processo no Serviço Social ocorreu por três diferentes vertentes: duas de conteúdo conservador e outra mudancista. As vertentes conservadoras desse processo, a perspectiva conservadora e a reatualização do conservadorismo[285], conforme definição de Netto (2009a), aspiravam em essência outorgar uma nova roupagem mais tecnocrática para o trabalho do Assistente Social. Assim, previam readequar, sem promover rupturas abruptas com o tradicionalismo das atividades já desempenhadas, mas respondendo de alguma forma às novas exigências.

A vertente denominada intenção de ruptura, tem no período pré-golpe militar a sua emergência, contudo, somente a partir da década de 80, do século XX, adquire maior robustez no Serviço Social. De acordo com a caracterização de Moraes et al. (2011), no ínterim entre 1960 e 1970, identifica-se o surgimento de grupos de Assistentes Sociais que passam a questionar o Estado e suas estruturas sociais injustas. A sua orientação nesse momento assentava-se numa perspectiva marxista ortodoxa, vinculada aos programas político-partidários de esquerda. Com isso, ocorreu a evasão desses profissionais das instituições empregadoras, sob o argumento de que as mesmas legitimavam as injustiças sociais por serem instrumentos ideológicos de poder e coerção (MORAES et al., 2011). Esse fenômeno que ocorreu entre alguns setores profissionais tem relação com a aproximação ao marxismo via Louis Althusser.

[285] Ver mais sobre as vertentes em Netto, 2009a.

Assim, essas primeiras movimentações não superaram as ações espontâneas de alguns grupos isolados para algo mais sistematizado e consistente. Influenciados principalmente pela dinâmica política da época, acabam trazendo para o âmbito do Serviço Social os primeiros debates profissionais sob a interpretação do marxismo. Essa movimentação foi suspensa pelas dificuldades impostas no período militar, devido às ações de cerceamento a qualquer atitude que pudesse ser considerada contra a ordem ou subversiva, e nisso se incluía, principalmente, qualquer discussão que contemplasse o tema comunismo.

Não obstante, apresentando-se como um desvio nesse contexto político, já na década de 1970, surge o que foi considerada a primeira sistematização do Serviço Social sobre a profissão a partir de uma leitura marxista, que ficou conhecido como Método BH. Assim, desenvolveu-se a primeira elaboração com uma destacada preocupação teórica e metodológica, concentrada na proposição de alternativas de intervenção profissional, assim como na construção de outro modelo de formação profissional. Desencadeia-se no Serviço Social mais um passo no processo de renovação, com a inserção de novos sujeitos no âmbito acadêmico, agregando novos debates até então ignorados pela profissão. Segundo Netto:

> É na exploração intensiva desses espaços que os jovens profissionais reunidos em Belo Horizonte explicitam a primeira formulação brasileira da intenção de ruptura: eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem – e este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura (…) (NETTO, 2009b, p. 262-263).

Há críticas bastante rígidas no que concerne ao modo como ocorreu a apropriação do pensamento marxista nessa ocasião. Sobre a experiência de Belo Horizonte, a crítica de Silva (2013) resume bem as ressalvas a ela direcionadas. A principal apreciação refere-se a uma aproximação com a tradição marxista via militância política, sem o respaldo das obras de autoria própria de Marx, somente fazendo uso de um marxismo vulgar que reduzia a complexidade da obra marxiana a esquemas em forma de manuais. Para Silva, o problema nessa produção acentuou-se no uso de formalismos típicos do positivismo “o epistemologismo, o cientificismo e o metodologismo” (SILVA, 2013, p. 100).

Ademais, outra ressalva acentuada, também presente em Silva (2013), Netto (2009a) e Iamamoto (2004), reprova o lado militante aflorado em alguns profissionais desde meados de 1960, quando parte dos Assistentes Sociais defendiam a saída das instituições, partindo para uma atuação junto aos movimentos sociais. Esse discurso também se fez presente nas produções de Belo Horizonte, mas restritos aos muros acadêmicos, sob os

auspícios de um "marxismo acadêmico" (NETTO, 2009b, p. 67). Esse militantismo profissional, conforme definido, cometia o erro de ignorar a condição de trabalhador assalariado a qual o Assistente Social está sujeito.

No Serviço Social, as mudanças referentes à própria profissão já vinham ocorrendo no percurso do regime militar, atingindo importantes dimensões concernentes à área. Estas mudanças possibilitaram mais adiante, já sob o contexto da derrocada da ditadura, o avanço no processo da renovação crítica da profissão, pois rebateram sobre diferentes frontes do Serviço Social, permitindo assim uma massificação entre os quadros profissionais dos debates acerca do que veio a se constituir no novo projeto profissional. No final da década de 1970, o Serviço Social contava um amplo contingente profissional atuando em diversificados campos de trabalho. Esse novo quadro, somado às lutas sociais que emergiam sobre a crise do regime militar, permitiu a eclosão de entidades organizativas de Serviço Social. Em 1979 há a criação do CENEAS[286], transformada em ANAS[287] no ano de 1983. Esta entidade sindical realizou o importante movimento que culminou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, sediado em São Paulo. Esse evento, conhecido como "Congresso da Virada", foi um marco na renovação crítica da profissão, pois nesta ocasião, a direção conservadora do Conselho Regional de Assistentes Social de São Paulo com fortes laços com o regime militar, e que controlava formalmente o evento, foi deposta, sendo substituída por dirigentes vinculados às lutas populares. A vitória sobre a direção do então Conselho faz repercutir positivamente sobre as organizações políticas da profissão.

No ano de 1982 é lançado livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, de autoria de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, tornando-se um marco na profissão por representar o primeiro estudo sobre o Serviço Social a partir de uma interpretação marxiana. Netto reforça que essa produção demarcou a maioridade intelectual da profissão, demonstrando a força do movimento de intenção de ruptura que consolidou sua hegemonia a partir desta década (NETTO, 2009b). Neste mesmo ano foi aprovado, junto ao Conselho Federal de Educação, o novo currículo mínimo, conhecido como o Currículo de 1982.

A direção social passou a ser tratada a partir das demandas postas na realidade social brasileira e de sua necessária vinculação aos interesses da classe trabalhadora, contrapondo-se ao velho projeto conservador da profissão. Outro salto importante condiz com a centralidade dada ao significado da profissão, aportando para a necessidade de se partir das suas determinações históricas, da sua inserção nos processos de produção e

[286] CENEAS: Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais.
[287] ANAS: Associação Nacional de Assistentes Sociais.

reprodução social no capitalismo, compreendendo que o trabalho profissional necessita ser apreendido em suas contradições fundantes.

Apesar das fragilidades que retratam esse período, em que o Serviço Social passou a subsidiar suas reflexões no pensamento marxista, não restam dúvidas sobre os avanços obtidos, tendo em vista a maturidade teórica alcançada na década seguinte. O projeto profissional, que inclui os documentos legais referentes à profissão, como o Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS,1993), a proposta das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999) e a Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), da mesma forma que o conjunto da produção científica construída ao longo dos anos pelos profissionais da área, é expressão do que Iamamoto (2004, p. 615) refere como: "(...) patrimônio sociopolítico e profissional (...) que só pode ser compreendido por sua associação ao pensamento crítico-marxista". O principal avanço da década de 1980 é o reconhecimento de que o Serviço Social só pode ser pensado por sua inserção na luta de classe, produto das condições históricas em que se reproduz a sociabilidade humana no cenário do capitalismo. Nas palavras de Iamamoto:

> Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

CONCLUSÃO

Partindo do entendimento dos fenômenos enquanto processos inacabados, sempre em constante transformação, é importante ressaltar que esse percurso de aproximação entre o Serviço Social e o marxismo permanece em andamento, ainda apresentando no seu interior fragilidades e inconsistências, no que concerne a apropriação da teoria e do método, apesar de todos os avanços nas duas últimas décadas na produção teórica no Serviço Social, a partir da perspectiva crítica. Contudo, os desafios para consolidar o projeto profissional de fundamentação crítica ainda são muitos, e os riscos para a manutenção dessa conquista tem se tornado ainda mais complexos frente ao avanço neoconservador tanto no espaço acadêmico, como no âmbito ideo-político no cenário nacional. Portanto, o aprofundamento do debate acerca do tema deve permanecer firme e coletivo, fortalecendo e legitimando os espaços organizativos da categoria profissional.

Ou ainda, subsidiando-se no balanço de Netto, sobre a aproximação entre o Serviço Social e o marxismo, destaca-se contribuições fundamentais dessa interlocução para se pensar o trabalho profissional, como a ampliação de temas que são universais e

condizentes à profissão, propiciando a introdução ao debate de discussões que até então eram ignorados pelo Serviço Social, assim como trouxe à luz o caráter conservador do trabalho profissional, suas perspectivas teório-ideológicas. Além disso, a profissão se muniu de um rol de conhecimentos que permitiram desvelar a gênese do Serviço Social na sociedade burguesa, permitindo a compreensão do caráter contraditório do seu trabalho, apreendendo as determinações sócio-históricas que conformar o objeto profissional. (NETTO, 1995).

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004.

OHLWEILER, Otto Alcides**. *Evolução sócio-econômica do Brasil*: do descobrimento à Nova República.** Porto Alegre: Tchê, 1985.

LOPES, Josefa Batista. O movimento de reconceituação do serviço social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do serviço social. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). ***Serviço social no Brasil*: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. Notas sobre o marxismo e serviço social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. In: Cadernos ABESS. ***Ensino em serviço social*: pluralismo e formação profissional**. São Paulo: Cortez, n. 4, 1995.

_____. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009a.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009b.

QUIROGA, Consuelo. *Invasão positivista no marxismo*: manifestações no ensino da metodologia no serviço social. São Paulo: Cortez, 1991.

MORAES, A. M. et al. Esforço de construção de um projeto profissional a partir da ruptura. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e. **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Ozanira Silva e Silva (Coord.). ***O serviço social e o popular*: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, José Fernando Siqueira. ***Serviço social*: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL:

os 80 anos do Serviço Social brasileiro

Autores: Charles Machado Hoepner[288]

Inez Rocha Zacarias[289]

Eixo temático: Serviço Social no mundo e os movimentos sociais

Resumo: Falar de Serviço Social no Brasil exige resgatar a sua história, considerando a sua conformação no processo histórico nacional. A sua institucionalização ocorreu a partir da confluência de diferentes interesses, que emergem num período marcado por grandes transformações sociais. Ao longo dos anos, a profissão se reconfigurou apoiada em uma nova perspectiva teórico-ideológica que lhe permitiu uma visão crítica da realidade onde se inscreve o trabalho profissional. Diante disso, o presente artigo tece algumas considerações sobre o processo de constituição da profissão a fim de contribuir para o desvelamento da sua configuração no cenário contemporâneo.
Palavras-chave: Institucionalização do Serviço Social; Fundamentos; Reconceituação.

Abstract: To talk about Social Work in Brazil requires a rescue of its history, considering its conformation in the national historical process itself. Its institutionalization took place from the confluence of different interests, which emerge in a period marked by great social transformations. Over the years, the profession was reconfigured based on a new theoretical-ideological perspective that allowed a critical view of the reality where the professional work is inscribed. Therefore, the present article makes some considerations about the process of constitution of the profession in order to contribute to the unveiling of its configuration in the contemporary scenario.
Keywords: Institutionalization of Social Work; Fundamentals; Reconceptualization

[288] Assistente Social, mestre em Serviço Social e doutorando pelo PPG em Serviço Social da PUCRS. Email: charles19922009@hotmail.com
[289] Assistente Social, doutora em Serviço Social, bolsista PNPD pelo PPG em Serviço Social da PUCRS. inezpoa@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Para analisar o processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil, torna-se necessária a explicitação de um conjunto de determinantes que motivaram o surgimento desta profissão. É preciso, antes de tudo, situá-la na conjuntura da luta de classes, neste campo de disputas entre interesses antagônicos, ou seja, no centro das contradições da sociedade capitalista.

A institucionalização do Serviço Social no Brasil ocorre num momento de transição da economia, quando indústrias, nos meados da década de 1930, começaram a se instalar em algumas cidades, iniciando a migração de trabalhadores do campo para a cidade. Junto a este processo de industrialização, o próprio Estado assume responsabilidades antes impensáveis, mas que nesta conjuntura tornam-se necessárias para o capitalismo, como a criação de estruturas que salvaguardassem a mão-de-obra operária, a fim de alimentar a produção capitalista que aqui se alojava. (SILVA, 2011). Ainda nesse período, a profissão esteve vinculada umbilicalmente com a Igreja Católica, que foi a responsável por ajudar a formar esses novos profissionais que passaram a atuar junto à classe trabalhadora urbana que se formava.

Ao longo dos anos, mudanças significativas acometeram o Serviço Social: tendo sua gênese na década de 1960, um movimento se alastrou no interior da profissão, tendo suas bases no próprio processo societário da época, permitindo uma renovação dos fundamentos profissionais. Essa reconhecida “intenção de ruptura” redirecionou as bases fundamentais da profissão no que concerne a gênese profissional, a adoção de uma perspectiva crítico-dialética no processo de desvelamento da realidade sócio-histórica onde se inscreve o trabalho profissional, a apreensão de aspectos estruturais mediados aos fenômenos concretos do trabalho, considerando suas contradições, assim como o comprometimento com os interesses e necessidades da classe trabalhadora. Além disso, a partir do processo de reconceituação, o Serviço Social passou a compreender sua própria condição no contexto social, por sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, reconhecendo a sua inserção na classe trabalhadora.

Contudo, entre a gênese dessa profissão, passando pelo processo de reconceituação, até o momento atual, inúmeras mudanças acometeram o Serviço Social e as contradições permanecem latentes. Disputas entre diferentes perspectivas têm alimentado o debate sobre a profissão, assim como permeado a materialização do trabalho

daqueles que dão vida ao Serviço Social. Para contribuir a esse debate, acreditando ser necessária a defesa das bases teóricas e ideológicas da reconceituação, a partir da vertente crítico-marxista, em contraposição aos influxos neopositivistas cada vez mais presentes, nos remetem aquele Serviço Social de bases conversadoras, que o presente artigo apresenta um conciso resgate sócio-histórico dessa profissão.

2. REVISITANDO OS DETERMINANTES SÓCIO-HISTÓRICOS DA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL

Com o advento da Revolução Industrial o mundo passou por uma série de transformações e reconfigurações. É nesse solo histórico que o capitalismo emerge enquanto modo de produção, acarretando na modificação imediata das relações sociais de produção.

A Revolução Industrial teve, dentre outras consequências, a ampliação da produção por meio de um processo expansivo de industrialização e, por sua vez, a necessidade de um aumento na mão-de-obra. Sendo assim, houve a exigência de que se tivesse um maior número de trabalhadores à disposição do capitalismo em expansão. Com o surgimento da máquina a vapor, havia a necessidade de que houvesse trabalhadores habilitados para operá-las, sendo necessária a contratação de trabalhadores menos custosos, ou seja, as mulheres e crianças. Estas ingressaram no mundo do trabalho com uma jornada igual à dos homens, mas com salários relativamente inferiores.

Nesse contexto de trabalho assalariado onde as cidades começam a dobrar de tamanho em razão do crescente número de pessoas que migraram da zona rural para a zona urbana em busca de trabalhos, tem-se um declínio considerável das condições habitacionais nos grandes centros e consequentemente das condições de saúde e qualidade de vida da população. Com isso, nesse momento de muitas tensões na sociedade de classes os trabalhadores começam a exigir do Estado uma posição que pudesse dar condições mais dignas de trabalho e, consequentemente, de vida.

O Estado, em resposta, vai agir de maneira cautelosa referente aos manifestos da classe trabalhadora, uma vez que, encontra-se em uma linha tênue de conflitos de

interesses entre a classe abastada e a classe subalterna, e vai agir por meio da intensificação do exercício da "ajuda ao próximo". Nesse período é importante ressaltar que a assistência social era vista como puramente caritativa, onde as ações eram desenvolvidas tanto por pessoas ligadas à política (em sua grande maioria comandada pelas primeiras-damas), à burguesia ("moças caridosas"), à Igreja e, por fim, ao Estado. Segundo Estevão (2006, p. 11), "Toda a assistência social nessa época é feita de forma não sistemática, sem qualquer teorização a respeito além de vagas justificativas religiosas e ideológicas".

É neste terreno que o Estado vai tomar para si a questão social e via políticas sociais vai demandar a intervenção de um profissional executor destas políticas: eis, a gênese do Serviço Social. Cabe referir que o contexto da época era de efervescência de movimentos antagônicos cujos interesses eram distintos e que requisitaram do Estado respostas imediatas. A profissão surge marcada pelo atendimento a uma demanda do Estado na mediação das relações entre capitalistas e operários, tendo expressiva influência moral por parte da Igreja e posteriormente baseando-se nos moldes do Serviço Social norte-americano. A relação do surgimento da profissão com a Igreja Católica é tão considerável que é na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) que surge a primeira escola de Serviço Social em 1936.

A gênese do Serviço Social se dará com influência direta da Igreja Católica pela base de formação profissional e, portanto, a visão de homem e de mundo estará embasada no Neotomismo, filosofia de São Tomás de Aquino. Nesse contexto, as ações dos assistentes sociais estariam em conformidade com a manutenção da ordem vigente, onde a autoridade era indiscutível e imutável e tendo por base a formação moral e doutrinária dos sujeitos (AGUIAR, 1989). A Igreja, nesse momento, trabalha a partir de sua doutrina defendendo a fé católica, onde dois instrumentos são marcos desse período: as Encíclicas Papais que "em mais de uma ocasião, representaram modificações substantivas na orientação doutrinária e na ação política da Igreja católica" (CASTRO, 2011, p.51).

O Serviço Social ainda na década de 1930 trabalhava sob a perspectiva do "ajustamento social" onde os sujeitos "desajustados" deveriam se adaptar à realidade social vigente para a harmonia da sociedade. O trabalho profissional era bastante incipiente, como traz Silva (2007, p.15): "A questão social, antes de ser uma questão econômico-política, apresenta-se como uma questão religiosa e moral no contexto de uma sociedade percebida como um todo unificado e harmônico". Nesse sentido, Silva (2007) refere que no começo da profissão no Brasil, a atuação do assistente social era direcionada para "reajustar" os

indivíduos para o convívio harmônico na sociedade. Esse processo negava as condições sociais, históricas e econômicas nas quais os sujeitos estavam inseridos.

Na década de 1940, o Serviço Social brasileiro vai "vestir-se de novas roupagens". Nesse momento a profissão começa a se aproximar do Serviço Social norte-americano, por meio das técnicas para o trabalho profissional e sob mais uma base teórica: o funcionalismo (AGUIAR, 1989). No entanto, é necessário esclarecer que embora os assistentes sociais da época estivessem se apropriando de técnicas para o seu trabalho profissional o seu caráter ainda era de mediador de conflitos e não atuavam sob a óptica da defesa intransigente dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Goin (2016) refere que a aproximação do Serviço Social brasileiro ao norte-americano tem relação direta com o espraiamento ideológico norte-americano devido ao fato de terem saído vitoriosos da Segunda Guerra Mundial. Esse esforço relaciona-se ao intento de combater o avanço ideológico do comunismo no cenário mundial, cuja maior manifestação viria da URSS e na busca pela consolidação da hegemonia norte-americana enquanto potência mundial. Segundo a autora, o "Programa aliança para o Progresso" surge na perspectiva de "tutela" dos países latino-americanos e no apoio e financiamento das Ditaduras Militares que surgiram em todo o continente latino-americano posteriormente.

Nesse mesmo período, a industrialização iniciada principalmente no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) cresce cada vez mais no Brasil e o Estado, por sua vez, vai trabalhar na ampliação destas indústrias. A Legislação Social da época, com a ditadura de Vargas, atende minimamente aos apelos da população trabalhadora, mas com relação às forças dos movimentos políticos de enfrentamento ao governo, as ações governistas de Vargas são fundamentalmente coercitivas, onde o mesmo age nesse período, na combatividade de todas as organizações políticas de oposição (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

A Legislação Social nesse período, como bem discutida por Iamamoto e Carvalho (2011) era puramente assistencialista e trazia a noção fetichizada de melhorias da condição de vida e de trabalho, obscurecendo o crescente domínio do capital sobre o trabalho. No ano de 1942 as vagas de trabalho para o Assistente Social começam a se ampliar com a fundação de duas importantes instituições para a história da profissão: a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Em 1946, tem-se ainda o surgimento do Serviço Social da Indústria (SESI). Nesse espaço, o Serviço Social deixará de se ater quase exclusivamente às atividades de coordenação dos serviços assistenciais, concessão de benefícios, para trabalhar profundamente no confronto entre capital e trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Outra Instituição que surge em 1946 e que tem implicações diretas no Serviço Social é a Fundação Leão XIII. É na Fundação Leão XIII que a educação será a porta de entrada e a principal base de atuação do Serviço Social, sendo nesse momento, bastante utilizada a Educação Popular, que tem como função primordial atender a todas as classes sociais, sem qualquer forma de discriminação e exclusão.

Contudo, é importante salientar que essa educação, nesse período, ainda está revestida de valores moralistas e controladores. Na Fundação Leão XIII os trabalhadores em férias participavam de atividades educativas e de lazer que faziam parecer que eles não estavam sob o intenso domínio do capital, sendo que todas as ações eram pensadas com vistas ao aumento da produtividade de seu trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Nesse contexto histórico, o Serviço Social ainda atua com uma visão fortemente conservadora, em que a moral ainda se faz muito presente no discurso dos assistentes sociais e a responsabilização dos sujeitos por suas condições continua permeando a intervenção destes profissionais. Outro fator considerável diz respeito à aproximação da profissão com a psicologia, onde os profissionais, em muitos momentos, vão atuar sob a ótica da psicologização dos atendimentos.

3. AS BASES DA RECONCEITUAÇÃO E A "INTENÇÃO" DE RUPTURA COM O CONSERVADORISMO

É a partir do fim da década de 1950 e começo da década de 1960 que o Serviço Social começa a pensar na reconfiguração do seu trabalho profissional, sendo os eventos realizados pela reduzida categoria profissional que serão fundamentais para a afirmação desse pensamento.

Por volta da década de 1960, os assistentes sociais identificaram a necessidade de mudanças latentes tanto no que se refere a sua intervenção quanto ao público-usuário de suas atividades profissionais. O profissional começa a perceber que suas ações estão sendo incipientes e que a falta de um instrumental operacional está debilitando e comprometendo sua atuação profissional. Com essa inquietação, percebe-se que o público que deve ser atendido é outro: a classe trabalhadora e suas demandas.

No que se refere ao Brasil Pereira-Pereira (2009) destaca que em meados da década de 1960 o país passava por um processo de reconfiguração. Esse período foi marcado pela transição da economia agroexportadora para a urbano-industrial, de forma que, "a subordinação dos valores da equidade e da justiça social aos interesses da

maximização econômica impediu que o envolvimento estatal na regulação e na provisão sociais viesse a significar ponderável mudança no padrão da política social herdado do período anterior" (PEREIRA-PEREIRA, 2009, p. 130).

Nesse período, o governo de Juscelino Kubitschek articulador do "Brasil desenvolvimentista" acreditava que industrializando o país todos os outros setores (inclusive a área social) se desenvolveriam automaticamente. Contudo, o que se apresentou foi um cenário totalmente reverso ao que se propunha inicialmente. O desenvolvimentismo não deu conta de atender as demandas da classe trabalhadora e ao mesmo tempo ampliou a dependência externa do Brasil, agravando ainda mais o quadro social de desigualdade (COSTA, 2006).

Nesse contexto histórico, as demandas se ampliam e novas exigências são postas ao assistente social, de forma que disponha de um aparato instrumental capaz de atender a todas essas efervescentes mudanças.

> É na década de 1960 que se observa a existência de um meio profissional em franca expansão. No decorrer desses anos, a profissão sofrerá as suas mais acentuadas transformações, "modernizando-se" tanto o agente como o próprio teórico, métodos e técnicas por ele utilizados (IAMAMOTO, 2011, p.358).

A inquietação e insatisfação profissional foram marcos decisivos para o que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação. É importante salientar que esse Movimento não surgiu de maneira imediata e sim foi um processo de construção que perpassou diversos momentos e em diversos espaços da categoria profissional. De acordo com Iamamoto, (2009),

> O Movimento de Reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. O exame da primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo (IAMAMOTO, 2009, p. 205).

É nesse período que se inicia o rompimento com o Serviço Social tradicional e a proposição de um Serviço Social que seja crítico e que vá ao encontro das necessidades da classe trabalhadora, lutando contra todo e qualquer tipo de opressão das minorias pelas maiorias. De acordo com Netto (2005),

> Nesse marco, assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da "questão social" sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social (NETTO, 2005, p.09).

Conforme Silva e Carvalho (2005) é no bojo desse movimento que se delinearão tendências diferenciadas da fundamentação teórico-metodológica e que acompanharão o pensamento e a ação profissional nos anos subsequentes. Outra preocupação evidenciada era a necessidade de adequar as práticas profissionais a realidade brasileira, tendo em vista que estas ainda estavam impregnadas por uma perspectiva que contribuía para a reprodução da pobreza e não o seu enfrentamento.

Goin (2016) refere que este Movimento de Reconceituação não pode ser pensado deslocado do contexto político, histórico e social daquele período. Embora não seja propósito desta dissertação elucidar o contexto de organização e a amadurecimento do Serviço Social em termos de América Latina faz-se necessário referir que o Brasil teve um papel fundamental no processo de renovação do Serviço Social no intento de articulação do Serviço Social com a realidade latino-americana. No entanto, este protagonismo foi atravessado pelo contexto de Ditadura Militar que assolou o país.

Sobre a necessidade de laicizar a profissão e adequar as ações à realidade brasileira, numa perspectiva de enfrentamento às diferentes expressões da questão social vivenciadas pela classe trabalhadora, Iamamoto (2008) destaca que,

> A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p.37).

É com essas indagações e com a necessidade de uma teoria que subsidiasse a apreensão das demandas em sua totalidade e da realidade brasileira especificamente que os profissionais repensam a profissão. Silva (2007) afirma que no período de Ditadura Militar o Serviço Social brasileiro passa por processos de avanços e retrocessos, pois a repressão

aos movimentos políticos acabam "paralisando", mesmo que temporariamente, os avanços referentes à aproximação da teoria marxista no Serviço Social brasileiro.

Por outro lado, com a absorção de profissionais assistentes sociais pelo mundo do trabalho, cria-se a necessidade de aprofundamento na formação profissional. É no final da década de 1970 e início da década de 1980 que começa a expansão dos cursos de pós-graduação na área do Serviço Social brasileiro. No final da década de 1970 tem-se a fundação da Revista Serviço Social & Sociedade, importante periódico para a expansão das discussões na área do Serviço Social brasileiro, sendo influente em toda a América Latina (SILVA, 2007). Sua produção passa a ser ininterrupta desde aquele período até os dias atuais, constituindo-se em um dos principais periódicos da área publicados pela editora Cortez.

No final da década de 1970, mais precisamente no ano de 1979, tem-se mais um marco importante para o Serviço Social: O Congresso da Virada. Esse Congresso buscou, dentre outras coisas, sob a intenção de ruptura com o Serviço Social Tradicional, trazer para a categoria profissional as discussões referentes ao Marxismo. Segundo Netto (2011) "o método que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos esses passos, ele coroou sua ultrapassagem no desenho de um inteiro *projeto profissional*" (NETTO, 2011, p.276-277, grifos do autor).

Ainda na década de 1980 tem-se um processo de amadurecimento profissional, sendo resultado disso a reformulação curricular de 1982 e a elaboração do Código de Ética Profissional de 1986. Esse Código de Ética busca romper com as heranças conservadoras presentes até então, da mesma forma que busca afirmar o marxismo como teoria social na profissão, superando sua interpretação equivocada. Segundo Barroco (2006, p. 170) "O Código e a reformulação curricular de 1982 são marcos de um mesmo projeto que pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional".

Raichelis (2006) situa que é na crise do Estado autoritário e no agravamento da Questão Social na década de 80, contando com a participação ativa dos movimentos sociais na luta pela democratização do Estado que volta à cena a discussão acerca das políticas sociais, culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta Constituição vai demarcar uma conquista histórica para a população brasileira e fortalecer a defesa dos direitos sociais com vistas à sua garantia.

Na década de 1990 têm-se mudanças consideráveis na trajetória política, econômica e social do Brasil e, dentre outros marcos significativos, tem-se o processo de *impeachment* do então Presidente Fernando Collor, a aproximação com o ideário neoliberal, a sanção da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e no caso do Serviço Social, a criação da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662 de 7 de Junho de 1993), o Código de Ética Profissional de 1993 e as novas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996 (ABEPSS), que juntos compõem os documentos basilares do Projeto Ético-político profissional.

Closs (2015) ao fazer uma análise mais abrangente dos fundamentos do Serviço Social brasileiro aliado intrinsecamente às modificações históricas e correntes da sociedade brasileira ao longo das décadas no século XX vai demonstrar que, substancialmente, mesmo que tenha relativamente poucos anos de inserção no Brasil, o Serviço Social abarcou, igualmente à luz das transformações societárias, muitas modificações ao longo de seu processo histórico.

Nesse sentido, embora a profissão ainda não tenha completado um século de existência no país, muitas foram as suas modificações ao longo da trajetória histórica brasileira. Dentre as mudanças importantes mais recentes, destaca-se a construção do Projeto Ético-Político da profissão. Este projeto, fortemente discutido na segunda metade da década de 1990, trata acerca da direção social e política da profissão. De acordo com Netto (2009),

> Esquematicamente, esse projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central - a *liberdade* concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, *este projeto se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.* A partir dessas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 2009, p. 155, grifos do autor).

O Projeto Ético-Político (PEP) sintetiza o direcionamento da ação profissional a partir da década de 1990 e está intimamente ligado aos rumos que a categoria profissional começa a seguir. Ele é um dos avanços que o Serviço Social alcançou por meio dos debates e discussões acerca da profissão e sua observância consiste em um dos maiores desafios para os profissionais do Serviço Social, pois é pautado nele que o assistente social deve direcionar o seu trabalho profissional.

A década de 1990 é também um período em que as áreas de atuação dos assistentes sociais tiveram um considerável crescimento. Isso se deu, dentre outras razões, em função das transformações e complexificações das relações sociais. Outros espaços vêm sendo conquistados pela categoria profissional ao longo do processo sócio-histórico, como é o caso de empresas, terceiro setor (ONG's), assistência social (com a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS), e até mesmo a educação. "É nos anos de 1990, porém, no duro embate com a ofensiva neoliberal que captura o Estado brasileiro, agravando ainda mais a histórica concentração de renda e suprimindo direitos garantidos em lei, que o projeto profissional do Serviço Social se consolida no país" (KOIKE, 2009, p. 12).

Esse Projeto profissional, atrelado à matriz teórica hegemônica, defende a autonomia dos sujeitos, suas potencialidades, suas particularidades e sua condição de sujeitos de direitos. A defesa desses pressupostos contrapõe ao modelo societário em vigência que, a partir das políticas de recorte neoliberal vem ocasionando o desmonte das políticas sociais e, logo, das garantias legais previstas pela Constituição, além de fragilizar a condição dos trabalhadores por meio da perda de direitos e garantias trabalhistas.

Esta década também demarca, a partir do avanço das legislações profissionais já mencionadas, que o Serviço Social encontra-se, enquanto profissão, em um patamar onde a categoria profissional tem clareza da direção social almejada, com vistas à superação desse sistema que explora e exclui os sujeitos que constroem a história da humanidade, fazendo sua opção de classe e inserindo-se na luta por uma nova ordem societária.

4. CONCLUSÃO

Conforme afirma Iamamoto, entender a profissão hoje pressupõe identifica-la como um "tipo de trabalho na sociedade" (IAMAMOTO, 2009, p. 22), como especialização do trabalho que se inscreve na divisão social e técnica no mundo do trabalho. Esta afirmação depreende uma série de questões que devem ser levadas em conta, pois incidem na conformação social do Serviço Social. Pressupõe, entre outros aspectos, que o seu significado resulta da sua própria história, história essa não contada como um pano de fundo ou por sua ordem cronológica de fatos estanques e desconexos, mas a partir da apreensão sobre o modo como a profissão se movimentou ao longo dos processos históricos da própria

sociedade, da mesma forma a questão social se configurou no país a partir das suas manifestações.

A persistência de posições, afirmações e atitudes conservadoras na profissão podem ser explicas em parte pelo próprio processo de profissionalização do Serviço Social, mediado com os processos que conformam o tempo presente, este que vem nos assombrando com tantos retrocessos sociais no campo dos direitos da classe trabalhadora, assim como com os crescentes discursos retrógrados de base social conservadora, que atentam contra a uma perspectiva de sociedade mais justa e igualitária. Desta forma, se mostra sempre necessário um retorno a constituição histórica da profissão a fim de dar visibilidade as nossas conquistas e lutas que foram travadas, mesmo em tempos adversos.

Para concluir, visões unilaterais que privilegiam somente um aspecto dentro de um rol de dimensões que compõem a vida, permitem da mesma forma uma visão parcial sobre a profissão. É preciso, conforme as palavras da Iamamoto, “afirmar a totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, identificando como o Serviço Social se relaciona com as várias dimensões da vida social” (IAMAMOTO, 2009, p. 27), para assim reafirmar uma direção social do trabalho conforme os princípios valorativos defendidos no projeto profissional hegemônico.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia:** das origens à Araxá. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social:** um estudo a partir da produção da área. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

COSTA, Lucia C. da. **Os impasses do Estado capitalista:** uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social.** 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GOIN, Marileia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe:** os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 16. ed. São Paulo, Cortez: 2009.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** Ensaios Críticos. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. CFESS: Brasília, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre a sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, n.84, ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005, p. 5-19.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês Souza; UCHÔA, Roberta (Org.). **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA- PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social:** temas & questões. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.) et.al. **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **O Serviço Social e o Popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira Silva e.; CARVALHO, Denise Boitempo Birche. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO RIO GRANDE DO SUL (1950-1965)

Autores: Graziela Scheffer[290], Thaisa Closs[291], Giovani Scherer[292].

Resumo: O artigo discute a influência do ideário desenvolvimentista no Serviço Social gaúcho no período de 1945 a 1965, a partir da análise da formação profissional na escola de Serviço Social da PUCRS. Verifica-se a influência do desenvolvimentismo desde a criação da escola, intensificada nos anos 1950 e 1960, no contexto governo Leonel Brizola momento em que identifica-se duas tendências de Desenvolvimento de Comunidade: uma articulada pelo docente Seno Cornelly, marcada pela influência do pensamento da CEPAL; e as experiências vinculadas ao movimento de Cultura Popular, articuladas pelas docentes Lucia Castillo e Zilah Totta sob a influência da esquerda católica.
Palavras chaves: Fundamentos do Serviço Social, história, desenvolvimentismo.

Abstract: The article discusses the influence of the developmentalist ideology in the Social Work in the Rio Grande do Sul from 1945 to 1965, based on the analysis of professional training in the School of Social Work of PUCRS. The influence of developmentalism has been evident since the creation of the school, intensified in the 1950s and 1960s, in the context of Leonel Brizola's administration, when two tendencies of Community Development are identified: one articulated by Seno Cornelly, a teacher influenced by CEPAL thinking; and experiences linked to the Popular Culture movement, articulated by Professors Lucia Castillo and Zilah Totta under the influence of the Catholic Left.
Keywords: Foundations of Social Work, history, developmentalism.

[290] Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Email: grazi.uerj@gmail.com
[291] Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social. Professora do Curso de Serviço Social e do mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: thaisa.closs@ufrgs.br
[292] Assistente Social, mestre e doutor em Serviço Social. Professor dos cursos de graduação, mestrado e doutorado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: giovane.scherer@pucrs.br

Eixo temático: Serviço Social no mundo e os movimentos sociais.

1. INTRODUÇÃO

O artigo é fruto da pesquisa "*Memória e particularidade histórica do Serviço Social no Rio do Grande do Sul (RS)"* em articulação entre os docentes da UERJ, UFRGS e PUCRS do Brasil. O estudo visa analisar a particularidades da profissão no RS, enfocando a escola de Serviço Social da PUCRS. Esta Escola foi criada em 1945, oriunda da aliança entre Igreja católica e segmentos do Serviço Social da Indústria (SESI) no estado. Resgatar sua história justifica-se por ser o primeiro núcleo irradiador de formação profissional na região Sul e por ser escola criadora do primeiro seminário latino-americano que originou o Movimento de Reconceituação Latino-Americano, destacando-se também como uma das primeiras a criar o mestrado em Serviço Social no Brasil da década de 1970. A proposta enfatiza a processualidade histórica do Serviço Social gaúcho por meio da memória dos protagonistas e dos documentos da época a fim de entender os diferentes debates no interior da profissão. A ênfase é entender que "as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.73). No estudo destacamos a primeira etapa da pesquisa referente ao Desenvolvimento de Comunidade no Curso Serviço Social de Porto Alegre no período de 1950 até 1965.

2. SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE: CONJUNTURAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

Após Segunda Guerra Mundial ocorreram mudanças na regulação econômica e política internacional, com o advento da hegemonia norte-americana e com bipolarização ideológica do mundo entre capitalistas e socialistas. O período pós 1945 inaugurou uma nova fase no Serviço Social orientado por novas interpretações do acerca do desenvolvimento econômico e social que levaram consequentemente a renovações na abordagem da questão social nos países latino-americanos considerados subdesenvolvidos. As propostas norte-americanas de Desenvolvimento de Comunidade (DC) buscavam barrar o comunismo pautado no pressuposto que as populações pobres eram mais receptivas ao mesmo, e por isso deveria se desenvolver o capitalismo nessas áreas subdesenvolvidas, ou seja, o DC foi uma importante estratégia lançada para garantir a prosperidade capitalista e a dominação burguesa americana. (AMMANN, 2003; ANDRADE, 2008). No Brasil, o período pós década 1940 foi marcado pela consolidação da americanização do Serviço Social brasileiro, inaugurando a famosa trilogia: "Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade". Período em que se conviveu simultaneamente com debates brasileiros e latino-americanos

sobre o subdesenvolvimento e desenvolvimento. A influência norte-americana na profissão veio por meio da intensificação dos intercâmbios com bolsas de estudos ligados à Política da Boa Vizinhança (EUA) na década 1940 e da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual desempenhou a função de sistematizar e divulgar o DC, como uma medida para solucionar o complexo problema de integrar esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento (ANDRADE, 2008, p. 284). Cabe salientar que dentro da estrutura da ONU criaram-se a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), no final da década de 1940 em Santiago do Chile. Consideramos que o Serviço Social "renova-se" por meio da influência norte-americana, introduzindo o tripé: Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade que impulsionaram um processo tecnificação da profissão no Brasil.

Segundo Ammann (2003) foi por meio dos trabalhos de Educação de Adultos na zona rural que se deu os primeiros passos do DC sob forte influência dos organismos internacionais. Em 1949, realizou-se no Brasil o Seminário Interamericano de Educação de Adultos com o patrocínio do governo brasileiro, UNESCO e a União Pan-americana que no desenrolar do debate das experiências já desenvolvidas consideram o analfabetismo um "fator de desintegração nacional, um empecilho para o progresso e uma ameaça para paz social e para a vida democrática da América". (AMMANN, 2003, p.34). A educação, enquanto caminho para democracia, foi importante ao trazer "novos ares inquietantes" à profissão, apesar de apresentar limites na superação do lastro conservador e autoritário do pensamento inculcado no processo sociocultural das pioneiras da primeira geração. O pensamento católico, também se renovou assumindo a educação enquanto caminho possível de enfrentamento da questão social e de fortalecimento da democracia, principalmente junto aos segmentos da população rural, do nordeste e favelados do país, que apresentavam índices alarmantes de analfabetismos e pobreza. Portanto, a ignorância do povo e estrutura dicotômica do Brasil arcaico-moderno era o "verdadeiro problema" da questão social do Brasil. Inicialmente o DC o era chamado de Organização de Comunidade cuja definição era promover a articulação dos recursos federais, municipais e privados. A carioca Aylda Reis, primeira assistente social a participar do DC em seu livro "Você e sua Comunidade" define a concepção predominante da experiência da Missão de Itaperuna, realizada pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, de 1949 a 1951.

> A comunidade se compõe de um conjunto de elementos materiais, históricos, institucionais, psicológicos, afetivos... É uma totalidade complexa. É também uma realidade concreta que deve estar no presente no pensar, no sentir e no agir dos cidadãos, dos administradores, dos dirigentes das instituições, dos membros das associações e dos partidos políticos... pois que fazem parte da comunidade. E quanto mais forte forem a consciência, o sentimento e a

> vontade dos cidadãos e sua integração na comunidade, tanto mais forte ela será... (REIS, 1967, p. 20).

No Brasil, o termo Desenvolvimento e Organização de Comunidade apareceu pela primeira vez no Seminário de Educação de Adultos para Desenvolvimento de Comunidade promovido pela UNESCO e União Internacional Católica de Serviço Social em 1957, na cidade Porto Alegre.

> Neste seminário a conferencista brasileira, Assistente Social Aylda Reis, associa pela primeira vez os termos Organização de Comunidade e Desenvolvimento de Comunidade, propondo a fusão das duas disciplinas em Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC). Tenta-se, então adaptar aos novos imperativos nacionais e internacionais, mediante a incorporação de ingredientes do Desenvolvimento de Comunidade. (AMMANN, 2003, p.36).

A respeito da conjuntura de 1950, Jorge Krug destaca a existência de mudanças e debates na escola através de seminários internacionais realizados em Porto Alegre:

> Através do evento de 1951 e depois com o de 1957, de 12 a 15 de maio- realizado em Porto Alegre pela União Católica Internacional de Serviço Social sob patrocínio da UNESCO, e cujo titulo era Seminário Regional de Educação de Adultos, tema "Educação de adultos como processo de Desenvolvimento da Comunidade, - é que se percebe que há um direcionamento mais concreto em termos políticos, técnicos e ideológicos. (KRUG, 1982, p.26).

A agenda desenvolvimentista nacionalista repercutiu no Serviço Social, pois a ideologia dominante se alinhava com as perspectivas profissionais emergentes de legitimação profissional: "O assistente social quer deixar de ser um apóstolo para investir-se da condição de "agente da mudança". (NETTO, 2008, p. 138). A experiência do Serviço Social no Desenvolvimento da Comunidade proporcionou "rachaduras" no tradicionalismo da intervenção do Serviço Social.

No governo de Juscelino Kubistchek (JK) (1956-1960) no Brasil houve um processo de uma internacionalização da economia brasileira, "justamente no momento em que se procura 'fabricar' um ideário nacionalista para se diagnosticar e agir sobre os problemas nacionais" (ORTIZ, 2006, p. 47). O nacional- desenvolvimentista tinha uma concepção de dois brasis (arcaico-moderno) articulados a idéia do atraso nacional. A adesão dos assistentes sociais ao modelo nacional desenvolvimentista se caracterizou por uma prática com ênfase nas mudanças locais como estratégias para superar o atraso econômico e a marginalidade sociocultural. Portanto, a interpretação da questão social no Serviço Social se modifica do âmbito "privado das relações familiares" para estabelecer aproximações sucessivas das estruturas da comunidade e da sociedade brasileira. Embora o "(...) universo teórico – ideológico dos suportes originais do Desenvolvimento de Comunidade fosse candidamente acrítico e profundamente mistificador dos processos reais (...)" (NETTO, 2008, p. 137), acabaram por provocar mudanças na profissão.

No período do "desenvolvimentismo" o assistente social começa a ser requisitado para utilizar as técnicas de Desenvolvimento de Comunidade e de Grupo, assim como passa a ser requisitado para atuar no meio rural. Inclui-se no currículo de Serviço Social disciplinas que incorporam na formação um viés mais técnico, como o Planejamento e Ação Social. Ainda que sob a perspectiva tradicional, o DC propiciava ao Serviço Social uma abertura com os segmentos populares e extrapolava o âmbito do caso individual. Um dos exemplos que tivemos foi as experiências inspiradas no pensamento de Paulo Freire. Alguns acontecimentos caracterizam essa tendência como um processo de erosão do tradicionalismo na profissão. Essa erosão, como aponta Netto (2008), é marcada pela inserção de assistente sociais em equipes multiprofissionais, pelo desapego de católicos em relação ao conservadorismo tradicional e pela emergência de uma esquerda católica progressista, pela multiplicação do movimento estudantil e aproximação com o referencial das ciências sociais críticas.

No plano internacional tivemos importantes acontecimentos que desestabilizaram na hegemonia norte-americana no período que foram a Revolução Comunista Cubana, Revolução Comunista na China, a Guerra do Vietnã, entre outros. No inicio de 1960, o país apresentava uma alta concentração de riquezas, fruto do modelo desenvolvimentista econômico adotado no país que levou ao acirramento das lutas sociais urbanas e rurais, colocando na agenda política a necessidade de ações conciliatórias. À frente dessa tentativa de consenso assume o governo de Jânio Quadros (1961) e após João Goulart. O presidente Jango ingressa no governo submetido aos limites impostos pelos militares por meio do parlamentarismo, afim de que fosse impedido de reavivar o populismo nacionalista. O início da década foi um momento politizador da sociedade brasileira, especialmente entre 1960 a 1963, marcando um período de gestação da consciência nacional-popular e de engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de estrutura. Nesse período acentuam-se na profissão as críticas do uso dos métodos estrangeiros aplicados no país. No âmbito da Igreja Católica, no começo dos anos 1960, surgiu a "Esquerda Católica" sob a inspiração da teologia francesa humanista e influenciada pela Revolução Cubana, que contribuíram para radicalização do movimento estudantil católico (JUC- Juventude Universitária Católica) (LOWY, 2000).

Em 1961 aconteceu no Rio de Janeiro o II Congresso Brasileiro de Serviço Social abordando a temática "comunidade, desenvolvimento e bem-estar". A concepção do DC da época era um "processo destinado a criar condições de progresso econômico e social para toda a comunidade, com a participação ativa desta e a maior confiança possível em sua iniciativa." (VIERA, 1988, p. 252). Ainda em 1960 ocorreu no Rio de Janeiro o Seminário

Nacional sobre as Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidade Rural do Brasil. Ficando explicito uma nova postura, pois a partir desse Seminário, "no decorrer dos anos 60-63, tornaram-se cada vez mais eloquentes os reclamos por reformas estruturais com participação das camadas populares, postulados estes que receberam o apoio do regime populista brasileiro, cujo clímax é atingido nesse período" (AMMANN, 2003, p. 63). Na época os assistentes sociais, principalmente as militantes católicas, fazem a "opção pelos pobres" e assumem o papel de "agente de mudança", atuando em atividades de educação popular e formação política junto aos considerados marginalizados (BARROCO, 2006).

Nessa época, os militantes católicos formaram o Movimento pela Educação Básica (MEB) com objetivo não só de alfabetizar os pobres, mas conscientizá-los e ajudá-los a tornarem-se agentes de sua própria história. Os assistentes sociais comprometidos com essa perspectiva assumem o posicionamento dos cristãos de esquerda, engajam-se no MEB, voltando-se, inicialmente, para um trabalho de alfabetização, depois para a animação popular e para o trabalho de sindicalização. Dá-se também a participação de alguns assistentes sociais nos trabalhos de cultura popular de Paulo Freire, despontando o emergir de uma prática questionadora do *status quo*. Em 1962, os militantes da JUC e do MEB criaram a Ação Popular – AP, movimento político não confessional dedicado à luta pelo socialismo e ao uso do método marxista. Em 1964, o Presidente Jango discursa na Central do Brasil radicalizando a defesa das Reformas de Base e da democracia. Denuncia simultaneamente as "pressões" dos militares e dos segmentos da burguesia. A reação conservadora as múltiplas transformações de cunho nacionalista e popular veio por meio da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" abrindo definitivamente o clima de "legitimidade" para Golpe Civil Militar. Esse processo de luta e reformas de base foi amordaçado pelo golpe de abril de 1964, interrompendo o cenário de politização. Contudo, mesmo com o Golpe Militar, não conseguiram frear o movimento de busca por transformações na sociedade brasileira.

3. AS PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NA ESCOLA DE PORTO ALEGRE

Sob a ótica da ideologia nacional desenvolvimentista multiplicaram-se as escolas de Serviço Social no Brasil e em certa medida criaram bases para o processo de renovação que se desencadeou nas décadas posteriores. E foi nesse cenário em que se constitui a Escola de Serviço Social de Porto Alegre, fundada em 1945, contando com uma forte influência católica na sua criação e desenvolvimento, tendo como antecedentes a V Semana

de Ação Social realizada em 1944, contando com a presença de lideranças católicas, tais como como Mario Goulart Reis e Ernani Fiori, e ainda, a assistente social Aylda Pereira, professora do Instituto Social do Rio de Janeiro. Um elemento distinto na sua constituição é a presença de segmentos masculinos da engenharia do Serviço Social da Indústria (SESI), mais especificamente o Engenheiro Mario Reis e o incentivo de psiquiatras gaúchos desde 1944 participaram das primeiras ideias da criação do Serviço Social em Hospital Psiquiátrico (GAZOLLA, BULLA, KRUG, 1976).

O Mario Reis foi diretor da escola do período de 1945 até 1953 e sua principal "temática-ação" era o desenvolvimento de comunidade, registrando-se também a influência de sua esposa assistente social carioca Aylda Reis, integrante da primeira geração de assistentes sociais brasileiros. Tal influência, presente desde a criação da escola, articulava-se com a "clássica" presença dos "modelos" franco-belga e norte-americano na formação profissional. Nesta primeira fase da formação, compreendida entre 1945 a 1954, algumas mudanças mais significativas com a alteração curricular de 1953 referem-se aos conteúdos da área de Serviço Social, que passam a contar com nove disciplinas, entre elas Organização Social de Comunidade (BULLA, 1992). Após a revisão curricular assume a direção a docente assistente social Lúcia Castilho, primeira mulher a assumir cargo diretivo na Universidade, atuante nos movimentos católicos, com formação em filosofia, tendo sido aluna de Ernani Fiori. Embora a criação de disciplina de Organização de Comunidade date desse ano, já se identifica tal influência no período anterior, a partir da análise dos trabalhos de conclusão de conclusão de curso da escola. No período de 1945 a 1953 foram apresentados 94 trabalhos, sendo que já entre a primeira e a segunda turma (1948 e 1950) registram-se três relatos de atuação em comunidades rurais e urbana, tendência que também se expressa nos anos seguintes (1951 e 1952), totalizando cinco trabalhos, entre estes o de Seno Cornelly, futuro docente da escola e protagonista da dinamização do DC no RS. No período, também se registram seis relatos de experiência junto ao SESI, particularidade da influência da linha de atuação do primeiro diretor da escola, que firma pareceria com o SESI, em 1949: "nesta ocasião, surge a oportunidade da profissão entrar na classe operária através do SESI, talvez o primeiro estágio remunerado (...) oportunidade de pelo SESI se entrar no sindicato, círculos operários e empresas, grupos ajudando grupos, ajudando comunidades e se ajudarem, buscava-se a maximização dos recursos (GAZZOLA, BULLA, KRUG, 1976, s.p.).

Esse processo evidencia a primeira fase do Desenvolvimento de Comunidade que, conforme Ammann (2003), é marcada pela introdução da disciplina no país no Brasil, sustentada numa compreensão harmônica centrada no tripé individuo/família/comunidade,

bem como uma concepção de participação com "conotação acrítica, apolítica e aclassista, toda sua dinâmica se move dentro dos horizontes apertados da localidade" (idem, 2003, p. 45). Registram-se ainda nos anos 1950 outros elementos dinamizadores do DC na escola e no RS: a realização dos Seminários de DC com ênfase na Educação de Adultos de 1951 e 1957 promovidos pela UNESCO em Porto Alegre, processo que favoreceu a intensificação da disputa ideológica entre segmento católico e os brizolistas - segmentos vinculados politicamente a figura do então prefeito de Porto Alegre e posterior Governador do RS, Leonel Brizola - na direção sociopolítica da profissão:

> O direcionamento técnico de controle social não era algo claro, muito embora a partir desse momento se começasse a ligar o Seminário a questão do Desenvolvimento de Comunidade. O direcionamento ideológico antes na mão dos católicos começava a derivar para uma resposta de confrontação em relação a outras tendências, em razão da emergência destas só após 1954, com suicídio de Vargas e até 1960, se tornaram evidentes no Estado em mãos do populismo esquerdizante de Leonel Brizola. (KRUG, 1984, p.27).

Além dessas disputas, o impacto desse Seminário também pode ser apreendido na intensificação das experiências práticas da escola, bem na introdução de novas influências teóricas no currículo. Como registra Bulla (1992, p. 326) os seminários enfatizaram a "necessidade de um desenvolvimento integral harmônico, que não privilegiasse apenas o crescimento econômico, mas que buscasse a humanização das estruturas sociais e econômicas. Essas teses buscavam em Maritain e Lebret seus fundamentos". Destaca-se também a participação de Paulo Freire nesse Seminário, marcando o início da interlocução do pedagogo com os assistentes sociais gaúchos. Não por acaso, tanto Paulo Freire como Mario Reis, eram funcionários do SESI na mesma época, fato que contribuiu interlocução na Escola. Ilustrando o fato com o relato de Paulo Freire:

> Vou começar pela minha primeira lembrança de Ernani Fiori, que vem de meu primeiro encontro com ele em Porto Alegre, nos anos 50. (...) Naquela época eu trabalhava no SESI de Pernambuco e visitava o do Rio Grande do Sul. Conversando com o então superintendente de lá, Prof. Mario Reis, ele me disse, ao término da minha conversa: Tu tens conhecer um grande amigo meu nesta cidade, Ernani Maria Fiori" (Freire, 1985 p.273).

No período de 1954 a 1960, considerando a mudança curricular e a influência dos Seminários da década, verifica-se que 16 dos 67 trabalhos de conclusão apresentados na escola eram fruto da atuação em comunidades urbanas ou em espaços vinculados ao SESI, articulando pressupostos de organização e desenvolvimento de comunidade com o Serviço Social de grupos e, ainda, a ênfase educacional. Esses dados refletem a análise de Gazzola, Bulla e Krug (1976, s.p.) sobre a segunda fase da formação profissional na escola (1957 a 1960) na qual a "pesquisa e as idéias de Lebret embasam o currículo, incidindo nos TCCs – diminui a religião e aos poucos se ampliam as áreas ditas técnicas".

A década posterior é marcada pelo segundo período do DC no Brasil, entre o início dos anos 1960 até a instauração da ditatura militar (1964), processo em que se destaca as "influências do nacional-populismo sobre a disciplina e algumas tentativas dos intelectuais no sentido de criarem um vínculo com as classes subalternas" (AMMANN, 2009, p. 28), marcando uma inflexão na tônica predominantemente funcionalista e localista das experiências de atuação profissional. Embora, no caso do RS, a influência da atuação política Brizola, na prefeitura de Porto Alegre, entre os anos de 1956 a 1958, e após no governo do Estado, entre 1959 a 1963, já apresentasse elementos político-sociais que contribuíram para a ampliação do enfoque do DC já nos anos 1950 e incidiam no Serviço Social gaúcho. Diante desse processo se identifica a intensificação das experiências de DC em Porto Alegre. No âmbito curricular, houve a criação da Disciplina de Desenvolvimento e Organização em Comunidade, em 1961, articulando a disciplina de Organização de Comunidade existente desde 1953. Esse ano, conforme análise de Gazzola, Bulla e Krug (1976, s.p.) também marca a terceira fase da formação profissional, na qual "as ideais de desenvolvimento (economia social e as ideias cepalinas de diagnóstico) inserem-se na Escola".

Os documentos e pesquisas históricas permitem formular a tese da existência de duas tendências no DC nesse período, no quadro da política do governo Brizola: uma articulada pelo docente Seno Cornelly, marcada pela influência do pensamento cepalino, pela técnica de Seminários na mobilização de comunidades, integrando DC, planejamento e política social no âmbito do Departamento de Assistência Social; e as experiências vinculadas ao movimento de Cultura Popular, articuladas pela docente Lucia Castillo e Zilah Totta sob a influência da esquerda católica, em articulação com a Secretaria de Cultura sob a direção de Ernani Fiori.

No que tange à primeira tendência de DC, destaca-se que a mesma é impulsionada pela ambiência política do governo Leonel Brizola, que, ao ganhar eleições para Governador do estado (1959-1963) teve como primeira ação a criação do Gabinete de Administração e Planejamento, seguido pela criação do Departamento de Assistência Social (DEPAS). No período da gestão brizolista foi criado o Sindicato de Assistentes Sociais de Porto Alegre, bem como promovidas as "Semanas Gaúchas do Estudo de Serviço Social" (1959, 1960, 1962). Verifica-se que o Serviço Social gaúcho sindicalizado esteve organicamente vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e às gestões brizolistas das décadas 1950 e 1960, conforme depoimentos históricos desse período. Registra-se também que nesse momento a "CEPAL elabora seus diagnósticos na linha do desenvolvimento, surgindo as linhas monetárias e estruturalista. Entre nós este material era intensamente absorvido por

um grupo ligado à Faculdade" (GAZZOLA, BULLA, KRUG, 1976, s.p.). No documento da DEPAS de 1966, foi estabelecido oficialmente na Divisão de Planejamento e Diretrizes de Técnicas para o trabalho de Seminários de Desenvolvimento de Comunidade que vinha sendo realizado no estado desde 1962. Vejamos:

> O seminário não deve se transformar num laboratório de planejamento para a solução de problemas. (...) Provocará em cada participante uma abertura maior para com a Comunidade (...) levará a compreender melhor a necessidades de novos líderes, de coordenação mais efetiva, de ampliação de programas, etc. A solução dos problemas locais, a organização de programas de Desenvolvimento Comunitário será consequência da motivação interior que o povo tiver para sua própria promoção. (Depas, 1966, p 5-6).

O trabalho dos Seminários estava voltado para mobilização e a formação política de líderes da comunidade, apostando na sua capacidade "pressão" e organização popular. O professor Seno Cornelly defende o planejamento integrado no sentido da inserção macro dos assistentes sociais na gestão das políticas sociais, juntamente com a incidência na mobilização da participação da popular articulada ao processo de planejamento local. Verifica-se uma convergência de duas linhas de pensamentos: uma regional de cunho brizolista e outra latino-americana ancorada na CEPAL enquanto pilares das propostas de renovação do autor gaúcho que mais tarde alcançou o continente latino-americano. As elaborações e propostas de Seno Cornelly eram frutos simultâneos de sua inserção no trabalho no governo Brizola, no sindicato e como docente da escola (PUCRS) numa conjuntura de histórica de expansão das idéias cepalinas que serviram de "inspiração" para ampliar o trabalho profissional no DC, num momento de mobilização popular, impulsionada pelo governo Brizola. A mobilização popular na proposta de planejamento integrado de Seno Connelly atendia simultaneamente duas necessidades: uma inserção das demandas das classes populares na esfera do Estado e outra de prestigio profissional do Serviço Social na gestão das políticas sociais. Cabe ressaltar, que os integrantes da equipe brizolista se mantiveram no DEPAS até 1967, vejamos descrição:

> Com o aumento da repressão da ditadura militar, o novo governo gaúcho (cel. Walter Peracchi Barcellos) decidiu, já em 1967, modificar a estrutura da Secretaria, eliminando todo o Departamento de Assistência Social, rompendo o convênio com a Faculdade e dispersando uma equipe técnica altamente competente. Criou a FEBEM[293], nomeou como presidente um sacerdote e aproveitou uma pequena parte da equipe. (Cornely, p 2004, p.7).

Em relação à *segunda tendência do Desenvolvimento de Comunidade*, essa encontrava-se articulada ao debate da educação popular, tendo Ernani Fiori forte influência na escola gaúcha. Seu debate vinculava-se ao segmento da esquerda católica, sendo dirigente na década de 1960 do Movimento de Cultura Popular. Segundo Paulo Freire (1985, p. 279):

[293] Fundação de Bem-Estar no Menor.

> No começo dos anos 60, houve então uma presença maciça das massas populares no Brasil, nas praças, nas ruas, reivindicando. E exatamente no bojo dessa experiência, nesse momento histórico, social e político do país que emerge uma série de iniciativas no campo que se chamou, em primeiro lugar, educação de adultos e, depois, cultura popular. E aí então que o pernambucano vai encontrar o gaúcho com quem tinha estado anos atrás, no Rio Grande do Sul (...). E aí, com surpresa- não para mim-, se o gaúcho (Ernani Fiori) aparecer com presidente do Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul.

Em 1961, após o episódio da Legalidade, sendo assegurada a posse de João Goulart, expandiram-se vários movimentos no RS, sob a influência da insígnia da "Educação de Base" e das experiências do Movimento Popular de Cultura no Nordeste do país, destacando-se, especialmente, "o movimento comunitário de Ijuí, os projetos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado e o Instituto de Educação Popular" (BULLA, 1992, p. 336). Após realização I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular em Recife, em 1963, contando com a participação de representes gaúchos, impulsiona-se a elaboração de plano estadual de cultura popular no RS, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura. Essa secretaria estava sob coordenação de Zilah Totta – professora de filosofia da escola de Serviço Social – juntamente com Lucia Castillo, então diretora da escola, responsável também pela divisão de cultura dessa Secretaria (BULLA, 1992). A partir desse período a Divisão de cultura passa a coordenar diversas experiências de atuação comunitária, articulando assistentes sociais e pedagogos que se inserem em locais onde ocorreriam as atividades de Serviço Social e práticas de estágio, tais como vilas populares, clubes de mães, projetos habitacionais, projetos habitacionais. Nesse período essa atuação passou a contar com profissionais de outras áreas, especialmente vinculados à JUC, bem como há o desenvolvimento de cursos supletivos e de alfabetização em Porto Alegre, impulsionados pela vinda de Paulo Freire a Porto Alegre em 1963.

Marcado por intensa mobilização política, foi fundado o Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul em 1963, voltado para a realização de projeto educacionais de caráter emancipatório visando a democratização da cultura (BULLA, 1992). O Instituto teve curta existência, devido aos impactos da ditadura no ano seguinte, momento em que Zilah Totta foi demitida da Secretaria de Cultura. As experiências de DC e Educação Popular nesse âmbito relacionavam-se amplamente com a Escola de Serviço Social e encontram-se registradas em trabalhos de conclusão. Aliado ao debate da esquerda católica de Ernani Fiore e Paulo Freire acerca da educação popular, em 1961 identificamos o livro "Grupos e Serviço Social" da canadense-francesa, Simone Paré que foi traduzido pela Professora de Serviço Social de Grupo, Nortburga Rosa Reckeiegel, e publicado em 1961 pela PUCRS.

4. CONCLUSÃO

Na experiência do Serviço Social gaúcho verifica-se a influência das primeiras formulações internacionais e nacionais do desenvolvimentismo nos anos iniciais de criação da escola e a realização de experiências práticas, sistematizadas nos trabalhos de conclusão de curso, antes mesmo da criação da Disciplina de Organização de Comunidade no currículo da escola, em 1953. Essa influência "precoce" traduz uma particularidade do Serviço Social gaúcho, oriunda do processo de criação da escola, que teve como protagonista o engenheiro Mário Reis e colaboração da assistente social Alyda Reis, integrante das experiências pioneiras de DC no Brasil. Na década de 1950, a realização de dois Seminários Internacionais em Porto Alegre, voltados para o tema de DC e educação de adultos, consolidou a influência já existente na criação da escola, expandindo experiências práticas em comunidades urbanas e rurais, bem como em espaços como o SESI, dada a vinculação do primeiro diretor com esta instituição. A partir da análise dos trabalhos de conclusão de curso do período registra-se que tais experiências cresceram significativamente, conjugando elementos do DC, mas também as práticas do Serviço Social de grupo com ênfase na educação. Durante o Governo de Brizola consolidou-se o DC no estado, favorecendo uma renovação nas influências teóricas, dada a própria emergência de uma postura mais crítica no âmbito da igreja católica e da vertente nacionalista-popular. Nesse período fortaleceu-se o intercâmbio de assistentes sociais gaúchos com o pedagogo Paulo Freire e Ernani Fiori, liderança católica que esteve presente na V Semana Social que antecedeu a criação da escola, bem como, professor de filosofia de docentes que integram a primeira geração da profissão no RS. Os documentos e pesquisas históricas permitem formular a tese da existência de duas tendências no DC nesse período, uma próxima a política do governo Brizola: articulada pelo docente Seno Cornelly, marcada pela influência do pensamento cepalino, pela técnica de Seminários na mobilização de comunidades, integrando DC, planejamento e política social no âmbito do Departamento de Assistência Social; e as experiências vinculadas ao movimento de Cultura Popular, articuladas pela docente Lucia Castillo e Zilah Totta sob a influência da esquerda católica, em articulação com a Secretaria de Cultura sob a direção de Ernani Fiori.

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRADE, M. O metodologismo e desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1946 a 1961. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

BULLA, L. C. Serviço Social, Educação e Práxis: tendências históricas e metodológicas. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BARROCO, M. L. Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos. 4ed. São Paulo, Cortez: 2006.

DEPAS. Seminário de Desenvolvimento da Comunidade. Secretária de Estado dos Negócios do Trabalho e Habitação-Departamento de Assistência Social, 1966.

GAZZOLA, T.; BULLA, J., KRUG, J. G. O Serviço Social no Rio Grande do Sul: um estudo inicial de tendências. Porto Alegre: PUCRS, 1976.

FREIRE, P. Posfácio - Depoimento de um grande amigo. In: Ernani Maria Fiori – Textos Escolhidos Volume 2- Educação e Política. Livro- Porto Alegre: L&PM,1985.

IAMAMOTO, M. V., & CARVALHO. R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KRUG, J. Mobilização comunitária: presença nos seminários de desenvolvimento de comunidade. São Paulo: Cortez, 1982.

LOWY, M. A guerra dos deuses - Religião e política na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

NETTO, J. P. Ditadura e serviço Social no Brasil pós-64: Uma análise do Brasil no Pós-64. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORTIZ, R. Cultura brasileira & identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIVA, V. Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista. *Revista de Ciências da Educação*, São Paulo, Graal, n. 2, p. 83-86, 2000.

PARÈ, S. Grupos e Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 1961.

REIS, A. P. VC e a Comunidade. São Paulo: SESI, 1967.

A INCIDÊNCIA DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL E DA PÓS-MODERNIDADE NO SERVIÇO SOCIAL

Priscila Keiko Cossual Sakurada[294]

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a divisão do trabalho manual e intelectual na categoria e a mediação entre o agir e pensar. Para isso, partimos da analise de que, essas particularidades, são próprias no modo de produção capitalista, que na era da reestruturação produtiva, conta com a ideologia neoliberal, com vistas a negar a divisão de classes, reforçar o individualismo e de aprofundar o processo de fetichização próprias das relações mercantis. Nossa hipótese aqui é que o Serviço Social, mesmo com a constituição de um projeto crítico, alinhado com a teoria marxista, tem incorporado tendências neoliberais e pós-modernas.

Palavras-chaves: Serviço Social; Ideologia neoliberal; Pós-modernidade; Reestruturação produtiva; Trabalho.

ABSTRACT

This work aims to reflect on the division of manual and intellectual work in the category and the mediation between acting and thinking. For this, we start from the analysis that these peculiarities are characteristic of the capitalist mode of production, which in the age of productive restructuring has neoliberal ideology, with a view to denying class division, reinforcing individualism and deepening the process Of fetishization of mercantile relations. Our hypothesis here is that Social Work, even with the constitution of a critical project, aligned with Marxist theory, has incorporated neoliberal and postmodern tendencies.

Keywords: Social Work; Neoliberal ideology; Postmodernity; Productive restructuring; Work.

[294] Assistente Social (UFES), docente de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Serviço Social (UFRJ) e doutoranda em Serviço Social (UFRJ). E-mail: keikooo@gmail.com.
Eixo temático: Serviço Social no mundo e os movimentos sociais.

1 - Introdução

A partir da década de 1990, com o fim do Regime Ditatorial e reabertura democrática, o Brasil adentrou em um novo ciclo da reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Esta nova fase marca, não apenas a reconfiguração do mundo do trabalho, mas também a incorporação miserável do ideário liberal, caracterizado por uma racionalidade individualista, pragmática, deseconomizada e desistoricizada, ampliando o fetiche mercantil da vida social.

Com o objetivo de tratar sobre a incidência da ideologia neoliberal e pós-moderna no Serviço Social, nos concentraremos em discutir os elementos que atravessam a divisão do trabalho manual e intelectual na categoria e a mediação entre o agir e pensar. Outras características constitutivas destas incidências não estão sendo desconsideradas ou sendo caracterizadas como menos importantes. Escolhemos estes dois elementos por considerarmos cruciais nas discussões dentro da categoria, uma vez que, no cenário atual brasileiro, a classe trabalhadora tem sofrido diversos ataques nos seus direitos e organização.

Sabemos que as diversas contradições que se expressam no Serviço Social é fruto da condição assalariada, da inserção na divisão social e técnica do trabalho e do modo de produção capitalista, não se caracterizando enquanto elementos específicos da profissão. Assim, com o rigor teórico-metodológico e ético-político iluminado pela teoria crítico-dialética, buscaremos ao longo deste texto tratar esses elementos enquanto expressão de uma totalidade que conforma a reprodução capitalista.

2 – Reestruturação produtiva e a conformação da ideologia neoliberal

Conforme Harvey (2012), o esgotamento do padrão fordista-keynesiano nos anos de 1970 não decorreu unicamente da crise do petróleo e inflação, mas da própria capacidade do sistema capitalista comportar o atendimento dos direitos da classe trabalhadora e manter a extração da mais-valia. Assim, o sistema capitalista, para garantir as estratégias corporativas de sobrevivência, inicia uma reestruturação econômica e reajuste social e político que pôs fim ao compromisso fordista (HARVEY, 2012).

Caracterizado pelo surgimento de novos setores de produção, novos mercados e novas formas de fornecimentos financeiros, a acumulação flexível permitiu uma rápida mudança “dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas” (IDEM, IBIDEM, p. 140), ao passo que a reestruturação produtiva incorporou o

gerenciamento "just in time", a desterritorialização da produção e busca de novos espaços territoriais de exploração da força de trabalho – principalmente em países onde as legislações são brandas ou inexistentes e que tenha uma baixa tradição de luta sindical -, acentuando, desta forma, o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista (HARVEY, 2012; NETTO;BRAZ, 2006).

O Brasil que retomava os aspectos democráticos, não demorou a operar sob a nova dinâmica do modo de produção capitalista mundial. Na mesma década que elegemos diretamente o presidente da república – Fernando Collor de Melo -, as frações dominantes, internas e externas, reorganizaram o jogo político-econômico, de forma a suportar a participação do país por meio do padrão dependente e subordinado (FERNANDES, 2005) na esfera mundial.

Ainda que o governo de Collor de Melo tenha sido marcado pelo seu *impeachment*, o início da nova etapa do modo de produção capitalista se fez sentir por meio da ideologia neoliberal, garantindo assim, operar uma "transformação da diretriz central do pensamento e da administração econômica" (HARVEY, 2012, p. 12), implicando na contrarreforma do Estado, com vistas a preservar uma estrutura institucional apropriada para privilegiar o setor privado em detrimento dos interesses públicos (HARVEY, 2012; NETTO; BRAZ, 2006).

Ou seja, se tratou de um ataque direto as dimensões democráticas do Estado e suas funções "coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. [...] um Estado mínimo para o trabalhador e máximo para o capital" (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227).

Somado a isso, o neoliberalismo significou a incorporação cotidiana de como as pessoas interpretam, vivem e compreendem o mundo. Sua ideologia atingiu diretamente a capacidade criativa do homem. Considerando que no capitalismo vida é medida por meio da troca de mercadorias, "o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais do mercado. [...] procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado" (HARVEY, 2014, p. 13). Ou seja, é necessário que a "liberalização e desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado" (CHESNAIS, 1996, p. 25).

A partir disso, o que podemos observar é que a acumulação flexível:

> [...] foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de

> necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 2012, p. 148).

Assim, a ideologia neoliberal, ainda que não tenha inaugurado determinadas perspectivas, ela colabora para a sua intensificação, ao passo que verificou-se a adoção de hábitos, padrões de consumo e circulação voltados para uma cultura do consumo onde tudo é passível de se mercantilizar (NETTO; BRAZ, 2006; HARVEY, 2014).

A percepção de compressão do espaço-tempo que Harvey (2012) destaca, dentro do campo da produção do conhecimento e sociabilidade, vão se articular com perspectivas imediatistas, em que o importante é o agora. Para nós se trata de uma ideologia que busca desapartar qualquer possibilidade de apreensão da totalidade, reconfigurando todas as esferas da vida baseada no “fim da história”. Ou seja, qualquer formulação ou continuidade da história da humanidade e seu progresso deve considerar as necessidades imediatas e articuladas com os interesses do mercado e seus consumidores, se tratando assim de operar “transformações” no interior do capitalismo.

As implicações disto nas relações sociais vão aparecer na fragmentação e focalização da especialização do trabalho, reforçando a característica primeira da divisão do trabalho conforme Marx e Engels (2007), que é a divisão entre trabalho manual e intelectual. Essa cisão, que no modo de produção capitalista, permite criar uma falsa ideia de que existem diferentes níveis de conhecimentos, também reforça a “possibilidade” da consciência se dar desapartada das condições materiais de produção e reprodução social (MARX, 2015), ou seja, o agir pode se descolar do pensar.

Desta cisão, verificamos na dificuldade do trabalhador se reconhecer enquanto partícipe do processo de produção e enquanto classe, que na era da reestruturação também fragmentou os trabalhadores geograficamente, impondo limites na sua mobilização e organização, ao mesmo tempo em que impõem uma hierarquia entre trabalhadores (gerentes, coordenadores, etc.), velando a existência da divisão de classes.

Na forma particular do desenvolvimento da sociedade brasileira, essa hierarquia também será mediada arcaicamente pela elitização dos indivíduos, conferindo um certo “status” e ratificando a dominação de uma minoria em detrimento da maioria (FERNANDES, 2005; MINTO, 2014).

Sabemos que o espraiamento dessa concepção não pode operar sem a existência de uma teoria que a conforme. Assim, se o século XIX foi marcado pela perspectiva teórica

positivista (Comte e Durkheim) e estruturalista (Althusser), no século XX em diante, a ideologia neoliberal opera-se por meio das teorias pós-modernas, que em última analise significa a continuidade da negação da razão, da práxis social e da história na constituição do ser social (COUTINHO, 2010), prevalecendo uma analise individual e subjetiva do particular. Ou seja, se trata de concepções teóricas que vão discutir temáticas reduzidas a elas mesmas (mulher, negro, índio, gays, meio ambiente, etc.), sem localizar a condição histórico-universal destas particularidades. Ao negar a totalidade, as produções pós-modernas acabam por reduzi-la a um modelo tipificado, "dicotomizando objeto do conhecimento de objeto real" (MAZZEO, 2015, p. 66), ou seja, "o próprio entendimento do *ser social* em desenvolvimento" (IDEM, IBIDEM, p. 67).

Assim, ao analisar o particular desapartado da característica que assume no modo de produção capitalista em sua totalidade, as teorias pós-modernas sacrificam o conteúdo em detrimento da forma, o real ao ideal, o particular concreto ao universal abstrato (VÁZQUEZ, 2007), o que diretamente inviabiliza de propor respostas concretas para a realidade concreta.

3 – A incidência da ideologia neoliberal e da pós-modernidade no Serviço Social

No Serviço Social, a década de 1990 expressou o amadurecimento profissional acumulado desde os idos de 1970 com a vertente de intenção de ruptura (Renovação do Serviço Social). Esse amadurecimento possibilitou ao conjunto da categoria o seu reconhecimento enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que atua *na* e *sobre* a realidade, determinada pelo modo de produção capitalista em sua fase monopolista (NETTO, 2005; IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

A ruptura com os traços conservadores, que ainda denotavam uma visão messiânica e caritativa da profissão, se deu por meio do Código de Ética do Assistente Social (1993), Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) formuladas em 1996.

O amadurecimento teórico-metodológico e ético-político que o Serviço Social passa a experimentar a partir de então, possibilitou uma clareza da constituição e da razão de ser da profissão, tratando-se de uma categoria que tem como objeto de intervenção a Questão Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009), sendo seu caráter técnico-operativo realizado por meio das políticas sociais.

Com o advento da ofensiva neoliberal e as contrarreformas operadas no Estado, as políticas sociais cada vez mais perdem seu caráter universal, se direcionando a extrema pobreza, tratando-se de uma degradação dos direitos socialmente conquistados pela classe trabalhadora. Sob esta lógica, os direitos sociais e políticos são delineados de forma individualizada, reforçando a aparência (necessária) da sociedade enquanto um somatório de vontades cívicas, mas afastada das decisões políticas (DIAS, 1998). Ademais, ao se criar uma cisão entre a essência e aparência das formas mercantis, a investida neoliberal tem o objetivo claro de negar o papel das classes e de suas lutas (IDEM, IBIDEM).

Para profissões que atuam, sejam na operacionalização, sejam na gestão destas políticas sociais, essa reconfiguração significou na fragmentação, desprofissionalização e focalização, reduzindo as possibilidades de uma atuação mais integrada com as demais políticas. Verificou-se também uma desresponsabilização do Estado, uma vez que as contrarreformas direcionaram a responsabilidade para a dita sociedade civil, e na retomada da filantropia, agora sob o viés mercantil, principalmente com a atuação das instituições privadas (MONTAÑO, 2010).

No que diz respeito às condições de trabalho que estas profissões assumem, temos vínculos trabalhistas extremamente frágeis via contratos temporários, terceirização, contratos por meio de bolsas técnico-científicas, ausência de direitos trabalhistas como férias e décimo terceiros, e possibilidades de mobilização via sindicatos.

O que podemos perceber é que, sob essa lógica, a especialização do trabalho assume a face mais expressiva da divisão do trabalho no capitalismo: a divisão entre trabalho manual e intelectual. Isso porque, sob o horizonte ideológico da fetichização das relações sociais mercantis, o discurso da flexibilização tenta elevar ao máximo a desqualificação profissional, garantindo uma total integração da subjetividade classista dos trabalhadores à ordem capitalista (DIAS, 1998).

No Serviço Social isso é verificável quando analisamos alguns espaços profissionais, onde existem mais de um tipo de vínculo trabalhista entre os profissionais (estatutário, terceirizado e temporário), dividindo os trabalhadores e fragilizando as ações continuadas dos profissionais, recolocando, em muitos casos, as intervenções na imediaticidade burocrática das demandas e respostas institucionais.

Aos profissionais que assumem cargos de gestão, suas atividades, muitas das vezes, correspondem em responder burocraticamente aos demais gestores, afastando sua participação do cotidiano da instituição, e tendo que assumir a função de “vigilante” das

atividades dos demais profissionais. Há também casos de gestores que acumulam funções profissionais da "ponta", gerando numa maior sobrecarga de trabalho (e adoecimento), e em muitos casos, na impossibilidade do profissional realizar uma analise mais crítica do seu fazer profissional.

Outra característica da divisão do trabalho, que reforça a visão pós-moderna sobre o trabalho na categoria profissional, é a falsa divisão entre "aqueles que pensam" e "aqueles que executam". Essa lógica que está articulada ao modo de produção capitalista e que também se reproduz pela conformação social brasileira, coloca uma falsa cisão entre os profissionais que atuam no espaço da docência e os que atuam na "ponta": Aos assistentes-sociais docentes competem as atividades exclusivas da docência, enquanto aos da "ponta" executar as políticas sociais, como se as atribuições privativas do Serviço Social fossem reduzidas a operacionalização das políticas sociais públicas e privadas.

E mesmo quando há o reconhecimento do docente enquanto trabalhador, essa falsa cisão reforça uma hierarquia entre trabalho manual e intelectual e do isolamento do espaço universitário, seja por meio de docentes, seja por meio de profissionais da "ponta", que não conseguem mediar que, as problemáticas e contradições do capitalismo, se expressam em todos os campos em sua forma particular, e que não existe um lugar que o modo de produção capitalista não tenha penetrado, ou seja, não existe lugar com condições ideais que favoreçam o trabalhador.

Desta feita, essa falsa divisão, para além da fragmentação da atividade e do reconhecimento de classe pelo trabalhador, vai reforçar uma divisão entre agir e pensar, reafirmando uma falsa aparência de que seja possível desenvolver:

> [...] "a autoconsciência" – ou, para parecer perfeitamente materialista, numa séria de pessoas, que representam "o conceito" na história, nos "pensadores", nos "filósofos", nos ideólogos, concebidos como os fabricantes da história, como "o conselho dos guardiões", como os dominantes (MARX E ENGELS, 2007, p. 50).

Sabemos que a lógica de isolar o espaço universitário da totalidade do real é parte constitutiva do padrão de ensino superior capitalista que, sob o viés pragmático, tem feito incisivos ataques à universidade para que ela reproduza um conhecimento teórico desapartado da realidade e/ou aplicado para os interesses mercantis.

Sem compreender os determinantes estruturais que conformam um determinado padrão de educação superior e de trabalho, ao tratar a categoria dividida em profissionais na docência e da "ponta", o que percebemos é que esse discurso acaba por reforçar a existência de uma hierarquia entre trabalhadores. E essa hierarquia aparece quando trata o

assistente social que está na docência enquanto intelectual desvinculado de um projeto de classe (SEMERARO, 2006) e que estão acima dos sujeitos que compõem a sociedade.

O que, conforme Gramsci (1957 apud MÉSZÁROS, 2008, p. 49) se coloca como uma falsa dicotomia já que:

> [...] não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o Homo faber não pode ser separado do Homo sapiens. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um "filósofo", um artista, um homem com sensibilidades; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e portanto contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento.

A hierarquia e divisão entre trabalho manual e intelectual em última analise, expressa-se por meio de profissionais que se afastam dos problemas reais que são colocados para a classe trabalhadora, e no que se refere especificamente ao Serviço Social, na dificuldade de pensar soluções concretas de intervenção profissional alinhada ao projeto crítico profissional e de contribuir na luta mais geral dos trabalhadores.

Outra característica que também tem comparecido dentro do Serviço Social é a retomada do praticismo em contraposição a uma reflexão sistemática e articulada com a produção teórica. Seja, pela sobrecarga do cotidiano profissional, ou por considerar que a reflexão sistemática e sistematizada deva ficar restrita à universidade. Conforme Santos (2011), isso é verificável quando ouvimos que "na prática, a teoria é outra".

Sabemos que esse discurso está articulado com a razão miserável pós-moderna, que converte o processo cognoscitivo em explicações de fenômenos, gerando uma interpretação do real reduzida ao imediato e em si mesma, como se a compreensão do real no processo de abstração se limitasse a reproduzir idealmente em conceitos o todo caótico (KOSÍK, 1976).

As implicações disso é a reprodução fetichizada da vida social, imediatismo e, em certa medida, em uma razão irracionalista, que não permite ao homem conhecer o seu modo de apropriação do mundo e nem os elementos constitutivos que vão moldar o seu sentido subjetivo e objetivo (IDEM, IBIDEM), reproduzindo o todo pelo imediato.

Desde o final dos anos 2000, mundialmente temos passado por uma dita crise política. Tal crise, que na verdade expressa a contradição capitalista de responder as necessidades reais da população e da ampliação capitalista, converteu-se, por meio das frações dominantes, no direcionamento de ataques as correntes progressistas e de esquerda, consideradas retrógadas e limitadoras dos direitos individuais.

Na sociedade brasileira esses ataques estão articulados com a necessidade da recomposição hegemônica das frações conservadoras dominantes e seus elementos "arcaicos" de bloqueio da participação da massa da sociedade (FERNANDES, 2005), que se mesclou com o "moderno" da ideologia neoliberal.

Ao analisar esses elementos, o que percebemos é que se trata de negara divisão de classes sob o discurso da harmonia social e do "fim da história", cabendo à sociedade brasileira "reformar" de forma mais "humana" o sistema capitalista vigente. Ou seja, se trata de ampliar o grau de exploração da classe trabalhadora e extração da mais-valia, sacrificando unicamente o trabalhador.

O discurso da "crise" política, que contou com a participação da mídia e dos programas governamentais, alcançou os diversos espaços de participação e mobilização da classe trabalhadora, na essência, reproduz a capacidade ideológica da reestruturação produtiva de neutralizar as classes subalternas e de realizar uma revolução passiva de despolitização da luta (DIAS, 1995), retomando velhos valores conservadores e antidemocráticos.

Ao longo dos últimos vinte anos, a categoria tem pautado na organização e mobilização do conjunto, garantindo o espraiamento do Projeto Ético-Político. Contudo, considerando que a realidade é dinâmica e que, no interior do Serviço Social o que verificamos não deixa de ser a expressão própria da organização e mobilização da classe trabalhadora, ainda que tenhamos um projeto profissional de expressão hegemônica, o que temos visto é uma reprodução estranhada de ecletismo por alguns profissionais. Esse imbróglio acaba comprometendo, diretamente, o caráter ético-político da intervenção profissional, principalmente quando o profissional não consegue compreender que os valores e princípios contidos no Código de Ética do Assistente Social não são passíveis de se alinhar com os valores e perspectivas burguesas e conservadoras.

Sabemos que esse ecletismo não é algo inédito no Serviço Social. Consuelo Quiroga (1991), desde o final da década de 80 já nos alertava para a problemática do ecletismo teórico positivado do marxismo. Contudo, o que temos observado, seja pelos discentes, seja pelos assistentes sociais, é um reforço desse ecletismo com forte resistência a teoria marxista.

Alinhado a substituição da razão e pelo praticismo imediatista de incidência pós-moderna, o que vemos é uma intervenção profissional que nega o processo de construção de valores enquanto expressão e resultado das relações e situações sociais historicamente

determinadas, colocando a reprodução desses valores como condição natural, autônoma ou substantiva, desapartada "da particularidade com a universalidade genericamente humana" (HELLER, 2000, p. 5).

Assim, não é de estranhar o (res)surgimento de grupos profissionais com viés liberal-burguês e conservador, como por exemplo, "Serviço Social libertário", que tem realizado tensionamento na formação profissional pela adoção de teóricos da Escola Austríaca, principalmente Ludwig Von Mises, e supressão de Karl Marx (Menos Marx, mais Mises).

Sob a pretensa "neutralidade axiológica" (WEBER, 1999), o que temos visto com esse ecletismo é uma multiplicidade de abordagens que, no plano metodológico, acaba por transpor os valores ideológicos conservadores na intervenção profissional, em contraposição aos aportes teórico-metodológicos e ético-políticos assumidos pelo Serviço Social ao longo dos últimos 30 anos, resultando num fazer profissional mistificado, onde, sequer o profissional consegue identificar a sua relação com as ideologias dominantes (MÉSZÁROS, 2014).

Considerando que esses exemplos são mediados pela realidade concreta, é necessário entender que, o que aparece no Serviço Social está articulado com os determinantes últimos do capital. Essa nova fase do capital é marcada pelo aprofundamento das contradições na sociedade e da não socialização do poder, reforçando a concepção de dominação, autoritarismo e burocratismo (SEMERARO, 2006) historicamente estruturado no país, que, com a ideologia neoliberal, aparece sob a falsa aparência de homogeneização da sociedade.

A isso, nos cabe à atenção para compreender que não se trata de um fenômeno conjuntural, ele é estrutural, tanto das bases constitutivas da profissão e do sincretismo teórico (NETTO, 2011), quanto da razão miserável que comparece nas teorias burguesas (COUTINHO, 2010).

Considerações finais

A conjuntura atual não é favorável à classe trabalhadora. A contrarrevolução burguesa (FERNANDES, 2005) da ideologia neoliberal coloca múltiplas questões nas diversas esferas da vida do trabalhador. E o Serviço Social não deve se furtar das lutas mais gerais, afinal, a luta para superar esses ataques só se faz coletivamente pela classe trabalhadora. Assim, pensar nas possibilidades de resistência dos trabalhadores, exige de

nós, (profissionais) a compreensão das particularidades e limites que determinam o Serviço Social.

Se queremos construir respostas profissionais concretas em prol da classe trabalhadora, é necessário que retomemos a discussão da categoria mediação, que para nós, é a categoria que nos permite apreender a totalidade mediando o universal e particular, rompendo com a visão de que é possível separar o agir do pensar.

Somado a isso, precisamos superar a falsa ideia de que há uma divisão na categoria, nos reconhecendo enquanto unidade e trabalhadores, que, na divisão social e técnica do trabalho assume uma função especializada de intervenção na Questão Social. Pois, do contrário, vamos contribuir para reforçar a divisão do trabalho no modo de produção capitalista

Refletir sobre as problemáticas que comparecem no Serviço Social não significa realizar uma analise endógena. Significa compreender que a profissão é permeada pelos determinantes do modo de produção capitalista, podendo, na sua particularidade, reforçar este modo de ser ou tensionar (dentro e fora da categoria) a hegemonia capitalista.

Por fim, a contradição não está “lá fora”, ela também se produz e reproduz na profissão. É preciso realizar a autocrítica. Pois, só assim podemos garantir a direção assumida com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, não se tornando a defesa dele mero jargão.

Referência Bibliográfica

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Notícia. Vêm aí eleições extraordinária do Conjunto CFESS-CRESS. Brasília, 03 jun., 2017. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1381>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. Edital de Convocação. Brasília, 06 de jul., 2017b. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Edital-ProcessoEleitoralCfessCress-Extraordinario.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

CHESNAIS, François. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. Outubro Revista, vol. 01, 1998. Disponível em: < http://outubrorevista.com.br/reestruturacao-produtiva-forma-atual-da-luta-de-classes/>. Acesso em: 28 ago. 2017.

FERNANDES, Floresta. A revolução burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. São Paulo: Global Editora, 2008.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2009.

KOSÍK, KAREL. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política – Livro I – o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZEO, Antonio Carlos. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. A Educação Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. O poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINTO, Lelo Watanabe. A educação da “miséria”: particularidades capitalistas e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras expressões, 2014.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

QUIROGA, Consuelo. Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, Claudia Mônica. Na prática a teoria é outra? - mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2011.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. Campinas: Caderno Cedes, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set/dez., 2006.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Editora UNB, 1999.

LUTAS POPULARES NAS CIDADES E A PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL

Natália Coelho de Oliveira[295]

Resumo: Este artigo reflete parte da contribuição e produção acadêmica de assistentes sociais sobre as experiências de trabalho com participação popular e mobilização comunitária realizadas entre a década de 1960 e 1980, período este que possibilitou um avanço no trabalho de conscientização e educação popular junto aos movimentos populares urbanos, proporcionando um legado teórico-metodológico para a categoria profissional e relevantes reflexões sobre a nossa prática. Este estudo faz parte da pesquisa documental em artigos da Revista "Serviço Social e Sociedade" e nas principais obras datadas deste período histórico.[296]

Palavras-chave: Participação Popular; Serviço Social; Direito à Cidade; Movimentos Sociais

Abstract: This article reflects part of the contribution and academic production of social workers on the experiences of work with popular participation and community mobilization carried out between the 1960s and 1980s, a period that allowed for an advance in the work of raising awareness and popular education with the movements Urban legacy, providing a theoretical-methodological legacy for the professional category and relevant reflections on our practice. This study is part of the documentary research in Magazines articles "Social Service and Society" and in the main works dating from this historical period.

Keywords: Popular participation; Social service; Right to the City; Social Movements

[295] Professora Substituta do curso de Serviço Social na UFF Rio das Ostras, Mestre em Serviço Social pela UERJ (2016), Especialista em Gestão do Território (UERJ) e em Política e Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ), Assistente Social de formação (UFF). Email: nataliacoelho2014@gmail.com

[296] Este levantamento faz parte da Dissertação de Mestrado (UERJ) intitulada "Habitação e Serviço Social: das origens históricas ao trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)."

1. INTRODUÇÃO

A estrutura do artigo propõe apresentar a produção intelectual da categoria profissional no período de maior visibilidade em assessoria aos movimentos sociais urbanos, na década de 1980, que demonstra um período rico de aproximação entre o profissional e a população, a partir dos trabalhos de mobilização, conscientização e participação popular.

Por meio da crítica ao Desenvolvimento de Comunidade, que durante a década de 1950 e 1960, o Serviço Social, por meio da sua prática desenvolveu junto ao trabalho com comunidade a participação social vinculada à promoção do desenvolvimento econômico de forma acelerada com vistas à superação do "atraso" urbano e social. Influenciado pelo questionamento desta prática e pelo contexto histórico, a categoria profissional busca novas bases de legitimação e elabora um método de trabalho social de perspectiva mais crítica, considerando as particularidades da realidade social.

Com esta vinculação clara e compromisso a classe trabalhadora, no processo de Reconceituação do Serviço Social, foi desenvolvido um vínculo orgânico com a população na prática profissional. Este período foi marcado pelo movimento de ruptura com a burocracia e tecnificação no trabalho do assistente social. Esse reconhecimento da dimensão política do exercício profissional possibilitou um trabalho mais amplo de conscientização e mobilização social com movimentos urbanos de luta pelo direito à cidade, neste período de grande produção intelectual da categoria profissional e socialização de experiências de trabalho relevantes junto à classe trabalhadora.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Mobilização comunitária e Serviço Social

O tema mobilização comunitária começou a ser discutido nos Seminários de Desenvolvimento de Comunidade durante o período entre 1951 e 1966. Nestes seminários, a temática *Desenvolvimento de Comunidade,* geralmente como instrumento de trabalho, era compreendida como uma:

> técnica que, tendo por base, a discussão de assunto específico, em grupos informais de debate, levam seus integrantes, elementos representativos da comunidade (lideranças, entidade e povo) intencionalmente organizados, a uma tomada de consciência dos problemas e recursos da mesma, tornando-os preparados a realizarem trabalho onde prevaleça o espírito comunitário em uma forma coordenada e harmônica". (AMMANN, 2013, p. 214).

Expressava uma construção ideológica tipicamente funcionalista[297], com foco sobre o controle do processo de intervenção, esmiuçado em procedimentos, etapas, instrumentos. No livro "Manual de Operacionalização de Serviço Social de Comunidades", citado por Ammann (2013), esboçam-se didaticamente etapas do processo como técnica a ser desenvolvida pelos assistentes sociais, tais como: o diagnóstico, a programação e a intervenção social.

No Desenvolvimento de Comunidade tradicional[298], relata Ammann (2013, p. 214), o técnico atuará junto às lideranças locais, indicadas estas pelas lideranças formais como, "prefeito, vereadores, dirigentes religiosos. Essas lideranças é que devem nomear pessoas que vêm atuando na comunidade, há tempos, em ações para benefício da comunidade". Dessa forma, o trabalho desenvolvido tinha um caráter elitista, baseado e reprodutor das estruturas de poder existentes, e era avaliado conforme os interesses da classe dominante.

A relação entre o assistente social e a população era baseada entre sujeito e objeto: o técnico era o sujeito da ação e considerava-se como objeto a população usuária, esta em segundo plano.

Ammann (2013) exemplifica:

---

[297] Guilherme (2012, p. 134) pontua que a "noção de integração social, segundo o molde funcionalista, se confirma através da proposta de educação social do homem rural. As Missões Rurais criadas pelo Ministério da Agricultura, em 1951, que contavam com equipes interdisciplinares, inclusive assistentes sociais, partiam da convicção de que na educação de base encontra-se a solução para o problema do "atraso cultural" da população campesina, que era considerada "disfuncional" ao sistema e necessitava ser integrada. As equipes estimulavam a organização de grupos visando a que os mesmos desenvolvessem o estudo e solução de problemas locais.".

[298] Segundo Guilherme (2012, p. 134, 135) "o desenvolvimento de comunidade assume caráter de mecanismo de ação sobre o capital humano, a partir de sua experiência comunitária, e estimula o próprio povo a participar do planejamento e da realização de programas destinados a elevar o padrão de suas vidas por meio de esforços somados entre o povo e o governo. As comunidades deveriam encerrar as razões e as causas de seu desenvolvimento, bem como as condições para que isso acontecesse.". É no período entre 1960 e 1964 que o Desenvolvimento de Comunidade, como instrumento técnico-metodológico implica participação e o planejamento popular. Diante disso, as práticas e produções teóricas registram divergências, apresentando, portanto, dois movimentos no interior da prática profissional, segundo constata Ammann (2013), o primeiro de caráter mais aclassista e acrítico e o segundo que concebe a participação como importante para a mudança das estruturas sociais, com vinculação de um projeto de classe.

> O assistente social preocupa-se em conhecer a cultura da comunidade, principalmente suas normas e valores. Ele terá o cuidado quanto à escolha do projeto, no diagnóstico. Ele deverá procurar conhecer as causas maiores das situações ou dos bloqueios que intervêm no desenvolvimento local. É preciso que o técnico ajude as pessoas a compreenderem os porquês de determinadas situações ou bloqueios, considerando os comunitários. (AMMANN, 2013, p. 216).

A partir de uma perspectiva dialética que considera o contexto histórico das relações sociais e processos de dominação e exploração vigentes nas sociedades capitalistas, são elaborados outros conceitos de participação social dos quais consideram a participação social no cotidiano como prática social concreta[299]. Influenciados por Lefebvre, por exemplo, as formas de participação analisadas por Lima (1979) concebem o cotidiano como centro real da práxis, onde o processo produtivo desempenha um papel fundamental.

A articulação entre os movimentos sociais e o Desenvolvimento de comunidade foi gestada com as experiências de movimentos de educação de base junto aos sindicatos rurais, que procurava estabelecer um vínculo orgânico entre intelectuais e as classes dominadas, pelo viés dos movimentos sociais. Outras obras foram elaboradas, como "Serviço Social de Comunidade numa visão de práxis", também produzido por Santos (1983). Tal obra tem como base a práxis social como seu suporte metodológico, analisando o processo ensino-aprendizagem do Serviço Social de Comunidade nos currículos dos cursos, especialmente junto a Universidade Federal do Pará e instituições de Serviço Social de Belém.

Nestes estudos, foi verificada a influência do Serviço Social de Comunidade na formação de técnicos e "alguns reivindicam que a ação deveria contribuir para o avanço da consciência política do povo brasileiro através de trabalhos junto à população explorada e oprimida, partindo da luta de classes". (AMMANN, 2013, p. 220)

Os que acreditam na práxis transformadora, a partir da adoção de uma perspectiva dialética, passam a ter um posicionamento que privilegia os movimentos populares, "como alternativa de práticas extrainstitucionais, dentre elas os sindicatos, as comunidades eclesiais de base, as associações de moradores, etc.". (AMMANN, 2013, p. 220). Alguns até consideravam que o Serviço Social deveria optar somente pelas organizações populares,

[299] Neste período são produzidas as obras: LIMA, Sandra A. Barbosa. Participação social no cotidiano. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979, p. 18 e 35 e a AMMANN, Safira Bezerra. Participação social. São Paulo: Cortez, 1977.

pois a partir delas que se conhece a realidade concreta da população e acreditavam que apenas desse modo poderiam "liberar o Serviço Social da dependência institucional, ou seja, do Estado e da classe dominante". (ibid.). Tal perspectiva integrava um dos temas característicos dos debates profissionais, na transição aos anos 80, sobre os limites e possibilidades do trabalho do assistente social nas instituições. Assim, Silva apud Ammann (2013) defendia que os movimentos sociais são alternativas que propiciam "maior liberdade de ação, oferecendo uma prática profissional mais comprometida com as classes populares". (ibid., p. 220).

Cabe destacar a importância do conceito de práxis social, à época, para pensar a ação profissional: na qual a ação transformadora de uma realidade propunha a construção de um novo projeto de sociedade a partir da prática social consciente. Tendo como base o movimento de ação-reflexão, tal projeto de ação visava a participação no cotidiano e o seu engajamento nos movimentos populares, ainda com a preocupação dos interesses da população usuária.

Silva apud Ammann (2013, p. 221) ressalta que a proposta era superar o caráter aclassista e apolítico do DC tradicional, mas ela considera que o Desenvolvimento de Comunidade se encontra no âmbito das políticas sociais como "condição importante para chegar ao desenvolvimento do país, com os movimentos sociais, ajudando na mobilização e organização em seus enfrentamentos e ações". Por isso, irá propor a democratização do método, colocando-o a serviço dos interesses das classes populares.

As temáticas a serem estudadas como comunidade, desenvolvimento e participação passam a reorientar os objetivos do trabalho do assistente social e a instrumentalizar o Desenvolvimento de Comunidade, a partir das atribuições profissionais, os instrumentos, as técnicas e as estruturas de apoio.

A autora Maria Luiza de Souza, na sua obra "Desenvolvimento de Comunidade e Participação"[300] propõe o processo pedagógico de "autonomização das camadas populares e enfrentamento dos interesses e preocupações da população comunitária", introduzindo no conceito de comunidade uma perspectiva de classes sociais. (AMMANN, 2013, p. 222)

Ammann salienta que o ponto de vista de Souza baseia-se na centralidade do local de moradia enquanto ponto de encontro entre o Desenvolvimento de Comunidade e os movimentos populares, assim como os espaços de moradia podem possibilitar uma

[300] Referência completa: SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e participação. São Paulo: Cortez, 1987, p. 75 e 139.

transformação social. Então é estimulada e desenvolvida a participação, considerada como "processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade concreta". (AMMANN, 2013, p. 223).

Arlete Tessitores *et al.* (1980, p. 117), na Revista Serviço Social e Sociedade, número 3, a partir da experiência do trabalho social nas áreas central e periférica da cidade de São Paulo, em parceria com os alunos do CEBRATS – Centro Brasileiro de Trabalho Social, no trabalho de assessoria aos moradores que lutavam por melhores condições de infraestrutura urbana, desenvolveu uma metodologia de trabalho que se baseou em três eixos: *conscientização, organização e transformação*. O primeiro eixo refere-se ao processo que emerge da prática social, ao conhecer a essência da realidade objetiva; o segundo representa a forma necessária ao fortalecimento da luta pela transformação; e o último se remete à negação da qualidade atual de uma realidade, surgindo um novo estado.

Esta metodologia surgiu por meio de uma crítica à prática profissional aliada à classe dominante. Ao ser reconhecida essa nova metodologia e as contradições existentes das classes sociais, ação profissional, através do desenvolvimento de comunidade, se inscreve na luta de classes.

Durante a Ditadura Militar, Martha Terezinha Godinho (1980, p. 151) analisa a política habitacional inserida no sistema político autoritário e concentrador de renda, no artigo na *Revista Serviço Social e Sociedade, número 2,* e relata que a participação, neste momento, é vista como um "mito", pois ao inserir a participação comunitária nas ações de habitação popular, a referida participação se dará como "um instrumento de ação dessa política", com um viés de controle social, eficiência da máquina pública e modernização do Estado.

A grande questão colocada para o papel do Serviço Social na política habitacional, durante o regime militar, se pautava na saída da sua condição de "amaciador do sistema", por meio das ações de seleção de demanda habitacional, a partir dos critérios definidos pelo Sistema Financeiro de Habitação. Neste sentido, a sua prática social enquanto trabalhador estava vinculada ao avanço da democratização brasileira e da política habitacional.

Para Godinho (1980, p. 155), é no contexto da organização das forças sociais como os movimentos de favelados, moradores de loteamentos clandestinos, movimentos populares de bairros, etc., que a moradia irá se colocar como questão dinamizadora dos conflitos urbanos, através do confronto direto com o Estado. A necessidade de reorientação da prática profissional também sofrerá a influência da rearticulação da organização sindical

da classe trabalhadora, que irá se expressar na formação de um "novo sindicalismo" que também irá atravessar a experiência do assistente social enquanto trabalhador, parte do trabalhador coletivo, e, nesse sentido, integrante da classe trabalhadora. Tais experiências sociohistóricas e políticas transbordam os limites dessa dissertação. Importa ressaltar que o fato histórico da existência de sujeitos e projetos em disputa na classe trabalhadora e na sociedade brasileira, estimulará e desencadeará o debate sobre o papel social da profissão, em especial nesse contexto de redemocratização da sociedade brasileira. Será nesse contexto que emergirá a defesa do assistente social enquanto "agente social" capaz de mobilizar, facilitar e assessorar os movimentos populares que estão em conflito com a estrutura social, numa perspectiva de transformação social e redefinição da política habitacional.

Durante o processo de abertura política do regime ditatorial, pode-se observar que algumas prefeituras de oposição consideraram a organização coletiva dos moradores para realizar ações sociais em torno das reivindicações dos serviços urbanos e melhorias em infraestruturas nas favelas e comunidades.

A cultura do associativismo em Santa Catarina, nos mostra que, a partir das demandas dos moradores, as prefeituras começaram a se organizar em frentes de ação. Em decorrência disso, são organizados: associações de moradores, conselhos de pais de alunos, núcleo agrícolas, hortão comunitário, clube de mães, e outros, por iniciativas dos moradores a fim de pensar nas necessidades sociais de forma coletiva e organizada. Para Ammann (2013, p. 225), as associações funcionam como "cooperadoras do Estado, não se constituindo em movimentos sociais, que tem caráter contestador face àquela instância".

A técnica do mutirão foi utilizada para a construção das obras, dos equipamentos que os moradores precisavam e também das suas habitações. O Prefeito da cidade de Lages acreditava que "qualquer grupo de pessoas com um mínimo de assistência técnica, é capaz de erguer sua própria moradia". Assim o mutirão da habitação se tornou o carro chefe do programa governamental. Só recebia a casa, quem trabalhasse na construção dela ou de seus companheiros (AMMANN, 2013, p. 225). Apesar dessas iniciativas mais democráticas e coletivas, o problema fundiário não foi questionado. Existia uma massa de trabalhadores rurais sem terra e sem condições de trabalho e subsistência, contrastando com a existência de grandes propriedades autossuficientes, ao lado de pequenas propriedades altamente dependentes (AMMANN, 2013).

2.1 O Serviço Social e a inserção nos movimentos sociais urbanos

A reorganização da sociedade civil no processo de redemocratização do país, em meados da década de 1980 recoloca ao Serviço Social o debate sobre o compromisso com a classe trabalhadora, "principal protagonista das lutas sociais no período". (AMMANN, 2013, p. 232). Por um lado, a crítica sobre o Desenvolvimento de Comunidade "desvendera seu caráter ideológico, reiterativo e manipulador". De outro, o processo de renovação do Serviço Social "apontara os limites da ação profissional no interior das instituições." (AMMANN, 2013, p. 230) Considerava-se que o papel legitimador das instituições, no que concerne à dominação e exploração de classe, "exerce um consentimento das classes dominadas para assegurar a hegemonia dominante sobre o conjunto da sociedade." (ibid.).

Inicia-se, neste momento, uma crítica à participação social que era pautada nos projetos de desenvolvimento de comunidade nas décadas de 1950 e 1960, quando a Ação Comunitária tinha o papel de "acelerar o desenvolvimento, nos moldes em que ele é ditado pelo poder central", ou seja, pelo governo federal. O debate no interior da categoria nesta época era um dilema do assistente social por atuar como funcionário das instituições e assim colaborar com a classe dominante na exploração da classe trabalhadora. Neste sentido, a profissão experimentou outros campos extrainstitucionais e iniciou a produção de um novo projeto profissional, distante dos modelos que reforçavam a ideologia dominante.

A ação com os movimentos populares se deu como uma alternativa de criação de um vínculo orgânico com a classe dominada, como foi o caso do Chile, no início de 1970. No Brasil, somente no final da década de 1970, as universidades passaram "a definir seu campo de prática com base em grupos engajados em lutas de transformação social", com maior visibilidade. (AMMANN, 2013, p. 230)

Exemplos destas experiências, podemos ressaltar a participação dos cursos de Serviço Social da PUC-SP e Universidade de Brasília (UNB), os quais socializaram suas publicações, principalmente nas revistas Serviço Social e Sociedade onde podemos encontrar esses registros. Neles podemos verificar que essas práticas eram desenvolvidas nas disciplinas de Serviço Social de Comunidade com muitos alunos que estavam praticando o estágio. Um dos exemplos da experiência de Brasília foi com o movimento popular da comunidade de Ceilândia, com associações de bairros, conhecido como os "Incansáveis".

A prática do Serviço Social da PUC de São Paulo, junto ao movimento popular, se deu por meio da criação de um projeto piloto, com a população residente na periferia da cidade. Ela foi concretizada pela inserção do Movimento de Loteamentos Clandestinos, cujos objetivos em 1978 eram conscientizar os moradores dos loteamentos quanto à situação da ocupação, aumentar a participação dos moradores nos bairros, formação de lideranças, organização permanente do bairro, articulação deste movimento a outros da cidade. (AMMANN, 2013). A atuação dos assistentes sociais consistia no assessoramento à população no contato com as instituições e órgãos responsáveis para resolução dos problemas dos bairros. Organizavam ida coletiva à prefeitura, socializavam informação, mapeavam a área. Os assistentes sociais procuravam institucionalizar a demanda e reinvindicações dos moradores por meio das ações da prefeitura, prioridades estas que foram, muitas vezes, redimensionadas com a pressão popular. Sendo assim, o assessoramento à população de modo a preparar o trabalho de pressão junto à prefeitura cooperou no sentido de levantar as reais necessidades da área no que se refere à infraestrutura e equipamentos sociais; problematizavam com a população sobre a precariedade ou inexistência destes serviços urbanos, os interesses assumidos pela gestão pública, o papel e significado dos movimentos populares na concretização das reivindicações, elaboração de estratégias coletivas e fortalecimento da organização popular, articulação com outros movimentos de nível regional. Neste sentido, seu saber técnico encontrava-se socializado junto à população.

Em São Paulo, ainda por meio institucional, foi realizava uma supervisão regional no bairro de Campo Limpo em 1981, junto com o movimento popular conhecido como Invasão do Parque Europa. Assim sendo, a equipe de Serviço Social acompanhava a ocupação na organização das suas reivindicações, por meio da elaboração de abaixo-assinados para destinar habitações populares, esclarecer a população sobre os riscos da ocupação da área, mas como o aparato repressivo estava bem organizado, a ocupação foi desfeita pela coerção e iniciou o despejo. Mas, futuramente, foi organizada uma ocupação em equipamento público como solução habitacional e a prefeitura se comprometeu a realizar a infraestrutura necessária no entorno. A equipe do Serviço Social, ao final desta experiência, tirou a conclusão de que se deveria privilegiar o trabalho junto às bases, com a nucleação em pequenos grupos, conforme relato na Revista Serviço Social e Sociedade, número 5.

No mesmo artigo, intitulado *"O Serviço Social e os movimentos sociais – uma experiência de trabalho em Loteamentos Clandestinos"*, da Revista Serviço Social e Sociedade, número 5, de 1981, fruto da vivência de alunos de estágio, onde puderam

produzir seus trabalhos de conclusão de curso sobre esta experiência, nos mostram que a intenção dessas experiências foi de superar uma visão fragmentada da realidade. Tal ação sempre voltada para o fortalecimento de políticas sociais no entorno de um Estado fortemente autoritário e centralizador. Somente nesta década, a prática profissional demonstra um movimento inicial de ruptura com a burocracia e tecnificação.

O reconhecimento da sua dimensão política, na contribuição do processo de conscientização e mobilização social é visto como um confronto de posições que possibilita saltos qualificativos na organização da população. É neste contexto que o Serviço Social passa a adotar o método das Ciências Humanas, a *Investigação-Ação,* como uma primeira aproximação com a realidade por meio de participação de atividades significativas com a comunidade para o entendimento da população e sua forma de organização e suas expressões. Assim, é considerado que a sistematização e elaboração científica complementam a sua ação, entendendo o assistente social enquanto agente da transformação.

No artigo da Revista Serviço Social e Sociedade, número 8, intitulado "*Profissional-População uma luta conjunta"* elaborado por Araújo *et al*. (1982, p. 36) retrata o trabalho de mobilização, orientação e encaminhamento realizado por assistentes sociais em favelas da Zona Norte de São Paulo no ano de 1976, próximas ao Rio Tietê. A partir da fala dos moradores é perceptível que os assistentes sociais contribuíam para a organização interna dos moradores, colaborando com informações, propiciando condições para a auto-organização dos moradores na luta por luz, água, creche universitária, urbanização dos loteamentos, considerando que a população acreditava que a equipe profissional tinha respaldo institucional, o que facilitava a concretização das melhorias urbanas pelos órgãos públicos, reivindicadas pelos moradores.

As reflexões de Siqueira *et al.* (1982) contribuem para esta análise, no artigo da mesma Revista Serviço Social e Sociedade, número 8, chamado "*As contradições e o Espaço Profissional na prática do Assistente Social*", demonstra a atuação dos assistentes sociais na assessoria à organização popular com o movimento social urbano das Favelas Funerária e Beibinha, em São Paulo, a partir de depoimentos de assistentes sociais que realizaram esse trabalho.

Nele, uma profissional deixa claro que o objetivo da atuação profissional era fazer com que 1) a população assumisse a posição de agente da história, a partir de sua participação pessoal e na mobilização do conjunto de lutas em busca da solução de suas

necessidades; 2) elevar seu nível de consciência à medida que passaria por experiências vivas, vivências através do processo de luta e 3) contribuir para o seu grau de organização, comunitária e social.

Dessa forma, este trabalho de fomento à participação social, possibilitou construir junto dos moradores uma pauta de reivindicações que se relacionam às necessidades fundamentais da população na periferia, desde o direito à moradia, aos serviços de infraestrutura urbana, creches, hospitais, escolas, etc. Assim como contribuir para o reconhecimento da luta dos movimentos sociais urbanos e a formação de compromissos assumidos pelo Poder Público para obtenção das suas reivindicações. Neste sentido, mecanismos coletivos de fortalecimento de organização popular foram criados com a atuação da equipe de Serviço Social nas favelas, a fim de que a população pudesse avançar nas suas pautas prioritárias para socialização dos benefícios da urbanização para os moradores da cidade, na promoção do direito à cidade.

Dessa forma, Lefevbre (2001) salienta que a cidade é produto de relações sociais, a partir de relações de vizinhança que adquire sentido como forma urbana. Sendo assim, a forma urbana também é apropriada pelos moradores e se resignifica. A noção de direito à cidade defendida pelo autor compreende que os moradores da cidade têm necessidades vitais, para além do espaço físico da casa, como por exemplo: sentir, conversar, ver, experimentar, praticar atividades lúdicas, bem como criar símbolos sobre o seu modo de vida. Seguindo este pensamento, os homens são criadores do seu habitar.

3. CONCLUSÃO

Como podemos observar com esse apanhado histórico, esse processo de inserção do Serviço Social no movimento popular nos possibilita algumas conclusões como: a atuação dos diversos atores no processo de luta; o desvelamento de que a realidade não ocorre de imediato, mas que é uma ação e reflexão duradoura que deve ultrapassar a aparência; a identificação dos grupos que se formam a partir das necessidades concretas. Foi possível observar que os grupos têm vivências e práticas sociais próprias, a partir das suas necessidades e o grupo caminha com maior riqueza quando está calçado na ação.

Soma-se a este legado teórico-metodológico profissional e ideo-político o movimento construído pelo Serviço Social na elaboração do currículo mínimo em Serviço Social (1982), na construção do novo código de ética de 1993, na formulação das Diretrizes Curriculares

da ABEPSS (1996) e na construção do Projeto Ético-Político (PEP). Tais processos representaram para o Serviço Social um novo horizonte profissional ético-político, destacando os princípios eixos prioritários que demonstravam este amadurecimento na relação entre assistente social e usuário; como a defesa da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, além de imprimir um olhar sobre a realidade e o reconhecimento do significado profissional, como retrata Iamamoto (2008) e Cardoso (1997). Esta arena de conquistas ideopolíticas profissionais assume um corpo profissional.

Dessa forma, a articulação entre a produção teórica do Serviço Social sobre temas urbanos e a profissão e o contexto de mudança das bases ideopolíticas, teórico-metodológicas e éticas da profissão a partir das mudanças nas diretrizes curriculares da ABPESS, no código de ética e na lei de regulamentação da profissão, em virtude da organização da categoria profissional. O gradativo, mas significativo, esvaziamento, a partir da transição aos anos 90, do debate sobre movimentos sociais urbanos, em especial sobre a questão da moradia e da política de habitação e sobre a atuação do Serviço Social nesse âmbito. As transformações do tema participação social nos projetos de habitação de interesse social, a partir da década de 1990, especialmente pela influência dos organismos internacionais e dos ideais neoliberais nas políticas sociais, também se revelou como elemento relevante. Contudo, o tema da participação passa a estar articulado ao tema da gestão democrática das políticas sociais, como as instâncias conselhistas.

REFERÊNCIAS

AMAMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.** 12ª edição. São Paulo. Editora Cortez, 2013.

_____. **Associações de moradores no Centro-Oeste.** Serviço Social e Sociedade nº 22. Ano VII. Editora Cortez. Dezembro de 1996. 50-57p.

_____. **Considerações críticas sobre o conceito de participação.** Serviço Social e Sociedade nº 05. ANO II. Março de 1981. 157-157p.

_____. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.** 1ª ed. - São Paulo: Cortez, 1980.

ARAÚJO, M. J. S., *et al*.**Profissional-População uma luta conjunta.** Revista Serviço Social e Sociedade nº 05. ANO III. Março de 1982. 23-43 p.

CARDOSO, I. **Processo de trabalho do Serviço Social.** In: ABESS/CEDEPSS "Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate". Cadernos ABESS nº 7, 1997, p. 27-46.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social em Tempo de Capital e Fetiche**.São Paulo, Cortez, 2008. 495p.

LEFEBVRE, H. ***O Direito à Cidade.*** *5ª edição. 4ª reimpressão. São Paulo: Moraes, 2001.*

PAZ, R. S. O. C., *et al*.**O Serviço Social e os movimentos sociais – uma experiência de trabalho em Loteamentos Clandestinos.** Revista Serviço Social e Sociedade nº 05. ANO II. Março de 1981. 157-157p.

SANTANA, J. **Gestão das cidades no Brasil: estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento.** Campinas, São Paulo. Papel Social, 2013.

SIQUEIRA, F. C. A. *et al.* **As contradições e o Espaço Profissional na prática do Assistente Social.** Revista Serviço Social e Sociedade nº 08. ANO III. Março de 1982. 45-68p.

SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO TRABALHO E PROFISSÃO

tensões entre assalariamento e projeto ético-político profissional

Ana Carolina do Nascimento Rodrigues[301]

Juliana Aparecida Cobuci Pereira[302]

Luciana Gonçalves Pereira de Paula[303]

Nicole Cristina Oliveira Silva[304]

Eixo Temático: Ofensiva do capital, movimentos sociais e o Serviço Social no mundo.

Resumo: O presente artigo apresenta algumas sínteses dos debates travados no processo de construção coletiva da disciplina "Trabalho e Serviço Social", da Faculdade de Serviço Social/UFJF. Tais sínteses debruçam-se, especialmente, sobre a dupla condição do Serviço Social que caracteriza-se, ao mesmo tempo, enquanto profissão liberal e trabalho assalariado. Dessa dupla condição advêm dilemas e tensões que perpassam o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, na tentativa de construir, em meio a condições adversas, uma intervenção profissional pautada nos princípios e valores defendidos em nosso projeto ético-político.

Palavras-chave: Serviço Social, trabalho assalariado, profissão liberal, projeto ético-político, assistente social.

Abstract: This article presents some summaries of the debates held in the process of collective construction of the discipline "Work and Social Service", Faculty of Social Service/UFJF. These summaries are particularly concerned with the double condition of Social Service which is characterized at the same time as a liberal profession and wage labor. This double condition leads to dilemmas and tensions that pervade the daily work of social workers, in an attempt to build, in the midst of adverse conditions, a professional intervention based on the principles and values defended in our ethical-political project.

Keywords: Social work, wage labor, liberal profession, ethical-political project, social worker.

[301] Aluna de graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; email: carolinanascimento15@hotmail.com

[302] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; email: julianacobucci@hotmail.com.

[303] Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; email: lugppaula@gmail.com.

[304] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; email: nicolecosilva19@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social se constitui enquanto uma profissão interventiva, de caráter sócio-político, com incidência sobre as diversas manifestações da questão social que se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha. O trabalho profissional desenvolvido pelo assistente social é a condição essencial para o seu reconhecimento e para que ocupe um lugar na divisão social e técnica do trabalho. O processo interventivo desenvolvido pelo assistente social possui um efeito que incide, diretamente, nas condições materiais e sociais de seus usuários. A atuação profissional do assistente social interfere nas questões relativas à sobrevivência material e social de segmentos da classe trabalhadora (PAULA, 2016).

Ao mesmo tempo, o assistente social, enquanto profissional liberal, formado e requisitado para atuar no campo das políticas sociais, por excelência, insere-se no mercado de trabalho sob a condição do assalariamento, integrando um determinado segmento da classe trabalhadora. Portanto, o assistente social atua junto às necessidades e demandas da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que, por meio de sua condição assalariada, também integra essa classe. Configura-se aí a dupla natureza do Serviço Social: ele é ao mesmo tempo trabalho (assalariado) e profissão (liberal). Essa dupla condição perpassa o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais e coloca para esses profissionais/trabalhadores um dilema muito próprio: como realizar uma intervenção profissional capaz de expressar os valores e princípios defendidos por essa categoria através de seu projeto profissional crítico, em uma realidade tão adversa e limitada como é a de um trabalhador assalariado?

Esse dilema revela um tensionamento real entre o projeto ético-político do Serviço Social e a condição assalariada dos assistentes sociais. Tal tensão se localiza na identificação do projeto profissional com valores como liberdade, igualdade e justiça social, que articulados a um projeto de sociedade prevê em uma nova ordem societária, livre de opressões e explorações. Sabemos que para alcançar este nível de emancipação do ser humano é preciso romper com o capitalismo que tem como um de seus pressupostos, o trabalho assalariado, que aliena, cerceia e explora todos àqueles que a ele precisam se submeter, inclusive o assistente social.

Essa relação conflitante e contraditória é o fio condutor da disciplina denominada "Trabalho e Serviço Social"[305], ministrada no quinto período da Faculdade de Serviço Social

[305] Ementa: Principais configurações do exercício profissional no contexto da reestruturação produtiva, das novas formas de organização e gestão do trabalho e das relações entre o público e o privado. A reforma do Estado e repercussões no exercício

da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF). Ao longo do ano de 2016 essa disciplina contou com a participação de uma discente do curso de Serviço Social em função de monitoria e duas alunas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado – na realização de estágio de docência. Através de um trabalho em equipe, o planejamento das aulas a serem ministradas – bem como os processos avaliativos da disciplina – foi realizado por meio de encontros semanais. Esses encontros acabaram constituindo-se em espaços de debates sobre esses dilemas postos ao Serviço Social e, dessas discussões, surgiu o desejo de aprofundamento sobre essa temática. Tal movimento levou à elaboração desse artigo que se apresenta enquanto uma revisão de literatura, buscando oferecer reflexões sobre a construção de um fazer profissional ético, crítico, criativo e comprometido com os seus usuários, apesar das condições objetivas a que os assistentes sociais estão submetidos em meio à essa sociedade regida pela lógica do capital.

Partimos da tese defendida por Iamamoto (2011) acerca da autonomia relativa dos assistentes sociais, onde afirma que nenhum trabalhador assalariado possui autonomia integral/plena em seu espaço de trabalho, pois depende dos meios/instrumentos fornecidos por seu contratante para a realização do seu trabalho. Porém, no caso do assistente social, a relativa autonomia se garante pela formação acadêmica de nível superior e pelo aparato legal, normativo e organizativo da profissão, como o seu Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e os Conselhos Profissionais. Tal organização normativa e política configura esta profissão como liberal e permite aos profissionais utilizar sua autonomia de acordo com a correlação de forças presente na instituição e na sociedade.

Para tanto, faz-se necessário que o profissional encharque-se de um rol de conhecimentos, capacidades e habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. É preciso que consiga compreender em profundidade a realidade que o cerca, para realizar uma leitura eficiente das lutas, disputas, contradições e resistências que perpassam o seu cotidiano. Que seja capaz de redirecionar as demandas postas no seu espaço profissional para o real atendimento das necessidades sociais de seus usuários. É necessário que o assistente social saiba, ainda, em que momentos avançar ou recuar em suas proposições, nos debates e nos embates do dia-a-dia. Esses são os elementos centrais que compõem a proposta do presente artigo.

---

profissional: a mercantilização e refilantropização do social. O mercado e as novas condições e relações de trabalho. A dimensão investigativa e ético-política do trabalho do assistente social. O Serviço Social como campo do conhecimento. Competências e atribuições do assistente social (Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social/UFJF - 2016).

2. O PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Consideramos que todo projeto profissional expressa uma proposta de direcionamento social para determinada profissão. Assim, os projetos profissionais correspondem a uma elaboração coletiva, de um conjunto de sujeitos habilitados para o exercício da profissão, com o objetivo de exprimir o posicionamento da categoria – ou parte dela – sobre a função social de determinada atividade profissional (NETTO, 1999).

O projeto profissional se relaciona à determinada contribuição que a categoria profissional pretende oferecer à sociedade na qual se encontra inserida. Assim, ele apresenta um aspecto político que o relaciona, mas não o confunde com um projeto societário. Este último tem o objetivo de atingir toda a sociedade e envolve necessariamente a ação de variados segmentos e sujeitos sociais (NETTO, 1999). Entretanto, como nos esclarece Netto (1999), todo projeto profissional encontra-se necessariamente vinculado a um projeto de sociedade, seja para reforçá-lo ou confrontá-lo, mesmo que não expresse claramente essa vinculação.

O projeto profissional crítico do Serviço Social também carrega as marcas dos seus componentes éticos e políticos. Os valores eleitos pela categoria – liberdade, autonomia, democracia, equidade, entre outros – exprimem o comprometimento dos assistentes sociais com um processo de emancipação dos sujeitos. Este compromisso foi assumido no processo de ruptura com o conservadorismo, momento no qual a categoria foi interpelada por mudanças na sociedade que rebateram nos profissionais (PEREIRA, 2014). Ele possui suas bases de fundamentação no Movimento de Reconceituação Latino Americano[306], que durou de 1965 a 1975 e provocou indagações globais sobre nossa profissão.

Neste período, o Serviço Social iniciou um movimento que buscava novas referências teóricas e metodológicas para fundamentar a ação profissional que vinha sendo interpelada pela realidade social enfrentada pelos profissionais no seu cotidiano profissional. No Brasil, esta experiência produziu, no espaço da academia, uma vertente crítica que Netto (2002) denominou “intenção de ruptura”, em meio ao processo de renovação do Serviço

[306] O Movimento de Reconceituação constituiu uma indagação global sobre todos os componentes e todas as dimensões do Serviço Social. Essa indagação instituiu um campo comum entre diversos profissionais que se uniram contra o tradicionalismo na profissão. Entretanto, esse movimento não se construiu de forma homogênea; ao contrário, foi moldado por uma unidade repleta de diversidades. Mas conseguiu englobar todos os assistentes sociais que desejavam contribuir para a concretização de mudanças sociais na “luta contra o subdesenvolvimento do continente” (PAULA, 2016, p. 97).

Social. Esta proposta buscou fundamentação na teoria social de Marx e fez duras críticas às bases teórico-metodológicas tradicionais que orientavam o Serviço Social.

As proposições oriundas da vertente crítica, ao longo dos anos de 1970, foram aos poucos ganhando espaço e inspirando o debate da categoria sobre os diversos aspectos que compõem o exercício profissional. Sobre um novo referencial teórico os assistentes sociais passaram, então, a abordar a realidade social numa perspectiva de totalidade, buscando apreender toda a complexidade das relações sociais, na qual os sujeitos de suas ações se encontram inseridos. As estratégias profissionais passaram a considerar as condições objetivas da vida material na sociedade de classes (PEREIRA, 2014). Um evento que expressou a densidade destes avanços consiste no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS – realizado em 1979, em São Paulo, que ficou conhecido como "Congresso da Virada".

A efervescência das lutas pela redemocratização favoreceu, nos anos de 1980, o avanço da proposta do projeto profissional crítico. Esse momento demarcou o caráter eminentemente sócio-histórico do Serviço Social, preconizando a defesa da democracia, enquanto socialização da participação, do poder político e da riqueza socialmente produzida. Esses processos foram responsáveis por importantes avanços político-organizativos da categoria profissional que puderam sustentar e impulsionar o desenvolvimento de outras esferas e dimensões da profissão (PAULA, 2016).

O novo projeto profissional, que naquele momento se colocava em construção, forneceu aos assistentes sociais as bases para observação crítica da realidade social e, por conseguinte a possibilidade do rompimento com práticas conservadoras. Assim, a participação dos assistentes sociais no conjunto de lutas mais amplas da sociedade brasileira levou o Serviço Social ao redirecionamento de seu projeto de profissão, assumindo novos posicionamentos políticos que acompanharam os processos sociais progressistas em curso na década de 1980 (BARROCO, 2010, p.141-145).

Esse novo projeto de profissão seguiu ganhando densidade teórica ao longo dos anos de 1990. Legislações como a atual Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e o Código de Ética Profissional, também promulgado em 1993, são as manifestações mais diretas desse projeto profissional crítico. Outra importante expressão desse projeto são as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996, buscando garantir uma formação crítica aos assistentes sociais brasileiros.

Consolidado e hegemônico o projeto profissional crítico do Serviço Social ficou conhecido como "projeto ético-político", tendo como horizonte a elaboração de estratégias profissionais capazes de contribuir para a construção de uma sociedade sem exploração. Busca estabelecer referências capazes de inspirar ações que tenham como horizonte a plena emancipação humana dos sujeitos sociais.

No entanto, o universo de uma categoria profissional se constitui em uma arena de disputas políticas e ideológicas, um campo permeado por tensões que propiciam o surgimento não apenas de um, mas de vários projetos profissionais. Desta forma, a existência de determinado projeto profissional hegemônico não elimina a existência de outros projetos, não suprime as divergências e contradições que caracterizam este espaço.

3. A CONDIÇÃO ASSALARIADA DO ASSISTENTE SOCIAL

O processo de reconhecimento, legitimidade e conquista de hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social não se estabeleceu sem contraposições. A atuação profissional referenciada nesse projeto crítico se choca, cotidianamente, com a condição de trabalhador assalariado dos assistentes sociais. Pois, apesar de desfrutarem do estatuto de profissional liberal – ou seja, possuírem formação que lhes habilita a execução de serviços de natureza técnica e de possuírem deontologia própria, um conjunto de deveres a serem observados pelos seus agentes inscritos em um código de ética – os assistentes sociais não dispõem de todas as condições necessárias para exercer suas atividades (SIMÕES, 2012). Normalmente o trabalho do assistente social é mediatizado por uma instituição, que pode ser pública, privada ou mesmo filantrópica, estabelecido por vínculo assalariado que coloca os profissionais sujeitos à todas as fragilidades e limites característicos deste tipo de contratação.

O exercício profissional do Serviço Social é atravessado pela tensão entre as referências de um projeto profissional crítico e progressista, baseado em valores com caráter universalista e a condição de trabalhador assalariado, a qual encontram-se submetidos os assistentes sociais. Toda a prática realizada por esse profissional fica, portanto, sujeita aos constrangimentos próprios de qualquer trabalhador assalariado tais com: a precarização dos vínculos e das condições de trabalho, a instabilidade salarial e o risco de demissão. Além disso, o assistente social, como trabalhador assalariado pressupõe

que a instituição a qual se vincula seja a responsável pela organização do processo de trabalho, no qual vai se inserir o Serviço Social. Nesta relação, é a instituição que garante as condições de trabalho e estabelece toda a dinâmica da relação trabalhista.

Iamamoto (2011, p. 218-219) destaca que esta condição,

> (...) envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho se realiza: [...].Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoantes as normas que regulam o trabalho coletivo. [...]. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, o quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais.

Neste sentido, não é possível ao profissional estabelecer/determinar os tipos de serviços prestados/oferecidos ou a população usuária a ser atendida pela instituição que o contrata. Esses elementos destacados demonstram a limitação posta ao exercício pleno da autonomia profissional e colocam para os profissionais inúmeros dilemas sobre como superar a contradição entre sua referência para atuação e sua condição de trabalhador assalariado.

Outro elemento importante nas formulações de Iamamoto (2011) é a questão da alienação, que é inerente ao trabalho assalariado. Portanto, é preciso ter em mente que o assistente social também é sujeito alienado, que por vezes, não se apropria, nem compreende o produto do seu trabalho: a reprodução das relações sociais. Dito isto, podemos afirmar que quando o profissional não reflete sobre suas ações, perde de vista a finalidade do seu trabalho e a quem este se destina, tratando de maneira desarticulada as dimensões da prática profissional. O profissional imerso em processos de alienação corre o risco de pautar-se por uma racionalidade formal-abstrata, construindo respostas às demandas que recebe, de acordo com o que foi estabelecido pela instituição, pelos programas e projetos, ou, até mesmo, pela política social.

Entretanto, o assistente social, por mais que tenha seu trabalho limitado pelas determinações institucionais, não precisa restringir-se a elas. Os profissionais não têm que limitar suas ações às requisições do seu empregador. Mas, esse alargamento do horizonte

profissional exige que o assistente social compreenda, em profundidade, a função social de seu trabalho, bem como todos os elementos a ele conectados.

Iamamoto e Carvalho (1996) apontam a existência de um desconhecimento, por parte dos próprios assistentes sociais, acerca da função do Serviço Social e, neste sentido, destaca-se a dificuldade de proposição de ações que extrapolem as requisições das instituições empregadoras. A autora destaca, ainda, o acesso privilegiado do assistente social à população usuária, especialmente durante os atendimentos individuais ou ainda nos espaços de discussão coletiva, ambas as situações indicam possibilidades para a implementação de estratégias profissionais capaz de ratificar o projeto profissional da categoria. Mas, essas possibilidades precisam ser captadas pelos assistentes sociais na realidade que a eles se apresenta cotidianamente.

Nesse sentido, um elemento de extrema importância é o respaldo coletivo da categoria profissional, que serve de estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2011). Este respaldo se encontra nos valores defendidos pela profissão nos seus aparatos legais e organizativos, que direcionam a conduta profissional de todos os assistentes sociais e podem servir de argumentação no redirecionamento das demandas feitas pelos contratantes.

Apesar das características gerais do trabalho do assistente social, cada espaço configura uma atuação com significados particulares. O Estado é, atualmente, o maior empregador de nossa categoria profissional, o que nos traz a necessidade de refletir sobre suas particularidades para pensar uma melhor atuação neste espaço específico. No espaço estatal, um elemento que merece destaque é o debate sobre a burocracia. Ela se apresenta como necessária à organização do serviço público, e respalda-se na ideia de que o saber popular é subordinado ao saber institucional. Essa desvalorização do saber popular, muitas vezes, desmerece as demandas trazidas pelos usuários, dificultando o acesso aos serviços oferecidos. Neste ponto reside um desafio posto aos assistentes sociais, que trabalham para democratizar o acesso aos serviços, através da socialização das informações, que nas palavras da autora:

> Envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos (e serviços a eles correspondentes) sem ofuscar os distintos papeis que desempenham na relação. Por meio da socialização de informações procura-se tornar transparente, ao sujeito que busca os serviços, as reais implicações de suas demandas -, para além das aparências dos

> dados imediatos -, assim como os meios e condições de ter acesso aos direitos. Nesse sentido, essa atividade extrapola uma abordagem com foco exclusivamente individual -, ainda que, por vezes, realizada junto ao um único indivíduo – à medida que considera a realidade dos sujeitos como parte de uma coletividade (IAMAMOTO, 2011, p. 227).

Nesta perspectiva da socialização de informações, Iamamoto (2011) trata da necessidade de dar visibilidade às demandas dos usuários, dentro dos princípios éticos. Ou seja, levar para os espaços institucionais as demandas coletivas presentes na realidade dos usuários e estimular que estes se mobilizem na luta por direitos. Essas seriam algumas das mediações postas entre a condição assalariada do assistente social e um trabalho pautado nos valores do projeto ético-político do Serviço Social. Pois é possível atuar nesta contradição, utilizando criatividade para construir estratégias profissionais alinhadas com a realidade e comprometidas com os princípios do projeto ético-político construído e defendido coletivamente pela categoria dos assistentes sociais.

4. CONCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DE UM TRABALHO PROFISSIONAL QUE EXPRESSE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Muito comum tem sido encontrar publicações, no campo do Serviço Social, onde aparece o termo **materialização** do projeto ético-político. O termo vem sendo indiscriminadamente utilizado, inclusive em títulos de artigos e livros. O termo em questão, segundo o dicionário da língua portuguesa, refere-se a “tornar material, considerar como matéria”. Nas obras do Serviço Social, ele aparece como sinônimo de efetivar, concretizar ou objetivar.

O projeto ético-político do Serviço Social, na medida em que se constitui enquanto algo a ser alcançado, não se materializa na realidade diretamente/automaticamente, pois necessita não somente da vontade e das ações empreendidas pelos assistentes sociais, mas da ocorrência de condições conjunturais exógenas à profissão. Nesse sentido, a passagem entre o que projetamos para o que efetivamente conseguiremos realizar concretamente, depende das mediações que se interpõem no processo, bem como das estratégias que serão construídas coletivamente.

São muitos os autores, hoje, no campo de Serviço Social, que destacam a necessidade de se observar as mediações que se colocam entre o conhecimento teórico-metodológico e a realidade que se apresenta aos assistentes sociais. Afinal, "(...) por melhor que seja a projeção ideal sobre a prática, as suas limitações no plano da reprodução do concreto são bastante agudas" (PONTES, 2010, p. 169). São inúmeras as mediações que perpassam o processo de intervenção de assistente social, desde a sua intencionalidade até a sua efetividade. A compreensão dessas mediações é central para a elaboração das estratégias e táticas político-operacionais.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o assistente social possui seu exercício profissional perpassado por um campo de mediações[307], pode ele também, no seu processo interventivo construir suas próprias mediações com a realidade. Portanto, a potencialidade da ampliação de espaços da prática profissional encontra-se articulada à compreensão dessas mediações que ocultam-se nas dobras da faticidade (PONTES, 2010). E, a parir delas elaborar outras medições vinculadas aos objetivos profissionais. Pois,

> (...) há uma fulcral diferença entre o profissional que constrói os elementos de sua ação profissional com a lucidez da constituição histórico-ontológica do campo de tensões – em que se constitui a totalidade relativa – objeto de sua intervenção – e de outro que "reage" às imposições do campo de trabalho com o superficial domínio da singularidade das situações cotidianas do trabalho institucionalizado (PONTES, 2010, p. 180).

Portanto, as mediações se localizam no centro do debate entre trabalho assalariado e projeto ético-político enquanto possibilidade de trato da tensão existente entre ambos. Enquanto trabalhador assalariado, o assistente social está inscrito nos processos de precarização, exploração e alienação aos quais a classe trabalhadora se encontra submetida. Ao mesmo tempo, o projeto profissional do Serviço Social comporta valores que vão de encontro ao que está posto objetivamente. Desse modo, devem responder às demandas que lhe são postas na intervenção ao mesmo tempo em que possuem como horizonte um projeto societário cujas condições para realização não estão dadas na realidade.

É desta contradição que emerge a tensão sobre como se pautar em um projeto profissional carregado de valores que almejam uma nova ordem social estando inseridos em

[307] De acordo com Pontes (2010, p. 165), "(...) o assistente social é um profissional que *par excellence* atua com e nas mediações. E, relembrando, as mediações ontológicas existem independentemente do conhecimento da razão humana, então, mesmo que inconscientemente, os assistentes sociais estarão se emaranhando nas teias mediadoras do tecido social com que lidam".

uma conjuntura desfavorável à efetivação desta. É nesta tensão que reside o entendimento dicotômico entre teoria e prática presente nos discursos de determinados profissionais, que ao não enxergarem a concretude imediata do projeto profissional hegemônico, entendem que a prática está descolada da dimensão teórica da profissão. Tal compreensão apresenta um equívoco na medida em que o debate das mediações não está incorporado à ela.

Não obstante, sem o entendimento das mediações é inviável compreender quais os elementos que envolvem a relação entre projeção e realidade. Logo, torna-se complicado o entendimento de como atuar pautado nos referenciais do projeto ético-político numa conjuntura que ainda não possui elementos precisos para sua efetivação.

Nossa categoria profissional, através de seus segmentos organizados, vem construindo, ao longo da história da profissão, uma diversidade de projetos profissionais que incidem no exercício profissional dos assistentes sociais. No entanto, o profissional no seu cotidiano institucional pode também elaborar, propor e construir ações profissionais através de um plano de trabalho que possua objetivos a serem alcançados. Para alcançar esses objetivos profissionais, ou pelo menos se aproximar deles, os assistentes sociais precisam, ainda, construir estratégias e táticas político-interventivas em seus espaços de trabalho.

Com base nessas reflexões, podemos afirmar que todo assistente social realiza seu trabalho profissional tendo em vista algum objetivo determinado. Esse objetivo pode ou não ter sido estabelecido por um plano de trabalho construído pelo próprio assistente social. Muitos são os profissionais que preocupam-se em construir, em seu espaço sócio-ocupacional, planos de trabalho que possam orientar o seu exercício profissional. Esses planos de trabalho, geralmente, são construídos a partir de processos de planejamento, sejam individuais ou coletivos. Certamente, o assistente social que possui a sua atuação profissional direcionada por um plano de trabalho construído por ele mesmo, terá muito mais clareza acerca dos objetivos profissionais que deseja alcançar.

Por sua vez, também muitos são os assistentes sociais que não possuem um plano de trabalho formulado para o Serviço Social, nas instituições onde encontram-se inseridos. O que não quer dizer que não exista algum plano/projeto orientando e/ou determinando o seu cotidiano profissional. Em geral, quando o profissional não possui um plano de trabalho próprio, ele acaba por aderir a outro projeto pré-existente ou pré-determinado que pode ser da equipe de trabalho, da própria instituição ou ainda da política social a qual sua atuação encontra-se vinculada.

Nesses casos, quando o profissional é indagado a respeito do papel do Serviço Social, normalmente, encontra dificuldades em perceber e expressar uma resposta precisa.

Pois a profissão, naquela determinada instituição, não possui um planejamento construído, de maneira autônoma, pelo próprio assistente social. Apenas existe para responder às demandas que se apresentam a ela. Nessas situações, percebemos que os assistentes sociais constroem suas ações profissionais para atender aos interesses institucionais e/ou estabelecidos pelas políticas sociais. Eis aqui uma questão fundamental: quando o assistente social não constrói o seu plano de trabalho ele acaba, na maioria das vezes, aderindo ao projeto institucional e restringindo sua atuação profissional àquilo que lhe é demando pela própria instituição.

Esses planos de trabalho – sejam ou não construídos pelos assistentes sociais – relacionam-se com projetos profissionais construídos e defendidos por parcelas de nossa categoria profissional. Portanto, os assistentes sociais possuem o seu exercício profissional orientado por planos de trabalho que possuem intensa articulação com os projetos profissionais, construídos por parcelas de nossa categoria profissional, em defesa de projetos societários. Com isso, estamos ressaltando a possibilidade de um plano de trabalho ser elaborado em oposição ou em defesa de determinado projeto de profissão e, consequentemente de um projeto de sociedade.

Desse modo, os assistentes sociais que desejam defender o projeto ético-político, historicamente construído e consolidado nas bases teórico-metodológicas marxistas, precisam empenhar-se na tarefa – nem sempre fácil – de construir seus próprios planos de trabalho. Esses, por sua vez, devem se pautar nos princípios que ancoram esse projeto crítico do Serviço Social. Pois, se o assistente social não assume a direção da sua atuação profissional, através da construção do seu próprio plano de trabalho, tende a seguir o projeto institucional – e esse dificilmente estará em acordo e defesa da transformação dessa sociedade.

Desse modo, ousamos afirmar que não existe a possibilidade real de materialização (efetivação, concretização ou objetivação) do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano de trabalho do assistente social. Entretanto, é o próprio tempo presente, com toda a sua aridez, que torna esse projeto possível e necessário, na medida em que permite que os assistentes sociais sejam capazes de construir planos de trabalho, projetos de intervenção, programas e ações que expressem o nosso projeto ético-político, bem como os seus valores e as suas fundamentações.

Referências bibliográficas

BARROCO. M. L. S. *Ética e Serviço Social*: fundamentos ontológicos. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche* – capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11. ed. São Paulo: Cortez-Celats, 1996.

NETTO, J. P. *A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social*. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999). Disponível em:<http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3dde29a66d6e.pdf>. Acesso em: 24/10/2016.

_____. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PALMA, Diego. *A Prática Política dos Profissionais*: o caso do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1987.

PAULA, L. G. P. de. *Estratégias e táticas* – reflexões no campo do Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2016.

PEREIRA, J. A. C. *A intervenção profissional no processo de consolidação da perspectiva crítica do serviço social*: a configuração do exercício profissional dos/das assistentes sociais a partir dos códigos de ética de 1986 e 1993. Juiz de Fora: UFJF, 2014. 106 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2014.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social.* 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMÕES, N. H. *Autonomia profissional X trabalho assalariado*: exercício profissional do assistente social. In: Revista Conexão Geraes. N 3, ano 2, 2º semestre de 2013. p. 37- 42.

AS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Victória Sabatine de Paiva Neves[308]

RESUMO: O presente estudo faz alusão a temática das condições e relações de trabalho do assistente social na contemporaneidade. Atesta-se que as transformações societárias impactarão nas condições e relações de trabalho dos profissionais em geral assim como naquelas que se referem aos assistentes sociais, visto que estes são também pertencentes a classe trabalhadora. Destacaremos aqui o binômio expansão/precarização, o qual acompanhará o mercado de trabalho desta categoria profissional.

Palavras-chave: Serviço Social. Condições de Trabalho. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT: The present study alludes to the thematic of conditions and labor relations of the social worker in contemporary times. It is inferred that the societal transformations will impact the working conditions and relations of the professionals in general as well as those that refer to the social workers, since these are also belonging to the working class. We will emphasize here the expansion / precariousness binomial, which will accompany the labor market of this professional category.

Keywords: Social Service. Work conditions. Job market.

[308] Assistente Social na Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete/MG, Mestre em Serviço Social pela UFJF e Doutoranda em Serviço Social pela UFRJ, email: vicsabatine@hotmail.com, eixo temático: Serviço Social no mundo e os movimentos sociais.

1- INTRODUÇÃO

O presente estudo possui como objetivo apresentar o mercado, as condições e as relações de trabalho enfrentadas pelos assistentes sociais brasileiros na contemporaneidade. Para tanto, é necessário compreender que as transformações societárias que engendram metamorfoses no âmbito da produção e do Estado capitalista, irão ensejar também modificações na configuração da classe trabalhadora. Sendo os assistentes sociais trabalhadores assalariados serão atingidos igualmente por tais repercussões oriundas da ofensiva capitalista.

No que tange o Serviço Social, nas últimas décadas percebe-se que houve dilatação de postos de trabalho para esta categoria profissional no Brasil. Todavia, na mesma medida observa-se a precarização de suas condições éticas e técnicas de trabalho. Infere-se, portanto, que tal expansão não foi capaz de assegurar condições dignas de trabalho ao assistente social, condição esta posta a classe trabalhadora de forma geral.

Fato é que a crise cíclica do capital na década de 1970 implicou na reestruturação da produção e reconfigurou a esfera estatal, repercutindo também em ajustes nos países periféricos. No Brasil, onde o trabalho precário já era predominante, tais ajustes agravarão ainda mais essa situação, verificando-se a partir dos anos de 1990 a radicalização do aviltamento das condições de vida e de trabalho devido ao aprofundamento dos índices de desemprego, flexibilização dos direitos e das relações trabalhistas que, por consequência, geram a instabilidade no emprego e na renda, desorganização dos trabalhadores, aumento da informalidade, sucateamento dos serviços públicos e desmonte da seguridade social. Somado a isso, Harvey (2008) e Antunes (1999) afirmam que houve a expansão do setor de serviços e de oferta de vagas de emprego precárias no mesmo. A adoção da agenda regressista neoliberal no Brasil implementará uma contrarreforma, cujo objetivo era a minimização da atuação estatal no que se refere a área social. Assim, o Estado e o capital se desoneram de responder às expressões da questão social, transferindo esta responsabilidade para a sociedade civil e a iniciativa privada. Constatamos, assim, que o foco dos governos que se seguiram dos anos 1990 em diante no Brasil foram na privatização, na descentralização e na focalização, transformando direitos em mercadorias, quando não em assistencialismo e filantropia, proporcionando um processo de exclusão e inviabilizando o acesso universal a serviços essenciais que deveriam ser unicamente de caráter público e estatal. Esse processo, como mencionamos, contribuiu para a ampliação

da atuação de ONGs e do empresariado na coordenação, gestão e execução de políticas sociais.

Deste modo, tendo o assistente social como *lócus* privilegiado de atuação as políticas sociais, esse processo repercutirá diretamente sobre as condições, as relações e no mercado de trabalho especializado desses profissionais. Iremos ver que a expansão do mercado de trabalho do assistente social que ocorre, sobretudo a partir da década de 1990, está vinculada a uma intensa precarização do e no trabalho.

2- DESENVOLVIMENTO

Os estudos acerca do processamento do trabalho do assistente social nem sempre tiveram centralidade no debate profissional, segundo expõe Iamamoto (2014). No entanto, faz-se necessário realizar também uma abordagem acerca do assistente social enquanto sujeito e trabalhador, considerando que este não é exterior a classe trabalhadora e aos constrangimentos e violações sofridos por esta. Pelo contrário, o profissional de Serviço Social vive e convive em seu exercício profissional com todos os desafios postos aos demais trabalhadores.

As consequências da reestruturação produtiva e da contrarreforma do Estado atingiram a classe trabalhadora de forma geral e, em particular, a categoria dos assistentes sociais. Considerando que esses últimos também são trabalhadores assalariados, esses profissionais necessitam vender sua força de trabalho especializada em troca de uma determinada remuneração e, deste modo, também enfrentarão os desafios trazidos pelas transformações societárias. O pressuposto apontado por Iamamoto e Carvalho (2006, p.85) nos é caro, “o trabalho do Assistente Social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada [...]. Passa esse agente a perceber um salário, preço de sua mercadoria força de trabalho [...]”.

Desse modo, a superexploração do trabalho colocada em curso pelo capitalismo de forma ainda mais intensa após sua crise estrutural vai estar presente em todos os campos de trabalho, não sendo exterior e nem “privilégio” de nenhuma categoria profissional na atualidade.

Apesar de ser verificada uma ampliação dos espaços sócio ocupacionais em que o assistente social pode se inserir, verifica-se na mesma proporção uma precariedade no tocante as suas relações de trabalho, no seu espaço de atuação, na sua remuneração, nas condições objetivas para realização de seu trabalho. Consideramos importante ressaltar aqui, em concordância com Cavalcante e Prédes (2010), que formas precárias de trabalho estão presentes no modo capitalista de produção desde seus primórdios, porém elas têm sido acentuadas nas formas de produção contemporâneas. Aliás, num país de economia periférica como o Brasil, essa situação será ainda mais agravada.

No que se relaciona ao Serviço Social, nas duas últimas décadas, segundo Yacoub (2007), a profissão vivencia um período favorável ao seu desenvolvimento, porém isso ocorre de modo contraditório e ambivalente. A autora analisa que "a profissão passou por um processo de redimensionamento e renovação no âmbito de sua interpretação teórico-metodológica e ético-política" (YACOUB, 2007, p.143). Deste modo, para a autora, a profissão qualificou-se principalmente por meio da consolidação da pós-graduação *stricto sensu* e da produção científica acumulada a partir dos anos 1980. Fato é que ocorreu uma significativa ampliação do mercado de trabalho para o assistente social, principalmente após as regulamentações das legislações referentes à assistência social, que passa a requisitar uma gama de profissionais para atuarem nessa área. Entretanto, o aumento de contratações não elimina as condições degradantes de trabalho e os baixos salários sob os quais esses profissionais estão submetidos.

Seguindo com Delgado (2013), a autora avalia que a Constituição Federal de 1988 contribuiu de modo significativo para a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais por consequência do incremento a rede sócio assistencial. Nesse sentido, possibilitou-se para a categoria uma diversidade de espaços de atuação em virtude da criação de importantes programas de atendimento a saúde, a assistência social, a infância e juventude, a mulheres, a idosos, a área sócio-jurídica, dentro outros. O reconhecimento da assistência social como política pública e parte do tripé que compõe a seguridade social brasileira – saúde, previdência social e assistência social -, proporcionou, certamente, uma expansão dos postos de trabalho desse profissional.

Iamamoto (2012) apresenta o mesmo ponto de vista e salienta que o processo de municipalização das políticas públicas e descentralização administrativa que ocorrem da década de 1990 em diante são fatores que contribuíram para a ampliação do mercado de trabalho, possibilitando a abertura de novos espaços de trabalho para o assistente social junto aos Conselhos de Direitos, assessoria e consultoria a movimentos de base, dentre

outros. No entanto, esse processo de municipalização de diversos serviços públicos, que diminui postos de trabalho que antes se encontravam na esfera estadual e federal, possibilita intensificar a precariedade no trabalho dos assistentes sociais e dos demais profissionais que atuam com esses serviços e políticas. Verifica-se que a descentralização para os municípios de atribuições e incumbências não ocorre na mesma medida dos recursos, o que incide negativamente sobre os trabalhadores dessa esfera. Raichelis (2009, p.8) observa que:

> Intensificam-se os processos de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais.

Como salientamos, apesar dos ganhos obtidos com a Carta de 1988, verifica-se que houve um intenso processo de "onguinização" que afeta sobremaneira o trabalho dos assistentes sociais. Deste modo, o Estado passou a legitimar, inclusive por meio de aparatos jurídicos, sua parceria com tais organizações, as quais passam a atuar com as mais diversificadas políticas e demandas, executando e coordenando programas e projetos sociais. Esse processo, nas palavras de Iamamoto (2012, p.126):

> Trata-se de uma *das formas de terceirização da prestação de serviços sociais*, evitando-se a ampliação do quadro de funcionários públicos. Como a contratação das ONGs tende a se efetivar segundo projetos temporários ou tarefas preestabelecidas, esse caráter eventual também imprime os contratos de trabalho do corpo técnico recrutado pelas ONGs. Este passa a ser submetido à precarização das relações de trabalho e à restrição de direitos sociais e trabalhistas; muitas vezes, exercem tarefas semelhantes ou idênticas à de outros funcionários concursados e usufruem de garantias legais, sociais e trabalhistas. Em outros termos, a *diferenciação interna das categorias de trabalhadores*, que vem tendo sérias consequências na fragilização do movimento sindical, *atinge também os profissionais universitários, entre os quais os assistentes sociais* (grifos da autora).

Nesse sentido, a retração do Estado e a modificação da sua relação com a sociedade, associada à redução dos gastos sociais, contribuem significativamente para a precarização das políticas sociais. Por conseguinte, conforme relatam Cavalcante e Prédes (2010), podemos notar que essas políticas encontram-se debilitadas desde a sua gênese e, portanto, isso incide sobre o trabalho do assistente social.

Outro marco importante e que deve ser considerado ao tratar da expansão do Serviço Social no Brasil foi a introdução no texto constitucional da seguridade social enquanto um sistema de proteção social. O reconhecimento da assistência social como política pública, conforme já informamos, também impactou fortemente no mercado de

trabalho dos assistentes sociais, principalmente, com a implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em 2005, que consolida a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) de 2004. A partir de então, podemos afirmar que a assistência social passa a requisitar em grande escala os assistentes sociais, tornando esse campo um dos espaços ocupacionais de maior concentração e atuação destes profissionais. Além do mencionado, vale enfatizar que a implantação do SUS (Sistema Único de Saúde) também contribuiu positivamente no aumento de postos de trabalho para esses profissionais, que possuem também na saúde um espaço privilegiado.

Boschetti (2011) ao se referir a dilatação do mercado de trabalho dos assistentes sociais afirma que atualmente são essas as políticas sociais, juntamente com a Previdência Social, que mais empregam e demandam esses profissionais tanto no âmbito municipal, quanto no estadual e federal.

Em vista disso, o Serviço Social ainda possui como maior empregador o Estado. Seja na saúde ou na assistência social, espaços por excelência do assistente social, esse profissional está inserido ainda na atualidade de forma majoritária nas instituições públicas estatais. O CFESS (2005), em sua pesquisa de âmbito nacional acerca do perfil profissional do assistente social, aponta que essa tendência histórica da profissão ser demandada pela esfera pública estatal é ainda predominante no mercado de trabalho do Serviço Social. Contudo, nessa mesma pesquisa foi observado que apesar desses profissionais estarem inseridos nas instituições públicas e, principalmente nas municipais, isso não significa que a maioria possui vínculos efetivos/estatutários, isto é, aquele decorrente de concurso público. Verificou-se que tem aumentado o número de profissionais que atuam nessa esfera contratados ou via CLT ou contratos temporários. Esse último tipo de vínculo, o temporário, tem sido destaque nas contratações dos municípios, o que afeta sobremaneira o trabalho do assistente social.

Conforme Serra (2001), a multiplicidade de vínculos e a flexibilização das relações de trabalho suscitam maior rotatividade nos postos de trabalho. Além disso, a possibilidade de contratação por tempo parcial e, por consequência, com baixas remunerações, o que também é predominante nas organizações não governamentais e nas privadas, por sua vez, implicam no duplo ou pluriemprego. Diante de jornadas de trabalho flexíveis que impactam também nas remunerações, o profissional acaba tendo que buscar mais de um emprego para que possa complementar a sua renda e possibilitar sua sobrevivência.

Outro ponto de destaque é que na atualidade tem-se constatado um crescimento substancial do número de profissionais de Serviço Social, como afirmam Delgado (2013), Pereira (2013) e Iamamoto (2014). As autoras relacionam essa ampliação do número de assistentes sociais à tendência de privatização e mercantilização do ensino superior sob a tutela do Estado e, principalmente, da regulação dos cursos na modalidade de ensino a distância que passam a realizar uma certificação em larga escala e a lançar no mercado um enorme contingente profissional.

A partir da possibilidade da desintegração do tripé ensino, pesquisa e extensão, a formação desses novos profissionais fica comprometida, já que seus cursos estão voltados para uma formação flexível e rápida, que atenda as requisições do mercado e sem preocupação com a qualidade do ensino. Deste modo, segundo Iamamoto (2014), esse crescimento desenfreado do número de profissionais nessa área traz diversas consequências tanto para o exercício profissional quanto para as relações de trabalho e condições salariais. Ela aponta que é possível afirmar que haverá concomitante a isso o aumento do desemprego na área uma vez que, como se sabe, essa ampliação do número de profissionais formados não será acompanhada na mesma medida da criação de novos postos de trabalho. E consequentemente, com essa grande oferta de assistentes sociais disponíveis no mercado, o que convém falarmos em um *exército assistencial de reserva* como a própria autora descreve, haverá achatamento dos salários, precarização das condições de trabalho e grande instabilidade no trabalho. Para Iamamoto (2014, p.440):

> A hipótese que se pode aventar é que o crescimento do contingente profissional, ao tempo em que eleva a lucratividade nos negócios educacionais – um curso barato voltado, predominantemente ao público feminino -, poderá desdobrar-se na criação de um *exército assistencial de reserva* (grifos da autora).

Também é preocupante como se dará essa massificação da formação universitária sem qualidade, já que essas empresas educacionais visam a lucratividade e não uma formação pautada nos princípios ético-políticos e teórico-metodológicos que norteiam a profissão. Acreditamos, assim como Iamamoto (2014), que a consequência desse processo perverso será uma despolitização da categoria, pois esse tipo de ensino não possibilita uma vivência universitária e de experiências estudantis coletivas dos seus alunos. Nesse contexto, serão lados de uma mesma moeda a precarização do ensino e do trabalho profissional.

Diante desse quadro expansivo dos cursos de graduação em Serviço Social, Boschetti (2011) observa que houve um considerável aumento do número de profissionais

registrados nos CRESS (Conselhos Regionais de Serviço Social). Esta autora informa que segundo os dados disponibilizados pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) no ano de 2006 havia cerca de 65 mil assistentes sociais inscritos nos CRESS, e cinco anos depois, em 2011, já era possível contabilizar um total de 102 mil profissionais registrados. O que se percebe é que em 5 anos o número de assistentes sociais expandiu 56%. Atualmente, o CFESS informa em seu *site*[309] que o país possui 135 mil assistentes sociais, conforme os registros contidos nos Conselhos. Podemos afirmar que em uma década o número de profissionais de Serviço Social quase dobrou no país. Além disso, devemos nos atentar que estes números se referem somente aos profissionais que se encontram registrados nos Conselhos e que, provavelmente, estão empregados. Pode ser que este quantitativo seja maior, observando que o profissional que está desempregado ou não exerce atividade laborativa enquanto assistente social não necessariamente realizará sua inscrição no Cress. Ademais, ainda pode ocorrer casos de profissionais trabalhando irregularmente e que também não cumpriram com a obrigação de se inscrever no Cress.

Delgado (2013) afirma que apesar da real expansão do mercado de trabalho para os assistentes sociais nos últimos 20 anos, as pesquisas recentes que abordam este assunto têm indicado diversos efeitos negativos e catastróficos no interior da profissão advindos da reorganização do capital. Portanto, o Serviço Social tem vivenciado um aumento substancial de profissionais e de demandas, devido ao acirramento da questão social no contexto atual, e concomitante a isso tem ocorrido a extinção e/ou precarização de seus postos de trabalho.

Sendo assim, conforme salienta Iamamoto (2012), é necessário compreender que as transformações ocorridas no mundo do trabalho não são externas ao Serviço Social e que a partir delas também se tornou necessário um novo perfil profissional para os assistentes sociais. Exige-se agora um profissional inteirado com as transformações societárias, qualificado, não apenas executor, mas com capacidade de planejar, coordenar e realizar uma leitura crítica da realidade.

A autora esclarece que os assistentes sociais têm sido demandados na atualidade para atuarem nas mais distintas áreas, como de recursos humanos, assessoria gerencial e na criação de estímulos a comportamentos que favoreçam a força de trabalho e a produção, organizações privadas e públicas. Essas novas requisições feitas para esse profissional são em grande parte decorrentes das alterações presentes na gestão da força de trabalho e por isso, são colocadas novas propostas e possibilidades de trabalho a este profissional que

[309] www.cfess.org.br

necessitam ser incorporadas, pois se eles não as compreenderem e decifrá-las, outros profissionais farão. E assim iremos perder espaços de trabalho para outras profissões.

É importante ressaltar que a implementação de legislações referentes ao Serviço Social também contribuíram para fomentar seu mercado de trabalho e, em certa medida, buscam protegê-lo da precariedade em seus espaços sócio ocupacionais. Para Delgado (2013), as duas legislações que dizem respeito a regulamentação da profissão de assistente social no Brasil, a Lei n. 8.662/1993 e o Código de Ética Profissional de 1993, dão ao assistente social o caráter de profissional, único e exclusivamente, ao possuidor de diploma de graduação em Serviço Social. Essas leis discorrem também acerca das atribuições privativas desse profissional, o que não abre espaço para que outros profissionais possam realizar as atividades lá descritas. Além disso, encontram-se no Código de Ética direitos, deveres e responsabilidades do assistente social, uma regulação sobre a relação com as instituições empregadoras, bem como dispõe acerca das condições éticas e técnicas do exercício profissional. Com isso, esta categoria profissional possui resguardada legalmente algumas prerrogativas que lhe asseguram certas condições objetivas de trabalho e espaço no mercado.

A mais recente conquista desses profissionais foi a Lei das 30 horas, conforme nos informa Delgado (2013). A Lei 12.317/2010 aprovada após longo tempo de espera e luta da categoria profissional representa uma grande vitória para os assistentes sociais. Ela estabelece uma jornada de no máximo 30 horas semanais para esses profissionais sem que ocorra uma diminuição da remuneração. Com essa Lei buscou-se reduzir o tempo de trabalho do profissional, o qual é submetido a grande desgaste físico e psicológico ao trabalhar diretamente com as refrações da questão social. Para Raichelis (2013), esta lei representa um avanço significativo para a profissão, tendo em vista, principalmente, o contexto capitalista atual de ampliação das jornadas de trabalho, desrespeitando legislações trabalhistas, limites morais, físicos e psicológicos, ocasionando o adoecimento em todos os sentidos do ser que vive do trabalho.

Todavia, Delgado (2013) salienta que apesar da importância dessa Lei, é necessário apontar duas consequências possíveis que poderão ocorrer a partir de sua promulgação e que necessitarão de vigilância constante por parte dos profissionais e de suas entidades representativas. De certa forma, ocorre a possibilidade de aumento de postos de trabalho para os assistentes sociais, visto que não poderão trabalhar mais em tempo integral, sendo necessários novos profissionais para ocuparem o espaço. Contudo, poderá ocorrer também com a redução da jornada de trabalho, diante das condições colocadas pelo mercado de

vínculos flexíveis e rebaixamento dos salários, o avanço do duplo ou pluriemprego. Esse fator associado com outros, característicos do "precário mundo do trabalho", pode coadjuvar para intensificar a exploração desses trabalhadores. É sabido que diversas instituições aderiram e se adequaram a Lei, entretanto, ainda é possível encontrar profissionais que não gozam de tal direito e empregadores que a aplicam de modo equivocado. Raichelis (2013), no mesmo sentido, enfatiza em sua análise acerca dessa legislação:

> É certamente o movimento coletivo mais importante desses últimos anos em defesa de direitos do assistente social como trabalhador assalariado, mas que, como era de se esperar, está sendo objeto de desconstrução por parte dos empregadores, exigindo da categoria profissional e de suas entidades políticas a adoção de diferentes estratégias coletivas para fazer valer esse direito para todos(as) os(as) profissionais do país e lutando pela sua extensão a todos os trabalhadores brasileiros (RAICHELIS, 2013, p.629).

Existem também outras legislações aprovadas e em tramitação que abrangem determinados segmentos e parcelas de assistentes sociais atuantes em espaços específicos e que possuem importância significativa para a expansão da profissão, como informa Delgado (2013) [310]. Não as destacaremos aqui, mas salientamos em consonância com a autora que todo esse aparato jurídico possui grande relevância para ampliar e assegurar o espaço sócio ocupacional do assistente social e garantir e preservar a qualidade do atendimento, condições éticas e técnicas e os direitos dos seus usuários.

Portanto, é notório o crescimento do mercado de trabalho do assistente social concomitante a uma precarização do e no exercício profissional, visto que esse crescimento não foi capaz de assegurar melhores condições de trabalho para esses profissionais.

3- CONCLUSÃO

Podemos destacar, com o posto em tela, o binômio expansão/precarização, o qual vem acompanhando o mercado de trabalho dos assistentes nos últimos anos, haja vista que se observou um aumento no número de vagas para esse profissional simultaneamente a formas precárias de inserção nesses espaços, com forte tendência ao duplo ou pluriemprego, de sobrecarga de trabalho, à falta de condições de trabalho mínimas, de reconhecimento, de autonomia profissional, de incentivo a capacitação, de progressão na carreira, de achatamento dos salários e de estatutos salariais flexíveis e instáveis. Essa

[310] Ver mais em Delgado (2013).

tendência das atuais condições laborais tem atingido também a subjetividade do trabalhador e ocasionado seu adoecimento físico e mental.

Assim como os demais trabalhadores e profissionais, os assistentes sociais têm vivenciado no contexto de acumulação flexível e de contrarreforma do Estado precárias condições e relações de trabalho apesar da expansão, das conquistas e do amadurecimento da profissão nas últimas décadas. Boschetti (2011) ratifica que a elevação do número de assistentes sociais ocorre sob o pano de fundo da crise do capital e num período marcado pela maximização do setor de serviços e de necessidade de um profissional que atue juntamente a programas sociais. Isso pode ser explicado devido a necessidade de minimizar as consequências catastróficas da crise do capital que acirra a questão social e suas sequelas. Nessa perspectiva, orientamos nosso estudo a partir da pertinente associação entre o reconhecimento da expansão do mercado de trabalho para os profissionais de Serviço Social nas últimas décadas conjugada a deficiência e violação de seus direitos enquanto trabalhadores assalariados.

Ademais, salientamos que os desafios sinalizados não são enfrentados exclusivamente pelos assistentes sociais, mas estão postos a todos os trabalhadores. Então, a luta por trabalho com direitos, consoante com o afirmado por Boschetti (2011), não consiste unicamente na defesa dos direitos de uma categoria profissional e, por isso, ela deve ser considerada num contexto mais amplo e totalizante, que busque assegurar atividades laborativas dignas para toda a classe trabalhadora. Assim sendo, estudos e pesquisas que enfoquem os processos de trabalho, situando o assistente social como trabalhador assalariado, verificando suas condições e relações de trabalho e, desta forma, os impactos da mercantilização de sua força de trabalho, são de extrema importância para "um conhecimento mais profundo sobre o sujeito vivo responsável por esse trabalho, que é o próprio assistente social" (RAICHELIS, 2013: 631).

As condições e relações de trabalho aqui indicadas, presentes para a classe trabalhadora em geral e também para os assistentes sociais, necessitam de um desvendamento nos distintos espaços ocupacionais que essa categoria encontra-se atualmente e também a nível nacional. Reiteramos, em conformidade com Alencar e Granemann (2009), que traçar o panorama acerca das condições de trabalho do assistente social na contemporaneidade, qualificando e quantificando seus indicadores e expressões, constitui importante ferramenta para a própria categoria tecer críticas e buscar a "superação dos fetiches que também nos alcançam em tempos tão bárbaros" (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p.168).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. M. T.; GRANEMANN, S. **Ofensiva do Capital e novas determinações do trabalho profissional**. Rev. Katálysis. Florianópolis. V. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez., 2009.

ANTUNES, R. L. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOSCHETTI, I. **Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas**. Rev. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul./set., 2011.

CAVALCANTE, G. M. M.; PRÉDES, R. **A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social**. Rev. Libertas. Volume 4, número 2, p. 1-24, julho. Juiz de Fora: 2010.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional**. Orgs: Conselho Federal de Serviço Social. Colaboradores: Rosa Prédes et al. Brasília: CFESS, 2005.

DELGADO, L. B. **Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político**. Rev. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, número 113, p. 131 a 151, janeiro/março, 2013.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 17ª edição. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, L. D. **Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional**. In: Serviço Social e Educação. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

RAICHELIS, R. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial**. Rev. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez., 2013.

_____. **O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009.

SERRA, R. **Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional do Serviço Social.** In: Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens. Orgs.: Rose Serra. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES – FSS/UERJ, 2001.

YACOUB, L. B. D.; RIBEIRO, L. C. **Emprego, desemprego e precariedade do trabalho do Assistente Social**. Rev. Em Pauta, n. 20, p. 141-151, 2007.

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL: o cotidiano profissional como chave de análise da profissão em tempos de ofensiva do capital

Marina Rodrigues Corrêa dos Reis[311]

Resumo: O debate acumulado no âmbito do Serviço Social situa a questão social como elemento central na relação entre profissão e realidade. A partir da discussão sobre o "cotidiano profissional" é que esta premissa será analisada. Coloca-se na ordem do dia a premência do Serviço Social se apropriar do cotidiano profissional de modo crítico reflexivo, rompendo com análises da realidade social desprovidas da perspectiva de totalidade, uma vez que tais análises restritivas podem embasar uma concepção limitada da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Questão Social. Estado. Cotidiano profissional. Demandas.

Abstract: The debate accumulated in the scope of Social Service places the social question as a central element in the relationship between profession and reality. From the discussion on the "professional daily life" is that this premise will be analyzed. The urgency of Social Service is placed on the order of the day to occupy the professional life in a reflexive critical way, breaking with analyzes of the social reality devoid of the perspective of totality, since such restrictive analyzes can base a limited conception of the "to-be" "Of the profession.

Keywords: Social Service. Social Issues. State. Daily work. Demands.

[311] Assistente Social, Professora de Serviço Social da UEMG - Carangola/MG, Mestre em Serviço Social pela UFJF, e-mail: marinarreis@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

> Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanha pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina.
>
> Paulo Freire

A apropriação da perspectiva marxista pelo Serviço Social contemporâneo impõe um processo crítico-reflexivo inesgotável sobre a atuação profissional da categoria. A partir de dois eixos centrais de análise: a questão social, assim como a sua relação com o Serviço Social na contemporaneidade, é que será desenvolvida a análise que se debruça sobre a profissão na conjuntura de ofensiva do capital.

Num primeiro momento, faz-se necessário, um apanhado histórico da gênese da questão social, com vistas ao melhor entendimento da sua significação, tanto para o contexto socioeconômico em geral como para o Serviço Social. De modo articulado a este compêndio, através da discussão sobre o "cotidiano profissional" pretende-se esmiuçar a premissa[312] do presente trabalho: "questão social como elemento central na relação entre profissão e realidade".

Analisaremos a questão proposta, sob o olhar da assistente social em tela. De modo a sistematizar o acúmulo teórico, com a experiência profissional, trazendo elementos e vivências profissionais, que uma vez problematizados contribuam para a proposta do presente trabalho.

2. A centralidade da questão social na interlocução da profissão com a realidade social

A expressão "questão social" surge para dar conta do fenômeno da história da Europa Ocidental, que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no séc. XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava: a pobreza crescia na razão direta em que

[312] Premissa esta que se aporta na produção de Iamamoto (2012: 188): "em uma sociedade de classe, a questão social é um *elemento central* na relação entre profissão e realidade".

aumentava a capacidade social de produzir riquezas. A nomeação desse pauperismo pela expressão "questão social" relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sociopolíticos: emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas na defesa dos direitos relativos ao trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

O debate acumulado no âmbito do Serviço Social situa a questão social como elemento central na relação entre profissão e realidade: diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção (âmbito da classe trabalhadora), contraposto à apropriação privada (classe capitalista) da própria atividade humana (o trabalho), das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2000).

A atuação do Serviço Social é polarizada pelos interesses de tais classes – proletariado e capitalista – responde aos interesses do capital (participando dos mecanismos de exploração) e aos dos trabalhadores (dando respostas as suas necessidades de sobrevivência), o profissional atua no sentido da rebeldia e consentimento em relação à realidade (IAMAMOTO, 2012). Daí o caráter contraditório da profissão, uma vez que no desempenho do seu trabalho o assistente social, pode mediar interesses do capital ou do trabalho, isso dependerá de sua orientação política. Entretanto, o profissional tende a atender/ceder aos interesses da classe dominante, assim como ocorre na totalidade concreta.

O caráter antagônico do Serviço Social tem, portanto, uma mediação central: o Estado. O assistente social participa da produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista através da mediação do Estado, é partícipe da reprodução do controle ideológico da classe trabalhadora – coerção –, o que denota um caráter auxiliar e subsidiário da profissão nesse sentido. Enquanto profissão fundada no modo de produção capitalista, inserida na divisão sociotécnica do trabalho tem sua prática profissional polarizada pelos interesses das classes sociais em relação. Como profissão que surgiu, sobretudo para compreender e dar respostas à *questão social*, sendo esta a base que o institui enquanto especialização do trabalho. Entendendo questão social como:

> (...) as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a

> exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p.77).

Os assistentes sociais, através da prestação de serviços socioassistenciais – inerentes de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizada nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da *questão social*, tais como vivenciadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões (IAMAMOTO, 2012).

2.1 Cotidiano profissional: campo para a análise do Serviço Social

A categoria profissional – assistentes sociais – possui uma apreensão da realidade, oriunda do cotidiano profissional, que ao ser esmiuçado teoricamente, possibilita desenvolver uma análise fecunda do Serviço Social na contemporaneidade. Discutir essa prática implica refletir sobre a identidade da profissão, o que pressupõe analisar o contexto socioeconômico e político, e significa pensar sobre os sujeitos envolvidos nesse trabalho, em que a pesquisa se constitui como um dos princípios básicos da profissão para a produção do conhecimento.

Guerra (2012) pontua ser inegável que o Serviço Social é uma profissão fundamentalmente operativa, sendo que a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social.

A autora defende que estas dimensões – teórico-metodológica, ético-política, e técnico-operativa – que dão forma e conteúdo à profissão só se realizam no espaço do cotidiano. O cotidiano profissional se realiza pela inserção do assistente social na execução terminal das políticas sociais, cujo formato limita ou potencializa sua ação profissional.

> (...) o padrão atual de políticas sociais privatista, mercantilista, que fragmenta, segmenta e setoriza as necessidades e categorias sociais, predispõe um tipo de intervenção: pontual, focalizada, imediata, burocrática, mimética, repetitiva,

> pragmática e eminentemente instrumental, exigindo pouca qualificação para responder às demandas imediatas, condicionando o exercício profissional às características e dinâmica do cotidiano e se limitando a ele (GUERRA, 2012, p. 53).

Santos, Filho e Backx (2012, p. 21) compreendem o cotidiano como o espaço em que se realiza a intervenção, que nos permite pensar na forma como as demandas chegam às instituições e aparecem para o assistente social: "imediatizadas, fragmentadas e heterogêneas, que pode levar a uma prática reiterativa, burocratizada, marcada pelo senso comum, tendo como consequência um exercício profissional que não é o que se pretendia realizar".

> Uma chave de questão, portanto, diz respeito ao modo como os profissionais lidam com essas demandas. É necessário entender o espaço onde o exercício profissional se realiza, como as demandas chegam ao serviço, as necessidades apresentadas pelos usuários e como a política social se operacionaliza na organização. Portanto lançar mão do instrumental técnico-operativo sem entender o conjunto de mediações necessárias faz com que a "resposta" profissional fique aquém das possibilidades de uma ação consciente, crítica e competente (SANTOS; FILHO; BACKX, 2012, p. 21).

Nessa perspectiva, pressupõe-se que para alcançar uma intervenção profissional que atenda as reais necessidades demandadas pelos usuários do serviço, torna-se necessário conhecê-las, repensar o modo como estas estão colocadas no processo de trabalho. A nível profissional (enquanto assistente social), um primeiro movimento de reflexão sistematizada sobre o cotidiano profissional se deu através do Projeto de Intervenção[313] "Levantamento da demanda de atendimento do Serviço Social" – que se propôs a conhecer e avaliar as demandas direcionadas ao Serviço Social – o qual propiciou esmiuçar as demandas cotidianas postas ao Serviço Social.

Neste sentido, faz-se necessário expor sucintamente, elementos importantes, oriundos do projeto realizado, que contribuirão com a presente análise. Como o destaque no levantamento de algumas variáveis provenientes daquelas demandas: trabalho e condições de vida. Desta forma cabe analisar como os (as) assistentes sociais estão compreendendo e atuando sobre essas variáveis, provenientes das demandas que são representadas por situações singulares de vida, mas que dizem respeito à realidade social vivenciada pela coletividade.

[313] O Projeto de Intervenção foi realizado pela assistente social em tela, em uma Unidade de Saúde que se encontrava alocada, pela Residência em Serviço Social, no município de Juiz de Fora/MG.

O que se coloca em relação direta com esta questão é a influência do pensamento liberal que não reconhece os direitos sociais, mas o dever moral de prestar assistência aos necessitados. O discurso da cidadania é substituído pelo discurso humanitário da solidariedade e filantropia. Procede a uma despolitização da questão social, expulsando a pobreza e a exclusão do mundo público e dos fóruns de representação e negociação (YAZBEK, 2001 apud IAMAMOTO, 2012, p. 189). Neste sentido o caminho vislumbrado é construir mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania (IAMAMOTO, 2012).

Outro elemento central do levantamento, diz respeito à expressiva demanda de "facilitar o acesso do usuário ao serviço", o que pode representar uma dualidade para a intervenção profissional, pois,

> Se por um lado, a atenção prestada pelos assistentes sociais, em grande parte, permite aos usuários sentirem-se respeitados, apoiados, contando no interior das instituições com um lugar para aliviar suas tensões, em longo prazo estas ações, como um fim em si mesmo, acabam por contribuir para que os mesmos sejam impedidos de utilizar estes espaços na sua mobilização, organização e acesso a informações necessárias para preservar, ampliar e realizar seus direitos (VASCONCELOS, 2006, p. 12).

Este viés antagônico está relacionado ao caráter contraditório da profissão? Está associado à correlação existente entre assistente social e instituição empregadora? Diz respeito à própria realidade social, que é complexa, adversa?

Diante destes questionamentos, entende-se que o fazer profissional é inerente ao acúmulo teórico do Serviço Social. Em outras palavras, o "fazer-pensar" do Serviço Social está inscrito em uma totalidade essencialmente dialética que implica uma vigilância do "fazer-pensar" constante e inesgotável. Caso contrário "facilitaremos o acesso ao serviço" a fim de garantir a inserção dos usuários nestes espaços, ao passo que reproduziremos a cultura tuteladora do favor e do "jeitinho brasileiro".

Segundo Guerra (2012), a prática irrefletida, que analisa e intervém no cotidiano profissional, que não ultrapassa o nível da imediaticidade do cotidiano, que responde às necessidades da mera reprodução individual, estabelece uma radical distância entre a elaboração teórica e a intervenção profissional. Ao mesmo tempo em que opera uma ruptura entre meios e fins, fortalece a concepção de que não importam os meios, desde que os fins sejam alcançados.

> Nem sempre nos perguntamos sobre as implicações éticas e políticas de tais respostas, nem sobre o espaço de autonomia que nos reserva este momento cotidiano, menos ainda sobre as novas perspectivas que nos são dadas ao acionarmos a dimensão investigativa, pois o que nos chega como demanda é a solução (ainda que restrita, parcial, temporária, pontual, fragmentária) da problemática apresentada, tratada como objeto de intervenção, e não o conteúdo, a qualidade, as implicações éticas e políticas e/ou a possibilidade das respostas profissionais (GUERRA, 2012, p. 47).

Vasconcelos (2006, grifo nosso) aponta que há uma desconexão, uma fratura entre a prática profissional realizada pelos assistentes sociais, os quais, direta ou indiretamente, tomam como referência o projeto ético-político, e as possibilidades de prática contidas na realidade, objeto da ação profissional, as quais só podem ser apreendidas a partir de uma leitura crítica da realidade, fruto de uma **conexão sistemática – ainda não existente – entre a prática profissional e o debate hegemônico na categoria.**

2.2. O enfrentamento da questão social em voga

No espaço cotidiano de atuação profissional, o público alvo majoritário, atendido pelo Serviço Social é a "população descartável ao capital", o que se expressa mais explicitamente nos usuários "invisíveis e/ou mudos". *Invisíveis* à medida que vivem à margem social, residem em "áreas de invasão", com moradias precárias, sem acesso aos serviços públicos básicos, e por sua vez *mudos,* no sentido de que não "têm voz" de fato nos espaços aos quais recorrem. Neste sentido, defende-se que a intervenção profissional qualificada deve buscar num primeiro momento dar visibilidade e voz a esse público, para de forma articulada, muni-los (aos usuários) de representatividade própria.

Nessa perspectiva, considera-se pertinente ressaltar o papel desempenhado pelas (os) assistentes sociais – que munidos de um arsenal teórico crítico, que pressupõe a *questão social* como base de fundação do Serviço Social, transversal a toda a formação e exercício profissional – uma vez que compreendem (teoricamente), atuam cotidianamente (espaços sócio-ocupacionais) e vivenciam a "sociabilidade do capital", têm a tarefa árdua de atuar com as expressões da questão social.

A intervenção se torna árdua, uma vez que o assistente social vive, estuda e trabalha diretamente com a "questão social". Nesse sentido a persistência é contínua, diante do quadro caótico sobre o qual, o profissional é chamado a atuar (intervenção direta nas

expressões da questão social), para além das condições indignas de atuação, por muitas vezes, no próprio espaço de trabalho, com: vínculos precarizados, salários rebaixados, para além do processo de (con) formação de um "exército assistencial de reserva" [314] – apontamentos estes, que são concernentes ao Serviço Social, mas que dizem respeito, claro, a um recorte da totalidade, da totalidade regida pelo capital.

Em outras palavras, vivemos em tempos de barbárie! No capitalismo contemporâneo há uma radicalização e dramaticidade da questão social: novas formas de exploração do trabalho, banalização da vida humana, atrocidades. Com a criminalização da questão social pelo Estado e também pela sociedade. O capital estabelece a luta interclasse, onde a classe dos trabalhadores é vista então como "perigosa", com a crescente culpabilização dos indivíduos.

Questão que assume novas configurações e expressões, como: as transformações das relações de trabalho; a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que veem seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados. As sequelas da questão social permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação, sendo que na prática cotidiana do assistente social, a relação com o real é uma relação com a singularidade expressa nas diferentes situações com que trabalhamos. É nesse fazer cotidiano do Serviço Social que se colocam os limites e as possibilidades de intervenção profissional.

As estratégias para o enfrentamento da questão social tem sido tensionadas por projetos sociais distintos: defesa dos direitos sociais x mercantilização do atendimento as necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social. O primeiro projeto, de caráter universalista e democrático, informa a concepção da seguridade na Constituição Federal de 1988 e supõe politizar a participação, considerando a gestão como arena de interesses que devem ser reconhecidos e negociados. De acordo com Iamamoto (2012), esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. Nesse sentido faz-se necessário assumir, mas também extrapolar, os espaços oficiais dos Conselhos e reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular.

Segundo Pereira (2001), os problemas atuais são produtos da mesma contradição que gerou a questão social capitalista – nesse sentido que Netto (2001) aponta que inexiste

[314] Expressão utilizada por Iamamoto (2012), ao referir-se à expansão do ensino superior na área de Serviço Social no Brasil.

qualquer "nova questão social" –, mas contemporaneamente, ainda não foram suficientemente politizados, isto é ainda não foram alvo de correlações de forças estratégicas, a ponto de abalarem a hegemonia da ordem dominante e permitirem a imposição de um projeto contra-hegemônico. Deste modo coloca-se como importante tarefa dos setores progressistas, onde se inclui o Serviço Social, a transformação dos problemas atuais em questão.

O primeiro projeto social – de cunho democrático – é tensionado pelo modelo neoliberal, que subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica. O que desafia o Serviço Social a realizar uma leitura crítica dos orçamentos sociais, de modo a viabilizar estratégias voltadas à negociação de recursos para programas e projetos sociais que fortaleçam o projeto ético-político ora em construção. Nessa perspectiva, Iamamoto (2012) aponta ser de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho dos segmentos populacionais atendidos nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social, enquanto possibilidade de reconhecer e atender as efetivas necessidades sociais destes usuários, alvos das ações institucionais. Para além, são requeridas ainda novas funções e competências aos assistentes sociais (demandas estas provenientes do processo de descentralização das políticas sociais públicas): atuar na esfera da formulação e avaliação das políticas, assim como o planejamento e gestão, inscritos em equipe multiprofissionais.

As condições e relações de trabalho em que estão inscritos os Assistentes Sociais são indissociáveis da Reforma do Estado, que redimensiona as relações entre Estado e sociedade e atinge as políticas e/ou ações voltadas à questão social. Esse processo expressa-se de um lado, na transferência de responsabilidades governamentais para "organizações da sociedade civil de interesse público", e outro, em uma crescente mercantilização do atendimento as necessidades sociais. Portanto, o sentido e resultados sociais do trabalho do assistente social serão distintos, uma vez orientados por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público.

3. CONCLUSÃO

Tendo em vista a proposta do presente trabalho, que num primeiro momento explanou a gênese da questão social, a fim de demarcar o campo de constituição do Serviço Social, e que uma vez abarcados – questão social e Serviço Social – na discussão sobre o cotidiano profissional, possibilitou analisar a "questão social como elemento central na

relação entre profissão e realidade". Neste sentido, apreende-se que, a questão social, assim como o Serviço Social, desde a gênese de ambos, vem sofrendo modificações de acordo com as transformações ocorridas no sistema capitalista.

Diante da complexificação da realidade social, que se expressa nos "termos sociais contemporâneos": pobres, famílias de baixa renda, excluídos, classe vulnerável, população de rua (chamo a atenção aqui para o nível de conformidade atual, uma vez que existe uma política específica para a população de rua!) compreendemos que a chave de análise do público citado e "tipificado" [315] acima está na "má e velha" questão social. Uma vez que é a questão social que institui o Serviço Social enquanto profissão, concluímos que será essa a chave de análise para a profissão.

Neste sentido coloca-se na ordem do dia a premência do Serviço Social se apropriar do cotidiano profissional de modo crítico reflexivo, rompendo com análises da realidade social desprovidas da perspectiva de totalidade. Tais análises, restritivas, podem fornecer uma concepção limitada do "fazer-ser" do Serviço Social.

Uma vez que, à luz da corrente teórica marxista compreendemos a realidade social, como uma totalidade complexa e em contínua transformação e tendo em vista o acúmulo teórico recente da profissão (à nível de tempo histórico) é que defende-se o aprofundamento da articulação "teóricoprático" do Serviço Social.

A profissão, que após debruçar-se sobre si, no Movimento de Reconceituação e Renovação do Serviço Social[316], instituiu suas bases, consolidadas no projeto ético político, na lei de diretrizes e bases curriculares, necessita no presente momento de tomar ciência das suas lacunas, conforme exposto por Vasconcelos (2006) acerca de uma necessária conexão sistemática – ainda não existente – entre a prática profissional e o debate hegemônico na categoria. A tarefa que se põe na ordem do dia não é simples, no entanto, o ponto positivo deste processo coletivo em construção é que o Serviço Social (historicamente) já se põe sobre análise, o desafio é aprofundar esta crítica e articulá-la com o *modus operandi.* Nesta perspectiva, cabe questionar então, qual o caminho para se pensar o Serviço Social contemporâneo?

---

[315] Faz-se alusão à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, de acordo com a Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que tipifica os Serviços Socioassistenciais disponíveis no Brasil organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

[316] Processo de renovação crítica do Serviço Social que denuncia o conservadorismo profissional. Se inicia ainda na década de 1960 e desenvolve-se nas décadas de 1970 a 1980, sob a influência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino Americano, contextualizando a conjuntura histórica da época no mundo e principalmente na América Latina.

Iamamoto (2012) aponta o uso do método legado por Marx, por ser um recurso analítico fecundo para análise das inéditas realidades do presente. Analisar o significado social do trabalho profissional no presente, incorporando e ultrapassando a produção acumulada até então. Apreender as relações entre trabalho, questão social e o Serviço Social na sociedade brasileira, em suas particularidades regionais e locais, é requisito para elaborar e efetivar estratégias que possam contrarrestar a programática neoliberal em favor das necessidades e interesses da coletividade. É nesse sentido que o alargamento do campo de intervenção do Serviço Social, demanda novas competências profissionais que remetem à pesquisa, à produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. 184 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 2000.

_____, **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Claudia Mônica dos; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKS, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. 184 p.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde. ***Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional***. São Paulo: *Cortez*, *2006.*

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis**. ABEPSS, Brasília, 2001, n 3, pp 41-49. Janeiro/Junho 2001.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, nº. 3, 2001.

O CELATS E A PESQUISA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1982) e sua contribuição para a renovação crítica da profissão na América Latina[317]

Isabella de Sousa Maio
Thaís Pereira Reis[318]

Resumo: Este artigo é fruto da pesquisa *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e a pesquisa no Centro Latino-Americano de Trabalho Social – CELATS (1970-1980)*, orientada pela professora doutora Marilda Villela Iamamoto. Pretende-se identificar o CELATS como entidade articuladora da renovação crítica da profissão, as contribuições da área de Investigação, em particular os projetos sobre a História do Serviço Social latino-americano. Privilegiam-se os trabalhos de Manuel Manrique Castro, Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, com ênfase no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1982), registro do significado sócio-histórico da prática profissional, a partir da teoria marxiana.

Palavras-chave: CELATS, Investigação, Pesquisa no Serviço Social, História do Serviço Social, América Latina

Abstract: This article is the result of the research The Movement of Reconceptualization the Social Work in Latin America and a research in the Latin American Center of Social Work - CELATS (1970-1980), guided by the teacher Dra. Marilda Villela Iamamoto. Intended to identify CELATS as an articulator entity of critical renewal of the profession, the contributions in the investigation area, especially projects related to the History of Latin American Social Work. We privilege the work of Manuel Manrique Castro, Marilda Iamamoto and Raúl de Carvalho, emphasizing the study of the book Social Relations and Social Work in Brazil (1982), record of the socio-historical meaning of professional practice, based on Marxism theory.

Keywords: CELATS, Investigation, Search in Social Work, History of Social Work, Latin America

[317] O artigo é fruto da pesquisa "O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória." e foi orientado pela professora Dra. Marilda Villela Iamamoto (FSS/UERJ). O trabalho está vinculado ao eixo temático "Serviço Social no mundo e os movimentos sociais - Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil e América Latina".

[318] Ambas as autoras são graduandas da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sendo a primeira voluntária e a segunda bolsista de Iniciação Científica financiada pelo CNPq na pesquisa "O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória." coordenada pela Dra. Marilda Iamamoto. E-mails: isabellaamaio@gmail.com; tpereirareis88@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo caracterizar a realidade social do continente latino-americano nas décadas de 1970-1980; realizar uma aproximação à gênese histórica da pesquisa no Serviço Social latino-americano enquanto área de conhecimento em sua relação com a contemporaneidade; além de identificar as principais contribuições da área de investigação do CELATS para a renovação crítica do Serviço Social na América Latina a partir dos projetos de pesquisa considerados.

No primeiro capítulo, será registrada a contextualização histórica da América Latina na criação do Centro Latinoamericano de Trabajo Social – entidade articuladora da renovação crítica da profissão. O segundo capítulo dedicar-se-á à área de investigação do CELATS, em sua pesquisa sobre a História do Serviço Social na América Latina, com destaque ao projeto de Manuel Manrique Castro e Marilda Villela Iamamoto. O terceiro capítulo discorrerá sobre a obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil (1982)* e sua compreensão do significado sócio-histórico da prática profissional. Sublinha-se a importância do resgate da memória deste livro, que renovou a formação profissional do Assistente Social, e sua reflexão no debate do Serviço Social na contemporaneidade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Contextualização histórica da América Latina na criação do CELATS

> (...) Paralelamente a la situación coyuntural que presentaba América Latina - de gran identidad con el cambio social - hay que considerar las condiciones propias al desarrollo de la profesión del Trabajo Social que registró en ese entonces una activación en cuanto a sus reivindicaciones, buscando una nueva identidad, basada fundamentalmente en la necesidad de articular el trabajo profesional a los requerimientos de los sectores mayoritarios de nuestra sociedad.
>
> Leila Lima Santos

Com base nos estudos de Marx, para realizar qualquer análise bem fundamentada sobre uma determinada realidade, é necessário reconhecer e considerar a sua história. Partindo deste princípio, os sujeitos históricos são historicamente condicionados e interferem nessa mesma realidade em um movimento dialético:

> Os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam (...), tais como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio

> que a esta corresponde até às suas formações mais avançadas. A consciência nunca pode ser outra coisa se não o ser consciente, o ser dos homens é o seu processo real de vida. (MARX e ENGELS, 2002, p. 22).

Antes de tratar o tema proposto, pretende-se situar o contexto histórico em que ocorre a renovação crítica da profissão na América Latina, em especial o brasileiro, nas décadas de 1970 e 1980, período marcado por ditaduras militares em vários países latino-americanos. Os regimes ditatoriais, em todos esses países, foram apoiados pelo governo norte-americano como estratégia para assegurar a sua hegenomia nos países latino americanos, visando atender "os interesses das grandes empresas imperialistas norte-americanas" e combater o comunismo, considerando, em 1956, a ameaça da Revolução Cubana. Portanto, os objetivos norte-americanos eram destruir, liquidar com a Cuba revolucionária e abafar o comunismo da América Latina.

> Em resposta à influência da Revolução Cubana, os Estado Unidos aprofundaram a sua ingerência na América Latina, operando em dois níveis: o legal, através de "programas de ajuda" (...), e o clandestino, com as iniciativas encobertas da CIA, a agência central de inteligência norte-americana. As ações destas, sintonizadas com a atividade das missões militares do Departamento de Estado (...), envolviam desde a espionagem pura e simples até a orquestração de campanhas desestabilizadoras de governos democráticos, do financiamento clandestino a organizações de extrema-direita ao patrocínio de ações terroristas e criminosas – como se provou ter ocorrido no Brasil nos anos 1960 e no Chile ao tempo de governo da *Unidade Popular* (Salvador Allende, 1970-1973). (NETTO, 2014, p. 37)
>
> Ademais, há fortes indícios de que organizações como o IBAD[319] e o IPES[320] não receberam recursos externos tão somente da agência norte-americana – parece que também tiveram por fontes outras organizações estrangeiras, como a Fundação Konrad Adenauer (da República Federal da Alemanha). A "defesa da democracia ameaçada" pelo governo de Jango, vê-se, era causa que interessava a muita gente. (NETTO, 2014, p. 39)

A Fundação Konrad Adenauer era uma fundação alemã que estava presente em muitos países da América Latina, inclusive no Brasil e no Peru, e era intrinsecamente vinculada à democracia-cristã alemã. Ela buscava, em um contexto de profunda ebulição política na América Latina[321], encontrar uma "terceira via", ou seja, outro caminho entre o liberalismo extremo e o comunismo, visando a uma via que "harmonizasse" a América Latina politicamente. A democracia cristã pretendia, então, desenvolver princípios primordiais de democracia, solidariedade e liberdade, através de projetos que permitissem

[319] Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959, que possuía o objetivo principal, de acordo com as palavras do autor, de "corromper processos eleitorais". (NETTO, 2014)
[320] Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criada no ano de 1962 pelo empresariado brasileiro, recebendo um bom financiamento da agência norte-americana. (Id.)
[321] Em um contexto histórico em que a América Latina recebia as influências da Revolução Cubana, da Guerra Fria, dos movimentos políticos surgindo com força na América Latina, tanto na Argentina com o Peronismo, como o Movimento Nacional de Libertação, com os inícios do surgimento da Unidade Popular no Chile, os movimentos estudantis, a reverberação do que foi o maio de 1968 na França, no México, e em muitos países da América Latina as mobilizações populares tomaram conta do cenário político.

implementar estratégias, ainda que de forma oculta, para a busca de uma via alternativa ao capitalismo e ao socialismo.

Assim, o campo das Ciências Sociais foi muito explorado como estratégia para tal objetivo, bem como o investimento no que Santos vai chamar de "capacitação sindical de trabalhador na América Latina" com a intenção de ampliar a capacitação para que harmonização fosse alcançada, cuja viabilidade histórica era questionada por muitos. (SANTOS, 2015).

O interesse expresso pela instituição em investir na capacitação e no conhecimento das Ciências Sociais pode ser observado com a criação de projetos, revistas, o que culminou na criação do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), em 1974, organismo acadêmico da ALAETS[322]. A partir do novo direcionamento que se dá à ALAETS, a partir de 1971, liderado por Luis Araneda, ela começa a desempenhar um papel diferente no Serviço Social latino-americano.

Apesar desta dupla relevância, o CELATS sempre manteve uma autonomia relativa com relação à Associação, na medida em que cumpria fundamentalmente o papel de catalizador das propostas críticas no continente. Nesse momento, a ALAETS apresentava níveis de funcionamento precário, ausência de estrutura programática, baixa representatividade e escassos recursos para financiar suas atividades. O CELATS, por outro lado, apresentava suficiente capacidade operativa, quantidade considerável de projetos espalhados por todo continente, bem como a participação de membros de diferentes países, o que criava uma dinâmica diferenciada entre um e outro. Nesta conjuntura, o CELATS passa a representar o núcleo onde se unem esforços de setores críticos latino americanos a fim de (re)atualizar o projeto crítico profissional, em um contexto de diferentes ditaduras militares no continente.

Assim, a instituição implementa programas de formulações teóricas e práticas a fim de enfrentar tensões conhecidas pela profissão, a partir de três grandes áreas: *Investigação, Capacitação Continuada* e *Comunicação*. Esta última coordenava a política editorial e a difusão de publicações desenvolvidas no Centro: desde a Revista *Acción Crítica* e os *Cuadernos Celats, (*em que se baseia este artigo em grande parte), até livros, produtos de suas investigações. Com isso, foi-se construindo um grande acervo sobre o Serviço Social Latino Americano.

Na área de *Capacitação Continuada*, fomentou-se, de modo constante, o aperfeiçoamento profissional, por meio de atividades de aprofundamento teórico, de

[322] Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social, criada na órbita da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1946.

especialização, de formação para docência para profissionais com atividades em Escolas de Serviço Social, encontros nacionais de capacitação continuada. Destaca-se ainda a fundação do primeiro Mestrado Latino Americano em Serviço Social, a partir de um convênio entre CELATS e a Universidade Autônoma de Honduras, em 1978.

Na *Investigação* – área de interesse deste artigo --, enfrentou-se a debilitada trajetória que a profissão apresentava nos processos investigativos, com o objetivo de criar uma massa crítica para o exercício profissional, desenvolvendo linhas articuladas de pesquisa voltadas ao conhecimento de setores populares, ao papel das políticas públicas, à realidade institucional na qual opera o Serviço Social e seu perfil profissional.

A partir das particularidades do continente latino-americano, busca-se, neste trabalho, (re)visitar algumas investigações desenvolvidas, que contribuíram, historicamente, com debates decisivos, para a construção contínua do projeto profissional do Serviço Social na América Latina e sua expressão na contemporaneidade.

2.2. *Investigação*: Pesquisa sobre a História do Serviço Social na América Latina

> Las hipótesis constituyen la base estratégica de investigación… no las concebimos como hipótesis para verificación, inferidas empíricamente, por medio de investigaciones anteriores, sino hipótesis de trabajo basadas en el conocimiento previo de los cuadros reales de la investigación y formuladas con el fin de darle orientación teórica.
>
> Florestan Fernándes

A pesquisa histórica desenvolvida pelo CELATS propõe-se a uma interpretação da profissão como constituída e constituinte dos processos sociais, buscando uma vinculação desta com as forças e projetos em conflito. Trata-se, assim, de uma abordagem concreta em que a compreensão da história vincula-se à história das relações de classes e seu movimento contraditório.

O desenvolvimento das investigações no CELATS enfrentou, desde o princípio, a ausência de um processo acumulativo de conhecimentos especializados. Era muito parca a tradição de pesquisa no Serviço Social e, por isso, coube ao Centro superar a essa precariedade teórica e colocar em prática um programa investigativo mais coerente. O objetivo geral de alcançar um conhecimento científico da realidade em sua relevância para o Serviço Social traduzia-se, segundo Leila Lima Santos, em níveis mais específicos: “Conhecer as necessidades dos setores populares, reorientando, assim, a ação do assistente social; analisar o Serviço Social, sua história, sua organização, seu desenvolvimento na América Latina”. (SANTOS, 2007)

A dinâmica de desenvolvimento das investigações percorreu, *a priori*, o seguinte caminho: apresentação, por parte do CELATS, de uma programação na qual se oferecia ao conjunto de assistentes sociais os temas de investigação para o respectivo período; apresentação, por parte dos interessados, de projetos sobre os temas sugeridos na programação; seleção por parte do Centro do projeto que apresentasse maior possibilidade para o desenvolvimento das investigações. *A posteriori*, foi possível apreciar, estrategicamente, a consolidação no CELATS da política de centralização de projetos de pesquisa pelo Centro. Isso foi feito através da contratação de pesquisadores, sob a modalidade de prestação de serviços profissionais.

> El papel de esta área sería el de asumir la investigación como un proceso permanente y total, desde el cual se articularían todos los elementos indispensables a una consciente práctica del conocimiento de la realidad. Ciertamente, la investigación constituye un proceso complejo, en cuya estructura intervienen varios factores: las necesidades y los problemas, la implementación técnica del proceso de recopilación, el esfuerzo interpretativo y analítico, la infraestructura adecuada para todos estos ejercicios y el destino social del producto final. (CELATS, 1977, p.92)

Além destas funções, esta área tinha como objetivo alcançar uma unidade e coerência das investigações como um todo, evitando que os projetos fossem iniciativas dispersas. Não se tratava somente de identificar os temas de investigação, mas, fundamentalmente, garantir seu controle e execução a fim de alcançar as expectativas que originaram as pesquisas e os recursos disponíveis.

Enfoca-se esta análise no segundo período de investigação do CELATS (1978-1980), definido pela autora supracitada, que tinha como característica básica a delimitação prioritária da problemática específica do Serviço Social, ou seja, sua origem e desenvolvimento, sua função no âmbito das políticas sociais, além do estudo da história do Serviço Social.

> Se buscaba, así entender la relación entre la función social de la profesión – asignada por la dinámica de las relaciones sociales – y aquellas derivadas de las genuinas motivaciones innovadoras del grêmio profesional, a lo largo de la trayectoria del trabajo social en le continente. La historia del Trabajo Social no aparece así como un conglomerado de hechos, ni como producto de las voluntades individuales de los impulsores de la profesión, sino como una actividad que se forja a partir de las formas concretas de organización vigentes en una determinada sociedad. (SANTOS, 2007, p.36)

A coordenação da pesquisa nesse período esteve sob a responsabilidade do sociólogo peruano Manuel Manrique Castro, tendo como pesquisadores Alejandrino Maguiña Larco (peruano), Marilda Villela Iamamoto e Raúl de Carvalho (brasileiros). Ao mesmo tempo, esta investigação contou com a colaboração de grupos de apoio nos dois países. Destacam-se, neste contexto, o projeto como *Hacia el estudio de la historia del*

Trabajo Social en América Latina, de Manuel Manrique e Marilda Villela; e os livros *Desarrollo del Capitalismo y Trabajo Social en el Perú*, de Maguiña; e *Relaciones Sociales y Servicio Social en Brasil*, de Marilda Villela e Raúl de Carvalho, a que se dedicará a última parte deste artigo. O objetivo principal desta obra foi o de realizar uma análise da profissão no Brasil, explicitando as articulações do desenvolvimento do Serviço Social e a dinâmica dos processos econômicos, sociais e políticos do país, à luz da teoria marxiana

Destaca-se, neste conjunto, a concretização do projeto *Hacia El estúdio de La historia Del Trabajo Social*, na medida em que significou, na programação do CELATS aqui analisada (78-80), a abertura de uma etapa dentro das investigações promovidas pelo Centro que se propôs a conhecer a natureza dos importantes setores de atuação dos assistentes sociais e a situação do Serviço Social Latino Americano naquele momento.

> La presente investigación deberá desarrollar una línea de interpretación de la historia del trabajo social que integre una doble dimensión. De un ludo, la aproximación al proceso del trabajo social en su vinculación la directa con la dinámica de los procesos globales tanto relativos al decurso de cada historia nacional como de la evolución histórica latinoamericana. Por otro lado, la preocupación estará destinada a volver sobre los pasos de la historia del pensamiento rector o de las corrientes del pensamiento hegemónicas expresadas en los intentos de formulación de una teoría propia del trabajo social. (CASTRO; IAMAMOTO, 1979, p.2)

O ponto de partida foi constatar as dificuldades que o Serviço Social Latino Americano enfrentava àquele tempo – em que a realidade impunha limites ao seu próprio desenvolvimento –, e recorrer a elementos que possibilitavam responder aos questionamentos teóricos acerca da função social do Serviço Social. A partir disso, dedicou-se a investigar passos da história e formular um reencontro com diversas raízes explicativas que, outrora colocadas de lado, impediram uma compreensão da realidade em sua dinâmica e em sua totalidade.

Dentro dos objetivos, em nível de conhecimento, a que se propôs desenvolver, sublinham-se a articulação entre as ideias e o processo histórico a partir do objeto específico referente ao Serviço Social como profissão; em que medida as ideias condicionam a prática profissional e vice-versa; e de que maneira ambas são determinadas socialmente. Em nível institucional, a criação de diretrizes que permitiram clarear a linha de investigações ao longo do triênio 1978-1980 e os subsídios gerados, a partir delas, para a área geral de Investigação do CELATS.

2.3. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* na trilha da Reconceituação: compreensão do significado sócio-histórico da prática profissional

> (...) o que aqui nos é oferecido não é tão somente um passo adiante, mas a reformulação de uma rota. Uma rota que se constrói sobre os caminhos confusos e dispersos que deixaram atrás de si os sucessivos e diferentes contingentes de profissionais que, durante quase duas décadas, percorreram a América Latina abrindo trilhas ao caminhar, mas também uma rota que, ao seguir os rastros da reconceituação (...) consegue não só resgatar sua vitalidade histórica, como distanciar-se dos rastros alheios, retificar desvios e aliviar fadigas.
>
> Manuel Manrique Castro

A convite de Leila Lima Santos, então diretora do CELATS, Marilda Iamamoto ingressa no CELATS em 1978, com a proposta de participar do projeto de pesquisa sobre a história do Serviço Social na América Latina. Havia a necessidade de compreender a história da profissão para além de uma descrição evolutiva de acontecimentos e tendo uma visão de que a história da profissão era paralela e distinta da história da sociedade. "Verificou-se, ainda, um acentuado “latinoamericanismo” na leitura da história do Serviço Social em nível continental, traduzido na desconsideração das diferenças históricas dos países e gerando uma perspectiva generalista, com forte perda do potencial explicativo das especialidades nacionais". (IAMAMOTO, 2015, p. 226)

Dessa forma, a pesquisa Marilda Iamamoto e de Raul de Carvalho buscou realizar uma abordagem elucidando as relações entre a história da profissão e da sociedade, considerando, ainda, as particularidades de cada país, (no caso do estudo da história do Serviço Social, o Brasil e o Peru) e as relações entre as classes sociais.

> Como abordagem teórico-metodológica, buscamos inspiração na tradição marxista a partir de seus fundadores e de fontes originais. Era explicita, ainda, por parte dos pesquisadores, a intenção de romper os dilemas da primeira aproximação a essa tradição intelectual no Serviço Social latino-americano presidida por um “marxismo sem Marx”, resultando numa “ética de esquerda e uma epistemologia de direita” (...) (IAMAMOTO, 2015, p. 227).

Além da pesquisa documental, a coleta de dados também contou com a participação de grupos de apoio à pesquisa com profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo. É válido ressaltar que tanto essa pesquisa como os outros projetos financiados pelo CELATS, já citados anteriormente, foram fomentados pelo Movimento de Reconceituação da profissão na América Latina, onde encontra-se um profundo questionamento do Serviço Social tradicional e o assistencialista.

> O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina teve lugar no período de 1965 a 1975, impulsionado pela intensificação das lutas sociais que se refratavam na universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja e nos movimentos estudantis, dentre outros. Ele expressa um amplo questionamento da profissão (...)

> dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais que reclamam pesquisa. (...) É com a bagagem crítica dessa vivência profissional, e na interlocução com a mesma, que se insere a pesquisa sobre a história do Serviço Social no Brasil na perspectiva da superação das elaborações típicas do movimento de reconceituação latino-americano nos países de língua espanhola, especialmente no Cone Sul. (IAMAMOTO, 2015, p. 233)

Considerando esse aspecto, pode-se notar que o principal objetivo da pesquisa "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil", que culminou na publicação do livro, era o de realizar uma análise do significado sócio-histórico da profissão dentro do processo de produção e reprodução das relações sociais, em que o Serviço Social encontra-se inserido.

Assim, para ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo, é necessário situá-lo em um contexto mais amplo, como parte constituinte da sociedade capitalista, respondendo às manifestações da "questão social"[323] em suas múltiplas expressões, que são colocadas a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais que integram esse processo. Eles determinam "*novas necessidades sociais* e *novos impasses* que passam a exigir profissionais *especialmente qualificados* para seu atendimento" de acordo com "os parâmetros de 'racionalidade' e 'eficiência' inerentes à sociedade capitalista". (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, grifos dos autores)

> O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada "questão social", a qual se torna base de justificação desse tipo de profissional especializado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.83, grifos dos autores)

Dessa forma, para compreender o Serviço Social como profissão inserida na sociedade capitalista, é fundamental ter clareza sobre a noção de reprodução social que, segundo a tradição marxista, está associado ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais dentro desta sociedade, englobando a reprodução material[324] e espiritual[325] da sociedade capitalista. Logo, "a reprodução das relações sociais como a reprodução do capital permeia as várias 'dimensões' e expressões da vida em sociedade" (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 65 apud YAZBEK, 2009). Assim, é possível dizer que o

[323] "A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão." (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p. 83-84, grifo dos autores).

[324] Compreendendo a reprodução da vida material e do modo de produção da sociedade capitalista. (YAZBEK, 2009)

[325] Entendido como as "formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social". (YAZBEK, 2009)

Serviço Social pode ser considerado a partir de "dois ângulos indissociáveis e interdependentes": Um relacionado à "realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional" e o outro "como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais". (YAZBEK, 2009, p.146)

Esses "dois ângulos constituem uma unidade contraditória", contudo, enquanto instituição que compõe a sociedade capitalista, o Serviço Social não pode fugir dessa realidade, cuja organização fundada nas relações de classe é essencialmente contraditória. Compreender a prática profissional por esse viés permite "apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social[326]", entendendo a profissão inserida na sociedade, onde o assistente social atende a interesses distintos, de classes sociais opostas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p.75 apud YAZBEK, 2009, p.146).

Outra ideia central, que faz parte da tese do livro, é o reconhecimento do caráter contraditório das classes sociais que só existem em relação e ao se reproduzirem recriam interesses tanto do capital quanto do trabalho - o que também se expande à análise da profissão. Assim, pode-se dizer que a atividade profissional reproduz, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, interesses contraditórios que convivem em tensão, dando respostas tanto ao capital, preservando seus interesses, como às necessidades da classe operária, proporcionando sua reprodução social nesse contexto social, revela o caráter contraditório da profissão.

É válido ressaltar que, na sua origem, o Serviço Social estava intrinsecamente ligado a elementos vocacionais, ou seja, eram valorizados os princípios éticos, valores morais, religiosos e políticos de cunho pessoal, vinculado também ao discurso altruísta e desinteressado. Esses traços ainda podem ser encontrados no Serviço Social em pequenas ou grandes medidas. (YAZBEK, 2009, p.154).

> É necessário assinalar que esta matriz, encontra-se na gênese da profissão em toda a América Latina, embora com particularidades diversas, como, por exemplo, na Argentina e no Chile, onde vai somar-se ao racionalismo higienista (ideário do movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública, que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral). (YAZBEK, 2009, p.151)

[326] Por dimensões objetivas Yazbek (2009) entende como "os determinantes sócio-históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas" e por dimensões subjetivas "no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer social". (p. 147)

Além disso, sinaliza-se que, na condição de assalariamento do assistente social, ou seja, quando o profissional se insere numa relação de compra e venda da sua força de trabalho, seu trabalho profissional se distingue da atividade voluntária e é nesse momento que "as condições concretas do exercício profissional" são definidas (YAZBEK, 2009). É essa inserção do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho, que assinala as particularidades da profissão, mostrando as limitações profissionais e as possibilidades do projeto profissional.

Por realizar toda essa análise da profissão, situando-a social e historicamente, o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica* foi considerado um marco, um "divisor de águas" para o Serviço Social atual, pois nunca havia tido um estudo baseado na tradição marxista que tratasse da profissão de forma tão profunda e complexa.

Sinaliza-se também que a publicação do livro, em 1982, coincidiu com a mudança na formação profissional, visto que houve uma reformulação do currículo mínimo proposto pela então ABESS[327], atualmente ABEPSS[328], em 1979 e aprovada pelo Ministério da Educação (MEC) em 1982. Esse novo currículo instituiu a disciplina de "História do Serviço Social", que foi subsidiada pelo estudo do livro, pois foi o primeiro estudo voltado a uma pesquisa da história da profissão inscrita na história da sociedade brasileira.

3. CONCLUSÃO

> Temos de recuperar, manter e transmitir a memória histórica, pois se começa pelo esquecimento e se termina na indiferença.
>
> José Saramago

A partir das questões desenvolvidas acerca da contribuição do CELATS para a renovação crítica do Serviço Social, registrou-se a preocupação do Centro em promover investigações indispensáveis à prática do assistente social, superando as generalizações teóricas que nem sempre vinham acompanhadas de uma rigorosidade científica. Neste sentido, destacou-se a área de Investigação do CELATS, definida em um grande eixo central no triênio em destaque (de 1970 a 1980), referente ao desvendamento das

[327] Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, criada em 1946.
[328] Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu em 1996, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis. (ABEPSS, 2017)

características peculiares ao Serviço Social como profissão em sua construção histórica, que alimentou significativamente seu centro de documentação, com ensaios especializados acerca dos projetos de investigação.

Neste contexto, grifam-se os projetos desenvolvidos por Manuel Manrique Castro, em sua pesquisa sobre a *História do Serviço Social na América Latina*; Alejandro Maguiña, em *Desenvolvimento do Capitalismo e Serviço Social no Peru*; além de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de Marilda Iamamoto e Raúl de Carvalho, bibliografia de grande contribuição teórica para a compreensão da profissão de Serviço Social como instituição componente da organização social, inserida nas relações sociais nas quais se torna possível e, sobretudo, necessária. Tal trabalho, como aponta Yazbek (1985), "além de permitir o acesso a uma bibliografia extensa, possibilita-nos conhecer documentação de inestimável valor histórico, especialmente documentos de arquivos e literatura original".

A publicação *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica* motivou a circulação de ideias, experiências e investigações em que os elementos teóricos possibilitaram a superação de barreiras nacionais; e registrou-se como referência fundamental ao estudo do Serviço Social do ponto de vista das relações sociais.

Revisitar esta obra, como produto da área de investigação do Centro Latinoamericano de Trabalho Social, implica não só analisar debates fomentados no momento histórico de sua produção, mas sua interlocução, por meio de um discurso (re)siginificado, com a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Institucional**. História. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/historia-7>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

ARICÓ, J. O marxismo latinoamericano nos anos da tercera Internacional. In: HOBSBAWM, E. J. **Historia do Marxismo**. v.8. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, I. C. C., CESAR, M. J. Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista: Entrevista com Marilda Villela Iamamoto sobre os 33 anos do livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. **Revista Em Pauta**. v. 13. n. 35. Rio de Janeiro, 2015. p. 225-247.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CENTRO LATINOAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL. **Serviço Social crítico**: Problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez. Lima: CELATS, 1985. Tradução José Paulo Netto.

CUADERNOS CELATS. **Evaluacion Programación Trienio 1975-77**. Lima: CELATS, dez. 1977. (Mimeo.)

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARX, K., ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Centauro, 2002.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, L. L. Entrevista Memória com Leila Lima Santos. **Serviço Social na América Latina**: 1970-1980. Revista Em Pauta. n. 20. Rio de Janeiro, 2007. p.163-179. Entrevista realizada pela professora Dra. Marilda Villela Iamamoto.

SANTOS, L. L. O Centro Latino-americano de Trabajo Social (CELATS) no Peru. In: **Ciclo de debates: 50 anos do Movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Centro de Estudos Octavio Ianni. Rio de janeiro, nov./dez. 2015.

CENTRO LATINOAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL/ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL (CELATS/ALAETS). **Revista Acción Crítica**. n. 1. Lima: CELATS, 1976. p. 34.

CENTRO LATINOAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL/ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL (CELATS/ALAETS). **Revista Acción Crítica**. n. 5. Lima: CELATS, abril 1979. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/revi-ac.htm>. Acesso em: Agosto de 2017.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Formação Profissional**. Ano V. n.14. São Paulo: Cortez, abril de 1984.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 2009. p. 143- 163.

REALIZAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ProPesq Pró-Reitoria de Pesquisa

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFJF

APOIO

CAPES

Comissão Organizadora:

Ednéia Alves de Oliveira
Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social e
Professora do Programa de Pós Graduação da FSS/UFJF;

Elizete Maria Menegat
Professora Associada da Faculdade de Serviço Social e
Professora do Programa de Pós Graduação da FSS/UFJF;

Isaura Gomes de Carvalho Aquino
Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social;

Luciana Gonçalves Pereira de Paula
Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social;

Mariana Costa Carvalho
Professora Substituta da Faculdade de Serviço Social;

Ronaldo Vielmi Fortes
Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social;
Professor do Programa de Pós Graduação da FSS/UFJF;
Vice-Coordenador do PPGSS/UFJF;

Sabrina Pereira Paiva
Professora Adjunta da faculdade de Serviço Social.